

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais

Direito a uma feliz-cidade
Jardim Felicidade: à espera do *urbano*

Marcia R. Victoriano

São Paulo
2005

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais

Direito a uma feliz-cidade
Jardim Felicidade: à espera do *urbano*

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título de
Doutor em Ciências Sociais sob a orientação da
Profa. Dra. Maura Pardini Bicudo Vêras

Marcia R. Victoriano

São Paulo
2005

Banca Examinadora

Autorizo , exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____ Local e Data:

____/____/____

Agradecimentos e Lições de Vida

(...)

Esperteza, Paciência
Lealdade, Teimosia
E mais dia menos dia
A lei da selva vai mudar

Todos juntos somos fortes
Somos flecha e somos arco
Todos nós no mesmo barco
Não há nada pra temer
- Ao meu lado há um amigo
Que é preciso proteger
Todos juntos somos fortes
Não há nada pra temer

E no entanto dizem que são tantos
Saltimbancos como somos nós.
Chico Buarque
Os saltimbancos

O trabalho acadêmico tem como motivos impulsionadores, além das questões objetivas imposta pela realidade social, aspectos subjetivos e biográficos. A pergunta de investigação que nos é colocada socialmente, reflete também um pouco das inquietações pessoais, dos desafios íntimos que guardamos. Confessadamente, a realização deste trabalho, eu mesma só descobri ao final, acabou ressonando as minhas próprias origens familiares e sociais na periferia paulistana. Numa combinação bem paulistana, nasci da união entre migrante e imigrante que, por sua vez, percorreram deslocamentos territoriais e sociais: do lado paterno, do interior para a capital, do lado materno, da Itália para o Brasil, de ambos, do centro para a periferia e, por fim, periferia-periferia.

Assim, questões como loteamentos, novas vilas, luta pelo asfaltamento e luz, acompanhadas através da participação paterna tradicionalíssima em uma Sociedade Amigos de Bairro, que já pareciam tão distantes no tempo-espço, foram rebuscadas nas memórias, promovendo o reencontro de raízes, revisão de identidades, aprendizados e dilemas.

A luta por uma cidade mais feliz pode ser travada de diversas maneiras. Mas seja qual for a maneira escolhida, acredito, tem a ver com respeitar raízes,

territórios, vivências e saberes; trocar olhares, falas e silêncios; exercitar habilidades e realizar potencialidades, estar disposto a provocar o conflito, mas também o diálogo. O trabalho acadêmico faz parte da luta e do diálogo coletivo e proporciona, simultaneamente, o construir, desconstruir e reconstruir o conhecido; recuperá-lo, criticá-lo e transpô-lo, mesmo que virtualmente, em outro patamar, permitindo o trânsito pelo passado, presente e o futuro. A experiência da vida cotidiana e a experiência profissional e acadêmica se completam e se cruzam na oferta de lições valiosas sobre como ver e atuar sobre o nosso mundo.

O ponto de partida sociológico desse trabalho, ou seu ponto de chegada academicamente falando, foi dado também pelo sensível, um pouco antes de retornar aos estudos pós-graduados. Era o ano de 1999, quando integrava a equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social em visita a um local para pesquisar – junto de alguns moradores e lideranças comunitárias – possíveis áreas públicas ou privadas que poderiam abrigar uma creche, uma forte demanda da região¹. Nessa oportunidade pude “sentir” de perto um bairro que tinha se constituído recentemente. O local tinha o nome pitoresco de Jardim Felicidade, situado no distrito do Tremembé, fronteira norte da cidade de São Paulo.

O bairro era originário, como vários outros da região, de ocupação de loteamentos de forma irregular e/ou clandestina e, apesar de todos os esforços da equipe técnica de assistência social, não foi encontrado um só terreno que pudesse abrigar uma nova construção de equipamento social. Além disso, o prédio onde se situava a igreja inacabada também não continha as condições físicas mínimas exigidas pelo órgão oficial para a celebração de um convênio, sem falar da precária documentação da entidade comunitária.

¹ Era a gestão de Celso Pitta e a Secretária Municipal de Assistência Social, Alda Marco Antonio. Naquela época, as creches ainda eram responsabilidade da Assistência Social e não da Secretaria da Educação, como passou a ser a partir de 2003. Trabalhava na SAS-Regional Santana Tucuruvi, que, na época, era responsável pelo Distrito do Tremembé.

A imagem daquelas casas e ruas, e do desalento dos moradores ofereceu uma imagem viva do debate sobre a nova pobreza, exclusão e segregação territorial.

A partir de 2001, trabalhando no programa de participação popular da Prefeitura de São Paulo – o Orçamento Participativo - , acompanhando a macro-região norte, passei a observar grande participação de moradores dessa região nas assembléias, principalmente quando foi incluída a temática da habitação em 2002. Essa capacidade de mobilização, bem como as demandas levantadas no processo do OP, chamaram minha atenção para a questão urbana e foi decisiva na escolha desse território como objeto de estudo do doutorado. Além disso, não havia qualquer estudo sobre essa questão tendo como território a zona norte da cidade.

A questão urbana e da exclusão social foi se apresentando, assim, pela imagem do local guardada em minha memória e, simultaneamente, a partir das várias demandas urbanas colocadas pelos moradores e lideranças de toda a cidade, que se tornaram também delegados e delegadas, conselheiros e conselheiras do OP, principalmente acerca da questão da regularização fundiária dos loteamentos.

A escolha feita, porém, colocava um desafio à parte, além do inerente a este tipo de atividade, pois se tratava de uma temática nova para mim em termos de percurso acadêmico. Aceitar esse desafio teve muito a ver com o reencontro com Maura Vêras, nas discussões que promoveu sobre o debate da exclusão social. Além de ser reconhecida hoje como a “Socióloga da Cidade”, foi minha Professora na graduação nos anos 80. Maura Vêras simboliza não só o acolhimento carinhoso, a competência e seriedade, mas a melhor combinação entre conhecimento e sentimento, ação e intervenção. A partir dessa nossa reaproximação, pude despertar o desejo de (re)conhecer a cidade de São Paulo, e pude sentir confiança para enveredar por essa temática fundamental na contemporaneidade, mesmo que com limitações no repertório teórico. À querida Maura, uma gratidão especial pelo exemplo, persistência e por várias lições de sociologia e de vida.

Esse verdadeiro “chamamento” à discussão sobre a “cidade” levantou uma verdadeira explosão de questões, tanto teóricas como empíricas, que exigiu um grande e seletivo recorte e esforço para que pudesse ser levado adiante. Para isso, contei com ajudas, auxílios, colaborações que poderão ser inumeráveis e temo em falhar na lembrança. No âmbito universitário, o apoio do Programa de Ciências Sociais, com as disciplinas oferecidas, a concessão da bolsa flexível. Através do convite de Maura Vêras para integrar o Grupo de Estudos para o Projeto SIRS – Desigualdades e Rupturas Sociais (CAPES-COFECUB) -, que além da proveitosa e amigável discussão com professoras e colegas sobre a questão da exclusão e da segregação territorial, permitiu a conquista de uma Bolsa de Doutorado *Sanduíche* em Paris (de novembro de 2001 a março de 2002), na École des Hautes Études en Sciences Sociales, sob a supervisão do professor Serge Paugam, para estudos nesse tema. À PUC, como instituição, Programa de Estudos Pós-Graduados e pessoal do Núcleo, professores e colegas, meus agradecimentos pelo apoio e convívio.

Agradeço a valiosa contribuição da “cidadania real” – do território e das pessoas que nela moram – para a compreensão viva do direito à cidade (ou da falta dele), que foi sendo oferecida pelo público alvo da pesquisa empírica realizada, mas também pelo trabalho de formação cidadã desenvolvido no Programa de Orçamento Participativo, implantado pela Prefeitura de São Paulo na Gestão 2001-2004. Esse contato direto com os cidadãos e cidadãs que moram e lutam por esta cidade foi um “bom encontro”, que, por sua vez, me tornou mais cidadã a cada dia.

Trabalhar na Coordenadoria do Orçamento Participativo nesses anos, a convite de Félix Sánchez, significou, além de extraordinária experiência profissional, o reencontro de um amigo, com quem pude compartilhar dúvidas, questões, sugestões importantes e, principalmente, apoio para a consecução deste trabalho. A Félix Sánchez, meu muito obrigada.

Agradeço também a todos e todas da COP, que, por diversas formas, explícitas ou implícitas, auxiliaram nessa empreitada, mas agradeço, em

especial, a tod@s @s colegas que compunham a Equipe de Formação da qual fui Coordenadora, pelo estímulo e colaboração em todas as horas.

Às técnicas do RESOLO SOCIAL, a começar por Cristiane Riccitella, que, no início da pesquisa, trabalhava no Canteiro de obras e me abriu portas, tanto no loteamento, com as lideranças locais quanto com as assistentes Sociais : Bete, Rosana, Cleide e, depois, Terezimar. Meu agradecimento especial à Ana Lúcia dos Anjos, diretora desse órgão até 2004, pela atenção e disponibilidade para com meus pedidos.

O trabalho de campo seria impossível ser realizado sem ajuda. Agradeço aos jovens estudantes, que me auxiliaram na coleta dos dados, aplicando os questionários: Luciana, Fernanda, Flávia, Renatha, Fabio e Mário. Agradeço ao Rodney e ao Marcelo que se dispuseram a transpor os questionários para a linguagem da informática, para que pudesse ser feito o processamento dos dados e as análises estatísticas. Essas últimas tiveram a orientação competente, paciente e carinhosa da profa. Yara Castro, com quem compartilhei o entusiasmo em primeira mão pelas descobertas que as ferramenta estatísticas proporcionaram ao trabalho, bem como a humildade em reconhecer que tudo não dá para ser explicado.

Agradeço imensamente às professoras Ana Amélia da Silva (Ciências Sociais) e Bader B. Sawaia (Psicologia Social), pelas pertinentes e instigantes questões e observações colocadas no meu exame de qualificação, que me fizeram rever posições e procurar as respostas para minhas perguntas, muitas delas nos meus próprios dados, e que, naquele momento, não conseguia enxergar. Suas palavras e indicações foram constante companhia na elaboração do trabalho. É bem possível que não tenha dado conta de tantas boas sugestões, mas elas continuam tendo relevância para a caminhada futura.

Agradeço ainda ao professor Gustavo Coelho, *expert em geoprocessamento*, mas estudioso das questões da periferia paulistana, de quem tive colaboração técnica e disponibilidade de diálogo.

Agradeço à Edna Cordeiro – secretária da professora Maura -, pela amizade e carinhosa intermediação de nossos pedidos e angústias junto à orientadora, sempre pronta a uma palavra de estímulo.

Agradeço, enfim, a todos os amig@s e parentes que mesmo não tendo uma participação direta, fizeram, à distância, suas vibrações para que o trabalho chegasse a bom termo.

Por fim, agradeço à família, que até “entrou em campo”, aplicando questionários, transcrevendo fitas (irmã Elaine), colaborando em questões técnicas (cunhado, Marco), tirando fotos (marido, Silvio). Agradeço à Sofia, que foi dedicada na colaboração com os afazeres domésticos. Ao Silvio, companheiro de todas as horas, especialíssimo agradecimento pela colaboração, compreensão, suporte material e emocional para essa travessia; e, ao Caio e ao Fabio, meus filhos, que mesmo sem entender o porquê fazer tese dá tanto trabalho, souberam entender a importância deste trabalho para mim, nada cobraram e torciam, à sua maneira, para que tudo desse certo. De minha parte, a esses especiais olhares de espera, colaboração e torcida, eu não só agradeço, mas empenharei tudo de mim para a conquista de uma cidade mais feliz.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir o conceito de “Direito à Cidade” através do estudo empírico de um loteamento irregular constituído nos anos 90 – o Jardim Felicidade, zona norte -, como uma face da produção da periferia paulistana, através de ocupação de terras sem organização popular, em tempos de globalização.

O conceito de direito à cidade pode ser sintetizado na conquista de *um ambiente construído de qualidade apropriado socialmente, a partir da elaboração de uma nova concepção do “urbano”, com cidadania e participação na gestão da cidade mundial*. Através desse conceito se pretendeu resgatar o significado do *habitar* como *viver e governar* a cidade. Os temas selecionados para o debate do conceito no território escolhido foram: o direito a uma moradia digna e a uma identidade territorial; o direito a uma (nova) sociabilidade urbana e o direito à utopia.

A perspectiva teórica adotada realçou as análises das esferas das subjetividades e do cotidiano, sem desconsiderar as referências macroestruturais. A metodologia escolhida exercitou a complementaridade entre as perspectivas qualitativas e quantitativas, utilizando dados primários e secundários, recursos estatísticos como a análise fatorial e entrevistas, fontes essas que facilitaram bastante “a aproximação da realidade”.

Da análise do direito à cidade, a partir do território do Jardim Felicidade concluiu-se que o padrão periférico de crescimento da cidade de São Paulo ainda não está totalmente esgotado, mas apresenta novas especificidades a partir dos anos 90. Os novos territórios periféricos se caracterizam por um ambiente construído marcado por profunda precariedade, segregação e informalidade do trabalho, colocando a casa própria autoconstruída como a única alternativa de abrigo, dignidade e alguma cidadania. A vivência nessa zona de vulnerabilidade dificulta o estabelecimento de vínculos e raízes, de uma identidade com seu território e com a cidade. Esses territórios são periféricos e hiperperiféricos, não só por apresentar ocupação de moradias em áreas de risco, deteriorando em muito as condições sociais e ambientais, mas também pela fragilização das sociabilidades em curso no território. As sociabilidades em curso, revelam as diferentes maneiras de vivência de sofrimento ético-político que inserem os moradores do mesmo território, de formas diferentes na zona de vulnerabilidade. No território estudado, pudemos identificar três tipos de sociabilidades em curso: *solidária-frágil*, *vicinal-religiosa* e *ocupacional-reclusa*. As análises suscitam pensar os entraves para a construção e prática de uma nova sociabilidade urbana como condição para a conquista do direito à cidade. Por fim, apresentamos os desejos individuais e coletivos manifestados pelos moradores. As dificuldades de emergência de utopias na contemporaneidade, não eliminam por completo o sonho de conquista da cidadania clássica, ainda não realizada no Brasil. O alcance da cidadania clássica é importante mas insuficiente para a conquista do direito à cidade. Assim, exploramos as possibilidades de novas práxis que contribuam para a luta política pela nova cidadania através do fortalecimento de um espaço público em que proliferem lugares de encontro – no âmbito local ou geral da cidade -, que possam movimentar as sociabilidades em curso e os desejos cativos dos moradores na direção de uma vivência cotidiana mais democrática e participativa. Desta forma, pode-se desafiar a imaginação de uma feliz-cidade e o alcance do (novo) modo de vida urbano, para reconquistar a plenitude do “habitar” como princípio fundamental que propicie o alcance à felicidade pública num mundo cada vez mais global.

Abstract

The objective of this paper is discussing the concept of “rights to a city” through the empirical studies of an irregular allotment built in the 90’s – Jardim Felicidade – north zone – as a reflex of the production in São Paulo’s outskirts, though the occupation of hands without popular organization, at globalizing ages.

The concept of rights to a city can be summarized in the conquest of an environment built of adequate socially quality, from the elaboration of new conception of the “urban”, with citizenship and part of the gestion in mundial city. Through this concept it was intended to rescue the conception of “housing” with the meaning of living and governing the city. The topics selected for the debate of the concept of rights to a city on the chosen territory were: the right to a decent housing, and a territorial identity; the right to a (new) urban sociability and the right to the utopy.

The teorical perspective adopted enhanced the analysis of the spheres in subjectivities and quotidian, considering the macro structural references. The methodology chosen intended to exercise the complementarity between the quantitative and qualitative perspectives, making its use in primary datas, secondary datas, statistical sources, as a factorial analysis, interviews, which helped a lot in approaching the reality.

From the analysis of the rights to a city, in Jardim Felicidade, we concluded that the peripheral standard of the growth in São Paulo city is not completely used up, but presents new specificities from the 90’s. The new peripheral lands, are characterized by a built environment marked by a deep unurbanism and segregation, informality of work, accepting their own house built as the only alternative for their shelter, dignity and citizenship notion. Living n this vulnerability zone makes harder the establishment of links and roots, of an identity with their land and their city. The lands are peripheral and hiperperipheral, not only for showing housing in risk areas, damaging a lot the environmental and social conditions, but also by the fragilization and vulnerabilization of the current sociabilities in the area. The current sociabilities on this segregated land, reveal the different ways of suffered living ethic-politics that insert the residents at the same land from different forms in the vulnerability zone. In the studied area, we could identify three kinds of current sociabilities: fragile-solidary; religious-neighborhood, and occupational-recluse. The analysis leads us to think the obstacles to the construction and practice of a new urban sociability as a condition to a conquest for the rights to a city. At last, we present the individual and collective wishes showed by the residents, in a general way and in each the three kinds of built sociabilities.

The difficulties of emergency in contemporaneous uthopies don’t exclude completely the dream of classical citizenship conquest, not practiced in Brazil yet. Reaching the classical citizenship is important but not sufficient to the conquest of the right to a city. Followed this, we explored the possibilities of new experiences that contribute to the political fight for the new citizenship through the strengthening of a public espace to create meeting places – local or general in the city – that could move the current sociabilities and the captive wishes of the residents direct to a quotidian living, more democratic and participative. This is the start point to challenge the imagination of a happy-city and reach the new urban way of life, to reconquest the plenitude of housing as a fundamental principle that makes possible to reach the public happiness in a world every day a little more global.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Metodologia e métodos	6
Direito à cidade: a (re)construção de um conceito	12
Referenciais teóricos	20
Objetivo do trabalho	62
Apresentando a empiria: o distrito do Tremembé	62
Jardim Felicidade	68
Resumo dos capítulos	75
 Capítulo I – São Paulo: a lógica da produção da metrópole e suas “periferias”	78
Bases gerais da urbanização brasileira e paulistana	78
Política Urbana e as “Periferias”: anos 90	111
Os degraus urbanos intra-territoriais: a hiperperiferia	131
 Capítulo II - DIREITO A UMA FELIZ-CIDADE (1): <i>Habitat e identidade territorial</i>	146
Antecedentes históricos	148
Enfim, o Jardim Felicidade....	156
Direito à moradia digna/habitat	157
1. Moradia anterior e mobilidade na cidade	159
2. História da ocupação e do bairro	161
3. Loteamento e Lote Legal	184
4. O irrecuperável habitat: casa própria e propriedade privada	190
5. Identidade territorial: momento de elaboração da (nova) urbanidade	225
 Capítulo III - Direito a uma Feliz-Cidade (2) : uma (nova) sociabilidade urbana	252
1. Sociabilidades no espaço-tempo da modernização conservadora	257
2. Sociabilidades em transição: desfiliação?	269
3. As sociabilidades urbanas em curso no Jardim Felicidade	289
Quadro comparativo das três tipologias	295
3.1 – A sociabilidade solidária-frágil	301
3.2 – A sociabilidade vicinal-religiosa	312
3.3 – A sociabilidade ocupacional-reclusa	317
4. Dimensões das sociabilidades urbanas	324
a) a família	324
b) o associativismo e a participação cidadã	339
c) subjetividades da (não) participação	347

Capítulo IV - <i>Direito à uma feliz-cidade (3): (Novas) perspectivas utópicas</i>	360
Quadro Comparativo das tipologias: perspectivas utópicas	379
As perspectivas utópicas dos sujeitos de sociabilidade solidária-frágil	383
As perspectivas utópicas dos sujeitos de sociabilidade vicinal-religiosa	384
As perspectivas utópicas dos sujeitos de sociabilidade ocupacional-reclusa	385
O poder público municipal e a regularização fundiária	392
Jardim Felicidade: à espera do urbano	399
As imaginações da (nova) esfera pública: o espaço da utopia	425
 Considerações Finais	434
Há cidadãos felizes na cidade global?	434
Da felicidade do consumo à felicidade pública	442
 Anexos - Cap. II e II	453
 Referências Bibliográficas	472

Lista das Tabelas e Quadros

Introdução

Tabela 1 - Dados Demográficos dos Distritos da Subprefeitura JT	63
Tabela 2 - Dados do Programa Lote Legal/BID/Setor III/Tremembé	70

CAP I - São Paulo: a lógica da produção da metrópole e suas “periferias”

Quadro Comparativo de categorias analíticas do conceito de Periferia entre os anos 70 e os anos 90	140

(Anexo)

CAP . II – Direito à uma Feliz-cidade: Habitat e Identidade Territorial

Tabela 1 – Onde morava antes de vir para cá (Zona)	453
Tabela 2 – Onde morava antes de vir para cá (distrito)	454
Tabela 3 – Por que saiu de lá?	455
Tabela 4 – Há quanto tempo mora aqui?	456
Tabela 5 – Quem construiu a casa?	456
Tabela 6 – O que você acha ou sabe sobre a ocupação de moradia que Atinge a Serra da Cantareira?	456
Tabela 7 – Em relação à sua moradia, você é?	457
Tabela 8 – A laje é para?	457
Tabela 9 – Os recursos financeiros para comprar vieram de?	457
Tabela 10.1 – Principais despesas (em primeiro lugar)	458
Tabela 10.2 – Principais despesas (em segundo lugar)	458
Tabela 10.3 – Principais despesas (em terceiro lugar)	459
Tabela 11 – Sentimento em relação à irregularidade de sua moradia	459
Tabela 12 – Compare a sua condição de vida na infância/adolescência Com a atual	460
Tabela 13 – Compare o seu local de moradia na infância/adolescência com o atual	460
Tabela 14 – Qual a situação atual do loteamento?	460
Tabela 15 – Como você caracteriza o seu bairro?	461
Tabela 16 – Porque não deseja mudar de bairro?	461
Tabela 17 – Como você acha que seu bairro é visto pelos outros?	461
Tabela 18 – Você acha que seu bairro está bem integrado à região do Jaçanã/Tremembé?	462

Tabela 19 – Que lugar da região é mais central?	462
Tabela 20 – Você acha que seu bairro faz parte da cidade, ou está bem Integrado à cidade?	462
Tabela 21 – Qual seu prejuízo por seu bairro ser mal visto?	463
Tabela 22 – Você teve uma preocupação em saber como ficaria o bairro antes de construir a sua casa?	463
Tabela 23 – Se sim, qual foi ela em primeiro lugar?	464
Tabela 24 – A entrada no Lote Legal, o que significa?	464
Tabela 25 – Para quem acha que é mal visto, você acha que isto lhe Prejudica em alguma coisa?	465

(Anexo)

Capítulo III - Direito a uma feliz-cidade: uma (nova) sociabilidade urbana

Quadro Comparativo das três tipologias	312
Tabela 1 – Já enfrentou alguma situação de discriminação ou racismo?	466
Tabela 2 – Trabalho de filho: menos de 14 anos	466
Tabela 3 – Trabalho de filho: menos de 16 anos	467
Tabela 4 – Interfere nos estudos dele?	467
Tabela 5.1 – No último ano você recebeu ajuda do serviço social da PMSP?	467
Tabela 5.2 – Teve alguma orientação que possibilite a saída da situação Atual?	468
Tabela 5.3 – O que significou para você esse auxílio?	468

CAPÍTULO IV – Direito a uma feliz-cidade: (novas) perspectivas utópicas

Quadro Comparativo Tipologias – Perspectivas Utópicas	379
Tabela 1 – Estudo Qualitativo Ambiental do Loteamento Jova Rural 2 (percepção do meio ambiente), Diagonal Urbana (2004)	469
Tabela 2 – Estudo Qualitativo Ambiental do Loteamento Jova Rural 2 (amostra qualitativa por segmento), Diagonal Urbana (2004)	471

Lista das Figuras

Mapas

Introdução

Mapa 1 – Mapa da Subprefeitura do Tremembé/Jaçanã, com Chefes de Família sem renda (localização do distrito do Tremembé)	63
Mapa 2 - Mapa da Vulnerabilidade SAS/PMSP e CEM-CEBRAP	67
Mapa 3 – Mapa das áreas de intervenção do Programa Lote Legal – Resolo	72

Figuras

CAPÍTULO II – Direito a uma feliz-cidade: habitat e identidade territorial

Figura 1 - Ponto de ônibus Oficial, na Rua dos Pinheiros, no Jardim Felicidade, 162 No qual há uma linha que passa pelo Jardim Filhos da Terra (nome da linha), numa alusão a origem dos movimentos de loteamentos na região

Figura 2 – imagem da gleba antes da ocupação (1992)	168
Figura 3 – Imagem das primeiras assembléias da associação (1993)	169
Figura 4 – construção da associação dos moradores do Jd. Felicidade (1993)	171
Figura 5 – abertura da rua da fonte, 1994, com recursos dos moradores	174
Figura 6 – Assembléia, 1995.	176
Figura 7 – imagem da construção da Igreja católica “Comunidade São José”	176
Figura 8 – Placa da rua Esperança (ex-rua 1) colocada pelos moradores	177
Figura 9 – Associação de Moradores Jd.Felicidade, 1996	178
Figura 10 – vista de laje	184
Figura 11 – vista de laje de morador	184
Figura 12 – trabalhos de pavimentação do programa Lote Legal, julho, 2001, em frente à Associação Portal II, na av. Arley Gilberto de Araújo, 61.	187
Figura 13 – acesso pela Rua Arley (Portal II)	190
Figura 14 – Vista da Rua da bica, Jd. Felicidade	190

Figura 15 – área de risco – córrego (sd), relatório DBH	200
Figura 16 – área de risco – lixo e enchente (sd), DBH	201
Figura 17 – área de risco – talude(sd), DBH	201
Figura 18 – Rua da Bica, 2004 – casas	206
Figura 19 – Rua da bica, em 1995	206
Figura 20 - Rua da Bica em 2004	206
Figura 21 – construção da casa da B.(1994)	206
Figura 22 – casa da B.(2004)	206
Figura 23 – Visão geral de casas autoconstruídas, 2004	207
Figura 24 - Mercado Guaruminas	243
Figura 25 - Ponto final do ônibus branquinho (em frente ao Guaruminas) onde fica a praça Felicidade	243
Figura 26 - Mercado Pague Menos	244
Figura 27 - Avenida Arley Gilberto de Araújo	244
Figura 28 - Ponto final do Jova rural-Santana	245
Figura 29 - Comunidade Igreja de São José e Praça Felicidade	245
Figura 30 - Minha Casa	246
Figura 31 - Parque Cemitério dos Pinheiros	246
Figura 32 – Rua dos Pinheiros	247

CAPÍTULO III – Direito a uma feliz-cidade: (nova) sociabilidade urbana

Gráfico nº 1 – Distribuição agrupada (em pontos) das três tipologias	294
Figura 33 - Campanha Prefeitura 1992	303
Figura 34– Festa 1º. Ano associação 1994	304
Figura 35 – Assembléia, 1994	304
Figura 36– Campanha Estadual – 1994 (Kamia)	304
Figura 37 – Missa 2º ano Associação 1995	305
Figura 38 –Copa 98 (vereador Cosme Lopes)	306
Figura 39 – Natal de 98 (vereador Cosme Lopes)	306
Figura 40 – festa iluminação no bairro em 2001 (Marta Suplicy)	306
Figura 41 – Sede Associação Jardim Felicidade hoje, onde funciona o “escritório” dos motoristas e cobradores de ônibus (Pça.Felicidade)	307
Figura 42 – Sede da Ass. de moradores do Portal II (Av. Arley G.Araújo)	307

CAPÍTULO IV – Direito a uma feliz-cidade: (novas) perspectivas utópicas

Figura 43 – crianças 433

Considerações Finais

Figura 44 – Bar “dos amigos” (2004) 436

Figura 45 – Mapa da Felicidade do Estado de São Paulo 441
(Sampling& Limite, 2004)

É interessante pensar que cada época tem seu estilo de pensamento, do qual participamos consciente ou inconscientemente. Estamos vivendo uma época de re-emergência do “pensamento sobre o urbano” , mais especificamente, de um *estilo de pensamento* que coloca a cidade como ator social ou (novo) “protagonista social” do século XXI.

As transformações estruturais, em nível mundial, em curso desde os anos 80 do século XX, desafiam a sociedade e o pensamento. O debate sobre a globalização deslocou a discussão acerca do Estado-Nação para o nível local. No entanto, algumas localidades/cidades chamam a atenção em especial pela posição – geográfica, sócio-política, econômica e cultural - que ocupam nessa nova fase de aprofundamento da mundialização do sistema capitalista.

Esse *estilo de pensamento*, ao mesmo tempo em que revela uma certa unidade temática, imposta pelo desenrolar do processo histórico-social em causa, expõe as diversas posições teórico-políticas que emergem das próprias lutas e conflitos entre classes e grupos¹.

A inserção, mesmo que polêmica, da cidade de São Paulo no rol das *cidades globais* porque tem se dado inequivocamente na nova dinâmica do capitalismo central, principalmente no diz respeito à supremacia do capital financeiro, às transformações e reestruturação produtiva e urbana que ela exige (telecomunicações, informatização, funções gerenciais de terciário sofisticado, sistema viário, etc.) além de uma intensa polarização social, como

¹ A noção de “*estilo de pensamento*” está exposta em IANNI, Octavio *IN A idéia de Brasil Moderno* (mimeo), 1992, p. 31.

nos coloca Vêras (1997, 1999, 2003). A cidade mundial nos conduz a uma reflexão não somente sobre o processo de acumulação de capital e de urbanização mas, sobretudo, às implicações sobre o entendimento da cidade como totalidade. Apreciar a cidade de São Paulo através da categoria “cidade mundial” não dispensa levar em conta a sua apropriação pelas forças sociais no espaço-tempo da contemporaneidade e os desafios que ela nos apresenta para a discussão da urbanidade e da cidadania.

A cidade e com ela a questão urbana vem sofrendo transformações importantes durante todo o século XX, principalmente da sua segunda metade em diante, desafiando os cidadãos e suas lutas, os pensadores e suas teorias. Em fins do século XX, porém, as ciências sociais foram provocadas por uma explosão de questões, tanto teóricas como políticas, tornando mais complexa a tarefa investigativa. A escolha - ou chamamento - da discussão sobre a cidade do século XXI está inserida em um campo analítico e empírico que reflete toda a complexidade e, por que não dizer, perplexidade da realidade que nos cerca. Nesse contexto, recortar o objeto de estudo e realizar a seleção temática e analítica parece, por mais minucioso que seja o trabalho, conter sempre uma grande dose de temeridade e incompletude.

O debate da questão urbana recente centra-se nas várias (novas e velhas) fenomenologias que emergem das diferentes formações econômico-sociais, em que o sistema capitalista transita – mundial e desigualmente - para o modo de acumulação flexível ou, em outros termos, para a chamada “Era do Globalismo”. Emprego aqui a expressão utilizada por Octavio Ianni, que entende a “era do globalismo” como um novo ciclo de globalização do capitalismo - uma vez que o mundo moderno nasceu global: Colonialismo, Imperialismo, Globalismo, cada um tem sua lógica própria. Nesse último, os principais atores e protagonistas são as grandes corporações transnacionais e não mais o Estado Nacional, que perde força. Isso não quer dizer que não haja resquícios do imperialismo ou de outras fases do capitalismo no globalismo.

Em vários autores, dentre os quais Castells, Harvey, Touraine², é possível encontrar referências acerca das mudanças e transformações importantes nas relações sócio-espaciais, seja nos países do capitalismo avançado, seja nos países do capitalismo em desenvolvimento ou menos avançados em função da nova fase do capitalismo. A cidade, dessa forma, assume, cada vez mais, o lócus privilegiado dos embates sobre a apropriação social e territorial pelas classes e grupos sociais.

Borja e Castells, mais especificamente, afirmam a emergência de cidades latino-americanas como “protagonistas”, a partir de um aprofundamento de sua inserção e abertura para as novas formas de acumulação do capitalismo central.³ As cidades globais têm de ser competitivas, atraentes e funcionais para favorecer a captação de mais e melhores investimentos estrangeiros. Para isso, é necessário que os governos locais fortaleçam seu papel gestor no sentido de oferecer uma infra-estrutura e serviços que estimulem a vinda e a inversão de capitais na cidade.

O Estado, dessa forma, não sai de cena, como pode parecer à primeira vista, mas tem suas funções renovadas para atender às demandas de inclusão da cidade no seleto rol das cidades mundiais. A competição entre as cidades vai promover novos instrumentos de gestão - as terceirizações, as parcerias público-privadas⁴, os planejamentos estratégicos⁵, a guerra fiscal para a promoção dos investimentos necessários em determinados locais da cidade - para, cada vez mais, assumir as características exigidas pela cidade mundial.

Nesse sentido é que as cidades têm construído esse protagonismo também através de fóruns e redes de cidades, com a intenção de elaborar e implementar políticas públicas inovadoras que tenham como características

² Em Castells (1999), temos a Sociedade Informacional (em redes); em Touraine (1998), a Sociedade Programada; e Harvey (1999), a Acumulação Flexível.

³ V. Castells, M. *As cidades como atores políticos*, In Novos Estudos Cebrap, n. 45, SP, julho de 1996

⁴ v. (Fix, 2001)

⁵ v. (Carvalho, 2000)

fundamentais a transparência, a eficácia e seus impactos na vida dos cidadãos.⁶

A análise da cidade de São Paulo como cidade global ou mundial, exige novos olhares e leituras, novas abordagens teóricas e metodológicas.

A abordagem do conceito de cidade mundial nos traz alguns questionamentos importantes. O conceito apresentado por Saskia Sassen, para quem a constituição da cidade mundial se realizaria na sua capacidade de concentrar serviços modernos apoiados no crescimento do setor financeiro, apontando a dimensão econômica como elemento central das transformações das metrópoles, apresenta, hoje, para Ana Fani Carlos (2004) grande simplificação e insuficiência na interpretação da realidade urbana.

Há um reconhecimento de que São Paulo apresenta essas características. No entanto, observa-se que, apesar do deslocamento do capital produtivo, existe concentração do capital financeiro (“dinheiro-capital”) na metrópole. Em outras palavras, o “dinheiro-capital” migra para outro setor, mas não se distancia da metrópole. E isso traz consequências no processo de urbanização atual, com a desconcentração industrial e a centralização financeira e de serviços. Afirma Ana Fani que:

“A centralização financeira aponta um fenômeno importante ignorado por Sassen e seus críticos; o capital financeiro para se realizar, hoje, o faz através do espaço – isto é, produzindo o espaço enquanto exigência da acumulação continuada sob novas modalidades, articuladas ao plano mundial. “ (2004:13/14)

⁶ “O espaço conquistado pelas cidades no panorama internacional, especialmente na última década, possibilita, hoje, seu reconhecimento como parceiras no enfrentamento dos problemas que afetam todo o planeta”. A constituição de uma nova entidade, a “Cidades e Governos Locais Unidos”, terá como missão uma representação política efetiva e a defesa de seus direitos e interesses no cenário internacional. Bresso, Mercedes. *A cidade como protagonista do século XXI*. Presidente da província de Turim, Itália, in www.prefeitura.sp.gov.br/urbis/2003/artigos (julho/2003)

Marta Suplicy foi eleita em 2004 a presidente dessa rede de cidades.

Assiste-se, conforme nos indica a autora, a uma reelaboração da importância da nova relação estado/espço, o plano local, como nível importante da realização da reprodução social no conjunto do espaço mundial. A transformação do “espço enquanto produto imobiliário” só pode ser feita pelo Estado, criando infra-estrutura para esse novo movimento e investindo em determinados lugares da cidade “sob o pretexto da necessidade coletiva”. Dessa forma, segundo Carlos, a reprodução do espaço se realiza num outro patamar: como momento significativo e preferencial da realização do capital financeiro. (Carlos, 2004:14)

Outro questionamento importante, imbricado no processo acima, diz respeito a uma realização, por diversos governos locais de políticas urbanas que tem por objetivo a consolidação da cidade de São Paulo como “cidade dos negócios” e, para isso, tem promovido mudanças radicais em diversos e determinados espaços da cidade: transformando espaços residenciais, de lazer e de encontro em espaços de negócios. São ações públicas que deliberadamente vão apagando os referenciais pelos quais se realizava a vida cotidiana de moradores e cidadãos, acelerando, como bem coloca Ana Fani, o tempo de transformação do espaço construído, implicando no empobrecimento das relações sociais na metrópole. (Carlos, 2004:14)

De todo modo, há uma concordância geral de que essa “nova ordem mundial”, estabelece um novo modo de reprodução e apropriação do espaço e do modo de vida das cidades. Conforme coloca Vêras:

“O panorama dos anos 90 e do fim do milênio é, pois, o da atual etapa da financeirização global da economia, com a fragmentação do processo produtivo e a revolução técnico-científica, acarretando profundas transformações nas relações sociais. A expansão da microeletrônica, a robotização, a energia termonuclear, a engenharia genética, a revolução energética e outras conquistas também revolucionárias que, por si, provam as capacidades intelectuais humanas em expansão, acarretaram graves conseqüências para o trabalho humano, não só em termos de emprego, mas também de garantia de sua subsistência e no sentido da dignidade do trabalhador. Esses problemas

existem no chamado Primeiro Mundo e também nos Terceiro e Quartos Mundos. Essa constituição de uma sociedade informacional traz mudanças para a configuração das cidades contemporâneas.” (Véras, 2000:17)

A investigação aqui empreendida caminhou pela necessidade de reflexão sobre o que é o *urbano*, a *urbanidade* e no que consistiria um *novo humanismo* (para bem invocar Henri Lefébvre) que conduzisse à imaginação e realização da felicidade. Para essa travessia, optou-se pelo núcleo teórico do conceito *do direito à cidade*.

A recuperação do direito à cidade no debate urbano recente, como colocaremos a seguir, envolve uma complexidade de questões e direitos entrelaçados entre si, com intensidades e sócio-territorialidades variadas. Esse conceito exige, necessariamente, uma abordagem multidimensional - urbana, social, cultural, política - , que procuramos experimentar para a realização deste trabalho.

Por outro lado, se o Brasil e a cidade de São Paulo estão engajados nesse processo mais amplo, mesmo que de forma subordinada, não podemos deixar de considerar que os processos que produzem e reproduzem a cidade desigual – social e territorialmente – *sofrem (a dor e a delícia)* desse engajamento, fazendo com que seja necessária uma recuperação das bases da urbanização brasileira, teorias e conceitos sobre a realidade urbana que se desenhou no século XX e com que fiquemos atentos tanto para o que pode manifestar a continuidade de processos já conhecidos como para o que possa se mostrar como ruptura, indicando a necessidade de novas perspectivas teóricas.

Metodologia e Métodos

A perspectiva teórica adotada está vinculada aos esforços sociológicos realizados no sentido de avançar, sem desconsiderar ou desqualificar as referências macroestruturais, na análise das relações sociais nelas referenciadas mas não atreladas objetivamente. Como nos coloca Kowarick :

“Não se trata de ignorá-las nem, tampouco, de por de lado as contradições urbanas imperantes em nossas sociedades. O erro de muitos estudos foi, contudo, ignorar que a pauperização econômica, a espoliação urbana ou a opressão política nada mais são do que matérias-primas que, em certas conjunturas, alimentam as reivindicações populares: entre estas e as lutas sociais propriamente ditas há todo um conjunto variado de mediações que é historicamente produzido e que não está de antemão tecido nas teias das determinações estruturais. Ignorá-las significa cair, como o fizeram muitas de nossas investigações, o que pode ser designado de *deduccionismo ds condições objetivas*”. Kowarick, 2000:125)

Kowarick alerta ainda para o perigo da visão *genético-fatalista*, que focalizava os movimentos sociais e as classes subalternas como portadoras de uma missão histórica para a luta libertária e para a conquista socialista. Em muitos casos, porém, caiu-se no inverso, ao desatar completamente os atores sociais de qualquer constrangimento estrutural, fragmentando e focando a análise em pequenas lutas cotidianas, na autonomia em relação às instituições que propõe transformações na sociedade e no Estado, desvinculando-se da idéia de “sujeito de transformação histórica”. (Kowarick, idem, 126)⁷

A emergência da Era do globalismo impõe a recuperação dessa reelaboração de novas posturas diante do real, conforme nos sugere Ianni:

“Sob todos os aspectos, o globalismo é o cenário da metateoria. Tanto é assim que são várias as interpretações do globalismo realizadas em moldes metateóricos, ou nas quais há nítidas sugestões nessa direção. Em uma época em que já se torna difícil alimentar as controvérsias epistemológicas sobre o pequeno relato e grande relato, o individualismo metodológico e o holismo metodológico ou a micro-teoria e a macroteoria. São tantos e tais os desafios do globalismo, relativos aos contrapontos parte e todo, passado e presente, sincrônico e diacrônico, singular e universal, que em pouco tempo aquelas controvérsias mudaram de sentido, ou envelheceram. O pequeno relato, o individualismo metodológico e a microteoria permitem alcançar muita clareza sobre realidades individuais e particulares, tais como identidade, alteridade, cotidianidade, vivência, ação comunicativa, escolha racional e

⁷ Este debate está em vários momentos em Kowarick in Escritos Urbanos (2000), principalmente páginas 14, 99-104)

outras. Ocorre, no entanto, que essas mesmas realidades revelam-se conexões ou manifestações de relações, processos e estruturas de envergadura mais ampla, com frequência também mundial.” (Ianni, 1999:199)

Paralelamente, reforça-se o empenho em arriscar, sem descartar as “determinações macroestruturais” como fonte explicativa dos conflitos urbanos, a enveredar-se às investigações que se aproximam das “microestruturas”. Ou seja, lançar mão de uma sem descartar a outra. Valho-me agora da sugestão de Kowarick, que coloca:

“Já foi dito que não há ligação linear entre precariedade de vida nas cidades e as lutas levadas adiante pelos contingentes por ela afetados. Isto porque, malgrado uma situação comum de exclusão, elas não só se manifestam de maneira diversa, como também, sobretudo, as experiências acumuladas têm trajetórias e significados extremamente díspares: a recuperação destas experiências de luta, suas articulações e grau de organização mostram a necessidade de estudá-las nos seus micromovimentos, pesquisando situações concretas que aparecem no “calor da hora” e que apontam para impasses e saídas para as quais as condições estruturais objetivas constituem, na melhor das hipóteses, apenas um grande pano de fundo”.

(...)

“(...) em si, a pauperização originária do processo produtivo, a espoliação urbana decorrente da falta de bens de consumo coletivos, do acesso à terra e habitação ou a opressão que se faz presente no cotidiano da vida nada mais são do que matérias primas que potencialmente alimentam as reivindicações populares entre estas e as lutas sociais propriamente ditas há todo um processo de produção de experiências, que não está de antemão tecido na teia das assim chamadas condições materiais objetivas”. (Kowarick, 1994:45)

É preciso, então, dessa forma, reorientar o olhar sobre a cidade a partir de enfoques multifacetados que levem em conta as transformações nas relações sociais, econômicas e espaciais, *historicamente*, no nível local e no nível global, e suas implicações no modo de viver, trabalhar, conviver e do vir-a-ser da cidade e do cidadão do século XXI.

Para dar conta desse enfoque multifacetado, procuramos exercitar, na pesquisa empírica, a sugestão de Vérias, a partir de Gottdiener:

“As mudanças de espaço-tempo na atual organização social também fizeram mudar as condições de vida urbana no seu aspecto comunitário. Acentuou-se a segregação urbana e a distância socioespacial isentou as elites de qualquer responsabilidade quanto aos menos afortunados. O espaço mercantilizado e abstrato isola e fragmenta os grupos sociais – os vizinhos são estranhos, embora civilizados; a vida da comunidade local perde a rua e as áreas públicas de comunhão em favor da privacidade do lar. (Vérias, 2000:24).

Nessa mesma linha ainda, Vérias reforça a necessidade de que o pensamento sócio-espacial deve ser redirecionado de uma análise da economia para a transformação das relações sociais, para a luta por uma vida comunitária que desenvolva, no espaço, relações sociais transformadoras. As “novas feições urbanas”, apesar de não conseguirem esconder as profundas desigualdades sociais, acabam, por diversas vias, aproximando cada vez mais os temas da cidade e da cidadania. (Vérias, 2000:26)

Dessa forma, noções e conceitos como *subjetividade social* (na acepção de produção simbólica, realizada por atores coletivos que vivenciam, interpretam, confeccionam discursos com seus sinais positivos e negativos sobre uma determinada situação concreta), *experiência e cotidiano* vêm se apresentando como as novas perspectivas para a elaboração de instrumentos conceituais adequados que dêem conta das questões da esfera da produção e a da reprodução da força de trabalho.

A discussão do “Direito à Cidade” neste trabalho será realizada a partir de um estudo empírico de um Loteamento irregular surgido há dez anos [1993] na zona norte de São Paulo, distrito do Tremembé, quase fronteira com Guarulhos. A escolha dessa fenomenologia – o loteamento periférico irregular –, além das justificativas subjetivas já colocadas, correspondeu ao “aceite ao convite”, em especial feito por Maura Vérias (1999:40) e, indiretamente, por José de Souza Martins (1997:21) para a investigação de *uma fenomenologia*

dos processos excludentes, através de uma aproximação com a realidade cotidiana de cidadãos que vivenciam um determinado território ainda não reconhecido pela cidade, contribuindo para o debate teórico e político com o intuito de pensar a erradicação desses processos.

Para a investigação da fenomenologia escolhida procurou-se exercitar a complementaridade entre as perspectivas qualitativas e quantitativas para as pesquisas sociais, tão debatida e incentivada, mas, muitas vezes, de difícil operacionalização. Decidi enfrentar o desafio, articulando-as, valorizando o que cada uma podia trazer à tona, para enfrentar a problemática em causa.

Com Pedro Demo (2001), justifico o uso do método qualitativo como ponto de partida. Segundo ele, na quantidade pode-se perceber a qualidade, porque uma não contradiz a outra, mas dela faz parte. Hoje em dia, reconhece-se que ficar no nível estritamente empírico é um reducionismo deturpante, bem como, fica difícil captar a qualidade sem lançar mão de recursos quantitativos. (Demo, 2001:10-11)

Para a pesquisa, coletou-se dados primários, coletados em campo, através de questionário estruturado⁸ e aplicado a 203 pessoas⁹, totalizando uma amostra de 10,5% do universo do loteamento escolhido¹⁰. Esse sorteio foi realizado utilizando-se a “planta de selos” fornecida por Resolo – Departamento de Regularização do Solo da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) - ou seja, o cadastramento inicial realizado para o início dos

⁸ O questionário foi elaborado e pré-testado por esta autora, com questões abertas e fechadas, constituído por blocos temáticos: Bloco 1 – Informações gerais: perfil do entrevistado; Bloco 2 – Trabalho; Bloco 3 – Educação e formação profissional; Bloco 4 – Saúde geral; Bloco 5 – Condições de Vida: Identidade social; Moradia; Bloco 6 – Vínculos e Rupturas; Bloco 7 – Associativismo; Bloco 8 – Direitos; Bloco 9 – Projetos e Utopias. O formulário foi aplicado aos entrevistados, pela autora e por colaboradores previamente orientados.

⁹ As entrevistas duraram em média de 50 minutos a 1h30, conforme o caso. O questionário foi estruturado de maneira que, conforme a resposta do entrevistado, seria preenchido um bloco diferenciado de questões.

¹⁰ Do relatório da empresa contratada para esse trabalho de diagnóstico – Diagonal –, constavam 1438 lotes em janeiro 1999. Porém, a *planta de selos e de indicação de infraestrutura*, de agosto de 1999, contou 1923 lotes. Foi a partir desse último número que, tendo todos os lotes identificação por setor e número de selo, se processou a retirada da amostra de 10%, através de sorteio aleatório feito por computador. Desse sorteio, originou-se a relação dos entrevistados, selecionados por endereço.

trabalhos de urbanização, visando efetuar uma caracterização do loteamento, seu tamanho, número de famílias etc.

Entrevistamos, preferencialmente, o Chefe do domicílio ou o Cônjuge. Somente na ausência de qualquer um desses, entrevistamos o membro mais velho. A idade mínima do entrevistado foi 16 anos. Alcançamos a meta de 10% dos entrevistados, com apenas 2 recusas. Além disso, dentro do universo atingido, foram feitas, por indicação, 10 entrevistas com moradores antigos e ex-lideranças, bem como com a atual presidente da associação, totalizando as 203 entrevistas.

O questionário foi codificado e processado para compor um banco de dados do sistema SPSS – Statistical Analysis Software, versão 11.0, para todas as questões fechadas. As questões abertas foram trabalhadas através do Sistema SPAD.T – Système Portable pour l'Analyse des Données, versão 1.5. Essa base permitiu elaborar as tabelas de frequência com números absolutos e percentuais, trabalhar com questões de múltipla escolha, cruzar dados para detectar a relação de significância entre eles (CHI quadrado) e, por fim, realizar a análise fatorial, que se revelou um instrumento analítico de grande alcance para esse trabalho.

A análise fatorial fez-se um recurso analítico importante na medida em que teve por critério um reagrupamento do universo pesquisado que se pode chamar de tipologias, levando em conta *especificamente as diferenças* entre os valores e respostas verificáveis entre os entrevistados. O elemento organizador das tipologias ou grupos foi essa proximidade entre valores e opiniões diferenciados uns em relação aos outros. Esse recurso estatístico foi utilizado para identificar tipos diferentes de sociabilidades verificadas na empiria, tratadas no capítulo III.

Foram coletados também dados secundários para dialogar com a interpretação dos dados empíricos, como entrevistas com agentes do Poder Público, outras pesquisas com temas correlatos, indicadores socioeconômicos

e mapas produzidos recentemente, dados que vieram a completar e facilitar bastante também “a aproximação da realidade”.

A definição de uma área de estudo, um bairro ou um loteamento leva em conta tanto o recorte espacial como o sociológico. A empiria-território escolhido, além da sua justificativa subjetiva e objetiva, assume, a partir de determinados aspectos, a importância heurística que contribui para delinear e evidenciar certos aspectos e fatos do urbano que se quer apresentar e explicar. Como coloca Vêras:

“É possível captar o todo pelas suas partes, de seus momentos decisivos, desde que a “unidade destas partes está dada fundamentalmente pela história, pela memória que a cidade tem de si mesma”. (Vêras, 1996:146)

Direito à cidade: A (re)construção de um conceito

O núcleo teórico escolhido para desenvolver este trabalho consiste no que se convencionou chamar de “Direito à Cidade”. O **“Direito à Cidade”** assumiu uma configuração de “conceito-plataforma”, ganhando espaço no debate público como fruto das lutas por Reforma Urbana no Brasil, mais expressivamente desde o final da década de 80, quando do processo da Constituinte. Pontuo aqui, historicamente, alguns momentos importantes desde o período citado até os dias de hoje, que consolidaram essa abordagem ampliada da questão urbana, não só nacional mas internacionalmente.

Do movimento constituinte, foi emblemático o Fórum Nacional de Reforma Urbana¹¹, nascido em 1987, que, segundo Ana Amélia da Silva, constituiu-se num novo lugar onde passaram a ser declarados os direitos à cidade e à cidadania. Esse Fórum denunciava não só as raízes da segregação sócio-espacial e o pacto do Estado com os interesses privados na produção da cidade, mas também um “padrão de planejamento urbano” como instrumento

¹¹ Para maiores informações, consultar site: www.forumreformaurbana.org.br

de poder na formulação de políticas públicas”, aliado a uma legislação urbanística que estava distante da realidade das cidades. (Silva, 1996:180)

Com uma emenda popular com mais de 150 mil assinaturas, a proposta de Reforma Urbana apresentava dois eixos fundamentais, segundo Silva: em primeiro lugar, a função social da cidade e propriedade urbana e, em segundo lugar, o direito à gestão democrática das cidades, pelo qual seriam enfrentadas as práticas clientelistas e fisiológicas vinculadas aos poderes legislativo e executivo das instâncias locais. (Silva, 1996:181)

Do embate intenso à época, no capítulo de Política Urbana na Constituição de 1988¹², ficaram expressas algumas conquistas importantes, tais como a função social da propriedade e uma maior autonomia do poder local. No entanto, a regulamentação dessas novas normas deveria ser objeto de legislação específica e posteriormente seria tarefa das instâncias municipais. O próprio “direito à moradia”, reivindicação histórica dos movimentos populares, não foi declarado na Constituição como um direito social básico quando da promulgação da Carta Magna nos capítulos que afirmam os direitos e garantias individuais e sociais. Esse direito só foi reconhecido mais tarde, através de Emenda Constitucional em 2000¹³.

No que diz respeito à gestão democrática das cidades, a Constituição de 1988 revelou uma tensão emergente na sociedade civil brasileira: como os cidadãos e cidadãs poderiam participar ou influenciar na elaboração,

¹² Síntese do Capítulo II, da Constituição Federal de 1988, artigos 182 e 183:

- i. Plano Diretor – obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana
- ii. É o Plano Diretor que expressa as exigências fundamentais de ordenação da cidade quanto à propriedade urbana e quanto ao cumprimento de sua função social.
- iii. Dá direito ao domínio e concessão de uso aquele que possuir área até 250 m², por 5 anos, para uso seu e de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel.(usucapião especial de imóvel urbano)

¹³ Emenda Constitucional nº 26 de 2000. *Altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal*: “Art.6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”(...)Brasília, 14 de fevereiro de 2000. Mesa da Câmara dos Deputados.

implementação e fiscalização das políticas públicas sociais e urbanas? A criação dos Conselhos Setoriais – da Criança e do Adolescente, da Saúde e da Educação, por exemplo - caminhou nessa direção, abrindo possibilidades e canais institucionais de democracia participativa, convivendo com a democracia representativa. O campo de disputas políticas pela apropriação democrática do espaço nas cidades ainda estava esboçando formas e canais de interlocução com o poder público.

O “Direito à Cidade” começou a receber contornos internacionais em Vancouver , 1976 (Habitat I), mas, fundamentalmente, em Istambul , 1996, (Habitat II), contituiu-se em um marco importante na consolidação dessa discussão em todo o mundo. Nessas oportunidades, foi afirmado e reafirmado o compromisso dos governos nacionais signatários em envidar esforços para que os assentamentos humanos fossem sustentáveis e atendessem preferencialmente às populações mais vulneráveis e para que articulassem tais esforços e recursos com respeito aos ecossistemas e culturas respectivos. A questão da propriedade privada da terra foi também objeto desses debates, como instrumento da acumulação e da concentração da riqueza, contribuindo para a injustiça social, bem como a questão do princípio da função social da terra¹⁴.

A promulgação do *Estatuto da Cidade* (Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001), regulamentou, depois de treze anos, aquelas disposições gerais colocadas no capítulo de Política Urbana (nos artigos 182 e 183) e consagrou a concepção de “direito à cidade” atualmente difundida, abrangendo vários direitos, entre os quais a habitação digna é o mais expressivo, incluindo também os bens infra-estruturais e equipamentos sociais públicos, o transporte público de qualidade, a universalização do saneamento ambiental e o cumprimento da função social da propriedade.¹⁵

¹⁴ Ver Silva (1996) , sobre os debates internacionais. A referência a Vancouver em Villaça, 1986

¹⁵ Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do **direito a cidades sustentáveis (grifo meu)**, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos

No Estatuto da Cidade estão apontadas as diretrizes gerais da política urbana, os instrumentos urbanísticos para sua gestão e os direitos norteadores das ações civis e públicas que, se bem aplicados, devem concorrer para as mudanças do modelo vigente de apropriação e gestão das cidades.

As diretrizes estabelecidas no artigo 2º do Estatuto são: garantia do direito a cidades sustentáveis; gestão democrática (incluindo a participação popular); ordenação e controle do uso do solo; justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização; regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda.

A emergência no novo milênio de um mundo essencialmente urbano¹⁶ e a Era do globalismo reforçam e ampliam o protagonismo das cidades na cena pública - seja na esfera estatal, seja na esfera da sociedade civil; em fóruns nacionais ou internacionais - além de desafiar as forças sociais, políticas e intelectuais a redesenhar alternativas às consequências negativas, desagregadoras e segregadoras desse processo.

O “Direito à cidade”, no entanto, tem recebido diferentes abordagens que, embora não sejam absolutamente excludentes, trabalham e enfatizam diversamente algumas de suas dimensões e nexos fundamentais. Uma abordagem que destaco tem como expressões representativas a promulgação do Estatuto da Cidade (2001), a criação do Ministério das Cidades e a realização da Conferência das Cidades (2003). Como exemplo local: a Política Urbana implementada na gestão 2001-2004 (Marta Suplicy), que, sem dúvida, colocou em evidência o conflito sobre a questão da terra urbana e da

serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; (seguem-se alíneas II a XVI)

¹⁶ Conforme artigo de Oucho, J.O. . *Urban Population Trends*: “ The world's urban population reached 1. billion in 1970, increased to 2.5 billion in 1994 and is projected to 5.1 billion by 2025. The proportion urban for the respective years are 36.6 per cent, 44.8 per cent and 61.1 per cent. The regional pattern suggests that about 68 per cent of urban population resided in more developed regions (Europe, Northern America, Japan, Australia and New Zealand) in 1970, increasing to 75 per cent in 1994 and projected to 84 per cent in 2025 (United Nations, 1995:20). At the turn of the millennium, nearly half of the world's population was urban and by the quarter century in the new millennium urbanization is projected to account for nearly two-thirds of the total population In Revista Habitat Debate, junho 2001, vol.7 no. 2 (www.unhabitat.org/habitatdebate) e dados publicados no Boletim do Internacional Network for Urban Research and Action (INURA) , janeiro/2003

apropriação do espaço na cidade, instituindo novas diretrizes e instrumentos importantes para a gestão da política urbana, como o enfrentamento do debate e posterior promulgação da Lei do Plano Diretor Estratégico, apesar de toda a controvérsia que suscitou¹⁷.

Apesar dessa abordagem estar muito restrita principalmente à consecução dos direitos à moradia, também considera as questões relativas ao saneamento ambiental, transporte e função social da propriedade, sem muito bem qualificá-los¹⁸. O direito à função social da propriedade, ainda que inovador, não contempla parâmetros concretos para a identificação de seu cumprimento ou não cumprimento, já que o direito à propriedade privada continua válido. Sem dúvida, essa abordagem avança em relação às políticas urbanas anteriores, impondo limites à especulação e à exploração, mas dentro de marcos estabelecidos pelo sistema capitalista. A visão de cidade que essa abordagem coloca em discussão, embora vislumbre um avanço considerável na precariedade do morar e viver nas grandes cidades, sobretudo no presente, ainda limita bastante o que venha a ser entendido pela “qualidade do urbano”, para o conceito impreciso de qualidade de vida.

Uma outra expressão dessa abordagem um pouco mais ampla está consubstanciada na Carta Mundial do Direito à Cidade, publicizada no Fórum Social Mundial desde 2001¹⁹. Através de painéis e encontros realizados entre

¹⁷Estes são os instrumentos legais que podem ser utilizados quando a propriedade não cumpre a sua função social, ou seja, não estar edificada, estar subutilizada, ou de não estar sendo utilizada (considerando os limites para o exercício deste direito previstos na legislação urbanística): aplicação do parcelamento ou edificação compulsória; imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo e desapropriação para fins de reforma urbana. Esses instrumentos se materializam no Plano diretor Estratégico. Lei nº 13.430 de 13 de setembro de 2002.

¹⁸ v. Bonduki, Nabil. O Brasil repensado a partir das Cidades, in Folha de São Paulo, 19 de novembro de 2003, A-3 (Tendências e Debates)

¹⁹ Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária centrada no ser humano (ver **Carta de Princípios**). O FSM se propõe a debater alternativas para construir uma globalização solidária, que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos. (www.forumsocialmundial.org.br/ o que é o FSM?)

organizações da sociedade civil, nacionais e mundiais, que lidam com a questão urbana – no Brasil, liderada pelo FNRU –, tem sido construída a Carta Mundial do Direito à Cidade, com o objetivo de legitimá-la como referencial em debate na ONU. Essa carta vem sendo reelaborada e anunciada nos Fóruns Sociais mundiais intermediários e a cada edição do Fórum Social Mundial, inclusive o realizado em 2005.

A Carta Mundial do Direito à Cidade define a concepção de cidade e de cidadão, que, na visão de seus signatários, está na base desse *direito*. Na verdade, propõe um *modelo de cidade sustentável*, baseado nos princípios de solidariedade, liberdade, igualdade, dignidade e justiça social; propõe também preservar o respeito às diferenças culturais urbanas e o equilíbrio entre o urbano e o rural.

“A Carta Mundial do direito à cidade é um instrumento dirigido a contribuir com as lutas urbanas e com o processo de reconhecimento no sistema internacional dos direitos humanos do direito à cidade. O direito à cidade se define como o usufruto eqüitativo das cidades dentro dos princípios da sustentabilidade e da justiça social. Entendido como direito coletivo dos habitantes das cidades em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que se conferem legitimidade de ação e de organização, baseado nos usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito a um padrão de vida adequado (....).

O direito à cidade democrática, justa, eqüitativa e sustentável pressupõe o exercício pleno e universal de todos os direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos previstos em Pactos e Convênios Internacionais de Direitos Humanos, por todos os habitantes tais como: o direito ao trabalho e às condições dignas de trabalho; o direito de constituir sindicatos; o direito a uma vida em família; o direito à previdência; o direito a um padrão de vida adequado; o direito à alimentação e vestuário; o direito a uma habitação adequada; o direito à saúde; o direito à água; o direito à educação; o direito à cultura; o direito à participação política; o direito à associação, reunião e

manifestação; o direito à segurança pública; o direito à convivência pacífica entre outros.²⁰ .

No conteúdo dessa concepção de Direito à cidade, está presente a ampliação do enfoque sobre duas questões em especial: em primeiro lugar, ampliar a noção do melhoramento da qualidade de vida para as pessoas, centrada na habitação e nos bairros abrangendo a *qualidade de vida na cidade* e, em segundo lugar, considerar a cidade como lugar de exercício dos direitos humanos individuais mas, com ênfase aos *direitos coletivos*, dentre eles os ambientais, de transporte e mobilidade pública, de justiça, além do direito à participação no planejamento e gestão das cidades.

Estes dois aspectos – a *qualidade de vida nas cidades* e os *direitos coletivos*, com ênfase na participação e gestão democrática, - referem-se a uma noção de cidade como território gerador de grande riqueza e de diversidade econômica, ambiental, política e cultural.

²⁰ Carta Mundial do direito à cidade (preâmbulo,p.1). Ver íntegra da Carta no site: www.forumreformaurbana.org. Os signatários são: Entidades brasileiras: Fórum nacional de Reforma Urbana: FASE – Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional/ MNLM – Movimento Nacional por luta por moradia/ UNMP – União Nacional por Moradia Popular/ CMP - Central de Movimentos Populares/ FENAE – Federação nacional das associações de empregados da Caixa econômica / FISENGE – Federação Interestadual dos Sindicatos de Engenharia / POLIS – Instituto de Estudos, formação e assessoria em Políticas Sociais / FNA – Federação Nacional de Arquitetos/ IBAM – Instituto Brasileiro de administração municipal/ IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas/ CONAM – Confederação Nacional de Associações de Moradores/ FENEA – Federação Nacional dos Estudantes de arquitetura e urbanismo do Brasil/ AGB – Associação dos Geógrafos do Brasil/ ANTP – Associação Nacional dos Transportes Públicos/ COHRE Américas – Centre on Housing Rights and Evictions (Centro pelo Direito à moradia contra despejos). Frente nacional dos Prefeitos/ IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil/ Fórum Permanente dos movimentos e entidades de portadores de deficiência/ CONFEA – Conselho Federal de Arquitetura, Engenharia e Agronomia/ Frente nacional de Saneamento/Fórum Nacional de Participação Popular/ ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento urbano e regional/ CNPL – Confederação Nacional dos Profissionais Liberais/ FIC – Fórum Intermunicipal de cultura

Entidades Internacionais:

HIC – Habitat International Coalition / SELVIP – Secretaria Latino Americana de la vivienda popular/ IRGLUS – International Research Group on law and urban space/ PGU – Programa de Gestão Urbana da ONU/ COHRE – Centre on Housing rights and evictions / UM-HABITAT – United Nations Human Settlements Programme/ Rede latinoamericana de Megacidades/ Comissão de Huairou/a Rede Mulher e Habitat/Lac/Rede Mundial de Artistas em Aliança/ Instituto de Investigacion de la vivienda y habitat de la Universidad Nacional de Córdoba, Argentina.

Porém, concordo com Ana Fani Carlos, quando coloca que “é preciso debater mais , quando o que está em causa é a constituição de um projeto capaz de sinalizar as transformações necessárias da cidade como momento de transformação radical da sociedade” (Carlos, 2004:143)

No projeto de *cidade sustentável* a realização plena do direito à cidade em sua plenitude fica comprometida, segundo Carlos, porque, em primeiro lugar, a busca da sustentabilidade não permite a emergência de conflitos e contradições, principalmente das que decorrem do processo de apropriação e uso desigual da cidade e da produção social pelas diversas classes e grupos sociais. Em segundo lugar, porque reafirma o papel do Estado como regulador das relações de dominação e de produção social, mesmo que sob novas formas. E, em terceiro lugar, a “questão da qualidade de vida” refere-se, e muito, à satisfação individual, na esfera do consumo, seja como usuário de bem de consumo ou como usuário de uma “qualidade ambiental”. O cidadão, dessa forma, acaba por se confundir com o consumidor. O direito à cidade, nessa abordagem, está subordinado à lógica do mercado e da propriedade privada da terra urbana. (Carlos, 2004: 145-146)

A luta popular pelos direitos de cidadania, de forma mais ou menos combinada ou fragmentada, concentrou-se, em alguns momentos históricos na sociedade brasileira, ora nos direitos trabalhistas, ora nos direitos aos bens de consumo urbano e moradia, ora nos direitos políticos. A luta social que vem se engendrando e que está sendo expressa no “Direito à Cidade” confere um avanço na perspectiva científico-política sem precedentes, pois destaca uma visão de totalidade: um (novo) projeto de cidade e de sociedade.

A verdade é que as cidades não são igualmente acessíveis aos seus habitantes, estando a maioria praticamente privada do atendimento de suas necessidades básicas, situação que se agravou nos últimos 20 anos no mundo todo, por um processo intenso de vulnerabilização de amplas camadas da população. A questão da vulnerabilidade está vinculada ao deslocamento da centralidade da categoria trabalho como princípio da conquista dos direitos de cidadania. A mudança de forma do trabalho afetou os direitos e afeta muito

mais profundamente alguns segmentos sociais já historicamente discriminados. Assim, a vulnerabilidade está na razão direta do modo de inserção de indivíduos ou grupos no mercado de trabalho e do modo de distribuição de renda. É por isso que, atualmente, os vulneráveis de hoje são os vulneráveis de sempre: os muito jovens ou os velhos, os negros, os pardos, as mulheres, os indígenas e os migrantes. Opera-se uma ressignificação das vulnerabilidades como carências, retirando-as do campo dos direitos ²¹.

Nesse sentido, a investigação teórica exigiu a busca de outros referenciais teóricos que apontassem para outras abordagens do conceito de “Direito à cidade” capazes de contemplar os aspectos críticos apontados na primeira: a consideração do conflito pela apropriação da cidade e das relações Estado e Sociedade, na perspectiva dialética e multidimensional.

Os referenciais teóricos.

Ao interrogar a teoria sociológica e a sociologia urbana em particular sobre os nexos lógicos e históricos desse conceito, somos remetidos aos anos 70, que protagonizaram o embate sobre o urbano entre a abordagem funcionalista e liberal e a teoria marxista-estruturalista. A análise descritiva, centrada nas funcionalidades, tamanho e heterogeneidade da primeira, é contraposta, pela segunda, com uma forte análise crítica que destaca a desigualdade das relações de produção na cidade capitalista, as questões relativas à reprodução do capital e da classe trabalhadora, entrelaçando intimamente urbanização e processo de industrialização.

Essas escolas foram muito influentes no pensamento urbano brasileiro, que nos anos 70 do século passado, se debruçaram sobre as características

²¹ a noção de vulnerabilidade está referida ao trabalho de Castel, “As metamorfoses da Questão social” (1998) e também, Oliveira, F. A questão do Estado: vulnerabilidade e carência social (1995)

específicas do desenvolvimento capitalista “dependente” ou “periférico” e interpretaram seus desdobramentos sobre a vida nas cidades industrializadas ou em processo de industrialização.²²

Realizamos aqui um breve parêntese para comentar uma abordagem menos expressiva naquele período, porém não menos importante sociologicamente falando, que é a reflexão weberiana sobre a cidade. Essa reflexão está baseada na história das cidades européias, sobre as quais salienta-se o tema da liberdade e da cidadania, o que não condiz muito com a realidade latino-americana, em que a cidadania sempre foi e continua sendo problemática. Como coloca Vêras, essa abordagem faz a ligação entre cidade e política ou, em outros termos, entre *habitar* e *governar*, que está presente nos pensamentos de Weber e Marx. Diz ela:

“Historicamente, cidade e política são conceitos ligados, pois o próprio significado etimológico explicita as relações: *civitas* (do latim, cidade, conjunto dos cidadãos, da civilização, interesse público, dos membros do Estado, civil, sociedade civil) e *polis* (política, em grego, cidade-Estado). No fundo, designam, nesses dois idiomas diferentes, um modo de habitar, participar e dirigir. De maneira geral, a cidade deve, pois, ser vista como espaço *coletivo* da prática social.” (Vêras, 2000:38)

A maior influência sobre o debate sobre o urbano no período está na escola marxista-estruturalista. Nessa abordagem a história entra como elemento fundamental para a compreensão da cidade como reflexo da estrutura social que se ergue subordinada ao modo de produção. Essa análise, porém, vai se concentrar na cidade capitalista, enfatizando o espaço urbano como o lugar privilegiado da acumulação de capital e da reprodução da força de trabalho.

Essa concepção, aprisionada à análise macro-estrutural da sociedade, enfeixa-se na questão da privação da classe trabalhadora dos bens de consumo urbano coletivos. As questões urbanas – aglomeração, a

²² Para uma análise das diversas abordagens sociológicas do urbano, consultar Vêras, M. Trocando Olhares, São Paulo, Nobel-Educ, 2000

segregação, as políticas públicas, a legislação urbana, os movimentos sociais – passam a ser vistas e interpretadas como processos inerentes às contradições capitalistas que se manifestam na cidade.

O pensamento social brasileiro e principalmente aquele engajado às forças populares e de esquerda sofreram grande influência do pensamento francês nesse período. Kowarick (2000) reconhece essa influência, bem como a sua transferência, um tanto quanto acrítica na compreensão da realidade brasileira. Manuel Castells (1977) e Jean Lojkine (1981) são os intelectuais mais representativos dessa tradição e filiação, pelas suas preocupações com os problemas da *reprodução coletiva da força de trabalho*, bem como da luta da classe trabalhadora pelos *bens de consumo coletivos*.

O estágio monopolista do capitalismo pelo qual passava a Europa altera a descrição da cidade capitalista, pois o Estado passa a intervir mais diretamente nesse contexto, alterando as ‘condições gerais de produção’, a ‘anarquia’ da produção social, conforme propunha Marx. As classes sociais mantinham um enfrentamento com o aparelho de Estado, mas esse dava sustentação ao poder das classes dominantes. A luta de classes pela apropriação da produção, tanto na perspectiva analítica como na manifestação política, estava subsumida pelas reivindicações por equipamentos e infraestrutura, ou seja, os requisitos urbanos necessários à sua reprodução.

A Economia Política, entre os anos 70 e 80, exerceu grande influência na interpretação das cidades e da urbanização capitalista. Os paradigmas macroestruturais tiveram, a seu tempo, suas contribuições e seus limites explicativos. Há de se destacar, no entanto, a noção de *espoliação urbana*, elaborada por Kowarick, que procurou entender a inserção da classe trabalhadora na cidade e sua pauperização tanto no âmbito da exploração do trabalho como nos seus respectivos níveis de acesso ao consumo de bens coletivos e serviços urbanos indispensáveis à sua reprodução: transporte,

saneamento, habitação, pavimentação, energia elétrica, saúde e educação , entre os principais.²³

A perspectiva marxista hegemônica sobre a cidade e o urbano nos anos 70 ofereceu denúncias importantes sobre o funcionamento da sociedade e da cidade capitalistas. Porém, a realidade foi exigindo a captação de outros nexos e relações que dessem conta da dinâmica social. Há de se destacar nesse período, no entanto, a contribuição de Henri Lefèbvre²⁴. Esse autor de filiação marxista, de formação mais filosófica, inaugurou, na sua obra sobre a questão urbana, o termo “direito à cidade” (1969), que se tornou uma referência auspiciosa para o núcleo teórico do nosso trabalho.

É com Henri Lefèbvre que vamos identificar vários elementos constitutivos do que hoje temos entendido por Direito à Cidade. De certa forma, no âmbito do debate sobre o urbano, o que era antes uma perspectiva “subordinada” acaba por ser resgatado pela realidade contemporânea por sua vitalidade teórica. Dessa forma, é preciso começarmos a identificar e dar visibilidade a algumas bases teóricas ou paradigmas que estão em causa nas definições do conceito em pauta.

A perspectiva teórica aqui empreendida articulou e elaborou um rol de referências do que considere as bases teóricas do conceito de Direito à Cidade. Partindo da reflexão de Lefèbvre - recuperada sinteticamente - pretendo apresentar os temas e relações por ele apresentadas como componentes do conceito, suas possibilidades e críticas que, atualmente, o completam e/ou atualizam, trazendo e reunindo para o debate, contribuições de alguns autores contemporâneos que têm se preocupado com a questão urbana e com a questão da cidadania.

A vitalidade teórica da concepção de Direito à Cidade, elaborada por Lefèbvre, está centrada em alguns aspectos lógicos do desenvolvimento capitalista mundial que, apesar das grandes e complexas transformações,

²³ Kowarick, Lúcio. A espoliação Urbana, 1979.

²⁴ Posição também compartilhada por Kowarick (2000) e por Ana Fani Carlos (2004)

continua vigente e hegemônico. No entanto, em termos históricos, é preciso, de pronto, observar que, em primeiro lugar, sua aplicação ao caso brasileiro requereria distinções pelo processo, entre nós ocorrido, de modernização conservadora, muito diferente do caso europeu, em que se baseia o autor. Em segundo lugar, aqui não tivemos a tradição urbana da qual o próprio sistema capitalista se apropriou para ressignificá-la. Em terceiro lugar, sua concepção está sendo recuperada aqui no contexto da transição do capitalismo industrial para uma nova fase de acumulação de capital – globalismo, neoliberalismo, capitalismo flexível etc. –, entendida como uma inflexão da modernidade. Esses movimentos do capital são seguidos de perto por uma redefinição drástica do papel do Estado e dos movimentos da sociedade civil, muito diversos dos elementos históricos e lógicos que vigoravam no momento do capitalismo que inspirou Lefèbvre.

O resgate do conceito “direito à cidade” elaborado Henri Lefèbvre (1969), passa pela construção lógica e histórica de dois outros conceitos que estão intimamente ligados: ‘o que é *cidade*’ e ‘o que é o *urbano*’.

A *cidade* tem existência pré-capitalista e já carrega, como essência, ser o centro da vida social, cultural e política. A cidade, segundo ele, é uma “obra”, no sentido de obra da cultura humana, em contraponto ao “produto”, termo que está vinculado ao modo de produção capitalista industrial. Para Lefèbvre, a cidade é, essencialmente, o lugar do valor de uso, o lugar da acumulação da riqueza, mas também do conhecimento, das técnicas, das obras de arte, das festas. À medida, então, que foi concentrando o poder político, transformou-se também no centro das decisões. A cidade, nesses termos, seria a *ordem próxima*, isto é, o “plano do lugar, revelando o vivido” (Carlos, 2004:9)

O *urbano*, mais que significar uma modalidade da divisão social do trabalho, segundo Lefèbvre, sintetiza os conflitos entre valor de uso e valor de troca, que o desenvolvimento industrial veio a desequilibrar favoravelmente para o segundo, deixando subordinado ou quase imperceptível o primeiro. O capitalismo industrial agrega, de empréstimo, representações e signos da cidade antiga, reelaborando-os e transformando-os, para fazer emergir a

cidade capitalista. Para ele, a “vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na Cidade”.(Lefèbvre, 1969:20). O urbano, nessa concepção, se referiria a uma “ordem distante”; nessa dimensão, o urbano revelaria o processo de generalização da urbanização e da formação de uma sociedade urbana como possibilidade. (Carlos, 2004:9)

Essas características do urbano em Lefèbvre, mesmo levando em conta o espaço-tempo da sua elaboração, colaboraram para uma compreensão do urbano como sendo uma cultura superior, extremamente idealizada pelo autor.

Lefèbvre vai denunciar a destruição da urbanidade e a construção da urbanização como uma *estratégia de classe* da burguesia. Lefèbvre apresenta essa “estratégia de classe” de ressignificação da urbanidade, que floresceu com a hegemonia do capital industrial desde fins do século XIX, em “Três Atos” separados analiticamente, mas absolutamente imbricados um no outro.

O primeiro ato consistiu na alteração do ambiente construído do centro da cidade, de modo a restringir a participação dos trabalhadores no poder político. O segundo ato procedeu-se à ressignificação do termo “habitar” por seus ideólogos, separando habitar, que significava participar de uma vida social, comunidade ou cidade, para simplesmente “morar”, fazendo emergir a “ideologia da casa própria” e da propriedade, alcançada em locais desurbanizados. E, o terceiro surgiu em decorrência da *suburbanização*, nascida com o segundo, a segregação territorial, pela emergência de políticas habitacionais empreendidas pelo Estado para a resolução do “problema da habitação”. Nesse terceiro Ato, inclui, está inclusa também, a constituição da ciência urbana, o urbanismo, a partir da década de 20 do século XX.

Lefèbvre denuncia o movimento contraditório de urbanização desurbanizadora, promovido pelo desenvolvimento capitalista, pela retirada dos trabalhadores do “centro político, pela redução do *habitar* para *morar* na casa própria, mesmo que longínqua e desequipada e pela ação do poder estatal

e do urbanismo. O processo de urbanização desurbanizante procede a uma mudança nas relações e forças sociais na cidade. Dessa forma, a *consciência da cidade* e da *realidade urbana*, segundo Lefèbvre, se esfuma, até desaparecer. A destruição prática e ideológica da cidade não pode ser feita sem deixar um vazio enorme. Assiste-se, simultaneamente, ao “fim da cidade” e à “ampliação” da sociedade urbana.

“Pretendiam conceder-lhes, assim, uma vida quotidiana melhor que a do trabalho. Assim, imaginaram, com o habitat, a ascensão à propriedade. (...) O fato é que sempre se atingiu um resultado, previsto ou imprevisto, consciente ou inconsciente. A sociedade se orienta ideológica e praticamente na direção de outros problemas que não aqueles da produção. A consciência social vai deixar pouco a pouco de se referir à produção para se centralizar em torno da quotidianidade, do consumo. Com a “suburbanização” principia um processo, que descentraliza a Cidade. Afastado da cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará de esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar.” (idem, p.21)

Sem desconsiderar a gravidade da questão da moradia, Lefèbvre ratifica a posição de Engels no texto “Contribuição para o problema de Moradia” escrito em 1872, quando critica a excessiva preocupação dos partidos de esquerda alemães com a reivindicação de “mais casas”. Faltava, a seu ver, um pensamento urbanístico sobre esse debate público, pois as respostas dos organismos públicos ou semi-públicos estava se dando no sentido de fornecer moradias “o mais rápido possível pelo menor custo possível”. A funcionalidade dessa ação concretizava a transformação do conceito de habitat. A cidade, assim alinhada com o processo de industrialização, subordinou-se à sua organização, seguindo uma política de especulação imobiliária, mesmo nos subúrbios. (idem, p.23).

Promove-se o que ele vai denominar “Sociedade de consumo”, que passa a ser traduzida por pelo menos duas ordens, reciprocamente implicadas: *a ordem sobre o território* e *a ordem de ser feliz*. Os centros comerciais e de

consumo propõem a “felicidade através do consumo”, promovendo um “**urbanismo adaptado**” a uma nova missão: a quotidianeidade que gera satisfações a partir de um consumo programado que se tornará regra geral.

“ Todas as condições se reúnem assim para que exista a dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores do espaço”.
(idem,p. 29)

Na análise lefebvrea, além do Capital em Geral, alia-se o poder Estatal que, no período do Pós-Segunda Guerra Mundial, assumiu cada vez mais as funções urbanas, através do planejamento para destruir o *urbano*.

“Conseguem fazê-lo? “(...) É neste nível que a vida quotidiana, regida por instituições que a regulamentam do alto, consolidada e disposta por múltiplas coações, se constitui. A racionalidade produtivista, que tende a suprimir a cidade ao nível da planificação geral, reencontra-a no plano do consumo organizado e controlado, no plano do mercado vigiado. Após tê-la descartado do nível das decisões globais, os poderes a reconstituem ao nível das execuções, das aplicações.” (idem, p. 91)

Lefèbvre destaca, dessa forma, a imprescindível necessidade de se manter a *visão da totalidade sobre o urbano*: ao mesmo tempo, expressão de um “modo de vida urbano” e de uma “base prático-sensível”, uma morfologia.

Se se considera a cidade como obra de certos “agentes” históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e seu “produto”. Sem com isso separá-los. Não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e de condutas, sem mensagens e sem códigos. Tampouco há obra sem coisas, sem uma matéria a ser modelada, sem uma realidade prático-sensível, sem um lugar, uma “natureza”, um campo e um meio. As relações sociais são atingidas a partir do sensível; elas não se reduzem a esse mundo sensível e no entanto não flutuam no ar, não fogem na transcendência (...) Há portanto uma ocasião e uma razão para se distinguir a morfologia material da morfologia social. (...) A vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra “o urbano” não podem dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia. Elas a tem ou não a tem. Se não a tem, se o “urbano” e a sociedade urbana são concebidos sem essa base, é que

são concebidos como possibilidades, é que as virtualidades da sociedade real procuram por assim dizer a sua incorporação e sua encarnação através do pensamento urbanístico e da consciência: através de nossas “reflexões”. Se não as encontrarem, essas possibilidades perecem; estão condenadas a desaparecer. O “urbano” não é uma alma, um espírito, uma entidade filosófica.” (idem, p.29)

O *urbano* é, então, assim definido segundo Lefèbvre:

“uma qualidade que nasce de quantidades (espaços, objetos, produtos). É uma diferença ou sobretudo um conjunto de diferenças. “O urbano” contém o sentido da produção industrial, assim como a **apropriação** contém o sentido da **dominação técnica sobre a natureza**, com esta deslizando para o absurdo sem aquela. É um **campo** de relações que compreendem notadamente a relação do tempo (ou dos tempos: ritmos cíclicos e durações lineares) com o espaço (ou espaços: isotopias ou heterotopias). Enquanto lugar do desejo e ligação dos tempos, o urbano poderia se apresentar como **significante** cujos **significados** procuramos neste instante (isto é, as “realidades” prático-sensíveis que permitem realizar esse significante no espaço, com uma base morfológica e material adequada.” (....)(idem,p.78)

O que Lefèbvre chama de “*sombra da cidade*” constituiu-se numa obsessão de consumir turisticamente as cidades antigas, como a recuperar o *urbano* perdido do seu quotidiano, de sua práxis. (Idem,p. 92)

O convite à análise da cidade e do urbano como totalidade se fortalece, imbricando a estrutura social e a estrutura física e socialmente construída, reconhecendo-se a pluralidade e simultaneidade de coexistências de padrões de maneiras de viver a vida urbana, carregadas de signos elaborados a partir de uma prática social e de sua base morfológica. **A cidade é, portanto, prática social.**

Através do processo de industrialização capitalista, a prática social transforma não só a paisagem e a concepção do modo de vida *urbano*, mas também as formas de *socialização* e de *sociabilidade*. Como coloca o autor, a partir da realidade européia:

“O urbano, não pensado como tal mas atacado de frente e de través, corroído, roído, perdeu os traços e as características da obra, da apropriação. Apenas as coações se projetam sobre a prática, num estado de deslocação permanente. Do lado da habitação, a decupagem e a disposição da vida quotidiana, o uso maciço do automóvel (meio de transporte “privado”, a mobilidade (aliás freada e insuficiente), a influência dos mass-media separaram do lugar e do território os indivíduos e os grupos (famílias, corpos organizados). A vizinhança se esfuma, o bairro se esboroa; as pessoas (os “habitantes”) se deslocam num espaço que tende para a isotopia geométrica, cheia de ordens e de signos, e onde as diferenças qualitativas dos lugares e instantes não têm mais importância. Processo inevitável de dissolução das antigas formas, sem dúvida, mas que produz o sarcasmo, a miséria mental e social, a pobreza da vida quotidiana a partir do momento em que nada tomou o lugar dos símbolos, das apropriações, dos estilos, dos monumentos, dos tempos e dos ritmos, dos espaços qualificados e diferentes da cidade tradicional.” (idem,p. 75)

Lefèbvre reconhece, porém, que a realidade urbana não foi totalmente destruída pela industrialização, mesmo depois que o capital industrial contou com a força do “planejamento estatal”. Ainda há esforços e espaços para mantê-la viva, que movimentam a contradição do fazer e desfazer urbano.

“O uso (do valor de uso) dos lugares, dos monumentos, das diferenças, escapa às exigências da troca, do valor de troca. É um grande jogo que se está realizando sob nossos olhos, com episódios diversos cujo sentido nem sempre aparece.” (...) Ao mesmo tempo em que lugar de encontros, convergência das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi: lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível. Este momento vai até a implosão-explosão das violências latentes sob as terríveis coações de uma racionalidade que se identifica com o absurdo. Desta situação nasce a contradição crítica: tendência para a destruição da cidade, tendência para a intensificação do urbano e da problemática urbana.” (idem, p.76)

O processo de urbanização desurbanizante, ao mesmo tempo que fragmenta o todo, promove a **integração desintegrante**²⁵, atuante de forma incisiva sobre a realidade urbana, sem contudo, desintegrar totalmente a sociedade, que se mantém em funcionamento.

Nesse ponto, o autor aponta um grande problema com relação ao processo democrático vivido nas grandes cidades, relacionado ao tema da integração que é a participação. Lefèbvre é bastante crítico em relação a esse tema, que considera “obsedante”.

“ Na prática, a ideologia da participação permite obter pelo menor preço a aquiescência das pessoas interessadas e que estão em questão. Após um simulacro mais ou menos desenvolvido de informação e de atividade social, elas voltam para a sua passiva tranqüilidade, para o seu retiro. É evidente que a participação real e ativa já tem um nome. Chama-se auto-gestão. O que levanta outros problemas.” (idem, p. 95)

Lefèbvre se questiona sobre as possibilidades de recuperação do urbano, que não está totalmente destruído e sobre as forças sociais e políticas que podem se contrapor às estratégias de classe que o destroem. Não fugindo, nesse ponto, das suas filiações macroestruturais, deposita na “classe operária”, maior vítima da segregação, e não em qualquer outra força social ou política, a possibilidade de reação.

“Para a **classe operária**, vítima da segregação, expulsa da cidade tradicional, privada da vida urbana atual ou possível, apresenta-se um problema prático, portanto, político. Isso ainda que esse problema não tenha sido levantado de forma política e que a questão da moradia tenha ocultado até aqui, para essa classe e seus representantes, a problemática da cidade e do urbano.” (idem, p. 95)

²⁵ O termo desintegração-desintegrante nos remete à problemática da inclusão perversa, como colocada por J.S. Martins (1997).

O direito à cidade ou a utopia em Lefèbvre

Do entrelaçamento entre urbanização e industrialização, desdobra-se uma crise que incita ao convite à superação dessa contradição entre “continuismo e descontinuismo absoluto”, ou ainda entre “evolucionismo reformista” e “revolução total”. Lefèbvre deixa a pergunta: “ Se se deseja superar o mercado, a lei do valor de troca, o dinheiro e o lucro, não será necessário definir o lugar dessa possibilidade, ou seja a sociedade urbana, a cidade como valor de uso?”

Ele incita à escolha entre a superação, em favor do caminho na direção do “homem urbano, polivalente, polissensorial, capaz de relações complexas e transparentes com “o mundo” (o meio e ele mesmo) ou então, o niilismo. Para ele é preciso superar o “velho humanismo”, ou seja, a ideologia da burguesia liberal, com um novo humanismo, uma nova práxis, de um outro homem, o homem da sociedade urbana. (idem, p.99)

Essa práxis inclui uma nova teoria do “urbanismo”, que recuperaria o “habitar”, que daria uma articulação histórico-teórica aos tempos-espacos urbanos, que visaria à totalidade da cidade e do urbano, com que seriam analisados os projetos urbanísticos nas suas implicações ideológicas e estratégicas. (id, 102)

A ciência do urbano pode construir e propor modelos. Mas eles não farão sentido sem uma estratégia urbana com forças sociais criativas e revolucionárias, que podem transformar a cidade em obra renovada. É preciso, colocava o autor, identificar as várias estratégias ou grupos em luta. Segundo H.Lefèbvre:

“Das questões da propriedade da terra aos problemas da segregação, cada projeto de reforma urbana põe em questão as estruturas, as da sociedade existente, as das relações imediatas (individuais) e quotidianas, mas também as que se pretendem impor, através da via coatora e institucional, àquilo que resta da realidade urbana.” (idem, idem)

A ciência da cidade não age por si mesma. Tem na presença e ação da classe operária o apoio necessário para a luta contra a segregação de que é a maior vítima. Segundo Lefèbvre:

“Apenas essa classe, enquanto classe, pode contribuir decisivamente para a reconstrução da centralidade destruída pela estratégia de segregação e reencontrada na forma ameaçadora dos “centros de decisão”. Isto não quer dizer que a classe operária fará sozinha a sociedade urbana, mas que sem ela nada é possível. A integração sem ela não tem sentido, e a desintegração continuará, sob a máscara e a nostalgia da integração. Existe aí não apenas uma opção, mas também um horizonte que se abre ou que se fecha. Quando a classe operária se cala, quando ela não age e quando não pode realizar tudo aquilo que a teoria define como sendo sua “missão histórica”, é então que faltam o “sujeito” e o “objeto”. O pensamento que reflete interina essa ausência.” (cf. idem, p. 104)

A questão urbana enseja ainda um embate político por direitos “concretos”, que vem completar os “direitos abstratos” do homem e do cidadão que foram erguidos junto com a democracia. O autor se refere aos “direitos das idades e dos sexos (a mulher, a criança, o velho), direitos das condições (o proletário, o camponês), direitos à instrução e à educação, direito ao trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde, à habitação. Apesar, ou através das gigantescas destruições, das guerras mundiais, das ameaças e do terror nuclear a pressão da classe operária foi e continua a ser necessária (mas não suficiente) para o reconhecimento desses direitos, para a sua entrada para os costumes, “para a sua inscrição nos códigos, ainda bem incompletos” (idem, p. 107).

A utopia está sintetizada por Lefèbvre no que ele chamou de *direito à cidade*:

“O **direito à cidade** não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que “o urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no

espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. O que pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utilize os recursos da ciência e da arte.” (p. 108). (...)

“A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) e por conseguinte se inscrevem nas perspectivas da revolução sob a hegemonia da classe operária.” (idem, idem, p.131)

Para Lefèbvre, o agente portador ou suporte que pode realizar essa transformação é a classe operária, que historicamente carrega em si a contestação da “estratégia de classe” que se ergueu contra ela. A síntese está, portanto, no campo político, no embate entre as diversas forças sociais.

“Cabe a elas indicar suas necessidades sociais, inflectir as instituições existentes, abrir os horizontes e reivindicar um futuro que será obra sua. Se os habitantes das diversas categorias e “estratos” se deixam manobrar, manipular, deslocar para aqui ou para ali sob o pretexto de “mobilidade social”, se aceitam as condições de uma exploração mais apurada e mais extensa do que outrora, tanto pior para eles. Se a classe operária se cala, se não age, quer espontaneamente, quer através da meditação de seus representantes e mandatários institucionais, a segregação continuará com resultados em círculo vicioso (a segregação tende a impedir o protesto, a contestação, a ação, ao dispersar aqueles que poderiam protestar, contestar, agir). A vida política, nesta perspectiva, contestará o centro de decisão política ou o reforçará. Esta opção será, no que diz respeito aos partidos e aos homens, um **critério de democracia**.

Para ajudá-lo a determinar seu trajeto, o homem político tem necessidade de uma **teoria**.” (idem, idem:113-114)

A utopia revolucionária de Lefèbvre, no entanto, está vinculada à sociedade industrial e à posse do aparelho de Estado pela classe operária e seus planejadores urbanos:

“ A transformação revolucionária da sociedade tem por campo e alavanca a produção industrial. É por isso que foi necessário demonstrar que o centro urbano de decisão não pode mais ser considerado (na sociedade atual: o neo-capitalismo ou capitalismo monopolístico ligado ao Estado) fora dos meios de produção, de sua propriedade, de sua gestão. Só se a classe operária e seus mandatários políticos se encarregarem da planificação é que será possível modificar profundamente a vida social e abrir uma grande segunda era: a era do socialismo nos países neo-capitalistas. Até então, as transformações ficarão na superfície ao nível dos signos e do consumo dos signos, da linguagem e da metalinguagem (discurso em segundo grau, discurso sobre os discursos anteriores). Portanto, não é sem reservas que se pode falar de revolução urbana.” (id.,idem:132)

O socialismo que ele aponta, porém, não é o da sociedade totalmente planificada. Ele concebe o socialismo como produção orientada para as necessidades sociais e, por conseguinte, para as necessidades da sociedade urbana. “ (...) Sua formulação não sai do possível, ainda que esse possível pareça longe do real e ainda que esteja realmente longe” (idem, id.:117). Como aliada da ciência, Lefèbvre coloca o *poder da imaginação* que pode vir a fecundar criativamente a realidade.

Lefèbvre fala da necessidade de se superar o economicismo e conduzir a reflexão para uma nova práxis:

“Só o proletariado pode investir sua atividade social e política na realização da sociedade urbana. Só ele também pode renovar o sentido da atividade produtora e criadora ao destruir a ideologia do consumo. Ele tem portanto a capacidade de produzir um novo humanismo, diferente do velho humanismo liberal que está terminando sua existência: o humanismo do **homem urbano** para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida quotidiana na cidade se tornam obra, **apropriação**, valor de uso (e não valor de troca) servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, do domínio sobre a natureza material.”

(...)

“Entretanto, persiste a diferença entre produto e obra. (...) Ora, a classe operária não tem espontaneamente o sentido da obra. Esse sentido se

esfumou, quase desapareceu com o artesanato e a profissão e a “qualidade” . Onde é que encontra esse precioso depósito, o sentido da obra? De onde a classe operária pode recebê-lo a fim de levá-lo a um grau superior, unindo-o à inteligência produtiva e à razão praticamente dialética? A filosofia e a tradição filosófica inteira, de um lado, e do outro lado toda a arte (não sem uma crítica radical de seus dons e presentes) contêm o sentido da obra.”

(...)

“ Isso exige, ao lado da revolução econômica (planificação orientada para as necessidades sociais) e da revolução política (controle democrático do aparelho estatal, autogestão generalizada) uma revolução cultural permanente.

(...)

Lefèbvre parece prenunciar as mudanças no sistema capitalista, chamando algumas de suas manifestações no período estudado de “neo-capitalismo”, ao que atualmente são fenômenos que caracterizam o processo de globalização, como os centros de decisão, de consumo, de informações, de comunicações velozes que visam o controle do poder. Não são apenas técnicas que estão em questão, mas sim técnicas bem determinadas, com suas implicações sócio-políticas.

. Por fim, o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à **obra** (à atividade participante) e o direito à **apropriação** (não somente restrito ao direito à propriedade) estão implicados nesse conceito.

A abordagem inicial que apresentamos do conceito de Direito à Cidade debatido na contemporaneidade, (re)encontra ou confronta-se lógica e historicamente nessa breve síntese das idéias de Lefèbvre, algumas bases e concepções teóricas que ora a sustenta, ora a confronta com a realidade contemporânea brasileira e mundial: a era do globalismo, da acumulação flexível e as novas perspectivas sociológicas, que combinam as perspectivas macro e microestruturais.

O especial e incomum destaque à dimensão do cotidiano por Lefébvre naquele período tem inspirado, hoje, novas reflexões sobre os processos sociais. Num determinado espaço ou território da cidade pulsam forças sociais com suas ações, relações, trocas e tensões recortadas muito mais que pelas dimensões sociais, econômicas, jurídico-políticas, mas também as dimensões do público e do privado, as estéticas, psicológicas, culturais, simbólicas, semânticas. (Véras, 1996:150-152)

Ao conceber a ***cidade como prática sócio-espacial e construção humana***, Ana Fani Carlos (2004) retoma a discussão lefebvrea sobre as potencialidades do cotidiano. Ao contrário do que se convencionou entender como cotidiano – a esfera da reprodução, da continuidade, da persistência, - é possível detectar, nesse nível, vários movimentos, construções, transformações e conflitos que se traduzem em novas relações no espaço urbano, ou em “lugares da metrópole”. A movimentação da dialética da realidade na esfera da **reprodução (grifo meu)**, em que ocorrem diversas formas de vivência da apropriação, da dominação e da segregação pode fazer emergir também a criação e a invenção, que instituem (novas) práticas e usos .

“A vida cotidiana exprime-se como expressão aprofundada do mundo enquanto ação-ato-atividade humana marcada por uma relação profunda com a vida – momentos de significação espaço-tempo das palavras e gestos que exprimem uma ação, na qual o movimento do corpo, dos olhos, compõe e dão significado à vida, não somente a realidades interiores. Aqui, realiza-se o mundo como campo de possibilidades que denunciam as aparências misturadas de realidade e, com isso, explora-se o campo do possível. Esta é a potência do “cotidiano enquanto categoria de análise”. Por sua vez nega a afirmação de que há, no mundo moderno, uma identificação imediata entre o espaço real e concreto da vida e a sua representação.”(Carlos, 2004, p.8-9)

A cidade, não podendo ser concebida somente nas suas relações de produção – sejam predominantemente industriais, terciárias ou financeiras –, necessita da perspectiva da vida cotidiana para atingir a totalidade, que se mostra nos momentos de trabalho, lazer e da vida privada, articulando-se a

todas as atividades do humano, seus conflitos e diferenças. (Carlos, 2004:22-25)

Essa compreensão do cotidiano pode vir a significar um contraponto à tendência hegemônica que o coloca como elemento constitutivo somente da reprodução da metrópole, que impõe novos modelos culturais, de consumo e de comportamento advindos tanto do processo de globalização como das persistências de valores tradicionais específicos e locais. Desta forma, as sociabilidades e as práticas sócio-espaciais se transformam, empobrecendo as relações entre as pessoas. É a articulação global/local também se manifestando no nível do cotidiano. (Carlos, 2004:25)

A noção do urbano se elabora e se transforma no cotidiano, onde ocorrem lutas e se expressam o sentido e o caminho da reprodução e da produção da cidade. O cotidiano é onde o espaço é vivido como fragmento, mercadoria, valor de troca, como uma forma particular de apropriação e uso. (Carlos, 2004:29)

“A cidade “se revela concretamente, e através do uso que dá sentido à vida é no uso (como ato e atividade) que a identidade se realiza como atividade prática que sustenta a memória, assim se revela o conteúdo da prática sócio-espacial. É nesta dimensão que a vida se transforma, na transformação dos lugares da vida”. (...)

“O direito à cidade se realiza nas possibilidades reais de apropriação, pela subordinação do valor de troca ao uso (e não o contrário), da constituição da cidade enquanto espaço de criação superando a contradição usuário-usador” . (idem,id.:31-32)

A partir desses questionamentos feitos ao debate urbano, principalmente com Lefèbvre, pude identificar várias contribuições teóricas que compuseram uma síntese das bases que fundamentam o conceito geral de direito à cidade na contemporaneidade e que puderam repor, confirmar, criticar e desenvolver seus elementos constitutivos, em três eixos temático-teóricos, separados entre si, apenas analiticamente. São eles:

1º.) **a questão da propriedade e apropriação da terra urbana**, envolvendo a questão da casa própria (o plano do *habitar*), o ambiente construído de qualidade; a separação entre o habitar e morar, a segregação social e territorial, a hiperperiferia e, o papel do Estado e das políticas públicas urbanas;

2º.) **a questão da(s) sociabilidade(s) urbana(s); a questão da cidadania, participação cidadã e controle social**, que envolve a questão de participar e governar a cidade, bem como as questões da diversidade, da identidade e da alteridade; a questão da cidadania e a articulação entre os direitos individuais e os direitos coletivos; a vivência do cotidiano; as relações entre Estado e sociedade civil, problematizada pela questão da gestão democrática e da participação e controle social; e a questão da construção coletiva de utopias;

3º.) **questão da (nova) pobreza, ou seja, da exclusão/inclusão social; espoliação urbana ampliada**, subjacente às outras duas, como decorrência dos processos de globalização e aprofundamento da cidade como cidade global.

Cada um desses temas mereceria um capítulo ou abordagem particular. Alguns mais, outros menos, esses temas e questões serão retomados ao longo do trabalho, a partir daquilo que selecionamos e recortamos para a análise da problemática advinda da empiria e que consideramos ser representativo de um esforço intelectual coletivo: tratamento do direito à cidade sem, porém, pretender ser exaustiva nessa empreitada.

No **primeiro eixo**, estão as contribuições teóricas que apresentam como referência as questões que se envolvem com o tema da propriedade privada, apropriação da terra urbana e a casa própria.

A discussão do direito à cidade já foi tratada em vários momentos, como o “problema da Habitação”²⁶. Da década de 70 em diante, trava-se um debate intenso nas ciências sociais em torno das conseqüências da vulgarização da casa própria, individualizada: por um lado, ela é considerada abrigo, fator de segurança contra as turbulências do mercado de trabalho, locus de referência de uma vida social familiar para o trabalhador, e, por outro, ela é retratada como a garantia da classe capitalista da preservação do princípio fundamental da propriedade privada, do individualismo possessivo, inclusive promovendo a fragmentação da classe trabalhadora em outras frações, constituídas de inquilinos e proprietários.

Villaça (1986) é um dos autores que destaca o duplo movimento da questão da ideologização e desideologização da casa própria. Realmente, coloca o autor, o que se convencionou chamar de *ideologia da casa própria*, pela difusão da idéia, pela classe dominante, de que só a casa própria dava segurança econômico-social, representando uma espécie de seguro face às incertezas do futuro, desde meados do século XX, atualmente não tem nada mais de ideológica. Para Villaça, a classe dominante encarregou-se de lhe dar sentido concreto. Além disso, reconhece que a posse de uma casa, carrega outros significados, além do abrigo e segurança: confere status, abre portas para a aquisição de outros bens, oferece garantia de crédito público e financeiro. (Villaça, 1986, 53)

A casa que preenche as funções de abrigo, local de satisfação das necessidades biológicas, sociais e emocionais, pessoais e familiares, um verdadeiro “cosmos” de imagens vividas, “ninho” de sonhos do que queremos viver (Véras, 1996:112-113), muitas vezes, cedeu lugar, no debate urbano, a um outro seu aspecto, qual seja, o de espaço da reprodução da classe trabalhadora ou ao de casa própria-mercadoria. A feição da casa-mercadoria passa por algumas fases: desde sua produção para ser vendida no mercado regularizado da habitação para as classes média e alta até aquela que nos interessa tratar, que é a da autoconstrução, seja por lote localizado em áreas

²⁶ como foi nomeado por Engels, 1872, trabalho –referência para muitos autores aqui citados: Lefébvre (1969), Harvey (1999), Villaça (1986), Véras (1996)

desurbanizadas e desequipadas adquirido em várias prestações, seja pela invasão/ocupação de “terra gratuita” (Villaça, 1986: 48-49) , pública ou privada, muitas vezes localizadas em áreas inóspitas ou de risco, porque seu preço se tornou inacessível, mesmo naquelas condições.

Segundo Harvey (1982), a habitação é o mercado principal dos elementos individuais do ambiente construído e por isso, a casa própria é importante fator da submissão dos trabalhadores ao princípio da propriedade privada estimulada, muitas vezes, pelo próprio capital em geral.

“A casa própria, em suma, convida uma facção da classe trabalhadora a comprometer sua luta inevitável pela apropriação do valor nas sociedades capitalistas, de uma maneira diferente. Ela a coloca do lado do princípio da propriedade privada e frequentemente leva a se apropriar de valores às custas de outras facções da classe trabalhadora. Com esse maravilhoso instrumento para dividir e governar à sua mercê, não chega a ser surpreendente que o capital em geral alie-se ao trabalho a esse respeito, contra os interesses fundiários. É como se o capital, tendo confiado na propriedade fundiária para divorciar o trabalho de uma das condições básicas de produção, preservasse intacto o princípio da propriedade privada face à luta de classes, permitindo que o trabalho retorne ao mundo como um proprietário parcial de terras e de propriedades, como uma condição para o consumo”. (Harvey, 1982, 14)

A desideologização da casa própria é um importante momento no debate teórico-político sobre o urbano²⁷, do qual Villaça é representativo, pois reafirmou a importância da casa como abrigo e retirou-a da redução a fator ou custo da reprodução da força de trabalho, aspecto hegemônico no debate imperante nos anos 70.²⁸

A questão da propriedade privada da terra e da terra urbana em particular coloca em discussão as contradições entre o seu valor de troca e o valor de uso. A propriedade da terra urbana para habitação pode transitar entre

²⁷ Mesmo tendo uma abordagem mais avançada em relação à ideologia da casa própria, Villaça ainda manifestava amarras estruturalistas, pois considerava que estávamos inseridos no momento da fase do capitalismo monopolista de Estado (1986: 77)

²⁸ Essa questão está bem abordada e reconhecida em Kowarick (2000) Escritos Urbanos

valor de troca e valor de uso para o trabalhador, mas certamente não está na razão direta da questão propriedade dos meios de produção. No entanto, entra-se numa esfera de fração de poder, na medida em que “quem controla a terra urbana, controla a cidade” .(Rolnik, 1997)

É sob o capitalismo que a terra é apropriada privadamente e transforma a habitação em mercadoria de difícil acesso aos trabalhadores. A habitação ou abrigo é um aspecto importante que pesa nos custos da reprodução da classe trabalhadora e, por isso, é bastante manipulável politicamente.

“No capitalismo, **os direitos à casa e à cidade** (grifo meu) enquanto universo de valores de uso são negados, e estas condições indispensáveis à vida são reduzidas a mercadorias raras, acessíveis aos que podem pagá-las. O atendimento das necessidades de habitar envolve questões complexas, desde a posse da terra e sua localização na cidade, acesso a serviços e equipamentos públicos, características construtivas, condições de ocupação do domicílio e assim por diante. Tais valores de uso são sufocados pelos “valores de troca”, mercadorias produzidas e trocadas por algo equivalente reduzidas a um “quantum” quantidade média de trabalho social necessária à sua produção. Dessa maneira seu valor depende das condições de produção e das regras de mercado: custos de terra urbana (com respectivos equipamentos e serviços, infra-estrutura) material de construção (e respectivas tecnologias) e força de trabalho empregada. Há necessidade de financiamento, pois os custos são elevados e longos os períodos para sua confecção – daí a intervenção do Estado, geralmente para facilitar a aquisição, financiada, na ótica da propriedade privada, a reduzir seu consumo aos estratos de renda capazes de suportar o peso dessa aquisição ou locação” . (Veras, 1996: 13 e 1987:40-58)

A resolução política e radical dessa questão está em oferecer a toda a população as condições habitacionais mínimas, conforme os padrões de cada período histórico e as condições de cada formação econômico-social, respeitando suas características econômicas, culturais, tecnológicas e territoriais, e isso só seria possível com a resolução da questão da

propriedade privada, como apontada por Engels desde 1872 e reafirmada por vários autores.²⁹

O esforço político para a conquista do “padrão habitacional ideal” como uma face da resolução do “problema da habitação”, integrando hoje o que se chama por “direito à cidade”, depende das condições históricas de realização da luta política entre as forças sociais, que se constituem em momentos de um processo político longo, complexo e contraditório. As dificuldades de emergência e agudizamento da questão da propriedade privada, fundamento da sociedade capitalista, percorrem um longo caminho histórico, que ainda tem grandes dificuldades em aparecer como conflito. Isto não quer dizer que não tenham havido lutas e confrontos. No entanto, as lutas sociais nas cidades têm se caracterizado pela luta por direitos ou bens de consumo coletivo:

“O que existe é a luta constante dos trabalhadores por melhores condições de vida – de alimentação, vestuário, moradia, saúde – processo esse que nada mais é do que a caminhada dos dominados para sua libertação”. (Villaca, 1986:31)

Em suma, se conferimos importância à esfera da vida cotidiana, não podemos desprezar e reduzir a conquista da casa própria pela classe trabalhadora. O valor de uso dos lugares onde se realizam as ações do dia-a-dia, onde se dá uma experiência vivida em determinado tempo-lugar, possibilita construção de identidade e de conteúdos significativos que constituem a prática sócio-espacial. Como coloca Carlos, é através dessa prática que o tempo se acumula na cidade criando o quadro de referência da vida. (p.139-140)

“O ato de “habitar” está na base da construção do sentido da vida, realizada nos modos de apropriação dos lugares da cidade, a partir da casa, na vida cotidiana enquanto prática sócio-espacial.” A “espessura da realidade” também é dada pelos objetos sensíveis e significados afetivos ou representações, que por não serem efêmeras, possibilitam a compreensão dos significados profundos sobre os modos como se construíram ao longo do tempo” (Carlos, 2004:139-140)

²⁹ Ver: (Villaca, 1986: 27); Carlos (2004), Vêras (1996) e Harvey (1999)

Por outro lado, o plano de habitar também vai revelar a extrema desigualdade e a fragmentação dos lugares submetidos à apropriação privada.

“Neste plano também se revelam os atos que produzem a cidade dentro dos estritos limites da produção econômica, enquanto condição da produção/reprodução do capital, enquanto uso produtivo do espaço através dos múltiplos processos de intervenção. O sentido de utilidade invade a vida redefinindo-a, com imensas perdas, pois os homens se tornam instrumentos do processo de reprodução espacial, e suas casas se transformam em mera mercadoria passíveis de serem trocadas ou derrubadas (em função das necessidades do crescimento econômico que tem na reprodução do espaço urbano, condição essencial da acumulação hoje). Trata-se do momento em que a apropriação passa a ser definida no âmbito do mundo da mercadoria. É assim que a atividade humana do habitar se reduz a uma finalidade utilitária.” (Carlos, 2004:140)

A casa própria está dentro desse movimento contraditório, entre a redução à condição de moradia, abrigo, valor uso e à vinculação com a questão da propriedade privada, valor de troca. Nesse movimento também se incluem possibilidades de realização de vida humana pelo (novo) urbano.

A expansão da propriedade privada dos meios de produção, eixo fundamental do sistema capitalista, operou a separação entre o trabalhador e os meios de produção da vida, realizando, desta forma, a separação do trabalhar e do viver. O aprofundamento dessa separação se deu também em termos físicos, com as longas distâncias entre um outro, problematizando a localização da moradia. No entanto, além das distâncias entre o lugar de trabalho e o lugar da vida, vão se agregando outras questões, como a dos transportes, da paisagem, da oferta de oportunidades de trabalho.

É com David Harvey, através da construção da noção de *ambiente construído*, na qual está incluída “a totalidade das estruturas físicas: capital fixo (fábricas, rodovias, ferrovias, etc) e fundo de consumo (casas, ruas, fábricas, escritórios, sistema de esgotos, parques, equipamentos culturais e

educacionais etc.), que identificamos outro elemento constitutivo do direito à cidade. (Harvey, 1982, 6-7)

Duas outras noções derivadas do ambiente construído passam a ser recorrentes na qualificação dos lugares da cidade. O “perto” e o “longe” e o acesso aos serviços urbanos serão referenciais que qualificam o ambiente construído e tornam-se fortes elementos de disputa entre as classes sociais em torno deles. É nesse ponto que podemos verificar as relações entre a cidade e casa, conforme coloca Villaça. (Villaça, 1986, 87-89).

O ambiente construído, ou a terra-localização é produto do trabalho humano e, como mercadoria, tem seu preço regulado pela acessibilidade, disponibilidade de serviços públicos urbanos e possibilidade de auferir renda fundiária, conforme coloca Villaça:

“A real valorização da terra (descoberta a inflação) num período dado, resulta do trabalho humano dispendido na produção da cidade nesse período: construção de suas ruas, suas casas, seus escritórios, seus loteamentos, suas redes de água, suas igrejas, de tudo enfim. O valor desse trabalho é embolsado por aqueles que foram proprietários da terra no período considerado. A propriedade privada da terra funciona assim como um maravilhoso canudinho através do qual os proprietários fundiários sugam o suco representado pelo valor do trabalho de toda a sociedade, dispendido na produção da cidade. Dificilmente se encontrará exemplo mais claro de como funciona a socialização da produção e a apropriação privada do produto do trabalho social.” (Villaça: 1986, 116-17)

A contribuição de Harvey com a noção de ambiente construído, colocou o deslocamento da atenção na estrutura dos conflitos sociais para fora das questões que envolvem o capital fixo (os meios de produção), colocando-os na direção das questões e relações com o que chamou de fundo de consumo pela parte do trabalho (ou força de trabalho). O ambiente construído do local de viver requer a existência de valores de uso, que são fundamentais para a sua

efetiva integração ou não no sistema capitalista de produção e no padrão de consumo racional.

Segundo Harvey, há então duas lutas do trabalhador para controlar as suas condições de existência: a primeira, localizada no local de trabalho, refere-se às condições de trabalho e à taxa de salário que oferece o poder aquisitivo para bens de consumo. A segunda está no local de viver, que se dá contra as formas secundárias de exploração e apropriação, representadas pelo capital mercantil, propriedade fundiária etc. Essa luta é sobre as condições de existência no local de residência e convivência. É esse segundo tipo de luta que focalizamos aqui, reconhecendo, evidentemente, que a dicotomia entre o *viver* e o *trabalhar* é, ela própria, uma divisão artificial imposta pelo sistema capitalista.” (Harvey, 1982:7)

“A necessidade desses elementos coloca o trabalho numa posição antagônica à da propriedade fundiária e à da apropriação da renda, assim como à dos interesses da construção que procuram lucrar com a produção dessas mercadorias. O custo e a qualidade desses elementos afetam o padrão de vida da força de trabalho. Esta, procurando se proteger e promover seu padrão de vida, envolve-se numa sucessão de batalhas no ambiente de viver, em torno de uma variedade de aspectos relacionados com a criação, administração e uso do ambiente construído.” (Harvey, 1982:)

O ambiente construído exige controle e administração coletivos, assim ele se torna um campo importante na disputa entre o capital e o trabalho, em torno do que é bom para a acumulação e do que é bom para as pessoas, como bem coloca Harvey:

“Os produtores do ambiente construído, tanto os do passado como aos atuais, oferecem ao trabalhador um conjunto limitado de escolhas de condições de vida. Se ele têm limitados recursos para exercer uma demanda efetiva, então ele tem que se virar com aquilo que consegue – exíguas habitações sem infraestrutura e precariamente construídas, por exemplo. À medida que aumenta a demanda efetiva, o trabalhador tem uma escolha potencial para optar dentro de um leque mais amplo, e como resultado começam a surgir questões gerais

sobre a “qualidade de vida” . O capital em geral e aquela facção que produz o ambiente construído procuram definir a qualidade de vida para o trabalhador em termos daquelas mercadorias que eles podem produzir lucrativamente em certas localizações. Por outro lado, o trabalho define qualidade de vida apenas em termos de valores de uso e nesse processo pode evocar algumas concepções subjacentes e fundamentais a respeito do que é ser humano. A produção para o lucro e a produção para o uso são frequentemente conflitantes. Portanto, a sobrevivência do capitalismo requer que o trabalho seja dominado pelo capital, não apenas no processo de trabalho mas também com respeito à própria definição de qualidade de vida na esfera do consumo. A produção, argumentou Marx, não só produz o consumo; ela produz o modo de consumo, e no final das contas a isto se reduz, evidentemente, o fundo de consumo para o trabalho (11). Por essa razão o capital em geral não pode suportar que o desfecho das lutas sobre o ambiente construído seja determinado simplesmente pelos poderes relativos do trabalho, dos apropriadores da renda e da facção dos construtores. Este precisa, periodicamente, jogar seu peso na balança para produzir desfechos que sejam favoráveis à reprodução da ordem social capitalista. É para esses aspectos da questão que nossa atenção deve voltar-se agora.” (Harvey, 1982, 11)

Harvey vai enfatizar que a sobrevivência do capitalismo está bastante condicionada ao domínio do capital não somente no local de trabalho, mas também no local de viver, definindo o que seja a qualidade de vida da força de trabalho, criando ambientes construídos que se adaptem às exigências da acumulação e da produção. No entanto, novas situações são criadas, como um campo de disputas dentro de classes ou facções, bem como aquelas entre classes e facções. Criam-se várias mediações e facções de classe entre o capital e o trabalho, escondendo a verdadeira tensão (proprietário de terras e as políticas urbanas). Isso denota um ambiente construído com uma estrutura espacial que reflete, em grande parte, a estratificação social e salarial dentro da força de trabalho. (Harvey, 1982: 19-20 e 29-32)

O modo capitalista de produção força uma separação entre o trabalhar e o viver ao mesmo tempo em que os reintegra de maneira complexa. A dicotomia existente dentre as lutas no local de trabalho e no local de vida aparenta ter princípios e regras diferenciadas. Harvey mostrou que isso não acontece de

verdade. O que se dá é uma luta do trabalho com as formas secundárias de exploração que ocorrem no local de vida, mas que estão ligadas aos apropriadores de outras formas de capital. (Harvey, 1982:34).

No ambiente construído, a casa se destaca como elemento fundamental mas não suficiente, para a conquista da cidade. Outros elementos se agregam, como a localização e o acesso a serviços e equipamentos coletivos, a paisagem, o sistema viário, as características das edificações existentes. O ambiente construído é também, como salienta Vêras, revelador de um “modo de vida, de sentido e valores que a ele emprestam seus ocupantes”, de uma convivência e de uma cultura” . Maura Vêras fala também da experiência ambiental, a ecologia dos contatos está também condicionada pelas condições sensoriais: “densidade, largura das ruas, entropia visual, alcance da voz humana em função do ruído ambiente, possibilidades táteis ou proxêmicas, etc”. (Vêras, 1996:152 e 3-13)

Porém, os espaços de luta pelo direito à cidade se estreitam desde a procura pela casa, que fica cada vez mais inacessível. Para alguns sobrou como única alternativa a invasão/ocupação e como coloca Villaça (1986:119), por isso, terá como preferência os terrenos melhor localizados, ou mais “perto” dos locais de oportunidades de trabalho. Por outro lado, como pudemos verificar no tempo-espaço da nossa investigação, as fronteiras entre o *perto* e *longe* começam a se embaçar, porque a fragmentação e rarefação das oportunidades de trabalho reelaboraram as distâncias e efetivaram ou sobreporam a expansão e a ocupação do “longe” (distância do centro, mas perto da região, dos trabalhos informais e domésticos).

A desigualdade de distribuição da renda e, principalmente, a desigualdade na apropriação da renda da terra e do ambiente construído de qualidade, expressam o domínio da cidade pelo capital e fazem emergir a questão da segregação urbana. A segregação pode assumir várias faces, social, territorial, racial e não mais está circunscrita à oposição entre centro-

periferia. Os processos de distribuição espacial da pobreza e da riqueza, de investimentos públicos e privados, dos lugares de fruição e de passagem rápida, vão se complexificando a partir da inserção mais aprofundada da cidade nas transformações advindas da globalização econômica. As desigualdades sócio-espaciais são aprofundadas pelas desigualdades sóciotemporais: lugares do tempo rápido – o das elites de dirigentes privados e públicos - e, os lugares do tempo lento: o dos congestionamentos, do transporte coletivo, dos riscos, da pobreza. (Véras, 2001:9)

Dessa forma, conforme coloca Ana Fani Carlos, a segregação é a negação do urbano e da vida urbana, seja pelas diferenças qualitativas na apropriação da terra urbana, seja nas formas de acesso aos lugares de vida, que ficam subordinados à apropriação privada do espaço da vida. (Carlos:141)

Todas essas questões e problemas do espaço de viver da classe trabalhadora constituíram o conceito de *periferia*. Na atualidade, temos de recorrer também a uma nova situação da realidade: a *hiperperiferia*, ou seja, o espaço onde as vulnerabilidades e precariedades se sobrepõem num mesmo território segregado. E ambos os conceitos, não dispensam a análise das relações entre Estado e sociedade.

Conforme nos coloca Oliveira (1995), ao longo do desenvolvimento do capitalismo, cada sociedade definiu, portanto, o tamanho do espaço público que, em sua maioria, toma a forma estatal. O Estado não tem uma medida em si mesmo – máximo ou mínimo – ele tem necessariamente uma relação com a sociedade civil, que lhe confere profundidade, alcance, limites. (Oliveira, 1995:7)

O Estado passa a assumir a função de recurso da luta de classes bem como da forma como as classes sociais fundamentais se relacionam. Por isso, segundo Oliveira, a “intervenção do Estado na Economia” não é uma relação de exterioridade, porque não há finalidades estatais nessa “intervenção”. O mesmo se pode dizer das políticas urbanas. Oliveira coloca que não é à toa

que, a partir do Welfare State, a luta social pode conquistar uma capacidade de intervenção nas finalidades dos gastos públicos através de vários instrumentos democráticos que culminaram na elaboração de políticas públicas sociais.

A reação neoliberal atingiu os países centrais em fins da década de 80 e contaminou o debate político com o “recuo para o Estado Mínimo”. No caso do Brasil, essa reação ocorre num período em que instrumentos democráticos estabelecidos na Constituição de 88 podem levar a essa “intervenção”, ameaçando o monopólio das classes dominantes sobre os recursos estatais.

O papel do Estado como mediador das forças sociais e do capital na questão urbana se expressa nas instituições e legislações urbanísticas e na elaboração e implementação de políticas sociais e urbanas que regulam a apropriação e uso da terra urbana. O entendimento desse papel é de fundamental importância para a compreensão do sentido das lutas diárias da força de trabalho em seu lugar de viver.

Conforme coloca Villaça, o Estado não é apenas o “guardião da ordem”, mas através dos seus investimentos, produz benefícios que nem sempre favorecem toda a população, mas parcelas diferentes do capital. Através de suas políticas e normas urbanísticas e tributárias, pode “viabilizar ora a especulação imobiliária, valorizando algumas áreas com implantação de infraestruturas adequadas e ora favorecer a estocagem de terras.” (Villaça, 1986, 117-118)

As relações Estado e espaço vão se produzindo, reproduzindo e se transformando na Metrópole. As políticas urbanas acabam por refletir uma idéia de cidade e uma tensão entre a cidade real e a cidade idealizada. Mesmo o Estado tendo seu papel reelaborado ou reduzido como mediador e planejador, continua exercendo sua força na cena urbana, mantendo a funcionalidade da segregação e com isso, garantindo a sustentação e expansão da ordem

urbana (Véras, 1996:166). Além disso, continua sendo elemento fundamental nos investimentos do setor terciário e financeiro.³⁰

O **segundo eixo temático-teórico** da abordagem do direito à cidade remonta a temas que estão em torno do “viver, participar e governar” a cidade. Por isso o recorte da questão das sociabilidades, da participação e do exercício da cidadania. Através dessas questões é que se pode sentir a “vida que pulsa” na cidade, o que move ou não sujeitos individuais e coletivos nos espaços de viver e de trabalhar; o que pode movimentar ou não as forças sociais em direção a conflitos, tensões e embates, o que pode dar visibilidade ou não às experiências que produzem, reproduzem e transformam a cidade. É por esses conceitos que se pode captar aspectos da prática sócio-espacial em um determinado momento e nos diferentes territórios na cidade.

Nosso recorte analítico está vinculado às necessidades de se pensar os limites e possibilidades dos cidadãos-moradores em “governar” a cidade. Nesse sentido, como já foi colocado anteriormente, nossa investigação passa necessariamente por aspectos da vida cotidiana: as relações familiares, as relações com o trabalho, as relações com a vizinhança, o bairro, as relações associativas. A análise desses aspectos vinculados às sociabilidades, pode nos proporcionar uma melhor apreensão dos significados e práticas da cidadania e da participação.

Assim, embora sob o capitalismo se opere a separação entre o trabalhar e o viver, esta não se dá de forma total: as experiências vividas nos dois lugares se determinam reciprocamente. Há um processo educativo que se desenvolve no processo de trabalho, relacionado diretamente ao modo de vida do trabalhador. Esses processos vão se modificando, provocando adaptações e renovações intensas de tempos em tempos, dos dois lados. Conforme coloca Harvey, se num primeiro momento a disciplina de trabalho foi imposta e opressiva, num segundo momento, o capital agiu no sentido de “inculcar na

³⁰ (Carlos, 2004) e (Fix 2001)

classe trabalhadora a “ética do trabalho” e os “valores burgueses” de honestidade, confiabilidade, respeito pela autoridade, obediência às leis e às regras, respeito à propriedade e aos acordos contratuais etc. Essa “educação” foi feita através da religião, educação e filantropia e, também, pelo paternalismo patronal. (Harvey, 1982,21)

Harvey recupera a análise de Gramsci sobre o fordismo: naquela época de acumulação capitalista – início do século XX - , era preciso fazer emergir um *novo homem*, adequado ao novo tipo de trabalho e ao novo processo produtivo. E isso só foi conseguido através da combinação entre força e persuasão, incluindo nessa última, salários, propaganda e benefícios sociais.

“Os acontecimentos que envolveram a introdução do fordismo constituem um clássico exemplo das tentativas do capital de moldar a pessoa em seu local de vida, para adequá-la às exigências do local de trabalho”. (Harvey: 1982:22)

Esse elemento pedagógico do exercício da hegemonia burguesa e suas influências sobre o modo de vida dos trabalhadores, tem sido bastante resgatado desde a década de 80, pela análise sociológica dos movimentos sociais, da participação e da cidadania, tanto pelo seu poder dominador como pelo seu potencial emancipador.

O mesmo Harvey, mais tarde, resgata essa questão quando analisa o processo de reestruturação produtiva e acumulação flexível e o novo homem que emerge dessas relações. A educação para o trabalho na contemporaneidade tem sofrido grandes alterações, que se refletem na vida dos trabalhadores: flexibilidade dos direitos, informalidade, fragmentação das atividades, descentralização produtiva, trabalho por tempo determinado, terceirização. Sem contar a extrema qualificação que seleciona bastante os “empregáveis”, além de um aumento bastante significativo das tarefas domésticas ou que não requerem qualificação.

De qualquer forma, vários autores, como Harvey, vão chamar a atenção para a importância da sociabilidade comunitária, da ação coletiva:

“O caráter irradiador de certas externalidades e o uso coletivo de muitos elementos do ambiente construído significam que é do interesse particular dos indivíduos aspirar a níveis modestos de ação coletiva. Os trabalhadores que são proprietários de suas casas sabem que o valor das economias ligadas a ela depende da ação de terceiros. É do seu interesse comum conter coletivamente comportados “desviados”, barrar instalações “prejudiciais” e assegurar altos padrões de serviços públicos. Essa coletivização da ação pode ir muito além daquilo exigido pelo auto-interesse individual puro. Uma consciência do lugar – “consciência de comunidade” – pode emergir como uma força poderosa a espalhar concorrência entre comunidades na disputa de escassos fundos de investimentos públicos ou coisas semelhantes. A concorrência entre comunidades entra assim na ordem do dia.”(idem, idem)

Harvey ainda toca numa questão importante: o fato de que nas lutas comunitárias surgem conflitos dentro da própria classe trabalhadora, quando uma facção acaba por explorar a outra, ou uma se beneficia em detrimento da outra. A luta coletiva por melhorias para todos é que pode desenvolver formas mais avançadas de consciência de classe. Conforme coloca o autor:

“As três situações que examinamos – individualismo competitivo, ação comunitária e luta de classes – são pontos de um *continuum* de possibilidades. Não podemos automaticamente admitir que a classe trabalhadora esteja em qualquer ponto determinado desse *continuum*. Isso é algo a ser descoberto por investigações concretas de situações particulares.”

(....)

“As formas ostensivas de conflito em torno do ambiente construído dependem, portanto, do desfecho de uma luta ideológica mais profunda e frequentemente oculta essa que tem por objetivo a consciência dos contendores. Essa luta mais profunda entre consciência e posicionamentos individuais, comunitários e de classe oferece o contexto no qual ocorrem as lutas do dia-a-dia sobre os problemas do dia-a-dia.” (Harvey, 1982:33-34)

No entanto, é preciso ter cuidado, como alertou Vêras, sobre o uso do termo comunidade ou sociabilidade comunitária no contexto do capitalismo contemporâneo. É absolutamente necessária a distinção entre o que seria *comunidade* e o que seria uma *localidade*, essa última como sendo uma

unidade analítica que se caracteriza por um “agregado de pessoas mais ou menos pertinente”, ou agregado de residências, ou por alguma tipicidade ou de usos e conseqüentes separações (vazios, rios, avenidas, etc.); são áreas de estudo, constituindo “pontos nodais de interação” que comportam diferentes graus de densidade, contendo forças centrípetas e centrífugas”. (Véras, 1996:144).

Assim, nas localidades pode-se observar e captar como se dão as relações familiares, de vizinhança, de grupos e bandos, de organizações profissionais, de grupos e instituições culturais. Ou seja, tanto as relações face a face, como as secundárias e impessoais, como as que se dão nos pontos comerciais, nos serviços de transporte coletivo, nas instituições. De acordo com Véras:

“Enfim, uma gama flexível de relações que podem passar da proximidade, solidariedade para competição e conflito, na vida cotidiana ou esporadicamente. São de alguma maneira, unidades ecológicas dispendo de base territorial; quando reforçadas com segregação étnica, pode representar resistência e interferências supralocais ou externas. No caso de uma metrópole, as localidades são pontos de referência, embora não autônomas, porque sua auto-definição depende da referência aos outros pontos locais dos quais se exclui. Trata-se também aqui da questão da “identidade “ de seus moradores.” (Véras, 1996,144).

Se, como colocado anteriormente é possível que haja conexões que podem estar subjacentes aos conflitos apoiados no trabalho e conflitos apoiados na comunidade ou localidade, essas podem não incidir umas sobre as outras de forma direta ou transparente. Umas podem ser representações distorcidas, mediatizadas das relações sociais e das correlações de força entre elas. Da mesma forma, pode-se verificar conexões entre as dificuldades de emergência dos conflitos no âmbito do trabalho e a dificuldade ou fragilidade de tensões e conflitos no âmbito do viver. Essa é a tarefa que se espera da ciência: “tornar claro, pela análise, aquilo que é mistificado e turvo na vida diária”. (Harvey, 1982:34)

A discussão sobre sociabilidades, cidadania e participação não pode deixar de passar pela questão do sujeito, da identidade, da alteridade. As ciências sociais têm se ocupado dessas temáticas, de diversas formas, com diversos fins. O conceito de direito à cidade, nesse aspecto, precisa problematizar esses termos, com foco na destruição e (re)construção de sociabilidades que possam interferir nas formas de reprodução do espaço na cidade, nos seus modos de vida, nas referências históricas e espaciais marcadas pelos sujeitos, transformando intensamente a relação espaço-tempo.

A emergência do conceito do sujeito na análise sociológica não abandona o conceito de classe social, como bem colocou Eder Sader em seu clássico trabalho *“Quando novos personagens entraram em cena”* (1988). Para ele, classe social é uma condição comum de um conjunto de indivíduos, mas ela é alterada pelo mesmo modo como é vivida. No início dos anos 80, assistia-se a uma debilitação das experiências dos trabalhadores na esfera da produção, ao mesmo tempo em que despontavam novas experiências em outras esferas.

Nosso objetivo é resgatar o conceito de sujeito individual e coletivo, que possam contribuir para a reflexão crítica e para o desenvolvimento de sociabilidades que concorram para a construção de identidades, projetos coletivos de mudança e autonomia. Para Eder Sader, o uso da noção de sujeito coletivo “implica a existência de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”. (Sader, 1995: 55) Porém, o autor adverte:

“Se a existência de sujeitos não tem como correlação necessária o exercício da autonomia, esta é impensável sem aqueles.” Sader coloca que já não se trata de um sujeito histórico privilegiado – o proletariado – (como sacralizou Luckács). “Mas trata-se, sim, de uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis. As posições dos diferentes sujeitos são desiguais e hierarquizáveis; porém essa ordenação

não é anterior aos acontecimentos, mas resultado deles. E, sobretudo, a racionalidade da situação não se encontra na consciência de um ator privilegiado, mas é também resultado do encontro de várias estratégias”. (Sader, 1995: 55)

A relação sujeito – autonomia colocada por Eder Sader suscita uma questão importante para nosso trabalho: na ausência de sujeitos coletivos, como compreender as dificuldades, entraves ou impasses para a sua constituição na contemporaneidade, principalmente com relação à classe trabalhadora moradora das nossas cidades?

O processo de industrialização e desenvolvimento capitalista inseriu na reprodução do espaço na metrópole uma forte tendência à transformação, destruição e reconstrução dos referenciais urbanos. A produção da cidade, do espaço urbano e do ambiente construído são reveladoras tanto das atividades produtivas como dos modos de vida cotidiana de cada tempo e de outros tempos simultaneamente. Porém, outros modos de vida e de trabalho acabam por ser subsumidos, destruídos, alterados, provocando intensas mudanças nas edificações, no traçado das ruas, na paisagem, nas praças e monumentos. Ao mesmo tempo que modificam a história e a memória, interferem na criação e recriação de identidades sócio-territoriais.

A noção de identidade que mais se conjugou aos propósitos do trabalho, que se vincula à concepção do Direito à cidade, está em Boaventura de Sousa Santos:

“Sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas, nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latinoamericano, ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso. Sabemos também que as identificações, além de

plurais, são dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções.” (Santos, 1995:119)

Identidade e estranhamento são processos mobilizados por referenciais individuais e coletivos em constante transformação, destruição ou fragmentação do espaço. Se por um lado, a cidade e seu ambiente construído expressam materialmente a memória e as formas de sociabilidade, ligando o cidadão ao espaço social (Véras:1996:726), por outro, provocam estranhamento pelas mudanças bruscas e produzem o empobrecimento das relações de vizinhança, a mudança das relações dos homens com os objetos que lhe são próximos e o esfacelamento das relações familiares. “(...)Esta relação que se dá entre o “tempo efêmero – tempo amnésico” é o elemento fundamental para definir a modernidade atualmente. (Carlos, 2004:9).

A sociabilidade urbana que se produz e reproduz cotidiana e contemporaneamente está marcada pela mercadoria e pela recusa do outro. Conforme sugere Carlos:

“Aqui uma “nova urbanidade”, em constituição, se cria ora a partir do triunfo do objeto sobre o sujeito – contexto em que as relações entre as pessoas passam pela simples posse da riqueza -, ora pela exacerbação do individualismo que se reproduz como condição/produto da reprodução das relações sociais, hoje”. (Carlos, 2004:9)

Faz-se necessário refletir sobre os desafios impostos por essa “nova urbanidade” - que não é tão nova assim, mas aprofundada pela conjuntura neoliberal e globalizada - , e propor uma sociabilidade alternativa - , essa sim, nova. A elaboração dessa nova sociabilidade relaciona-se com o modo como se forjam e desenvolvem as subjetividades, as formas individuais e coletivas de apropriação dos espaços locais e da cidade como um todo e, principalmente, com a recuperação e reelaboração do espaço público, seus significados e usos.

As sociabilidades em curso na cidade podem ou não levar os sujeitos à condição de cidadão ou simplesmente de consumidor ou usuário de bens e

serviços coletivos; podem ou não levar os sujeitos individuais ao encontro de sujeitos coletivos e desenvolver processos associativos que possam desembocar em possíveis projetos alternativos que visem a autonomia.

Uma rápida examinada na questão do associativismo nos remete a um problema crucial, apontado por Pedro Demo. O autor avalia criticamente a evolução da cidadania organizada, sem, entretanto, desprezá-la. Porém, sugere o estabelecimento de uma distinção entre a população facilmente *mobilizável*, que participa de campanhas esporádicas, e a população *mobilizada*, capaz de uma militância mais ou menos sistemática e organizada. Demo coloca uma avaliação mais crítica ainda acerca das análises sobre associativismo e movimentos sociais:

“Acredito , porém, que muitos analistas do associativismo promovem autêntico wishful thinking, quando, mais que analisar, defendem os movimentos sociais. Este engajamento, que do ponto de vista da qualidade política só poderia ser elogiado, pode obnubilar a qualidade formal da análise, confundindo desejos de futuro com realidades concretas muito distantes das utopias sonhadas (Gohn, 2000; Rossiaud & Scherer-Warren, 2000). (Demo, 2001:4)

Dessa forma, para os fins deste trabalho, e da concepção de direito à cidade, faz-se fundamental refletir sobre os entraves de várias ordens que envolvem as dificuldades de participação ou de elaboração de sociabilidade associativa.

A elaboração de uma sociabilidade associativa organizada é base que pode sustentar a construção e realização de uma nova cidadania, ou seja, daquela que vai além dos direitos que foram estabelecidos classicamente, cujo cumprimento está em grande parte vinculado à ação do Estado.

Dessa forma, a nova noção de cidadania que trazemos ao debate, como fundamental para a noção de direito à cidade é concebida, segundo Dagnino, enquanto uma nova estratégia política. Para ela:

“Afirmar a cidadania como estratégia significa enfatizar o seu caráter de construção histórica, definida portanto por interesses concretos e práticas concretas de luta e pela sua contínua transformação. Significa dizer que não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, que o seu conteúdo e o seu significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico. Esse conteúdo e significado, portanto, serão sempre definidos pela luta política.” (Dagnino,1994:107)

Dagnino vai buscar nas experiências dos movimentos sociais dos anos 80 na questão dos direitos e nas experiências de co-participação dos cidadãos nas decisões do Estado as promessas para a elaboração da nova cidadania. A noção de nova cidadania seduz porque aponta para a capacidade de articular essa multiplicidade de dimensões que, nas sociedades contemporâneas, integram hoje a busca de uma vida melhor.

Adverte, porém, a autora, que a nova cidadania – enquanto estratégia política - passa pela capacidade de articulação de múltiplas dimensões e do aprofundamento da luta democrática no Brasil, mas não pode estar dissociada da construção de uma nova sociabilidade.

Fica, dessa forma, estabelecido o nexo entre cultura e política, fundamental para as possibilidades da construção de sociabilidades mais fortalecidas pelos princípios da civilidade, da democracia e da felicidade. A possibilidade de elaboração de novas sociabilidades – mais democráticas e participativas – está também vinculada à possibilidade de elaboração de utopias. A questão da utopia fica assim inequivocamente invocada para compor o conceito de direito à cidade. As conquistas da cidade não se reduzem a construções ou bens físicos, mas à construção de uma nova humanidade, o que inclui a idéia de um projeto alternativo de sociedade.

O “direito à cidade” (como utopia) se diferencia – enquanto direito supremo ao uso da cidade, realizando as apropriações múltiplas – dos direitos

básicos que o brasileiro ainda não alcançou. O direito à cidade, desta forma, coloca a negação do modelo de felicidade forjado na posse de bens privados e usufruto de equipamentos públicos; na importância do consumo e do mercado; na ilusão do poder repressivo e controlador que protege o cidadão; na redução da vida cotidiana à mesmice, que destrói a espontaneidade e o desejo. Assim, “espaço amnésico” e “tempo efêmero” caracterizadores do momento atual podem ser superados, pelos movimentos contestatórios dos sujeitos que apresentam, no espaço público, suas diferenças e descobertas. (Carlos, 2004:150)

Por isso, considerar a questão da utopia significa não só a possibilidade de se pensar, propor e exercitar alternativas para alcançar plenamente *ser cidadão* para além de *ser usuário*, mas poder conquistar efetivamente o direito à cidade, como sujeito da produção e reprodução do espaço urbano.

O **terceiro eixo temático-teórico**, percorre toda a concepção de direito à cidade aqui trabalhada, como sendo um produto da Era do globalismo e da emergência das cidades globais. No entanto, nesse momento, é preciso incorporar ao debate do direito à cidade na contemporaneidade as implicações de processos que impedem a sua realização e conquista: a questão da (nova) pobreza, ou seja, da exclusão/inclusão social e a espoliação urbana ampliada.

Com o processo de reestruturação produtiva e de acumulação flexível, a questão social se recoloca, tanto nos países desenvolvidos e os não-desenvolvidos. As transformações nas relações de trabalho impõem mudanças nas relações sociais e políticas importantes, que atacam o Estado Providência e instauram o que se convencionou chamar de “nova pobreza” ou “exclusão social”.

A abordagem da “exclusão social” adquire importância para a reflexão do direito à cidade não só pelo agravamento das questões econômicas e de sobrevivência da classe trabalhadora, mas principalmente pelas questões que envolvem seu imaginário, seu discurso, suas ideologias e valores. É com a

abordagem crítica de José de Souza Martins (1997) que consideramos inadequada a questão da “exclusão social” e mais pertinente o uso do termo “inclusão perversa e precária no sistema”. O fato de estar ou não integrado ao sistema e a forma como essa integração-desintegração se dá são de suma importância para o debate do Direito à Cidade.

A integração ou não ao sistema nos remete também à discussão da cidadania, que fica com seu exercício absolutamente comprometido a partir das transformações do trabalho que ocorrem no nível objetivo do emprego e desemprego, mas também pelas novas trajetórias identitárias que se desenham pela nova situação de instabilidade, insegurança e fragmentação da classe trabalhadora.

É por isso que ao recuperarmos a noção de espoliação urbana para o debate do Direito à cidade, com nova adjetivação “ampliada”, consideramos, juntamente com o autor-criador, os problemas da “inclusão precária e perversa” no sistema, consubstanciando uma *subcidadania*. À precariedade da moradia soma-se a do ambiente construído, acumulando-se mais vulnerabilidades além das que se dão no nível do trabalho, fragilizando as relações sociais e o exercício dos direitos. A análise da espoliação urbana para os anos 90, introduz a questão da subcidadania, que impulsiona o que o autor chama de *mais-valia absoluta urbana* e fundamenta uma forma de controle social que, apoiada numa representação da ordem, inspeciona a vida privada das pessoas enquanto transeuntes e moradores. (Kowarick, 2000:16).

Dessa forma, é com esses três eixos teórico-temáticos, que elegemos como constitutivos do conceito de direito à cidade, que podemos interrogar a realidade da cidade de São Paulo e sua prática sócio-espacial, para impulsionar novas reflexões e enfrentar seus desafios e dilemas contemporâneos.

Os temas e categorias selecionados da empiria que revelaram significativa importância para o debate do conceito de “Direito à Cidade” e que desejamos problematizar neste trabalho foram: o direito a uma moradia digna e a uma

identidade territorial; o direito a uma (nova) sociabilidade urbana e o direito à utopia.

O núcleo teórico do conceito de “Direito à cidade” como aqui concebemos, ao mesmo tempo em que se atualiza e completa, permite o debate da questão social em suas configurações espaciais em plena transformação e transição. É assim que esse conceito se apresentou como instrumental analítico privilegiado que permitiu um tratamento articulado e razoavelmente coerente das preocupações que animaram a realização de uma pesquisa empírica num loteamento irregular e precário na cidade de São Paulo.

A visão de cidade que essa abordagem nos oferece, imbrica dois momentos de luta social e política, que não são excludentes, pois se pode alcançar, através de grandes ou micro-movimentos, algumas inflexões que podem colocar em causa tanto a busca constante de melhores condições de vida e trabalho nas cidades, no sentido dos direitos individuais e coletivos, como a radicalização e transparência da contradição fundamental do sistema capitalista, qual seja a da eliminação da propriedade privada da terra e dos meios de produção, cada vez mais turvada no mundo globalizado. Dessa forma, continua válida a utopia da *feliz-cidade* a ser perseguida no horizonte político reiventado pelo alcance da autogestão. É a antevisão da “máxima qualidade” do urbano que deve guiar a utopia. A construção efetivada permite a reflexão do movimento, da transitoriedade e a da dialética das forças sociais no espaço-tempo.

A (re)construção do conceito de direito à cidade, que foi nossa referência analítica, pode ser, então (e enfim!) , sintetizada na conquista de *um ambiente construído de qualidade apropriado socialmente, a partir da elaboração de uma “nova qualidade do urbano”, com cidadania e participação na gestão da cidade mundial*. Através do conceito decomposto acima, pretendeu-se resgatar e revalidar a concepção do *habitar* com o significado de viver e governar e a cidade como obra.

Objetivos do Trabalho

O objetivo desse trabalho é aprofundar a discussão do tema “Direito à Cidade”, baseado no estudo empírico de um loteamento irregular constituído nos anos 90 – o Jardim Felicidade - uma face da produção da periferia paulistana bastante expressiva na cidade de São Paulo, que se intensificou desde fins da década de 70, originando o surgimento meteórico de novos bairros através de ocupações de terras em áreas urbanas privadas ou públicas pela população, de forma organizada ou não.

Apresentando o território: Distrito Tremembé

Breve histórico do Tremembé

“O nome Tremembé vem da língua Tupi, e significa “água que corre frouxa, mansa, fazendo poças” .Surgiu em 1890. Até os anos 50 o principal acesso ao bairro se dava através da linha de trem ,o “Tramway da Cantareira”, surgida em 1894 para auxiliar na construção dos reservatório de água da cidade. A estação Tremembé era a penúltima antes da estação Cantareira.

É provavelmente a região urbana com maior densidade de área verde na cidade. Se Junta à vegetação das ruas e terrenos as matas do Horto Florestal e do Parque Estadual da Cantareira, que ficam em volta. Infelizmente, o crescimento imobiliário, com transformação de pequenos terrenos em condomínios horizontais mais o crescimento de loteamentos irregulares e ocupações de terra tem diminuído a cobertura vegetal.” ³¹

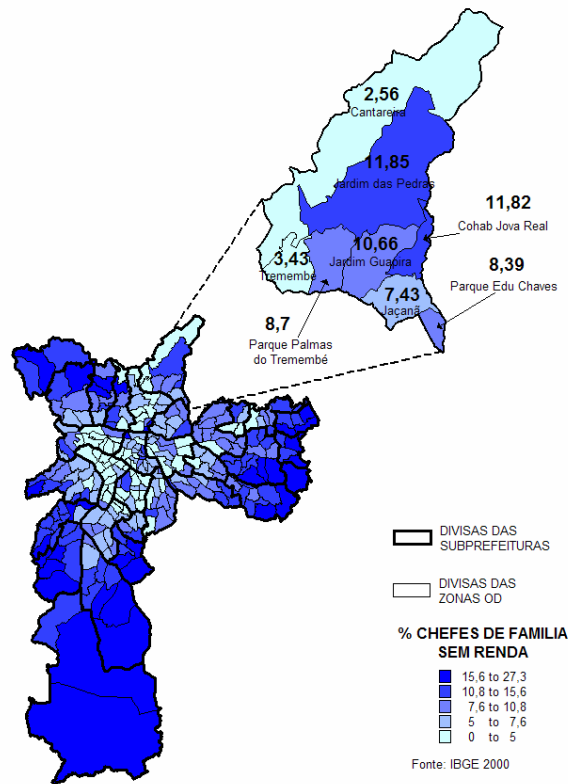
Atualmente o distrito convive com um núcleo comercial e residencial de classe média, próximo ao Horto Florestal, que, pela sua média de renda, demorou a mostrar nos indicadores sociais a realidade da ocupação da Serra da Cantareira nos anos 90.

³¹ Conforme Plano de Ação Local, Subprefeitura de Tremembé/jaçanã/PMSP, julho de 2002, p.1

Localização do Distrito do Tremembé

SUBPREFEITURA DO TREMEMBÉ E JAÇANÃ

PORCENTAGEM DOS CHEFES DE FAMÍLIA SEM RENDA



Fonte: PMSP/Coordenadoria do Orçamento Participativo/Instituto Pólis/2003

Tabela 1 - Dados Demográficos dos Distritos da Subprefeitura JT

Subprefeito	Distrito	Pop. 1996	Pop. 2000	Cresc.%	Área Km²	Densid. Demográf.
J/T	Jaçanã	89.646	91.649	2,23	7,80	11.750
	Tremembé	143.298	163.786	14,30	56,30	2.909
Total		232.944	255.435		64,10	3.985

Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/dados

Os indicadores do **Mapa da Exclusão Social, 1996** (base de dados 1991), apresentaram uma topografia social que possibilitou uma leitura da realidade social dos distritos da cidade, através de relações comparativas das partes com o todo, reconstruindo a totalidade da cidade em termos de

exclusão/inclusão social.³² Nesse estudo, o distrito do Tremembé aparece na 44ª posição (de 96 posições) no ranking do pior para o melhor (valor -0,32, com relação ao valor máximo 1,0)³³. **No Mapa** atualizado em **2000**, com dados de 1996, o distrito do Tremembé apresenta um índice de exclusão/inclusão situado na faixa de -0,60 a -0,30³⁴, não sendo possível visualizar, nesse intervalo, possíveis transformações mais profundas no agravamento dos indicadores desse distrito.

Vários órgãos públicos bem como institutos acadêmicos e de pesquisa recentemente, também começaram a investir na “captura do real” da cidade, através da construção de indicadores sociais com tecnologia geo-referenciada, com vistas a reorientar a produção, implantação e gestão das políticas públicas.

Um exemplo é o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano da Cidade de São Paulo, construído pela Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento e Solidariedade, em 2002³⁵. Inspirado pelo IDH da ONU, esse índice é composto por expectativa de vida, renda e grau de instrução, todos com igual peso, para medir qualidade de vida. O índice varia de zero a um. Por esse ranking, é possível perceber que apenas 6 distritos (3,46% da população; 378,4 mil pessoas) vivem em boas condições: Moema, Morumbi, Jd. Paulista, Pinheiros, Itaim Bibi e Alto de Pinheiros, porque registram índices superiores a 0,8. De outro lado, 39,58% dos distritos têm IDH muito baixo, ou seja, inferior a 0,5, o que representa mais da metade da população da cidade (5,654 milhões de pessoas). O ranking foi dividido em 4 blocos:

- Alto = região européia (acima de 0,8) (3,46% da pop)
- Médio = região asiática (entre 0,651 e 0,799) (10,07%)
- Baixo = região indiana (entre 0,501 e 0,650) 31,10%

³²“O Mapa da exclusão/inclusão social permite conhecer o “lugar dos dados” – sua posição geográfica no território de uma cidade – como elemento para análise geo-quantitativa da dinâmica social e da qualidade ambiental. Procura, também, construir novas relações entre os dados de uma cidade, de modo a permitir um novo olhar das condições de vida das regiões intra-urbanas.” (Mapa de exclusão/inclusão, 2000, disponível somente em CD-Rom, 2002)

³³ v. Mapa da exclusão/inclusão, 1996, Tabela 17 – p. 52

³⁴ v. Mapa da exclusão/inclusão, 2000, disponível somente em CD-ROM

³⁵ As fontes/bases de dados que compõem o IDH-SP foram: O Censo do IBGE 2000, dados da Fundação Seade e das Secretarias Municipais de Saúde e Educação.

- Muito baixo = africana (inferior a 0,501) 55,38%.³⁶

O distrito do Tremembé está situado no último bloco chamado “africano” pelo estudo citado, sinalizando, desta forma, uma movimentação na direção da precarização e vulnerabilização ocorrida durante os anos 90.

Contraditoriamente, na perspectiva da cidade, a evolução do IDH no município, retomando-se os censos anteriores, tem sido positiva:

- 1970 – 0,449
- 1980 - 0,469
- 1990 – 0,510
- 2000 – 0,520 (com crescimento de 2,02% na última década).

Essa avaliação indica que é necessária uma aproximação cada vez maior e melhor das manifestações das desigualdades sócio-territoriais da cidade e na cidade, ajustando-se as lentes tanto qualitativas quanto quantitativas.

Um segundo exemplo, que vai na direção de oferecer uma visão mais detalhada intra-distritos da cidade é o **Mapa da Vulnerabilidade**, resultado de parceria entre a Secretaria Municipal da Assistência Social e o Centro de Estudos da Metrópole do CEBRAP, tem a seguinte finalidade:

“O projeto “Mapa da vulnerabilidade social e do déficit de atenção a crianças e adolescentes no Município de São Paulo” - realizado em acordo entre o CEM-CEBRAP e a Secretaria de Assistência Social, SAS-PMSP - visa a detecção de diferentes condições de carências sociais por meio da análise da distribuição da estrutura sócio-econômica no espaço urbano. A exposição de certas populações e áreas a diferentes situações de vulnerabilidade social é abordada a partir da descrição das características socioeconômicas e demográficas dos setores censitários do município de São Paulo, a partir das informações fornecidas pelo Censo 2000. A cidade de São Paulo tem 13.193

³⁶ v. folha de S.Paulo, C-3, de 15 de agosto de 2002 e site: www.prefeitura.sp.gov.br/

setores censitários.

Os grupos foram gerados a partir da combinação da dimensão de privação socioeconômica com a de estrutura etária. Com a agregação dessas duas dimensões, chegamos a oito grupos, número que permitiu a melhor captação da heterogeneidade existente nas áreas que costumamos genericamente chamar de 'periferia'. O nível de desagregação dos dados no setor censitário permite a visualização detalhada desses grupos no interior do município, conforme pode ser observado nas cartografias - produzidas tanto para São Paulo, como para cada uma das [subprefeituras](#)³⁷.

Dessa outra perspectiva, pode-se perceber as diferenças internas aos distritos que compõem a divisão oficial da cidade e, no caso estudado, a situação específica dos loteamentos e ocupações do distrito do Tremembé, que são caracterizados, conforme abaixo, pelo ***grau de alta privação e adultos***³⁸.

38 .

³⁷ Nova divisão político-administrativa da cidade, de forma descentralizada em 31 subprefeituras. Lei nº 13.399, de 1º. De agosto de 2002

³⁸ ver site: www.centrodametropole.org.br/mapa.html#projeto, onde descrição dos oito grupos pode ser conferida. Apresentamos a seguir a descrição do grupo 7, no qual está identificado o território estudado.

Alta privação – condições de precariedade socioeconômicas altas e presença de famílias adultas (Grupo 7): este grupo é formado por 16,2% dos setores censitários, com 18,0% da população. É caracterizado por chefes adultos, com baixa renda (60,4% ganham até 3 salários mínimos) e baixa escolaridade (apenas 31,5% dos chefes têm ensino fundamental completo). Apresenta ainda grande concentração de crianças de 0 a 4 anos e forte presença de adolescentes (11,2% da população do grupo têm entre 15 e 19 anos), além de 30% dos responsáveis serem do sexo feminino (25,4% com até 8 anos de escolaridade). No Mapa 3, nota-se que esse grupo está tipicamente presente nas áreas periféricas.

Segundo Dados do Resolo – Departamento de Regularização do Solo da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), um quinto do território de São Paulo está ocupado por loteamentos irregulares. Em 2003, contava-se na cidade a existência de 3000 [processos] dessas áreas onde vivem três milhões de pessoas, sendo que 1000 desses loteamentos estão em áreas de proteção ambiental. É bastante comum, também, que esses loteamentos estejam situados em áreas de encostas íngremes, áreas poluídas, que são conhecidas por áreas de risco.³⁹

A maioria dos loteamentos aqui mencionados não é fruto de projeto com aprovação prévia e, por isso, são vendidas sem respeito às mínimas normas urbanísticas vigentes, principalmente no que toca à reserva de áreas verdes e institucionais. A ação de grileiros, posseiros e outros atores não foi reprimida pelo poder público nos anos 90 que, com seu agravamento, obrigou-o a buscar alternativas jurídico-legais e financeiras para atuar sobre o problema.

O loteamento escolhido para estudo está contido entre os 69 lotes que compõem o Programa Lote Legal da Prefeitura de São Paulo, gerenciado por Resolo/ SEHAB, iniciado em 1997, que abrangeu “loteamentos clandestinos” nas regiões norte e leste, áreas em que a ocupação irregular dos espaços ocorreu com mais intensidade no período. A Zona Sul está fora desse programa porque seus loteamentos estão na grande maioria situados em áreas de proteção ambiental e de mananciais que exigem tratamento específico.⁴⁰

O Programa Lote Legal consiste na elaboração e implantação de obras urbanísticas tais como arruamento, drenagem, implantação de redes de água e esgoto, pavimentação de vias e vielas de pedestres, contenção de encostas

³⁹ Pinho, Evangelina. *Articulação da Regularização Fundiária com a Política Urbana* – In RESOLO: REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, Portela Boldarini Arquitetura e Urbanismo, 2003, p. 25. A “ alteração” do número de 3000 áreas/lotes irregulares para 3000 processos, foi feita pela então Diretora Ana Lúcia dos Anjos, em entrevista à pesquisadora em 3 de setembro de 2004.

⁴⁰ Idem, idem, p. 34

em pontos localizados para implantação de obras viárias e tratamento paisagístico em áreas verdes. Outro objetivo fundamental é a regularização fundiária da área, com a produção da Planta AU (Arquitetura e urbanização) necessária para ser depositada no Cartório de Registro de Imóveis, por ocasião da averbação do loteamento. O Lote Legal abrange trinta mil lotes, 6,5 milhões de m² e aproximadamente 50 mil famílias. Dessa forma, considera o documento oficial de Resolo, se poderá “garantir efetivamente a milhares de trabalhadores dos loteamentos populares o direito à cidade” ⁴¹ .

O critério de seleção dos loteamentos que integrariam o Programa foi orientado por uma classificação dos loteamentos de acordo com o grau de dificuldade que apresentariam em uma possível regularização fundiária. Analisaram-se dois aspectos fundamentais: os jurídicos e os urbanísticos, conforme abaixo:

“Para isso foram analisados aspectos jurídicos (como existência ou não de título de propriedade da gleba, para possibilitar a regularização registrária; a data da implantação , para permitir o enquadramento na legislação municipal; o fato de o processo estar tramitando “ex-officio” , isto é, impulsionado pela própria Administração , e a existência de ação judicial) e urbanísticos (como o volume de obras necessário para a regularização); a localização física, fora das áreas de proteção ambiental, áreas de risco ou inadequadas, e a irreversibilidade do parcelamento” (Resolo, 2003:34)

O loteamento Jova Rural 2, situado na zona norte da capital, faz parte da ex-administração regional e atual Subprefeitura Tremembé/Jaçanã. No quadro do Programa Lote Legal integra o Setor III, conforme divisão interna do órgão público responsável, juntamente com os seguintes loteamentos: Vila Ayrosa, Jardim Frutos da Terra – Área da Santa Casa, Condomínio Recanto Verde, Jardim Fontális – Área Lindeira Klekin, Vila Ayrosa – Quadra 8 – Lote 5 - , Jardim Campo Limpo, Área da Santa Casa 7/Jardim da Serra, Vila Ayrosa –

⁴¹ idem, idem, p. 35

Quadra 11, Área da Santa Casa/Jardim Corisco, Área da Santa Casa – rua Manuel Vieira da Luz e Santa Casa – próx. Costa Brito – Favela Guapira⁴².

O arrolamento inicial realizado através de pesquisa domiciliar pela empresa contratada em setembro de 1998 identificou, na época, 7.016 habitantes, 1867 famílias e 1810 edificações com uso residencial. Do relatório produzido pela empresa, aparece a indicação de um processo de ocupação recente da área, cuja titularidade está registrada em nome da empresa: Klekin – Comercial Agrícola, Imobiliária, Importadora e Exportadora S/A.

Apresentamos abaixo, um quadro sintético dos 13 loteamentos localizados no distrito do Tremembé, que estão incluídos no Programa Lote Legal:

Tabela 2 - Dados do Programa Lote Legal/BID/Setor III/Tremembé

:

Processo	Loteamento	Área/gleba m ²	Nº. De lotes	Nº pessoas beneficiadas	Valor do Empreend.,	Custo/Lote R\$
199200029574	A.Sta.Casa-6	2.600,00	26	128	3.719.032	5.382
199300005677	S.C.Frutos Terr	6090,00	32	158		
199200029566	S.C. Jd.Girassol	18.000,00	85	420		
199200036767	S.C. Man.V.Luz	6.050,00	20	99		
199200022472	S.C. Jd.Serra	10.000,00	32	158		
199000108233	S.C.Costa Brito	14.118,47	496	2.450		
199100007013	Cond.Rec.Verde	25.489,74	124	673	358.179	2.889
1990000006694	Jd. Fontális-LKI	64.742,90	259	1.279	586.753	2.265
199300042092	Jova Rural 2	341.654,16	1438*	7.104	8.684.367	6.039
199300031740	V.Ayrosa –Q 11	21.034,95	100	494	2.485.997	6.508
199000007674	V.Ayorsa – Q 9	16.430,00	84	415		
199200029582	S/dAssoc.Sobrad	98.743,98	607	2.999	3.266.901	5.382

Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo, SEHAB-RESOLO, Plano de Ação para Regularização de Loteamentos 2003-2004, p. 55

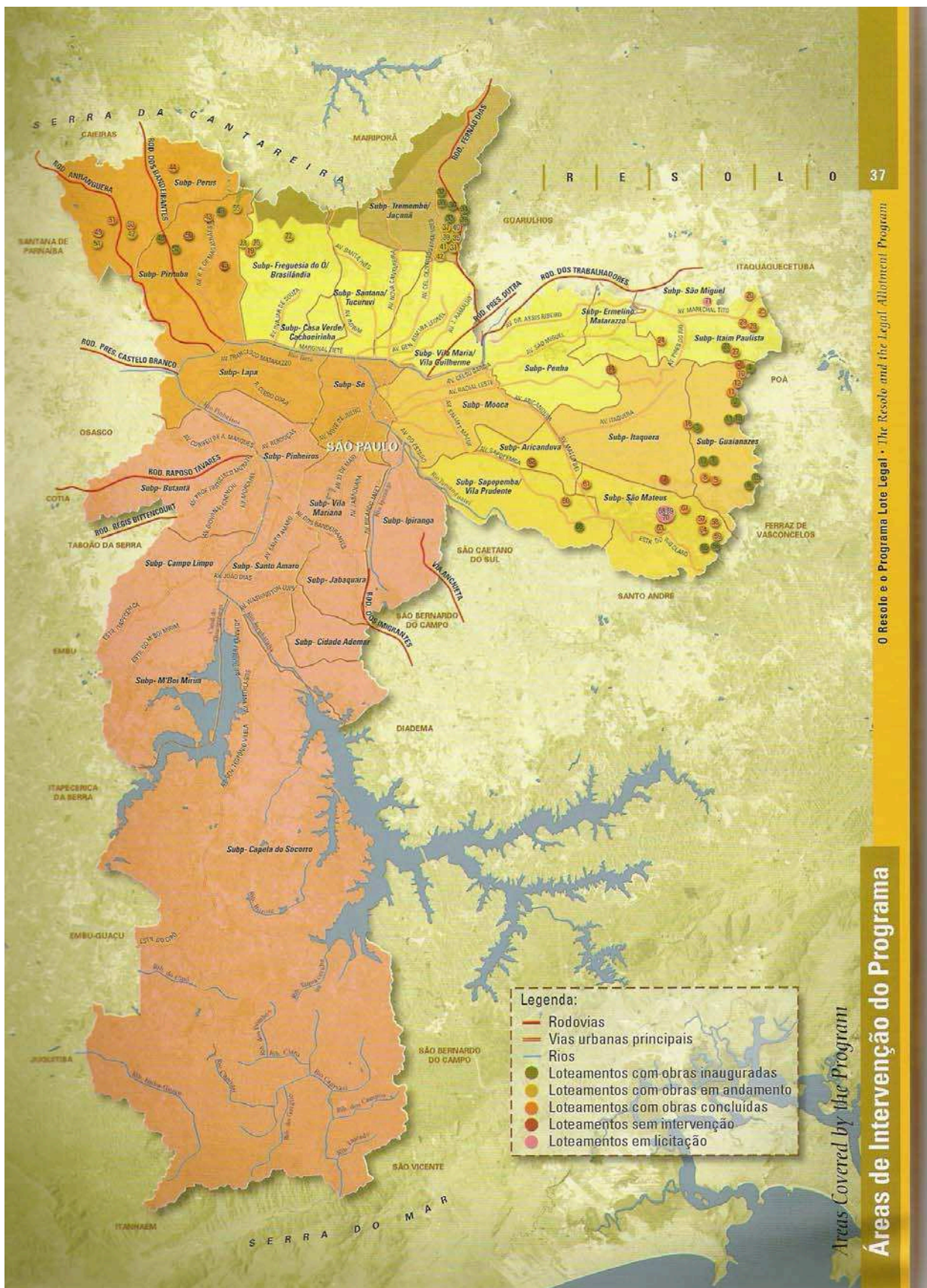
(*) De acordo com levantamento feito por Diagonal – Consultoria em 1999/2000 (porém, na pesquisa de campo, conforme mencionamos anteriormente, iniciada em setembro de 2002, contamos 1924 lotes).

Nossa escolha, como pode ser verificado no quadro acima, recaiu sobre o maior loteamento da região, considerando vários aspectos, dentro os principais, a área ocupada, o número de famílias atingidas e o custo previsto para as obras de urbanização e regularização fundiária.

⁴² Conforme Relatório Analítico Loteamento Jova Rural 2, elaborado pela empresa Diagonal Urbana Consultoria S/C Ltda, janeiro de 1999.

A seguir, apresentamos o mapa das áreas de intervenção do programa Lote Legal , onde pode ser examinada a localização específica do Lote Jova Rural 2 (Jardim Felicidade), no setor III, sob o nº. **40**⁴³, bem como os demais loteamentos inclusos no Programa.

⁴³ Esses mapas estão no Documento Resolo – Regularização de Loteamentos no Município de São Paulo,, 2003, p. 36 e 37, respectivamente.



SETOR I

1. Vila Paulista
2. S/D – A.C. R. Cassununga (Jardim Lourdes)
3. Jardim Marpu (área independente)
4. Vila Pernambuco (Vila Reni)
5. Jardim Souza Ramos
6. Jardim Pérola (glebas 1 e 2)
7. Vila Iracema (Séc. Colonial – lote 412)
8. Jardim Colonial
9. Vila Landim (A. C. Rua Gaspar de Souza)
10. Vila Cláudia (Jardim Augusto)
11. Vila Independente
12. Vila União
13. Recanto das Rosas
14. Cidade A. E. Carvalho (reparcelamento)
15. Jardim Pérola 3
16. Vila Cosmopolita (reparcelamento quadra 9)
17. Vila Paulista I
18. Jardim das Hortências (Vila São Geraldo)

SETOR II

19. S/D – A. C. Rua das Pedras
20. Jardim Romano
21. Vila Eva (Chácara Gilda)
22. Jardim Vista Alegre (lindeira)
23. Jardim Alto de Taipas
24. Jardim Santa Maria
25. Jardim Melunas (Chácara Jardim São José)
26. Vila Nova Esperança
27. S/D – A. C. Rua Manoel Álvares Pimentel
28. Jardim Virgínia
29. Jardim Virgínia (A. C. Rua Itajuibe)

SETOR III

30. Vila Ayrosa
31. Jardim Frutos da Terra (área da Santa Casa)
32. Condomínio Recanto Verde
33. Jardim Fontalis (área lindeira Klekin)
34. Vila Ayrosa (quadra 8, lote 5, reparcelamento)
35. Área da Santa Casa 7 (Jardim da Serra)
36. Vila Ayrosa (quadra 11)
37. Área da Santa Casa (Jardim Girassol)
38. Área da Santa Casa (6)
39. S/D – A. C. Rua Amorim (Associação Sobradinho)
40. Jova Rural
41. Área da Santa Casa (Rua Manoel V. Luz)
42. Santa Casa (próximo C. Brito, Favela Guapira)

SETOR IV

43. Conjunto Residencial Novo Horizonte
44. Jardim Camargo
45. Vila Mirante (gleba 2 – área reservada)
46. Parada de Taipas
47. Conjunto Residencial Sol Nascente
48. Conjunto Residencial Bandeirantes
49. Conjunto Residencial Paraíso
50. Cidade d'Abril (gleba 2)
51. Conjunto Residencial Canaã (antigo Jardim Britânia)
52. Conjunto Residencial Alpes do Jaraguá
53. Conjunto Residencial Morada do Sol
54. Conjunto Residencial Parque Esperança
55. Parada de Taipas (Sítio Pedro Velho)

SETOR V

56. Jardim Limoeiro 2
57. Jardim Canaã
58. Recanto Verde do Sol (gleba 2)
59. Jardim Limoeiro 1
60. Jardim Nossa Senhora Aparecida (Sítio)
61. Chalé (Jardim Imperador)
62. Vila Rica (Rua Antonio Lebel)
63. Carrãozinho 2 (parte da área)
64. Vila Leme
65. Jardim Arantes
66. Fazenda da Juta
67. Jardim São Benedito

SETOR VI

68. Jardim da Conquista

SETOR VII

69. Jardim da Conquista

SETOR VIII

70. Jardim da Conquista

SETOR IX

71. Jardim Maia

Por fim, uma breve apresentação das pessoas que ‘reconstruíram’ suas vidas “nesse pedaço de chão”, que sonham, um dia, de posse de um documento oficial, poderem chamar de seu.

Quem construiu sua casa e/ou vive no Jardim Felicidade hoje, pode-se dizer, é um **típico cidadão ou cidadã pobre das periferia paulistanas** e das grandes cidades brasileiras. Recuperamos alguns aspectos que sintetizam esse perfil:⁴⁴

- de origem pobre e principalmente migrante da zona rural nordestina;
- mais da metade da população de cor parda ou negra;
- acostumado a condições precárias de vida e moradia, desde a infância;
- com baixa escolaridade (sem completar o ensino fundamental);
- iniciação no trabalho desde a infância ou adolescência;
- com baixa qualificação profissional (ocupação no setor de serviços pouco qualificados);
- com a vida profissional e ocupação atual marcada pela informalidade;
- vivendo a situação instável do mercado de trabalho (situações de emprego e desemprego); empregabilidade vulnerável;
- com baixa renda familiar (maioria até 4 SM), enfrentando dificuldades orçamentárias;
- com boa saúde geral, mas preocupado com a insegurança e instabilidade da situação geral de vida da família;
- Valoriza a educação e o trabalho, como aspectos da dignidade do ser humano.

Esse cidadão ou cidadã – assim tipificado – é o construtor e vítima da cidade real e ilegal. É com cidadãos e cidadãs com esse perfil que se constroem e se reconstroem todos os dias vários bairros da cidade de São Paulo. Aparentemente, esse perfil não se apresenta muito diferente do que foi identificado nas pesquisas e análises sobre a periferia nos anos 70. No entanto, no perfil atual, destaca-se a questão do desemprego estrutural e a importância da informalidade sobre o mercado de trabalho formal e industrial como um diferencial importante e central entre os anos 70 e os anos 90. Com

⁴⁴ Coloco aqui apenas a síntese do perfil dos entrevistados, com os dados coletados diretamente.

certeza é uma mudança significativa que provoca alterações na sociabilidade urbana e política contemporânea, o que pretendemos perseguir estudando trabalho.

Enfim, para dar conta dos objetivos traçados através do território escolhido, este trabalho está assim organizado:

No **Capítulo I - São Paulo: a lógica da produção da metrópole e suas “periferias”**, procurei resgatar brevemente a questão da formação sócio-espacial da cidade de São Paulo, a conformação de um território urbano que concentra o melhor e o pior da urbanização capitalista, conformando territórios segregados, que se convencionou chamar de “Periferia”. São Paulo sintetiza a cidade tomada pela hegemonia do valor de troca, pela produção de extensos territórios não reconhecidos como cidade, através de políticas públicas excludentes, conduzida pelo processo de modernização capitalista conservadora e suas posteriores transformações com a reestruturação produtiva e a acumulação flexível. O tema nos impõe uma breve revisita às concepções de periferia elaboradas a partir da década de 70, que ainda mostram vitalidade. Por outro lado, essa revisita também nos impõe a necessidade de questionamento sobre se o “padrão de crescimento periférico” está realmente em esgotamento. Esse resgate histórico-teórico nos conduz às condições de espaço-tempo que possibilitaram a emergência do Jardim Felicidade como uma das faces da produção ainda vigente do território “periférico” e segregado na cidade de São Paulo, no limiar do séc. XXI, sob a Era do globalismo.

O **Capítulo II - Direito a uma feliz-cidade: Habitat e identidade territorial**, trata da recuperação histórica da ocupação realizada pelos moradores, que se deu predominantemente de forma desordenada e desorganizada na sua maior extensão, configurando a construção de um território precário e segregado, sinal do não esgotamento do padrão periférico. A existência de uma associação de moradores que registrou o loteamento junto aos órgãos competentes segue a trilha de uma ocupação como “solução

“privada” para a crise econômica e de moradia de fins dos anos 80. Um território, que como tantos outros na cidade, tem seu ambiente construído marcado pela precariedade e informalidade no trabalho, a partir do qual os próprios moradores-cidadãos construíram suas casas e boa parte do bairro. A questão da casa própria (autoconstruída) como a grande alternativa que restou para a preservação de seu abrigo e dignidade e alguns dos desdobramentos do exercício informal da função social da propriedade, coloca em questão o debate político sobre a sua contraposição com o princípio da propriedade privada. Sem descartar a magnitude da luta por moradia nas grandes cidades, procurou-se chamar a atenção para não reduzir o “Direito à Cidade” à sua concepção minimalista que é o direito à moradia, sem descartar a sua importância. Aponta-se a necessidade de se questionar o ambiente construído como um território não só periférico mas também hiperperiférico. Ao final deste capítulo, recuperamos a questão do direito à identidade e raízes, incluindo-o como constitutivo da conquista ao direito à cidade, problematizando as dificuldades de sua elaboração para que se possa efetivar um contraponto às diversas formas de segregação e discriminação sócio-territorial em curso.

No **Capítulo III – Direito a uma feliz-cidade : Uma (nova) Sociabilidade Urbana** objetiva-se discutir a questão das sociabilidades que se produzem, reproduzem e se transformam a partir do “ambiente urbano construído” no Jardim Felicidade. De um lado, ressalta-se que no caso empírico estudado, o bairro está determinado pela precariedade e vulnerabilidade de forma geral – tanto do espaço como das relações sociais - e, de outro lado, como esses processos atuam sobre as sociabilidades praticadas pelos moradores. As três tipologias foram construídas a partir do cruzamento de várias variáveis relativas à vivência do contrato social vigente, através do recurso estatístico da análise fatorial e foram designadas por: *solidária-frágil*, *vicinal-religiosa* e *ocupacional-reclusa*. A análise dessas sociabilidades em curso no Jardim Felicidade suscita várias problematizações que vão desde a temática da família, da noção da inclusão perversa e precária e da espoliação urbana ampliada aos problemas relativos à participação, à organização associativa e à conquista dos direitos de cidadania sob o ambiente democrático. As análises suscitam pensar os entraves para a construção e

prática de uma nova sociabilidade urbana como condição para a conquista do direito à cidade.

No **Capítulo IV – Direito a uma feliz-cidade - Perspectivas utópicas**, há a apresentação dos desejos individuais e coletivos manifestados pelos cidadãos-moradores, não só na sua forma geral, mas como elas se manifestaram significativamente, em cada uma das três tipologias de sociabilidades construídas. As formas e conteúdos com que são manifestados pelos sujeitos, exigem uma intersecção com o território, a cidade e o cenário globalizante e neoliberal que vivemos, em que se observa um aprisionamento das possibilidades de imaginações utópicas e “destituição da fala” dos sujeitos. No entanto, apesar das dificuldades, a análise conseguiu fazer emergir a utopia do presente, concentrada na realização da cidadania clássica. O alcance, na imaginação, da cidadania passiva é importante mas insuficiente para a conquista do direito à cidade. Assim, explora-se possibilidades de novas práticas que contribuam para a luta política pela nova cidadania. Discute-se a construção ou fortalecimento de um espaço público em que proliferem lugares de encontro – no âmbito local ou geral da cidade -, que possam movimentar as sociabilidades em curso e os desejos contidos dos moradores na direção de uma vivência cotidiana e de uma prática democrática e participativa. Esse é o ponto de partida para desafiar a imaginação de uma feliz-cidade e o alcance do (novo) urbano.

Nas Considerações finais, especula-se sobre as possibilidades de existirem cidadãos felizes na cidade de São Paulo e sobre outros pontos importantes para a reflexão sobre o resgate do *valor de uso* e do *lugar do encontro* que expresse, no espaço da cidade a liberdade, a subjetividade e a conquista da plenitude do “habitar” como princípios fundamentais que propiciam o alcance à felicidade pública e pessoal, de participar e de se apropriar da cidade-obra coletiva de cada cidadão e cidadã que nela vive, num mundo cada vez mais global.

São Paulo: a lógica da produção da metrópole e suas “periferias”

De campo amplo
Não se vê os cantos
[no entanto...]
o céu não sai
de cima
Arnaldo Antunes
Palavras da Desordem

O propósito de recuperar e selecionar historicamente alguns elementos fundantes da problemática urbana das grandes cidades e da cidade de São Paulo em particular parece mesmo tarefa hercúlea e impossível. A cidade de São Paulo parece um “palimpsesto¹ em que se vão gravando, raspando e superpondo imagens”, evidenciando a dificuldade de sua leitura, dadas tantas superposições ao “indecifrável projeto inicial”.(Véras,1999:214)

Tendo isso em conta, pretende-se aqui recuperar, brevemente, alguns aspectos históricos gerais da urbanização no Brasil bem como algumas “raspagens e novas escritas” feitas no *ambiente construído* da cidade de São Paulo, que possam, dessa forma destacada, colaborar na compreensão dos elementos que possibilitaram a produção de territórios como o Jardim Felicidade no debate do direito à cidade.

Bases gerais da urbanização brasileira e paulistana

As cidades ou o processo de urbanização brasileira começa a merecer atenção somente nos primórdios do séc. XIX, com a vinda da família Real para

¹ Palimpsesto – Antigo material de escrita, principalmente o pergaminho, usado, em razão de sua escassez ou alto preço, duas ou três vezes (*duplo palimpsesto*), mediante raspagem do texto anterior. (Novo Dicionário da Língua Portuguesa (Aurélio), Rio de Janeiro, Ed.Nova Fronteira, 1985); termo utilizado por Benedito Lima de Toledo.

o Brasil, fato que faz emergir o Rio de Janeiro como capital do Reino e, depois da independência, como capital do Império.

Porém, a urbanização de fato se impulsiona na segunda metade do século XIX, e tem como momentos fundamentais o fim do trabalho escravo e a proclamação da República (1888-89). É nesse período que se dá a transição da economia colonial para a economia nacional, que tem no ciclo do café um marco importante.

O ciclo do café significou, diferentemente dos anteriores, um processo produtivo tipicamente capitalista, que transformou São Paulo de uma vila colonial à qualidade de centro econômico nacional, posição que detém até os nossos dias. A transformação urbana da cidade ocorrida desde fins do século XIX é uma importante expressão dos primórdios e do processo da Revolução Burguesa no Brasil.²

Uma Revolução Burguesa de feição conservadora ou passiva, pois como já foi bem colocado por diversos autores³, não incorporou as massas populares. Uma Revolução Burguesa *pelo alto*, sob a dominação, no primeiro momento, das classes proprietárias rurais que, diferentemente das burguesias clássicas européias, não colocaram a democracia e a questão agrária na pauta política como objeto de negociação do pacto nacional.

Desse processo revolucionário passivo é preciso destacar, para compreendermos seus desdobramentos na urbanização brasileira, dois aspectos fundamentais: o primeiro é a permanência da instituição da escravidão na nossa constituição como Nação “livre”, impossibilitando a emergência do cidadão e, o segundo, a promulgação da Lei de Terras em 1850, que muda totalmente a concepção de posse da terra e propriedade privada vigente em todo o período colonial. Fica, dessa forma, desde os primórdios da Nação, recolocado o conflito entre as forças verdadeiramente

² Essa discussão dos ciclos econômicos e sua relação com o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil foi feita in : Victoriano, Marcia – A Questão Nacional em Caio Prado Jr. Uma interpretação original do Brasil, São Paulo, ed. Pulsar, 2001, cap. II.

nacionais, populares, e as forças sociais da classe dominante, que detém o poder de Estado.

Esses dois momentos, abolição e República, demarcam dois aspectos fundamentais para o entendimento da questão urbana no Brasil e em São Paulo em particular. O primeiro diz respeito ao ex-escravo, liberto sem qualquer indenização ou Reforma agrária que pudesse representar sua real autonomia. O segundo diz respeito à institucionalização da política econômica conservadora e liberal que, entre outras coisas, estabeleceu instrumentos jurídicos mais precisos na regulação da apropriação e ocupação do solo urbano. Dessa forma, as estratégias de sobrevivência dos ex-escravos (favelas, cortiços, habitações “subnormais”, etc) vão exigir uma (re)ação regulamentadora do poder público sobre a questão da ocupação do território da cidade.

O processo de abolição (lento e gradual) foi acompanhado, de outro lado, por um incentivo estatal à imigração estrangeira, que, no caso de São Paulo foi um determinante essencial de sua feição social, política, cultural e urbana. São Paulo nasce para a vida urbana já como cosmopolita.

A Proclamação da República em 1889 dá mais um impulso no sentido do desenvolvimento do sistema capitalista brasileiro, subordinando-o ao sistema capitalista internacional como fornecedor de produtos agrícolas, dos quais o café é o produto principal. A Revolução burguesa marcha, mais uma vez, sem o povo. E isto quer dizer que, os direitos de cidadania, na recente República, ainda são restritos a uma minoria.

Para nosso trabalho, o que importa desse resgate histórico é entrelaçar a história e as forças sociais que produzem a cidade com as ordenações jurídico-urbanísticas que foram compondo, ao longo do século XX, a política urbana predominante naquela que se transformou na cidade mais importante do país.

³ Idem acima, ver cap. V

É com Raquel Rolnik (1997) que compreendemos que nas legislações urbanísticas estão expressas as formas de apropriação do espaço urbano. Nelas há o traçado de limites proibitórios, delimitação de fronteiras de poder, colocando significados a determinados territórios, impondo noções de cidadania e civilidade segundo o entendimento dos seus elaboradores, funcionando, enfim, como um referencial cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não consegue implementar o seu projeto na íntegra. Como bem coloca Rolnik:

“Porém, ao estabelecer formas permitidas e proibidas, acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, configura regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada. Esse fato tem implicações políticas óbvias, pois, além de demarcar as fronteiras da cidadania, há um importante mecanismo de mídia cultural envolvido, desde que as normas urbanísticas funcionem exatamente como puro modelo. Com isso queremos dizer que, mesmo quando a lei não opera no sentido de determinar a forma da cidade, como é o caso de nossas cidades de maiorias clandestinas, é aí onde ela é mais poderosa no sentido de relacionar diferenças culturais com sistemas hierárquicos.” (Rolnik, 1997:13)

Uma das principais idéias que Rolnik nos apresenta é que, em cerca de 100 anos de História, foi possível perceber a lógica da ordem urbanística da cidade de São Paulo. Ela nos revela que, ao contrário do que se acredita, não foi “desordem” ou “falta de plano” que presidiu o desenvolvimento da cidade na forma caótica e desigual como a conhecemos. Interesses econômicos e políticos bem delimitados por políticas urbanas específicas em cada momento crítico da nossa História foram as bases determinantes da construção dessa metrópole. Assim, para compreender as ordenações jurídico-urbanísticas é preciso compreender ao mesmo tempo o estilo de pensamento e o jogo das forças sociais de cada época em um determinado território.

O fim do século XIX marca o “segundo nascimento da cidade”, pela expoência que lhe confere a economia cafeeira, bem como por seu despertar para a necessidade de uma regulação urbanística. O primeiro Código de

Posturas data de 1875 (ainda no Império, portanto) e tinha como temática principal a ressignificação da rua como espaço de circulação, exprimindo já, nesse momento, uma necessidade de aumentar a velocidade de circulação das mercadorias.

Já na República Velha, as preocupações com o “lugar dos ricos” e o “lugar dos pobres” se explicitam no tratamento da área central da cidade, pela demarcação de um zoneamento urbano, que tinha um alvo certo de seus preceitos liberais e sanitaristas, os cortiços. Além disso, por influência de escolas urbanistas americanas, começa-se a introduzir na legislação urbana, a questão da rentabilidade do solo urbano. O solo urbano começa a ser visto institucionalmente como valor de troca.

A expansão econômica da cidade consolida uma elite, que enfeixa o poder municipal e legisla em causa própria como nos casos dos bairros residenciais de alto padrão: Campos Elíseos, Avenida Paulista, Higienópolis, Jardins. Conforme coloca Rolnik:

“Ao mesmo tempo em que a lei alinhavou os territórios da riqueza, delimitou também aqueles onde deveria se instalar a pobreza. O movimento, desde o seu nascimento é centrífugo, ou seja, delimita as bordas da zona urbana, ou mesmo a zona rural como local onde esta deveria se alojar. Diga-se de passagem, que a lógica de destinar as lonjuras para os pobres, assim como a de proteger os bairros exclusivos dos ricos, atravessou, incólume, nosso século.” (1997:46)

Já na década de 20, o novo Código de Posturas definiu o que seriam as zonas central, urbana, suburbana e rural, além de já introduzir a questão da verticalização da cidade. Em 1923, um importante passo foi dado na direção da regulamentação da abertura de loteamentos com as devidas exigências e parcerias entre o poder público e loteadores para o arruamento. Foi o primeiro passo – indireto e parcial – no sentido de desenhar um zoneamento de usos e densidades. (Rolnik, 1997:49)

Ao padrão ideal e cuidadosamente pensado pela lei no que se refere aos loteamentos de luxo, contrastava a atenção para com a zona rural ou suburbana não ocupada, onde tudo era permitido, sem que houvesse a responsabilização do Estado pela sua ocupação irregular. Conforme Rolnik,

“Não estaria completo o menu sem um mecanismo que, por um lado, delimitasse uma lei absolutamente detalhada e milimétrica, baseada na homogeneidade de um padrão ideal, e, por outro, abrisse um pedaço da cidade (a zona rural ou suburbana não-ocupada) e uma categoria (a via particular), onde tudo o que não se adequasse à fórmula poderia ocorrer, embora não sob a responsabilidade do Estado.

A dualidade legal/extralegal permitiu a preservação do território da elite da invasão de usos indesejados e degradantes, visando à manutenção do seu valor de mercado, ao mesmo tempo em que acomodou a explosiva demanda por moradia. Durante toda a República Velha esse mecanismo funcionou bem, aliviando possíveis tensões. No entanto, logo essa dualidade se transformaria em campo de investimento privilegiado da política. Foi o que ocorreu a partir dos anos 30, quando as massas urbanas entraram pela primeira vez no cenário político da cidade.” (Rolnik, 1997:50)

É interessante notar que a própria ordenação jurídico-legal abrigava uma desigualdade, permitindo a existência de zonas na cidade – *o lugar dos pobres* - onde a lei não precisava ser atendida, onde o Estado não tinha obrigação de atuar.

A segregação social e segregação racial caminharam lado a lado. A “imagem da metrópole” à semelhança de suas congêneres européias que estava sendo construída pela República Velha, não condizia com a permanência de negros no centro econômico e político da cidade. Conforme Rolnik:

“O ataque era simultaneamente real e imaginário; como em toda operação urbanística, tratava-se de associar um conjunto de intervenções físicas a uma rede de significados culturais e políticos. No caso específico de São Paulo, importava politicamente aos novos dirigentes da nação –

banqueiros, industriais, comerciantes e cafeicultores – inscreverem-se como classe vitoriosa no espaço físico, além de, evidentemente, transformá-lo em fonte de lucro nos novos termos definidos pela economia urbana. Isso se deu por meio de reformas urbanas que, como veremos, deslocaram territórios negros e bloquearam seus circuitos, bem como através de ampla desqualificação e estigmatização desse território, em nome da luta contra a promiscuidade.”(idem, 66)

A expulsão dos negros do centro vem no bojo de uma política iniciada nos fins do século XIX, de estímulo à imigração europeia e principalmente italiana, para substituí-lo tanto como mão-de-obra quanto como cultura.

A década de 20, com a gestão de Antonio Prado, instituiria ainda elementos fundamentais da política urbana e paulistana, que ainda sobrevivem atualmente. É com Antonio Prado que o Centro da Cidade passa por uma transformação fundamental: passou a ser o centro do poder político e financeiro; passou a ser *a própria imagem da cidade*. Ir ao centro era ir à *cidade*, como bem resgatou Rolnik, do imaginário popular. Essa mudança significou a eliminação praticamente completa da área central do mercado residencial. Os preços imobiliários altíssimos eram proibitivos à classe trabalhadora. Os ricos já haviam migrado para os loteamentos exclusivos e, para os pobres, era só um lugar de passagem. Inicia-se o processo de separação do local do trabalho com o lugar de viver.

Ainda na gestão de Antonio Prado foi que se consumou – legal e institucionalmente – a prática da valorização dos loteamentos de alto padrão por investimentos de infra-estrutura e serviços feitos pelo poder público. Estava dado outro passo importante no que configuraria a intrincada teia de interesses econômicos que enfeixa o poder político municipal, na qual estamos amarrados até nossos dias. Atores sociais privilegiadamente posicionados estabeleceram ligações espúrias de apropriação privada dos recursos públicos, porém de forma totalmente legalizada.

Ao contrário dos loteamentos exclusivos das áreas nobres, os serviços de infra-estrutura básica nos bairros populares podiam tardar anos. Isso porque ficava praticamente a critério das concessionárias a implantação desses serviços, desrespeitando de forma velada as regras normativas vigentes. Um exemplo disso é o caso da extinta Light e suas relações com o poder municipal, tanto com o Executivo com o Legislativo. (idem, 130-31). Conforme Rolnik:

“A política municipal de investimentos urbanos beneficiava claramente os novos arruamentos situados no vetor oeste/espigão. A infra-estrutura produzida sob a administração direta do município consistia basicamente em passeios, obras de drenagem e pontes, calçamento e arborização. Água e esgotos, desde que a Companhia Cantareira fora encampada pelo governo estadual, em 1892, ficara sob sua égide. Sob responsabilidade de empresas privadas estavam as demais infra-estruturas: energia, iluminação, bondes, telefonia, limpeza pública e gás. Já foi mencionado que a participação dos “capitalistas” loteadores como acionistas das empresas concessionárias de serviços possibilitaram uma priorização no atendimento a seus empreendimentos. Por outro lado, a relação com os políticos – que podia incluir a participação de vereadores nos negócios de loteamento e serviços de infra-estrutura – contribuiu para que essas prioridades fossem apoiadas pela Câmara Municipal em seu papel fiscalizador dos contratos de concessão dos serviços.” (idem,p. 112)

A construção de casas populares na periferia só passou a chamar atenção da República Velha, a partir do momento em que passou a ser um negócio rentável. A questão da moradia dos trabalhadores, bem como vários outros problemas a eles afetos, não era tratada como questão social.

Em 1924, na gestão de Pires do Rio, Prestes Maia propõe seu plano de crescimento horizontal da cidade, como resposta ao adensamento popular, temerário para as elites, através da introdução do ônibus a diesel, que cobriria a periferia onde o bonde e o trem não alcançavam. A flexibilidade do ônibus como meio de circulação aliada à expansão horizontal era, no seu entender, a solução para a crise da moradia, através da autoconstrução em loteamentos na periferia. Segundo Rolnik, o modelo das casas autoconstruídas na periferia

desequipada evitava a desvalorização das regiões centrais, ao mesmo tempo em que tirava o peso do pagamento do aluguel do custo de vida dos trabalhadores”. (idem, 161)⁴

Essa proposta tinha um problema na origem, pois para sua concretização era preciso uma outra ação do poder público, qual seja, acerca dos investimentos e provisão de serviços na periferia. Não havia estatuto legal-urbanístico para que essas ações se realizassem em território ilegalmente constituído. A sua concretização só pode ser implementada numa outra correlação de forças sócio-políticas, que não tinha lugar na República Velha.

Foi somente com a Revolução de 30, em que as classes médias, pequenos investidores e trabalhadores compuseram, mesmo que desigualmente, o bloco de alianças que formava o poder estatal, que medidas como as propostas por Prestes Maia foram possíveis de se concretizar.

É assim que com o “Ato 32”, mecanismos foram instituídos para que o reconhecimento dos loteamentos irregulares fosse possível. Por outro lado, os critérios para esse reconhecimento não estavam estabelecidos de forma geral. Cada regularização dependeria de critérios (próprios) do corpo técnico do Departamento de Obras do Município. A clandestinidade ganhava estatuto de extralegalidade, dependente da intermediação do poder municipal para ser reconhecida. Só dessa maneira haveria condições de obter o estatuto legal e ficar sob a égide das obrigações e responsabilidades públicas, como coloca Rolnik:

“Uma era de cidadania consentida foi assim inaugurada: a condição de ilegalidade urbana, fundamental para a inclusão das vastas massas urbanas como objeto de políticas públicas, era uma concessão seletiva do Estado. Qualquer semelhança com a fórmula adotada em relação à legislação trabalhista da era getulista não é mera coincidência.” (Rolnik, 1997:168)

⁴ o início do processo de expansão dos loteamentos periféricos e desurbanizados na década de 20 do século passado também está em Villaça (1986)

O populismo e clientelismo – categorias construídas no período do Estado Novo (1937-1945) -, tiveram sua permanência no período democrático pós-segunda guerra e influenciaram a política urbana de forma absolutamente profunda, quando a questão do reconhecimento da legalidade de partes da cidade transformava-se numa “relação de favor”, “de troca” através do voto. Para que essa fórmula funcionasse era preciso um Estado que desempenhasse um papel de intermediador forte que estabelecesse essa relação com as massas de trabalhadores urbanos incluídas (desigualmente) nas alianças políticas do período.

Getúlio Vargas personificou tanto o Estado como o projeto político do Capitalismo Nacional, principalmente no período do Estado Novo. O Capitalismo Nacional implicava na idéia de nacionalização das decisões sobre a política econômica para conquistar uma nova posição frente ao capitalismo mundial, fortalecendo a soberania nacional, mediante, principalmente, a substituição de importações. No entanto, para empreender essas transformações era preciso que o Estado reelaborasse suas funções, sendo decisiva sua intervenção no processo de acumulação de capital, na atração e controle do capital estrangeiro e, sobretudo na condução da Questão Social, (conciliando interesses, muitas vezes, contraditórios), que, de certa forma, resultou em assumir uma política operária.

Essa proposta contava com o apoio de parte da classe média - a pequena burguesia industrial, parte da burguesia industrial de origem nacional - setor mais privilegiado -, além de setores do Exército, proletariado, forças de esquerda e intelectuais. A participação desses três últimos deve-se principalmente, à defesa desse modelo pela maioria dos membros do PCB – Partido Comunista Brasileiro (a maior força de esquerda da época). Acreditando que a contradição com o imperialismo era prioritária naquele momento, sua superação necessitava de uma aliança tática do proletariado com o que chamavam de “*burguesia nacional*”, realizando, assim, como nas revoluções burguesas européias, a “*etapa democrático-burguesa*”. A luta de

classes, assim compreendida, estaria subordinada à libertação nacional do latifúndio e do imperialismo.⁵

Com a década de 30 e a ascensão do nacionalismo, as preocupações em delimitar e controlar os bairros estrangeiros são muito fortes, obtendo, em contrapartida, a valorização dos “elementos nacionais”. Inaugura-se nesse período uma política urbana mais intervencionista “nos territórios ilegais”. A primeira Lei de Anistia de 1936 corrobora para essa nova perspectiva urbana.

O “Plano de Avenidas de Prestes Maia” é um marco do urbanismo paulistano principalmente porque, em primeiro lugar, foi justamente elaborado como “um plano”, e, em segundo, apresentava, pioneiramente, uma visão de conjunto da cidade. É a partir do período populista, com nossa entrada definitiva na era da modernidade, que ciência e urbanismo estabelecem um diálogo explícito.

Enquanto Prestes Maia criticava a centralidade absoluta e propunha a extensão da cidade, Anhaia Melo, preocupava-se em limitar e ordenar o crescimento da cidade (tanto horizontal como verticalmente), incluindo aí o mapeamento e fiscalização da cidade clandestina para coibir sua reprodução. Anhaia Melo, segundo Rolnik, é pioneiro na proposta de discussão de um Plano Diretor em 1947. (1997:196)

Não é demais lembrar que com a Revolução de 30 e o Estado Novo, temos um dos momentos mais importantes do processo de Revolução Burguesa no Brasil, com o Estado investindo pesadamente em infra-estrutura para o desenvolvimento industrial, tendo a classe industrial se constituído na classe hegemônica, porém ainda, sem operar qualquer ruptura com as classes dos produtores e grandes proprietários agrários. Entramos na modernidade, meados do século XX, com a questão agrária intocada.

⁵ v. Victoriano, Marcia, – O tema do desenvolvimento econômico, item 3 – Da Economia cíclica à Economia Nacional, p... op.cit. cap. III

Ermínia Maricato, lembrando clássicos do pensamento social brasileiro, Caio Prado Jr e Celso Furtado, lembra o caráter predatório do meio ambiente presente na nossa história econômica, com os ciclos do açúcar, ouro, café, incluindo também o da industrialização brasileira (Maricato, 2000^a, p.23).

É durante o período populista que, ao mesmo tempo em que assistimos a ruptura com o liberalismo conservador e oligárquico, o Estado passa a intervir fortemente não só na economia, mas também em vários aspectos relacionados à reprodução da força de trabalho. De outro lado, as massas populares urbanas, os novos setores sociais emergentes experimentam novas formas de organização e passam a reconhecer no Estado o interlocutor privilegiado às suas reivindicações. Conforme afirma Bonduki,

“A questão habitacional também não ficou livre desta crescente intervenção do Estado, que se deu pelo menos em três níveis distintos: 1) a criação das Carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência, em 1938 – representando o início da produção direta ou financiamento de unidades habitacionais por órgãos estatais, tendência reforçada em 1946 pela criação da Fundação da Casa Popular (FCP); 2) o decreto da Lei do Inquilinato, à regulamentação das condições de locação, até então deixadas à livre negociação entre proprietários e inquilinos; 3) O decreto-lei 58 de 1938, que regulamentou os loteamentos populares, garantindo a aquisição de terrenos à prestação.” (Bonduki, 1994:119)

Dentre essas medidas, teve extraordinário impacto o congelamento dos aluguéis pela Lei do Inquilinato, promulgada em 1942 e que vigorou até 1964. Essa lei possibilitou duas vertentes de manifestação populares: de um lado, incentivou os despejos e fez com que se organizasse vários movimentos populares na luta contra os despejos, que significou, conforme coloca Bonduki, *a luta pelo direito de habitar*, já que expunha que a necessidade era por casas prontas em lugares com infra-estrutura instalada. De outro, as dificuldades de organização política na época que, apesar de contar com o apoio do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e seus CDP's (Comitês Democráticos Populares), não conseguiu sair vitoriosa, deixando a alternativa da

autoconstrução em loteamento periférico desequipado, a alternativa de abrigo por excelência da classe trabalhadora, mesmo que isso significasse o rebaixamento das suas condições de moradia (Bonduki, 1994:139) As favelas se desenvolvem nas áreas centrais e tomam maior impulso a partir da década de 70. Assim, Bonduki afirma que:

“Conseqüentemente iremos assistir, a partir da década de 40, ao surgimento ou ao desenvolvimento em larga escala de novas soluções habitacionais que até então ou eram inexistentes ou ainda não eram muito difundidas em São Paulo: a favela e a casa própria autoconstruída em loteamentos periféricos desprovidos de qualquer melhoria urbana. Ambas as soluções se caracterizavam pela inexistência de investimento privado ou público na construção da moradia, ou seja, transferência dos encargos de confecção das casas de empreendedores especializados para o próprio morador”.

O Estado Populista conseguiu com essas medidas largo apoio político das massas ao regime, porque a habitação sempre representou, como colocou Bonduki, um alto ônus para a classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que impulsionou no imaginário popular, o “sonho da casa própria” ao invés da moradia de aluguel ou em cortiços nas áreas centrais. (idem, p. 120)

Ao lado da promoção da autoconstrução na periferia, o Estado Novo apresenta o tema da “casa própria” com forte componente ideológico para a classe trabalhadora, acrescentando-lhe um novo atributo: a propriedade. Rolnik coloca bem esse ponto:

“A casa própria era a materialização da possibilidade de estabilidade e ascensão social que aparecia como recompensa pelos anos de sacrifícios. Desta forma o trabalho e a política de amparo ao trabalhador seriam valorizados, e o perigo de convulsão social, afastado. Mas a casa própria tinha também um profundo sentido micropolítico, ao garantir um ambiente livre das patologias sociais associadas às moradias coletivas, o “lar” sadio, célula básica a partir da qual se construiriam a sociedade e a nação”. (Rolnik, 1997: 205)

As transformações urbanas na cidade de São Paulo, a partir da segunda metade do século XX, têm uma origem fundamental no ciclo industrial. Não só no impacto econômico mas na não ruptura da nova classe dominante com o poder dos proprietários rurais, que estimula um fluxo migratório interno, principalmente de nordestinos. À questão dos negros e imigrantes estrangeiros, soma-se a problemática do êxodo rural dos migrantes nacionais, de outras regiões e cidades do interior da capital que construirão a riqueza da cidade de S.Paulo e viverão sua pobreza urbana. Conforme coloca Maura Vêras:

“A partir de 1950, fluxos de migrantes nacionais, vindos do campo, do Nordeste, de Minas e do Espírito Santo, depois do Paraná, se instalam, em franca periferização da cidade, enquanto, ao mesmo tempo, a influência americana aumenta na língua nacional, na cultura do automóvel, nos costumes. Processos de segregação social, nomadismo, estranhamento convivem com a São Paulo dos arranha-céus, do “formigueiro” das ruas centrais. Fermenta alguma xenofobia, com áreas centrais “deterioradas”, com novas territorialidades. A pecha de “baiano” é genericamente atribuída aos migrantes nordestinos e revela preconceito. (Vêras, 1994)” (cf. Vêras: 1999:209)

Esses são os elementos de fundo – ciclo industrial com forte investimento estatal, fluxo migratório, mudanças na gestão urbana da cidade (mudanças do sistema de transporte coletivo dos bondes para ônibus, circulação de veículos, verticalização) - que consolidam o padrão periférico de crescimento urbano na cidade de São Paulo baseado no trinômico: loteamento periférico, casa própria e autoconstrução. (Kowarick e Bonduki:1994:150)

Para Kowarick e Bonduki a emergência desse padrão de crescimento só pode se dar também num cenário político populista, em que o poder público deixou de exercer sua função fiscalizadora e regulatória da expansão urbana e da construção de moradias, pois a área periférica estava sendo ocupada de forma clandestina, ao arrepio da legislação urbana vigente. Completam os autores:

“Por outro lado, uma superficial avaliação dos resultados que a abertura indiscriminada de loteamentos dispersos, rarefeitos e não equipados traria ao planejamento futuro da metrópole, já no início dos anos 50, demonstrava que o poder público jamais poderia, a curto e médio prazo, servir estes assentamentos populares de serviços e equipamentos coletivos indispensáveis à vida urbana, tais como água, luz, esgoto, pavimentação, transportes e outros serviços básicos para a vida nas cidades”.

“ A prefeitura tinha total conhecimento do que significava a abertura desses loteamentos. Sabia que não tinha condições nem recursos para urbanizá-los, tal a extensão da mancha urbana que provocavam. (...) Não se pode, portanto, afirmar que estes novos loteamentos eram simplesmente bairros esquecidos, como então se dizia, ou que houve “ausência de planejamento”, como se faz referência hoje ao período em estudo. Na realidade, fechar os olhos ao surgimento desses loteamentos e depois esquecer sua existência fazia parte de uma estratégia dos órgãos públicos para arrefecer a crise habitacional que, no período do pós-guerra, assumia aspectos explosivos, além de beneficiar os interesses dos proprietários de terras e loteadores”. (Kowarick e Bonduki, 1994:151)

Nabil Bonduki considera que essa nova condição de habitação na cidade gerou novos movimentos de bairros envolvendo sobretudo, reivindicações de equipamentos e infra-estrutura urbanos, o que originou, para esse autor, o que se denomina atualmente como “a luta pelo direito à cidade”, que imprimiu uma marca da maior importância ao cenário político das periferias de 1945 até o presente. (Bonduki, 1994:139)

Com tanta mudança no cenário econômico e político, não haveria como não alcançar o cenário cotidiano e cultural. Uma das mudanças mais profundas, nesse nível, para a classe trabalhadora, estava no seu padrão de consumo. Maricato aponta bem essa questão:

“A modificação no padrão de consumo (eletrodomésticos, automóveis,etc) mudam o modo de vida, os valores, a cultura e o conjunto do ambiente construído.

“Da ocupação do solo urbano até o interior da moradia, a transformação foi profunda, que não significa que tenha sido homogeneamente moderna. Ao

contrário, os bens modernos passam a integrar um cenário em que a pré-modernidade sempre foi muito marcante, especialmente na moradia ou no padrão de urbanização dos bairros da periferia (Maricato, 1996; idem, 2000:22).

Em 1954, São Paulo, já era uma metrópole industrial consolidada com 2,5 milhões de habitantes. Foi então que, com Jânio Quadros à frente da Prefeitura, foi aprovado na Câmara Municipal um projeto de lei sobre “oficialização de logradouros”, que declarava oficiais todos os loteamentos aprovados; todos os que foram registrados de acordo com a Anistia de 1936 passaram a estar incluídos na planta oficial da cidade. Com essa medida, todo e qualquer espaço contido naquela planta anexa à lei estaria passível de investimento público. O poder público municipal iniciava um verdadeiro plano de emergência de colocação de guias, sarjetas, pavimentação e instalação de luz elétrica nas vias principais da periferia dos anos 50. (v.Rolnik, 1997:206)

Essa verdadeira anistia em massa transformou Jânio Quadros em um político quase imbatível, assentando bases políticas sólidas na periferia. É com ele também que se consolida a relação entre o político e a produção da periferia, que tem, conforme diz Rolnik, “na própria condição de ilegalidade do assentamento a possibilidade de transformar investimentos públicos em poderosas moedas de barganha em contabilidades eleitorais.” (idem, 206-207)⁶

O cenário político populista encerrou a contradição da reelaboração do controle político e da subalternidade economico-social das classes populares, principalmente urbanas, que, por sua vez, conferiam legitimidade a essa forma de participação, através da participação nos movimentos reivindicatórios mas, fundamentalmente, através do voto.

A concentração da riqueza e dos bens públicos nas mãos de poucos, as desigualdades regionais e a questão agrária alimentaram o debate político pré-

64 e se constituíram em elementos fundamentais da crise que desembocou no golpe de Estado. O golpe de 64 significou o recrudescimento da luta política, em que a dominação burguesa tem de lançar mão do poder autoritário (de feição militar) para que o desenvolvimento capitalista se expanda no sentido da associação de capitais (nacionais e estrangeiros), frustrando completamente a constituição de um Estado verdadeiramente Nacional. A exclusão da cidadania do poder político, a irresolução da questão agrária, a concentração do poder econômico e a forte centralização do poder de Estado compõem o cenário em que vai se desenhando o desenvolvimento e implementação das políticas urbanas até o início da década de 80.⁷

Um fenômeno bastante conhecido como estopim do golpe foram as Reformas de Base anunciadas pelo Governo do Presidente “João Goulart (Jango)” em 1963, com as bandeiras da nacionalização de alguns setores básicos da economia e o tratamento das questões sindical e agrária. No entanto, uma face menos conhecida dessas reformas tratava também de um projeto de Reforma Urbana. Segundo Kowarick e Bonduki:

“Tal projeto propunha transformações legais e substantivas bastante significativas no sentido de combater a especulação imobiliária e de equacionar a questão urbana e habitacional, tais como, entre outras, a criação de limitações ao direito de propriedade e de uso do solo, a permissão da desapropriação de terras urbanas sem exigência de pagamento à vista em dinheiro, o estabelecimento de uma política de locação que relacionasse o valor do aluguel com a renda familiar e a criação de um imposto de habitação, que taxasse as transações e negócios imobiliários, fornecendo recursos de uma política habitacional popular.” (Kowarick e Bonduki, 1994:157)

Além disso, no período pós-64, o processo de industrialização brasileira aprofundou a inserção subalterna do país na economia mundial, através de uma mais complexa associação do capital nacional com o capital

⁶ Essa mesma concepção está presente em Bonduki, Espaço Urbano e Espaço Político: do populismo à redemocratização IN Kowarick, L. (org.) As Lutas Sociais e a Cidade, São Paulo Passado e Presente, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994, p. 154

⁷ Uma discussão mais aprofundada sobre as diversas fisionomias da nação em cada momento crítico da nossa história, ver, Victoriano, Márcia (op.cit.cap.IV)

internacional, subordinando mais uma vez, e mais profundamente, a possibilidade de emergência de um projeto político autônomo. A urbanização brasileira e das grandes cidades passam a expressar as contradições inerentes a essa nova etapa da nossa modernização conservadora.

Com o fim do *pacto populista de classes*, o poder público afastou da cena política um dos seus elementos contraditórios – a classe trabalhadora – e pôde deslocar sua atenção dos bairros periféricos e se concentrar nos investimentos de infra-estrutura necessários à expansão capitalista. Essa ação pública gerou uma remodelação radical da cidade, na qual a administração de Faria Lima (1965-69), foi emblemática, priorizando novas avenidas, pontes, sistema viário, e, com isso, o transporte individual em detrimento do coletivo. De outro lado, essa situação gerou novos e diferentes conflitos urbanos que, devido às restrições de manifestação política, só iriam despontar no fim da década de 70. (cf. Kowarick e Bonduki, 1994: 158-159)⁸

Na análise que nos apresenta Rolnik, o pacto territorial estabelecido nos anos 30 e fortalecido no período de redemocratização pós-guerra pelos mecanismos populistas e clientelistas ainda está em vigor. Diz ela:

“Nem mesmo durante os anos da ditadura, o esquema foi interrompido: novas regularizações em massa foram decretadas em 1962 e em 1968; as Sociedades Amigos de Bairro (SABs) continuaram a ser recebidas nos gabinetes de prefeitos, vereadores e secretários. Durante o período de 1969 a 1988, em que não houve eleições para prefeito, a Câmara de Vereadores transformou-se no grande canal para as demandas dos bairros por serviços, tecendo redes políticas que iam de bairros a secretários, assessores e funcionários municipais. E assim, camadas da periferia foram sendo seletivamente incorporadas à cidade e novas fronteiras se constituíram”

⁸ Nessa mesma linha aponta Maricato: “A formação da periferia urbana antecede o advento da nova fase de industrialização no país, porém com este seu crescimento e sua reprodução se farão em escalas e velocidades nunca antes constatados. O afastamento das injunções do jogo político aberto em meados da década de 60 que obrigava alguma troca de favores entre eleitor e candidato, característica da política clientelista, só veio acentuar a tendência de minimizar a atenção para com a reprodução da força de trabalho, e conseqüentemente minimizar a aplicação de recursos em infra-estrutura, equipamentos urbanos e habitação relativos ao assentamento residencial dessa força de trabalho em meio urbano”. (Maricato, 1979:83)

Maricato, em texto de 1979, já assinalava a “urbanização desurbanizada”, que se desenrolava na cidade, o que definiria, segundo ela, a concepção de “periferia urbana”. Diz a autora:

“Podemos caracterizar assim a periferia urbana como o espaço da residência da classe trabalhadora ou das camadas populares, espaço que se estende por vastas áreas ocupadas por pequenas casas em pequenos lotes (22⁹), longe dos centros de comércio ou negócios, sem equipamento ou infra-estrutura urbanos, onde o comércio e os serviços particulares também são insignificantes enquanto forma de uso do solo. Essa ocupação é urbana, mas pode-se dizer também que é desurbanizada à luz de certas formulações técnicas urbanísticas de planejamento ou mesmo à luz de certas formulações antropológicas, ou ainda à luz da história das cidades (23)¹⁰. Se existe algo semelhante nos países capitalistas centrais, é, na verdade, nas grandes cidades dos países capitalistas dependentes que essa forma de ocupar o solo atinge seu aspecto mais homogêneo e mais dramático” (Maricato, 1979: 82/83).

Contrastando com o que Kowarick/Bonduki chamaram de “*laissez-faire* urbano” predominante nas ações dos agentes imobiliários, no período ditatorial começa a sobressair-se a ação do planejamento estatal urbano, que, no entanto, não conseguiu se contrapor à especulação imobiliária. Na verdade, essa ação acabou por promover empreendimentos imobiliários com financiamento público, cuja expressão mais marcante foi a atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH)”. (Kowarick e Bonduki, 1994:148)

Um ponto alto dessa nova abordagem da questão urbana paulistana no período militar foi a elaboração de planos integrados de desenvolvimento urbano (Plano urbanístico Básico, 1968 e Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado –PDDI, de 1971/73), que com suas definições sobre o zoneamento, sobre onde ocorreriam os próximos investimentos públicos e sobre os

⁹“Dimensões gerais dos lotes 200m2, abaixo do mínimo permitido pela lei de uso e parcelamento do solo. Mesmo empreendimentos estatais na área de habitação popular não cumprem o mínimo estabelecido por lei”. (nota de rodapé, Maricato, 1979:82)

¹⁰ Conforme colocado na introdução, Henri Lefèbvre (1969) desenvolve o noção de urbano-desurbanizado quando se refere à criação dos subúrbios parisienses.

potenciais de edificabilidade, acabavam por orientar as aplicações dos empresários do ramo.

Quanto à política habitacional do período militar, destacou-se a criação do Sistema Financeiro da Habitação. Nesse aspecto, Ermínia Maricato, lembra que,

“É com o Banco Nacional da Habitação integrado ao Sistema Financeiro da Habitação, criados pelo regime militar a partir de 1964, que as cidades brasileiras passam a ocupar o centro de uma política destinada a mudar seu padrão de produção. (...) Mas é com a implementação do SFH – Sistema Financeiro da Habitação – em 1964, que o mercado de promoção imobiliária privada, baseado no edifício de apartamentos, consolida-se por meio de uma explosão imobiliária. (...)”

“Infelizmente o financiamento imobiliário não impulsionou a democratização do acesso à terra por meio da instituição da função social da propriedade. (...) A atividade produtiva imobiliária não subjugou as atividades especulativas, como ocorreu nos países centrais do capitalismo. O mercado não se abriu para a maior parte da população que buscava moradia nas cidades. Ele deu absoluta prioridade às classes médias e altas.”

(...)

p. 23 – Os conjuntos habitacionais não enfrentaram a questão fundiária urbana (v.SILVA, 1998). “Os governos municipais e estaduais desviaram sua atenção dos vazios urbanos (que, como se sabe, se valorizam com os investimentos públicos e privados feitos nos arredores) para jogar a população em áreas completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores e também todos os contribuintes que tiveram de arcar com a extensão da infra-estrutura (Maricato, 1987; 2000^a, 23).

Lucio Kowarick completa colocando que o BNH também atuou como poderoso instrumento de acumulação de capital por parte do setor da construção civil, pois direcionou somas consideráveis de recursos advindos dos próprios assalariados (FGTS) para a realização das moradias destinadas às faixas de renda mais elevadas. (Kowarick, 1993:70)

Essas e outras ações importantes na política econômica acomodaram, mas não resolveram a grande demanda por moradia da classe trabalhadora. É com a crise do “milagre” econômico brasileiro pós-73, por conta de uma conjuntura econômica mundial desfavorável, que a sociedade brasileira começa a viver um longo processo de estagnação econômica, que significou desemprego, inflação, recessão, baixos salários.

O advento da crise em fins da década de 70 abre uma nova etapa no debate acadêmico e político da questão urbana brasileira e paulistana. Como se pôde perceber, se até 1964 a questão da Reforma Agrária era um dos pontos críticos da correlação de forças políticas da composição do poder de Estado no Brasil, a partir da década de 80, à questão da terra (rural) soma-se o agravamento da questão urbana, aprofundando a Questão Social. E, nesse período, a questão da habitação do trabalhador é um dos temas privilegiados.

Com Lúcio Kowarick e seu clássico da literatura urbana brasileira – *Espoliação Urbana*, de 1979 -, a questão da habitação passa a ser “inserida numa complexa rede de agentes comerciais e financeiros, na qual o controle sobre a terra urbana constitui um fator fundamental no preço das mercadorias colocadas no mercado. A produção da habitação-mercadoria está inserida no circuito do grande capital e daí seu acesso estar associado privilegiadamente às camadas de altas rendas e inacessível às camadas trabalhadoras”. (Kowarick, 1993:60)

A classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que tinha sua capacidade de organização política dificultada pelo regime autoritário para o enfrentamento das questões salariais e de condições de trabalho, enfrentava também a falta de acesso à moradia e aos bens de consumo coletivo no seu local de moradia. A esse duplo processo de pauperização e exploração, Kowarick chamou de *espoliação urbana*, que consiste na “somatória de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência, e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho” (Kowarick, 1993:62).

Nesse período, o Estado assume um papel privilegiado como condutor do processo de urbanização, não só pelo monopólio do uso da força para o controle da ordem social, como pelas políticas públicas que implementa em benefício da expansão capitalista. Essa sua atuação favorece um extraordinário avanço do padrão periférico de crescimento urbano, que, por outro lado, não deixa de manifestar as suas “contradições urbanas”: ser o mediador dos conflitos entre os interesses do capital e dos trabalhadores, no que tange, especificamente aos problemas urbanos. (Kowarick, 2000:58-59)

A importância da ação estatal na formação dos loteamentos periféricos, nas questões do financiamento, implantação e gestão dos bens de consumo coletivos também é confirmada por Rolnik e Bonduki nesse mesmo período. O estágio do desenvolvimento capitalista na década de 70, o da reprodução ampliada da força de trabalho, pressupunha a existência de vários equipamentos de infra-estrutura urbana que só podem ser consumidos coletivamente. “Os altos níveis de investimentos requeridos por esses bens, desvaloriza o capital fazendo do Estado o único agente capaz de assumir a sua produção”. (Bonduki e Rolnik, 1979: 125)

O estudo clássico desses autores – *Periferia da Grande São Paulo : Reprodução do Espaço como expediente de reprodução da força de trabalho* de 1979 -, coloca que os loteamentos de baixa renda, entendidos como empreendimentos privados, envolviam 5 agentes: o proprietário fundiário, o empreendedor do loteamento (loteador), o corretor, os compradores dos lotes (moradores) e o Estado, através de seu aparelho técnico, legal e financeiro. (Bonduki e Rolnik, 1979:120).

A crise econômica de fins da década de 70 aliada à ineficácia dos programas habitacionais estatais (SFH/BNH) já referida acima, faz com que a população trabalhadora “chame para si” a resolução do problema, que vai desde o aluguel de cômodos em cortiços localizados em áreas deterioradas, casas autoconstruídas na periferia em loteamentos clandestinos até, no caso extremo, a favela. As dificuldades e sacrifícios impostos à família nem sempre

conseguem lograr até mesmo o loteamento e por isso, na segunda metade dos anos 70, assistimos ao aumento das favelas e cortiços. (cf. Kowarick e Bonduki:1994:162)

A terra e a habitação transformadas em mercadoria e submetidas às regras do mercado, só atendem a quem possui os meios para comprá-las. Assim, a especulação do solo urbano e os lucros do capital imobiliário são a outra face da crise ou déficit habitacional. Nesses termos, segundo Vêras, não é correto falar em déficit habitacional, pois “trata-se, de fato, de **carestia** e é um fato inerente à sociedade capitalista.” (Vêras, 1987:42)

A prática da autoconstrução no pós-64 vai ganhar novos contornos, pois vai estar mais estreitamente vinculada à especulação imobiliária, impondo cada vez mais a terra urbana como valor de troca. Conforme colocou-nos Maricato,

“A prática da autoconstrução está estreitamente ligada à especulação imobiliária. Esta atende aos anseios e à necessidade de que o trabalhador tem da casa própria, e do pedaço de terra, mesmo que situado distante das áreas urbanizadas, mesmo que situado em área de topografia bastante **acidentada, mesmo que a dívida do terreno se arraste por muitos anos e até mesmo em condições ilegais de posse e ocupação da terra**” (grifo meu) (Maricato, 1979:90)

Os baixos níveis de remuneração da classe trabalhadora nos anos 70 constituem-se em fatores mais importantes que a “responsabilidade dos empreendedores” no que toca à inacessibilidade a terras urbanas servidas de infra-estrutura. (Bonduki e Rolnik, 1979:127) O que contava para a classe trabalhadora não era o preço dos lotes, mas a fixação de uma prestação compatível com seu nível de renda, levando em conta, de qualquer maneira, uma forte carga de sacrifícios que a família vai se impor para conquistar a casa própria. Não se preocupa também a classe trabalhadora com o número de prestações a serem pagas, mas sim, com o valor mensal que deverá desembolsar para esse intento. (cf. Bonduki e Rolnik, 1979:121)

No âmbito local, a política pública habitacional de fins dos anos 70 e início dos anos 80 se caracterizou, segundo Vêras, principalmente por:

- produção de conjuntos habitacionais de baixa qualidade para a baixa renda, em localizações distantes, desequipadas, unidades de reduzidas dimensões, com materiais e tecnologias inadequadas, dos quais os conjuntos COHAB (Itaquera, Cidade Tiradentes) são exemplos;¹¹
- Remoção de favelas para alojamentos provisórios e/ou adensamento e incremento de favelas existentes;¹²
- Programas de urbanização localizados, tais como: PROMORAR, PROFAVELA (Implantação de melhorias urbanas nas favelas), PROLUZ e PROÁGUA, PROPERIFERIA;
- Melhorias em loteamentos precários, iniciando até alguns processos de regularização de posse;
- Subsídios à autoconstrução.

É desse período a criação do FUNAPS (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitações Subnormais) que teria como objetivo oferecer subsídios a famílias “carentes” na solução de seu problema de moradia.

¹¹ A Lei 9 412 de 1981, que criou essa zona (Z8 100/1), possibilitaria, segundo seus autores, a compra pelas empresas estatais de terrenos a baixo preço, já que se tratava de terrenos situados em zona rural, desvalorizados pela impossibilidade de ocupação legal para usos urbanos. E a compra de terrenos baratos, segundo a lógica que imperou em toda a produção de habitação popular durante a existência do BNH, era a condição para ter acesso aos financiamentos para a produção de habitação popular. Porém, considerando as dificuldades decorrentes da localização desses grandes conjuntos na Z8-100/1, o custo unitário dessas moradias, computados a extensão das redes de infra-estrutura e equipamentos, os serviços de terraplenagem e recuperação da erosão causada pela própria terraplanagem, é comparável ao custo de uma habitação de classe média no mercado privado. Isso sem contar o custo social e pessoal de morar em grandes guetos habitacionais, sem variedade social ou funcional, numa paisagem monocórdica no limite da zona rural, sem pertencer verdadeiramente à cidade. Ao desejar bloquear a especulação imobiliária através de uma *urban fence* constituída por grandes conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado, a lei reiterou a velha fórmula de criar possibilidades legais para a moradia popular apenas onde não existe cidade.”(Rolnik, 1997, p.203)

¹² Dados da SEBES, início dos anos 70 (conf. Vêras, 1987):
início anos 70 - 542 favelas, 14 mil barracos, representando 1% da população total do município
1980 – 77 mil barracos (crescimento de 446,5%,)
1983 – 1086 favelas 91.419 barracos, 414.572 pessoas
1984 – 1530 favelas 118 mil barracos
1985 – população vivendo em favelas, representava 5% da população (Plano diretor, 1985)

Porém, segundo Vêras, poucas famílias beneficiaram-se dessa alternativa para a autoconstrução em terreno próprio. (Vêras, 1987:46)

A análise teórica da questão habitacional dos anos 70 em diante vai exigir a imbricação dos vários aspectos apontados anteriormente. A questão habitacional vai progressivamente desdobrando-se em questão urbana. Maura Vêras sintetiza esses aspectos:

“(...) a habitação deve ser entendida segundo seu amplo significado, não apenas como abrigo mas como inserção na cidade, ou seja, como ocupação do espaço urbano com seus complementos de infra-estrutura, serviços, transporte, equipamentos sociais e paisagem. Desse ângulo, o atendimento das necessidades de habitar envolve uma complexidade de questões desde a posse da terra, até a localização na cidade e acesso aos serviços e equipamentos públicos, as características construtivas, as condições de ocupação do domicílio e assim por diante, compondo seu complexo valor de uso.

Mas no contexto da produção capitalista, esse valor de uso é sufocado pelo seu “valor de troca”, mercadoria a ser produzida para trocar por algo de valor equivalente, seu preço a depender das condições de produção e das regras do mercado; custos em que está embutido o tempo de trabalho social necessário à sua produção, ou seja, terra urbana (incluindo equipamentos, localização e serviços sociais), material de construção (e respectivas tecnologias) e força de trabalho empregada. De maneira geral, há necessidade de financiamento, pois os custos são elevados e são longos os períodos para sua confecção.

A propriedade privada da terra – e da habitação – interfere no mercado, dificultando a produção em larga escala (dados a escassez e o custo de terras preparadas e infra-estruturadas) e reduz seu consumo aos estratos de renda capazes de suportar o peso dessa aquisição ou uso (casa própria ou aluguel, respectivamente), além de proporcionar processo de especulação imobiliária, valorização do preço da terra com uso improdutivo e beneficiando-se da atuação do trabalho de muitos e do Estado.” (Vêras, 1987: 42)

A questão urbana então, em fins dos anos 70 e início dos 80 do século XX, começa a apresentar inflexões significativas no padrão de crescimento periférico observado desde os anos 40. É a partir do fim da década de 70 que

a autoconstrução começa a apresentar conexões com os movimentos de ocupação de terras na cidade e coloca em cheque, a um só tempo, a crise econômico-social, a questão da propriedade privada, o mercado imobiliário, o papel do Estado e a ordem jurídico-legal constituída.

A questão da **autoconstrução** passa a ser enfocada criticamente, apontando sua dissociação do processo de “mutirão” originário do espaço rural. Os trabalhos de Ermínia Maricato, Nabil Bonduki e Raquel Rolnik reunidos em “*A produção da casa e da cidade sob o capitalismo*”, de 1979, são representativos dessa discussão.

Para Ermínia Maricato, as explicações que analisavam a autoconstrução, seja pelas relações de solidariedade e espontaneidade que envolviam os trabalhadores e vizinhos, seja pelas que viam no mutirão um maior contato com o morador-produtor com a habitação-produto, não dão conta da problemática da habitação nos países dependentes. A autora considera que o trabalhador já estava bem integrado à economia urbana industrial e, por isso, preferia utilizar o conceito de “autoconstrução”, que abrangeria o trabalho coletivo ou não, ou seja, “o processo de construção da casa (própria ou não), seja apenas pelos seus moradores, seja pelos moradores auxiliados por parentes, amigos e vizinhos, seja ainda pelos moradores auxiliados por algum profissional (pedreiro, encanador, eletricitista) remunerado”. (Maricato: 1979:73)

A autoconstrução foi ainda, na década de 70, problematizada por Francisco de Oliveira como um forte elemento de superexploração da força de trabalho. Seria, em outros termos, “trabalho não pago”, “sobretrabalho” ¹³ .

¹³ Reproduzo aqui a afirmação de Chico de Oliveira sobre essa questão:

“Uma não insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, sobretrabalho. Embora esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado, a casa, reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa

Além de Ermínia Maricato, Lúcio Kowarick também reforça essa tese afirmando que a autoconstrução aparece como uma fórmula para a reprodução da força de trabalho, uma solução de subsistência e não de poupança da classe trabalhadora e, dessa forma, contribui para o rebaixamento do seu custo de reprodução. Para Kowarick, ainda, a solução da autoconstrução merece destaque pelo aspecto quantitativo que adquiriu na cidade de São Paulo, como instrumento do capitalismo dependente para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, compatibilizado com a alta taxa de acumulação realizada pela deterioração dos salários. (Kowarick:1993:64)

Bonduki e Rolnik, porém, detiveram-se em outro aspecto da autoconstrução. Para esses autores, a autoconstrução da casa própria em loteamentos periféricos não significava apenas a possibilidade de manutenção da alta taxa de exploração da força de trabalho no processo produtivo, mas também inseria uma parcela dos trabalhadores no estrato dos pequenos proprietários urbanos, resultando em importantes implicações de natureza político-ideológica.¹⁴

Segundo Bonduki e Rolnik,

“Alguns autores consideram a autoconstrução como “trabalho não pago, isto é, “supertrabalho”.(17)¹⁵. No entanto, ao produzir sozinho sua casa, o trabalhador cria um valor de uso, apropriado totalmente por ele, e que é, potencialmente, uma mercadoria, pois pode ser comercializado a qualquer momento. Portanto, não se trata de trabalho não pago ao nível da produção da casa, mas sim de um trabalho realizado como se o trabalhador fosse, neste momento, um “produtor individual de mercadorias e não vendedor de sua força de trabalho para o capitalista. Se, numa primeira instância, a habitação resultante dessa operação é produzida como valor de uso, passa a ter um valor de troca quando é mercantilizada, através de venda ou locação, muito freqüentes” (Bonduki e Rolnik, 1979:129).

exploração da força de trabalho.”In: Oliveira, Francisco de – “A economia brasileira: crítica à razão dualista”, Estudos Cebrap 2, out. 1972, p.31

¹⁴ Bonduki, Nabil e Rolnik, Raquel – Periferia da Grande São Paulo - Reprodução do Espaço como expediente de reprodução da força de trabalho in: Maricato, Ermínia – A produção da casa e da cidade sob o capitalismo, SP, Alfa-ômega, 1979, p. 137

O processo de “autoconstrução” como elemento do padrão periférico de crescimento urbano começa a contrapor o valor de uso ao valor de troca da casa própria do trabalhador, promovendo uma divisão interna na classe trabalhadora: os proprietários e os não-proprietários (Harvey, 1982:29). A renda auferida em aluguéis vai trazer diferenciações entre os trabalhadores no mesmo território periférico.

O processo de modernização autoritário e excludente, baseado fortemente na superexploração da força de trabalho, consolida a cidade de São Paulo como um *espaço* que passa a ser analisado largamente através do binômio *cidade legal* e *cidade ilegal*. A cidade cindida e fraturada em duas partes bem definidas: a parte *legal* da cidade, que vai se constituir nas poucas áreas urbanizadas e bem servidas de equipamentos públicos e que estão de acordo com as normas urbanísticas vigentes e a parte *ilegal* da cidade, caracterizada pela irregularidade e ilegalidade da ocupação da terra, sem respeito às posturas vigentes e, principalmente sem infra-estrutura e serviços públicos essenciais. Essa segunda parte, especialmente, atenderá pelo nome de *periferia*. As características aqui apontadas da periferia, constituem algumas das raízes da segregação territorial.

O início dos anos 80 sinaliza uma inflexão no padrão periférico de crescimento da cidade. Rolnik aponta um dos aspectos dessa inflexão, concluindo pelo esgotamento desse padrão :

“O impacto da crise sobre a cidade se manifestou no esgotamento do padrão periférico de crescimento. Tal esgotamento se explica, por um lado, pela relativa redução da oferta de lotes populares, decorrente da diminuição de loteamentos clandestinos. Isso se deu em função da adoção de legislação federal mais restritiva e da própria falta de elasticidade das ofertas, na medida em que aumentava a distância entre a periferia e as zonas concentradoras de emprego. Por outro lado, a crise também foi causada pela diminuição do poder de compra dos salários em conjunturas altamente inflacionárias, o que reduziu

¹⁵ (17) Francisco de Oliveira – A Economia Brasileira: crítica à razão dualista (op.cit, nota 13)

a capacidade de comprometimento do trabalhador com a poupança inicial e as prestações do lote.” (Rolnik, 1997:207)¹⁶

Nesse momento, pretende-se apenas problematizar essa consideração do esgotamento do padrão de crescimento periférico nos anos 80, pois, consideramos que a periferia não pára de crescer, mas apresenta algumas mudanças significativas no seu padrão de crescimento. Essa questão será retomada a seguir.

É assim que, nos anos 80 vemos dois fenômenos urbanos começarem a redesenhar intensamente toda a cidade e não só sua periferia. Esses fenômenos são: a remoção e/ou a urbanização de favelas, por onde se canalizou a atenção do poder público e o que considero um dos fatores mais importante na inflexão do padrão periférico de crescimento da cidade: os movimentos de ocupação de terras urbanas.

Quanto à urbanização de favelas, Ana Amélia da Silva coloca que a gestão Mário Covas (1983-85) foi um marco. Além disso, abriu alguns canais de interlocução com os movimentos de moradia. De outro lado, não avançou a ponto de aprovar o projeto de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) e em um maior aporte de recursos destinados à área da habitação. (Silva, 1996:122).

Já a gestão Jânio Quadros (1986-88) representou o retrocesso e o autoritarismo, fechando aqueles canais com os movimentos e se voltando para o privilegiamento das grandes empreiteiras. Sua política consistiu, contrariamente, na remoção de favelas e cortiços das áreas centrais e no deslocamento da população para conjuntos habitacionais padronizados, em periferias distantes. Aos movimentos de ocupação de terras, reagia violentamente, através do uso da Guarda Civil Metropolitana. (idem, id. p.122)

No entanto, a política de remoção da (nova) gestão janista não foi a tônica desse período, que se caracterizou mesmo pela melhoria dos padrões

¹⁶ Essa análise também foi compartilhada por Bonduki em outros trabalhos e momentos, conforme se pode verificar em seu *depoimento* à Revista Espaço& Debates, no. 42, 2001, p. 94

de urbanização, através do fornecimento público de serviços e equipamentos básicos. Segundo Kowarick e Bonduki:

“ Boa parte dos aglomerados passou, assim, a representar uma solução definitiva de moradia, o que explica a maioria em alguns padrões de habitabilidade: de modo crescente, o barraco de madeira cede lugar a casas com parede de alvenaria, a água encanada engloba 92% das habitações, situação que, em 1980, atingia apenas 15% das unidades espalhadas pelas favelas de São Paulo “(Kowarick e Bonduki, 1994:162).

Essa ação do poder público em realizar melhorias nas favelas deve ser relativizada, pois esses assentamentos situados quase que invariavelmente em lugares insalubres e conformando áreas de risco ainda apresentam precárias condições de habitabilidade. Um outro aspecto a ser considerado é que as favelas deixam de representar um “estágio provisório”, pois acabam se tornando uma solução para aqueles que foram afetados pelo agravamento da crise econômica no percurso dos anos 80, pela queda salarial e aumento do número de desempregados, pela disparada do preço dos aluguéis e pelas crescentes dificuldades de ingressar na autoconstrução da casa própria. (...) (idem, idem, 161)

Esses e outros fenômenos começam a provocar um “repensar” do conceito de Periferia , colocando novos pontos de vista para a análise do urbano. Bonduki e Rolnik , já em 1979, expressam essa mudança de perspectiva:

“Em geral, a definição de periferia é utilizada indiscriminadamente para designar, numa visão geográfica, os espaços que estão distantes do centro metropolitano e na faixa externa da área urbanizada e, numa visão sociológica, os locais onde a força de trabalho se reproduz em péssimas condições de habitação. Aparentemente, é consenso que as duas definições estão falando da mesma coisa; no entanto, este uso indiscriminado do termo leva a uma série de imprecisões na sua utilização”.

“Preferimos definir periferia como “as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial”, pois, assim, este conceito ganha maior precisão e

vincula, concreta e objetivamente, a ocupação do território urbano à estratificação social.

A renda diferencial é o componente da renda fundiária que se baseia nas diferenças entre as condições físicas e localizações dos terrenos e nos diferenciais de investimentos sobre elas, ou no seu entorno, aplicados. Este componente se soma à renda absoluta, que é propriamente, a remuneração paga pela existência da propriedade privada”. (Bonduki e Rolnik, 1979:147)

(...)

“Neste sentido, não existe uma única periferia uniforme, mas muitas, com características diferentes, pois mesmo dentre os territórios da cidade mal servidos, há uma graduação e uma hierarquização muito grande, desde o que não tem ruas até o que tem água e não asfalto, etc., nas mais diversas localizações”.

“Estas “várias periferias” não se configuram, necessariamente, como círculos concêntricos, embora seja possível identificar algo parecido com esta configuração em alguns setores ou vetores da expansão da metrópole”. (...)

E será entre essas periferias que a população de baixa renda se deslocará, vendendo sua casa e mudando seu local de moradia; provavelmente, se deslocará no sentido do gradiente declinante da renda diferencial, ou seja, de uma periferia para outra mais carente, reproduzindo seu espaço para reproduzir sua força de trabalho”. (idem, id.:148)

Essa modalidade de crescimento da cidade mostrou-se bastante lucrativa para a especulação imobiliária, aumentando a demanda por terrenos vazios e transformando glebas rurais em urbanas, elevando seu preço. É um “ritual de precariedade” que vai contaminando a cidade toda. (Bonduki e Rolnik, 1979:153).

Para Bonduki, nesse período, havia uma maior preocupação com a intervenção nesses espaços periféricos do que com sua conceituação. Conforme seu depoimento:

“Estava muito claro para nós que aquele padrão de periferia teria que ser mudado, porque é um padrão individual, onde cada um tem que cuidar de seu próprio nariz, da sua própria casa, e isso leva a uma série de problemas e a uma relação clientelista com o Estado. Além disso, o resultado visual e

arquitetônico acaba sendo uma porcaria. A intervenção na periferia tinha que ser uma coisa coletiva, porque se todos constroem ao mesmo tempo é possível viabilizar uma assessoria técnica, o trabalho do arquiteto.”

“A outra questão era a da organização social. O padrão tradicional de periferia gerava pequenas lideranças nos bairros que estabelecem uma relação clientelista com o candidato, o deputado ou o prefeito e tratam de viabilizar algumas benfeitorias para o bairro envolvendo a troca de favores eleitorais, em um processo politicamente nefasto. Então, a gente queria construir uma organização coletiva, que estabeleceria uma interlocução com o Estado, com autonomia, sem clientelismo, discutindo seus direitos. A grande utopia era a de que as pessoas que participassem seriam aqueles que iriam gerenciar os empreendimentos, constituindo conselhos com participação popular, como instâncias que discutiriam as prioridades na administração. A população participante da autogestão, do processo de construção das casas, iria se capacitar para participar do processo de gestão do bairro, do próprio local onde moram, estabelecer outro padrão de relacionamento com o Estado.” (Bonduki, 2001:95).

As diversas concepções de periferia começam a despontar e, com isso, também, diversas concepções de cidade. E, por isso, o fenômeno dos movimentos de ocupação de terra urbana, no início dos anos 80, colocam no debate público a questão da “propriedade privada” bem como da “função social da propriedade”. É por isso que, inicialmente, a aplicação do termo “invasão”, utilizado largamente pelas autoridades públicas, acabou impondo-lhe um significado de “crime”, atentado ao direito (constitucional) à propriedade privada.

Os movimentos da sociedade civil e seus intelectuais e assessores, bem como os então *novos* partidos políticos, enfatizaram a questão social nesse período, enfocando o direito à habitação e à cidade, como condição de dignidade humana. Marilda Mazzini, advogada e assessora de movimentos de moradia na Zona Norte de São Paulo, desde as primeiras atuações nos anos 70, coloca que lidar com a questão urbana naquele período foi um grande aprendizado.

“Não se tinha uma compreensão clara entre nós da assessoria dos movimentos de que a regularização tinha dois momentos distintos: a regularização urbanística e a regularização fundiária. Foi uma compreensão que veio com o passar dos anos, com a ampliação da discussão, inclusive com outros profissionais.”¹⁷

Os movimentos sociais e seus apoiadores – a partir da abordagem da questão habitacional e urbana - colocaram em evidência as relações, processos e estruturas que levaram ao empobrecimento de boa parte da população trabalhadora e ao gesto extremo de enfrentamento da ordem vigente: a ocupação *ilegal* de terras urbanas públicas e privadas ociosas para fins de moradia. A ocupação ilegal do solo da cidade mais rica do país tornava explícita tanto a desigualdade de sua apropriação como a sócio-econômica, ao que o poder público enfrentava com ordem policial. Conforme coloca Véras:

“A existência de vastas áreas de terrenos vagos, sem qualquer utilização produtiva, representa verdadeiro sintoma da especulação imobiliária em São Paulo. As formas de intervenção do Estado, no caso, sempre vêm revestidas da ótica da “invasão”, enquadrando-a como “crime” porque é desrespeito à propriedade de imóveis. Esta é entendida em seu sentido jurídico e cabe à Polícia Militar encarregar-se da desocupação das áreas, após as respectivas expedições das liminares de reintegração de posse. Mesmo que os terrenos em pauta possam encontrar-se em situação de litígio, que outros ainda possam ser “grilados” e que há os com mais de um proprietário, todos são encarados como propriedades.(42)”.(Véras, 1987:48)

Maura Véras, analisando nossa realidade do início dos anos 80, coloca nesse debate um ingrediente político:

“A conquista da casa própria, por outro lado, foi largamente utilizada pela política habitacional vigente com intenções ideológicas conservadoras, por suposto, crendo que o proprietário e o adquirente “pensam duas vezes antes de se meterem em arruaças, greves” e perderem seus empregos e conseqüentemente deixarem de pagar as prestações.” (Véras, 1987:49)

¹⁷ Depoimento dado à pesquisadora, em 4 de setembro de 2001

Após muita luta, confronto, derrotas e conquistas por parte de organizações populares e organizações da sociedade civil, o debate sobre a questão da habitação¹⁸, da função social da propriedade e sobre os instrumentos urbanísticos e jurídicos necessários para sua garantia se consumariam, enfim, na Constituição de 1988, com os artigos 182 e 183, do capítulo de Política Urbana.

A política urbana a partir dos anos 80, porém, além de reforçar sua lógica de apropriação desigual do solo urbano, vai aprofundar a mobilidade urbana da classe trabalhadora para um verdadeiro “nomadismo urbano”, conforme coloca Vêras, que vai se manifestar de diversas formas: mudanças para bairros menos equipados e aluguéis mais baratos, cortiços (ou encortiçamentos), ocupações em loteamentos clandestinos, adensamento de favelas até chegar à alternativa extrema de morar na rua. Sem o equacionamento e enfrentamento político da questão social e urbana, dentro de um espaço público reconhecido e legitimado, a cidadania não encontra condições plenas de realização.

As lutas e movimentos populares desse período e dos subseqüentes passam a ter de enfrentar diversas questões cruciais envolvendo as conjunções dialéticas entre o individual e o coletivo, propriedade privada, identidade e raízes e direitos. Enfim, todos se perguntam, cada um a seu modo: quais são as possibilidades de cidadania na grande cidade?

Política Urbana e as “Periferias”: anos 90

A urbanização crescente das cidades brasileiras está sinalizada no último censo de 2000: quase 82% da população brasileira vive em zonas urbanas.

¹⁸ Bonduki coloca que, inicialmente, os movimentos dos sem-terra reivindicavam “lote” para construir e não moradia. (Bonduki, 2001:94)

Porém, destaca-se, desse dado, que o crescimento das cidades de porte médio, na década de 80, foi maior que o observado nas metrópoles.¹⁹

Ermínia Maricato chama a atenção para um fenômeno urbano bastante amplo na década de 90:

“É preciso considerar ainda que as periferias das metrópoles cresceram mais do que os núcleos centrais, o que implica um aumento relativo das regiões pobres. (...) Em algumas metrópoles, a diminuição do crescimento dos centros transformou-se em crescimento negativo dos bairros centrais. Há estudos que evidenciam essa dinâmica em São Paulo e no Rio de Janeiro (Silva, 1998)” (Maricato, 2000:25).

O processo de urbanização e a evolução de indicadores sociais, de forma geral, no Brasil, demonstram um padrão de urbanização alcançado que representou uma melhora significativa na qualidade de vida de muitas cidades e populações. Dados como queda do índice de natalidade, queda da mortalidade infantil, aumento da esperança de vida ao nascer, acesso a serviços de saneamento básico, acesso a serviços de saúde essenciais (vacinas, remédios, atendimento à gestante), acesso à escola e aumento da escolaridade, entre os principais, refletem essa melhora.

Contraditoriamente, porém, o mesmo processo de urbanização além de não superar os problemas acima, pois sua cobertura ainda não está universalizada, produz outros tão graves quanto, tais como: a violência urbana, a depredação do meio ambiente, a poluição do ar e das águas, para citar alguns exemplos.

A crise econômica dos anos 80/90 vai provocar uma diversificação do fenômeno da segregação sócio-espacial, que com o achatamento salarial e das condições de vida em geral, provoca o que Kowarick e Bonduki chamaram de “diminuição perversa da segregação sócio-espacial”, aproximando de forma

¹⁹ Dados mais completos constam do Relatório da Sociedade Civil sobre o Direito à Moradia, elaborado por Letícia Osório(COHRE), por delegação do Fórum Nac. Ref.Urbana, 2002, p. 8

involuntária estratos sociais em diversos espaços da cidade. (Kowarick e Bonduki, 1994: 167)

Dois processos decorrentes do modelo de desenvolvimento urbano implementado no Brasil e que são inerentes ao sistema capitalista começam a tomar cada vez mais vulto nas cidades a partir da crise econômica dos anos 80: o da segregação sócio-territorial e o da violência urbana. Esses processos vão aprofundar as vinculações do imaginário coletivo entre “pobreza” e “periculosidade”, trazendo vários conflitos e dilemas para a luta democrática e cidadã. Kowarick e Bonduki colocam esse problema:

“Os moradores de favelas e cortiços, somados com aqueles que habitam em loteamentos clandestinos ou construíram suas casas de maneira ilegal do ponto de vista da legislação urbana, constituem a imensa maioria da população de São Paulo. É a ilegalidade ou clandestinidade em face de um ordenamento jurídico-institucional que, ao desconhecer a realidade socioeconômica da maioria, nega o acesso a benefícios básicos para a vida na cidade. Não se trata apenas de perversidade inconsciente de tecnocratas bem-intencionados. Trata-se de um processo socioeconômico e político que produz uma concepção de ordem estreita e excludente e, ao fazê-lo, decreta uma vasta condição de subcidadania.

Esta discriminação e segregação não é importante apenas por impulsionar a acumulação capitalista mediante uma espécie de *mais-valia absoluta urbana*. Esta concepção de ordem é também importante para fundamentar uma forma de controle social e político por meio da história da vida privada das pessoas: o mundo da desordem, potencialmente delinqüente, é jovem, de tez morena ou escura, mal vestido, de aparência subnutrida. De preferência não porta ou não tem carteira de trabalho e mora nos cortiços das áreas centrais ou nas favelas das periferias. Sobre estas modalidades de moradia, o imaginário social constrói um discurso, esquadrinha a mistura de sexos e idades, a desorganização familiar, a moralidade duvidosa, os hábitos perniciosos, olhando estes locais como focos que fermentam os germes da degenerescência e da vadiagem e daí o passo para a criminalidade. Ou seja: a condição de subcidadania enquanto morador urbano constitui forte matriz que serve para construir o diagnóstico da periculosidade.” (Kowarick e Bonduki, 1994:167)

Em contraponto, esses e vários autores vão chamar a atenção para novas formas de segregação sócio-espacial que começam a surgir, como os condomínios verticais ou horizontais de luxo, que se tornam verdadeiras fortalezas da elite contra a violência que cresce na cidade.

A partir das décadas de 80 e 90, as chamadas “décadas perdidas”, os efeitos da reestruturação produtiva impactaram brutalmente nossa estrutura social desigual, sem que tivéssemos vivido, ao contrário da Europa, qualquer coisa que se assemelhasse a um Estado-Providência, com um sistema de proteção ao desemprego, por exemplo. O aumento da concentração de renda nesse período tem representado um agravamento da Questão Social, numa sociedade em que os direitos de cidadania ainda são bastante restritos. A violência urbana saiu da esfera fenomênica e se consolida como um nexos fundamental desse processo de desigualdade social que foi reforçada pela política econômica neoliberal.

Se todo o processo de urbanização do século XX teve como característica principal a construção ilegal das nossas cidades, os dados censitários disponíveis mostram um aumento vertiginoso da “cidade ilegal” nos últimos 20 anos²⁰. Porém, lembramos, mais uma vez, que as *décadas perdidas* não originaram a “tragédia urbana”, conforme nos diz Maricato:

“O crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, quando as cidades passam a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação. Quando o trabalho se torna mercadoria, a reprodução do trabalhador deve ocorrer pelo mercado. Mas isso não se deu no começo do século XX, como não acontece até o seu final. Como previu Joaquim Nabuco, o peso do escravismo estaria presente, na sociedade brasileira, muito após sua abolição. Não só grande parte dos trabalhadores atua hoje fora do mercado formal, como, mesmo aquela regularmente empregada na moderna indústria fordista, apela para expedientes de subsistência para se prover de moradia na cidade.

²⁰ **Dados do IBGE, 2000:** sobre favelas (aumento de 22% em todo o Brasil = 3905 núcleos). Só em São Paulo passa de 585 em 1991 para 612 em 2000. **Dados da SEHAB/PMSP:** 763 em 1980 e 1592 em 1987 (cf. Maricato, 2000: 30)

Isso significa que grande parte da população, inclusive parte daquela regularmente empregada, constrói sua própria casa em áreas irregulares ou simplesmente invadidas.” (Maricato, 2000^a, 23-24)

O regime autoritário começava a enfrentar oposições cada vez mais expressivas, através da via eleitoral e fora dela. No limiar da década de 70, como exemplo desses últimos, citamos o “Movimento Contra o Custo de Vida” e a luta pela “regularização dos loteamentos clandestinos” de 1979, que contribuíram para a luta mais geral contra o regime militar. (cf. Kowarick e Bonduki, 1994:169)

Kowarick e Bonduki assinalaram a importância para esse processo de reconquista da cidadania, das pequenas aglutinações associativas que despontaram em toda a cidade, de várias ordens e matizes para discutir as questões de espoliação presentes na vida cotidiana, pressionando o poder público e forjando uma “consciência de exclusão”, um “campo de resistência e de organização popular”, uma “consciência de insubordinação”, que se colocava contra o autoritarismo vigente. Essas sensações e ações, de formas variadas, fragmentadas e parciais contribuíram para ações de maior vulto de desobediência civil, como as greves, passeatas, ocupações de terras e depredações, entre outras, em fins da década de 70.

A abertura de novos espaços democráticos na década de 80, como a revogação dos atos institucionais, a reorganização partidária, a anistia política e a eleição direta para governadores estaduais, entre outros, possibilitou a emergência do Partido dos Trabalhadores. O PT, que tem como elemento de sua formação, o caráter daquelas inúmeras organizações sociais de bases populares, foi fruto do que Kowarick e Bonduki chamaram de “*consciência de exclusão e insubordinação*”, gerada no período mais repressivo da ditadura militar. Porém, os autores alertam para não se exagerar ou superestimar a força quantitativa dessa concepção política. Mesmo nas grandes metrópoles, era muito difícil para os organismos populares interferir na gestão da coisa pública.

Ao lado da luta pela democracia e contra o regime autoritário, novos movimentos sociais urbanos começaram a tomar lugar no cenário político, dos quais aqueles que se concentraram em “invasões e ocupações de terra” a partir do início da década de 80, revelaram a um só tempo a problemática urbana e os limites da participação política convencional. Conforme Kowarick e Bonduki:

“É nesse quadro que as invasões/ocupações de terra ganham grande impulso revelando um grau de mobilização e organização popular anteriormente desconhecido nas lutas urbanas de São Paulo e que somente pode surgir em função da existência de núcleos de aglutinação popular nos bairros periféricos formados no período anterior em boa parte impulsionados pela ação das CEBs”...

(...) Essa grande mobilização por ocupações, fundou o Movimento dos Sem-Terra e depois, possibilitou a constituição da União de Movimentos de Moradia. “O conflito entre a União e a Administração Municipal e Estadual marcou a segunda metade dos anos 80, época em que o crescimento da luta por moradia ocorreu simultaneamente ao refluxo de outras ações reivindicativas” (Kowarick e Bonduki: 1994:171).

A conjuntura dos anos 90, inicia-se com um cenário político e institucional inovador, que tem na Constituição de 1988 uma síntese das lutas e das conquistas democráticas da sociedade civil brasileira. Com relação à Política Urbana, as bandeiras da Reforma Urbana levantadas pelos movimentos de moradia como a União dos Movimentos de Moradia (UMM) e o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR) - ainda teriam largos passos a serem enfrentados para sua concretização e implementação efetiva, pois as conquistas incluídas teriam de aguardar a regulamentação das diretrizes e dos instrumentos de política urbana em leis específicas, o que dependeria, em boa parte, do novo papel conferido aos poderes locais e, principalmente, das grandes cidades.

No âmbito municipal, a gestão Luiza Erundina (PT – 1989-1992) enfrentou essa questão, promovendo a promulgação da Lei Orgânica Municipal em 1990, que, no melhor espírito da Constituição Nacional, reitera, nos seus

artigos 148 e 149, a função social da propriedade, tornando-a tarefa inescapável da Política Urbana da cidade de São Paulo. Além disso, cria os instrumentos necessários para monitorar, fiscalizar e controlar a apropriação, ocupação e uso do solo, dentre os quais se destaca a elaboração um novo Plano Diretor para a cidade. O artigo 150 da LOM coloca o Plano Diretor como instrumento privilegiado de política urbana, que deve orientar todos os agentes sociais, públicos e privados nas intervenções no território local. Nesse mesmo artigo, está confirmada a abrangência do Plano Diretor e garantida a participação popular na sua elaboração.

No Plano Diretor, estariam regulamentados os instrumentos urbanísticos necessários para fazer cumprir a função social da propriedade bem como fiscalizar, monitorar e controlar a ocupação e uso do solo urbano, quais sejam: o usucapião urbano, desapropriação, IPTU progressivo, exigência de análise de impacto de vizinhança, entre os principais.²¹

No Capítulo III da LOM – *Da Habitação*, no artigo 167, está consagrada a competência municipal na elaboração de uma política de habitação, integrada à política de desenvolvimento urbano, “promovendo programas de construção de moradias populares, garantindo-lhes condições habitacionais e de infraestrutura que assegurem um nível compatível com a dignidade da pessoa humana.” Prevê (no parágrafo único), que para o seu cumprimento, o Município buscará a cooperação financeira e técnica do Estado e da União. A LOM prevê, nesse capítulo ainda, a necessidade de articulação das diversas ações do poder público na questão, tendo ainda que envolver a participação da população e de suas entidades representativas na sua elaboração. A prioridade orçamentária está destinada à habitação para a população de baixa renda, incorporando, onde necessário, os equipamentos mínimos de uso coletivo nesses empreendimentos. Por último, coloca, textualmente, o seu artigo 170:

²¹ Ver na íntegra os artigos 150 a 159 da Lei Orgânica Municipal

“ O Município, a fim de facilitar o acesso à habitação, apoiará a construção de moradias populares, realizada pelos próprios interessados, por cooperativas habitacionais e através de modalidades alternativas.”²²

Enfim, conforme dissemos acima, no espírito da ‘Constituição Cidadã’ e de um embate inédito na correlação de forças locais no âmbito municipal, a cidade que se vislumbra na LOM, no fim do século XX, demarcava uma mudança fundamental com a história da sua construção.

As novidades políticas que emergiram na gestão de Erundina marcaram, naqueles anos, a emergência de “novos movimentos atores sociais”, como se referiu Ana Amélia da Silva, fruto de uma “nova sociabilidade” prenhe de virtualidades e tensões, que enfrentará o poder de Estado: o “novo sindicalismo”, movimentos de mulheres, negros, idosos e outras minorias e (...) os movimentos de moradia, nos quais se destacam os favelados, aglutinando, em termos nacionais, uma série de associações e movimentos em torno da luta pelo direito à terra e à moradia. (exemplos: UMM, de 1987, MNLM, 1989) (Silva, 1996:122)²³

Conforme Silva, Luiza Erundina enfrentou logo de início vários movimentos organizados de moradia, tanto de caráter reivindicatório, com traços “corporativistas” e tradicionalistas, no sentido da tutela, como outros de caráter da “partilha de responsabilidade na gestão da coisa pública, como a “autogestão e co-gestão” .(Silva, 1996:121/123)

Não é por acaso que as forças políticas conservadoras se rearticularam durante o mandato de Luiza Erundina e não permitiram que o debate público sobre o Plano Diretor avançasse na Câmara Municipal e na sociedade. Essas mesmas forças, depois, personificadas na candidatura de Paulo Maluf, empreenderam uma forte reação político-eleitoral, revertendo o quadro

²² Ver na íntegra, os capítulos 167 a 170

²³ A questão da emergência de novos atores e sujeitos coletivos na cena política tem em Eder Sader (1995) uma referência clássica e fundamental.

progressista que se desenhava e tomava configuração institucional no âmbito local.

A partir de um documento do próprio poder público no início da década de 90 (final da gestão Luiza Erundina), Maura Vêras resume as dificuldades políticas da gestão municipal em enfrentar eficazmente as questões urbanas históricas da nossa cidade:

“A ocupação do território da cidade se dá mediante disputa do solo urbano entre agentes econômicos e grupos sociais, regulada basicamente pelas leis do mercado imobiliário e pela atuação do Estado, que determina políticas econômicas, sistema de funcionamento de moradias, implantação e gestão da infra-estrutura e dos serviços públicos, produção de obras públicas, além da atuação direta reguladora e normativa. Apesar disso, há ainda escassez de instrumentos de regulação do mercado imobiliário capazes de combater a especulação. As formas mais usuais de especulação imobiliária ocorrem quer pela retenção de vazios urbanos em áreas que dispõem de infra-estrutura (e, portanto, adequadas às atividades urbanas), obrigando a cidade a se espriar, quer pela saturação de áreas nobres pelo superadensamento, gerando ônus ao poder público e problemas ambientais para coletividade. Por outro lado, enquanto a população demandatória cresce (e vem empobrecendo continuamente), a oferta está cada vez mais cara, mesmo para os setores de renda média. Os preços dos terrenos urbanos (e existe uma variação de 16 a 5.000 dólares/m², em média) encarecem o custo final da unidade habitacional, chegando a representar de 40% a 70% do preço final do empreendimento (SEMPLA, Coordenação de Política Imobiliária-1992)” (Vêras,1999:202).

Em uma outra apreciação do governo petista de 1989-92, Kowarick e Singer, colocam que o déficit habitacional em São Paulo à época era de 1 milhão de moradias e, ao fim da gestão, anunciou-se a construção de 40 mil casas, número irrisório diante daquela demanda. Porém, segundo esses autores, em 1992, o orçamento da SEHAB foi o maior destinado à área por qualquer governo municipal, o que demonstra, segundo eles, que os resultados relativos não foram desprezíveis. Além das construções

habitacionais, os autores destacam os mutirões e a urbanização de favelas. (Kowarick e Singer:1994:295)

Kowarick e Singer salientam a importância do ponto de vista qualitativo em relação ao quantitativo na gestão habitacional naquele período:

“Nessa área é necessário assinalar que talvez a grande contribuição do PT não tenha sido o volume de atendimento, mas a forma que ele tomou. A administração incorporou os movimentos por moradia na prática do mutirão, conseguindo com isso, ao mesmo tempo, atender às antigas reivindicações desses grupos de obter casas e estimular o processo democrático de organização e autogestão nos bairros”. (idem, idem:296)

A Gestão Erundina passa a acionar, a partir de 1990, dispositivos legais existentes que eram ignorados pelas gestões anteriores. Um exemplo colocado por Silva, foi o FUNAPS (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal), existente desde 1979, que concedia recursos para a construção de moradias, mas sempre teve alcance reduzido. O programa, reformulado por Erundina, emergia contra a forma “clientelista assumida por projetos de construção de moradias em regime de mutirão, associados, até então, à exploração do trabalho gratuito dos moradores envolvidos, cooptação de lideranças, uso de tecnologias tradicionais e precárias e, sobretudo, não-incorporação dos envolvidos no processo decisório dos projetos e empreendimentos”. (Silva, 1996:127)

O funcionamento do FUNAPS como sistema financeiro municipal

“se centrou nas novas formas de autogestão, representadas, principalmente, pela transferência de recursos públicos e poder decisório às associações comunitárias ou cooperativas habitacionais, a fim de viabilizar acesso à terra, financiamento da construção e reformas de moradias, construção de infraestrutura em favelas a serem urbanizadas. Constituídas legalmente enquanto tais, essas associações ou cooperativas passam a administrar o processo produtivo, articular a montagem do canteiro de obras e elaborar projetos. Algumas desenvolvem fábricas de pré-moldados e outros materiais de

construção, e passam a construir creches, centros comunitários, etc. A gestão dos recursos tem como contrapartida prestações de contas mensais até o final do empreendimento, ao mesmo tempo em que exerce o poder decisório nas suas mais diversas instâncias: contratação de mão-de-obra, escolha e contratação das entidades de assessoria técnica que envolvem arquitetos, assistentes sociais, advogados, contadores e outros, com quem discutem e definem todas as fases de execução das obras, regulamentos internos, formas de prestação de contas, regulamento para o trabalho administrativo, etc.. Verifica-se a novidade política dessa experiência em relação à antiga prática dos mutirões: a autonomia e a co-responsabilidade pelos recursos e gerenciamento dos projetos.⁽²⁶⁾²⁴ (Silva, 1996:127).

A gestão Luiza Erundina (PT-1989-92) ainda inovou no nível institucional e administrativo, criando um novo órgão para cuidar da questão dos loteamentos: o Resolo – Departamento de Regularização dos Loteamentos. Sua primeira diretora foi Marilda Mazzini, que foi assessora de movimentos de ocupação. Segundo ela,

“A criação de Resolo foi resultado de uma ação, em primeiro lugar, de organização da demanda existente por regularização no município até aquele momento, pois a situação encontrada era caótica.

Eu fui para dirigir, cuidar de loteamentos clandestinos, eu fui ser diretora de um departamento “imenso”. Para o loteamento clandestino estava destinada uma salinha mísera, eu contei o número de funcionários que tinha, eu não esqueço, tinha 14 funcionários, acredite quem quiser. E os processos, quando fui para lá tive vontade de chorar, eles chamavam depósito de processos, tinha processo lá que não se abria há 6 , 7 anos, ninguém sabia quantos processos tinham e de onde eram.

Nós demoramos quase um ano para fazer o levantamento dos processos. Daí começou o piloto do cadastro do Resolo. Pegávamos processo por processo e preenchíamos uma ficha, começamos a mapear tudo de novo.

²⁴ Essa experiência, segundo divulgação da imprensa foi selecionada em 1996, como um dos dezoito projetos que receberam aval do governo brasileiro, incluído no catálogo das “Cem boas práticas urbanas da ONU”, apresentadas durante a segunda Conferência de Assentamentos Humanos (HABITAT II), das Nações Unidas, realizada em junho de 1996, em Istambul, Turquia.

Era tanta bagunça que nós criamos as bases territoriais: Resolo Norte, Sul, Leste. Aí criamos o Resolo por decreto.”²⁵

A gestão de Luiza Erundina, apesar da inversão de prioridades e de trabalhar intensamente para tal, não conseguiu estabelecer uma nova estrutura institucional para a política urbana e habitacional, nem consolidar canais de participação popular que pudessem sustentar o avanço na direção de um maior poder decisório popular, da co-gestão ou ainda auto-gestão. Conforme Kowarick e Bonduki:

“Há que se frisar também que pouco se viabilizou no sentido da criação de canais institucionais e participação popular, o que demonstra a dificuldade de implementar uma das principais bandeiras do Partido dos Trabalhadores. Malgrado alguns avanços em algumas políticas setoriais, como na saúde, educação e habitação, a administração só conseguiu colocar em prática mecanismos convencionais na gestão da cidade. Reproduziu, apenas, formas de consulta à população, com plenárias e audiências públicas, insuficientes para a ampliação e redefinição dos espaços de cidadania” (Kowarick e Bonduki: 1994:174)

A gestão municipal não conseguiu evitar uma queda na qualidade de vida dos trabalhadores de baixa e média rendas pela política econômica recessiva de Collor, que agravou as já apontadas conseqüências sociais: desemprego, achatamento salarial, redução de investimentos federais em áreas sociais e seus repasses para o município. (Kowarick e Bonduki, 1994:173).

Houve, contudo, segundo esses autores, um extraordinário crescimento dos movimentos sociais ligados à questão da moradia, que teve, em grande parte, como estímulo, o processo político participativo e de gestão da política habitacional inovadores.

²⁵ Marilda Mazzini, em entrevista concedida à pesquisadora em setembro de 2001.

O exercício do poder executivo revelou ao Partido dos Trabalhadores que a inversão de prioridades não poderia ser feita sem uma negociação com as forças econômicas e políticas do capital. Essa é a avaliação de Kowarick e Singer:

“(....)Esta foi a primeira lição prática de governo: a de que não é possível desconhecer os interesses da minoria, embora seja possível contê-los em benefício da maioria, desde que se disponha de força política para tanto.”

“Uma segunda lição aprendida pelos petistas na administração é que os interesses da maioria não são homogêneos. Nas palavras de Singer, “ a maioria é uma soma de minorias”, o que obriga uma administração que se pretende representante da maioria a ser mediadora dos conflitos que opõem entre si os vários segmentos dessa mesma maioria” (Kowarick e Singer, 1994:299-300).

Um exemplo da mudança de orientação política do governo municipal, à época, foi a priorização do setor de transportes e não o da habitação, sob a justificativa de que era uma demanda mais universal do que a das facções mais mobilizadas dos movimentos populares. (idem, idem acima)

Kowarick e Singer, creditam essa mudança de prática política, mas não assumida no plano do discurso, a três aspectos relativos aos movimentos populares:

“O primeiro foi a constatação de que os movimentos organizados representam apenas uma parcela bastante minoritária da população, mesmo que alguns deles contem com ampla legitimidade e enraizamento , como os movimentos por moradia e saúde.” Pretendia-se atingir os cidadãos não organizados, a vasta maioria, ou ainda que tinham vínculos com esquemas clientelistas de representação política. Daí a redução do poder decisório dos movimentos organizados.

“O segundo aspecto é que a heterogeneidade dos movimentos sociais dificultou o encontro de formas de deliberação conjunta que respeitassem os preceitos democráticos. Cada movimento representa grupos numericamente desiguais de cidadãos e escolhe seus delegados de acordo com critérios

definidos internamente. (...) Ao não encontrar soluções para esse tipo de problemas, os mecanismos de decisão coletiva se esvaziaram, embora a administração tenha consolidado alguns canais de consulta junto aos movimentos populares, por exemplo para a confecção do orçamento. Essa prática, cujo valor não deve ser desprezado, ficou, entretanto, aquém das transformações imaginadas no início.”

O terceiro obstáculo ao desenvolvimento da participação direta, como já assinalamos anteriormente, foi a verificação de que, na ação concreta, os interesses particulares de cada movimento prevaleciam sobre os interesses gerais da cidade. Por trás de uma capa mais ideologizada, havia uma pressão pelo atendimento dos objetivos específicos de cada setor, sem consideração pelas conseqüências mais amplas das decisões reivindicadas. Essa realidade produziu aquilo que alguns participantes de tais processos vieram a chamar de “clientelismo de esquerda”. (Kowarick e Singer, 1994:300-301)

Ao já conhecido “clientelismo de direita”, consolida-se nos anos 90, um “clientelismo de esquerda”, que consiste na utilização de mecanismos diversos, que vão desde o contato direto e privilegiado de alguns movimentos com setores da administração, passando por cima de instâncias “participativas”, até a ação de vereadores do PT como agenciadores junto ao governo municipal de interesses específicos de grupos organizados que os elegeram (idem, idem:301). Ana Amélia da Silva também confirma a instituição dessa prática no período em questão (Silva, 1996:192)

Em meados da década de 90, começavam a se manifestar mais expressivamente as ambigüidades do ambiente político gestante. Tínhamos, de um lado, o recente coroamento de uma nova ordem pública institucional de cunho social-democrata, que consagrava os direitos humanos universais e a cidadania e a eleição, para a prefeitura da cidade mais importante do país, de uma mulher nordestina e pertencente ao Partido dos Trabalhadores. De outro lado, na primeira eleição presidencial após a derrocada do regime militar, elegeu-se como mandatário máximo do poder executivo o personagem *novo-velho* que representou Fernando Collor de Mello e, em seguida, houve a

derrota do governo petista para a figura política tradicionalíssima representada por Paulo Maluf na Prefeitura de São Paulo em 1992.

A percepção de um certo paradoxo se coloca, pois se podemos entender a re-emergência dessas personagens no cenário político como expressões particulares do forte acolhimento da elite brasileira ao paradigma neoliberal e sua guinada conservadora, em voga desde o mundo desenvolvido, não podemos deixar de notar que algo também emergia na luta e prática política de esquerda e popular, tanto pelo desmonte das utopias socialistas, no nível mais geral, como, no nível mais local, pela opção preferencial por uma ação político-institucional, da qual o “clientelismo de esquerda” é um sintoma.

Os anos 90, então, assistem a um desenlace, a algumas rupturas políticas, sociais e culturais que vão não só agravar as desigualdades sociais, mas desfigurar – de forma lenta e gradual - as fronteiras políticas da cidade e as relações entre poder público, sociedade civil e movimentos sociais.

Na gestão Maluf (1993-1996), com o desemprego e o agravamento da questão da habitação, impõe-se a necessidade de enfrentamento do problema das ocupações de terra, ou, ao menos, de algum reordenamento jurídico²⁶, mesmo que seja longe da concepção preconizada pela LOM. A promulgação da Lei 11.775 de 29/05/95 autoriza a regularização de parcelamentos do solo para fins urbanos, implantados irregularmente no Município de São Paulo, a partir de 2 de novembro de 1972. A lei estabelece ordenamento para os parcelamentos (loteamentos) irregulares nos casos de loteamentos em áreas privadas, objetivando, principalmente, a responsabilização do loteador pelas benfeitorias urbanas mínimas. Porém, admite a entrada do poder público como intermediário nas situações-limite de irregularidade. A entrada da ação da

²⁶ Segundo Gisela Mori, em 1990, 65% dos habitantes da capital moravam em situação de clandestinidade ou ilegalidade em favelas, cortiços, imóveis irregulares e loteamentos clandestinos. “Esta condição está freqüentemente associada à ausência de direitos urbanos no que se refere ao acesso aos equipamentos e serviços públicos, à infra-estrutura urbana.”(Mori, 2000,17)

prefeitura, no entanto, deveria ser retardada até o esgotamento dessa responsabilização.

O artigo 21 (§ único) da referida lei estabelece que as associações adquirentes dos lotes poderão assumir a execução das obras urbanísticas mínimas necessárias, dispensando-as de apresentação de garantias. No artigo 24, fica assegurada a intervenção da Municipalidade, quando devidamente constatada a irreversibilidade do parcelamento, através de cadastramento dos adquirentes dos lotes para fins de depósito judicial e de atuação no parcelamento, para garantir os padrões de desenvolvimento urbano e propiciar a defesa dos direitos dos adquirentes de lotes.

Essas medidas, porém, são insuficientes para dar conta da explosão da ocupação desordenada do solo urbano, principalmente por loteamentos clandestinos. De acordo com informações do Resolo – Departamento de Regularização do parcelamento do Solo -, e da SEHAB – Secretaria Municipal da Habitação -, de 1990 a 1999, foram implantados clandestinamente 538 loteamentos ou arruamentos, envolvendo 121.504 lotes, ocupando uma área de aproximadamente 31.623.569,96 m². Desses, cerca de 42% dos loteamentos implantados têm menos de 50 lotes, 30% entre 50 e 200 e 28% mais de 200 lotes, e estão assim localizados na cidade (cf. (Mori, 2000:19-20):

- 38,5% zona sul – princ. Capela do Socorro – inclusive área de mananciais
- 29,3% zona norte, princ. Jaçanã/Tremembé – inclusive área de mananciais
- 32,0% zona leste, princ. Guaianazes e São Mateus.

Em 1999, segundo a SEHAB, 16,67% da área do município estava ocupada por loteamentos clandestinos, onde viviam 2, 5 milhões de pessoas nos últimos 20 anos. (idem, idem, p.20)

Gisela Mori explicita muito bem a condição desses parcelamentos e/ou loteamentos. Diz ela:

“Estes parcelamentos ilegais foram executados em 90,9% dos casos pela comercialização de terrenos e em 9,9% por ocupações organizadas”. Constatamos que os agentes promovedores desses parcelamentos são em 64% das ocorrências as tradicionais figuras do proprietário da gleba, do seu preposto ou grileiro e em 26% as associações, clubes, cooperativas ou movimentos constituídos com a finalidade de adquirir áreas para lotear. Quanto às ocupações elas são muitas vezes patrocinadas pelos próprios proprietários da terra que usam desse expediente para não serem enquadrados como loteadores clandestinos, negociando posteriormente com os ocupantes.”

Cumpra aqui uma digressão para explicar que o parcelamento clandestino de glebas por organizações sociais se iniciou nos anos 80, intensificando-se nos anos 90. É possível verificar que estes loteamentos foram implantados em circunstâncias distintas. Por um lado, promovidos por loteadores inescrupulosos que se acobertam sob a figura jurídica de uma organização social para não serem criminalizados; lembrando aqui que a atividade de loteamento ilegal foi definida como crime no final de 1979, com a lei 6766/79. Por outro lado, por grupos populares legítimos que adquiriram e parcelaram glebas como uma alternativa habitacional. Infelizmente, esta diferenciação não é comumente considerada pelo poder público, que os enquadra indistintamente como loteadores clandestinos”. (Mori, 2000:20)

Essa gama de atores sociais com interesses diversos e até escusos intervindo na questão dos loteamentos deixa um vácuo ainda maior na questão da responsabilização social sobre a ação irregular/clandestina. Cada vez menos, nos loteamentos recentes, consegue-se identificar e autuar o loteador que, por sua vez, cada vez mais se desobriga da execução dos benefícios mínimos que deveria assumir. Essa é uma situação bastante diferente e mais grave em relação ao que ocorria com os loteamentos clandestinos que se iniciaram nos anos 40, que também não cumpriam todas as normas urbanísticas vigentes, porém empreendiam mínimas preparações dos lotes ou parcelamentos mais próximos das exigências legais. De qualquer maneira, permanece inalterada, nos anos 90, a condição de ilegalidade dos loteamentos recentes, que desobriga o poder público de investimentos em infra-estrutura urbana.

Conforme nos observa Rolnik, a administração Paulo Maluf (1993-1996) dá sobrevida à política populista e clientelista consagrada por Jânio Quadros (da primeira gestão) e, enquanto política urbana, aloca grandes investimentos em obras do vetor sudoeste da cidade corta gastos sociais, coopta lideranças das associações de bairros e faz dos micro-investimentos na periferia moeda de troca com vereadores e outros políticos. (Rolnik, 1997:206)

O projeto CINGAPURA, grande plataforma da gestão malufista, que foi erguido pelo próprio poder público, na sua grande maioria, sobre terrenos sem qualquer regularização fundiária²⁷, apresenta-se de forma ambígua, conforme analisa Mori. De um lado, positivamente, pois não desloca as famílias para áreas distantes, mas, de outro, negativamente, pelo projeto urbanístico que é questionável e que não teve qualquer participação da população na sua implantação. Sua maior razão foi de cunho eleitoral, contribuindo muito para a vitória eleitoral de Celso Pitta (1996-2000), seu afilhado político. (Mori, 2000: 63)

Alguns dos pontos altos da política habitacional e urbana da gestão Celso Pitta (1997-2000) foram a continuidade dos projetos CINGAPURA e a implantação, em 1997, do *Programa Lote Legal* que compreende a urbanização e regularização fundiária de 67 loteamentos clandestinos, com financiamento do BID, tendo como suporte legal a Lei 11.775/95. Significou o primeiro ato de regularização urbanística e fundiária desde a gestão Reynaldo de Barros (1979-1982), com abrangência, no entanto, pequena diante do problema.

De outro lado, a gestão Pitta foi inundada de denúncias de corrupção, da qual participaram funcionários da então Administração Regional Jaçanã-Tremembé, tidos como suspeitos de terem recebido propinas para não aplicar

²⁷ v. artigos: Corrêa, Silvia. *Lar Doce Lar? Cingapura de Maluf invadiu terra privada*. Ex-prefeito e seu sucessor e ex-aliado, Celso Pitta, fizeram 14 dos 39 conjuntos habitacionais em lotes dos quais não tinham posse. (C-1) *Ao BID, prefeitura disse que possuía a terra*. (C-4). Faltou vontade a todos para regularizar. *Para advogado que falou por Maluf, prefeitura, Estado e Judiciário não se mobilizam por regularização*. (C-5), in Folha de São Paulo, caderno Cotidiano de 11 de agosto de 2002., p. C1, C4 e C5)

multas nem embargar loteamentos clandestinos que se implantavam na área de proteção de mananciais da Serra da Cantareira. (cf.Mori, 2000:63-64)²⁸

A iniciativa do poder público municipal no sentido de iniciar um processo de regularização urbanística e fundiária de loteamentos clandestinos é uma resposta às reivindicações de movimentos populares urbanos. No final dos anos 90, defende Gisela Mori, as organizações populares conseguiram interferir nas políticas públicas por meio de formulação de propostas de programas alternativos e mecanismos de negociação e pressão, sendo elementos cruciais para a democratização das instâncias estatais e de acesso aos direitos urbanos. (Mori, 2000:65)

Por outro lado, a gestão Pitta deixava intocada a necessidade de revisão do Plano Diretor da Cidade, prevista na LOM, que regulamentaria instrumentos urbanísticos mais avançados para a política urbana. O entendimento do ambiente urbano como produto da prática social, tendo seu foco no processo de como se deu e ainda se dá o uso e na ocupação do espaço urbano na cidade de São Paulo, ressalta a percepção do quanto as relações sociais estão impregnadas pela “*ilegalidade*”. Como coloca Maricato,

A política age ilegalmente, os tribunais estão ausentes das disputas. Trata-se, enfim, de um ambiente de ilegalidade generalizada. Seguramente, há uma relação entre violência e ilegalidade, ou ausência de cidadania.”

(...)

“A submissão ao crime organizado encontra rivais apenas nas igrejas pentecostais, em virtude da quase total ausência de apoio social e psicológico, além da ausência, que é predominante, de suporte comunitário solidário”. (Maricato, 1999:141)

No que tange à apropriação do solo na cidade, há várias ilegalidades aceitas socialmente, acentuadas nos anos 90, que formam uma intrincada e complexa teia de difícil desmonte, como por exemplo, a ausência de

²⁸ (v. Nota 35 jornais:Diário Popular p. 03 – Cidade 01/02/1999, FSP, Cad. S.Paulo, p.6, 6/03/1999 FSP, P.1-2, DE 07/03/1999).”

fiscalização de controle urbanístico ou, em alguns casos, seu “relaxamento”, por causa da corrupção, da conivência do poder público com as “invasões/ocupações” de áreas públicas (seja pela iniciativa da população fragilizada, seja pela iniciativa de especuladores e empresas privadas), da aplicação discriminatória da lei e, ainda do descaso com as áreas de proteção ambiental e de mananciais.

Todas essas ilegalidades somadas à inversão de investimentos, principalmente, de grandes parcelas de recursos públicos em áreas já bastante favorecidas em detrimento das zonas periféricas, foram marcas das gestões Paulo Maluf (1993-96) e Celso Pitta (1997-2000). A supervalorização da região sudoeste²⁹ é um bom exemplo dessa prática. Segundo Maricato:

“A questão não está em simplesmente concentrar melhorias nos bairros de melhor renda mas da lógica de valorização imobiliária. “Trata-se de uma lógica de valorização de terrenos e imóveis a partir dos investimentos públicos, alimentando os investimentos privados, a especulação e, conseqüentemente, o aumento dos preços de terrenos e imóveis. Como já chamou a atenção o urbanista Cândido Malta Campos Filho, a finalidade do sistema viário assim concebido não é o transporte; ou seja, a lógica não é o viário, mas o imobiliário acima de tudo. A segregação territorial é uma conseqüência e também uma necessidade de um mercado que vende o cenário.”

(...)

“Ao contrário de priorizar o caráter público e social dos investimentos municipais em uma cidade com gigantescas carências, o faz de acordo com interesses privados, em especial de empreiteiras e agentes do mercado imobiliário.” (1999:143)

O poder público, seja municipal ou estadual, não enfrentou a questão habitacional e urbana nos anos 90. Pelo contrário, não interpôs qualquer empecilho, força de polícia ou mesmo qualquer alternativa para a população que, empobrecida, empreendia uma ocupação desordenada do solo, abrindo “*novas fronteiras periféricas*”, em terras não urbanizadas, mesmo que fosse

²⁹ O privilegiamento de investimentos públicos no vetor sudoeste da cidade também é apontado por Villaça (1986:94) e Fix (2001:109)

em áreas de risco, sujeita a desmoronamentos, enchentes e poluição ambiental.

A lógica da produção ilegal e desordenada da cidade não foi revertida pelos princípios constitucionais avançados da Constituição, principalmente no que toca ao princípio da função social da propriedade, pela não regulamentação das leis específicas da Reforma Urbana. Pelo contrário, essa lógica foi corroborada pela “onda privatista e privatizante” que desgastou e reelaborou a força da intervenção pública estatal nesta e em outras questões sociais.

É assim que, na década de 90, o poder público muda sua forma de atuação, renovando suas alianças com os interesses do capital imobiliário e impedindo o debate público sobre os problemas crescentes da questão habitacional e urbana na cidade. O poder público, ao retardar ou abdicar do cumprimento de sua atribuição normativa (lei de zoneamento, Plano Diretor, regularização fundiária) e da necessária provisão orçamentária prioritária para os investimentos de infra-estrutura e em bens de consumo social, privilegiando as regiões mais excluídas, faz da sua atuação nesse campo o exercício de um “poder de barganha” política. É dessa forma que o poder público se constitui, também, num dos principais responsáveis por um aprofundamento da *periferização* da cidade.

Os degraus urbanos intra-territoriais: a hiperperiferia

A análise dos dados dos anos 90 provocaram, para alguns pesquisadores, como Haroldo Torres e Eduardo Marques (2001)³⁰, a necessidade de questionar os conceitos de periferia:

“Os espaços periféricos metropolitanos foram tratados, ao longo das décadas de 1970 e 1980, como regiões habitadas por população operária, inserida muito precariamente na estrutura de renda e ocupações, que autoconstruía

³⁰ Pesquisadores do Centro de Estudos da Metrópole do Cebap

suas casas em terrenos ocupados ou localizados em loteamentos clandestinos/irregulares, tinha acesso muito precário a equipamentos e serviços urbanos e tendia a gastar uma parte significativa de seu tempo livre em longas viagens em transportes públicos de má qualidade. Essas condições seriam responsáveis pelas precárias condições de vida e saúde encontradas nas periferias metropolitanas naquele momento.” (Torres e Marques, 2001:2)

No período em questão, também foram enfocados outros aspectos pelos estudos sociais e urbanos que, por um lado, se concentraram na construção de identidades dos moradores-cidadãos dos bairros de baixa renda e suas formas de organização e ação coletiva para a conquista de bens e serviços públicos. Por outro lado, outras análises enfatizaram aspectos sobre as novas formas emergentes de produção que começavam a mudar a dinâmica das metrópoles brasileiras e suas periferias.

Assim, Torres e Marques confirmam nossas colocações anteriores de que, nas décadas de 70 e 80, apesar de “perdidas”, verifica-se um aumento significativo de investimentos públicos e de ações e programas governamentais voltados para a periferia, evidenciados pelos indicadores do Censo de 1991. (idem, idem:2)

Esses autores põem em evidência a existência de “várias periferias”, como apontavam anteriormente Bonduki e Rolnik (1979), entre as quais estão algumas periferias consolidadas, que tem hoje serviços e equipamentos urbanos instalados, que elevaram suas condições de vida e que, aparentemente, parecem estar próximas das condições de urbanização de algumas regiões de maior renda da cidade. No entanto, expressam, por vários ângulos, o fenômeno da segregação. A segregação sócio-espacial da cidade, nessas periferias, fica, segundo Marques e Torres, **menos dependente da presença ou ausência de equipamentos e serviços, e mais associada à qualidade, à frequência e aos padrões de atendimento diferenciais entre as diversas regiões.** (grifo meu) (Torres e Marques, 2001:3)

Os estudos desses autores sobre a realidade atual em territórios periféricos vão na direção das nossas observações, a partir de nossa pesquisa empírica no Jardim Felicidade, que demonstram a existência de

“importantes diferenciais de vida e atendimento por serviços, que se superpõem de maneira perversa a condições de fragilização social e urbana, reforçando cumulativamente os riscos a que está submetida a população de baixa renda.” Isso indica a existência, mais do que se pensa, de grande heterogeneidade das periferias metropolitanas, que inclui espaços bem servidos e inseridos na malha urbana e outros, cuja população está submetida cotidianamente a condições ainda mais adversas que as vivenciadas nas décadas de 70 e 80. Indicadores como média, não possibilitam essa leitura dessa condição diferenciada entre padrões melhorados e condições de extrema pauperização e exposição cumulativa a diversos tipos de risco. (idem, p.3)

Esse processo colocou para Marques e Torres a hipótese de existência do que denominaram de uma *hiperperiferia* espalhada entre as periferias crescentemente integradas em termos urbanos”.(idem,id.3-4) Chamam a atenção ainda para a relevância da rediscussão de novo quadro conceitual sobre a temática, bem para a necessidade de um novo conjunto de técnicas e indicadores, das quais se destacam os sistemas de informação geográficas ou geoprocessamento. Através dos S/G, “podemos, não apenas visualizar graficamente a superposição de diversos fenômenos em mapas, mas estimar quantitativamente as populações submetidas a cada tipo de situação urbana, assim como as suas características sociais e econômicas”. (idem,id,5). Conceitualmente, então,

“A hiperperiferia pode ser caracterizada, de modo preliminar, como sendo constituída por aquelas áreas da periferia que ao lado das características mais típicas destes locais – (pior acesso à infra-estrutura, menor renda da população, maiores percursos para o trabalho, etc.) – apresentam condições adicionais de exclusão urbana. Nesse sentido, o estudo das áreas de risco ambiental podem ter um sentido estratégico: pois evidencia de modo dramático, em alguns casos, a sobreposição cumulativa dos riscos ambientais à diversas formas de desigualdade social e residencial.” (idem,id. 5)

As análises de Torres e Marques tiveram como base empírica o município de Mauá, na Grande São Paulo, onde realizaram estudos comparativos das condições socioeconômicas entre áreas de risco e não risco. Descobriram que as áreas sujeitas a risco de inundação abrigam características populacionais bastante similares à do restante do município de Mauá (de não risco), o que não acontece com a população situada nas áreas de alta declividade. O padrão de vida das populações que viviam nessas últimas era bastante inferior àquele vivenciado pelas demais áreas do município. Entre as características desse padrão de vida é possível destacar: menor escolaridade, menor renda, maior crescimento populacional e piores condições de infra-estrutura. (idem, idem:9-11)

Maria Adélia Souza (1999) confirma essa idéia quando se refere aos problemas advindos do processo caótico recente de formação da metrópole, como a violência, os moradores de rua, o desemprego, a agressão ao meio ambiente, o trânsito, o sistema viário e o problema da “população pobre [que] é permanentemente rechaçada para aquelas áreas sem interesse para o processo de especulação na cidade: **as áreas inundáveis e de alta declividade** (grifo meu), ocupadas pelas favelas ou loteamentos (loteadores) clandestinos.” Para essa autora, é preciso atentarmos para a geografia do capitalismo, que produz desigualdades e opera uma “reengenharia neoliberal que não se ocupa do social, isto é, do cidadão. (Souza, 1999: 38-39)

Em depoimento para a revista Espaço & Debates, Bonduki (2001) analisa assim a situação atual da periferia:

“Hoje há várias situações que se misturam. Favela dentro de loteamento periférico, adensamento da periferia, 20% da população morando em favelas. Nos anos 90 temos as ocupações de mananciais e da serra, muitas vezes promovidas pelas próprias associações. “Os proprietários de terrenos onde não se pode construir vendem ou simulam a venda para uma associação, que é a responsável pelo loteamento. Isso ainda dentro daquele padrão tradicional de

expansão periférica. Na Serra da Cantareira, tem núcleos dentro da mata, que só fui ver quando voei de helicóptero.” (Bonduki, 2001:96/97)

Bonduki ainda confirma uma distinção colocada neste trabalho entre as periferias dos anos 50 e as atuais:

“Por uma série de razões físicas e econômicas da cidade, as possibilidades que as periferias dos anos 50 tiveram de se transformar em bairros não existem para as periferias dos anos 80. Não existe mais a sensação da transformação da periferia em um bairro com mais qualidade, com uma identidade, da criação de uma classe média no local, a sensação de progresso pessoal. Essa situação é viável até os anos 70, depois disso não existe mais. O trabalhador que foi para a periferia nos anos 50 e 60 conseguiu de alguma maneira se inserir, em muitos casos fazer com que o filho estudasse, o que não ocorre mais. A valorização imobiliária ocorrida em um lote comprado nos anos 50 parece que não vai se repetir em um lote comprado nos anos 90. (...) A questão da água e da luz, por exemplo, problemas sérios na periferia dos anos 50, não são mais um problema nos anos 80. Agora todo lugar tem água e luz. Apesar de muitas vezes não ter asfalto ou esgoto, a periferia já nasce com condições melhores de infra-estrutura. Mas, mesmo assim, ela não vai chegar a ser um lugar bom, ao contrário da periferia dos anos 50 e 60, na grande maioria transformada hoje em bairros bastante razoáveis do ponto de vista de urbanização. A própria condição socioeconômica das pessoas permitiu isso, naquele momento elas puderam evoluir. Mas e agora? Quando toda a periferia tiver água, luz, asfalto, esgoto – e estamos nos encaminhando para isso – então, vai acabar a periferia? Eu acho que não. Por causa do elemento social.” (idem, 97)

Até mesmo a característica de parte ilegal pode ser questionada, pois, como um outro exemplo de *periferização*, temos os conjuntos da COHAB, que têm a infraestrutura básica e até áreas livres; têm projeto formal: são parte da cidade formal e são considerados como periferia, completa Bonduki (idem, idem).

Torres e Marques além de apontarem suas diferenças com uma percepção da caracterização da periferia largamente difundida nos anos 70,

que estava apoiada fundamentalmente na distância do centro e na homogeneidade das condições precárias de vida da força de trabalho, discordam de análises que sugerem que a melhora das condições de vida nas últimas décadas teria transformado as periferias em amplos espaços de classe média baixa. Suas pesquisas apontam a existência de espaços heterogêneos e extremamente diferenciados. (idem, idem, 20)

Assistimos a um processo de melhoria de condições de vida de uma parte da periferia, ao mesmo tempo em que, ali bem próximo, constituem-se espaços extremamente precários, indicando o que Torres e Marques chamam de “grande degrau urbano e social”, dentro dos espaços considerados como periféricos.

Os grupos sociais que os autores encontraram nesses espaços hiperperiféricos estão, como também notamos em nosso estudo, distantes da caracterização social da classe trabalhadora *operária* ou do *exército industrial de reserva* típicos, como ocorriam nas descrições dos estudos dos anos 70. Os autores colocam que:

“Embora essa dimensão deva ser objeto de análises específicas profundas, nos parece que estamos frente a uma população “excluída” ou fragilmente integrada ao sistema econômico, mesmo que de forma “marginal”, para ecoarmos os termos de um debate importante para aquelas outras periferias (Kowarick, 1975). Se a maior parte da população das atuais periferias está mais integrada, portanto, os grupos sociais habitantes das hiperperiferias aparentemente passaram da “dependência à irrelevância”, para usarmos as palavras de Castells (1991).

A ocupação de áreas de risco ambiental com péssimos indicadores sociais e sanitários, mostra que existe claramente uma periferia da periferia. “Essa hiperperiferia implica a condensação e acúmulo num espaço menor de riscos sociais, residenciais e ambientais de diversas origens, genericamente atribuídos ao contexto periférico mais abrangente”

Assim, os riscos ambientais e sociais são desigualmente distribuídos (ou os primeiros são distribuídos sobre os segundos), criando um círculo perverso de pobreza e péssimas condições de vida em locais específicos (mas nem por

isso numericamente desprezíveis). A isso se somam condições praticamente nulas de mobilidade social ascendente. Essas condições, talvez ainda mais graves que as descritas nas “periferias da espoliação urbana” são cercadas por condições médias relativamente elevadas para os padrões periféricos tradicionais, indicando um padrão de segregação mais complexo, mais difícil de conceituar e medir, mas nem por isso, menos injusto.” (idem, idem, 21).

Para Torres e Marques os mecanismos que levam a essa situação são: o mercado de terras, as ações do poder público e de produtores privados do urbano, e os padrões mais gerais de transformação dos mercados de trabalho. Para eles, a emergência da *hiperperiferia* está ligada a um aumento geral da heterogeneidade social, principalmente paulistana, num contexto de queda sistemática da participação do emprego industrial, aumento do trabalho informal e da ocupação no setor de serviços, e da entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho. Nos anos 90, percebe-se um aumento na desigualdade dos rendimentos, mesmo que se observe, em alguns momentos, um crescimento da renda média. Os autores concluem seu trabalho, colocando que o acesso aos serviços, infra-estrutura de qualidade e o acesso à cidade indicam que os poderes locais (municipais e estaduais) ainda têm muito a realizar. (Torres e Marques, 2001:21)

A questão urbana na contemporaneidade exige a reflexão e intervenção sobre processos sociais que devem considerar tanto continuidades como rupturas. Para salientar as continuidades, acompanho-me das preocupações de Ermínia Maricato, quando nos recorda as relações íntimas e contraditórias entre modernização e urbanização no Brasil, sublinhando seus vínculos com as raízes de nossa formação social. Diz ela:

“A urbanização tem significado um caminho para a modernização mas não de superação do Brasil Arcaico e, por conseguinte, da hegemonia agro-exportadora, como muitos acreditavam. “O processo de urbanização recria o atraso a partir de novas formas, como contraponto à dinâmica de modernização. As características do Brasil urbano impõem tarefas desafiadoras, e os arquitetos e planejadores urbanos não têm conhecimento acumulado nem experiência para lidar com elas. A dimensão da tragédia

brasileira está a exigir o desenvolvimento de respostas que devem partir do conhecimento da realidade empírica para evitar a formulação das “idéias fora do lugar” tão características do planejamento urbano no Brasil.” (Maricato et alli, 2000 in (Maricato, 2000:21)

(....)

Para compreensão desse paradoxo, a análise pode ser orientada em dois rumos. O primeiro relaciona esse desenvolvimento urbano às características históricas de uma sociedade de raízes coloniais, que nunca rompeu com a assimetria em relação à dominação externa e que, internamente, nunca rompeu tampouco com a dominação fundada sobre o patrimonialismo e o privilégio. Como nota Caio Prado Jr., o proprietário privado se tornou poder político, econômico e social. O desenvolvimento das idéias liberais seria inviabilizado pela falta de autonomia entre essas esferas. O direito que a Coroa Portuguesa guardou sobre a terra foi apenas formal. O incrível atraso verificado nos registros de propriedades no Brasil – que permite a constante apropriação privada das terras devolutas ou a confusão, até nossos dias, sobre os limites das propriedades (que se verifica, por exemplo, em área de proteção dos mananciais em São Paulo) – é herança dessa característica (LABHAB, 2000 apud Maricato: 2000:31)”.

(...)

O patrimonialismo impediu o surgimento da esfera pública, alimentando o fisiologismo, o paroquialismo, o clientelismo e privilégio, possíveis de constatar até mesmo na Câmara Municipal da mais poderosa cidade brasileira em pleno ano 2000. A relação de favor tem mais prestígio do que as diretrizes de qualquer plano holístico.” (idem, p.32)

Mais especificamente, porém, ainda podemos observar a continuidade da paisagem periférica, seja no perfil dos seus moradores seja na sua arquitetura precária, seja nas suas demandas urbanas.

No entanto, é preciso considerar que, apesar da convicção de que nossas mazelas urbanas são originárias do processo de modernização conservadora, o processo recente de inserção na globalização e de reestruturação produtiva nos dá indicações fortes de rupturas. A partir dos anos 90, vivemos mais profundamente as transformações no modo de trabalhar, que fizeram do desemprego estrutural, da revolução informacional, do crescimento

do mercado informal³¹ e da nova divisão mundial do trabalho, entre outros, fatores de drástica interferência no modo de viver, mesmo nas periferias das grandes cidades.

A fenomenologia dessas rupturas oferece uma grande heterogeneidade de expressão, das quais elencamos as novas formas de mobilidades urbanas (internas e externas à cidade); novas territorialidades e reterritorialidades; novas segregações temporais que se somam e se sobrepõem às sociais, econômicas e raciais, territoriais; exclusões e inclusões; violências e desmandos; espoliações e hiperperiferias.

Se, por um lado, o padrão de crescimento periférico se esgotou pela redução na oferta de lotes populares e pelo comprometimento do pagamento das prestações pela crise econômica e salarial dos anos 80, por outro, seu esgotamento não foi total, pois a periferia continuou em crescimento, nos anos 90, pelo loteamento irregular, pela autoconstrução e precariedade de serviços e equipamentos urbanos, seja por resultado de movimentos populares organizados, seja por ocupação desorganizada. A mancha periférica ainda se espalhou por regiões fronteiriças da cidade, principalmente nas áreas de proteção ambiental e de risco.

A inflexão do padrão de crescimento periférico se dá à medida que, avançamos e aprofundamos nossa inserção tanto na ordem democrática quanto na neoliberal e na do globalismo. Nesses processos de transformações estruturais a reelaboração do papel do Estado, num recuo da promessa política do Estado do Bem-Estar Social, imaginado no processo constituinte e a crescente *privatização do público*, reforçam movimentos importantes para uma nova compreensão daquele padrão. O novo padrão de crescimento periférico é atravessado pela hiperperiferia e por transformações qualitativas relacionadas às fragilidades e vulnerabilidades de modos de vida que se acumulam em territórios precarizados e segregados, mesmo sobre aqueles que são atendidos por serviços básicos. No padrão de crescimento *periférico-*

³¹ V. Oliveira (2002), que critica o termo “trabalho informal”.

hiperperiférico da contemporaneidade as possibilidades de melhorias nos ambientes construídos (principalmente os mais recentes) tornam-se muito mais difíceis e complexas, interferindo de modo profundo nos vínculos sociais.

Com todas as limitações redutoras oferecidas na elaboração de quadros comparativos, lançaremos mão desse recurso para facilitar uma visualização sintética dos elementos que, histórica e sociologicamente, apresentamos até o momento para a compreensão da produção das *Periferias* em dois momentos do processo de acumulação capitalista. As informações abaixo não estão dispostas em oposição ou em exclusão, mas em termos de tendências expressivas no debate da temática entre os anos 70 e os anos 90. Em outros termos, esse recurso possibilita uma rápida percepção dos desdobramentos teóricos que a nosso ver deram novos contornos e conteúdos às “periferias contemporâneas” que se mostraram heurísticos para a análise dos casos concretos.³²

Quadro Comparativo de categorias analíticas do conceito de Periferia entre os anos 70 e os anos 90

Categorias do conceito de periferia	Anos 70	Anos 90
1) Relação sócio-espacial: dicotomia centro-periferia	localiza-se nos locais distantes do centro, mas também significa local onde há baixa valorização (renda diferencial). Há várias periferias ou uma hierarquização entre elas.	localiza-se nos locais distantes do centro, baixa renda diferencial, com aprofundamento da precarização e da hierarquização, que se dá, agora também entre os próprios territórios periféricos (hiperperiferia), pela ocupação de áreas de

³² É importante ter em conta também que esse quadro sintético privilegia aspectos do conceito de periferia relacionados à questão dos loteamentos periféricos e, com isso, acabou não considerando a importância das favelas, principalmente no debate dos anos 70, nas quais as vulnerabilidades habitacionais e ocupacionais eram mais fortes. Muitos dos aspectos sociais que caracterizavam as favelas nos anos 70, atualmente, atingem uma grande extensão dos territórios periféricos.

		risco; instalação de inúmeros “implantes (hi)periféricos” espalhados pela cidade, mesmo dentro de territórios consolidados.
2) Ocupação por loteamento irregular ou clandestino (sem infra-estrutura urbana);	oferta de loteadores privados, sem a implantação dos beneficiamentos obrigatórios por lei. Início dos movimentos e ocupação de terras urbanas.	oferta de loteadores privados, na grande maioria sem a propriedade legal (ação de grileiros ou de invasões e ocupações feitas pela população).
3) Aquisição	pagamento através de várias e longas prestações da propriedade, de forma regular (com título); financiamento particular ou pelo BNH.	pagamento à vista ou poucas prestações ou, ainda, a inexistência delas; Compra irregular, com contrato precário/ilegal ou ocupação/invasão (individual ou coletiva)
4) Financiamento	particular (através de indenizações trabalhistas) ou pelo BNH; com longas prestações; sacrifício da família	uso de indenização de rescisão trabalhista; economias e sacrifício da família.
5) Autoconstrução;	arquitetura básica, com uso de blocos e sem acabamento externo; construída pelo proprietários, ajuda de amigos, parentes e mão-de-obra contratada.	persiste o mesmo modelo; em alguns casos, há um agravamento das condições de habitabilidade.
6) Casa própria	abrigo, segurança para a família contra o desemprego; símbolo de ascensão social; por ser mercadoria cara, adquire a possibilidade de se tornar um valor de troca.	abrigo e segurança da família contra o desemprego de longa duração. Mercadoria inacessível para a classe trabalhadora, se não for por ocupação ou invasão; a luta

		pela conquista da propriedade ou posse é sua garantia de sobrevivência.
7) Urbanização mínima	arruamento; parcelamento do solo; reserva de áreas públicas.	nenhuma
8) Condição de trabalho dos cidadãos-moradores	forte presença dos trabalhadores com contrato formal de trabalho, seja no setor industrial ou no comércio; subemprego	presença majoritária de desempregados com bico, trabalhadores do setor informal e terciário.
9) Padrão de consumo e modo de vida urbano	Inicia acesso a bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos, e mercadorias industrializadas	padrão de consumo de bens de consumo duráveis aprofundado: automóvel
10)Constituída de migrantes, principalmente nordestinos	inseridos na economia local na indústria e comércio.	inseridos na economia informal local.
11) Condição da classe trabalhadora	baixos salários e superexploração; exército industrial de reserva.	baixa renda e superexploração; desemprego estrutural; exército além de reserva, de “inúteis”, desnecessários à produção.
12) Cenário político	autoritarismo; mobilizações sindicais; greves; movimentos de bairro; bipartidarismo.	democracia; pluripartidarismo; descenso do sindicalismo; fragilidade da organização política; emergência das organizações da sociedade civil; sobrevivência das associações de bairro.
13) Papel do Estado	autoritário; intervencionista; planejamento estatal; expressão da burguesia associada ao capital	democrático de direito; fragilizado em seu papel regulador das movimentações do capital;

	estrangeiro; fator da acumulação do capital industrial.	perda de poder em relação aos conglomerados transnacionais; privatizações e redução dos gastos públicos com o social; fator de acumulação do capital financeiro.
14) Questão Social	pobreza; marginalidade; segregação territorial.	exclusão/inclusão; desfiliação; violência urbana ; segregação social, territorial, racial, temporal etc.
15) Capital imobiliário	renda da terra ao proprietário.	associado ao capital financeiro e ao setor terciário
15) Cidadania	centralidade do trabalho formal; esperança na representação e política (focada na luta pelos direitos políticos) para as mudanças nos direitos sociais.	reelaboração do trabalho como elemento central da cidadania; descrédito da representação política ; oportunidade de acesso pelo direito à propriedade privada individual
18) Cidade	cidade industrial em transição para o terciário e financeiro.	cidade Mundial.
19) Sociabilidade	família; participação na comunidade; violência do Estado pela repressão política e das liberdades civis. A questão dos direitos está subordinada à questão da tutela; cidadania restrita.	família reelaboração (redução) de vínculos vicinais; violência (real e simbólica), não só do Estado mas também manifestada nas relações sociais cotidianas. A questão dos direitos começa a se impor no

		discurso político em contraposição a questão das carências.
20) Conceito síntese	espoliação urbana: - lugar da reprodução da força de trabalho - lugar sem serviços e equipamentos urbanos	direito à cidade: habitação e ambiente construído de qualidade, saneamento ambiental, transporte, educação, saúde e gestão democrática. Cidade sustentável

A questão urbana hoje anuncia o avanço de um processo de “periferização e hiperperiferização” não só em territórios distantes do centro, mas, em áreas até então consideradas oficiais ou legais, multiplicando e diversificando possibilidades de irregularidades de uso e ocupação do solo bem como outras e novas formas diferenciadas e sutis de apropriação privada de espaços públicos desocupados ou subtilizados, espalhando não só um desrespeito às normas urbanísticas vigentes, mas um processo mais amplo de desconstrução de uma civilidade que possa cimentar um campo de direitos e de cidadania. A “periferia em toda parte” da cidade nos instiga, mas não é o foco deste trabalho.

O quadro sintético apresentado acima concentra as principais “lentes teóricas” com as quais procuramos desvendar alguns processos e relações que produziram o território do Jardim Felicidade. Esses olhares e conceitos norteadores proporcionaram uma apreciação de uma fenomenologia ao mesmo tempo conhecida mas que pode colocar algumas questões para o questionamento da lógica da produção e reprodução da cidade na contemporaneidade.

O breve resgate histórico-sociológico da urbanização da cidade de São Paulo pretendeu dar conta da dinâmica da sua construção e desconstrução, oferecendo uma rápida visão histórico-conceitual da gestação de espaços

periféricos e hiperperiféricos, ampliando nossa compreensão das velhas e novas imagens que passam a compor o “palimpsesto paulistano”: cidade dos negócios cafeeiros, cidade industrial, cidade do capital financeiro, cidade mundial e cidade da periferia-hiperperiférica. Ao salientar as particularidades e especificidades de vivência nos territórios segregados na atualidade, acreditou-se ter sido possível a apreensão dos aspectos que consideramos com força explicativa para contribuir para a compreensão do “direito à cidade” ou, como no caso estudado, do seu oposto.

DIREITO A UMA FELIZ-CIDADE: *Habitat e identidade territorial*

*“A Cidade então é uma história que se conta para nós
à medida que caminhamos por ela.*

J.Hillman

“Cidade e Alma”

Cidade e Direito à cidade estão vinculados à concepção do urbano, que pretende resgatar a totalidade do *habitar*, o que significa, além de abrigo, a moradia em um ambiente construído de qualidade, a possibilidade do encontro, de usufruto da obra e de cultura, a capacidade de governar e dirigir a cidade.

A análise das bases da urbanização brasileira, em rápida passagem pelo século XX, nos forneceu um cenário dinâmico do desenvolvimento descontínuo, contraditório e combinado – econômico, social e espacial – das grandes cidades brasileiras e, de São Paulo, em particular. As relações globais e locais – econômicas e políticas –, que caracterizaram as relações entre Estado e Sociedade, nos permitiram a visão de um processo complexo de construção e reconstrução e, muitas vezes, destruição da cidade, em cada espaço-tempo.

Nosso objetivo neste capítulo será analisar a ocupação do bairro Jardim Felicidade (1993), à luz daquele conceito de *habitar* e tendo como “pano de fundo” o processo macroestrutural em curso dos anos 90 em diante, pela experiência dos seus moradores-cidadãos na construção desse território.

A análise do *habitat* no Jardim Felicidade, bem como de suas possibilidades de ser-não-ser *cidade-periferia-hiperperiferia-lugar*, ocorrerá a partir de dois aspectos: em primeiro lugar, pela noção de *ambiente construído*

e, em segundo lugar, pela noção de *identidade territorial*, que elegemos como um dos temas fundamentais para o debate do Direito à cidade.

Esses dois conceitos estão aqui analiticamente dispostos para corroborar a apresentação da relação entre a produção de um determinado território por sujeitos individuais e coletivos, nas possibilidades e limites na elaboração de identidades sócio-territoriais. A noção de sujeito e de identidade estão, assim, intimamente imbricadas nas de direitos e cidadania.

O *viver e governar* num [outro] *urbano* requer o resgate da relação íntima entre território e identidade territorial, pois, como colocou Sawaia, a identidade está situada nas relações de poder, introduz a ética e a cidadania nas suas discussões, apresentando-a como categoria política e estratégica nas relações de poder. Nesses termos, “a identidade é síntese de múltiplas ‘identificações em curso’ e, portanto, não um conjunto de atributos permanentes....” (Sawaia,1996:84)¹

Nesse capítulo, a prioridade está na recomposição da produção de um território segregado e precário na cidade de São Paulo nos anos 90. Da base sócio-territorial, passaremos à discussão do ambiente construído e da existência ou não de elementos identitários que mostrem vínculos dos moradores com o território construído ou vivido. As possíveis relações dos elementos identitários, ou de sua ausência, com as relações de poder e cidadania serão recuperadas posteriormente.

¹ A autora faz referência aqui à concepção de identidade exposta por Santos, também apresentada na introdução. “Sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas, nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latinoamericano, ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso. Sabemos também que as identificações, além de plurais, são dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções.”(SANTOS, 1997:119)

Antecedentes históricos

A história da ocupação/invasão do Jardim Felicidade – atualmente uma área de quase 342.000 m², na fronteira norte da cidade, no distrito do Tremembé, divisa com a Rodovia Fernão Dias e próximo do município de Guarulhos - começa há mais de 20 anos, depois de um processo de ocupação das terras da Santa Casa de Misericórdia na região.

Em depoimento de Marilda Mazzini (2001) e conforme pesquisa de Mori (2000) sobre a questão dos loteamentos na zona leste, esses movimentos tiveram forte influência de um grupo de advogados da PUC-SP, organizados na década de 70, do qual a primeira fazia parte, que começou a dar assistência jurídica a moradores da periferia da cidade. Através desse trabalho “assistencial” é que começaram a se aproximar da problemática dos loteamentos clandestinos e irregulares na cidade. Em 1981, fundam o CEATS – Centro de Estudos e Atividades Sociais - , desvinculando-se do Centro Acadêmico e criam o *Jornal Aqui Agora*, organizado por José Mentor (hoje político do Partido dos Trabalhadores).

O pioneirismo e o caráter diferencial dos movimentos de ocupação de terras da zona norte e, em especial, o movimento que resultou na ocupação do que veio a ser chamado “Filhos da Terra”, com relação ao que predominava no resto da cidade (zonas leste e sul), estão no fato de que não havia, pelo menos inicialmente, um loteador ou grileiro. O movimento foi organizado pela população com a colaboração técnico-jurídica e política dos advogados da ADM.

Marilda Mazzini começou a realizar um atendimento jurídico na Igreja Nossa Senhora do Carmo, na Vila Paulistana, no distrito do Tremembé. Marilda conta que através do seu trabalho no plantão começou a perceber que repetidamente as pessoas apareciam com um contrato de compra e venda de imóvel, dizendo que haviam terminado de pagar seus lotes e não conseguiam obter a escritura. Em contato com seus colegas de faculdade, perceberam que

o mesmo acontecia em Pirituba, São Miguel também na Zona Sul, constatando que era um problema geral na cidade. Levou um certo tempo para se apropriarem do que se tratava: loteamento clandestino. Segundo ela, nem a Prefeitura, naquela época, tinha qualquer instrumento para dar conta do problema.

Era época da gestão de Olavo Setúbal e organizou-se uma primeira grande manifestação em frente à sede da Prefeitura, que chegou a somar de 3 a 4 mil pessoas. *“Naquela época era um acontecimento, ninguém se conformava, inclusive a imprensa, de que aquilo era uma coisa por lote”*, conta Marilda.

Foram muitas reuniões e comissões pelos bairros, pelas regiões e pela cidade, nas quais se organizavam idas às administrações regionais. Na gestão de Reynaldo de Barros (1979-1981) é que se apresentou a primeira resposta aos movimentos organizados por loteamentos clandestinos: a criação da SERLA – Supervisão Especial de Regularização de Loteamentos e Arruamentos. Para supervisor desse órgão, que era diretamente ligado ao Prefeito, foi nomeado o Sr. Gilberto Valente, juiz da Primeira Vara de Registros Públicos e corregedor dos Cartórios de Registro de Imóveis, que tinha, portanto, um grande conhecimento sobre registros públicos. A diretriz do órgão dada pelo prefeito, segundo Marilda, foi regularizar ao máximo os loteamentos.

Marilda Mazzini coloca que, além das críticas dos urbanistas sobre esse procedimento, pois não previam mínimas ações urbanísticas em relação aos loteamentos, para ela, o órgão regularizou áreas sem critérios técnicos, como no caso, por exemplo, das áreas de mananciais.

(....) Eu tive a oportunidade de verificar quando eu estive em Resolo. A SERLA regularizou sem a presença do judiciário. O Gilberto enviava a planta direto para o cartório. Então aconteceu uma coisa meio absurda, a pior coisa que eu acho é que regularizaram áreas de mananciais que tinham poucas ocupações. Na época que nós estávamos a Prefeitura (gestão 1989-92), teve loteamentos

que nós constatamos 20% de ocupação. Imagina naquela época? Devia ter uns 5%. Então, assim, quer dizer, foi um negócio sem critérios.

Com essa política, Reynaldo de Barros conseguiu arrefecer um pouco a luta popular dos loteamentos porque regularizou muita coisa. (...)

A demanda de habitação veio crescendo posteriormente já na década de 80. O que aconteceu? As pessoas começaram a se organizar, já os antigos movimentos de loteamentos inspiraram associações de bairros mais voltadas para a questão social e começou a haver uma demanda em torno de casa mesmo, de habitação, e é aí que tem origem um movimento de habitação e inclusive nós participamos.”

Segundo Mazzini, a primeira grande ocupação urbana – organizada e massiva - de São Paulo foi a que se deu na Zona Norte, que se transformou no atual “Jardim Filhos da Terra”, que, em fevereiro de 2004, completou 20 anos. Tudo começou, segundo ela, com uma ocorrência aparentemente simples:

Nós estávamos no plantão jurídico, aí o seminarista nos chamou para darmos uma força porque tinha uma família que invadiu a beira de um córrego. Fizeram um barracinho e os vizinhos chamaram a polícia, pois eles não queriam favela. E o seminarista era o presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Igreja da Vila Paulistana e mandou todo mundo para lá. Grita de lá, grita de cá e o cara acabou ficando no barraco.

E aí nós ficamos impressionados como juntou gente naquele episódio, tinha gente falando que não agüentava mais pagar aluguel e que iria ser despejado. E aí a polícia chegou por conta dos vizinhos, mais que inconformados, não queriam que as pessoas se fixassem. E, ao mesmo tempo, veio um monte de outros dizendo:

- não!! nós também estamos numa situação difícil!!

Nós ficamos impressionados com isso. A polícia tinha ido embora e começou o bate-boca dos moradores do bairro com os outros que não tinham onde morar e nós marcamos uma reunião na igreja e quem quisesse que aparecesse.

Nós pensávamos que só apareceria meia dúzia de gente e o casal. Veio um monte de gente e aí marcamos outra e idem e, a cada reunião que a gente marcava, tinha uma progressão geométrica. Era uma coisa impressionante! E nós não sabíamos direito o que fazer. (...)

O grupo de advogados começou a chamar representantes dos órgãos públicos municipais e estaduais para discutir a questão sem, no entanto, obter sucesso. Segundo Mazzini, os primeiros estavam mais preocupados com a questão das favelas e, os segundos, não tinham uma política habitacional para a capital.

Marilda Mazzini conta como foi a ocupação :

“Nós não tínhamos nenhum precedente, era inédito. Seleccionamos a área e aí marcamos assembléia. Bom, houve preparação, levamos pessoal preparado mas não falamos que ia ser invasão, nem dia, nem hora. Nós tínhamos receio, então nós pedimos para o pessoal em primeiro lugar juntar madeira, telha para fazer barracão comunitário, que é a sede da associação que tem lá nos Filhos da Terra e orientamos o pessoal a armazenar material de construção aos poucos, mas nunca falamos: “nós vamos invadir”. Nunca.

É claro que para quem entende meia palavra basta. Todo mundo achava que ia para algum canto mas ninguém sabia onde, nem o local, nada. E no dia da assembléia falamos que era naquele dia.

Para todo mundo que ia na assembléia eu lembro que a senha era um pedaço de madeira que a gente dava com o nome do movimento, por isso muita gente não ia saber quem fazia parte do movimento “na hora do vamos ver”, e se entrasse alguém que não era? Tinham 800 pessoas cadastradas. No dia da invasão foram 1.500, passou mais de 500 famílias.

Nós falamos: e agora? Nós havíamos medido a área para aquelas famílias cadastradas. E então nós marcamos outra assembléia, frente a outro movimento em outra data, porque nós ficamos preocupados que ia ter briga.

Aí, aliviado isso e entendido isso, nós comunicamos que ao pé daquela noite se daria a ocupação de terra. O padre foi na frente puxando a procissão e foi feito o barracão, onde hoje é a sede da associação”.

Iniciou-se a batalha judicial com a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo – proprietária das terras – . O movimento fez uma pressão sobre o então Prefeito Mário Covas e, quando tudo parecia perdido na negociação, o “Filhos

da Terra” foi salvo com um acordo em que a FUNAPS² pagava uma indenização à Santa Casa.

Durante o processo do “Filhos da Terra”, houve uma grande ocupação desorganizada na área da Santa Casa, que era imensa. Conforme ilustrou Marilda, parecia um “formigueiro de gente”. O “Filhos da Terra”, segundo ela, encorajou várias ocupações na cidade inteira. Teve grande repercussão: foi editorial do Estadão, Jornal da Tarde, em vários jornais da época.

As divergências também começaram a surgir com a Igreja, quando o movimento começou a crescer, pois ela queria dirigir o movimento.

“Na época que aconteceu essa invasão, o pessoal foi pedir ajuda ao PT, à Luísa Erundina, ela e o Eduardo Jorge foram ao local. Nós decidimos que não tínhamos condições de defender aquele povo, porque não havia um movimento organizado, mas que nós íamos estar presente na desocupação para evitar violência da polícia.

Na retirada, para dar uma perspectiva da organização dessas pessoas, nós marcamos uma reunião e a fizemos na frente da casa de um morador e aí esse movimento foi batizado como o movimento dos despejados da Santa Casa.

Teve o movimento, aquele descendente dos Filhos da Terra, que se chamava Terra Prometida e teve o movimento que invadiu a beira do rio que a Prefeitura começava a tirar, que ficou como movimento Beira-Rio.

Tinha 3 movimentos na época, pós-Filhos da Terra. A Igreja decidiu pela invasão de uma área que é hoje o projeto Apuanã, o mutirão Apuanã. É óbvio que a Igreja planejou a ocupação, mas deu tudo errado, foi mal planejado.

Aí a polícia militar tirou o pessoal, entrou a pé e subiu o morro atirando. A polícia nos surpreendeu, criou um rolo danado, saiu todo mundo, porque ou saía ou era preso na hora.

Aí nós marcamos uma reunião, via D. Paulo, que sempre deu um grande apoio para o movimento social, com (...)o [José] Gregory, que era alguma coisa da CDHU, acho que era assessor do Presidente da CDHU ou da Secretaria Estadual da Habitação. Só sei que ele era ligado à Igreja Católica e também vinculado ao governo do Estado, na época do Montoro”.

² Fundo de Atendimento à População Moradora em condições subnormais da Prefeitura .

Desse contato com o governo do Estado, surgiu a proposta do Conjunto Habitacional Jova Rural para o atendimento da demanda dos três movimentos citados acima.

“Quando as famílias entraram lá eles criaram uma associação e continuaram organizados, infelizmente não deu certo. A gente não conseguiu acompanhá-los. Claro que temos contato com o pessoal da antiga coordenação, mas a organização está nula.

O que eu reflito hoje é sobre a espontaneidade dos movimentos: Filhos da Terra, Terra Prometida e os Despejados da Santa Casa. Foram espontâneos, nós só consolidamos a organização, mas não houve alguém que pensou, planejou”.

Em 1984, numa dissidência entre os advogados, é fundada a Associação em Defesa da Moradia (ADM), com o principal objetivo de assessorar movimentos populares voltados para a questão da habitação. O coordenador geral era o advogado Henrique Sampaio Pacheco (mais tarde, deputado estadual pelo PT). A ADM atuava através de grupos de trabalho instalados nas zonas norte, oeste e leste da capital.

A Associação de Moradores da Zona Norte (AMZN) – criada em 23 de abril de 1983, com representantes de 29 loteamentos - tinha em sua ata de fundação objetivos bastante ambiciosos, politicamente falando, conforme registro de Mori (2000):

- a) conscientizar e organizar os moradores na defesa dos seus direitos e interesses gerais, indicando caminhos para a solução coletiva dos problemas, desenvolvendo o espírito associativo e de cooperação, visando melhores condições de vida no local de moradia;
- b) prestar assistência jurídica e de outras áreas do conhecimento humano aos associados, diretamente ou através de convênios;
- c) apoiar, desenvolver e promover a organização popular e formas de cooperação, em torno de reivindicações específicas de saúde, educação, benfeitorias públicas, regularização de loteamentos, saneamento básico, transporte, etc.;
- d) promover atividades esportivas e de lazer entre os associados;

e) promover e apoiar as manifestações de cultura popular e atividades educacionais.

Segundo Marilda Mazzini, “a AMZN alcançou muitos resultados como a instalação de creches, escolas, centro de saúde e a pavimentação de ruas, existindo formalmente até hoje. Todavia, o seu papel está esvaziado uma vez que os loteamentos que a formaram têm toda a infra-estrutura urbana. Mantém uma creche há alguns anos e apóia a organização nos novos loteamentos, cedendo sua sede para reuniões.” (cf. Mori, 2000:86)

A crise que o movimento apresentou, em fins dos anos 80, tem, segundo Mori, duas vertentes explicativas: enquanto José Mentor enfatiza que a crise no CEATS foi preponderante para a desmobilização da Comissão Municipal, Marilda Mazzini atribui ao próprio movimento dos loteamentos clandestinos (MMLC) a sua desarticulação. O processo de regularização em curso naquela época desarticulou a luta municipal e os agentes se voltaram para a luta pelos serviços e equipamentos urbanos, no âmbito regional. (Mori, 2000:82)

Além da ADM, foi criado também o Movimento dos Sem-Terra da Zona Norte. Segundo Marilda Mazzini:

“...esse foi planejado. Porque a partir daí começaram vários militantes do PT da região, a pensar com o saber [sic], para efetivamente fazer um trabalho popular, um trabalho de organização de população que não fosse restrita à Vila Paulistana. A grande onda era a questão da habitação, daí foi pensado um movimento de habitação que tivesse uma organização e que priorizasse os bairros, que não ficasse só na Vila Paulistana, mas que pegasse Lauzane, Jaçanã, Imirim, Tucuruvi quer dizer uma coisa muito ampla.

Então foi pensado um movimento que pegasse todas essas regiões e a partir daí foi chamada uma assembléia com divulgação nessas regiões, foi aí que começou os Sem-Terra do Morro do Quiabo, onde tem um loteamento que hoje se chama “Campo Limpo”, que foi feito pela Associação Campo Limpo.

Então, o Movimento dos Sem-Terra se organizou e fez assembléia em cada bairro. Tinha uma coordenação que era um dos militantes do PT, que era uma coordenação política, onde havia reflexões e discussões. Essa coordenação tinha pessoas que eram lideranças tiradas do movimento e eleita por eles.

Esse movimento foi a partir de pessoas militantes do PT e não do partido em si, que tinham vínculo de amizade e de experiência em movimentos. O Movimento dos Sem-Terra teve uma característica totalmente diferente dos outros, pois os outros foram naturais, foi uma coisa mais pensada, idealizada, que deu origem ao movimento dos sem-teto”.

Essa atuação pioneira e orgânica de intelectuais e forças populares teve reflexos na gestão de Luiza Erundina, com a criação, em 1990, do RESOLO – Departamento de Regularização de Parcelamento do Solo –, com a principal função de promover as atividades necessárias à regularização fundiária e urbanística de loteamentos e parcelamentos irregulares; um órgão que unificou todas as etapas para a regularização dos loteamentos clandestinos, para cuja direção foi nomeada a advogada Marilda Mazzini.

Houve a criação de uma parceria da Prefeitura com as ADM's através do Programa de Convênios Jurídicos, implementado pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano na administração do Partido dos Trabalhadores, no período de 1989 a 1992. Esse programa tinha como objetivo a prestação de assistência jurídica aos moradores de favelas, cortiços, moradias de aluguel e loteamentos clandestinos, por meio de repasse de recursos a organizações não-governamentais identificadas com os setores populares. (cf. Mori, 2000:87)

Pode-se notar, em São Paulo, um vínculo entre uma gestão progressista e democrática e um aumento de mobilização popular visando a criação de canais de participação que possibilitam um maior empoderamento dos cidadãos e cidadãs da esfera pública. Um exemplo disso foi observado na gestão 89-92, quando a atuação do Resolo foi fundamental para a viabilização, entre outras coisas, da extensão da rede de abastecimento de água nos loteamentos clandestinos, pela sua interlocução com a SABESP.

Com a derrota do PT nas eleições locais de 1992, assistimos à interrupção dos canais de comunicação e participação democrática que se estabeleciam entre movimentos sociais com o poder público. Nesse período, em que continuaram em vigor as políticas clientelísticas, começa a emergir, também,

o *clientelismo de esquerda*, que reelabora as relações de favor e entra também nesse campo político como forma de atendimento das reivindicações de suas bases populares. Inicia-se um processo de desconstrução da participação política através da pressão de movimentos sociais populares, concomitantemente ao da desmobilização associativa, colocando mais em evidência um processo de participação política pela via institucional e eleitoral.

Enfim, o ***Jardim Felicidade***....

Assim, em 1993, sem muita organização ou barulho (diferentemente dos movimentos de ocupação originários na própria zona norte), iniciou-se a ocupação de uma grande gleba, pertencente à empresa chamada KLEKIN. Segundo os depoimentos colhidos, a idéia do lugar surgir a partir de uma informação privilegiada dada pelos advogados da causa da moradia/ocupação - Lauro Marcondes e Marilda Mazzini - sobre problemas de titularidade de umas terras, na fronteira com a Rodovia Fernão Dias (Guarulhos). Os ocupantes eram algumas famílias, vítimas da crise econômica e social, que se viram impossibilitadas de continuar morando de aluguel em bairros pobres (mas com alguma infra-estrutura instalada) e diante da inacessibilidade a financiamentos para comprar legalmente um imóvel próprio.

Apesar de não se constituir num movimento de ocupação urbana fruto da organização popular, como conseguimos apurar no decorrer da pesquisa, o levantamento empírico nos exigiu um olhar bastante atento e desafiador, pelo seu negativo, levando-nos à problematização de um processo de (hiper)periferização da cidade em tempos da globalização.

Quem construiu e/ou vive no Jardim Felicidade hoje, pode-se dizer, é um **típico cidadão ou cidadã da classe trabalhadora da periferia paulistana** e das grandes cidades brasileiras. Recuperamos abaixo alguns aspectos que sintetizam esse perfil:

- de origem pobre e principalmente migrante da zona rural nordestina;
- mais da metade da população de cor parda ou negra;
- acostumado a condições precárias de vida e moradia, desde a infância;
- com baixa escolaridade (sem completar o ensino fundamental);
- iniciação no trabalho desde a infância ou adolescência;
- com baixa qualificação profissional (ocupação no setor de serviços pouco qualificados);
- com a vida profissional e ocupação atual marcada pela informalidade;
- vivendo a situação instável do mercado de trabalho (situações de emprego e desemprego); empregabilidade vulnerável;
- com baixa renda familiar (maioria até 4 SM), enfrentando dificuldades orçamentárias;
- com boa saúde geral, mas preocupado com a insegurança e instabilidade da situação geral de vida da família;
- valoriza a educação e o trabalho, como aspectos da dignidade do ser humano.

Esse cidadão ou cidadã – assim tipificado – é o construtor e vítima da cidade real e ilegal. É com cidadãos e cidadãs com esse perfil que se constroem e se reconstroem todos os dias os bairros da cidade de São Paulo. Aparentemente, esse perfil não se apresenta muito diferente do que foi identificado nas pesquisas e análises sobre a periferia nos anos 70 ³. Nessas pesquisas, lá estava o migrante nordestino, em sua maioria, o trabalhador de origem rural, com baixa qualificação e escolaridade entre as principais, vivenciando de alguma forma uma melhoria das suas condições de vida e

³ conforme apresentamos no capítulo I.

moradia, ao mesmo tempo em que sofrendo a superexploração da sua força produtiva no meio urbano.

Neste capítulo pretendemos problematizar como uma parcela da classe trabalhadora vivenciou e procurou resolver seu problema habitacional num momento de inflexão das macroestruturas econômicas, a partir da reestruturação produtiva, da nova divisão internacional do trabalho, da intensificação da globalização da economia capitalista e de mudanças nas relações do trabalho e do viver que se abateram sobre a cidade.

Conforme colocamos anteriormente, o território estudado apresenta pelo menos duas diferenças fundamentais sobre as pesquisas sobre a classe trabalhadora nos anos 70: nestas, boa parte do trabalhador está inserido no mercado formal de trabalho, seja no ambiente fabril ou no dos serviços, dando destaque ao processo de industrialização (tardia) associado ao da urbanização que lhe caracteriza. Na pesquisa empírica realizada em 2002, sobre um processo de ocupação desde o início dos anos 90, a maioria vive a informalidade do trabalho⁴, num período de consolidação da reestruturação produtiva pela nova fase do capitalismo, a acumulação flexível, a supremacia do capital financeiro e o avanço da globalização. Esse novo cenário contempla, com certeza, uma mudança bastante significativa nas relações, processos e estruturas sociais não só nesse território mas em vários outros da cidade.

⁴ O **Ornitorrinco**: é o novo “modo de produção” da periferia capitalista. “Capital financeiro na cabeça, informatização em todos os meios de produção e de consumo, dívida externa que representa um adiantamento de não menos que 40% sobre o PIB e porcentagem mais alta para a dívida interna, setor financeiro com 0% do PIB, proporção quem os USA e o UK, principais centros financeiros do capitalismo globalizado alcançam, altíssima informalidade que beira os 60% da PEA, pobreza na qual vegetam 70 milhões -41% da população – abaixo da linha dos US\$ 2 /per capita/dia (em 1998, segundo o PNUD) e que é concomitante e provocada pela digitalização-molecularização do capital. Isto é, mamífero com bico e patas de pato, semi-aquático, cujas mamas são pelos, e....que se reproduz oviparamente, modo barroco de dizer: bota ovo.” (Oliveira, 2003:11)

1. Moradia Anterior e mobilidade na cidade

Os construtores e/ou moradores atuais do bairro vieram na sua grande maioria da própria zona norte (61,1%), e, se os juntarmos aos vindos da região noroeste da cidade, perfazem 65,5%. Depois da zona norte, observou-se, em segundo lugar, pessoas originárias de outras cidades e estados da federação, com 23,6%. Só em terceiro, mas em proporções bem mais reduzidas, vêm os originários da Zona Leste com 5,4%. No entanto, ainda se observam mobilidades a partir de vários outros pontos da cidade (v. Anexo, tabela 1)

A mobilidade mais expressiva se deu dentro do próprio distrito do Tremembé (20,2%) e entre os distritos próximos – Jaçanã, Vila Medeiros e Tucuruvi (13,8%, 10,8% e 6,4% respectivamente) -, que perfazem juntos 31%. Trata-se do fenômeno da mobilidade da pobreza, pela expulsão de bairros pobres e periféricos porém mais consolidados, para zonas ainda mais periféricas e desequipadas. Por outro lado, verifica-se que uma boa parte da migração nordestina na cidade de São Paulo não tem mais “escalas” em regiões centrais, pois já se dirige diretamente para as zonas periféricas, onde vivem seus parentes ou conhecidos (24,6% dos entrevistados). No caso da origem ser apontada em “outras cidades da Grande São Paulo”, verificamos que a proximidade de Guarulhos facilitou a vinda de novos moradores.⁵ (tabela 2)

As razões da saída do bairro de moradia anterior e da decisão de vir morar naquela área desurbanizada estão ligadas às dificuldades advindas pela crise econômica de fim dos anos 80, que causaram uma queda no padrão de vida, que não lhes permitindo mais pagar o aluguel (43,8%) e, em segundo lugar, mas corolário do primeiro, devido ao “preço muito baixo do terreno”, o que representava a oportunidade de “sair do aluguel”, já difícil de pagar e, assim, “comprar a casa própria” (31,0%), totalizando 74,9% das respostas. Apenas 3% declararam diretamente que souberam da “invasão”, resposta que

⁵ Das 203 pessoas pesquisadas, 18 (8,9%) declararam ter morado antes em Guarulhos.

guarda, de qualquer forma, uma relação com as duas respostas anteriores. Assim, o empobrecimento da classe trabalhadora mobilizou a grande maioria dos entrevistados (77,9%) para o enfrentamento de uma “fronteira”, em nome da dignidade de sua família. (tabela 3)

Boa parte dos entrevistados, 40%, estão no bairro de 6 a 9 anos e cerca de 9,9% deles estão entre seus primeiros. Num outro grupo bastante expressivo encontram-se 52,2% dos moradores que chegaram de 1 a 6 anos no bairro. Poucos chegaram recentemente ao bairro (6,9%), ou seja, há 1 ano. (tabela 4)

Como eles souberam do lugar? Como foram se instalar lá? As falas dos entrevistados são claras: o desespero pela situação de desabrigo mobilizou uma rede de relações pessoais, não sobrando alternativa que não fosse o risco de enfrentar um terreno em um lugar inóspito. Tratou-se fundamentalmente de uma divulgação através de terceiros, amigos, colegas, conhecidos, numa verdadeira operação “boca-a-boca” sobre a “invasão” ou “terrenos baratinhos” para comprar. De forma menos significativa, mas importante para uma “segunda onda”, houve a indicação de quem já morava ali, parentes já instalados, que chamaram outros familiares. Seleccionamos abaixo algumas falas que expressam essa rapidez com que o fato se espalhou:

“Através de comentários de terceiros sobre a invasão”

“Através de outros invasores conhecidos”

“Soube através de um amigo do filho que havia loteamento para vender”

“Através de amigos e parentes que já moravam aqui.”

2. História da ocupação e do bairro

As ocupações de terras que ocorriam na cidade e na região na década de 80, algumas vitoriosas, como a do “ Filhos da Terra”, trouxeram novos elementos para o debate da questão urbana e dos loteamentos na periferia. Durante todo o século XX, a ocupação das áreas periféricas se deu através de loteamentos que não continham as benfeitorias exigidas pela legislação urbanística, mas que tinham, pelo menos, como ponto de partida, a compra legal de terreno, através do pagamento de prestações por vários anos e pelo recurso da autoconstrução.

Na década de 80, o enfrentamento do problema de moradia para quem não consegue pagar aluguel ou ter acesso a financiamentos para a compra da casa própria sofre algumas mudanças significativas. A partir desse período, vários grupos populares se organizaram e, enfrentando o regime autoritário, iniciaram movimentos de ocupação de áreas urbanas, denunciando suas graves condições de vida e a falta de políticas públicas para as sérias conseqüências sociais da crise econômica. Por outro lado, a classe trabalhadora passa a ser alvo do “negócio do loteamento clandestino”, em que grileiros apossam-se de terrenos públicos ou privados, às vezes com problemas de titularidade, – tornando-se “loteadores” e passando a vender lotes com falsos documentos ou contratos.



Figura 1 - Ponto de ônibus Oficial, na Rua dos Pinheiros, no Jardim Felicidade, no qual há uma linha que passa pelo Jardim Filhos da Terra (nome da linha), numa alusão a origem dos movimentos de loteamentos na região.

O nascimento de um bairro como o Jardim Felicidade, em 1993, representa ainda uma outra possibilidade de ocupação/invasão, que é a que queremos discutir: da condição inicial similar a outros processos, como a venda de lotes irregulares através de loteador/grileiro, para a consolidação de um recurso espontâneo e privado para o problema de moradia.

A história do bairro está na memória de poucas pessoas e, ainda assim, se apresenta como um quebra-cabeça de difícil reconstituição total. É importante notar que quase metade dos moradores entrevistados, 45,3% , simplesmente declarou *nada saber sobre a história do bairro*, que tem pouco mais de 10 anos.

Assim, há poucos nomes, grupos, fatos e saberes que enfeixam a ocupação inicial. Das reuniões e movimentos que ocorriam na região desde a década de 80 sobre a questão de moradia e ocupações, soube-se de problemas de titularidade dessa gleba. E, assim, sem muita preparação ou organização, um grupo de aproximadamente 12 famílias, que não estavam ligados organicamente à central dos movimentos da região, instalou-se no local e a notícia da “invasão” se espalhou, através do “boca-a-boca”. O elemento

disparador da constituição do lugar, para a grande maioria, foi a necessidade dos próprios moradores de ter um lugar para morar, espremidos pela impossibilidade de continuar pagando aluguel.

Como colocou Marilda Mazzini em entrevista realizada em setembro de 2001:

*“Um movimento que houve ocupação espontânea, que fugiu dessa central de invasões de loteamentos clandestinos, que a gente assistiu nos últimos anos foi aqui no **Jardim Felicidade**. Mas o Jardim Felicidade, veja bem, é área da Klekin, que é vulnerável.*

Já tinham tentado invadir várias vezes, e o Jardim Felicidade foi uma ocupação espontânea, não foi dirigida, não tinha organização, não tinha nada, então foi ocupando, claro, é óbvio que com a ocupação começaram a surgir os “xerifes”, que tomaram conta, mas não foi uma coisa intencional.

Nós defendemos o Jardim Felicidade na justiça por conta de uma série de problemas de título da Klekin, que é um título muito antigo. Eu acho que o advogado da Klekin não era do ramo, pois ele entrou com ação de reintegração de posse e o título era muito vulnerável para isso. Bom, a gente perdeu o processo, mas os moradores estão lá até hoje”.

A partir da realização de entrevistas que incluíram alguns moradores antigos e lideranças atuais ou antigas reconstruímos a história desse bairro, mas que, em vários aspectos, poderia ser também a história de vários outros bairros da cidade.

Os depoimentos abaixo reconstroem um pouco a história:

N. : *“Quando eu morava no Jd. Brasil as coisas foram ficando difícil, o aluguel foi ficando caro e eu conversei com minha esposa, não é isso que eu queria, vir para São Paulo para ficar parado por muito tempo. Então, chegou uma hora que não tinha mais condições, morava no Jd. Brasil, pavimentação, tinha tudo, asfalto, água, luz, bacana.*

Mas não era meu, não ia ficar pagando uma coisa que não era meu, que nunca vou ser dono. Eu falei com minha esposa, a gente tinha uma reserva guardada, surgiu oportunidade de comprar um terreno aqui no bairro, no Jd. Felicidade. E

nós enfrentamos. Não foi fácil, porque quando chegamos aqui não tinha nada. Não tinha água, não tinha luz, não tinha esgoto, não tinha condições de vida, de nada.

Só que eu falei assim: só que eu não quero invasão, eu não queria. Eu especialmente, colocar lá não, aí vai ter muito problema no final. Essas coisas, começar abaixar lá, até conseguir mesmo assim, corremos o risco de comprar. Invasão você pode perder, mas é melhor arriscar do que pagar aluguel.(...)

Eu comprei através do meu irmão, que comprou um (terreno) aqui primeiro. Ele me falou que tinha um pessoal aqui vendendo terreno. Eu procurei vários terrenos aqui, andei, andei, aí tinha um vizinho dele que tinha um terreno para vender. A gente veio olhar o terreno”.

B. : *“Morava na Vila Queiróz, no quintal dos outros. Não era aluguel, era de favor . Como eu tava na rua com filho nas costas , ela deixou eu morar lá, fazer um barraquinho. Eu fiz o barraquinho e fiquei morando lá na casa dela. Assim que falou que tava tendo essa invasão foi que eu vim.Quem me falou foi o cunhado do meu marido. Que tinha uma invasão. Ele falou, vamos? E eu falei: vamos embora! Peguei, tinha tudo nas costas e vim embora..Ele já soube da boca de outro também e aí reuniu aquele bando de pessoal e nós viemos pra cá.*

(...). Eu ia pegar lá na avenida, mas eles não deixaram. Eu cheguei aqui e aí esse homem que morava aí em baixo falou : Não, a invasão é daqui pra cima. Daqui pra cima vocês pode pegar. Aqui pertence a mim. Foi o que eu fiz, escolhi pelo meio do matagal, ficava mais próximo deles aí. Só morava eles. Aí eu fiquei aqui”.

F: *“Eu me separei e fiquei uns 8 meses com a minha irmã e já havia [sido] a invasão do Felicidade. Aí como não tinha jeito de vender a casa para dividir, não é? Eu não tava a fim de dividir também. Você tem um bem, depois da batalha que foi, fica muito difícil, você tem uma estima por aquele bem. Aí eu deixei ele na casa e fui aventurar. Procurei por lá e achei um terreno lá numa amiga minha e ela disse: pode pegar esse aí. Foi uma batalha dura. (...) Já tinha bastante gente lá. E aí eu comecei a frequentar as reuniões naquela praça onde tem a Igreja Católica e aí a necessidade de ter meu canto para mim e para minha filha. Meu filho ficou na casa com o pai. E eu estava na casa da*

minha irmã com a filha. Casa dos outros é dos outros. Aí eu encarei, peguei um terreno, aí fiz um barraco. Bem apertadinho mas cabia cama, fogão, armário.”

M.: *“Foi por causa do aluguel, nós ganhávamos pouco, e apareceu essa oportunidade aqui, antes nós conhecíamos aqui, mas não era ocupado, depois eu soube através de outras pessoas, aí eu vim de vez, e já tinha a ocupação, aí já tava tudo loteado, e ele falou que tinha outra casa, e ele casou com outra mulher, aí ele passou pra mim o local. (...) Foi por um colega de trabalho, ele morava do outro lado, ele já tinha vindo pra cá, a mulher que ele casou, a companheira dele, ele morava sozinho e ofereceu pra gente comprar, já tinha um ponto aqui, mas na realidade de muitos não foram assim, muitas pessoas, já tinham casa em outro local e ocuparam aqui e aquelas que precisavam mesmo foram adquirindo com essas pessoas, comprando por um valor simbólico.”*

S. *Prá mim era horrível antes. Eu estava acostumada no Tucuruvi, tudo, entendeu? Imagine isso daqui há 8 ou 10 anos atrás! Era só eucalipto, era terrível! Aí, conversando com meu irmão, ele falou: tem um amigo meu que mora no Fontális. Lá perto tem uma invasão de terra. E ele soube de pessoas que tem um terreninho baratinho lá.*

Mas essa invasão tinha acontecido fazia 15 ou 20 dias”.

Aí nós estivemos aqui e conversamos com um, com outro, que aqui era só uma demarcação assim: eles punham barraquinhos de madeira, uns fio de arame, entende? E tinha aquele monte de pessoas que ficavam acampadas no lugar, né?

É.... essa invasão, pelo que eu senti, ela foi totalmente desorganizada. Porque teve as pessoas no começo que falavam..... No nosso caso mesmo, o rapaz que demarcou este terreno, ele demarcou 6 lotes. Aí, desses 6 lotes, ele pôs uma pessoa para ficar olhando e pessoa que era meio perigosa, entendeu? E ele ficou vendendo terreno, mas por preço baratinho, assim, que nem eu tava falando”...

O dinheiro que eu tinha na época ainda faltou 150 mil, um negócio assim. (...) Aí o rapaz me deu uma semana de prazo pra gente arrumar esse dinheiro Ou pagava ou entregava de volta o terreno. (...) Eu fiz empréstimo....meu cunhado fez um empréstimo no banco desse dinheiro, pra mim pagar pra ele por mês. Aí eu cheguei aqui pra dar o dinheiro num sábado, onde o rapaz ficava num barzinho. Aí ele já falou:

não é mais 600 é 900. Aí eu peguei, pus o dinheiro lá e falei pra ele: ó, você é homem. (Porque eu não fiz contrato, não fiz nada, foi tudo de boca). O que eu combinei com você tá aqui. No sábado eu te trouxe o dinheiro. Agora se você não é homem, o problema é seu. Eu virei as costas, montei no caminhão e fui embora. E falei: se eu chegar lá e tiver gente no terreno, quando eu voltar aqui eu derrubo tudo, com o caminhão eu dou uma ré e derrubo tudo. Porque é 4 anos de emprego que eu tinha, tudo, entendeu? (...) E.... lá a gente já estava no despejo!

JN. : *(...)Através do meu irmão, ele conhecia um pessoal que comentou com ele que tinha uma invasão e que o pessoal estava vendendo terreno. Aí nós viemos, olhamos e gostei. Não é que gostei, precisava, morava de aluguel(...). Aquele tempo, tinha uma poupança, tirei tudo de lá, o dinheiro que tinha recebido da firma que eu tinha saído. Aí comprei.”*
(...) A maioria invadiu realmente, só que eu tinha medo. Então deixei acalmar e quando acalmou as coisas, procurei o dono, o dono da Klekin. Aí o rapaz que estava vendendo e compramos.”

JR.: *“O pessoal falava né, eu perguntava: Onde tinha terreno mais barato por aqui, tal, assim. Falaram: tem uma invasão lá, que o pessoal tá fazendo invasão. Mas quem era o invasor? (perguntei). Lá não tem invasor, falaram. O pessoal se reúne e cada um pega um terreninho para ele. Não pode pegar terreno mais e paga um para ele. Aí eu vim para aqui e cheguei aqui e peguei um para mim, até foi o contrário, eu comprei, paguei R\$100,00 reais do início. (...) Eu comprei dele e não se encontra aqui no meio de nós, já vendeu. (...)Daqui pra frente fui ficando aqui, depois entramos em acordo com o pessoal e abrimos a associação.”*

C: *“A comunidade tomou conhecimento de que pessoas estavam vendendo terras e todos se dirigiam para lá porque existia uma associação que estava vendendo terra. (...) Eu também tomei conhecimento dessas terras e fui para lá e também comprei. (...) Documentos muito perfeitos, certo? Todos registrados em cartórios, a falcatura era tão perfeita que, não deixava a desejar de jeito nenhum sabe?(...). E a gente que é muito leiga nessas coisas e a gente acreditou. (...)*

Não, a associação dos grileiros, dos loteadores, dos invasores da terra começou em 1990/92, foi quando a gente apareceu. A associação dos loteadores chamava-se Associação de Amigos de Bairros Jova Rural II, certo? E foi quando a gente entrou como adquirente de lote,né. Todos nós lá éramos adquirente. A parte do Felicidade já foi mais uma ocupação. E nós fomos adquirente e nós compramos dele. Então aí,no começo não era muitos, eram poucos, porque muitos não tinham a geladeira, o fogão para trocar ou para negociar uma parte em dinheiro. Então foi menos gente, mas hoje a área está totalmente tomada sabe, a ponto de não ter um local para a gente fazer um posto de saúde. E a união dos moradores do Portal II se deu em 1995, fomos eleitos no meio da rua. Na época tinha até um político, Henrique Pacheco, que estava lá junto com a comunidade, deu o maior apoio, fez um trabalho grande na área junto com a gente; onde a gente foi eleita no meio da rua e estamos lá até hoje lutando pelo direito do cidadão.”

Muitos confirmam que o bairro era só mato e eucalipto. Outros até colocam que era uma fazenda. Outros ainda declaram saber que era propriedade de uma empresa de água mineral, a Klekin. Ou ainda que era uma fazenda da empresa Klekin, que tinha muitos herdeiros. A imagem abaixo dá uma idéia da área original:



Figura 2 – imagem da gleba antes da ocupação (1992). Acervo pessoal de entrevistado

No início, os próprios moradores foram dividindo os lotes. Uns acamparam no lote para uso próprio. Alguns pioneiros, porém, “se apossaram” de alguns lotes para comercializá-los, tornando-se “loteadores”.

M., um dos moradores mais antigos do bairro, confirmou que o grupo de pioneiros não estava organizado mesmo. Mas, através de orientação jurídica, **M.** soube que era necessário fundar uma associação. Aos poucos, foram formando a Associação de Moradores do Jardim Felicidade. Diz ele:

***M.** : “Não, não estavam organizados. Simplesmente tinha uma pessoa só que estava encaminhada mas, a pessoa também não conseguiu respaldo positivo. Até foi minha esposa primeiro [quem] foi solicitada a acompanhar a associação. Mas como a pessoa que estava envolvida, ela mexia com outros tipos de coisas né? Aí expulsaram a pessoa. Aí foi quando eu assumi e registrei a associação”.*

“Nós só tivemos apoio na parte da documentação, da formação da associação, que teve um advogado (Lauro Marcondes/Marilda Mazzini) que nos orientou muito, nos ajudou muito, e onde fez a associação decolar.”



Figura 3 – Imagem das primeiras assembléias da associação (1993, acervo pessoal de entrevistado)

Logo depois da “invasão”, que, conforme **M.**, “*não é a palavra certa, mas foi invasão*”, eles já realizaram uma divisão dentro da área ocupada. Na parte onde ele morava, que ficou denominada Jardim Felicidade - a divisa é onde é, hoje, a rua Nossa Sra. Aparecida⁶ – a característica era majoritariamente a ocupação aleatória. Na outra parte, a área estava sob o domínio de grileiros e loteadores e foi chamada de Portal II. Essa divisão já sinaliza uma fratura e segregação dentro de um mesmo território segregado.

Sabedores, ambos os grupos - ocupantes iniciais e grileiros -, da necessidade legal de se ter uma associação para o caso de responsabilização legal pela ocupação, era preciso ser rápido no registro da associação e não deixar “vazar” o nome do bairro para que o outro não registrasse primeiro e ficasse como interlocutor oficial daquela área junto ao poder público.

⁶ V. Mapa no.3 do Lote e as áreas de risco. A divisa ao meio do lote é a av. N.Sra. Aparecida.(pág 216 deste capítulo)

É assim que temos, desde o início, duas associações para o mesmo loteamento: a do Jardim Felicidade e a da Jova Rural II⁷. Segundo **M.**, primeiro presidente da Associação do Jardim Felicidade, era outro nome que ele ia dar ao bairro, mas o pessoal do Jova Rural II descobriu e ele resolveu mudar para o que acabou registrando.

“(....)Conversei com meu advogado, ele me explicou como é que poderia fazer, então peguei e cheguei lá na hora e coloquei o nome para registrar.”

M. disse que gostava muito de novela e naquela época, estava “no ar” a novela “Felicidade”, da Rede Globo, que o inspirou na hora de fazer o registro da associação de bairro.

*“Coloquei Jardim Felicidade, porque eles queriam tomar essa área nossa de qualquer maneira, entendeu? O **R.** era forte lá do outro lado, como ele vendeu o loteamento para as pessoas lá, ele tinha mais sorte, ele tinha dinheiro, mas aqui não tinha dinheiro. Nós começamos gritando, entendeu?” (...) Mas, olha, a decisão do “batismo” eu não pude conversar muito, como eu te falei. Porque se eu comentasse, ele corria lá e registrava junto comigo o mesmo nome. (...) Registrei, conversei com o advogado, ele instruiu como é que a gente podia fazer. Cheguei lá e registrei como Jardim Felicidade. Quando o pessoal fosse mudar para cá, já vim com o CGC da Secretaria da Fazenda com o nome Jardim Felicidade. Aí eles não podiam mexer mais aqui. Eu demarquei a nossa área, metade da rua Nossa Sra. Aparecida pra cá, foi onde eu abri.” As Ruas? (...) Abrindo com trator e já colocava o nome na rua, bastava ser uma pessoa que o pessoal gostava, e que perguntasse: qual é o nome que vão por aqui? Aí a gente falava... Como é seu nome? Fulano de tal. Então vamos colocar aqui e assim foi indo.”*

JR, contemporâneo de **M.**, tem outra versão sobre o nome do bairro: “eu conheci o **M.** que “pus” de Presidente e eu fiquei como coordenador de terra. O bairro chamou-se Jardim Felicidade, “porque estávamos todos felizes, cada um pegou seu pedacinho de terra e tá feliz! (....) Desde o momento da

⁷ Depois, a Jova Rural II passou a ser Portal II, em 1995.

associação, em plenário. Nós fizemos plenário, reunião. Perguntamos: qual é o nome que a gente deve por no bairro? Uns deram essa sugestão, outros, outra sugestão, tal, tal. Então, falou: Você está feliz em estar aqui? Tá!! Então, põe Jardim Felicidade!”

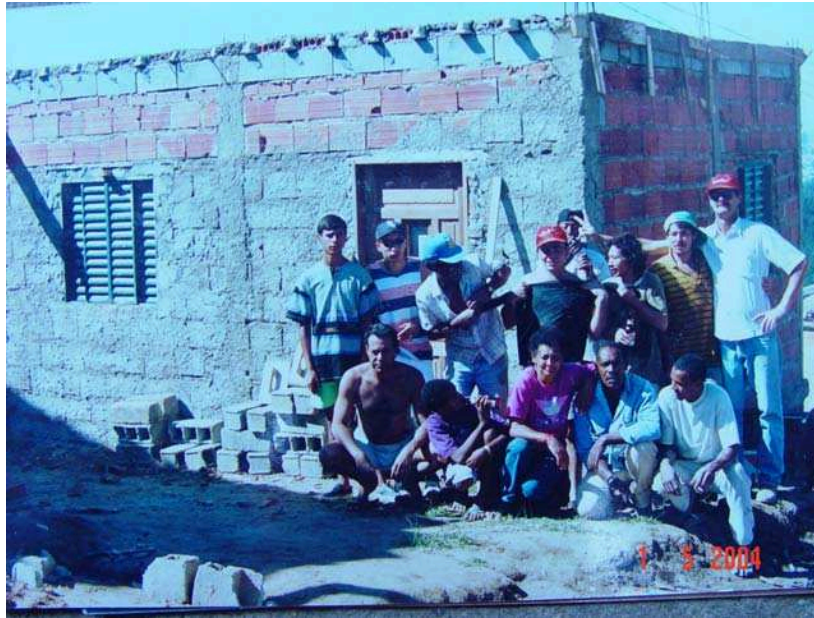


Figura 4 – construção da associação dos moradores do Jardim Felicidade (1993)

A primeira gestão da associação, cujo presidente foi aclamado, foi de 1993 a 1995. Na primeira eleição por meio de voto, foi eleita **F.**, que já fazia parte da primeira diretoria.

***F:** Eu fazia um trabalho.... mais um trabalho social do que mesmo uma presidente. Fui buscar um objetivo para as crianças e para as pessoas menos favorecidas. Eu não gosto de falar [que são] carentes. Às vezes chegava dois carros de alimentos para mim distribuir. Eu escolhia pessoas mais carentes para distribuir as cestas, brinquedos.(...) Então é assim: o pessoal te procura, faz doações e você faz os encaminhamentos.*

Assim, de residência, nós fizemos o levantamento e tinha 3500 residências. A gente visitamos todas, os barracos, tudo. Na faixa de 3500. (...) De dois em dois meses a gente fazia reunião com Advogado junto. (...) Apoio jurídico de Lauro e Marilda. (...) Apoio Social da Igreja, do Colégio São Paulo da Cruz que enviava as coisas lá pra gente. E, do Deputado Celino. (...) Prefeitura, eu sempre procurava a Regional para dar algum apoio. Mas, eu nunca recebi

apoio da Regional quando eu tive por lá. Era mais no particular do que na Regional. No [Jd.] Felicidade eu não tive nenhum apoio. Agora um pessoal que sempre foi muito bacana comigo foi o pessoal da Eletropaulo. Muito Atenciosos. A Sabesp também deu um bom trabalho mas, o resultado eu resolvi a situação com eles. Hoje, a pessoa que queria me maltratar, se tornou amigo, dizia que era meu amigo. Dificuldades sempre tem mas, para mim não foi difícil porque eu tive muita garra. Eu acho que a gente sendo criticado dá mais força. Às vezes, pessoas que não tinham nada a ver com o bairro, as do bairro vizinho, que representava o bairro vizinho, ficava falando que eu não fazia nada. Mas, também não via nada que as outras pessoas fizeram.

Era tudo muito precário no início. Um terreno vazio a ser “desbravado”. Não havia água, luz, ruas, nada. Mas o acampamento em barracos de lona improvisados não durou muito tempo. Alguns construíram barracos de madeira, mas a maioria logo começou a construir as casas de alvenaria. Em alguns casos, era a primeira vez que lidavam com “autoconstrução”. **M.** disse, brincando, que o “projeto” de sua casa foi seu e completou: *“foi a primeira que eu fiz e estou contente com ela, não caiu ainda... (!)”*

O processo de autoconstrução da casa exigia, em contrapartida, a partir da experiência urbana vivenciada do bairro periférico anterior, que alguma infraestrutura fosse providenciada. No início, ainda não era possível reivindicá-la ao poder público para não chamar a atenção sobre o processo de ocupação. De certa forma, pode-se dizer que, numa ocupação nessas circunstâncias, a construção inicial do bairro foi sendo feita pelos próprios moradores. Ermínia Maricato já coloca bem essa questão, em sua análise sobre a periferia dos anos 70:

“A autoconstrução não se limita à construção da casa. Em nossas pesquisas empíricas verificamos que ela abrange a construção de igrejas, escolas primárias, creches, sedes de sociedades amigos de bairro, centros comunitários. (...)

É freqüente observar aos sábados e domingos, em bairros que não contam com calçamentos, moradores se organizarem para melhorar as ruas, caminhos de acesso, pontos, limpeza de córregos, etc.

A autoconstrução se estende portanto para a produção do espaço urbano e não se restringe aos meios de consumo individual. Nos domingos e feriados, nas horas de descanso, os trabalhadores constroem artesanalmente uma parte da cidade. O assentamento residencial da população migrante em meio urbano, fundamental para a manutenção da oferta larga e barata de mão-de-obra, se faz às custas de seu próprio esforço, sem que o orçamento “público” se desvie de outras finalidades, na aplicação.” (Maricato, 1979:79)

(....)

Os poucos recursos aplicados no assentamento residencial popular ou no crescimento urbano que diz respeito à reprodução da força de trabalho (habitação, infra-estrutura e equipamentos urbanos) determina que o espaço da periferia das grandes cidades, local de residência da classe trabalhadora, seja produzido através de prática de subsistência, entre as quais se conta a autoconstrução da casa, que se estende freqüentemente para obras de infra-estrutura e equipamentos coletivos”. (idem,. 92)

Na produção da periferia estão contidos dois processos simultâneos: a autoconstrução da casa e a construção inicial, de forma precária, pelos próprios cidadãos, de elementos que caracterizam “a cidade”. Francisco de Oliveira, nessa mesma época, reforça esse duplo processo, colocando-o como suporte da reprodução da mercadoria força de trabalho.

“Trata-se, também nesse caso, de como se dá a produção de uma riqueza social que não é medida em que contribua para rebaixar seja o custo de reprodução da força de trabalho, no caso da residência, seja o custo da urbanização, no caso de pequenas obras públicas feitas por moradores em seus bairros, em suas ruas.” (Oliveira, 1979:15)



Figura 5 – abertura da rua da fonte, 1994, com recursos dos moradores

Assim, de pegar água na bica e ficar à luz de velas, passaram a fazer ligações clandestinas de água e luz e, com recursos próprios, começaram a abrir ruas. Uma tentativa de organização popular pós-ocupação foi capitaneada pela associação, que através de assembléias e reuniões, começou a discutir as providências iniciais: arruamento, cadastro das famílias, demarcação de lotes, busca de benefícios e até a intenção de reservar alguns locais para futuros equipamentos públicos. Com o trabalho da associação foram sendo dados os nomes das ruas, que homenageiam moradores, suas origens ou sentimentos

M.., “Tudo sozinhos. Nós fizemos esse bairro a peso e pulso dos moradores. A gente se organizava, contratava uma máquina para vim fazer as aberturas de ruas, até pagava dinheiro muito alto naquela época, pagava 60 reais a hora do trator daquele para trabalhar.”

B. : “Não, nós já começamos a tirar aqueles matagal que aqui era fera. Era que nem o pinheiral, era mata mesmo! Aí nós começamos a tirar os mais baixinho, os grande nós deixamo pros homens depois montamos o barraquinho. Aí, já viemos de mudança e tudo.

No mesmo dia! Já tinha nego querendo tomar o meu terreno. (...) Tinha que ficar cuidando....Toda vez que vinha tinha uns aí, sempre limpando, falando que era dele. Mas eu ganhei porque o pessoal que me conhece falou: ‘Não, ela

é sozinha, tem o marido (mas ele não tinha vindo), tem um filho dela aí. Ela veve mais sozinha com o filho'. Aí foi que eu ganhei. Os caras largaram né, mas tinha bastante gente que queria tomar mesmo.(...)

Tinha um que gostava de me meter a faca, pedir um dinheirinho. Invasão eu vou pagar? Nunca paguei não! Eu entrei e estou até hoje.

Era mata virgem, né. E eu me perdia pra chegar até em casa. Era mata mesmo, que nem aí no cemitério (dos Pinheiros)”

Aí começamos a fazer uma trilha, né pra poder sair lá pra avenida e logo em seguida já começou a chegar o pessoal também aí já os homens juntaram e foram inventando de abrir a tal da rua. Tio Tonho deu um pedaço daqui pra nós fazer a rua e nós também, e foi fazendo essa trilha aí que deu a rua. (....) Nós mesmo. Pegando a enxada e derrubando os matos.

S/C.: *“Não tinha nada. Quando nós viemos bater essa laje aqui, o caminhão veio trazer pedra pra mim, eu precisei descarregar metade naquele pedaço, lá na rua dos Pinheiros, pra poder fazer um lugar, que era sapé, né? O caminhão patinava no sapezal e ia descendo pro lado do barranco. Aí o motorista falou:eu vou embora, vou de volta. Porque tava combinado tudo isso no sábado. No domingo de manhã a gente ia bater essa laje. Aí eu falei: sabe de uma coisa, vai dando uma ré a gente vai jogando a pedra embaixo do pneu prá chegar aqui em frente porque não tinha..... O material descarregado lá, meus filhos e ela carregaram o material todinho lá da rua dos Pinheiros prá cá.(...) As ruas.....Entrou o pessoal, fez uma associação. Nessa época já tinha. Tinha uma pessoa que se dizia presidente. Depois mataram ela também, sabe. Depois, quando ela morreu, entrou uma outra pessoa, o M.(...)*

Ele tentou organizar as coisas da melhor forma. Veio a terraplanagem, nós pagamos para abrir as ruas. Particularmente! Eu tenho até recibo aí, até hoje. Eu falei, vou guardar, que se um dia precisar, eu tenho recibo das ruas que foi aberta, todas. Aí deixaram uma área para fazer futuramente uma escola. Aí de repente, eles mesmo, o pessoal de associação, catava aquilo e vendia. Tiravam uma pessoa de um local....Aqui vamos tirar gente daqui porque aqui vai ser uma creche futuramente. Aí, era bom vender, dava dinheiro aquele local, manda a pessoa lá pra baixo e vamos aqui vender, entendeu? Aqui na frente da minha casa não foi pra ser essa rua Era para ser uma igreja aqui. De repente, eles abriram a rua, puseram a igreja pra lá. Era tudo questão financeira. (....) Tinha a guerra do poder, sabe. A gente muito humilde, todo mundo aqui muito na deles, o que fazia tava bom. A gente não podia abrir a

boca, não podia falar nada porque aí tinha pessoas atrás disso, que dava medo de você falar.”



Figura 6 – Assembléia, 1995.



Figura 7 – imagem da construção da Igreja católica “Comunidade São José”

F: “O nome já tinha sido escolhido. Algumas [ruas], é porque é da cidade de algum morador da rua. Por exemplo: a Rua Piquete, é da cidade da mãe da G.. A rua Sena é porque na época o Sena faleceu, né. Pantanal, bem provável que foi por causa daquela novela. E foi por aí que foram escolhendo os nomes das ruas”.

JR : “O nome das ruas? Fomos nós que pusemos. Fui eu e o M. Nós que pusemos nome nessas ruas todas, demos nome para todo mundo aqui. Nós

perguntava como é que você se chamava. Nós dávamos o nome ainda em vida, que eu acho que a gente tem que valorizar a pessoa ainda em vida e não depois que morre, entende. Essas ruas, Rua da Esperança, da fonte, Ozília Galeno, Piquete. Foi tudo o nome das pessoas que quiseram por o nome das ruas aqui.”

M/E.: *“Tinha já alguns nomes nas ruas, mas não tinha nº nas casas, então nós começamos com uma dificuldade de colocar os números nas casas, colocar plaquinha identificando o nome das ruas, e tinha muitos terrenos vazios, não dava pra ampliar os números, foi um sufoco, há uns sete anos atrás, e foi assim...O presidente anterior que era o M., já tinha dado os nomes, e até os números, mas só que depois o pessoal foi construindo e foi ficando aquela bagunça; aí nós fomos colocando os números que ficaram organizados e que são esses até hoje.”*



Figura 8 – Placa da rua Esperança (ex-rua 1) colocada pelos moradores



Figura 9 – Associação de Moradores Jd.Felicidade, 1996

Algumas lideranças despontam com a associação e começam a empreender uma intensa mobilização, num primeiro momento, para conseguir, através de “gatos” e “gambiarras” (ligações clandestinas), o abastecimento de luz e água até o momento em que as recorrentes falhas nesses tipos de operação fizeram com que o “sistema” começasse a entrar em colapso e provocaram desentendimentos entre os moradores.

B.: *“Tinha uma bica, a gente tinha que ir lá, enfrentar a fila. Enfrentar os vagabundo, que bem [que] tinha. Que eles não deixavam a gente pegar água de jeito nenhum. Era uma briga direto. A gente colocava o pau e enchia e lá vem nós no meio dessa barreira danada com os balde na cabeça durante um bom tempo.”*

N: *“Tivemos que pagar um rapaz para fazer uma ligação clandestina pra gente. A água, nós não tínhamos pra beber, não tinha nada pra fazer nada. O que a gente fazia: pegava água de chuva para lavar, essas coisas. Chegou um tempo que tivemos que pagar para colocar água pra gente. O cara colocava quando ele queria. Pagava até caro, pagava R\$ 30,00 naquele tempo para o cara colocar. Chegou uma hora que juntamos alguns moradores, alguns vizinhos e compramos novamente um bico. Compramos água da Sabesp, alguém furou, nós compramos esse bico, foi aí que as coisas foram melhorando um pouco, porque nós tínhamos água todos os dias. Mas também tinha aquele negócio, eu chegava do serviço, às vezes até nós passávamos a noite toda lá para*

pegar água, para bombear água. Quando você ligava a bomba, corria para cá, cadê a água? Alguém cortava sua mangueira, desviava a sua mangueira ou desligava a bomba. Aí você volta para lá, fazia um monte de viagem. Se cansava, se cansava.”

A luz era também tudo clandestino. (...) Eu gastei particular. No começo eu comprei 600 metros de fio , ligamos aí, mas as pessoas foram safadas, ligava lá dentro, roubava fio. A gente corria atrás, chegou um tempo que eu falei: eu não quero mais saber. No final eu arrumei um rapaz que era eletricista, você cuida da rede que eu não tenho como ficar correndo, porque eu trabalho e foi o que aconteceu. Mas não foi fácil, porque a energia, a gente comprava e eles pediam muita coisa. E ficava no escuro, mas com o tempo as coisas foram melhorando. Fui me sentindo mais forte no bairro e aí começou a associação, inclusive eu fiz parte da associação. De forma então, que corri atrás da água, principalmente da água, fizemos movimentos com as pessoas, compramos mangueira, compramos bomba. Nós pleiteávamos água para o povo, só que teve um erro, não da nossa parte, mas da Sabesp. Quando eles colocaram a caixa, não tinha água. Eu trabalhei no barro, covoquei buraco, fiz ligação para o bairro inteiro. Algumas pessoas reconheceram o nosso trabalho, mas uns já foram com maldade com a gente. Nós tentamos regularizar água, mas as pessoas viram maldade, falaram que nós estávamos roubando eles. Nós cobrávamos a taxa de R\$25,00, nós estávamos tentando trazer a água de alguma maneira. Nós fizemos tudo certinho, compramos a broca com o dinheiro do povo, compramos as mangueiras, fizemos tudo, só faltou a água! (por erro da Sabesp).

S. : *“Pra construir, não tinha água. Eu fazia que nem você vê no Norte/Nordeste. Coloca um pau assim, duas latas na ponta e meus filhos tudo pequenininho, a gente ia lá embaixo na bica, que dá o que..... uns dois km. A gente passava um dia inteirinho pra encher o tambor de água de 200 l, perdia metade no caminho....(....) Com o tempo as pessoas foram furando poço e ela foi para outros lugares, né?*

A gente passava um dia inteirinho para conseguir um tambor de água pra ele.....porque quem construiu aqui foi ele. Ele, eu e meus dois filhos. Meu filho mais velho que mora ali na frente,ele sofreu um acidente no andaime aqui. Então foi muita luta....

As pessoas tinham barraquinho. (...) Eu mesmo roubaram 2 mil tijolo meu que tinha posto aí para levantar as paredes. Quando eu cheguei no sábado não tinha mais nada, entendeu?

Não podia deixar nada, roubavam tudo que a gente tinha. Tinha assim, até uma máfia, que tava envolvida até gente grande de um depósito que o homem vendia material, mas ele tinha uma turma que ia roubar pra ele vender lá. Foi muito sufoco...”

M. *“Imagina, era um barranco, era tudo mato, aí eu comecei a construir um comodozinho aqui, bati a laje com os colegas de trabalho, só com meus colegas, trabalhava durante a semana, durante o final de semana vinha pra cá...”*

Era um barranco aqui, mais ou menos quatro ou 5 metros de altura aqui, quando eu construí no fundo, não tinha água, não tinha luz, tinha uma mina aqui, tinha uma reservinha aqui inclusive, nós precisamos invadir... lá debaixo muito tempo ficou preservada, não tinha água, não tinha luz, não tinha nada. Essa mina no início era água boa, água potável, depois o pessoal foi fazendo fossa, foi contaminando...”

F: *“Ah, não! O pessoal deu um jeito de furar a rede e por mangueira. Fizeram as gambiarra. Daí buscava a água longe, aquela dificuldade toda. Tinha gente que não dormia. Era todo dia catando um pouquinho de água. Foi uma luta bem travada mesmo. E a luta continua.” (...)*

Chegou um momento, porém, em que se tornou fundamental a presença do poder público para resolver os problemas técnica e socialmente. A associação de moradores procura a SABESP para iniciar as negociações para a instalação da rede de água.

F.: *Puseram uma rede emergencial da Sabesp. A sabesp propôs uma rede emergencial. Essa rede de água deu o maior pano para manga. Foi cobrado na época 25 reais de cada morador para comprar mangueira, comprar tubo,né, as bombas. Aí deu o maior rolo! Os técnicos estudaram errado aquilo, não subia a água de jeito nenhum. E aí sobrou para mim. Eu falei para mim: é questão de honra eu trabalhar e lutar e conseguir essa rede potável para esse bairro. Foi aí que eu procurei o Dr. Lauro. Aí eu falei, Dr. Lauro eu preciso*

procurar um deputado que eu sei que ele vai dar um apoio para mim. Ai Dr. Lauro falou: vai lá! Olha, Marcia, eu tenho uma verdadeira admiração por ele porque ele foi uma pessoa muito bacana. Eu nunca conheci um político para chegar e dar a atenção que esse homem me deu. Ele me deu a maior atenção e hoje tem a rede potável de água lá e entrou em vários bairros através do trabalho dessa luta nossa. Aí reunia todos os representantes na Sabesp, lutando mesmo. Porque não podia por a rede de água porque era irregular, porque não tinha água para subir e coisa e tal. Quando ele entrou, resolveram por a rede de água. Conversei com o Governador Covas e hoje tem água para todo lado”.

Em outro depoimento, porém, alguns moradores protagonizaram ações que não foram organizadas pela Associação e que, de certa forma, colocaram em dúvida a legitimidade e honestidade de seus procedimentos.

S.: : Primeiro veio à água, que era mais necessário, e isso daqui foi um dos protestos que eu fiz juntamente com os moradores daqui, pusemos fogo em pneu, porque era tudo barro, a gente não agüentava mais ficar ...

Eu vim de um lugar onde eu estava acostumada a pagar água, luz, aluguel, imposto, e tem muita gente aqui que também veio de lugares assim, melhores.

Eu tenho uma vizinha que veio de Santana, a gente tava acostumada a pagar, a gente queria continuar pagando e só queria ter todo o conforto que a gente é cidadão, então a gente começou a se organizar, eu juntamente com os outros moradores.

Aí todo mundo fez alguma coisa, uma turminha fez isso, outra turminha fez aquilo e todo mundo começou a fazer alguma coisa. Eu lutei com a luta da implantação da rede de água e luz; aqui tem uma reportagem que diz que eu juntamente com os moradores, a gente tava marchando pra fechar a Fernão Dias.

Aqui nós somos quase treze e nós fechamos aonde fiscaliza e veio muita polícia pra prender a gente, e aí os outros moradores disseram que se prender ela vai ter que prender todo mundo, sem querer eu virei uma líder.

Você tinha que dar o tudo ou nada e o povo sempre comigo, quando nós fizemos a marcha na Fernão Dias tinha mil e quinhentas pessoas, pra fechar a Fernão Dias, só que aí veio o Ministério Público e veio conversar com a gente sobre a implantação da rede de água e de luz.

Marcaram uma audiência lá no Ministério e deram uma resposta pra gente do que estava acontecendo, mas só que aí virou política, a Sabesp não queria implantar porque era uma área ilegal, a Eletropaulo também não.

Aí nós tivemos várias audiências no Ministério Público, e foi muito demorado, aí o Ministério Público obrigou que eles colocassem água pra gente e a luz porque nós estávamos vivendo pior do que o povo do Norte e do Nordeste.”

Porque foi um pouco de revolta, não só minha, de outras pessoas, tinha uma associação que representava a gente, mas que nada desenrolava e só cuidava de outros interesses, o ponto principal foi à água e a luz e eles chegaram até a época de abrir as ruas, então surgiu uma polêmica: “quem mandou as máquinas para abrir as ruas?”. As máquinas que eles contrataram foram da prefeitura e eles cobraram. Sobre isso aí ficou ruim, aí nós fomos também se enrolando no meio.”

A Associação, apesar do trabalho realizado, não conseguiu consolidar uma liderança e uma organização que pudessem se tornar representativas dos moradores do bairro. Seus interesses e suas estratégias eram ambíguos e sem uma mobilização que sustentaria uma organização popular, não tiveram força para assegurar um processo de ocupação que respeitasse as áreas destinadas ao “espaço público”, nem para assegurar que não fossem ocupadas as áreas de risco.

S.: *“(…) Só sabe o seguinte: que acabaram com o bairro, não deixaram área pra nada e todo mundo visou lucro em cima de tudo, não é? Não deixou espaço pra creche, escola.*

Como foi aquilo lá em cima, no ponto final, né? Foi do Guaruminas que depois doaram para a Igreja, né? (...) Porque o pessoal mais antigo, [falava]: ó, nós vamos deixar uma área de lazer, pra gente fazer uma quadra, uma praça, pra poder as crianças futuramente ter um campo de futebol, alguma coisa. Aí depois inclusive, até o povo se reuniu na época e começaram a construir uma igreja e aí, enfim, quem ganhou, foi as pessoas.....e uma, que aqui não tinha nenhuma igreja católica. Só tinha assim Assembléia de Deus e aí até o povo concordou em fazer a igreja. Só que tomaram todo o espaço, que era só um espaço pequeno para fazer a igreja. (...)

E todo mundo que abria a boca pra falar alguma coisa, eles ou punham pra correr, entendeu? Ou a pessoa aparecia morta, entendeu? Então, o bom mesmo era não falar nada. Devagarzinho, devagarzinho foi aparecendo pessoas que falava: não!, vamos protestar contra isso, vamos fazer alguma coisa contra isso! Vamos pedir pra pessoa que é da associação, pra alguém ir lá ajudar, estar junto com a gente. Muitas vezes as pessoas não queriam porque a gente percebia que a finalidade era que tudo tava muito bom do jeito que tava. Dificuldade de pegar água lá embaixo, se organizaram e furaram rede da Sabesp e foram trazendo água aqui pra cima. Fizeram bicos de água lá em baixo e vieram trazendo água aqui pra cima. Não tinha água, luz, nada, nada, nada. (...)

Era interiorzão mesmo, aí ficamos assim durante uns cinco anos, com tudo ilegal, água, luz .(...)"

Assim, por mais ou menos 5 anos, o bairro foi erguido pelos próprios moradores, no seu esforço privado de alcançar o direito à moradia digna. Aos poucos, os barracos foram sendo substituídos por casas de alvenaria (*"por que não se queria que se tornasse favela"*),⁸ opção que seria imediatamente posta em prática pelos novos ocupantes. A luta pela água e luz oficiais foi conquistada através de negociações políticas com as empresas concessionárias, confirmando uma ação governamental que, ao mesmo tempo em que minimiza o sofrimento pelo fornecimento de serviços essenciais como água e luz, não empreende outras ações para conter a precarização da ocupação.

⁸ "...habitar em favelas, além das péssimas condições físico-ambientais ou pela situação da irregularidade do imóvel , constitui descenso social também porque "prevalece ainda a forte percepção de que a favela é local de vagabundagem e desordem, antro de vícios e criminalidade" . (Kowarick: 2002:20)



Figura 10 – vista de laje



Figura 11 – vista de laje de morador

3. Loteamento e Lote Legal

A ocupação foi seguida de loteamento, conforme vimos acima, tanto por loteadores particulares (grileiros) como pela associação de moradores. Não houve conflito com a polícia para a desocupação da área, embora a empresa proprietária do terreno tivesse entrado com processo de reintegração de posse. Os conflitos mais violentos se deram, conforme depoimentos dos moradores, entre ocupantes e “loteadores”.

Na fala de alguns moradores, o dono (desconhecido da maioria) “perdeu” o processo, ou melhor, não conseguiu a “reintegração de posse” porque não tinha pago os impostos em dia ou não tinha (ou tem) comprovação suficiente da propriedade do terreno.

M.: “Só depois de algum tempo é que se teve notícias do dono, ou melhor, de quem se dizia dono do terreno. Um tal Sr. Silvio, segundo vários depoimentos, mas ao que tudo indica, ele não conseguiu provar na justiça a propriedade e o processo está correndo até hoje.”

JR.: “Teve uma tal de Klekin que disse que era dela, que era dona da área, mas eles mesmos não apresentaram documentos suficientes.” (...)

Isso era o pessoal que queria se apoderar de uma coisa que não era deles. Apoderar de um terreno, vendia para você que não era deles, entende. Mas, essas pessoas já morreram.”

B.: Nós pagamos só o dr. Lauro (para entrar no processo de regularização). E até agora nós estamos esperando.[Foi em] 92.

Ah, eu espero, (pela regularização) Nem que a gente tenha que pagar, né? Pelo menos, ficar aqui, né?

JN.: [violência] Só dos próprios moradores que aqui tinha muito era bandido. Aí eu comprava minha terra hoje e se amanhã não viesse, eles já vendiam para outro. Era assim, usa conflitos entre eles. E foi muitos inocentes, pais de família (....)

Acho que eles tavam querendo né?.....Ai ficaram.(os advogados, insistindo): “Não, a KLEKIN reabriu o processo, vão ter que tomar, vamos fazer um contrato?” Agora que eu falei:

- chegamos no lugar certo!

Ele foi muito gentil com a gente. Foi R\$ 90 reais. Na época, foi muito.

N.: Exatamente nesta área aqui, pertence a empresa KLEKIN, mais um pouco aqui para baixo, não sei também se pertence; o bairro ali perto do cemitério dos Pinheiros pertence ao INCRA. Aqui mais uns 100 metros para frente pertence a Santa Casa. O bairro está dividido em Santa Casa, KLEKIN e o INCRA. (...)

[Tenho] contrato de compra e venda, que é testemunho que eu comprei.

[Comprei] do cara que já estava morando aqui, de terceiro já. (...) Não porque uma que foi invasão, até o próprio dono da área não precisou lotear aqui. Quer dizer, tem um mapa daqui, um documento que quem tirou foi a Eletropaulo ou a Sabesp, tirou aqui e o dono desta área também tem este mapa. Inclusive foi negociado com o advogado, o Dr. Lauro. Estava tudo certo, mas faltou um pedacinho do mapa que não pegou na área das terras da KLEKIN. Mas não teve negociação. Mas hoje não, hoje a prefeitura já está negociando com o próprio dono. O dono vai fazer uma doação, porque como aqui era mata e tinha que pagar o imposto e a KLEKIN não tinha condições de pagar os impostos. Onde tinha área que é mata, tem que pagar, você paga muito mais. A KLEKIN não chegou a pagar os impostos, porque era muito grande. A prefeitura está negociando com a KLEKIN. A prefeitura queria pegar para ela as áreas aqui,mas o dono falou que não, de graça preferia dar para nós do que dar para a prefeitura. Se a prefeitura quiser pegar vai ter que dar dinheiro para ela. O dono prefere fazer a doação para quem já está aqui. (...) Eu não sei te

explicar, como eu já comprei de terceiros, eu não sei como foi feito este movimento das pessoas invadir aqui, eu não sei.”

F: *A sensação de um invasor, como eu, que me preocupa muito é o medo da represália. De repente você empenha tudo o que você fez na vida, um trabalho que você fez e põe naquele local. Você tirou de outras coisas, de fazer outras coisas e põe naquele local. E vier a represália, igual vem para um monte de locais que tem até mais de vinte anos, derrubar tudo, deixar as pessoas na rua. Eu me preocupava mais não por mim, porque cá trás eu tinha deixado alguma coisa que eu podia entrar de volta, ou vender ou dividir se eu não quisesse. Eu preocupava mais pelos velhos e pelas crianças como eu disse no começo. Isso me preocupa muito. Novo não, novo se vira. Mas as pessoas de idade e as crianças....Tenho muito preocupação.”*

M/E. : *“Soubemos, era uma empresa, e nós sabíamos que já tinha 30 anos que eles não pagavam imposto aqui, e tentamos negociar pra gente pagar, e tiveram muitas reuniões com a prefeitura, com a Sabesp pra conseguir benefício pra cá, foi uma luta.*

Desde o início o Lauro e a Marilda já estavam com a gente tentando buscar um caminho pra gente, acordo com os donos, pra gente estar regularizando. (...)

Principalmente as pessoas disputando o pedaço, porque era muita procura, a pessoa chegava aqui e dizia que queria um lote, aí outro chegava e dizia que era dele, e a pessoa que pegava o lote tinha sempre que ficar, dormir, porque se saía vinha outro e entrava, não tinha dono, era ocupação. E ficava, ia buscar a família em outro lugar e ficava em barraquinho de papelão e ficava guardando. Se saísse um pouquinho vinha outro e pra tirar saia briga e até morte. Aqui foi diferente do Ayrosa, do Portal II, lá chegou um grupo de pessoas, e começou a vender o lote pras outras, o lote lá é caro, agora Felicidade foi ocupação mesmo, lá era mais organizado, porque era comprado. Não, não teve [conflito com a polícia] porque a Dra. Marilda tava sempre em contato com ele, sempre puxando pra frente porque a gente queria pagar, legalizar, fazer alguma coisa pra gente, e pagar, de uma forma ou de outra pagar. Mas nunca teve dele não comparecer em alguma audiência...e agora tá tendo muitas reuniões, eu acho que tá caminhando pra regularizar isso aqui.” (...)

Dava medo, ...e vamos lutar juntos pra gente conseguir um dia, toda a história que o cara não pagava imposto, então tinha uma possibilidade de negociar

com ele, ou a Prefeitura ou o Estado comprar e a gente ir pagando pro Estado ou pra Prefeitura. E, dava muito medo, todo mundo tinha, muito medo de perder, não todo mundo, um grupo de pessoas sempre apostou e lutou pra gente conseguir regularizar isso daqui. A grande maioria é acomodado, [dizem]: ‘seja o que Deus quiser sabe?’ A maioria sempre assim, se sair saiu, se não saiu eu não vou perder. E sempre teve um grupo de pessoas sempre batalhando, e foi merecido, sempre preocupado com o bem-estar social, sempre preocupado com a regularização.(...)

[Conflitos?] Muito pouco, só história, depois que a gente veio, que no grupo de lá morreu não sei quantas pessoas, mataram, o grupo que organizava lá era o Portal II e nós não conhecíamos nada de lá, e nós não sabemos de nada disso, é do outro grupo, não faz parte daqui.

Aqui também tinha uma área reservada pelo M. que era pra construir uma escola, e teve pessoas que ocuparam essa área que foi reservada lá embaixo, hoje em dia, tem o local lá, nós tiramos as pessoas, houve morte e dá até medo, e foram invadindo esse local, outras pessoas.”

Ocuparam o terreno e foram vendendo pra outros, em pouco tempo o terreno custava R\$7.000, um terreno, alguns grandes. A gente teve a oportunidade de ter mais terrenos aqui, chegaram a pedir meu terreno, aqui do lado é meu irmão que mora aqui, é tudo parente, eu tive que dividir bem certinho era 10m o lote, cinco pra ele e 4 e pouco pra mim, pra todo mundo poder se ajeitar, mas não é todo mundo que pensa assim.”



Figura 12 – trabalhos de pavimentação do programa Lote Legal, julho, 2001, em frente à Associação Portal II, na av. Arley Gilberto de Araújo, 61.

F: “[A entrada no Lote Legal]: *Eu acho que já é meio caminho andado, né? É um passo para a regularização. E agora com a luta desse projeto que foi feito e que virou Lei para a regularização....É , eu sinto um pouco de segurança. (...)* Em primeiro lugar, quando a gente mora num lugar desse a gente é muito discriminado. Olha lá os favelados!! Né? De igual para igual, e não é assim. Há gente de todo o tipo, em qualquer outro lugar, no Morumbi, em qualquer lugar. Há gente de todo tipo.(...) O importante é quando você é reconhecido. Pelo menos ter um endereço certo, legal. Quando entrou o Correio que foi conquista minha também, luta minha também foi muito importante. Esqueci de dizer que o Correio também foi logo quando eu iniciei lá eu procurei a agência para poder.... pelo menos o endereço...”

S.: “Eu sabia [do processo] , porque é assim, você escuta qualquer nº do processo, e eu fui no Resolo e eu ajudei a colocar um mapa imenso em cima de uma mesa, e achar onde é que a gente estaria ali, porque até então era só uma massa, a gente não existia no Resolo, nós fomos se achando no Resolo, esse trabalho foi em equipe, nós fomos na prefeitura.

Que ele começou em mapa, faz uns sete anos, aí a gente foi se achando, até no distrito; Esse ano já saiu no guia, antes quem tinha que se achar era a gente mesmo, então foi um monte de problemas que nós tivemos aqui.

Desde o tempo da Erundina. (...) Porque a Erundina decretou uma lei aí de regularização dos lotes, e a gente sabia que estava dentro do que eles disseram que teria que ser bairro, a gente estava dentro do padrão. Aí nós começamos correr atrás, e tem várias passagens aqui, aqui não tem lazer, esse bairro não oferece nada as crianças; o que eu fazia? Eu catava e ia nas empresas de ônibus pedir ônibus, eles doavam, ia no sindicato, eles doavam, eu pegava aquelas crianças mais carentes que estava aqui naquela vida sofrida, aquelas crianças jogadas na rua, na época que não tinha ruas abertas, eu levava as crianças, com esse ônibus lotado, levava no zoológico; aí ia no sindicato aqui na Guapira e conversava que a gente conhecia um pessoal, e pedia pra eles se a gente podia usar o clube deles. Do tempo que a gente protestava na Sabesp, aqui na região mesmo de Santana.

Ele entrou com o processo, o advogado reuniu pessoas com os documentos para assinar, e inclusive pagamos R\$90,00, e ela falou pra gente que era uma segurança de não perder o terreno, depois nós descobrimos que tudo foi em

vão; porque o processo correu de uma forma normal, e agora a mulher dele, tá juntamente com outras pessoas, se mobilizando pra tirar a documentação daqui, e na verdade a gente sabe que, não sei se é ruim ou se é bom, a gente sabe que tem que esperar o órgão público, isso esta na mão do órgão público. (...)

Às vezes a comunidade não aceita estar envolvida na Associação, seja por um motivo ou por outro, é tudo ponto de vista, você não sabe se nada do que falam é verdade, disso ou daquilo, então eu prefiro estar fora, ou analisando, ou não me envolvendo muito, ou estar ajudando um pouco de uma outra forma, que eu possa ajudar.”

M: *“O Lote legal trouxe todos os benefícios: água, luz, esgoto, asfalto. Então, acredito que se Deus quiser, vai dar certo [a regularização fundiária]”.*

O programa Lote Legal da Prefeitura iniciou, efetivamente, seu trabalho de campo com levantamento de dados e organização processual em 1999. As obras de regularização urbanística, porém, só se iniciaram em 2000 e foram intensificadas na gestão petista de 2001-2004. No entanto, em meados de setembro de 2003, foram interrompidas por razões contratuais e financeiras.

Os entrevistados declararam que, fora o pequeno grupo inicial, a ocupação teve mais um caráter individual e aleatório. Quando colocam algum “caráter coletivo” no movimento de ocupação, querem representar mais a chegada simultânea de um grande número de pessoas do que a ocupação de um “grupo orientado ou organizado”.

N. : *[O barraco] Era só para segurar o terreno, aqui era um buraco o terreno. Depois que construímos aqui as casas, esse terreno, essa vila do jeito que é e que está, foi começando a crescer o bairro. Aí foi chegando mais gente, umas foram crescendo, umas foram embora, uns se arrependeram. Aqueles que venderam, se arrependeram, porque viu que o bairro desenvolveu rápido. Uns voltaram ainda para cá pro bairro, estão por aí, mas não estão aqui como estavam antes. Antes uns moravam bem aqui no centro do morro, moravam aqui, hoje eles estão com dificuldades porque se arrependeram de ter vendido isso aqui.*

E, assim, o bairro foi se constituindo aos poucos, recebendo um pequeno comércio – totalmente informal ou irregular - e acesso viário há até pouco tempo atrás, somente através de ônibus clandestino. É nesse território e imediações que a maioria dos moradores vive e trabalha. Na opinião de boa parcela dos moradores, o local está em desenvolvimento. Alguns aspectos que envolvem seu desenvolvimento enquanto “bairro” serão destacados neste trabalho, seja como uma “localidade”, como espaço homogêneo física e socialmente, transformado em objeto de estudo, seja como possível “pedaço” ou “lugar” com sentido.⁹



Figura 13 – acesso pela Rua Arley (Portal II)
Felicidade



Figura 14 – Vista da Rua da bica, Jd.
Felicidade

4. O irrecuperável habitat : da casa própria à propriedade privada

“Morar é muito mais que ocupar um espaço”, diz Dulce Critelli. Para a filósofa, a casa/o domicílio sempre foi primordial na vida das pessoas. Não se trata de um valor cultural, mas natural, diz ela. “A casa representa a expressão mais forte da condição humana. Pensadores como Hannah Arendt e Martin Heidegger escreveram sobre a incapacidade do homem de viver na pura

⁹ v. Vêras (1996:143-144), nos termos de Marc Augé

natureza. Os animais vivem no mundo natural, enquanto o homem cria artefatos e constrói ambientes na sua medida para poder habitar o mundo.”(Critelli, 2003:1)

Recuperando os gregos, Critelli nos lembra que “a casa de um homem é não apenas algo de que se tem a chave e a posse mas o elemento que marca qual o lugar que ele ocupa na cidade (no bairro, no condomínio). A moradia de um homem referencia seu pertencimento à cidade e sua cidadania e, portanto, os direitos e os deveres que ali lhe competem.” (Critelli,2003b, p.16)

Nessa concepção, o habitar, o morar, seja em que lugar for, define suas possibilidades de relação. Num primeiro momento pode ser o lugar da vida privada, da intimidade, que nos resguarda da exposição pública. Na verdade, entretanto, segundo Critelli, a casa, ao mesmo tempo, abriga e expõe.

“Uma casa é o retrato do seu morador. O tratamento que uma pessoa dá à sua casa coincide com seu modo de levar a vida. Embora nossa casa nos abrigue do mundo, ela é, ao mesmo tempo, o nosso mundo mais próximo. E também são nosso mundo o bairro onde vivemos, a cidade, o país, nosso planeta. Eles são nossas moradas, os lugares que, direta ou indiretamente, atenta ou desatentamente, aprontamos para existir. Quando esgotamos a terra e interrompemos sua fertilidade, preparamos nossa fome.

Preparar a morada coincide com a preparação da nossa própria vida. Morar coincide com existir”. (Critelli, 2003b:16)

Critelli, nessa abordagem existencialista, comenta as transformações provocadas pelos processos de mudança de casa.

“Mudar não é simplesmente entrar num novo espaço, é habitá-lo. E habitar requer muitas coisas, como despedir-se de hábitos familiares e permitir que novos se formem, estranhar o próprio corpo e seus movimentos, reprogramar a memória e se acostumar ao esquecimento de lugares e trajetos, redefinir distâncias e proximidades, refazer relações com a luz, o ar, os cheiros. Enfim, reaprender a ser, reconstituindo o mundo da moradia e da identidade. “(idem, idem)

Para uma minoria privilegiada na cidade de São Paulo, o *habitar*, como modo de vida, ainda propicia uma sensação de pertencimento ao mundo e à cidade, bem como da possibilidade de governá-la, segundo seus interesses. Para alguns, também, a mudança de *habitat* significa a possibilidade de reelaborar um outro modo de vida, e despir-se do anterior. Em muitos casos, como no Jardim Felicidade, a mudança de *habitat* obrigou os indivíduos a se despirem da urbanidade anteriormente conhecida e vivida e passarem para a vivência da ausência dela. No caso de outros, havia a vivência da vida rural e uma quase ausência dos elementos da urbanidade. No entanto, para esses últimos, não se pode descartar a existência de um imaginário do modo de vida urbano, que precisaria ser acionado à nova condição de moradia e existência. Num caso ou no outro, tudo parece ter concorrido, consciente ou inconscientemente, para confirmar a redução do habitar ao abrigo e para a busca dos referenciais mínimos de urbanidade necessários à sobrevivência. A reconstituição feita acima da ocupação e formação do Jardim Felicidade permitiu percorrer momentos reais do sofrimento pelo *desencontro do habitar*, do que foi vivido e imaginado.

A autoconstrução da casa, tanto pelos depoimentos, como pela bibliografia consagrada sobre a questão, *ainda* é o recurso por excelência do trabalhador, desde a segunda metade do século XX para a solução do problema da habitação. Além disso, pode-se observar que o processo de expansão horizontal da cidade – a *periferização* –, que assumiu proporções gigantescas à medida que avançava a modernização conservadora desde aquele período, ainda teve boa margem de ação em plenos anos 90.¹⁰

Nos anos 70, foram realizados vários estudos e pesquisas sobre o modo de vida da classe operária e, sobretudo, sobre o padrão de crescimento periférico da cidade, destacando-se a questão da casa própria por autoconstrução nos loteamentos periféricos. É com alguns desses estudos

¹⁰ v. Viveiros, Mariana: 'Periferização' destrói 2 Ibirapueras por ano. *Migração da população do centro para os extremos de SP nos anos 90 responde pelo desmatamento de ao menos 34,2km²*, in: Folha de São Paulo, caderno Cotidiano, C-10, domingo, 7 de dezembro de 2003

clássicos que vamos dialogar sobre as rupturas e continuidades desse padrão periférico de crescimento.

Alguns autores (Oliveira, Bonduki, Rolnik e Maricato, 1979) começam a questionar uma interpretação que começava a ser difundida sobre a autoconstrução, que pretendia vinculá-la às origens rurais da classe trabalhadora: os então chamados “mutirões”. As pesquisas reconheciam a necessidade de solidariedade entre os moradores e vizinhos para a construção da casa, mas já indicavam mudanças significativas nas relações sociais entre eles e o meio urbano. A vivência urbana começava a trazer elementos de impessoalidade e de individualidade que já se manifestavam, rompendo com os valores e vivências comunitárias rurais de suas origens. Assim, Chico de Oliveira critica a visão ideologizada do mutirão:

“(...)a partir das condições urbanas da expansão capitalista, se entenda a formação do proletariado e também a contradição e paradoxo de como uma enorme massa de trabalhadores não chega a “constituir-se num mercado para a produção capitalista seja da residência, seja de melhoramentos públicos.” A pesquisa revela que “a autoconstrução tem a aparência de um reencontro entre o trabalhador e o produto, o fruto do seu trabalho, esse é um fetiche que recobre um processo altamente alienante, sendo o contrário da desalienação, pois fecha as classes trabalhadoras num “círculo de giz” onde atuam como criadores de uma riqueza social, que volta a ser posta a serviço do capital na medida em que a força de trabalho continua a ser *uma mercadoria para o capital*. Não se está, pois, frente a nenhum processo de desalienação, como pensa um certo populismo, que perigosamente pretende encaminhar proposições para o conjunto das classes trabalhadoras a partir de experiências que são um *reforço à alienação* (Oliveira, 1979:16)

Bonduki e Rolnik também confirmam essa análise:

“A construção da casa, como já é bastante conhecido, se baseia no mutirão de fins de semana e na construção por etapas. A visão mitificadora que apontava o mutirão como eloqüente exemplo de solidariedade de classe já não é tão corrente. O mutirão, além de se constituir em expediente que indiretamente

contribui para manter baixos salários e estender a jornada de trabalho, caracteriza-se por ser simplesmente uma contraprestação de serviços, onde um morador ajuda o outro na expectativa de ser auxiliado quando necessitar. A cooperação se dá principalmente entre familiares ou conterrâneos, ou entre colegas, quando existe entre eles uma relação de amizade mais forte, não sendo portanto a relação de vizinhança a base da cooperação. De qualquer maneira é certo que essa operação acaba por mobilizar inúmeras pessoas, de tal forma que os trabalhadores ficam durante muitos anos envolvidos num processo social de construção de moradias aos domingos, seja para si ou para seus parentes.” (Bonduki e Rolnik, 1979p. 130)

Erminia Maricato também discute o papel da autoconstrução na reprodução da força de trabalho e na forma que assume o crescimento das áreas metropolitanas, sob domínio da indústria. Para ela, o uso do termo “mutirão” estaria conceitualmente ligado à solidariedade, espontaneidade e contato do produtor com o produto. Maricato prefere destacar o conceito de “autoconstrução” como o que melhor retrata o processo coletivo de construção da casa própria ou não, seja pelos moradores, seja pela ajuda de parentes, vizinhos e amigos ou, ainda, em alguns casos, auxiliados por profissionais do ramo, de forma remunerada. (Maricato, 1979:73) A autoconstrução em países de modernização conservadora é mais significativa que as políticas públicas para a questão da habitação popular.¹¹

Nas pesquisas que esses autores analisaram, já se observava, também, evidências da integração da classe trabalhadora à economia industrial capitalista. A persistência de algumas práticas de subsistência devia-se, simplesmente, à falta de alternativa por não ter condições de pagar pelos produtos e serviços, como água e esgoto. (idem, id.: 74)

No caso do Jardim Felicidade nos anos 90, a história não foi muito diferente. A construção da casa própria foi feita diretamente pelo morador, com

¹¹ conforme Pesquisa da EMPLASA, 1975, mais de 50% das casas nos municípios, com exceção dos mais urbanizados e de renda média mais alta (SP + ABC), foram construídas pelos próprios moradores, citada em Maricato (1979: 86)

a ajuda da família, parentes e amigos em mais da metade dos casos: 52,8% . Esse montante pode ser elevado para 62,4% se considerarmos as respostas obtidas que mencionaram que a casa foi construída pelo antigo proprietário (no caso de revenda ,7,1%) ou pelo locador, o dono (2,5%). (v. Tabela 5) Um grupo nada insignificante construiu a casa pela contratação de mão-de-obra : 31,0%.

Na experiência de ocupação analisada, consta dos depoimentos, que a precariedade do terreno e as condições de vulnerabilidade em que se encontravam os futuros moradores, favoreceram o estabelecimento de um “clima social tenso” nos primeiros tempos da ocupação. Em muitas situações, conforme as declarações, houve casos de violência, de ameaças explícitas pela disputa de lotes e de muita desconfiança entre os ocupantes, originada por roubos de materiais. Isso não inviabilizou as relações cordiais e solidárias entre a vizinhança, bem como a tentativa de organização associativa. No entanto, depois que o processo de ocupação se esgotou, a sociabilidade vicinal não conseguiu dar passos para formas mais elaboradas de solidariedade¹².

Outro aspecto bastante semelhante entre a construção da periferia hoje e a analisada nos anos 70 é seu “estilo arquitetônico”. Maricato chamou de “arquitetura possível” aquela que se caracterizou, naquela época, por duas inovações em relação aos materiais utilizados: o bloco de concreto, por ser mais barato e agilizar a construção por ter dimensões maiores que o tijolo, e o uso da laje pré-fabricada. Esses materiais garantem o levantamento rápido da casa, mas não sua qualidade ou conforto ambiental, porque provocam umidade, entre outros problemas. Além disso, a técnica utilizada, alerta Maricato, “não permite vôos criadores” que possam acarretar aumento de custos e/ou de tempo para a construção. (Maricato, 1979:88-89)

“ [A arquitetura] É aquela que é tradicional e foi exaustivamente testada e que não põe em risco os poucos recursos destinados à construção da casa” (idem, 89)(....)

¹² a discussão sobre sociabilidade será feita no capítulo III.

“A ingênua busca da criação arquitetônica popular resulta bastante frustrada dada a articulação rígida de todos os elementos que se compõem na determinação do produto, a casa popular: o lote, de dimensões pequenas, os materiais baratos, simples, de manipulação fácil e largamente conhecidos, a mão-de-obra não especializada e intermitente, a técnica rudimentar, poucas ferramentas, nenhuma máquina, e a disponibilidade parcelada de tempo e dinheiro, o que determina a construção por etapas.

A casa começa a deteriorar-se antes de receber o material de acabamento (não estamos nos referindo ao supérfluo, evidentemente), dado o longo tempo de uso que precede ao mesmo.” (idem, p. 91)

O envolvimento familiar na autoconstrução já foi bastante apontado por outros estudos: Macedo (1979), Caldeira (1984) e Kowarick (1993), bem como a “arquitetura peculiar” periférica das casas de bloco, com laje e inacabadas, que padroniza a paisagem urbana.

A grande maioria das casas no Jardim Felicidade tem efetivamente “sala-quarto, cozinha e banheiro”. Os outros cômodos ou compartimentos, ainda estão em construção ou em “projeto”. O tamanho da maioria das casas construídas gira em torno de 30, 45 e 60m², mas existem barracos ou casas menores (“*implantes hiperperiféricos*”), bem como algumas casas com tamanhos superiores, o que indica a existência de uma certa “elite” no bairro. Nosso levantamento revelou que o bairro tem, majoritariamente, domicílios unifamiliares, pois pouco menos de 15% dos domicílios abrigam 2 famílias ou mais.

Em estudo sobre a família operária nos anos 70, Carmem Cinira Macedo já apontava essas características da “arquitetura proletária”, com relação a um projeto familiar, que persistem até hoje:

“ (...) poucos cômodos, iluminação e ventilação muitas vezes inadequada. Mas, de outro lado, esboça-se uma tendência importante: a aspiração do banheiro interno ou ainda, uma valorização cada vez mais crescente da intimidade familiar. Sendo a casa exatamente o *lugar* onde a vida familiar se desenvolve, as famílias aspiram sempre à posse de uma casa sobre a qual tenham plena

exclusividade e que torne difícil aos vizinhos imiscuir-se nos problemas domésticos”.. (Macedo, 1979:6)

Carmem Cinira Macedo vai salientar a questão da valorização da intimidade e da autonomia da família perante a sociedade:

“ Na medida em que a casa é a “base de operações” dos membros do grupo familiar, ela se constitui exatamente como o local onde as pessoas vivem, onde o cotidiano da família se desenvolve. A casa é o lugar de onde as pessoas saem para ganhar a vida e para onde retornam depois da jornada de trabalho. É o ponto de encontro dos membros da família, espaço e o lugar de sua intimidade. (...) Em seu interior, as famílias constroem seu mundo e através dela relacionam-se com o mundo externo. A própria localização e estrutura da casa operam como indicadores de quem são seus moradores, constituem-se como símbolos da posição na estrutura social.

Em suma, a casa é o lugar onde se mora, e morar envolve a realização de uma série de atividades que constituem uma importante parcela do viver. No caso operário, as limitações da renda, muitas vezes, impelem as famílias a morar em casas não-isoladas. Viver numa casa aberta para um quintal coletivo representa exatamente uma intromissão indesejada na intimidade a que as famílias aspiram desfrutar. O quintal comum implica num “viver junto” que não é bem visto pelas famílias e, assim, a casa própria permite essa liberação da influência ou intromissão externa. Com a casa própria, atinge-se não apenas uma segurança econômica mas, ainda, o direito a uma vida privada, o que é crucial para a própria autonomia na criação dos filhos”. (...)

“A aspiração da casa própria associa-se, pois, à idéia da autonomia do grupo nuclear. O isolamento espacial deve garantir o isolamento social na tomada de decisões quanto à vida do grupo, deve garantir a intimidade familiar”. (Macedo, 1979:106)

No Jardim Felicidade, se somarmos os recursos advindos dos sacrifícios da família, da poupança familiar e da indenização do trabalho, temos 50,7% dos entrevistados que investiram tudo o que tinham na compra do terreno e/ou na construção da casa, na maioria dos casos, ainda inconclusa.

Nossas observações *in loco*, bem como a das Técnicas do Resolo Social¹³ que acompanham o loteamento, permitem a percepção de que, nesse território, verifica-se uma precarização ainda maior no que toca aos aspectos “arquitetônicos e urbanísticos” observados na década de 70. Persistem as características construtivas já comentadas, porém verifica-se, também, nesses loteamentos, uma irregularidade no traçado das ruas, a construção de moradias com baixo padrão de habitabilidade, isoladas ou espalhadas por toda a área, indicando, por vezes, uma *favelização* dentro do próprio loteamento. Os espaços para moradia acabam sendo ultra-precários com relação ao tamanho (cada vez menor) e também pelas condições de salubridade. A luta para garantir, a um só tempo, o abrigo e a individualidade, vai se verificar exacerbada e dramática em algumas situações, quando elas não oferecem outra alternativa que não a ocupação, no território segregado, da área de risco.

No caso do Jardim Felicidade, a construção em áreas de risco é uma marca do loteamento, demandando várias ações do poder público sobre o mesmo, através do Programa Lote Legal. O loteamento possui uma topografia acidentada, cuja principal característica é a ocupação desordenada dos taludes, principalmente os mais íngremes.

Em novembro de 2001, uma empresa contratada pela Prefeitura, o Consórcio DBH - Ductor Bureau Herjack -, elaborou um relatório de reavaliação das áreas de risco identificadas em estudo de 1999, avaliando também as novas ocorrências. O relatório, além disso, objetivava caracterizar as situações mais críticas e permitir à Prefeitura Municipal a implantação das ações preventivas ou corretivas necessárias. Os principais aspectos do diagnóstico apresentado são:

“A pavimentação parcial, e a ausência de sistemas de drenagem para águas pluviais e servidas, contribuíram para a formação de erosões em formas de sulcos nas ruas de terra e lançamento desordenado nos taludes marginais ao

¹³ Conforme entrevista concedida pelas assistentes sociais do Resolo Social em 8 de setembro de 2004, Cleide Giron e Terezimar Souza.

sistema viário. Esta situação se agrava quando há formação de canais de escoamento superficial ao longo dos taludes, na transposição das porções mais elevadas para as mais baixas, resultando em vários pontos com erosões acentuadas, com risco de descalçamento das moradias adjacentes. O saturamento contínuo dos solos superficiais associado à disposição de entulho e lixo, também potencializam instabilizações, principalmente nas regiões das antigas cabeceiras das drenagens, hoje profundamente descaracterizadas”.

A ocupação das encostas do local, com a execução de cortes subverticais nos taludes para implantação das moradias, expõe a rocha alterada. As fraturas originais, ainda existentes, podem condicionar o desabamento de blocos da rocha alterada. A degradação da cobertura vegetal e, a conseqüente exposição do solo superficial às intempéries, facilitam a infiltração de águas, enfraquecendo a coesão dos planos de fratura.

Outro fator determinante para o agravamento das situações de risco é a utilização do material escavado como aterro nas porções mais íngremes dos taludes. Estes aterros normalmente são apenas lançados para regularização do terreno, sem nenhum sistema de proteção ou contenção adequado à situação”.¹⁴

Entre 1999 e 2001, a Prefeitura efetuou remoções de famílias das áreas de risco, classificadas em risco iminente, risco elevado e risco moderado¹⁵, porém, apesar de diminuídas as áreas dos dois últimos tipos, verificou-se um aumento de moradias situadas no risco iminente. Comparando-se os dois períodos, temos¹⁶:

¹⁴ Conforme Relatório de Reavaliação de Áreas de risco – Programa Lote Legal, Setor III, Loteamento Jova Rural II, RC-DBH-026/01, novembro 2001, p. 4, elaborado pela empresa DBH – Ductor Bureau Herjack.

¹⁵ *Risco iminente* (por encosta ou baixada): foi definido como sendo o processo destrutivo em adiantado estágio de desenvolvimento, com possibilidade iminente de destruição de moradias. *Risco elevado*: em encostas, foi definido para áreas com probabilidade elevada de destruição de moradias por queda ou atingimento; em baixadas ou margens de córregos, foi definido para áreas freqüentemente atingidas por cheias ou com possibilidade de solapamento em margens de córregos, gerando elevada probabilidade de destruição de moradias.

Risco moderado: em encostas, foi definido pela existência da possibilidade de destruição de moradias por queda ou atingimento; em baixadas ou margens de córregos, foi definido pela possibilidade de alagamento, destruição por enxurrada ou eventual solapamento de base de moradias, caracterizando a existência de média probabilidade de destruição. (idem acima, p. 2-3)

¹⁶ Idem acima páginas 5 e 18

Ano	1999	2001
Moradias em risco iminente	20	75
Moradias em risco elevado	238	99
Moradias em risco moderado	212	65

O Relatório da consultoria foi concluído com recomendações de obras e remoções, de forma bastante detalhada à Prefeitura. Há explicitamente a recomendação da necessidade de realização de vistorias técnicas periódicas nas zonas de risco indicadas, bem como um programa de esclarecimento à população diretamente envolvida, em que se reforça o seu papel de agente principal no controle e manutenção da estabilidade da área de risco.



Figura 15 – área de risco – córrego (sd), relatório DBH



Figura 16– área de risco – lixo e enchente (sd), DBH



Figura 17 – área de risco – talude(sd), DBH

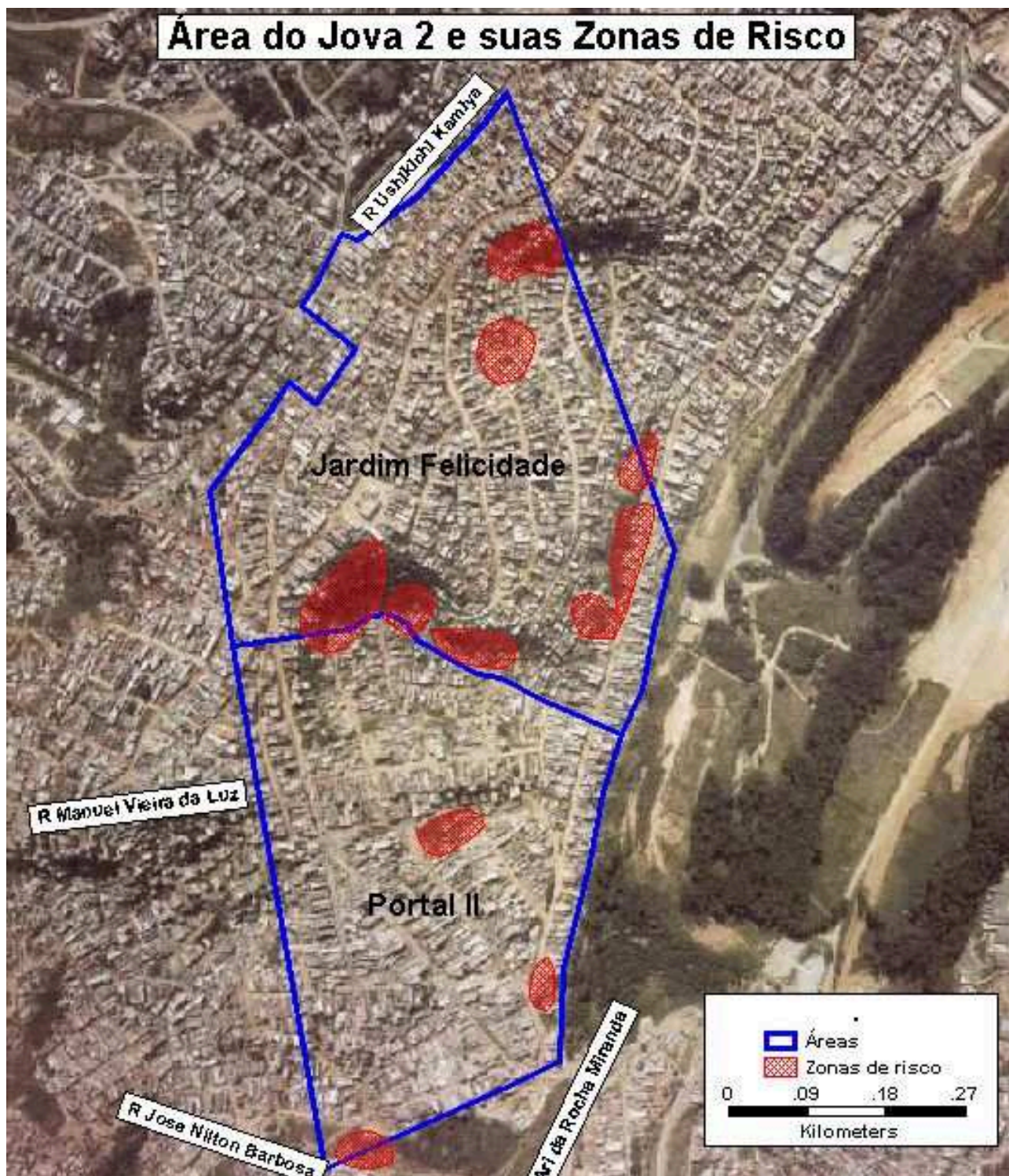
As técnicas do Resolo Social – Cleide Giron e Terezimar Souza– confirmaram o trabalho de remoção realizado nas áreas mais perigosas e o bom resultado, depois das primeiras tentativas e de algumas reincidências, no esclarecimento da população do entorno delas, acerca da necessidade de impedir sua re-ocupação. Colocaram, no entanto, que esse trabalho intenso de

repetidas remoções consumiu uma parcela maior que a prevista no orçamento do loteamento, o que acarretou a inconclusão de algumas obras de urbanização previstas. No entanto, há sempre novas tentativas, mesmo que isoladas, de assentamento nessas áreas, principalmente nas de risco moderado e iminente.

A imbricação entre a história da ocupação, os aspectos construtivos e de habitabilidade, e as características geomorfológicas (de risco) da área, evidenciam uma sobreposição de múltiplas precariedades e vulnerabilidades vividas pelos seus moradores, mais ainda no caso daqueles que vivem nas áreas de risco. O mapa nº 3 apresentado a seguir, aponta a localização das várias áreas de risco mencionadas no referido relatório e indica sua presença mais preponderante, na área do Jardim Felicidade do que no Portal II.

A visão sintetizada no mapa nos oferece a leitura desse território periférico como *hiperperiférico*.¹⁷ A periferia contemporânea vem, cada vez mais, apresentando sobreposições e acúmulos de condições degradantes de vida e do meio ambiente, que acarretam vulnerabilidades ainda maiores que as relacionadas à habitação em si, mas constatadas em vários outros indicadores de qualidade de vida, como saúde e educação. O cenário *urbano-desurbanizado*, “homogêneo” e “caótico” apresenta, além da arquitetura *possível*, uma *arquitetura precária e hiperperiferizada*, que se distanciam mais profundamente, pelas negatividades, do ambiente construído e do habitar como elemento do direito à cidade.

¹⁷ conceito apresentado na introdução. V. Marques e Torres (2001). . A constatação foi empírica dos “implantes hiperperiféricos” no bairro que nos revelou a necessidade de ir ao encontro do conceito.



A hiperperiferização se agrava com a degradação ambiental, que acaba por tornar-se questão secundária em relação ao abrigo. O questão do entorno, do meio ambiente parece não alcançar *ainda* status de problema coletivo. É sintomático que, 97,8% (v. tabela 6) declararam nada saber sobre a ocupação

desordenada da Serra da Cantareira. No entanto, motivados pela pergunta, alguns – mesmo que poucos - moradores expressaram algumas opiniões sobre o tema, conforme abaixo:

“Imagina se a área não fosse preservada”.

“Não vamos ter ar para respirar”.

“É justo para quem não tem moradia”.

É válido. As pessoas que não tem onde morar devem ocupar sim”.

Quem não tem moradia deve invadir e a prefeitura deve regularizar”.

Quem não tem moradia deve apelar para qualquer lugar”.

“As pessoas não deviam invadir e sim comprar.”

“Avançou demais. As pessoas compraram inocentemente e não sabiam que era mata”.

“Mas quem vendeu estava sabendo que a área não podia ser desmatada”.

“É culpa do governo que não dá moradia para o povo”.

“Mas tem gente que faz isso sem precisar e daí é errado”.

“É errado, porque tem que preservar o único lugar que sobrou”.

Assim, são muitos os aspectos que nos desafiam nas interpretações acerca das rupturas e continuidades com o padrão de crescimento periférico característico da urbanização e modernização brasileira, vigente mais

expressivamente até a década de 80. Há, no entanto, outros aspectos desse debate sobre a autoconstrução e a casa própria que seria importante recuperar: o dilema do significado da casa própria em oposição à questão da propriedade privada.

Apesar de todas as características negativas e sofridas que caracterizaram a conquista da casa própria autoconstruída para os moradores, o valor de uso e o seu significado como primordial para a vida das pessoas foi assegurado, como se pode perceber pelas declarações abaixo:

“Ter um lugar para morar, que dali ninguém vai te tirar”.

“Muito importante porque não daria para pagar aluguel, não daria para ter do que viver”.

“Um sonho realizado”.

“Um orgulho”.

“Direito de todo o ser humano”.

“Significa segurança para a família e para os filhos mais tarde”.

“Tudo de bom para um trabalhador com família.”

“É um sinal de cidadania, um vínculo, um lugar para você chegar do trabalho e descansar sem preocupação”.

“É a maior felicidade da pessoa”.

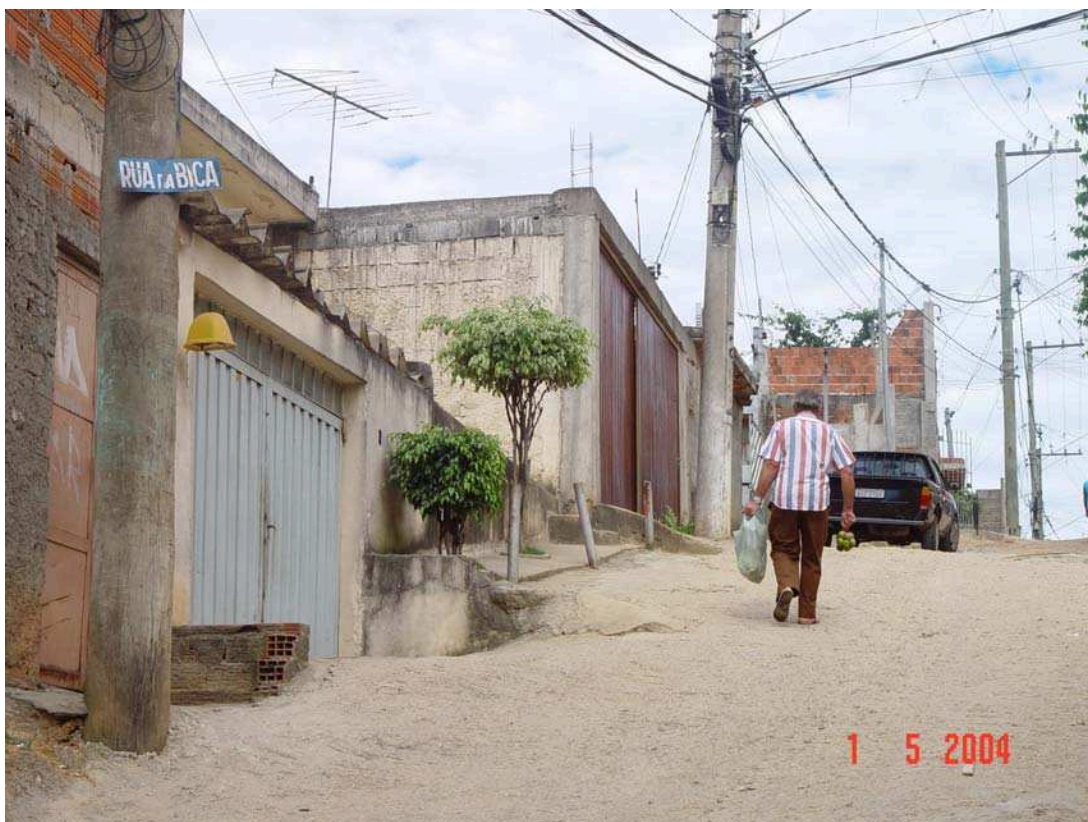


Figura 18 – Rua da Bica, 2004 - casas



Figura 19 – Rua da bica, em 1995



Figura 20 - Rua da Bica em 2004



Figura 21 – construção da casa da B.(1994)

Figura 22– casa da B.(2004



Figura 23 – Visão geral de casas autoconstruídas, 2004

A grande maioria dos entrevistados, 65,5%, considera-se **proprietário**, tendo ou não o “contrato particular” de compra do lote. Nessa afirmação está implícita uma diferenciação entre quem efetuou um pagamento pelo lote onde se situa a sua casa, mesmo que simbólico, e quem se declarou “invasor ou ocupante”, o que somou 25,6% deles. Em outros termos, nessa distinção está contraposta uma “relação contratual” subjacente (ou desejada), que tem uma qualidade diversa daquela de quem admite, de pronto, a irregularidade e o risco de sua situação, fruto de uma ordem social perversa.

O pagamento efetuado pelo terreno “legítima”, para o imaginário dos moradores, uma relação de troca estabelecida – compra e venda –, mesmo que sabidamente fora dos parâmetros legais. Está aí paradoxalmente confrontada uma determinada representação do funcionamento do “contrato social” vigente, em que o princípio da propriedade privada acaba sendo respeitado, mesmo sem ainda ser uma real conquista, expressando, a seu modo, o cumprimento da função social da propriedade. (tabela 7).

A condição de proprietário da casa tem duas faces distintas mas indissociáveis, no caso do trabalhador. A primeira e mais determinante diz respeito ao seu incontestável valor de uso. A segunda, numa sociedade de bases capitalistas, manifesta pelo trabalho nela empregado, atribui, ao bem imóvel, uma certa capacidade de capitalização (valor de troca).

No Jardim Felicidade, a existência de laje para 78,7% dos casos prenuncia construções futuras, seja para fazer mais cômodos, seja para erguer outra moradia (para a família ou para alugar), ainda que esteja apenas em “projeto”. (tabela 8)

Vários autores, ao debater a questão da casa própria, são unânimes em reconhecer o valor de uso que ela representa para a família, o que foi confirmado em nossa pesquisa. Porém, apresentam algumas divergências de ênfase sobre sua caracterização como valor de troca, pela renda diferencial que adquirem ou proporcionam com a locação.

No trabalho, “A Reprodução da Desigualdade”, de 1979, de Carmem Cinira Macedo, encontramos, entre os seus pesquisados, os mesmos objetivos apresentados pelos moradores nos dias de hoje: a propriedade da casa, além de garantir o presente, era uma garantia de futuro para os filhos, como “herança”. Além disso, vai sendo objeto de atenções permanentes, tendo em vista as melhorias, principalmente internas, que precisam ser realizadas. Porém, pode assumir, como foi sugerido, um valor de troca, na medida em que pode ser trocada ou alugada. (cf. Macedo, 1979: 49 e 103). A autora completa:

“As famílias almejam *para si* a superação da condição de não-proprietárias mas não recusam *em si* a exploração do não-proprietário e, inclusive, aspiram à casa extra que possam alugar para vir a ter seus rendimentos ampliados (idem,p.104)

Na interpretação de Bonduki e Rolnik (1979), ressalta-se, mais significativamente ainda, o valor de troca, considerado “produto” e não sobretrabalho, contrapondo-se à noção empregada por Chico de Oliveira na época.

“Portanto, não se trata de trabalho não pago ao nível da produção da casa, mas sim de um trabalho realizado como se o trabalhador fosse, neste momento, um “produtor individual de mercadorias e não vendedor de sua força de trabalho para o capitalista. Se, numa primeira instância, a habitação resultante dessa operação é produzida como valor de uso, passa a ter um valor de troca quando é mercantilizada, através de venda ou locação, muito freqüentes”. (Bonduki e Rolnik, 199:129)

Maricato, nesse mesmo período, ressalta:

“É justamente a população cujas faixas de renda são de zero a cinco salários mínimos que apela para o processo de autoconstrução para a obtenção da casa própria, percorrendo um caminho de muitos anos que vai do cômodo inicial situado de forma a permitir o seguimento dos próximos, até o preenchimento quase total do pequeno lote quando é freqüente ter mais de um domicílio por lote, seja de parentes (filhos que casaram, parentes recém-chegados do campo) ou de cômodos de aluguel”
(Maricato, 1979:85).

O debate político aberto nos anos 70 sobre as possíveis conotações político-ideológicas da inclusão ou não de parcelas significativas dos trabalhadores e cidadãos urbanos no rol de pequenos proprietários merece ser recuperado, como elemento importante da discussão do Direito à Cidade hoje.

Teresa Caldeira expressa bem essa questão cheia de contradições e ambigüidades:

“Na definição de um projeto estão em jogo não apenas razões de ordem econômica e de sobrevivência, mas também valores, referências a uma infinidade de padrões de comportamento compartilhados pelos grupos sociais e uma determinada visão de funcionamento da sociedade. No projeto da casa própria esta múltipla significação fica extremamente clara. Por um lado, a casa tem um valor instrumental (cf. Durham, 1973; Bonduki e Rolnik, 1979; Lima, 1980, São Paulo, SEPLAN, 1979). É uma das poucas formas de capitalização ao alcance do trabalhador e de uma das maneiras de se obter uma certa segurança econômica, que se evidencia, por exemplo, nos períodos de desemprego e se for considerado o peso do aluguel no orçamento doméstico. Mas, de outro lado, há que se lembrar que, numa sociedade capitalista, ser proprietário é um valor em si mesmo. Nesse sentido, a casa representa parte da realização de um projeto de ascensão social: ser proprietário, estar no que é seu, não depender de aluguel; significa uma integração mais efetiva à cidade, e é uma das marcas de que se conseguiu melhorar. A casa confere dignidade a quem a possui (cf. cap. 4). Em suma, a luta imediata pela subsistência e pela melhoria do padrão de vida numa cidade como São Paulo, a casa própria significa, para os trabalhadores pobres, escapar ao aluguel, ao cortiço e à favela, sobreviver de uma maneira um pouco menos penosa: significa **apreciar corretamente a sociedade, seus valores e as possibilidades que oferece** (grifo meu). Ser proprietário acaba sendo uma necessidade, que justifica todas as privações mencionadas anteriormente.(27). Várias delas estão ligadas ao processo de autoconstrução (caracterizado pelo ritmo parcelado, comprometimento familiar e ausência de apoio institucional), que acaba tendo implicações não só na vida das famílias, mas também no produto final – a casa – e na cidade. Este processo está relacionado, por exemplo, à formação de um certo tipo físico de espaço: é um dos grandes responsáveis pelo aspecto de colcha de retalhos que têm o bairro como um todo e as suas casas” (Caldeira, 1984:107).

Assim, a tensão entre o valor de uso e o valor de troca da casa própria, resultando na sua apropriação privada – legalmente falando -, acaba por

fortalecer um vínculo simbólico de pertencimento à sociedade, permitindo que se possa “apreciá-la corretamente”.

A tensão política acerca da dicotomia – casa própria versus propriedade privada -, no entanto, não é nova. Desde fins do século XIX, Engels aborda essa questão tão delicada para o movimento operário ou de esquerda. A partir do processo da Revolução Burguesa “Prussiana”, Engels debate, com os reformistas proudhonianos, os aspectos políticos da luta por habitação. No clássico texto “Contribuição para o problema da moradia” (1872)¹⁸, Engels coloca que a luta por “mais casas”, empreendida pelo movimento operário da época, enfraquece a resistência operária em relação à dominação capitalista. Ele não confunde, entretanto, a propriedade da casa com a propriedade do capital, que é, por definição, o domínio sobre o trabalho alheio. A casa só passaria a ser capital quando o trabalhador a alugasse. Naquela conjuntura, julgava ele, a crise da habitação poderia agudizar a luta para a abolição do sistema capitalista e, só dessa forma, resolver definitivamente a questão social por ele provocada. (Engels, 74-75-77)¹⁹

Engels colocou sua posição crítica com relação às possibilidades de “resgate” de uma visão política mais ampla e radical, a partir do momento em que o trabalhador torna-se proprietário de sua casa, conforme propunha o preposto proudhoniano com quem debateu. Dizia ele que, de fato, era muito duvidoso saber se com a apropriação efetiva das casas “a população trabalhadora se inclinaria pelo resgate da luta socialista” ou “para outra forma qualquer de expropriação”. Para ele, “(...)o socialismo prático reside principalmente no conhecimento exato do modo capitalista de produção em

¹⁸ ENGELS, F., Contribuição para o problema da moradia, IN: MARX, K. & ENGELS, F. – Textos 2, Edições Sociais, 1979

¹⁹ É interessante, porém, que Engels, referindo-se ao Estado Prussiano, como que antevendo as modernizações capitalistas conservadoras que se seguiriam em outros países, colocou a seguinte questão: “*Como pode esse Estado que se aburguesa a cada dia, resolver a questão social ou mesmo o problema da habitação?*” Sua resposta é também muito interessante, pois Engels coloca que o método burguês de resolver o problema da habitação chama-se “Hausmann”. O “método haussmann”, transportado com menos sofisticação para o nosso país periférico do sistema capitalista, traduziu-se como processo de segregação social e territorial, que se opera desde os primórdios da industrialização baseada na cultura cafeeira e que continua a ser promovido na fase atual de predomínio do capitalismo financeiro e dos grandes conglomerados transnacionais.

seus diversos aspectos. Uma classe operária preparada nessa ordem de coisas, não terá jamais dificuldades em saber, em cada caso dado, de que modo e contra que instituições sociais deve dirigir seus principais ataques”. (Engels:1979: 114-116)

Num outro momento do pensamento socialista, Lefébvre, referindo-se ao caso europeu, apontou que a conquista da condição de proprietário nas longínquas periferias desequipadas se dava em troca da urbanidade, da convivência urbana e da cultura que também favorece a conscientização e a luta política. Em outras palavras, o afastamento dos trabalhadores do centro da cidade, afastou-o também da cidade como obra, do acúmulo de cultura, da convivência democrática e do poder, que acabam, dessa forma, tornando-se privilégio ou controle de uma minoria.²⁰

A questão da casa própria do trabalhador como fator conservador do princípio da propriedade privada da sociedade capitalista, de certa forma, acabou sendo desideologizada pela própria realidade, como colocou Villaça (1986). Essa tensão acaba por assumir um significado mais político e cultural que vai estar submetido a um determinado momento histórico e das condições de desenvolvimento de uma determinada formação econômico-social. É a medida da luta política, em determinado momento do jogo das forças sociais, que vai estabelecer as possibilidades conservadoras ou emancipadoras da propriedade da casa própria para a classe trabalhadora.

Kowarick, tendo colocado a casa própria autoconstruída no loteamento periférico como elemento fundamental da espoliação urbana, apresenta claramente a dimensão política da questão:

“O núcleo dessas questões, entretanto, é de caráter político. Padrões de habitabilidade mais elevados que implicam a existência de serviços de consumo coletivo material e culturalmente adequados para a reprodução dos trabalhadores só serão atingidos quando estes conseguirem desenvolver canais de reivindicação vigorosos e autônomos, tanto no que se refere às

²⁰ V. Lefébvre (1969:20-21)

condições de trabalho como no que diz respeito às melhorias urbanas. Nesse sentido, o adequado em relação à reprodução da força de trabalho não decorre apenas do grau de desenvolvimento das forças produtivas mas, sobretudo, da capacidade que apresentarem as classes trabalhadoras de se apropriar de uma parcela da riqueza gerada pela sociedade. Em outras palavras, decorre do grau de organização das diferentes classes e camadas sociais que se confrontam na arena social numa determinada conjuntura histórica. Por outro lado, é preciso frisar que as necessidades sociais são forjadas historicamente e, nesse sentido, nada leva a afirmar que a conquista de certos benefícios tenha como consequência amortecer o conflito de classes: este é, por definição, dinâmico e insolúvel dentro de um sistema marcado pela apropriação privada do excedente econômico”.

Colocado no âmbito das lutas sociais, o processo de espoliação urbana, entendido enquanto uma forma de extorquir as camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, assume seu pleno sentido: extorsão significa impedir ou tirar de alguém algo a que, por alguma razão de caráter social, tem direito. Assim como a cidadania supõe o exercício de direitos tanto econômicos como políticos e civis, cada vez mais parece ser possível falar num conjunto de prerrogativas que dizem respeito aos benefícios propriamente urbanos. É claro que esse rol de direitos não é sistematicamente contemplado pelas legislações vigentes, mas nem por isso ele é menos essencial ou deixará de ser alvo de pressões por parte do grande contingente que mora em péssimas condições de habitabilidade, gasta 3 ou 4 horas diárias no transporte, não tem possibilidade de lazer ou que recebe uma escolarização deficiente e muitas vezes deixa de ser atendido pelos serviços de saúde. A cidadania, obviamente, não se esgota nesses itens, pois sua obtenção implica a efetivação de direitos políticos e civis e se complementa com um conjunto de benefícios econômicos inerentes à esfera das relações de trabalho.” (Kowarick, 1993:71)

Kowarick (2000), retornando, mais recentemente, ao tema, considera a casa própria como um extenuante, mas compensador, projeto de vida, em face das demais alternativas habitacionais, como o cortiço e a favela²¹, tanto pela proteção das *intempéries* sócio-econômicas e familiares, como pela facilitação ao alcance de outros bens e a melhora das condições de

²¹ Nos dias de hoje, acrescenta-se a essas alternativas a de morar nas ruas.

habitabilidade. O autor recupera, nesse momento, com mais ênfase, o símbolo de sucesso (de quem venceu na vida) que a casa própria representa, fato que muito lembra os depoimentos dos nossos entrevistados:

“É a vitória de uma moralidade que valoriza a família unida, pobre, porém honesta, o trabalho disciplinado, enfim, a vitória da perseverança que leva à conquista da propriedade. É a respeitabilidade daquele que, com o esforço familiar, ergueu as paredes e o teto que representam real e simbolicamente a proteção contra os perigos e violências da rua, a tranquilidade barulhenta da televisão dominical, a sociabilidade da vida íntima e, no final, a esperança de maior segurança na velhice”.

“Mas vale insistir nos significados simbólicos da moradia. Lar, privacidade: sobre a casa própria se ilumina o imaginário da disciplina e do sucesso, enquanto sobre os cortiços e as favelas despenca a pecha de uma pobreza culpabilizada pelo fracasso, que precisa viver amontoadas, onde se misturam sexos e idades. Tidos e havidos como locais que favorecem hábitos duvidosos, brigas e desorganização familiar, espaço de promiscuidade, as habitações coletivas, com seus múltiplos e congestionados cubículos, e as favelas, por expor a pobreza numa situação de flagrante ilegalidade urbana, são particularmente estigmatizadas como locais de imoralidade, e daí o passo para a suspeição de vício e até de criminalidade. Ou seja, os discursos construídos sobre a intimidade na moradia parecem ter forte poder na separação do que é tido como ordem e desordem social: “chama a atenção nisso tudo o quanto a noção de ‘trabalhador honesto’, do ‘chefe de família responsável’ ou do ‘pobre ordeiro’ é carregada de um conteúdo de moral que faz referência a uma noção de ordem legítima de vida inteiramente construída na perspectiva da via privada”. (Kowarick:2000:90-91)

Após o apontamento de várias semelhanças ou continuidades entre o processo de periferização característico dos anos 70 - a autoconstrução na periferia como solução habitacional privada, a arquitetura precária, a ajuda familiar e de amigos para a construção, a valorização da individualização e da propriedade privada - e a (nova) face da periferização-hiperperiferização, a partir dos anos 90, que produz um território mais precarizado e vulnerabilizado -, aponto a presença de algumas diferenças ou rupturas,

que estão referidas aos sujeitos da ação e ao seu espaço-tempo, qual seja, a etapa atual do capitalismo mundial, o globalismo.

Os moradores-trabalhadores do Jardim Felicidade apresentam muitas características do “perfil do excluído”, a que preferimos chamar “incluídos mais perversamente ao sistema” do capitalista avançado, para referirmo-nos à análise feita por José de Souza Martins (1997) sobre as expressões da “nova desigualdade” na contemporaneidade. Essa ‘integração’ ao sistema se dá de forma diferenciada daquela que foi apontada nas pesquisas dos anos 70.

Em primeiro lugar, gostaria de destacar dois aspectos intimamente relacionados a essa integração: a situação ocupacional da classe trabalhadora e sua situação orçamentária familiar, nos dois períodos. Nas pesquisas e trabalhos sobre a questão da classe trabalhadora nos anos 70, a classe trabalhadora era designada sob o termo “classe operária”, pertinente à etapa industrial do desenvolvimento capitalista brasileiro e paulista em particular. Assim, é bastante freqüente que as análises informem sobre os sacrifícios da família para adquirir a casa própria, lançando mão de suas indenizações trabalhistas, sinalizando uma relação *formal* de contrato de trabalho. Como exemplo dessa abordagem, cito Maricato:

“A casa cresce parceladamente, pois o trabalhador sempre dispõe de poucos recursos para a compra dos materiais que são, portanto, extremamente racionados. O dinheiro é proveniente dos ganhos extramensais como das férias, do 13º salário, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e em grande parte do sacrifício que a família fez de economizar, em prejuízo de outras necessidades, como a alimentação. Depois da alimentação, a habitação é o maior gasto do orçamento da família trabalhadora, girando em torno de 18,0% a 25,0% da renda familiar a ela destinada”. (Maricato, 1979:86)

A diferença fundamental que gostaria de assinalar é que, na pesquisa realizada no Jardim Felicidade entre 2002-2003, confirma-se o predomínio da

situação ocupacional de caráter informal na contemporaneidade²², que retira o trabalhador da esfera dos direitos trabalhistas e do contrato, fonte anterior de poupança familiar (ainda que não universalizada). Para nossos entrevistados, os recursos advindos de indenizações trabalhistas para “aquisição” do lote foram apenas 4,9% e, quando existiram, foram originários de desemprego. (v. tabela 9).

Concomitantemente a essa situação, colocamos uma segunda questão importante, que está relacionada ao orçamento familiar. Em vários trabalhos sobre essa questão, encontramos afirmações de que a habitação é a despesa mais importante da família, depois da alimentação, numa clara referência às prestações da casa própria. (cf. Maricato, 1979:75) Na pesquisa, confirmamos a indicação da alimentação como a despesa que mais pesa no orçamento familiar (97,0%). Várias despesas concorrem ao segundo lugar, em ordem de importância, de forma equilibrada. São elas: as taxas (luz, água), os empréstimos, os gastos com a casa e as prestações de móveis,

²² Embora tenha utilizado o termo “setor informal”, compartilho da concepção de Oliveira, para quem o “trabalho informal” é resultado da alta produtividade do capitalismo avançado. Chico coloca que “se extrai mais valia desse trabalhador sem precisar metê-lo na fábrica, sem precisar constrangê-lo, sem ter os custos do controle da força de trabalho. Fazem-se as mesmas operações sem precisar por ninguém numa fábrica, escritório ou shopping center”. (2002: 92-93).

“A miséria brasileira hoje não é devida ao atraso, é devida ao avanço. A espantosa concentração de renda ocorre porque os custos do capital são muito baixos, e produzem o que Marx chamava de superacumulação. Temos hoje em todo o sistema capitalista uma superacumulação em todas as escalas, dos países mais pobres aos mais ricos. Isso leva a crises reiteradas. A financeirização atua como um vampiro, conseguindo sugar exatamente aquele momento da produção da mais valia. Não precisa de nada mais. Ainda temos formas concretas de trabalho é evidente, ainda se exigem fábricas, confinamento em um só lugar, etc., mas isso é muito declinante.” (2002:94)

Oliveira não concorda que o “setor informal” e a “massa marginal” (termo de José Nun) não sejam necessários ao sistema. “Essa ‘massa marginal’ foi capturada ali no ato, no único momento em que é capaz de produzir mais valia”. Isso não se confunde com ter ou não relevância para o capital (Oliveira, 2002: 98)

Assim, a reestruturação produtiva e a globalização interromperam a progressão da relação salarial e aumentaram a produtividade sem necessitar da relação formal de trabalho: “pelo contrário, o que se chamou no passado de “informalidade” tornou-se regra. Pede-se ao trabalhador formal os atributos do “informal”: flexibilidade, polivalência, iniciativa. Tais atributos encontram-se nos camelôs dos centros de nossa cidade. Aparece aí o primeiro elemento da exceção: o mercado de trabalho foi virado pelo avesso”. Por outro lado, emprego estável é considerado privilégio e regras de previsibilidade foram traduzidas como burocracia. (2003:10-11)

eletrodomésticos e, até mesmo, carro (entre 40% e 49%). Em terceiro lugar, estão os gastos com saúde. Assim, nossa observação indica que a habitação entra de outra forma no orçamento familiar: como investimento no imóvel e no conforto oferecido pela aquisição de bens de consumo duráveis, característicos da vida urbana. (v.tabelas 10.1, 10.2 e 10.3)

Outra diferença entre os dois períodos refere-se à própria natureza de ocupação de área que não resulta mais da compra ilegal, como era mais característico, embora já se manifestassem, no fim dos anos 70, processos de ocupação de áreas públicas. O trabalhador atual, morador de loteamento clandestino/irregular, não está (e não poderia estar) submetido a longas prestações para aquisição do lote. Os “pagamentos” pelos terrenos, quando existiram, foram à vista ou em poucas prestações.

Dessa forma, a demanda por moradia, que motivou o trabalhador a buscar a solução habitacional privada da autoconstrução em loteamento periférico, no caso estudado, destinou ao trabalhador informal no limiar do século XXI, diferentemente do que ocorria com os operários-proprietários dos anos 70, uma convivência mais aguda com uma situação de insegurança e de vulnerabilidade, por não ser possível conquistar efetivamente a propriedade legal da sua casa autoconstruída.

No Jardim Felicidade, 83,3% dos entrevistados manifestaram sentimento de insegurança pela irregularidade da situação ou em menor proporção, reconhecimento de que a ilegalidade da sua situação existe pela dificuldade de se cumprir a lei. Apenas 8% afirmaram estar tranquilos, porque acreditam que a Prefeitura vai regularizar a situação. Um outro aspecto diferencial dessa ocupação, em relação a algumas outras experiências desse tipo em São Paulo, foi a constatação de inexpressivas menções à resposta que teriam sido “enganados” com documentos falsificados por um loteador inescrupuloso (1,1%)²³. (Tabela 11).

²³ Como exemplo dessa diferença, cito Teresa Caldeira: “... a presença importante do loteador (privado) para o deslanchar do bairro, com contrato de venda que foi percebido como ilegal só bastante tempo depois”. (Caldeira, 1984:69)

Nos estudos mencionados anteriormente, já estavam bem postas tanto as preocupações do trabalhador com os sacrifícios impostos à família, com a sobrecarga de trabalho para construir a casa, o que eliminava as “horas livres”, bem como as precárias condições de sua moradia, o que consumia suas energias cotidianamente, resultando em uma diminuição do ciclo produtivo do trabalhador, de sua expectativa de vida, de sua fertilidade e de sua força de trabalho - desgastes que a propriedade da moradia não recupera -, contrapostas, por outro lado, a uma situação ocupacional em sua grande maioria estável. (cf. Bonduki, Rolnik, 1979:37)

Atualmente, além dessas preocupações e desgastes, que permanecem muito presentes na vida familiar, o trabalhador está submetido a uma instabilidade maior pela sua situação ocupacional e a um “julgamento” próprio e alheio com relação à insegurança da condição de apropriação de sua moradia, quanto à legalidade e legitimidade dessa sua situação perante a sociedade. Não é demais lembrar que, no Brasil, ter ou não a propriedade privada sempre esteve associada a ser ou não ser cidadão²⁴.

Além disso, outro diferencial entre esses dois períodos de análise está na cidadania política. Nas análises dos anos 70, a política habitacional empreendida pelo sistema SFH/BNH guardava sua raiz explicativa no controle político autoritário do Estado que, servindo de apoio à acumulação capitalista industrial, mantinha um amplo exército industrial de reserva. Além disso, a repressão autoritária impedia manifestações públicas e a livre organização política para se confrontar à ordem estabelecida. (Bonduki e Rolnik, 1979:137)

Desde fins da década de 80, vivemos um processo de redemocratização, que se ainda apresenta problemas e dificuldades, mas vem avançando a passos seguros na sua institucionalização na sociedade brasileira. A inflexão no modo de acumulação capitalista - a acumulação flexível que caracteriza a *era do globalismo* -, não coloca qualquer incompatibilidade com os regimes democráticos, muito pelo contrário.

²⁴ conforme análise de Sérgio Adorno, apud Silva (1996:46)

Democratização e urbanização são questões que se desenvolvem imbricadamente na construção da cidade mundial.

A questão da habitação num mundo cada vez mais urbanizado adquire cada vez mais espaço no debate da Questão Social. A nova ambientação democrática inaugurada em 1988, porém, não criou barreiras institucionais sólidas, nem um espaço público mais fortalecido, que impedissem os nefastos efeitos das novas (des)regulações econômicas, e, principalmente, a retirada de cena do poder público estatal das questões sociais. A fragilização econômica a que foi submetida a classe trabalhadora vai se reforçando num processo que opera a metamorfose de grande parte do “exército industrial de reserva” em grande massa de “desnecessários” socialmente, nos termos de Robert Castel (1995). E isso se reflete gravemente na sua capacidade de associativismo e de organização política²⁵.

Em plena vigência do regime democrático, as dificuldades de conjugação das lutas no âmbito do trabalho e da moradia se distanciam, na mesma medida em que estão intimamente relacionadas aos efeitos fragmentadores do processo econômico e de urbanização que as engendram e transformam.

Os moradores do Jardim Felicidade, ao serem perguntados sobre qual foi sua primeira preocupação em relação ao bairro, deram as seguintes respostas, *em ordem de importância*: a maioria declarou não se preocupar com o lugar ou, em outros termos, com o seu aspecto de “não-cidade”; já a outra parte reconheceu ter ficado apreensiva com a precariedade do lugar e com a violência entre os ocupantes, bem como com o risco de perder tudo o que tinha aplicado na construção da casa. Nessas circunstâncias, num primeiro momento, a resolução do problema “abrigo” foi absolutamente emergencial e prioritária em relação aos outros aspectos que cercavam o entorno.

²⁵ No capítulo III abordaremos as questões relativas ao associativismo, participação e democracia.

Teresa Caldeira, em sua pesquisa em um bairro de ocupação irregular na zona leste, em fins dos anos 70, sinaliza a existência de um referencial comum do que seja o modo de viver na periferia da cidade:

“Ir morar no “meio do mato” foi o jeito que essas famílias encontraram para ter acesso à casa própria. E se resolveram enfrentar as más condições de um bairro longínquo e sem infra-estrutura urbana, foi também porque alimentavam uma crença no progresso (...); esperavam que, com o tempo – mesmo que fosse muito tempo - , as coisas fossem melhorar.” (p. 70) (...)

“Além disso, também a grilagem não é um problema único nem raro dentro do contexto da cidade (...): sob um certo ponto de vista, a ilegalidade envolvida na compra de um terreno é um dos preços que o trabalhador pobre tem de pagar para ser proprietário numa cidade como São Paulo. Os outros tributos são as ruas de terra, esburacadas e com esgotos a céu aberto; a falta de iluminação e telefones públicos; as filas de espera por transporte; as dificuldades para obter serviços públicos; a ausência de apoio institucional para erguer a casa, e assim por diante. Enfrentar esses problemas e essas condições constituem-se numa *experiência* que é *comum* aos que moram em bairros da periferia, ou seja, que é conhecida e vivenciada por todos, independentemente do fato de poderem ocupar diferentes posições em relação a outros setores da sociedade. Nesse sentido, o que gostaria de deixar indicado aqui é que a vivência dessa experiência faz-se acompanhar da geração de um “estoque simbólico” , de um conjunto de informações e interpretações que é também ele comum. Viver de uma mesma maneira na cidade acaba significando ter uma série de referências comuns a partir das quais se elabora uma visão dessa cidade e dessa sociedade que ela abarca. Não quero dizer com isso, é bom que se frise, que as representações que os trabalhadores que moram na periferia elaboram são sempre as mesmas ou que sejam informadas exclusivamente pela sua vivência do urbano; o que quero sugerir é que elas terão na referência a essa experiência comum um de seus pontos de articulação”. (Caldeira, 1984:71)

Portanto, ao considerarmos que a experiência do modo de viver na periferia está *estocada simbolicamente* no âmbito da subalternidade, somos remetidos a levar em conta, também, os passos concretos dessa experiência que vai de um forte sofrimento inicial com a decisão de “invadir ou ocupar” um

terreno alheio, passa pelo enfrentamento de viver um longo período de tempo em condições inóspitas e, mesmo após a construção da “casa de alvenaria para não parecer favela”, não elimina outros sofrimentos e inseguranças que lhe causa a não propriedade definitiva da casa *própria*.

O acúmulo de experiências de vida precária, porém, não começa com a decisão de ocupar uma área para moradia. No caso dos moradores do Jardim Felicidade, ao pedirmos uma comparação de suas condições de vida e moradia atuais e as de sua infância e adolescência, obtemos que, para 52%, o presente encerra condições *melhores* de vida e de habitabilidade do que as vividas na infância ou adolescência, uma vez que saíram de pequenas cidades nordestinas.

Esses dados são indicadores de que, em mais de 20 anos de crise econômica, ainda se presencia, no Brasil, a vigência da trajetória de “ascensão social perversa”, atribuída à vida na cidade. Por outro lado, apenas 27,2 % - dado não desprezível - responderam, nas duas questões, que as condições na infância/adolescência “*eram melhores que hoje*”, apontando uma trajetória inversa: de desqualificação social, numa alusão aos termos de Paugam, devido ao desemprego de longa duração, mobilidade com segregação e empobrecimento da classe trabalhadora.²⁶ Para os restantes 20,8%, as condições de vida e moradia, presentes e passadas, são praticamente iguais. (tabelas 12 e 13)

A maioria está, digamos assim, “acostumada” a condições precárias de vida e moradia desde a infância, o que colabora para a persistência da atração exercida pela grande cidade, além da disposição para enfrentar “fronteiras”²⁷, desbravar territórios, experimentar situações de “indignidade” do

²⁶ Apesar do autor não considerar esse conceito para países como o Brasil, a “desqualificação social” pode ser verificada na cidade de São Paulo, pois se trata de conceito multidimensional, com mudanças nas situações de emprego e de vínculos e rupturas sociais, que vão significando um acréscimo progressivo de dificuldades. V. PAUGAM, Serge - *A abordagem Sociológica da Exclusão*, IN: VÉRAS, Maura.(ed.) Por uma Sociologia da Exclusão, São Paulo, Educ, 1999 p. 55-59.

²⁷ A expressão “território de fronteira” é aqui usada como uma metáfora que marcaria uma situação de liminaridade entre a ordem e a desordem da vida, forjando um mundo ambivalente e sempre conflituoso, onde as identidades multifacetadas procuram lugares para ancorar

morar e viver sem uma infra-estrutura mínima (em alguns casos, em locais *hiperperiféricos* no próprio território periférico), e para empreender, finalmente, o esforço da autoconstrução da casa própria e de parte da cidade - mesmo que seja uma parte segregada - para, quem sabe, alcançar a contrapartida de se integrar ao urbano e à cidadania.

Nesse sentido, se faz importante o questionamento de Bader B. Sawaia (1990), a partir de pesquisa com favelados, retornando e reforçando a abordagem política da questão da casa própria e da propriedade privada:

“ Sem a posse definitiva do terreno, o trabalhador vive sob a ameaça permanente de ser despejado, de ter sua moradia destruída segundo a vontade da iniciativa privada ou dos órgãos administrativos que assumem o poder de dirigir seu destino. Portanto, antes de ser analisado o desejo e a reivindicação da posse definitiva do terreno como um viés ideológico ou uma demonstração de consciência alienada, mas que deve ser superada, por que não refletirmos um pouco mais sobre a potencialidade de subverter a ordem dessa necessidade radical , que, criada pelo capitalismo, só pode ser satisfeita pela sua negação? (...)

“Será que a defesa do direito à propriedade privada de moradia, por parte dos favelados, não tem a potencialidade de transformar a questão habitacional em questão política, ultrapassando os limites de um bairro, unindo-se à luta mais ampla por uma vida decente?” ((Sawaia, 1990:50)

Ana Amélia da Silva (1996), também a partir de investigação com favelados, estabelece uma relação entre a luta pela posse do terreno e da casa vinculando-os à questão da cidadania:

formas de sociabilidade inclusivas. Guarda semelhança com o sentido que lhe dá Boaventura Sousa Santos, quando define que “viver na fronteira significa ter que inventar tudo, ou quase tudo, inclusive o ato de inventar a si mesmo. “Mais adiante refere-se à fronteira como a “invenção de novas formas de sociabilidade”, onde as identidades (de fronteiras) são sempre “lentas, precárias e difíceis”. (Santos, B.. Toward a New common sense – law, science and politics in the paradigmatic transition. NY/London: Routledge, 1995, p..492. (in: Silva, 1996:19)

“ Emerge um imaginário que coloca o direito à moradia (casa digna e posse da terra) como um patamar mínimo da conquista da cidadania, permitindo a construção da noção de pertencimento à cidade e à sociedade. É esse o significado principal da luta pela posse da terra – sair do mundo da ilegalidade. No interior desse quadro, a conquista da legalidade – que acompanha a posse da terra e a construção de bairros através da urbanização – significa para os entrevistados a perspectiva de saída do mundo estigmatizado da exclusão. Nestes termos, a demanda por direitos (moradia “digna”, autogestão dos recursos públicos em mãos dos favelados, entre outros) não se constitui apenas em uma declaração de princípios. Trata-se de um modo específico de construir relações e práticas sociais que signifiquem poder viver com dignidade. Ela remete, sem dúvida, para a situação de ilegalidade que em sua maioria vive, por ocupar terras invadidas ou coletivamente. É nessa direção que se pode entender como as representações operam a distinção entre (i)legalidade e legitimidade” (Silva, 1996:158).

O capital em geral intervém nessas lutas pelo ambiente construído, segundo Harvey (1982), através do poder de Estado, das políticas habitacionais, do controle do custo de vida e do valor dos salários, da gestão pública dos bens de consumo coletivo e dos valores culturais que dissemina. Ao levarmos em conta o novo papel do Estado, que vem sendo reelaborado nos últimos vinte anos, podemos nos indagar se, mesmo contrariando o capital proprietário de terras e os capitais secundários, através da desregulamentação, privatização e descomprometimento do poder estatal com a questão social, o capital em geral não favoreceu a implantação de uma política de omissão com relação à expansão (hiper)periférica dos anos 90.

Especificamente na questão em discussão, trata-se do paradoxo de, a um só tempo, consolidar a solução privada do trabalhador na conquista da casa própria pela autoconstrução (o abrigo), num território ilegal, desequipado e hiperperiferizado, e, além disso, não ter ou ter enormes dificuldades para obter a propriedade definitiva ou legalizada da mesma, conduzindo-o para uma “zona de vulnerabilidade” e para um outro patamar dos conflitos sociais. Nesse sentido, a luta entre proprietários e inquilinos, que tradicionalmente exporia a

oposição entre a propriedade privada e a propriedade pública, perde importância política.

Estamos diante do desafio de pensar alternativas teórico-políticas que possam proporcionar redefinições do que seja a luta pela “qualidade de vida”, “ambiente construído de qualidade”, para a classe trabalhadora moradora da periferia hiperperiferizada. A conquista da “casa própria” e alguns benefícios de entorno, nesse sentido, podem guardar, a cada caso, potenciais diferenciados, seja para corroborar a manutenção de uma situação de instabilidade e vulnerabilidade social, seja para transformar o desejo de propriedade e outros direitos num projeto de inclusão na vida urbana e na cidadania. Aí entram as especificidades e qualidades das lutas travadas em cada lugar de viver, que podem vislumbrar ou não um campo de lutas entre sujeitos coletivos, que a cada momento se torna mais complexo e multifacetado.

Não é o caso aqui de recuperarmos todos os momentos da luta pela reforma urbana, que tem protagonizado grandes mobilizações e organizações populares nos últimos 20 anos nas grandes cidades. Por outro lado, acreditamos que é possível pensar que a luta pela moradia digna possa ser vista como *um momento* da luta pelo Direito à Cidade, e não seu fim, à medida em que se aumente a capacidade de reelaboração de projetos políticos mais abrangentes em torno do *ambiente construído de qualidade* e de fortalecimento de um espaço público de debate e de deliberação democrática e participativa sobre os termos dessa questão.

Recentemente algumas iniciativas têm dado impulso a esse espaço público no Brasil e na cidade de São Paulo, como por exemplo as Conferências de Habitação (2001 e 2003), a Conferência das Cidades (2003), o debate do Plano Diretor Estratégico e Regional (2002-2004), e o processo do Orçamento Participativo (2001-2004). Porém, ainda assim, a discussão sobre o Direito à Cidade ainda tem muito o que avançar, tanto em relação à hegemonia na pauta dos movimentos sociais da temática da habitação ou da moradia pura e

simplesmente, quanto do domínio do *saber debater* por uns poucos, mesmo entre as lideranças populares e seus apoiadores.

Todo o esforço empreendido pelo cidadão na garantia de sua moradia tem como resultado, além do seu abrigo, a concretização de um direito humano essencial. Essa conquista não fecha completamente as portas para a possibilidade de superação da visão individual, etapista e fragmentada do seu lugar na cidade. Pode também desenvolver a tensão entre a *ação ilegal*, mas *legítima*, da ocupação, e, a busca da legalidade, da sua “inclusão” mais legítima no sistema de direitos, através da propriedade da casa. E isso só se dará à medida em que se possa vivenciar momentos de uma outra *práxis*, num espaço público que estimule a visão da totalidade e o vir-a-ser sujeito coletivo que deve singularizar a luta por uma “feliz-cidade”.

5. Identidade territorial: momento de elaboração da (nova) urbanidade

Como os moradores vêem o seu bairro? Qual o vínculo que estabelecem com esse ambiente construído e ainda não possuído legalmente? Como acham que são vistos pelos outros? Essas e outras perguntas foram feitas no sentido de trazer à superfície a questão da identidade territorial. Perguntas como essas visaram detectar sinais de uma identidade territorial que, no nosso entender, guarda um nexos constitutivo importante na conquista do “Direito à Cidade”.

No que a categoria identidade territorial pode contribuir para a elaboração de uma “consciência urbana”? Nas novas territorialidades periféricas construídas, como no Jardim Felicidade, estão presentes elementos físico-espaciais, materiais e também, identitários. Milton Santos destaca bem o peso do fator espacial, do território, sobre o valor do indivíduo, sobre sua identidade, consciência e cidadania. Diz ele:

“Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai

mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição, pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição da sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam. (Santos, 1987,p.81)”

Para analisar a identidade territorial na perspectiva da cidadania, Bader Sawaia nos convida a observar o território em questão como

“ apto ao transformar-se em algo diverso na relação com a alteridade e como processo dinâmico resultante da tensão permanente entre a homogeneização disciplinadora da ordem social e a rebeldia da polissemia da vida social, contrapondo-se à visão maniqueísta que qualifica os espaços como bons e maus, libertadores ou aprisionadores, de segregação ou inclusão, para captar a multidimensionalidade e o processo de identificação dos contrários aparentes como segregação/resistência, intimidade/impessoalidade, sem abrir mão da concepção de identidade como modo de ser e de se relacionar como individualidade única e identificável. Um mesmo espaço contém o estar junto e o estar discriminado, a exclusão e a inclusão, a autonomia e a heteronomia, ao mesmo tempo em que é reconhecido como único e igual a si mesmo. O uno e o múltiplo não se excluem, constituem-se um na relação com o outro, um contém o outro ao mesmo tempo em que se superam”. (Sawaia, 1996:86)

A concepção de identidade que pode captar a tensão entre o particular e o universal e entre o múltiplo e o uno está situada entre dois pólos constitutivos dela mesma: “*identidade como igual a si mesmo e como polissemia e movimento.*” (Sawaia, 1996:87) A idéia de movimento como nexos constitutivo da identidade é também salientada por Octavio Ianni, a propósito da emergência da sociedade global. Segundo ele:

“A dinâmica da sociedade global produz e reproduz diversidades e desigualdades, simultaneamente às convergências e integrações. Pode ser ilusório imaginar que a diversidade situa-se no ser-em-si, identidade. Esse, quando se verifica, é um estado episódico; e quando permanece, corre o risco da recorrência e reiterada mesmidade. A trama das relações, o jogo do intercâmbio, a audácia do confronto podem produzir a diferença, a diversidade, o antagonismo; com os riscos das perdas e dos ganhos, precisamente com os riscos da mudança ou transfiguração.” (...)

“Tanto é assim que a busca ou a afirmação da diversidade, enquanto originalidade ou identidade, com freqüência mobiliza recursos do outro, do país dominante, da cultura invasora. A afirmação da autonomia, independência, soberania ou hegemonia na maioria dos casos mobiliza valores e padrões culturais, formas de pensamento, técnicas sociais ou mesmo utopias produzidas no “exterior”, ou buscadas pelos nativos ou levadas pelos conquistadores.” (....)

“Globalização rima com integração e homogeneização, da mesma forma que com diferenciação e fragmentação. A sociedade global está sendo tecida por relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, integração e antagonismo, soberania e hegemonia. Trata-se de uma configuração histórica problemática, atravessada pelo desenvolvimento desigual, combinado e contraditório. As mesmas relações e forças que promovem a integração suscitam o antagonismo, já que elas sempre deparam diversidades, alteridades, desigualdades, tensões, contradições. Desde o princípio, pois, a sociedade global traz no seu bojo as bases do seu movimento. Ela é necessariamente plural, múltipla, caleidoscópica. A mesma globalização alimenta a diversidade de perspectivas, a multiplicidade de modos de ser, a convergência e a divergência, a integração e a diferenciação; com a ressalva fundamental de que todas as peculiaridades são levadas a recriar-se no espelho desse novo horizonte, no contraponto das relações, dos processos e das estruturas que configuram a globalização.” (Ianni, 1996:28.29 e 30)

Essa longa citação visa colaborar com a idéia do movimento, do encontro e desencontro entre diversidades e desigualdades oferecidos pelo ambiente urbano, tanto para quem nasce aqui como para quem escolhe aqui viver. A velocidade das transformações urbanas e sociais traz, para os

moradores da cidade mundial, a vivência da *fronteira*, em relativizações e confrontos dos “modos de viver” urbano. Esses modos de viver e aprender a cidade podem ou não dialogar entre si, reforçar ou superar momentos de sofrimento bem como de alegria pela experiência.

É assim que uma aproximação com a esfera do cotidiano, da rotina, da previsibilidade, de papéis sociais demarcados, do senso comum (no sentido gramsciano), mas também da produção²⁸ torna-se fundamental para resgatar conceitos e preconceitos, estigmas ou crenças. Além disso, “o cotidiano é também o lugar onde o homem se relaciona com a alteridade por inteiro, com todos os seus sentimentos, paixões, idéias e ideais. É onde ele apreende o mundo e nele se objetiva de forma única, dentro das possibilidades oferecidas por esse mundo; portanto, é onde vive sua particularidade padronizada e, também, é onde pode superá-la em direção à humanidade” (Sawaia, 1996:88)

Essa perspectiva orientou a intenção de captar alguns elementos ou fragmentos de possibilidades identitárias no território construído²⁹, pelos usos que dele têm feito os moradores, tentando permanecer alertas para a sugestão de que o presente carrega “previsibilidades” ou “obviedades”, mas também possui diferentes temporalidades que convivem entre si, seja da história pessoal, individual, seja da história social. É preciso aprimorar as lentes para enxergar *práxis*, em que, muitas vezes, se vê continuidade histórica.

É nessa perspectiva de investigação que se originaram as perguntas³⁰ que podem se aproximar de uma elaboração identitária dos entrevistados que, como vimos, têm experiências de migração, de trabalho informal mais que formal, de mobilidades dentro da cidade, entre outras, reterritorializando um

²⁸ Conforme (Carlos, 2004); v. Introdução.

²⁹ Território não é um conceito. “Ele só se torna conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam”. (Santos, Milton, 2000:22)

³⁰ “Identidade esconde negociações de sentido, choques de interesse, processos de diferenciação e hierarquização de diferenças, configurando-se como estratégia sutil de regulação das relações de poder, quer como resistência à dominação, quer como seu reforço. Portanto, não basta perguntar pela identidade, é preciso conhecer quem pergunta, com quais intenções e sentimentos se pergunta”. (Sawaia, 1996:85)

espaço onde realizam trocas cotidianas, recriando ou transformando suas identidades anteriores.

A esmagadora maioria dos moradores, 91,9%, não tem qualquer outro uso de seu domicílio que não seja residencial. No entanto, *aspectos urbanos* vão sendo agregados à paisagem como pequenos comércios e serviços: lojas de materiais de construção, bares, mercados, borracharias, salões de cabeleireiro etc., todos, é claro, de caráter informal, irregular. Talvez por isso, no caso estudado, a maioria dos moradores que trabalham exerçam uma mobilidade intra-regional, não gastando pouco mais que uma hora de trajeto diário de ida e volta. A experiência do urbano vai cada vez mais ficando restrita à periferia.

Quando a pesquisa empírica foi realizada (2002-2003), o loteamento já dispunha de rede de abastecimento de água, esgoto, coleta de lixo, correio, telefone e energia elétrica oficiais. Nessas condições, a grande maioria dos domicílios do bairro têm, atualmente, um pouco mais que um “padrão mínimo de habitabilidade”.³¹

Por estímulo da pesquisa, os moradores foram convidados a avaliar os serviços e equipamentos coletivos necessários que colocam o bairro alguns degraus acima do “padrão mínimo de habitabilidade”. Os itens avaliados foram:

1. Transportes coletivos
2. Equipamentos de lazer
3. Limpeza Pública

³¹ A partir de cruzamento dos dados do Censo 2000, o IBGE definiu critérios para caracterizar os domicílios brasileiros como adequados ou não. Os critérios são os seguintes: ser ligado à rede de abastecimento de água, ter coleta de esgoto ou depósito em fossa asséptica; ter coleta de lixo; abrigar no máximo duas pessoas por dormitório. Estão nesse padrão mínimo de habitabilidade 44% dos domicílios brasileiros, considerados adequados. A pesquisa revela que 51% dos domicílios são semi-adequados, ou seja, tinham em 2000, ao menos 1 característica, mas não todas elas. E 5% deles são totalmente inadequados. Os dados apresentam melhora em relação a 1991, quando os domicílios adequados eram apenas 33%, 56% os semi-adequados e 11% os totalmente inadequados. No sudeste, os lares totalmente adequados somam 59%, enquanto que no Nordeste são 24,6%.

4. Asfaltamento/pavimentação
5. Água/esgoto
6. Serviços de correio e telefone
7. Escolas
8. Serviços de saúde
9. Serviços de assistência social
10. Serviços de habitação
11. Administração Regional/Subprefeitura
12. Comércio
13. Oportunidades de emprego

Os serviços avaliados pelos entrevistados como **ótimos e bons** foram os serviços de correio e telefone, de transporte coletivo oficial - que chegou recentemente ao bairro -, água e esgoto - embora o acesso a esse serviço não esteja totalmente universalizado e, por fim, a pavimentação, que foi avaliada como boa porque estava em obras e gerava grande expectativa quanto à sua conclusão. Esses são serviços básicos e essenciais que possibilitam uma melhor qualidade de vida e uma melhor comunicação e circulação interna e externa ao bairro.

Os serviços básicos avaliados como **regulares** foram a limpeza pública e o comércio local, bem como o que foi chamado de “serviço de habitação”, ou seja, a existência de ajuda ou auxílio material ou técnico do poder público ou mesmo a existência de um trabalho de divulgação sobre o processo de regularização urbanística e fundiária³². Apesar dos benefícios começarem a aparecer após 2001, a maioria não sabia qual era a situação do loteamento (51,7%) ou não tinha qualquer informação a respeito. (tabela 14). No entanto, uma boa parcela sabia que o loteamento estava incluído em um programa de regularização (46,8%).

Os serviços básicos avaliados com **ruins e péssimos**, foram aqueles que mais têm a ver com a oferta de equipamentos de bens coletivos, que, por

³² Como exemplo disso, foi a menção ao Canteiro de Obras do Lote Legal, onde ficava a equipe social do Resolo

sua vez, foram assim avaliados porque, na verdade, **não existem**. As poucas escolas próximas não estão no bairro e só têm o ensino fundamental. Não há postos de saúde, nem equipamentos de lazer. Não há, tampouco, oportunidades de emprego. Quanto à Subprefeitura Tremembé/Jaçanã (ou ex-administração regional), além de mal avaliada, constituiu um dos serviços que os entrevistados declararam ter mais dificuldade em avaliar.

Assim, é possível imaginar uma paisagem de “padrão periférico” que, em pouco tempo, fez com que o Jardim Felicidade apresentasse problemas que assolam, há muito tempo, qualquer outra área periférica da cidade. Os principais problemas do bairro, segundo os entrevistados foram: a existência de muitos desempregados (83,3%), os problemas com drogas (68,8%) e, em terceiro lugar, para 47,5%, a existência de muita violência. Em contraponto a essas afirmações, e sem deixar de reconhecer a existência desses problemas, foi apontada por 36,6%, a existência de ajuda de vizinhos e amigos.

Apesar de todos problemas apontados, a grande maioria, 73,1%, acha o bairro bom para morar e não deseja se mudar. Sua casa foi fruto de muito sacrifício pessoal e familiar (para 46,3%) e, além disso, foi ali que foi possível comprar a “casa própria” (para 22,2%), o que indica uma satisfação aliada a uma ausência de outras alternativas. (v. tabelas 15 e 16).

Da minoria que deseja se mudar (24,6%), 44,1% gostaria de viver num bairro melhor. Os outros motivos que pesam nessa vontade de sair são a violência e a vontade de voltar para o lugar de origem. De qualquer forma, para essa minoria, isso é só um desejo. Nada de concreto foi ou está sendo feito para isso.

Se, por escolha própria ou não, algumas raízes estão fincadas nesse território onde construíram sua casa - sinal de fragmentos de uma *identificação em curso* possível - era preciso saber, em contrapartida, como percebiam que o bairro era visto pelos outros. A opinião majoritária, 46,8%, é a de que o bairro é *mal visto* externamente. Em segundo lugar, estão 29,6% que não

souberam avaliar essa questão. E, em terceiro lugar, verificou-se uma indiferença: acham que o bairro é nem bem visto nem mal visto (Tabela 17).

Ao serem solicitados a explicitar melhor essa percepção de um certo preconceito externo com relação ao bairro, emergiram de forma mais significativa os “qualificativos negativos” ou desfavoráveis que trazem uma “marca histórica”, alguns dos estigmas já consagrados imputados à classe trabalhadora *pobre, moradora da periferia*, indicando a vivência cotidiana da discriminação, desigualdade, segregação e violência.

“Muita violência e também porque acham porque é bairro pobre que ninguém presta”.

“Por ser um bairro pobre as pessoas não olham com bons olhos”.

“Falam que o bairro é horrível e violento”.

“É um bairro distante de tudo”. Nem sabem que o bairro existe ou não conhecem”.

“O bairro é muito precário”.

“É um bairro feio”.

“Os filhos não quiseram morar comigo por causa do bairro”.

“Muitas pessoas chamam este bairro de favela”.

“Acham que é um morro muito feio e distante”.

“Acham que o bairro nem existe direito no mapa”.

Embora em franca minoria, alguns ensaiaram alguma percepção externa mais positiva:

“Ninguém conhece por ser um bairro novo”.

“Tem bairro bem pior que este”.

“As pessoas devem conhecer o bairro para saber”.

“As pessoas não fazem comentários maldosos”.

“Tem gente que acha que é bom e outros que dizem que é feio.”

“Aqui tem gente boa”.

A questão das territorialidades têm sido cada vez mais debatidas, seja pelos fóruns da sociedade civil, seja pelo setor público. As territorialidades da cidade vêm ganhando mais visibilidade, principalmente a partir de pesquisas como a do “Mapa da Exclusão/Inclusão”, na cidade de São Paulo”, que considera a divisão pelos 96 distritos e, mais recentemente, quando a Prefeitura Municipal implementa um projeto previsto desde a Lei Orgânica Municipal: a descentralização em Subprefeituras³³. A institucionalização das diversas territorialidades, dessa forma, cria e recria territórios e alinhava possíveis integrações, que constituem ou podem vir a constituir outras referências identitárias, além do bairro.

Assim, para a coleta de mais um fragmento de possibilidade identitária, explorei, com os entrevistados, suas impressões sobre a integração do bairro na região Norte – mais especificamente acerca da jurisdição da Subprefeitura Tremembé-Jaçanã – e, depois, do bairro em relação à cidade de São Paulo.

³³ Lei da Criação das Subprefeituras nº 13.399, de 1º de agosto de 2002 (Projeto de Lei no. 546/2001 do Executivo).

A **integração regional** do Jardim Felicidade à região do Tremembé/Jaçanã está bem percebida pela maioria. (tabela 18) Embora o bairro esteja no distrito do Tremembé, a região considerada mais central é a do Jaçanã (para 80,5%), por ter um comércio mais tradicional, popular e bem consolidado. O núcleo central do distrito do Tremembé caracteriza-se por ser mais voltado para a classe média. De certa forma, a população deste bairro confirma o Jaçanã como uma “centralidade polar a ser dinamizada”, apontada no Plano Diretor Estratégico proposto pelo Executivo Municipal, promulgado em 13/09/2002 pela Câmara de Vereadores.³⁴ (tabela 19)

Boa parte dos entrevistados, 44,8% considera o Jardim Felicidade integrado à cidade de São Paulo. As características ou categorias que explicariam essa integração são, segundo eles:

“O bairro está bem posicionado geograficamente.”

“Pois pertence geograficamente e fisicamente a regras.”

“É um bairro que se desenvolveu muito e pela cidade de São Paulo ser muito grande.”

“Pertence à cidade mas ainda é um bairro desconhecido por muitas pessoas.”

“Só por ter correio o bairro já está bem integrado. O Bairro recebe todo tipo de informação.”

“Tem transporte que leva para toda a cidade e a tarifa é a mesma.”

³⁴ V. Plano Diretor Estratégico, Lei 13.430 - Subseção IV – Da Rede Estrutural de eixos e pólos de centralidades. Porém, como reza o artigo 126, § 2º, “As Áreas de Intervenção Urbana para implantação de pólos de centralidade serão definidas nas leis dos Planos Regionais. Os Planos Diretores Regionais das Subprefeituras ainda não foram votados (fev/04). Na minuta de PDR da Subprefeitura Tremembé-Jaçanã enviada à Câmara, Cap.III - Dos Instrumentos de Gestão Urbana Ambiental, Seção V – Das Áreas de Intervenção Urbana e Projetos Estratégicos, no artigo 39, consta a referência ao Jaçanã como “centralidade polar existente”, a ser dinamizada, com prazo até 2012.

“São Paulo é uma cidade bem dividida.”

“Pertence à cidade porque está no mapa.”

“Pertence porque está dentro da cidade. Tem que ser reconhecido por isso.”

“O bairro ainda está em desenvolvimento.”

A avaliação de que o Jardim Felicidade não é integrado à cidade de São Paulo, foi feita categoricamente por 20%. Essa resposta, apreciada juntamente às respostas daqueles que hesitaram, respondendo que está integrado “em parte” (15,3%), ou ainda declararam não saber responder a essa questão, totaliza 55,2% dos entrevistados.

“Ainda não consta as ruas do bairro no guia.”

“Só conhece o bairro quem mora aqui e no local específico que moramos.”

“O bairro não atende a todas as necessidades dos moradores.”

“Esta região ainda não consta como bairro.”

“Ainda não tem infra-estrutura para fazer parte da cidade de São Paulo.”

“Não sabe muito que dizer sobre isto.”

“Não sei explicar.”

“Pelos lotes não estarem regularizados.”

“Não está no mapa da cidade porque é clandestino.”

“Falta muita coisa para ser um bairro de verdade.”

“Porque é um bairro novo”.

Os principais prejuízos experimentados por quem acha que o bairro é *mal visto* estão localizados mais expressivamente nos relacionamentos com os familiares, amigos e colegas e na sua dignidade e auto-estima. Assim, a sensação de preconceito e de discriminação pelo lugar onde mora é vivida subjetiva e cotidianamente. (tabela 21).

Mesmo que a maioria não tenha muita certeza ou não saiba se o bairro está integrado à cidade de São Paulo, pode-se verificar uma tendência, um desejo de que isso aconteça.³⁵ Para podermos ter um contraponto sobre a avaliação acerca da integração ou não do bairro à cidade, pedimos aos entrevistados que definissem o que significa a cidade de São Paulo. Abaixo indicamos as frases mais expressivas dos moradores, que, na sua *maioria*, definem a cidade *positivamente*:

“É uma ótima cidade para se viver, morar.”

“É uma cidade maravilhosa.”

“É uma cidade imensa que acolhe a todos.”

“Cidade do trabalho. Cidade do Emprego.”

“Uma cidade de muita luta.”

³⁵ Pesquisa realizada em 1989 – sobre a apropriação simbólica da cidade de São Paulo, coloca esse fenômeno relacional: “O morador gosta da cidade porque ela tem tudo e é bonita, apesar de não usufruir o que ela oferece. A cidade é uma grande vitrine e ele se satisfaz com a possibilidade de vê-la e de circular por ela, embora não o faça por dificuldade de locomoção. O morador descreve com orgulho a riqueza da cidade, a pujança do comércio, o progresso tecnológico na área da saúde e na indústria, os *shopping centers*....(citado em Sawaia, 1995:22)

“São Paulo é uma mãe.”

“São Paulo é uma escola muito competente.”

“São Paulo é uma grande metrópole com grandes problemas.”

“São Paulo é uma cidade muito grande e agitada.”

“São Paulo é uma cidade para quem bebe dessa água não esquece.”

“São Paulo é uma cidade que abriga a todos sem classe.”

“Uma terra de oportunidades.”

Esse amor [à cidade], conforme se manifestou acima, pode vir a se transformar em condição para melhor conhecer tanto o território como a cidade, propiciando uma experiência esperançosa, como sugere Olgária Matos:

“O amor como forma de conhecimento é razão anfíbia, que reunifica Eros e Logos, atividade e passividade, o eu e a alteridade, sensação e cálculo, isto é, experiência.”
(Matos, 1995:26)

Uma parcela menor, mas não desprezível, já não compartilha dessa avaliação tão positiva da sua experiência ou vivência de cidade grande. As suas expressões mais significativas são:

“É uma cidade muito violenta.”

“É uma cidade de muita desigualdade e injustiça.”

“É uma cidade com muito desemprego.”

“É uma ilusão para muita gente de fora.”

“Tenho muito orgulho de ser paulistana mas precisa de muito trabalho para os bairros saírem do abandono.”

Essas identificações em curso na e da cidade percorreram suas várias fisionomias simultaneamente: a cidade do migrante, do trabalhador, do desempregado, do vitimizado; a cidade mãe, educadora e aprendiz; a cidade fraturada, contraditória e desafiadora, confirmando, por um lado, como nos coloca Rolnik:

“No entanto, é uma cidade partida, cravada por muros visíveis e invisíveis que a esgarçam em guetos e fortalezas, sitiando-a e transformando seus espaços públicos em praças de guerra. (...)

Entrar na cidade é estar permanentemente exposto à sua imagem contraditória de grandeza, opulência e miséria, carroça e caminhonete blindada, mansão e buraco, shopping center e barraca de camelô. Cidade fragmentada, que aparenta não ser fruto da ordem, mas sim filha do caos, da competição selvagem e desgovernada de projetos individuais de ascensão ou sobrevivência, do sonho de gerações sucessivas de imigrantes que vieram em busca das oportunidades distantes e da potência da grande cidade. Em São Paulo hoje, o futuro da megacidade parece incerto: sobreviverá ao congestionamento e à poluição? Reaparecerão os empregos industriais perdidos? Voltará a reinar a paz nas ruas? (...)

“...o que parece uma nau desgovernada corresponde na verdade aos sucessivos modelos de cidade e de gestão urbana construídos para administrar um lugar.....”e, transformando-se na principal cidade do país marcada pela extrema concentração de renda.” (Rolnik, 2000:10)

Algumas marcas monumentais e fisionomias que a cidade assume para cada um podem indicar também outro movimento contraditório, demarcado pelo paradigma de uma *identidade-etiqueta* onde podemos nos confinar, ou, de outro lado, nos aproximarmos de outras possibilidades, em elaboração ou

transformação³⁶. A afirmação e confirmação pela aceitação de uma “identidade-etiqueta” da cidade pode colaborar para a fabricação de uma “participação imaginária” nela, deixando subordinadas as possibilidades de participação real. Conforme Sawaia:

“Exclusão e inclusão são dois pólos do processo de inserção social injusto: o morador excluído do direito de usufruir os bens e serviços da cidade onde mora é incluído nela subjetiva e intersubjetivamente, através da “participação imaginária” ou “cidadania-sublimação”. (...)

“Desse modo, a cidade-espetáculo é uma “identidade-etiqueta” que encobre espaços marcados por alto grau de intimidade, profundidade emocional, compromisso e continuidade no tempo.” (...) (Sawaia, 1995:22)

À procura de mais pistas sobre possibilidades de elaboração identitárias, perguntei aos entrevistados que lugar da cidade seria símbolo da cidade de São Paulo. Os lugares apontados estão dispostos em ordem decrescente de frequência:

Avenida Paulista (34)

Centro da Cidade (33)

Ibirapuera (32)

Horto Florestal (10)

Museu do Ipiranga (10)

³⁶ “O que se quer destacar aqui é que não se trata apenas de uma manipulação sem consciência, produto da cabeça de alguns geniais técnicos de *marketing*. A manipulação das informações leva em consideração aspectos que estão plantados no imaginário da população, aspectos ligados a seus paradigmas históricos, aspectos ligados à sua identidade ou ainda à sua vontade de mudança de paradigmas existentes.” (Maricato, 1999:144)

Marginal Tietê (6)

Praça da Sé (4)

Praça do Correio (4)

Morumbi (4)

Catedral da Sé (3)

Metrô (3)

Praça da República (2)

Serra da Cantareira (2)

Estátua do Borba Gato (2)

O lugar onde moro (1)

Estátua da Independência (1)

Nenhum lugar (9)

Nessas declarações há um material rico para uma análise semiológica, que não nos propomos a fazer. Porém, é possível confirmar que os diferentes lugares mencionados “significam e ressignificam” diversas cidades de São Paulo, diversas temporalidades que simultaneamente partem de um mesmo território.

Há a (nova) cidade do capital financeiro e a (velha) cidade histórica e central, que foi berço das primeiras ondas de migrantes e do que significava “urbanidade” como totalidade, símbolos de concreto contrastando com

parques e áreas verdes. Lugares de memória histórica nacional, de heróis (ou anti-heróis) bandeirantes, lugares de encontro e fruição lenta como algumas praças, e outros de impessoalidade e de velocidade como as rodovias e meios de transporte modernos. Há também, o “não-lugar” ³⁷ e o *meu* lugar. São Paulo, dessa forma, diversamente simbolizada, cidade única e múltipla, se oferece à experiência e imaginação individual e coletiva. Conforme nos coloca Ianni:

“Toda a cidade está simbolizada em algum signo, ou signos. São emblemas imediatos, taquigráficos, que logo a situam no imaginário de uns e outros, muitos, nos mais distantes recantos do mundo. O signo ressoa sempre longe e perto, remoto e presente.” (...) São metáforas cravadas no espaço e tempo, assinalando momentos excepcionais do imaginário de uns e outros, muitos, nos mais distantes e diferentes recantos do mundo. Toda cidade está localizada em alguma encruzilhada da geografia e da história, demarcando momentos dramáticos e épicos no mapa do mundo. Mesmo quando estão mutiladas, ou simplesmente sumidas do mapa, nesses casos pode ocorrer que elas jamais saiam da lembrança, memória, história. Esse pode ser o caso de Hiroxima”. (Ianni:1996:71)

O pertencer ou desejo de pertencer à cidade é atravessado pela superficialidade das raízes construídas no território até o momento. Algumas pistas dessa dificuldade foram detectadas na pergunta sobre qual lugar seria o **símbolo do seu bairro**. Para a maioria (61,0%), o bairro ainda *não tem* um lugar que possa ser uma referência, no presente, para a construção da identidade territorial ³⁸. Para esse numeroso grupo, dos quais boa parte não soube dizer qualquer coisa sobre a história do território construído, a sua vivência de precariedade e segregação ainda não foi suficientemente resgatada ou reelaborada para eleger algum símbolo concreto: nem positivo, nem negativo. O enraizamento, para eles, é fluido, seja porque ainda não tem a propriedade definitiva que não possibilita seu vínculo com a sociedade e a

³⁷ Conforme Marc Augé, seriam os lugares da impessoalidade, dos serviços, característicos das grandes cidades, onde um grande número de pessoas está próximo, mas não de relações de “encontro” (apud Vêras, 2000).

³⁸ Houve ainda menção à Praça do Jaçanã (11) e à Santana (1) que não são lugares do bairro.

cidade, seja por que o bairro ainda é “ilegal”, “mal visto”, “não-cidade”. A obstrução da elaboração identitária é crucial e impede a constituição de sujeitos coletivos³⁹

Como coloca Vêras, a territorialização capitalista constrange a subjetividade e procura anular o espaço, torná-lo sem memória e sem identidade (*um não-lugar*). Mas, enfatiza também a autora que identidade é um processo. Como esta é construída também com bases territoriais, é possível a sua (re)territorialização. À pergunta “*que sujeitos são esses, da cidade mundial?*”, Vêras reconhece aqueles que estão submetidos “a territorialidades perversas, cambiantes, sem direito à raiz, à memória, à identidade, mas há aqueles para quem acreditam que possam se forjar também processos contínuos de reconstrução (reterritorialização) no confronto com a alteridade”. (Vêras, 1999: 207-208)

É por isso que, mesmo que subordinados, alguns espaços do bairro revelaram possibilidades identitárias para alguns moradores. Dessa forma, mobilizando “recursos do outro, da cultura dominante”, conforme colocou Ianni, encontra-se um ponto de partida, para 28,5%, para a sugestão de símbolos para o Jardim Felicidade. São eles:

³⁹ Conforme a concepção de Sader (1995)



Figura 24- “Mercado Guaruminas” (12)



Figura 25 - “Ponto final do ônibus branquinho (em frente ao Guaruminas) – onde fica a praça Felicidade - (11)



Figura 26- “Mercado Pague Menos” (8)



Figura 27 - “Avenida Arley Gilberto de Araújo” (8)



Figura 28 - “Ponto final do Jova rural-Santana” (5)



Figura 29 - “Comunidade Igreja de São José” (5) e Praça Felicidade (2)



Figura 30 - "Minha Casa" (4)



Figura 31 - Parque Cemitério dos Pinheiros (4)



Figura 32- “Rua dos Pinheiros” (3)

“Torre de Transmissão de Energia” (3)

“Rua da Fonte (1)

“A vista da cidade quando passa na rua Ari da Rocha Miranda” (1)

A busca por uma individualização do espaço⁴⁰, novamente sem se aprofundar na semiologia, expressa um processo de identificação possível, porque “cada cidade, cada bairro, cada rua, até mesmo cada casa, tem um clima que não advém, exclusivamente, do planejamento urbano e da geografia, mas do encontro de identidades em processo – identidades de homens e de espaços. Esse clima perpassa diferentes entidades: eu, corpo, espaço doméstico, etnia, arquitetura. Dessa forma os espaços construídos formam discursos e manipulam impulsos cognitivos e afetivos próprios.” (Sawaia, 1995:21)

⁴⁰ “Quando a alma não encontra imagens urbanas que interiorizou na memória, cria substitutos. Na falta de árvore da esquina, da fonte, do lago, vêm o sinal de trânsito, a placa, o *slogan*, ou outdoor, o aviso e até a pichação no muro mostrar a individualização no espaço público. (Véras, 1999:215)

Dessa forma, uma parcela dos moradores do Jardim Felicidade conseguiu alcançar, neste momento, alguns elementos que podem constituir uma identificação em curso com seu bairro, a partir das referências que possuem dos outros bairros já consolidados, mesmo que fragmentadas: a identidade a partir do consumo (mercado), das vias asfaltadas e meios de transporte que os ligam à *cidade*, como sinais de progresso, bem como a igreja e a praça, símbolos tradicionais da existência de “lugares” de vida civilizada. É a movimentação do “estoque simbólico” de uma urbanidade periférica.

As imagens invocadas pelos moradores são portadoras de uma potência de conhecimento sobre a cidade pelas metáforas e alegorias sugeridas, coloca Olgária Matos, sustentando-se em Walter Benjamin. Já, aos moradores que não arriscaram essa representação, há a vivência de uma angústia de ignorar-se quem se é e o que se é, o que leva a uma perturbação da identidade e das identificações que só adquirem pertinência em relação de reciprocidade. Há identificações contraditórias, mas a identidade de um sujeito é sempre imaginária. A ausência de representação é semelhante à angústia de uma perda. Se não há como reconhecer uma representação, falta o poder de imaginar. (Matos, 1995:18-19)

Embora se tenha empregado aqui o termo “meu lugar” para a casa própria, com a qualidade de *lugar com sentido, o lugar das relações mais duradouras*, Sawaia alerta que só a familiaridade não é o bastante para que determinado espaço (a casa, o bairro, a cidade) seja coberto do sentimento de “meu”. Diz a autora:

“O que produz o calor do lugar é segurança e uma forte dose do sentimento de sentir-se gente entre pares. Uma vez definido, ele se torna o ponto de referência dos nossos direitos e reivindicações enquanto cidadãos, o lugar onde a noção abstrata de igualdade de direito é referendada por experiências partilhadas de sobrevivência. O “meu lugar” é o particular onde se objetivam as leis, as

estruturas e as relações sociais, na singularidade das necessidades, carecimentos e sentimentos do eu.” (...)

“O que se pretende é apontar a multidimensionalidade dos espaços da cidade e negar o paradigma do “uno”, identidade como igual a si mesma, destacando o processo de diluição entre si de contrários, como segregação, resistência, intimidade e impessoalidade. Um mesmo espaço contém o “estar junto” e o “estar discriminado”, exclusão e a inclusão, a autonomia e a heteronomia. (Sawaia, 1995:23).

As contradições inerentes à racionalidade e impessoalidade urbanas como incompatíveis com a esfera do cotidiano e das subjetividades não se sustentam, contudo, revelando um processo simultâneo de individuação e coletivização, de homogeneização e diversificação. O caso estudado é exemplar do quanto as macroestruturas estão refletidas no cotidiano e do quanto as referências sociais estão vivas no imaginário dos moradores, na nomeação das características e identificações do seu território de vida.

No entanto, a força segregadora é mais forte que as identificações frágeis que se esboçam nos moradores, seja de ligação com a cidade, com a região ou com seu próprio bairro, porque aquela age no sentido de obstar os contatos coletivos seja *entre pares*, seja com “os outros” interlocutores com quem possam trocar experiências sobre as desigualdades e diversidades da cidade. Sawaia coloca bem essa questão:

“A segregação se configura espacialmente apenas quando as relações caminham no sentido de diminuir a potência de ação de seus membros, sendo seu contraponto os lugares de passagem da universalidade ético-humana, da singularidade do gozo individual – lugares de movimento de recreação permanente da existência coletiva, do fluir de experiências sociais vividas como realidade do eu e partilhadas com o outro e, portanto, capazes de subsidiar formas coletivas de luta pela libertação de cada um pela igualdade de todos.” (...)

Espaços identitários não-segregadores são os que se alimentam das mensagens que mandam aos outros e capacitam seus membros a aproveitarem as oportunidades oferecidas pela cidade enquanto instrumento de

vida, que permite a experiência social da diversidade e da complexidade.”
(Sawaia, 1995:23-24)

As possibilidades de enfraquecer a força segregadora, fragmentadora que dificulta a elaboração de um espaço identitário com qualidade urbana, está no esforço de (re)construção e fortalecimento de um espaço público em que se permita ao “morador” andar a passos mais largos na direção da cidadania, em que as mediações das individualidades, diversidades, identidades, desigualdades - entrando em legítimo conflito de interesses -, possam se encontrar e trocar experiências e visões da cidade, num processo participativo e democrático de (re)construção coletiva da cidade.

A lógica da *imagem* urbana não se formaliza racionalmente, mas relacionalmente, conforme coloca Lucrécia Ferrara:

“... ao contrário, procura criar, no emaranhado dos *registros da cidade* (Gomes, 1994), uma rota de inteligibilidade daquela teia onde se enredam o desenho físico e construído mais as experiências humanas individuais e coletivas, que marcam aquele cotidiano. Uma lógica relacional, mas uma lógica, visto que a cidade, como organismo vivo, evolui de modo indeterminado, segundo uma espontaneidade que precisa ser perseguida e conhecida, a fim de que se produza uma possível generalização útil a uma previsão das transformações da cidade. Embora apenas possível e falível, essa previsão pode ser necessária para a compreensão do vertiginoso curso da metrópole.”
(Ferrara, 1999:45)

Enfim, o percurso para a transição do abrigo para o “habitat” tem de percorrer, na contemporaneidade, desde os múltiplos sentidos e significados da construção da *periferia-hiperperiferizada*, da questão da casa própria autoconstruída, do caráter da luta política pela propriedade legal da casa e do ambiente construído de qualidade (indissociadamente) até as possibilidades de elaboração de um sentimento de pertencimento ao território e à cidade.

Essas são questões e passagens da luta cotidiana dos moradores da *periferia-hiperperiférica*, implícita ou explicitamente provocadas pelo estudo do território do Jardim Felicidade que são, seguramente, dilemas e desafios

enfrentados pela grande maioria dos moradores-cidadãos da cidade, que desejam habitar e não somente nela morar.

Direito a uma Feliz-Cidade: uma (nova) sociabilidade *urbana*

Espaço curvo e finito

*Oculto consciência de não ser,
Ou de ser num estar que me transcende,
Numa rede de presenças e ausências,
Numa fuga para o ponto de partida:
Um perto que é tão longe, um longe aqui.
Uma ânsia de estar e de temer
A semente que de ser se surpreende,
As pedras que repetem as cadências
Da onda sempre nova e repetida
Que neste espaço curvo vem de ti.*

José Saramago

IN Os Poemas Possíveis

O modo de vida urbano e o estilo de vida urbano são termos já carregados de sentido, que nos remetem a determinados padrões e relações sócio-espaciais, de atitudes, posturas e imaginário caracterizados pela impessoalidade nas relações, pela racionalização crescente do modo de trabalhar e viver, pela dessacralização do mundo, pela homogeneização de um lado e, de outro, pela diversidade, pela individualização e coletivização que, ora se cruzam, ora se opõem, criando-se e recriando-se em função das necessidades de um mundo regido pela mercadoria.

O século XX se caracterizou, entre diversos aspectos, pela generalização da sociedade urbana, não só no Brasil, mas enquanto fenômeno mundial. Dessa forma, pode-se dizer que, a despeito das especificidades de cada sociedade, ocorreu também uma generalização desse “modo de vida urbano”¹. Se concebermos a síntese do que seja cidade e

¹ Referência à escola de Chicago (e especialmente Wirth) IN Eufrásio, Mario. Estrutura Urbana e Ecologia Humana. A escola de Chicago (1915-1940), São Paulo, ed. 34, 1999, 304p.

modo de vida urbano pelo binômio “habitar e governar” na história das cidades, pode-se verificar proximidades e distanciamentos com relação a esse conceito, dependendo, em grande parte, de como se dá o desenvolvimento sócio-econômico de cada sociedade, seus vínculos com o sistema econômico mundial e o jogo político das forças sociais. No caso de São Paulo, já foi bastante demonstrado, houve mais distanciamentos que proximidades com essa concepção de cidade. Viu-se a necessidade de se pensar o habitante da cidade – ou metrópole – para além do consumidor, produtor, mão-de-obra ou usuário do serviço público, mas, essencialmente – e o que é menos freqüente –, como cidadão.

“Os usos da cidade não se colocam sem a manifestação de interesses contraditórios e sem conflitos. De um lado temos o Estado e os empresários (valorização e poder) e, de outro, a população (anseio por condições de vida em dimensão plena, que vá além do habitar que não seja somente “um teto para morar” . Dimensão plena significa aqui ainda, a superação do entendimento do cidadão como usuário e consumidor para o de *usador*. “Tal perspectiva envolve pensar o sentido da apropriação e do uso dos lugares da metrópole. Envolve pensar o processo que transforma, constantemente, a cidade de valor de uso em valor de troca.” (Carlos, 1999:81)

Os territórios em que se permitiu o uso da cidade pelas classes trabalhadoras, em grande parte, como já foi colocado, foram as áreas desurbanizadas e sem interesse comercial imediato, as áreas de risco ou ainda as áreas deterioradas da cidade. Ou seja, são os territórios a que comumente chamamos de *periferia*, compreendendo, na maioria dos casos, as favelas, os cortiços e os loteamentos irregulares. Atualmente, porém, torna-se cada vez mais acertado falar em *periferias* e em territórios *hiperperiféricos* dentro das mesmas, além do processo de periferização dentro de territórios privilegiados ou consolidados.

A perspectiva do “Direito à cidade”, que viemos trabalhando, problematiza, a partir de um determinado território da cidade, caracterizado pela segregação e *por processos sociais excludentes*, as dificuldades do

alcance da moradia digna, de um ambiente construído com qualidade, que não pode ser dissociado da discussão acerca da presença ou ausência de *identidades territoriais em curso*. A questão da identidade está colocada como ingrediente fundamental para a elaboração e vivência de uma sensação de pertencimento, ao mesmo tempo ao local (bairro) e ao global (cidade), com direito à memória e raízes e a um devir que valorize a diversidade e a alteridade.

Discutir identidade territorial é inseparável (ou separável somente analiticamente, como fizemos) da observação e análise daquilo que *anima* a vida do bairro e da cidade, seja nos [poucos] espaços públicos, seja nos espaços privados: as relações e interações dos seus cidadãos entre si, entre seus diversos grupos, destes com o ambiente construído, com o poder constituído, num possível espaço público de confronto de seus valores humanos e de seus interesses. Captar algumas dessas dimensões pode proporcionar uma aproximação da percepção do “contrato social” vivido por esses sujeitos. Nesses termos, confirmamos um vínculo estreito entre identidades e sociabilidades, e destas com a noção de cidade e cidadania.

A cidade acaba sendo uma “*escola muito competente*”, como disse um entrevistado, pois possibilita conhecer, confrontar e vivenciar quantidades e qualidades, singulares e universais, construindo espaços e territórios onde o privado e o público se determinam mutuamente, elaborando e reelaborando constantemente diversas formas de sociabilidade características do urbano. A cidade, assim entendida, se revela como *prática sócio-espacial*.²

A sociabilidade é uma qualidade humana essencial. As diversas formas sociabilidade ou interação social são as múltiplas maneiras como os homens se ligam uns aos outros e com o todo. Simmel e Weber têm uma importante contribuição na concepção mais corrente de sociabilidade³. As diversas formas de relações e interações que são experimentadas e orientadas pelos sujeitos

² Cf. Carlos, A. Fani. *São Paulo: a anti-cidade?* In *Metrópole e Globalização*, São Paulo, Cedesp, 1999, p. 80-91 e Vêras, Maura. *Trocando Olhares*, São Paulo, Educ-Nobel, 2000

³ v. *Dictionnaire de Sociologie*. Le Robert. Seuil, 1999, p. 480 (tradução livre) e *Dicionário de Ciências Sociais*, 2ª. Ed., RJ, Editora FGV, 1987, p. 1134-1135

da ação constituem as estruturas de sociabilidade, que nomeiam laços e práticas comuns organizadoras dos sujeitos em diversos espaços: na família, nos lugares de trabalho, nas organizações profissionais, nos lugares de lazer, nas associações e partidos entre os principais. Pode-se observar também, através do exame dessas formas, as inclusões e exclusões, formais e informais, que se realizam em determinados ambientes associativos, abertos ou fechados.

O termo sociabilidade não pode ser dissociado do adjetivo ‘sociável’, que é compreendido por Goffman quando os membros sociáveis não só participam do grupo, mas também contribuem para seu desenvolvimento. A observação do cotidiano pode colocar em relevo os sinais trocados de pertencimento e de diferenciação, os papéis jogados no encontro das subjetividades.⁴

Há quem distinga, como o faz Serge Paugam, o termo sociabilidade de vínculos sociais. Segundo ele, pode haver sociabilidade sem vínculos sociais. Nos vínculos sociais, há uma ligação mais forte de pertencimento do indivíduo ao grupo e à sociedade, o que lhe permite se socializar, se integrar à sociedade e dela retirar os elementos de sua identidade. Laços “frouxos”, segundo ele, geram *anomia*.⁵

À medida que se percebeu, ao longo da pesquisa empírica, a ausência de sociabilidades associativas bastante desenvolvidas, nossa atenção se voltou para a análise das outras sociabilidades vigentes naquele território. Embora não tenha sido realizado propriamente um trabalho de sociologia do cotidiano, já salientamos anteriormente a necessária e relevante importância dessa esfera de análise para a compreensão das possibilidades e limites das transformações sociais na contemporaneidade.

A análise das sociabilidades neste capítulo se desenvolverá em três momentos: no primeiro, recuperando sinteticamente as sociabilidades que

⁴ V. Dictionaire de Sociologie. Le Robert. Seuil, 1999, p. 480 (tradução livre)

⁵ v. Paugam, S. Abordagem Sociológica da Exclusão In: Sociologia da Exclusão: O debate com Serge Paugam, S.Paulo, Educ, 1999 (p.49-118)

emergiram da prática sócio-espacial urbana, como categorias que assumem determinadas generalidades por onde se dá o desenvolvimento capitalista e que, por outro lado, guardam particularidades – no espaço-tempo de uma determinada sociedade. É assim que, do movimento geral que caracterizou a construção e urbanização da cidade de São Paulo, é preciso resgatar algumas relações e interações sociais bem como vínculos mais ou menos fortes com o ambiente construído e com o poder, seja local, seja global. No espaço-tempo da elaboração da “urbanidade” brasileira e paulistana em particular, no século XX, não há o que mais caracterize essas sociabilidades do que a questão da desigualdade social.

No segundo momento, vamos problematizar essas sociabilidades construídas e reconstruídas socialmente com o momento contemporâneo, qual seja, o da era do globalismo. E, dessa forma, as sociabilidades engendradas da urbanização industrial se confrontam com os aspectos que estão relacionados com a emergência da nova fase do capitalismo, da periferização-hiperperiferização e com os problemas advindos do debate sobre a *exclusão social*.

No terceiro momento, por fim, apresentaremos a elaboração conceitual de *três tipos diversos de sociabilidades em curso* presentes no território do Jardim Felicidade, marcado pela segregação e vulnerabilidade. Chamamos de *sociabilidades em curso* seguindo a mesma linha interpretativa sugerida pela noção de *identidades em curso*, inspirada nos termos de Boaventura Sousa Santos. As *sociabilidades em curso* são intrinsecamente dinâmicas, transitórias e carregadas de contradições e ambigüidades. São elementos teóricos que contribuirão, ao final, para o exercício da reflexão sobre as possibilidades e limites dessas sociabilidades vinculadas ao espaço-tempo presente, naquilo que podem ou não concorrer para avançar na luta cidadã pelo Direito à Cidade.

Discutir a sociabilidade nesses três momentos, objetiva colocar a questão sobre a possibilidade de elaboração de uma (nova) sociabilidade urbana, alternativa à que se cria e recria no capitalismo contemporâneo. Sem

pretender dar respostas conclusivas para essa questão, pretende-se, ao menos, apontar algumas mediações importantes a serem consideradas para tal reflexão.

1. Sociabilidades no espaço-tempo da modernização conservadora

A discussão sobre sociabilidade ou formas de sociabilidade brasileiras ou urbanas, para melhor identificar nosso problema, está ligada indissociavelmente à questão da desigualdade nas relações sociais. A questão da desigualdade social nos remete – pelo menos - ao processo de modernização conservadora brasileiro, que afeta as relações sociais e humanas muito além da espoliação econômica, pois assume vários aspectos que têm sido largamente discutidos ao longo da nossa História: preconceito, racismo, discriminação, segregação, intolerância, violência. Essa é a questão de fundo das ciências sociais desde seu nascimento no Brasil.

No Brasil, o urbano ou a cidade não são frutos de uma tradição como se verifica na História européia, conforme apontam alguns autores.⁶ O urbano aqui nasce e se desenvolve, em grande parte, a partir do rural. O mundo e o poder rural porém, começaram a receber revezes, em fins do século XIX – sem no entanto ter abalada a sua hegemonia - com o desabrochar do processo da Revolução Burguesa Passiva (ou *pelo Alto*) que se deu entre nós⁷. Porém, foi com a emergência do Brasil Moderno, após a década de 30 do século XX, que urbano e rural começam a se confrontar mais agressivamente.

No caso de São Paulo, conforme colocamos no Capítulo I, podemos observar que quanto mais a cidade se entregava ao modo de produção capitalista, mais a urbanização transformava e deslocava constantemente o

⁶ Lefébvre (1969), Castel (1998)

⁷ v. Florestan Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 3ª. Ed., 1987; Ianni, Octavio. *O Ciclo da Revolução Burguesa no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1984; Victoriano, M. *A questão nacional em Caio Prado Jr.: Uma interpretação original do Brasil*, S.Paulo, Pulsar, 2001 (entre vários)

que seria seu “núcleo central dirigente”, e, ao mesmo tempo em que promovia outros centros, promovia diversas formas de segregação - social, territorial, racial, cultural – , seja nos espaços públicos, seja nos espaços da convivência cotidiana, implicando em mudanças constantes e mais ou menos profundas nos diversos níveis de sociabilidade entre os cidadãos.

A cidade assumiu diversas faces que foram predominantes em cada período da história, às vezes, umas sobrepondo-se às outras: a cidade dos “barões do café”, a cidade industrial, a cidade legal, a cidade moderna, a cidade cosmopolita, a cidade global. Ao mesmo tempo podia ser também a cidade arcaica, segregada, autoritária, ilegal, provinciana e local. Essas características ganham concretude e conotações próprias nos diversos espaços-tempo da cidade. Isso porque, segundo Ana Fani A. Carlos:

“Essa verdadeira mole humana – hierarquizada em estratos sociais – impõem-se de forma diferenciada no espaço urbano, dado que o processo de apropriação privada do espaço produz uma hierarquia espacial coerente com uma hierarquia social na qual os indivíduos, subordinados à divisão do trabalho, hierarquizados socialmente, apropriam-se de forma diferenciada da cidade, e dado que o processo da apropriação é mediado pelo mercado, imposto pela propriedade privada do solo urbano. Esse fato é percebido de forma clara e evidente nos usos da cidade, perceptíveis na paisagem urbana marcada por diversas formas de segregação.” (Carlos, 1999:81)

O resgate do passado colonial na década de 30 tinha como objetivo fundamental o questionamento acerca das possibilidades e limites do Brasil Moderno que se inaugurava. A tarefa foi enfrentada por quem se convencionou designar de “*Inventores do Brasil*”: Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre⁸. Antonio Cândido, no Prefácio de “*Raízes de Brasil*” (1969) , atribui a esses autores a responsabilidade de trazer ao debate questões fundamentais da formação da sociedade brasileira. Diz ele:

⁸ Francisco de Oliveira, para ilustrar a estatura conferida às análises de quem ele chama de “intelectuais demiúrgicos” da formação social brasileira, acrescenta à essa lista inicial, Machado de Assis, Celso Furtado e Florestan Fernandes. (Oliveira, 2000:58-59)

“Traziam a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica aos fundamentos “patriarcais” e agrários, o discernimento das condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal.” (Cândido, In: Holanda, 1969: p. xiii)

Debatidos pelo que se conhecia por direita e esquerda no pós-30 do século XX, esses autores representam importantes matrizes para o pensamento social brasileiro: a escola marxista, a escola político-liberal weberiana e a escola funcionalista-culturalista. Ao remontarem o mesmo período histórico – a Colônia – vêm no início do século XIX e, principalmente, nos acontecimentos que desembocaram na Independência, Império, Abolição e República, questões fundamentais para o equacionamento da Questão Nacional. É no período do Brasil populista, então, que foi possível amadurecer o debate *sociológico e político* para o enfrentamento do pensamento e das ideologias conservadoras acerca da formação social brasileira, marcantes na Primeira República.

O pensamento freyreano alcança bastante destaque entre os demais pois consegue uma elaboração explicativa que, ao contornar as “negatividades” dessa formação social em “positividades” pela abordagem culturalista, forja uma sustentação forte do que poderia ser uma “democracia racial” (mas não social, econômica ou política), que se sintonizava com a proposição do Estado Novo (1937-45).

A crítica à análise gilbertiana tem em Sérgio Buarque de Holanda, no seu trabalho “Raízes do Brasil” (1936), um enfrentamento eminentemente político. Freyre trabalhava a família como instituição evolutiva para o Estado. Para Sérgio Buarque de Holanda essas duas instituições obedecem a ordens completamente distintas. O Estado nasce como transgressão à família, à ordem particular, e não como uma graduação superior, dentro de uma escala. Para esse autor, ainda, onde prospera a idéia da família patriarcal encontra-se grandes dificuldades de se estabelecer relações institucionais modernas e impessoais. A formação da ordem pública e do Estado burocrático no Brasil

está atravessada pela ordem familiar patriarcal e pela determinação patrimonial.

É assim que Sérgio Buarque queria chamar a atenção para essas reminiscências da ordem privada de poder, que perturbavam a instalação plena da ordem pública, mesmo sob a República. Para ele, uma ambigüidade paradoxal afetava a alma brasileira, fruto da nossa colonização de acento lusitano, rural e patriarcal: misturam-se ao mesmo tempo, um forte personalismo e individualismo, bem como um autoritarismo e uma aversão à hierarquia, somados a uma forte tendência à subserviência e ao paternalismo. Tudo isso se sintetiza no que ele chamou de “*cordialidade*”.

“Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças. Entre os japoneses, onde, como se sabe, a polidez envolve os aspectos mais ordinários do convívio social, chega a ponto de confundir-se, por vezes, com a reverência religiosa. (...)

Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência – e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no “homem cordial”: é a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções.” (....)

Armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social. E, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo” (Hollanda, 1969:106-108).

A “cordialidade”, nesses termos, parece significar uma *estratégia de sobrevivência* para a impossibilidade ou, conforme a classe social, a

conveniência de emergência de conflitos de forma legítima, no espaço público. Mesmo o novo ordenamento jurídico do período populista abrigava uma cisão abismal entre a realidade e as leis e instituições. A política da elite dominante se consolidava em desqualificar e neutralizar toda e qualquer expressão e movimentação das classes populares, organizada ou espontânea, que pudesse comprometer a concepção *harmônica* da nossa sociedade, difundida por seus ideólogos.

Caio Prado Jr. analisa a formação social brasileira como parte integrante do sistema capitalista mundial, desde sua fase mercantil. Esse autor, preocupado com as características e possibilidades do processo de modernização capitalista que se desenvolvia no Brasil, chama a atenção para a manipulação e reelaboração de valores vinculados à colonização e ao escravismo que atravessavam a emergente sociedade de classes. Preocupado, sobretudo, com a proposição de um projeto político que possibilitasse a emergência do cidadão a partir de um bom equacionamento do jogo de forças sociais e políticas por parte das classes populares, políticos e seus intelectuais, em vários trabalhos (1933, 1942, 1945), empreende análises sobre as especificidades da formação social brasileira, entre as principais: as relações de castas que persistem sobre as relações de classe; o paternalismo que perturba as relações de trabalho tanto no campo como na cidade e a intocabilidade da questão agrária que agudizava a Questão Social e Nacional brasileira. O autor defendia, ainda, uma aproximação do intelectual com o povo brasileiro e se preocupava com a aplicação acrítica de teorias alheias na interpretação da realidade brasileira (como por exemplo, a defesa da etapa da Revolução Burguesa nos moldes clássicos e a existência de feudalismo no Brasil). Dialogou com o pensamento conservador de Gilberto Freyre mas, preferencialmente, com a esquerda de seu tempo e, por que não dizer, com a vindoura.⁹

⁹ o desenvolvimento do pensamento de Caio Prado Júnior tem seus desdobramentos, na década de 60 e 70, com o que se convencionou chamar de “Sociologia Paulista”. (V. Victoriano, M. op.cit., especialmente cap. V)

Assim, as experiências fundantes da sociabilidade nacional (Independência, Abolição da Escravatura e República) não se constituíram em momentos de emergência e vivência concreta de valores civis que visassem à construção de espaço público de representação política, como nos processos revolucionários clássicos europeus. O advento da República, em 1889, não rompe com essa sociabilidade, mas a reelabora em novos patamares. A institucionalidade do poder de Estado sob o regime republicano reflete os interesses oligárquicos e a dinâmica de resolução de conflitos e oposições por meio do uso da força e da violência. Em toda a História da formação social brasileira, em seus momentos críticos, pode-se reconhecer nas diversas fisionomias que o Estado-nação vai manifestando, a face hegemônica das suas elites.

A análise crítica da “fórmula original” de acomodação das idéias liberais burguesas européias aos trópicos, na segunda metade do século XIX, esclarece a completa dissociação que se operou entre nós entre o princípio da liberdade dos princípios da igualdade e da democracia. A noção de liberdade, que sustentava a cidadania que se consagrou no Brasil-Nação em 1822, institucionalizada na Constituição de 1824, e reiterada na República, é a que está circunscrita à questão da propriedade¹⁰. Ana Amélia da Silva, referindo-se ao período turbulento da Regência, em que se desenrolaram várias revoltas pelo país, enfatiza a contradição do ideário liberal, que dispensava o pressuposto básico da igualdade. Diz ela:

“Essa combinação só aparentemente esquizofrênica entre modernismo e conservadorismo, ou melhor, entre ordem patrimonial e liberalismo, acaba delineando o dilema democrático do fim do século XIX, que passa a deslocar a presumida antinomia liberalismo-escavidão para aquela entre liberalismo e preconceito.” (Silva, 1996:46)

Apesar das mudanças geradas pela nova etapa do processo de Revolução Burguesa pós-30, o Brasil Moderno não rompe com essa

¹⁰ (cf, debate de Schwarz (*As idéias fora do lugar*) recuperadas em Silva (1996:46) e Telles (2001:21).

concepção da privatização do espaço público. A concepção de cidadania elaborada no período populista continua desvinculada da liberdade política e da igualdade, através da emergência de um Estado forte como peça chave da acumulação capitalista, que “doa” e “protege” os direitos aos trabalhadores (restritos ao setor urbano e com contrato formal de trabalho). O novo contrato social vivido na emergência do Brasil Moderno, apesar de promover alterações significativas nas relações entre Estado e sociedade, no espaço urbano, sustentava-se pela noção de tutela e não pela noção de direito. Segundo coloca Vera Telles:

“(...) numa sociedade regida pelo código da igualdade, o conflito aparece como acontecimento inevitável e irredutível da vida social, na medida em que os indivíduos se reconhecem e são reconhecidos no seu igual direito de pôr em questão modos de ser em sociedade. Mas o lugar que o conflito ocupa nas sociedades modernas mostra também que a igualdade não opera como um valor cultural transmitido pela força das tradições. Se assim fosse, pouca esperança haveria para um Brasil de origem escravagista, portador de uma tradição que, na lógica das diferenciações hierárquicas, atribui a indivíduos e grupos sociais modos de ser distintos e incomensuráveis. Como enfatiza Gauchet, o conflito é o outro pólo por onde a dinâmica igualitária se processa. É através do conflito que os excluídos, os não-iguais, impõem seu reconhecimento como indivíduos e interlocutores legítimos, dissolvendo as hierarquias nas quais estavam subsumidos numa diferença sem equivalência possível. É nele, portanto, que o enigma dos direitos se decifra, enquanto conquista de reconhecimento e legitimidade, sem o que a cidadania formulada nos termos da lei não se universaliza e não tem como se enraizar nas práticas sociais. É nele ainda que a questão da justiça se qualifica, enquanto garantia de uma equidade que a desigualdade de posições sempre compromete. Isto significa que a questão da justiça está implicada na trama dos conflitos. Na verdade, constitui o próprio campo dos conflitos: é em torno da medida do justo e do injusto que a reivindicação por direitos é formulada, os embates se processam e se desdobram numa negociação possível (Telles, 2001:29)

O Brasil Populista reconstruía as bases da nacionalidade e da sociabilidade nacional sob o signo da “conciliação”, do consenso, da harmonia.

Tudo o que feria a “paz social” era considerado demonstração impatriótica, irracional e, principalmente, “baderneira”.

É vasta a literatura das ciências sociais sobre o que significou a construção da identidade nacional sob o populismo¹¹. De uma forma ou de outra, por diversas perspectivas analíticas, há sempre a constatação do desenvolvimento de uma sociabilidade *híbrida*, que não abandona de todo as heranças escravistas. O clientelismo e a política do favor são, por sua vez, reelaborações da política imperial e da visão liberal conservadora, e são praticados com vigor excepcional, seja no período do Estado Novo (1937-45), seja no nosso interregno democrático (1945-64). A política de incentivo à casa própria e à autoconstrução na periferia desurbanizada, por conta da Lei dos Aluguéis, foi um exemplo de como, ao mesmo tempo em que os trabalhadores vão sendo paulatinamente afastados do núcleo urbano, do núcleo [do poder] central, eles acabam se vinculando estreitamente ao processo de urbanização excludente, porque sua inclusão nos “benefícios da cidade” está condicionada à sua participação nos esquemas populistas-clientelistas de poder.

A noção de cidadania construída nesses anos, tem forte base corporativa, pois está circunscrita à minoria dos trabalhadores urbanos, incluídos no pacto da modernidade, mesmo que de forma desigual. Mesmo sendo minoria, eram a personificação dos “trabalhadores do Brasil” que, com sua vivência do desenvolvimento econômico e industrial no meio urbano, expressavam um “modo de vida proletário moderno”¹², um estilo de vida urbano que, em muitos casos, significou sinônimo de ascensão social. A aquisição da casa própria aliada a uma participação no mercado de bens de consumo duráveis são exemplares dessa nova condição.

Para os trabalhadores urbanos a inclusão no estatuto de cidadão significava estar contemplado com os direitos trabalhistas e previdenciários.

¹¹ Algumas referências: Ianni, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*, 4ª. Ed, revista, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1988, 190p; Weffort, Francisco. *O populismo na política brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980

¹² Aqui pode ser incluído, na década de 50 em diante o que foi chamado de “american way of life”, difundido pelos meios de comunicação, principalmente cinema e rádio.

Para os “outros”, os pobres, “carentes”, incapacitados” ou “deserdados da sorte’ restava a filantropia, a caridade pois, colocados no mundo da “natureza”, foram transformados em paisagem, não sendo alvo de qualquer política pública social. Se a “gente humilde”¹³ souber “ficar no seu lugar”, ou seja, respeitar essa hierarquia que a “naturaliza” nessa condição subalterna, ela poderá ter a compaixão e a benemerência como resposta à sua condição de penúria. A lógica dominante da *cidadania restrita* (Telles,2001:33) impede o debate da universalização dos direitos, que exige uma concepção de direitos no âmbito da cultura e das regras de sociabilidade nas práticas sociais. Conforme coloca Telles:

“Direitos estão inscritos na dinâmica cultural e simbólica da sociedade. Determinam-se nesse ponto de intersecção entre a legalidade e a cultura, a norma e as tradições, a experiência e o imaginário, circunscrevendo o modo como os dramas da existência são apreendidos, problematizados e julgados nas suas exigências de equidade e justiça”. (Telles,1992:89)

O período populista é cenário, de qualquer forma, de uma porosidade do Estado a algumas demandas importantes da constituição de uma classe trabalhadora urbana e, mesmo com as restrições presentes, alguns conflitos tomaram expressão pública e fizeram emergir movimentações populares e organizações políticas que chegaram, por vezes, a desequilibrar criticamente a democracia consentida. Havia, de alguma forma, forte potencial da *metamorfose da população em povo*. (Ianni, 1988:102-112)

Às reações, manifestações ou “falas”¹⁴ populares no sentido de alargar a conquista da cidadania, o bloco de poder respondeu com o fechamento das instituições democráticas como em 1964, com o golpe militar. Para a classe

¹³ A “gente humilde”, precisava de compaixão, de benemerência. Quem não ouviu falar ou leu sobre a célebre resposta de Ademar de Barros quando foi argüido sobre a Questão Social:

- “Ah!, o social? Isso é lá com a Leonor!” (mencionando os trabalhos assistencialistas a cargo de sua esposa).

¹⁴ Referência ao termo usado por Oliveira, F. *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal*. IN OLIVEIRA, F. E PAOLI, M.C. OS SENTIDOS DA DEMOCRACIA, Políticas do dissenso e hegemonia global, 2ª. Edição, Petrópolis, Brasília, Vozes-fapesp- nedic, 2000, p.55-81)

dominante foi necessário o recurso da violência, agora de fisionomia estatal-militar, a fim de estancar o processo de reformas que se desenhava. O projeto nacional entra em franco declínio e dá lugar a um novo momento da nossa “revolução burguesa”, sob a hegemonia do capitalismo nacional associado ao capital internacional. Uma forte sensação de impotência e de medo foi sendo internalizada em toda a sociedade. (Caldeira, 1984; Macedo, 1979)

A vida associativa e a participação política mudam de foco, já que a luta contra o Estado estava muito dificultada. A ação política fica para “e/es”, nos termos resgatados por Caldeira (1984), referindo-se ao modo como a classe trabalhadora designa os “donos do poder”. Os problemas do cotidiano e do bairro passam a ser o espaço privilegiado e possível de associativismo e da ação política.

Sociabilidades comunitárias começam a ser forjadas nas lutas nos bairros (das quais as CEB’s são atores privilegiados), constituindo-se em fermento para as práticas democráticas e participativas no âmbito local e para as organizações autônomas da população com relação aos partidos políticos¹⁵. Engendra-se um processo de revalorização das práticas sociais presentes no cotidiano popular, proporcionando uma reelaboração das relações entre Estado e Sociedade Civil, como que inventando a segunda. Desse processo, emergem novos sujeitos coletivos que reivindicavam “direito a ter direitos”. (Sader, 1995:26-33)

Essa luta nos espaços dos bairros se dava ao mesmo tempo em que se travava a luta pelos direitos políticos. Eram lutas, sobretudo, para se colocar, novamente, diante do Estado (Caldeira, 1984) ou em antagonismo a ele (Sader:1995:46)

Pelas vias institucionais e não institucionais, a ditadura militar, em meados da década de 70, começam a dar sinais de desgaste. As eleições mesmo controladas, começava a expressar a insatisfação popular com o

¹⁵ v. especialmente: (Sader, 1995) e (Telles, 1994).

regime. As eleições eram, ainda, uma das poucas oportunidades de “fala”, pois na sociabilidade cotidiana, a classe trabalhadora já tinha “aprendido” que não se “podia falar de política”. (Caldeira 1984; Macedo, 1979; Oliveira, 2000)

Os (*novos*) movimentos populares nos bairros e o ressurgimento do movimento sindical do ABC paulista em fins dos anos 70 começam a promover rupturas no “silêncio”, elaborando uma sociabilidade comunitária que, mesmo que por caminhos tortuosos, tensos e conflituos, constituiu-se em referência para a construção de um espaço público e democrático. (Sader, 1995; Telles, 1994; Kowarick, 2000 e 2002)¹⁶

Na década de 80, a luta democrática começa a questionar não só o autoritarismo de Estado, mas também o *autoritarismo social*, consubstanciado numa cultura política que tem raízes nas desigualdades e organização hierárquica da sociedade. Conforme coloca Dagnino:

“Esse autoritarismo social engendra formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que subjaz ao conjunto as práticas sociais e reproduz a desigualdade nas relações sociais em todos os seus níveis. Nesse sentido, sua eliminação constitui um desafio fundamental para a efetiva democratização da sociedade.”(Dagnino, 1994:104)

Os elementos constitutivos da construção de uma nova sociabilidade política e urbana, a partir da sociedade civil, se manifestaram de forma excepcional no processo constituinte, através de fóruns, organizações não-governamentais, emendas populares. São expressões de um aprofundamento da concepção de democracia que ultrapassa o nível institucional e começa a se direcionar para as relações sociais, atravessadas pelo autoritarismo social. A

¹⁶ Kowarick, ao falar da ação do movimento sindical e da ação dos movimentos dos bairros fala da elaboração de uma **nova sociabilidade** da qual emerge uma reinterpretação dos problemas coletivos. “Essas organizações não dão costas para o Estado, pois dele exigem serviços e equipamentos e com ele estão em constante negociação. Por outro lado, procuram criar formas de representação e de gestão que se apóiam numa participação ampliada: “(...) é aí que o cidadão emerge, assumindo os seus direitos e deveres de participação, na construção de suas condições locais de vida, como morador, trabalhador, pai, educador, membro de uma CEB, sindicato, partido, etc. Sobre este fulcro unificador, que é a sua ação social e pessoal, constituiu-se a esfera ou território de organização popular”. (Kowarick, 2000:39)

referência é, nesse momento, segundo Dagnino, mais que um regime político democrático, mas uma sociedade democrática. (Dagnino, 1994:105)

O modelo do Estado de Bem-Estar Social, o princípio da universalidade dos direitos e dos “novos direitos” (para mulheres, idosos, negros, crianças e adolescentes, deficientes), inspirou o debate político e a Constituição de 1988. O fortalecimento da sociedade civil trouxe para a esfera pública a questão do controle democrático, que nasceu para fazer frente à concentração de poder e privilégios. Algumas conquistas sobre o controle democrático do poder público se tornaram novas institucionalidades, como os Conselhos de Políticas Públicas ou Conselhos Setoriais.

A conjuntura internacional de fins dos anos 80 e início dos anos 90, no entanto, não foi favorável para esse processo de avanços democráticos do Estado democrático, principalmente em relação ao cumprimento dos direitos estabelecidos na constituição, principalmente os sociais. Nessa conjuntura internacional destacam-se alguns fenômenos, tais como o Consenso de Washington (1989), que traçou as diretrizes da política neoliberal e da globalização; a queda do Muro de Berlim (1989), sinalizando a falência do regime socialista e das possibilidades utópicas nele inspiradas; e a crise do Estado de Bem-Estar Social na Europa. Todos esses fenômenos, direta ou indiretamente imbricados, provocaram o debate sobre a crise do Estado Nacional e de seu papel em relação à questão social.

Inaugura-se, nesse período, uma nova fase da “Revolução Burguesa” – o globalismo – que além dos rompimentos importantes nos padrões produtivos da sociedade, atinge também as bases em que se constituía a sociedade democrática, obstaculizando tanto a mobilidade social quanto a expressão de conflitos, principalmente para a classe trabalhadora. O globalismo coloca novos elementos na luta política que embaralham o jogo das forças sociais, local e globalmente, afetando, principalmente, a capacidade reativa das classes trabalhadoras na luta pelo cumprimento das conquistas sociais constitucionais recém conquistadas. É nessa conjuntura que a realidade global-local coloca uma contradição dialética complexa: quanto mais vivemos sob o

regime democrático, menos “poder” de controle social sobre o poder público conseguimos exercer.

Dessa forma, as sociabilidades democráticas e comunitárias, que vinham se gestando na sociedade civil e elaborando formas de expressão na esfera pública, são confrontadas com processos sociais excludentes que têm origem no processo de reestruturação produtiva, na nova divisão mundial do trabalho e na crise do trabalho e emprego e sofrem duros golpes. Esses processos excludentes fazem recrudescer e se reelaborar as sociabilidades autoritárias e conservadoras.

2. Sociabilidades em transição: desfiliação?

O debate da Questão Social nos anos 90 renasce a partir das discussões sobre a vasta fenomenologia denominada de “nova pobreza”, que passa a ocupar a cena política europeia. Daí a avalanche de estudos que recuperam histórica e sociologicamente, os significados do social e, principalmente, do pauperismo, os lugares da História em que se verificou a dissociação entre a ordem jurídico-institucional dos direitos dos cidadãos, bem como a ordem econômica desigual, que faz crescer a miséria e o desrespeito à dignidade humana. Como consequência desse processo contraditório, nesses momentos críticos, a sociedade capitalista liberal tem sido ameaçada com a emergência de conflitos sociais e de riscos de desintegração.

O nascimento do Estado do Bem-Estar Europeu se dá como resposta a essas crises, ressignificando o “assistencialismo” e distinguindo-o do nível privado, para o “social”, no nível público. Robert Castel representa uma vertente de investigação, dando conta das metamorfoses que a Questão Social vai assumindo na contemporaneidade. Segundo ele:

“O hiato entre a organização política e o sistema econômico permite assinalar, pela primeira vez com clareza, o lugar do “social”: desdobrar-se nesse entre-dois, restaurar ou estabelecer laços que não obedecem nem a uma lógica

estritamente econômica nem a uma jurisdição estritamente política. O “social” consiste em sistema de regulações não mercantis, instituídas para tentar preencher esse espaço. Em tal contexto, a questão social torna-se a questão do lugar que as franjas mais dessocializadas dos trabalhos podem ocupar na sociedade industrial. A resposta para ela será o conjunto dos dispositivos montados para promover sua integração” (Castel, 1998:31)

Para Robert Castel, falar nas metamorfoses da questão social é referir-se à dialética do mesmo e do diferente, evidenciando as transformações históricas sofridas pelos modelos de intervenção, enfatizando as suas principais características, no que elas têm de novo e de permanente, ainda que não facilmente reconhecíveis. Completa ele:

“Porque, é claro, os conteúdos concretos de noções como estabilidade, instabilidade ou expulsão do emprego, inserção relacional, fragilidade dos suportes protetores ou isolamento social são agora completamente distintos do que eram nas sociedades pré-industriais ou no século XIX. Inclusive, são muito diferentes hoje do que eram há apenas vinte anos (Castel, 1998:27).

(...)

“Entretanto, é o caso de mostrar que, em primeiro lugar, as populações que povoam essas “zonas” ocupam, por isso mesmo, uma posição homóloga na estrutura social. Os “inúteis para mundo (vagabundos do séc. XV) e os “inempregáveis” de hoje.

Em segundo lugar, os processos que produzem essas situações são comparáveis (homólogos na dinâmica e diferentes nas suas manifestações). “A impossibilidade de conseguir um lugar estável nas formas dominantes da organização do trabalho e nos modos reconhecidos de pertencimento comunitário (...) é que ainda constitui os “supranumerários” de outrora, de ontem e de hoje.

Em terceiro lugar, não se assiste ao desenrolar de uma história linear, cuja gestação das figuras assegure a continuidade. Há descontinuidades, bifurcações, inovações que devem ser resolvidas. O exemplo da condição de assalariado é forte: do mais completo descrédito ao estatuto de principal fonte de renda e de proteções. Com a instauração da sociedade liberal, o contrato representou uma ruptura tão profunda quanto a mudança do regime político. Porém, essa transformação não se deu de forma nem homogênea nem

hegemônica. No momento em que a condição de assalariado livre se torna a forma juridicamente consagrada das relações de trabalho, a situação salarial ainda permanece e, por muito tempo, com a conotação de precariedade e de infortúnio. Enigma da promoção de um multiplicador de riqueza que instala a miséria em seu centro de difusão. Hoje, espanta que após o sucesso atingido, a condição de assalariado novamente corre o risco de se tornar uma situação perigosa” (idem:28).

A metamorfose da questão social observada por Castel no cenário europeu está impregnada da noção de que, por um lado, “faz as certezas tremorem e recompõe toda a paisagem social” e, por outro, as grandes mudanças não representam “inovações absolutas” quando se inscrevem no quadro de uma mesma problematização¹⁷.

Na abordagem da questão social hoje e de suas metamorfoses, se recoloca a “aporia fundamental sobre a qual a sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, coloca em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência”. (Castel, 1998:30) Daí, nos anos 90, o tema da exclusão social ocupar o centro das atenções do debate político e social.

O conceito de *exclusão* não nos remete a uma questão nova na sociologia brasileira, pelo contrário, esta “é nossa conhecida há 500 anos”¹⁸. Discuti-lo aqui nos interessa por dois motivos: o primeiro, diz respeito ao tempo-espço em que emerge no debate social, os anos 90, principalmente, vinculando-se lógica e historicamente ao processo de reestruturação produtiva e de aprofundamento dos processos de globalização. Em segundo lugar, porque foi nesse espaço-tempo que se produziu o território estudado empiricamente, escolhido por suas características excludentes, despertando,

¹⁷ “Entendo por problematização a existência de um feixe unificado de questões (cuja características comuns devem ser definidas), que emergiram num dado momento (que é preciso datar), que se reformulam várias vezes através das crises, integrando dados novos (é necessário periodizar essas transformações) e que hoje ainda estão vivas. É por ser vivo que o questionamento impõe o retorno sobre sua própria história a fim de constituir a *história do presente*”(..). (Castel, 1998:28)

¹⁸ nos termos colocados por Vêras (1999: 14)

entre outros, o interesse pela investigação das sociabilidades dos territórios segregados e precários.

O convite à investigação empírica do Jardim Felicidade, entre outros objetivos, visava a apanhar algumas expressões da sociabilidade que se manifestava dentro de um território marcado pela precariedade da moradia, do ambiente construído, da informalidade do trabalho e, também, da fragilidade da vida associativa.

Nesse sentido, considera-se importante chamar a atenção para o confronto mais agudo nesse período, das sociabilidades tradicionalmente forjadas na ordem escravista, patrimonialista, personalista, populista e autoritária, com possibilidades emergentes de sociabilidade democrática e da sociabilidade neoliberal. Todas elas como fruto do nosso avanço (perverso) para a modernidade e para uma nova ordem democrática. Muitos autores têm se dedicado a essa questão com graus diferenciados de profundidade analítica, mas de inegável importância. Aqui apresentarei apenas uma sintética discussão, para que possamos confrontá-la com as tipologias construídas das *sociabilidades em curso* no Jardim Felicidade, à guisa de eixos analíticos, se não mais consistentes, mais apropriados para esse momento de metamorfose.

Um balanço do debate acerca do conceito foi realizado por Vêras (1999), recuperando o (longo) percurso do debate da pobreza no debate brasileiro e o impacto com que essa questão tem (res)suscitado no debate europeu, com a desestabilização do Estado de Bem-Estar Social, colocando a que campos teóricos o conceito está vinculado, desde os anos 70. A autora aborda desde as concepções funcionalistas da Escola de Chicago, da Teoria da Marginalidade, da modernização dependente e do estruturalismo marxista às abordagens culturalistas. (Vêras:1999:14-16) No seu trabalho há referências fundamentais do debate sociológico e político da questão da pobreza nessas perspectivas, para os quais gostaria de destacar que é nos anos 70 que se produzem as interpretações que, além de criticar o dualismo e ver as relações sociais e econômicas desiguais como inerentes ao sistema capitalista, põe em

causa “o modo de vida” do trabalhador e do exército industrial de reserva, no meio urbano¹⁹.

No espaço-tempo dos anos 80, conforme Vêras, o debate sobre a pobreza não deixa de ser nuclear, mas passa a estar associado à vivência da classe trabalhadora sobre o autoritarismo da ditadura militar. Espaço, território e cidadania começam a cruzar as análises sobre as classes trabalhadoras urbanas. (cf. Vêras:1999:19) Vêras apresenta, como destaque da reflexão sobre espaço e cidadania, os trabalhos de Milton Santos:

“Pretendendo contribuir para a redemocratização brasileira, o autor chama a atenção para o peso do “lugar”, do território (intraurbano, sobretudo) e, desse ângulo, a questão da cidadania.

O componente territorial implica não só que seus habitantes devam ter acesso aos bens e serviços indispensáveis, mas que haja uma adequada gestão deles, assegurando tais benefícios à coletividade. Aponta que o terceiro mundo tem “não cidadãos” (particularmente o “milagre econômico brasileiro” agravou os contrastes entre massa de pobres e a concentração da riqueza), porque se funda na sociedade de consumo, da mercantilização e na monetarização.

O autor não utiliza explicitamente o termo *exclusão*, mas pontua que, em lugar de cidadão, surge o consumidor insatisfeito, em alienação, em cidadania mutilada (Santos, 1987:19)” (Vêras, 1999:20-21)

Vêras se inclui no debate desse período, colocando um contraponto, a partir da sugestão de Milton Santos: o “direito à mobilidade” aliada à acessibilidade de serviços essenciais básicos. A autora propõe também o

¹⁹ O trabalho consagrado de Francisco de Oliveira em “A crítica da razão dualista” (1974) é emblemático desse debate em que pobreza, a miséria, a segregação e a discriminação social e territorial, expressões da desigualdade na apropriação da riqueza produzida, não eram a face atrasada ou ainda não atingida pelo processo civilizador da industrialização, mas sim a fenomenologia necessária para que o desenvolvimento econômico e seus resultados continuassem sendo conduzidos pelas classes dominantes industriais e agrárias. Era, na verdade, o outro lado de um mesmo processo excludente de modernização. Nessa linha de trabalho Vêras destaca as obras de Kowarick (1975^a, 1979^a), Singer (1973), Maricato (1979), Berlinck (1975) e Perlman (1977). As condições de vida da população pobre e, em geral, favelada e migrante, avultam na análise das ciências sociais.

“(...)direito de permanecer no *lugar*, no seu território identitário, o direito a seu espaço de memória. O capitalismo predatório e as políticas urbanas que privilegiam interesses privados e o sistema de circulação acabaram, muitas vezes, por descaracterizar bairros, expulsar moradores como favelados (remoção por obra pública, reintegração de posse), encortiçados (despejos, remoção, demolições), moradores de loteamentos irregulares, sem teto, num nomadismo sem direito às raízes.” (Véras, 1987)

Assim, nos anos 80, o debate sobre os efeitos da urbanização e industrialização sobre a classe trabalhadora urbana nas suas condições de vida e moradia estará associado às lutas sociais, aos movimentos populares que começam a ocorrer nos bairros da cidade. Pode-se notar aí um divisor de águas no debate sociológico, que começa a problematizar lutas de atores sociais que não estão colocados entre os pólos da contradição social fundamental: proletariado e burguesia. Ao lado de temas como as greves, o movimento sindical e a luta pela redemocratização começam a (res)surgir o cidadão comum, o morador da periferia desequipada buscando seu lugar no espaço público.

Nos anos 90, o debate da pobreza se reabre, principalmente para a Comunidade Européia, a partir da sociologia francesa, cujos destaques são Serge Paugam (1992)²⁰ e Robert Castel²¹ (1995). Embora partam de concepções teóricas distintas, esses autores põem em evidência a multidimensionalidade da questão da (nova) pobreza ou *exclusão*, deslocando a análise da questão da renda para os vínculos e rupturas sociais. Nesse aspecto é que reside nosso maior interesse nessa questão, pois remete a alterações nas sociabilidades dos indivíduos e grupos, que podem acarretar maior ou menor influência sobre a “coesão social”.

A questão do deslocamento da “centralidade do trabalho” e o fenômeno do desemprego estrutural, começam a estabelecer outras e mais visíveis relações que passam a ser interpretadas como manifestações de “exclusão

²⁰ sua abordagem sociológica tem filiações em Simmel, Durkheim e Weber, fundamentalmente.

²¹ Sua abordagem sociológica tem filiação no debate marxista europeu.

social” ou, ainda, de desligamento, de desfiliação de grande parcela de sujeitos em relação ao resto da sociedade. Os fenômenos como instabilidade nas relações conjugais e afetivas, desestruturação familiar, alterações nas relações com vizinhos, acesso universal ou não a direitos e seguros sociais, bens e serviços coletivos (compreendendo a educação num sentido mais amplo que a escolaridade) e, por fim, as dificuldades de participação associativa, social e política nos canais institucionais (partidos e sindicatos, por exemplo) passam a ser temas hegemônicos no debate social.

Paugam (1991) vai defender a ruptura com uma visão unitária dos pobres, chamando a atenção para as diversas categorias em que se pode, em determinada sociedade, verificar suas diferentes manifestações, em gradações em relação à coesão social. Essa atenção especial para com as diferentes formas de rupturas dos vínculos sociais de grandes parcelas da população inclui a preocupação com o fracasso dos processos de socialização a partir da crise do Estado Providência, que remetem a uma retomada, mesmo que parcial, da questão das identidades individuais e coletivas.

Para Paugam, a análise do conceito de exclusão inclui três noções básicas: trajetória (que recupera a idéia de processo), identidade (a questão da estigmatização, discriminação racial, identidade negativa) e território (localização espacial dos excluídos). O autor elabora o conceito de desqualificação social, que

(...) “corresponde ao **processo** de expulsão do mercado de trabalho e às experiências vividas na relação com a assistência que as acompanham em diferentes fases. Coloca-se, pois, ênfase ao mesmo tempo sobre o **caráter multidimensional**, dinâmico e evolutivo da pobreza e sobre o status social dos pobres, assim rotulados pela assistência²².” (Paugam, 1999:63)

O conceito de desqualificação social corresponde a uma das formas possíveis de relação entre os sujeitos chamados pobres e sua dependência em relação aos serviços sociais e ao resto da sociedade, estando estreitamente

²² (v. origens do conceito em Simmel (1907), quando ele discute em termos teóricos a relação de assistência entre os pobres e a sociedade em que vivem)

vinculado, para o autor, à etapa da reestruturação produtiva e aos países do capitalismo avançado. Assim, para ele, desqualificação social não é sinônimo de exclusão social, pois os sujeitos vistos por essa ótica estão, de alguma forma, integrados ao sistema (pela assistência social), mesmo que em seu “último degrau”.

Para Paugam, mesmo numa trajetória de perdas constantes, sofrendo estigmatização e segregação, o que dificulta sobremaneira sua capacidade de manter ou desenvolver um sentimento de pertencimento a uma classe social, os pobres não ficam totalmente desprovidos de reação, pois, em alguns casos, se preserva ou se constrói sua legitimidade cultural, bem como sua mobilização para continuarem a serem públicos alvos da assistência social. (Paugam, 1999b:69-77)

Para Paugam, as dimensões fundamentais para a análise do conceito de *desqualificação social* estão, portanto, na organização do mercado de trabalho (desemprego de longa duração); na questão dos vínculos sociais (familiares, associativos), sustentadas nas análises sócio-antropológicas; e no sistema de proteção social existente em cada sociedade (Paugam, 1999b:58-59) Essas são dimensões para as quais, a partir de cada caso específico, tem de se atentar para a não generalização desse conceito por outras sociedades.

A *desqualificação social* está referida a países de alto nível de desenvolvimento econômico associado a uma forte degradação do mercado de trabalho, sofrendo uma condição humilhante desconhecida em suas vidas; a uma deterioração dos vínculos sociais por um individualismo extremado, que mina a solidariedade básica entre as pessoas; e, finalmente, à inadaptação ou resistência ao sistema de proteção social, que interfere na resolução de seus problemas. A todas essas características Paugam denomina *pobreza desqualificante*.

Para outras sociedades, Paugam estabelece outras categorias: a pobreza integrada²³ (em que a pobreza é histórica e abrange a maioria da população, numa sociedade de baixo desenvolvimento econômico) e a pobreza marginalizada (onde os pobres não são maioria, mas têm um lugar bem demarcado na sociedade).

Robert Castel , ao remontar a questão social a partir da crise da sociedade salarial coloca que, ao longo da história da sociedade burguesa, sempre existiram aqueles que se consideravam “excluídos” do contrato social e que a própria sociedade foi criando formas de assisti-los, protegê-los (os pobres, miseráveis) ou julgá-los (vagabundos, incapazes). Para esse autor, no mundo contemporâneo, o conceito mais explicativo não é o de *exclusão*, mas de *desfiliação*, pois com o desaparecimento contínuo da estabilidade dos empregos, cada vez maiores massas de trabalhadores tornam-se desempregados de longa duração e são atingidos por uma *vulnerabilidade* e *precariedade* para a manutenção da sobrevivência, que têm como consequência a *inutilidade social*. Inúteis, desnecessários e descartáveis para o sistema de produção social são transformados, para ele, em *não-forças sociais*, perdendo sua identidade de trabalhadores. Não se trata de uma ausência completa de vínculos, mas à ausência de estruturas que tenham sentido. (cf. Castel: 1998:416; Vêras:1999:24)

Castel coloca a necessidade de uma análise mais rigorosa da realidade contemporânea para o exame das vulnerabilidades resultantes das transformações que se dão no mundo do trabalho, que degradam as relações e os sistemas de proteção a ele ligados e caracterizaram o Estado [de Bem-Estar] Social. Este último vai revelar a sociedade salarial em crise, que vai produzir ou reproduzir uma *vulnerabilidade em massa*, o que se constitui, justamente, na razão contrária de sua existência, pela generalização das relações salariais.

²³ O Brasil estaria, segundo o autor, incluído nessa categoria.

A crise da sociedade salarial, no entanto, segundo Castel, não retira a posição do trabalho como central nas relações sociais, e as possibilidades de análise dela decorrentes²⁴. As vulnerabilidades das relações sociais se caracterizam a partir da degradação da condição salarial, das múltiplas formas de flexibilização e precarização do trabalho, que comprometem algumas condições fundamentais da existência em sociedade, como o princípio de igualdade. Daí surgirem os termos “inempregáveis”, “inúteis”, “desnecessários”

O lugar ocupado na divisão social do trabalho vai determinar em que redes de solidariedade ou proteção social o indivíduo vai estar ligado. É a existência dessa rede que vai constituir zonas de coesão social. Essas redes de proteção podem ser públicas ou privadas, o que vai compensar os infortúnios advindos da precariedade do trabalho. Em momento de crise econômica forte, fica pressionada a capacidade dessas redes em manter a coesão social. A zona da vulnerabilidade se dilata e se expande sobre a zona da integração, ocorrendo desfiliações. O modo como se dá o equilíbrio ou relação entre essas zonas é indicador da coesão social em dado momento. O conceito de desfiliação sugere um percurso de transição: *desfiliado, dissociado, desqualificado em relação a quê?*, pergunta Castel.

“ Menos do que situar indivíduos nessas “zonas”, trata-se de esclarecer os processos que os fazem transitar de uma para outra; por exemplo, passar da integração à vulnerabilidade, ou deslizar da vulnerabilidade para a inexistência social: **como são alimentados esses espaços sociais, como se mantêm e, sobretudo, se desfazem os estatutos? É por isso que recorro ao tema da desfiliação para designar o desfecho desse processo (grifo meu)**. Não se trata de uma vaidade de vocabulário. A exclusão é estanque. Designa um estado, ou melhor, estados de privação. Mas a constatação de carências não permite recuperar os processos que engendram essas situações. Para empregar com rigor tal noção, que corresponderia ao modelo de uma sociedade dual, seria necessário que ela correspondesse a situações caracterizadas por uma localização geográfica precisa, pela coerência ao

²⁴ Posição também defendida por Oliveira (1995)

menos relativa de uma cultura ou de uma subcultura e, mais freqüentemente, por uma base étnica.”

Castel enfatiza a questão estratégia que está implicada numa análise conjuntural do que ele denomina de zona de vulnerabilidade:

“Reduzida ou controlada, permite a estabilidade da estrutura social, seja no âmbito de uma sociedade unificada (...) seja sob a forma de uma sociedade dual consolidada (...). Ao contrário, aberta e em expansão, como aparentemente é o caso hoje, a zona de vulnerabilidade alimenta as turbulências que fragilizam as situações conquistadas e desfazem os estatutos assegurados. A constatação abrange um longo período. A vulnerabilidade é um vagalhão secular que marcou a condição popular com o selo da incerteza e, mais amiúde, com o do infortúnio.” (Castel, 1998:26)

Essas contribuições instigaram e provocaram o debate brasileiro da questão social, principalmente em dois aspectos: de um lado, a inexistência ou fragilidade entre nós do Estado Providência, mas apenas de aproximações bastante pontuais em termos de proteção trabalhista e previdenciária E, como corolário deste, a perda da capacidade regulatória do Estado do sistema econômico sob o território nacional.²⁵

De outro lado, conforme Oliveira, pior que a renúncia ao combate ao desemprego e à miséria em nome de uma política econômica “estabilizadora” é o fato de as classes dominantes na América Latina desistirem de integrar a população, seja para a produção, seja para a cidadania. No Brasil, diz ele, as classes dominantes não pretendem integrar nem mesmo através dos mecanismos reificadores da exclusão. “O que elas pretendem é segregar, confinar, diríamos, definitivamente, consagrar nuns casos, reforçar noutros, o verdadeiro *apartheid* entre classes, entre os dominantes e os dominados”. (1998, 215)

²⁵ Alguns autores que explicitam essa questão: Vêras (1999; 2000), Kowarick (2002), Oliveira (2000)

É nesse ponto que, segundo Oliveira ainda, o neoliberalismo aliado aos regimes democráticos latino-americanos atuais – “a vanguarda do atraso” -acaba por se transfigurar em *totalitarismo*, pois parecem ter esgotado suas “energias revolucionárias”²⁶. No entanto, apesar da continuidade dos atos de privação e destituição da fala que provoca o dissenso – principalmente da classe trabalhadora – esses já vêm com uma nova estratégia, que enfatiza a necessidade do “consenso”. Na verdade, opera-se o impedimento da manifestação crítica, dificultando a emergência dos conflitos próprios do ambiente democrático, dentro do próprio regime democrático.

Dessa forma, segundo Oliveira, a sustentabilidade da hegemonia burguesa, através da defesa do “consenso”, acaba *dispensando* a dominação, como uma de suas estratégias (como referência aos termos gramscianos). Observa-se um crescente distanciamento, intranscendência e incomunicabilidade entre as classes sociais, como numa nova espécie de sociedade de classes estamental. (1998:215)

Um poderoso instrumento da construção do consenso está na campanha midiática da qual nos alerta Oliveira (1998), em que as classes dominantes promovem uma “ideologia antiestatal”, manifestando continuamente uma “subjetividade antipública”. Nessa ação propagandística, confunde-se a perda do poder regulatório do Estado como “incapacidade”, “incompetência” e, de forma ainda mais negativa, “desnecessidade” do público. Um forte exemplo desse problema é o deslocamento da clássica questão colocada por Weber com relação ao “monopólio legal da violência” abandonado pelo Estado para o “monopólio privado da violência”. A ideologia antiestatal e a subjetividade antipública, encontram um chão bastante pavimentado pelo preconceito, como, por exemplo a periculosidade e a violência - historicamente construído em relação aos pobres. (Oliveira, 1998:219)²⁷.

²⁶ Oliveira retira essa expressão de Florestan Fernandes, numa alusão à incompatibilidade das classes burguesa latino-americanas entre expansão capitalista e democrática. (1998:207)

²⁷ v. também em Kowarick (2000)

Essa discussão também nos remete à questão do exército industrial de reserva, ao lumpenproletariado, e, atualmente, aos “desnecessários economicamente”, que, pelo confinamento e apartação, começam a perder visibilidade social e subjetiva e, como grave corolário disso, a ser, ao menor sinal de perigo, passíveis de perderem a sua “humanidade” (Hanna Arendt, 1990 e F. Hinkelammert, 1995), o que, em última análise, passa a admitir a possibilidade *indolor* de sua eliminação social. Para enfrentar a ameaça dessa “desumanidade”, passa a ser considerado válido qualquer esforço repressivo e qualquer medida enérgica de segurança privada.

Kowarick (1999) vai salientar que a questão da “exclusão social” está na razão inversa da questão da cidadania. Referindo-se a Marshall, Kowarick coloca que, no caso brasileiro, não há déficit de cidadania no aspecto político, mas sim no aspecto social. Além da abordagem da questão da cidadania do ponto de vista dos direitos sociais, a questão da exclusão também está estreitamente ligada aos direitos civis (integridade física das pessoas). As pessoas e famílias pobres, além de uma estratégia de sobrevivência no sistema econômico, têm de desenvolver uma estratégia de sobrevivência para fazer frente à violência crescente, principalmente nas zonas mais pobres da cidade. Para o autor, está em curso um processo de isolamento social, de constituição cidadão-privado, paradoxalmente. (Kowarick, 1999:139-140)

A Política, nesse contexto, como coloca Ianni, mudou de lugar. A hegemonia, em tempos de globalização, saiu das mãos do Estado e está sob o controle das grandes organizações multilaterais e corporações transnacionais. “Já se formaram e continuam a desenvolver-se estruturas globais de poder, respondendo aos objetivos e às práticas dos grupos, classes ou blocos de poder organizados em escala realmente global”. (Ianni, 1997, p. 4)

Alerta Ianni, ainda, que a mídia - “sofisticada tecnologia de persuasão ideológica”- transformou-se no “intelectual orgânico” das classes, grupos ou blocos de poder dominantes no mundo.

“Um intelectual orgânico complexo, múltiplo e contraditório, mas que atua mais ou menos decisivamente por sobre os partidos políticos, os sindicatos, os movimentos sociais e as correntes de opinião pública. Enquanto estes continuam a operar principalmente no âmbito local e nacional, a mídia atua e predomina também em escalas regional e mundial, formando e confrontando movimentos de opinião pública, em diferentes esferas sociais – que compreendem tribos, nações e nacionalidades – ou atravessando culturas e civilizações.” (idem, p.5)

Com o auxílio da mídia, diz Ianni, o consumismo transforma-se em sinal de cidadania e o cartão de crédito acaba por assumir o caráter de um novo documento de identidade, que credencia seu portador a ser tratado como “cidadão do mundo”, o cosmopolita, “alheio à política, mas produzido no jogo do mercado, como uma espécie de subproduto da lógica do capital”. (Ianni, 1997, p. 6)

Se os princípios de soberania, hegemonia, cidadania e democracia perderam significado ou mudaram de lugar, do Estado-nação para a “sociedade global”, isso nos desafia a “mergulhar na análise do que é ou pode ser o globalismo, compreendendo não só a emergência de estruturas mundiais de poder, mas também a emergência de uma incipiente, mas evidente, sociedade civil global” (Ianni, 1997, p. 6).

José de Souza Martins, também um crítico do conceito de exclusão, a partir de uma análise das ideologias e imaginários que se recriam e reelaboram sob o neoliberalismo, contribui para a explicação sociológica sobre como essas “quantidades de massas de desnecessários socialmente” sustentam qualitativamente esse contrato social perverso. Suas críticas não só se dirigem à concepção teórica desse conceito, mas, principalmente, no que ele tem confundido a práxis dos dominados e de seus grupos de apoiadores e intelectuais. Ele denuncia o uso indiscriminado do termo, que operou um reducionismo tanto interpretativo da realidade quanto criativo de alternativas de ação. Conforme Martins:

“O rótulo acaba se sobrepondo ao movimento que parece empurrar as pessoas, os pobres, os fracos, para fora da sociedade, para fora de suas “melhores” e mais justas e “corretas” relações sociais, privando-os dos direitos que dão sentido a essas relações. Quando, de fato, esse movimento as está empurrando para “dentro”, para a condição subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindicam nem protestam em face de privações, injustiças e carências” (Martins, 1997:16-17)

A nova desigualdade ou nova pobreza, mais que mudar de nome para o termo exclusão, mudou de forma, de âmbito e de conseqüências. A privação de que se fala hoje está muito além da privação econômica. Na “velha pobreza” ainda se podia vislumbrar perspectivas de ascensão social que a “nova pobreza” não oferece a ninguém, recaindo sobre os destinos dos pobres na forma de “condenação irremediável”. O discurso redentor do trabalho digno vem perdendo força integrativa na sociedade. (Martins, 1997:19)

As políticas neoliberais atuais implicam não em exclusão, mas sim numa “inclusão precária, instável e marginal” ao sistema. São políticas de inclusão das pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços, “estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital, bem como ao funcionamento da ordem política, em favor dos que dominam. Esse é um meio que claramente atenua a conflitividade social, de classe, politicamente perigosa para as classes dominantes” . No entanto, simultaneamente ocorre um processo de “reinclusão ideológica no imaginário da sociedade de consumo e nas fantasias pasteurizadas e inócuas do mercado”. A nova desigualdade separa materialmente, mas unifica ideologicamente. (Martins, 1997:20-21)

Martins destaca também que se cria

“uma sociedade dupla, como se fossem dois mundos que se excluem reciprocamente, embora parecidos na forma: em ambos podem ser encontrados as mesmas coisas, aparentemente as mesmas mercadorias, as

mesmas idéias individualistas, a mesma competição. Mas as oportunidades são completamente desiguais. A nova desigualdade resulta do encerramento de uma longa era de possibilidades de ascensão social, que foi característica do capitalismo até há poucos anos. Apesar disso, o imaginário que cimenta essa ruptura é um imaginário único, mercantilizado, enganador e manipulável”. (Martins: 1997:22).

A “inclusão precária”, conclui Martins, promove uma guinada para a *direita*, para o *autoritarismo* e para o populismo e não para a *esquerda*, para a *democracia* e para a participação. Os sujeitos gerados por esse processo sofrem os piores tipos de degradação humana e, principalmente, retiram-se do potencial histórico de transformação social. Encontramos, nessa nova mentalidade moderna colonizada,

“[o] homem que já não sabe querer ser um verdadeiro igual, mas que se sente suficientemente feliz porque pode *imitar*, mimetizar os ricos e poderosos, confundindo, portanto, o falso com o verdadeiro. E pensa que nisso está a igualdade”. Aí está um campo aberto de batalhas de cunho intelectual, crítico e político. (Martins: 1997:23)

A inclusão precária e perversa ao sistema, sendo uma expressão das contradições do capitalismo, não é um estado irreduzível, imutável. A vivência da contradição carrega, portanto, as possibilidades de sua consciência e de sua transformação. Martins invoca o papel da Sociologia no desvendamento dessas mediações.

Nesse esforço de reconstituição das sociabilidades em processo de desfiliação e de inserção precária ao sistema a partir da dimensão econômica e social da questão, finalizamos com a contribuição da dimensão ética e subjetiva. Sawaia, ao situar o debate da exclusão dentro de uma “ordem social complexa”, faz a reflexão sobre a dialética exclusão/inclusão, através da dialética sofrimento e felicidade. O que está em causa, segundo a autora, “é um descompromisso político com o sofrimento do outro”; é a questão da humanidade, do sujeito, do social (família, trabalho, lazer, sociedade, cidade) e,

também, do desejo, de temporalidade, afetividade, poder, economia e direitos sociais. (Sawaia, 1999:98)

Bader Sawaia coloca que sem conhecer o sofrimento cotidiano, que mutila a capacidade de autonomia e subjetividade dos homens, a política (inclusive a revolucionária) é mera abstração. Para ela, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. O contraponto de tudo isso é a felicidade pública, que é diferente do prazer e da alegria. (Sawaia, 1999:99 e 10)

Para Bader Sawaia, a única alternativa para abalar esse estado de “escravidão instalado” é a ação consciente coletiva. Inspirada em Espinosa, a autora coloca que a *práxis psicossocial* voltada para a emancipação tem de, necessariamente, levar em conta o papel crítico e seletivo ocupado pela alegria, aquela que surge do ato de pensar sem submissão, medo, tristeza. Essa é a *práxis psicossocial* que potencializa a ação coletiva e deve também combater, a um só tempo, a miséria e a banalização do mal do outro, que sustentam os processos excludentes no mundo atual.

Bader Sawaia sugere ainda que a construção de alternativas de enfrentamento dos problemas e desafios da questão social contemporânea tem de levar em conta a **felicidade** como critério de definição de cidadania e do cuidado que a sociedade e o Estado têm (ou deveriam ter) para com o seu cidadão, sem negar as determinações estruturais e jurídicas e sem enfraquecer o papel da esfera pública. Dessa maneira, combate-se também o individualismo, o narcisismo e a prisão à esfera privada, da intimidade. (Sawaia, 1999: 116)

Os anos 90, reafirmamos, proporciona o aprofundamento do padrão de sociabilidade fundado na desigualdade (em vários níveis) e na tradição hierárquica, que não só obstrui como cria um princípio da igualdade de “segunda mão”. A falta de uma matriz de civilidade consistente, nesse

momento de reestruturação produtiva e de globalização, torna-se um déficit maior para a luta pela cidadania, conforme coloca Telles:

“essa é a matriz cultural própria de uma sociedade que não sofreu a revolução igualitária de que falava Tocqueville; em que leis, ao contrário dos modelos clássicos, não foram feitas para dissolver, mas para cimentar os privilégios dos “donos do poder”; e em que, por isso mesmo, a modernidade anunciada pela universalidade das regras formais não chegou a ter o efeito racionalizador de que trata Weber, convivendo com éticas particularistas do mundo privado das relações pessoais que, ao serem projetadas na esfera pública, repõem a hierarquia entre *pessoas* no lugar em que deveria existir a igualdade entre *indivíduos*. E essa é a matriz da incivilidade que atravessa de ponta a ponta a vida social brasileira, de que são exemplos conhecidos a prepotência e o autoritarismo nas relações de mando, para não falar do reiterado desrespeito aos direitos civis das populações trabalhadoras.” (Telles, 2001:20).

A “dissolução da fala e a destituição da política”, nos termos de Oliveira (1998), constituem os resultados de uma violência – real e metafórica - que constrói um discurso ideológico conservador que ainda tem o seu vigor, que interpretava e interpreta todas as formas de manifestação e resistência populares como próprias de uma “massa ignara”, da “turba”, com sua incapacidade de organização e sofisticação intelectual e emocional, enfim, com seu despreparo para a “civildade”. Toda uma construção teórica e simbólica, através de falas e imagens simbólicas, acaba por destituir todos os movimentos de resistência e de conflito de sua historicidade (Telles, 2001:36)

Por outro lado, e sem negar a afirmação anterior, como coloca Lúcio Kowarick (2002:27), não podemos ficar presos à nossa “maldição de origem”, à escravidão, nem tampouco à abordagem culturalista que reafirma a existência de um “*ethos* brasileiro”, que nos é inerente: tristeza, cordialidade, miscigenação, conciliação ou o “jeitinho”, e sua negação, “a prepotência”. Para ele é

“teoricamente falacioso equacionar esses atributos como essências que explicariam a *sociabilidade tupiniquim*, espécie de DNA sociocultural cuja

mutação requereria uma permanência secular e que evoluiria por meio de seus atributos constitutivos. A constatação de compromissos de estilo patrimonialista e paternalista – o favor e a dádiva – no Brasil urbano-capitalista refere-se a uma combinação complexa, diversa e sempre renovada, e não a um conjunto de essências que sobreviveriam desde um passado remoto, impregnado em nossas raízes.”

Nesse sentido, é importante ter em conta que nossas “*sociabilidades tupiniquins mutáveis*” são, ao mesmo tempo, confrontadas como jogo das forças sociais internas ao Estado-Nação (mesmo que em declínio) e com o jogo das forças sociais globais que comandam o processo de aprofundamento da globalização e seus desdobramentos na esfera cotidiana. Todas essas, às vezes, podem parecer mais ou menos distantes ou abstratas, mas estão sempre presentes e comandam processos de integração e desintegração social. Entre esses dois pólos, permeiam ações e soluções alimentadas por grupos, classes, movimentos sociais, partidos, manifestações de diversidades e desigualdades várias que envolvem relações internas, externas, bilaterais e multilaterais, objetivas e subjetivas. (Ianni, 1996:83)

A nova etapa do capitalismo mundial, a era do globalismo, não só evidencia nossas características tradicionais e conservadoras, mas as influencia, recria, transforma, ao mesmo tempo em que também age sobre todo o processo de luta emancipatória pelos direitos, democracia e participação. Isso quer dizer que se o personalismo, patrimonialismo, paternalismo, escravidão e autoritarismo são ingredientes latentes e ainda sobreviventes no nosso padrão de sociabilidade, eles vêm sendo confrontados com o individualismo, o princípio da propriedade privada e o assistencialismo, bem como o princípio da cidadania, dos direitos e da democracia, renovando-se e transformando-se. No entanto, é perceptível que, nos últimos vinte anos, esses processos vêm se aprofundando numa nova dinâmica de dominação consensuada, provocada pela nova posição do trabalho na produção social e tendo na cidade o cenário privilegiado das tensões integradoras e desintegradoras:

“Quando se combinam industrialização, urbanização, secularização da cultura e do comportamento, racionalização das ações sociais e das instituições, mercados, produtividade, competitividade, individuação e individualismo possessivo, como ocorre habitualmente no capitalismo, o resultado pode ser um ambiente social explosivo. Aí tendem a multiplicar-se as desigualdades sociais, juntamente com divisão do trabalho social, com a hierarquização de status e papéis, com distribuição desigual do produto do trabalho social. Esse é o ambiente em que indivíduos, famílias, grupos e classes, ou maiorias e minorias, inseridos na trama das relações sociais, ou no jogo das forças sociais, podem tanto integrar-se como tensionar-se e fragmentar-se. Ocorre que a disputa no mercado, a luta para a realização de objetivos e interesses individuais e coletivos, as possibilidades de lucros e perdas, bem como de emprego e desemprego, tudo isso incute ao modo de ser de uns e outros a busca de vantagens, condições de segurança, ganhos materiais e espirituais, prerrogativas, privilégios. Esse é o ambiente de preconceitos, intolerâncias, autoritarismos, machismos, anti-semitismos, etnicismos, racismos, fundamentalismos.” (Ianni:2002:160)

Assim, é fundamental empreender análises que nos aproximem desse jogo complexo de relações sociais, nos quais se encontram, acomodam, confrontam e se tensionam diversidades e desigualdades ou estilos de vida e visões de mundo (Ianni:1996:179) para que se possa melhor vislumbrar as possibilidades da luta emancipatória. E aí reside a importância de o foco analítico não só se fixar nas macroestruturas, mas na análise da vida cotidiana e nas manifestações, nessa esfera, de continuidades e rupturas.

Finalmente, a partir da abordagem não de exclusão social, recusada por todos os autores aqui mencionados, mas da “inclusão precária e perversa” ao sistema, nas suas dimensões objetiva e subjetiva, passamos a apresentar uma face de uma “zona de vulnerabilidade” e suas relações com a idéia de pertencimento à “zona de coesão social”. Com as “lentes teóricas” aqui apresentadas, foi possível indagar a realidade empírica do território segregado do Jardim Felicidade, ou seja, “os *homens onde eles estão*”²⁸ para captar sinais das *sociabilidades urbanas em curso*.

²⁸ parafraseando Maria Adélia Souza (1999)

3. As sociabilidades urbanas em curso no Jardim Felicidade

A análise de uma sociedade não pode ser feita sem atentar para a multiplicidade de classes e grupos intermediários, estáveis ou efêmeros, reais ou ideais, dentro dos quais se realizam as diversas formas e níveis de sociabilidade familiar, vicinal, profissional, associativa, religiosa, política. O processo macroestrutural é fundamental para a compreensão das manifestações dessas sociabilidades em determinado espaço-tempo, porém é insuficiente se não levarmos em conta aproximações com os processos microssociais e as intersubjetividades. Dessa forma pode-se descobrir dimensões latentes nas relações entre o “eu e o nós”: possíveis dimensões solidárias, identitárias, de fragmentação ou sofrimento. Sem pretender isolar a dimensão do cotidiano da vivência efetiva e afetiva da sociedade global, pode-se perceber a existência, em determinados territórios, de algumas formas de sociabilidade mais visíveis e outras mais opacas.

O gradiente existente de sociabilidades acionadas no cotidiano, principalmente nas grandes cidades, por um mesmo sujeito ou grupo social é bastante variado. A investigação sociológica acaba privilegiando a observação das classes populares principalmente no caso de suas manifestações das sociabilidades associativas. Essa foi a nossa primeira perspectiva (e expectativa), porém, sem deixar de abordar outras variáveis, capazes de complementar um quadro mais amplo de relações e interações sociais. A verificação – no curso da pesquisa - da ausência de movimento associativo forte e atuante, politicamente, no bairro, fez com que voltássemos nossa atenção para as outras expressões de sociabilidades e variáveis correlatas, que passaram a ocupar lugar primordial na análise.

Apesar da importância da análise de cada sociabilidade em particular na empiria, preferimos não adotar esse caminho. Nossa escolha foi no sentido de articular, agregar, relacionar umas às outras, e construir tipologias de sociabilidades, que em alguns casos são mais ou menos visíveis na empiria, mas que só a partir dela poderiam ser apreciadas e elaboradas.

Nossos esforços resultaram na construção teórica de tipologias de “sociabilidades em curso” num mesmo território de moradores da periferia paulistana, que experimentam condições semelhantes de precariedade, vulnerabilidade e segregação, apontando *exclusões* e *inclusões* vividas no cotidiano, que, articuladas a outras variáveis, não se mostram visíveis à primeira vista. À aparente mesmidade da vida cotidiana na periferia, revelam-se as diversidades e complexidades das relações pessoais e sociais, que nada têm de “naturais” ou até mesmo de imutáveis. Em cada uma das tipologias de sociabilidades construídas pode-se verificar determinadas coerências ou incoerências internas, que vão delineando “modos de vida” na cidade, do ponto de vista da periferia-hiperperiferizada e segregada. Os tipos construídos permitem, ainda, uma percepção de que há nuances sociais e subjetivas na vivência do contrato social vigente, para os moradores do Jardim Felicidade.

A incursão sobre o cotidiano, porém, não foi realizada sem temer as dificuldades que ele oferece em detectar a manifestação do movimento histórico sobre ele. Teresa Caldeira (1984) nos adverte sobre essa questão colocada, a partir da contribuição de Lefébvre:

“Agora, a realização de um modo de vida, a estruturação de uma sociabilidade, a constituição de identidades e o desempenho de papéis se dão de uma maneira que apaga a sua visibilidade, mesmo para aqueles que as vivem. Elas se dão no cotidiano. Antes de mais nada, são fatores que aparecem como dados, como “naturais” : vive-se de uma certa maneira, encontra-se com os amigos em tais situações, comporta-se desse ou daquele modo, porque é assim que se deve viver, tratar os amigos ou agir, porque sempre foi assim, porque é assim. Além disso, no cotidiano, estilos de vida e papéis não se apresentam como unidades, mas como fragmentos. O modo de vida é decomposto em pequenas parcelas, em um amontoado de tarefas que se vai fazendo quase que automaticamente.

“O cotidiano é o humilde e o sólido, o que se dá por suposto, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam em um emprego do tempo. E isso sem que alguém (o interessado) tenha que examinar as articulações entre as partes. *É o que não leva data*. É o insignificante (aparentemente); ocupa e preocupa e, no

entanto, não tem necessidade de ser dito, ética subjacente ao emprego do tempo, estética da decoração do tempo empregado.” (Lefebvre, 1972:36 – grifo da autora).

Para a realização da análise pretendida, lançamos mão do recurso estatístico da análise fatorial²⁹, pelo qual pudemos visualizar, no universo pesquisado do Jardim Felicidade, três grupos de moradores que apresentam perfis e sociabilidades com algumas características diferenciadas da vivência da sua condição de *inclusão perversa* apesar de viverem de forma geral, em condições bastante homogêneas de vulnerabilidade.

As três tipologias de sociabilidades que foram elaboradas, é importante salientar, não pretendem dividir os moradores em grupos estanques. Também, não se trata de estágios sucessivos uns aos outros, mas constituem três momentos simultâneos, transitórios e carregados de contradições e ambigüidades, como possibilidades de relações e interações sociais num determinado território de uma sociedade, que podem ou não apontar, de um lado, os desafios e obstáculos enfrentados atualmente para o exercício de sua cidadania e de usufruto de um ambiente construído de qualidade ou, de outro lado, apontar algumas brechas ou “potencialidades de ação” que possam sugerir caminhos para a elaboração de uma (nova) *sociabilidade urbana* que concorra para a conquista do Direito a uma feliz-cidade.

As tipologias elaboradas resultaram do cruzamento de vários blocos de questões aplicadas aos entrevistados, tais como:

- a) perfil : sexo, etnia, idade, origem, tempo em São Paulo, escolaridade
- b) situação ocupacional e vida profissional
- c) nível de renda familiar; avaliação pessoal da situação financeira
- d) estado de ânimo: sofrimentos e satisfações
- e) solidariedade (a quem ajuda e de quem recebe ajuda)

²⁹ A análise fatorial, conforme colocamos na introdução, realiza um reagrupamento do universo pesquisado em grupos ou tipologias, levando em conta *especificamente as diferenças* entre os valores e respostas verificáveis entre os entrevistados. O elemento organizador das tipologias ou de cada grupo foi essa proximidade entre valores e opiniões diferenciados uns em relação aos outros.

- f) situação de moradia e possíveis indícios de identidade territorial
- g) sociabilidades propriamente ditas (familiar, profissional, vicinal, associativa)
- h) valores e opiniões que envolvam iniciativas individuais e/ou públicas
- i) [percepção da] Cidadania e do Contrato social vivido
- j) perspectivas *utópicas*³⁰

Algumas variáveis captadas da empiria, no entanto, não se revelaram significantes para a tipologia realizada, porque as respostas se distribuíram proporcionalmente entre os três grupos de tipologias. As variáveis que se revelaram proporcionalmente distribuídas e, portanto, **não significativas** para a distinção dos três *tipos de sociabilidade em curso* no Jardim Felicidade, foram :

- sexo (proporcionalmente distribuídos entre os três tipos);
- origem (pois 73,9% é migrante de outros estados e de fora da capital);
- tempo em São Paulo (em todos os tipos, há pessoas mais recentes e mais antigas na cidade);
- escolaridade (a maioria tem 1º. Grau incompleto ou completo) e parou de estudar para trabalhar;
- a ocupação específica do entrevistado não foi determinante na opinião de nenhuma tipologia;
- setor de atividade profissional: majoritariamente serviços (de reparos, administrativos, manutenção, domésticos);
- vida profissional: maior parte sem registro na carteira;
- valor do trabalho para o sujeito: ajudar a família e estar ocupado em si mesmo;
- integração do bairro à região do Tremembé/Jaçanã: a maioria concorda;
- o que significa ser pobre: em primeiro lugar é não ter dinheiro, em segundo lugar é não ter tido oportunidades na vida e, em terceiro lugar, não ter moradia e emprego;

³⁰ serão apresentadas no capítulo IV.

- título de eleitor: a maioria tem;
- votou nas últimas eleições (em 2000): a maioria sim;
- considera ter direito assegurado por lei à aposentadoria, moradia, saúde, educação e ao trabalho;
- considera ter direito assegurado por lei aos Direitos civis: igualdade, liberdade de expressão e justiça;
- os Direitos (todos) não se realizam completamente no Brasil: em primeiro lugar pela desigualdade social, em segundo pela corrupção e, em terceiro, pelos privilégios dispensado aos ricos;
- quais os direitos mais importantes (civis, sociais, políticos): a maioria considera que todos são importantes.

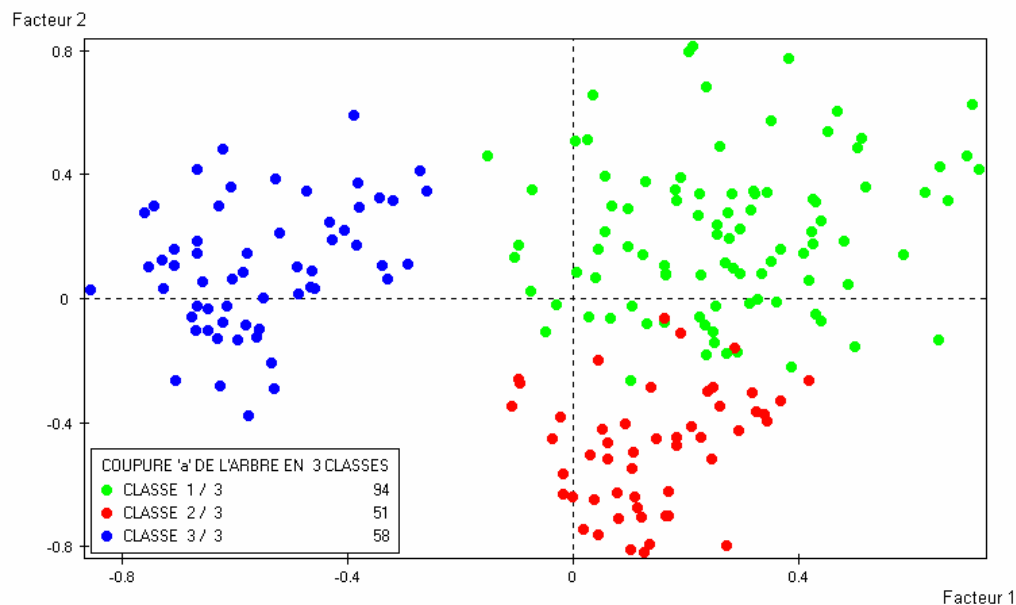
Para uma melhor visualização sobre as similitudes e as diferenças entre as três tipologias de sociabilidades construídas, decidiu-se incluir também no quadro construído, algumas variáveis que se apresentaram de forma semelhante ou idênticas nos três tipos, como elementos auxiliares para a análise comparativa. São elas:

- o que mais traz sofrimento;
- valor: esforço individual versus igualitarismo;
- valor: indivíduo versus poder público;
- sensação de pertencimento à sociedade;
- porque os direitos não se realizam no Brasil;
- quais os direitos mais importantes (civis, sociais e políticos).

As *sociabilidades urbanas em curso* no Jardim Felicidade, a partir das características mais marcantes em cada grupo, foram designadas por:

- a) Sociabilidade *solidária-frágil* (46,3%; grupo **verde**)
- b) Sociabilidade *vicinal-religiosa* (25.1%; grupo **vermelho**)
- c) Sociabilidade *ocupacional-reclusa* (28,6%; grupo **azul**)

Gráfico nº 1 – Distribuição agrupada (em pontos) das três tipologias na amostra:



A seguir, apresentamos um quadro comparativo entre as três tipologias de sociabilidades encontradas no Jardim Felicidade:³¹

³¹Para facilitar a leitura e para salientar que uma determinada resposta corresponde à maioria ou, em alguns casos, é a resposta mais significativa que as demais, indiquei com o sinal maior (>) ao seu lado, para evitar a utilização de porcentagens nos quadros.

Variável	Tipo 1 (46,3%) Sociabilidade familiar-solidária frágil	Tipo 2 (25,1%) Sociabilidade familiar-vicinal religiosa	Tipo 3 (28,3%) Sociabilidade Familiar- ocupacional reclusa
Cor	parda (>) e negra	parda e negra(>)	branca
Idade	36-45 e mais velhos	36-45	26-35
Situação Ocupacional	inativos e desempregados com bico	inativos e trabalhadores regulares sem registro	Ocupados (maioria), por conta-própria e desempregados
Valor do Trabalho	necessidade	satisfação	relação comercial
Renda familiar	0 a 4 SM	4 a 8 SM	4 a 8 SM
Condição de vida na infância e adolescência	pior que hoje (>) melhor que hoje	pior que hoje (>) igual	pior que hoje (>) igual
Situação financeira atual	apertada, difícil	apertada, difícil	regular
Família:	tem parentes morando no bairro (>)	tem parentes morando no bairro	não tem parentes morando no bairro
Problemas	doença, desemprego e alcoolismo.	desemprego	não tem problemas graves
Vizinhos	relações boas	relações ótimas	relações regulares
Solidariedade			
A quem ajuda	família (ampliada) amigos	família (ampliada) amigos	família (ampliada) a quem pede
Recebe ou procura ajuda	família/vizinhos/amigos/Igreja	família, amigos	não faz nada/família amigos
Estado de Ânimo	fragilizado, infeliz, deprimido, preocupado; sente-se inferiorizado pela sua condição social	sob controle; esforça-se para passar segurança à sua família	confiante que pode superar problemas; esforça-se para passar segurança à sua família

Satisfação	família/saúde	família/saúde	saúde/trabalho
Sufrimento	ver a família passando necessidades	ver a família passando necessidades	ver a família passando necessidades (>)
Moradia e Identid.Territorial			
Tempo no bairro	moradores mais antigos (6 -9 anos).	moradores estabelecidos (3 a 6 anos)	moradores com menos tempo no bairro (0 a 3 anos)
Condição de moradia na infância e adolescência	pior que hoje (>) melhor que hoje	pior que hoje (>)	igual (>) pior que hoje
Bairro hoje	o bairro é bom para morar	o bairro é bom para morar e seu maior problema é o desemprego	o bairro tem problemas de drogas e violência
Irregularidade da moradia	sente insegurança pela irregularidade da moradia; considera-se proprietário. (não tem contrato)	sente insegurança pela irregularidade da moradia; considera-se proprietário (tem “contrato”)	está ilegal mas não tem outro jeito; considera-se ocupante/invasor
Deseja mudar?	não deseja mudar porque fez a casa com muito sacrifício	não deseja mudar porque foi ali que foi possível comprar	não deseja mudar porque fez a casa com muito sacrifício
Acha o bairro mal visto?	sim, e isso lhe afeta um pouco (amigos, auto-estima)	sim, mas não se sente muito afetado por isso	sim, e se sente muito afetado por isso (dignidade e auto-estima) (>)

Integração à cidade	considera o bairro razoavelmente integrado à cidade	é o grupo que declara maior integração do bairro à cidade	o bairro não está integrado à cidade
Programa Lote Legal (SEHAB)	está bem informado sobre o Programa Lote Legal	tem razoável informação sobre o programa Lote Legal	não tem informação sobre o programa Lote Legal
Associativismo Participação grupos, associações	a maioria não participa de grupos associativos de interesses do bairro; porém, é neste grupo que estão as pessoas que são lideranças ou ex-lideranças, que acreditam ser possível unir-se a outros movimentos para a regularização e luta pelos equipamentos públicos na região. Não tem contato com outros movimentos e ou organizações da cidade.	não participa ou conhece locais de discussão dos problemas do bairro; não sabe avaliar o movimento popular da região	não participa ou conhece locais de discussão dos problemas do bairro; não sabe avaliar o movimento popular da região
Religião	Católica; prática ocasional; responde a problemas morais, familiares e sociais, mais que espirituais	maioria católica e parte evangélica; prática regular; responde a problemas morais, familiares e sociais, mais que espirituais	maioria católica, mas tem apenas sensação de pertencimento; responde mais a problemas morais do que espirituais e sociais

Lazer	nenhum lugar.	nenhum lugar	nenhum lugar
<i>Valores:</i> Esforço individual versus igualitarismo	mérito/desempenho (>)	mérito/desempenho	mérito/desempenho
Competição entre pessoas	é boa (>) ou parcialmente perigosa	em parte perigosa, em parte boa	é perigosa; estimula o pior das pessoas
Indivíduo versus poder público	maior responsabilidade do Estado do que do indivíduo	equilíbrio na responsabilidade de ambos no atendimento às necessidades básicas	equilíbrio na responsabilidade de ambos no atendimento às necessidades básicas
Empregos: Governo oferece Governo estimula Sociedade Civil oferece empregos	o governo deve oferecer e estimular, mas a sociedade civil também age bastante sobre o desemprego	o governo deve oferecer e estimular, bem mais que a sociedade civil	o governo deve oferecer e estimular, bem mais que a sociedade civil (>)
<i>Contrato Social vivido</i>			
Classe social (autoclassificação)	classe pobre(>) e baixa,	classe baixa (>) e pobre	classe baixa (>) e pobre
Ser pobre significa:	não ter dinheiro; não ter tido oportunidades; não ter moradia e emprego	não ter dinheiro; não ter tido oportunidades; não ter moradia e emprego	não ter dinheiro; não ter tido oportunidades; não ter moradia e emprego
Pertencimento à			

sociedade	sente-se pertencendo à sociedade	sente-se pertencendo à sociedade	sente-se pertencendo à sociedade (>)
Democracia: tem favorecido a luta pelos direitos e pela cidadania	a maioria não concorda, mas é nesse grupo que estão os que mais acham que a democracia favoreceu a luta pelos direitos	não concorda (>) e/ou não sabe	não sabe (>) e/ou não concorda
Leis valem para todos	não para a maioria, mas há os que se posicionam que sim, ou sim só para alguns	sim, só para alguns	não
Hierarquia social: a frase “você sabe com quem está falando.?” Está valendo ?	não/não sei (>)	sim	não/não sei (>)
Avaliação do poder público municipal	avaliou sua presença insatisfatória na região	avaliou sua presença insatisfatória na região (>)	avaliou-o como ausente da região.
Voto obrigatório	não votaria se não fosse obrigatório	votaria mesmo que não fosse obrigatório	não votaria se não fosse obrigatório
Proximidade partidária	PT (>) PPB/PPS/PSDB	nenhuma	nenhuma

Cidadania é:	ter as necessidades básicas atendidas (>)	ter consciência de ter direitos (>); ter as necessidades básicas atendidas	ter as necessidades básicas atendidas
<i>Direitos assegurados por lei :</i>			
<i>Políticos:</i>			
Votar e ser votado	sim	sim	não
Participação nas decisões do gov.	sim	não	não
Liberdade de organização político-partidária	parte sim/parte não	sim	não
<i>Sociais:</i>			
	moradia/saúde/educação/trabalho (>); seguro-desemprego; aposentadoria; assistência social	aposentadoria (>) moradia/saúde/educação/trabalho; assistência social; seguro-desemprego	moradia/saúde/educação/trabalho (>); aposentadoria; assistência social; seguro desemprego
<i>Civis</i> (igualdade, liberdade, justiça)	sim > todos	sim > justiça e igualdade	sim > todos
Direitos não se realizam no Brasil porque:	desigualdade; corrupção; privilegio para os ricos	desigualdade; corrupção; privilegio para os ricos todos	desigualdade; corrupção; privilegio para os ricos todos

Direitos mais importantes (civis, sociais, políticos)	todos		

3.1 - A Sociabilidade solidária-frágil (Tipologia 1)

As pessoas que manifestaram a sociabilidade familiar *solidária-frágil* representam o **grupo majoritário** do Jardim Felicidade, com 46,3% dos entrevistados (grupo **verde** no gráfico). Este grupo, como pode ser observado no quadro comparativo acima, é composto por pardos (maioria) e negros, por adultos na faixa etária de 36 a 45 e pelos entrevistados mais idosos e mais antigos do bairro. É o grupo que tem a menor faixa de renda familiar, entre zero e quatro salários mínimos, e que, atualmente, ou estão inativos ou desempregados com bico.

A vivência de condições de vida e moradia desfavoráveis não é recente, pois na infância e adolescência essas condições eram piores para a maioria. No entanto, é neste grupo, que se encontram algumas pessoas que enfrentaram piora nas condições de vida e moradia, ou seja, viveram um processo de descenso social. É interessante notar ainda que para esse grupo, o significado do trabalho está expresso no termo "necessidade".

Essa situação de vulnerabilidade e risco para a sobrevivência familiar se agrava com outros problemas que acabam afetando a família, tais como: doença, desemprego e alcoolismo. Essa situação familiar fragiliza e deprime o sujeito pertencente a esse tipo, provocando-lhe uma sensação de inferioridade social, ao mesmo tempo em que lhe causa muito sofrimento. No entanto, a família, os amigos (*mais*) e os vizinhos (*menos*) constituem sua "rede informal de auxílio", por excelência. É o grupo que tem mais familiares morando no bairro. Uma pessoa de sociabilidade solidária-frágil conta, primordialmente,

com essa rede familiar de amigos e vizinhos para dar conta de alguns problemas relacionados à sobrevivência ou sofrimento vividos no momento.

“[Os vizinhos] se ajudam mutuamente”.

“Se dá bem com todos [os vizinhos]”.

“Se precisa, em caso de emergência, alguns ajudam”.

O solidário frágil tem uma certa identidade territorial com o bairro, considerando-o bom para morar, porque a construção da casa própria representou bastante sacrifício. Apesar de sentir que o bairro é mal visto, isso lhe incomoda pouco. Considera-se (já) proprietário [mesmo sem ter contrato] mas sente, de qualquer forma, uma sensação de insegurança por não ter ainda resolvida a questão da regularização fundiária, apesar de estar bem informado sobre o Programa Lote Legal. E, essa insegurança e informação, ao mesmo tempo, explicam sua percepção de que está razoavelmente integrado à cidade.

“Porque tem violência e porque as pessoas acham que porque é bairro pobre, que ninguém presta. Aqui tem gente boa!”

“Depende. Tem gente que acha que é bom e outros dizem que é feio, favela”.

“Por se tratar de ocupação, nós temos que entender que a área nobre não enxerga a gente com bons olhos”.

“O bairro pertence à cidade porque está dentro de São Paulo”.

“Pertence porque está dentro da cidade e porque tem ônibus e é próximo da região do Jaçanã/Tremembé”.

A experiência pioneira e sofrida da ocupação, por parte de alguns membros desse grupo, fez com que fosse o único a manifestar experiências de saída da “rede primária”, procurando ou recebendo ajuda da Igreja (mesmo que não seja praticante regular), bem como atuando na associação ou em

trabalhos comunitários. Neste grupo se encontram as poucas “lideranças” atuais e ex-lideranças que participaram da primeira fase da associação de moradores. Tiveram, portanto, uma experiência comunitária concreta na construção do bairro, no enfrentamento de dificuldades que promoveram uma certa solidariedade associativa inicial, o que acabou resultando na conquista de serviços de água e esgoto principalmente.

Como foi apresentado no histórico do bairro³², a partir das necessidades básicas, alguns membros desse grupo mantiveram contato com órgãos públicos e com políticos, o que lhes conferia a pressão quantitativa sobre as autoridades, mas acabava por reproduzir a prática clientelista (de direita e de esquerda). Algumas lideranças continuaram, através da associação, mantendo contato com os advogados “apoiadores”³³ de primeira hora, para defendê-los no processo de reintegração de posse. Esse e outros contatos com políticos e especialistas que trabalhavam com a questão fundiária fizeram emergir a zona norte como um problema de atendimento dos serviços da Secretaria da Habitação, proporcionando a inclusão do loteamento, em 1999, no Programa Lote Legal de regularização e urbanização. Por isso esse grupo é o mais bem informado sobre o Programa Lote Legal.



Figura 33 - Campanha Prefeitura 1992

³² Ver capítulo II

³³ Coloco apoiadores e não assessores, porque segundo próprio depoimento de Marilda Mazzini, ocupação tomou proporções que escaparam à sua capacidade de controle e coordenação.



Figura 34– Festa 1º. Ano associação 1994



Figura 35 – Assembléia, 1994



Fig. 36– Campanha Estadual –1994 - Kamia



Figura 37 – Missa 2º ano Associação 1995



Fig. 38 –Copa 98 (ver. Cosme Lopes)



Figura 39 – Natal de 98



Fig 40 – festa iluminação no bairro em 2001

O que se observou é que, apesar dos grandes esforços desses líderes comunitários e do auxílio externo recebido, elas não conseguiram fazer avançar as capacidades organizativa e associativa dos moradores, que sustentassem tanto sua própria representatividade quanto a sustentabilidade orgânica de uma sociabilidade participativa apenas esboçada. Hoje, a associação está totalmente desmobilizada, apesar de se manter em funcionamento³⁴.



Fig. 41 – Sede Associação Jd. Felicidade hoje, de onde funciona “escritório” dos motoristas e G.Araújo) Cobradores de ônibus (Pça.Felicidade)



Fig. 42 – Sede (atual) da Associação moradores do Portal II (Av. Arley)

“Nós não participamos. Inclusive não teve mais eleição. Nosso trabalho é mais social, na Igreja, não é envolvido na associação, não. Pra gente participar tem que mudar um pouquinho as pessoas que estão liderando. Já faz muito tempo que tem uma pessoa, tem que mudar, ter mais espírito comunitário, trabalhar com o povo”.

“[Participaria] se houvesse mais reuniões atualmente. Antes passava o carro avisando das reuniões e eu ia. Eles conseguiram asfalto, luz mas, agora, não tem mais conhecimento das reuniões”.

³⁴ As duas associações de moradores do bairro, a Associação de Moradores do Jardim Felicidade e Associação de Moradores do Portal II funcionam na sede da segunda e, tem uma só presidente, que não mora no bairro.

“Não participa porque não acha que resolve alguma coisa. Se ajudassem com a melhoria do bairro, participaria”.

“Já participou mas nada funcionava. Nunca tem cesta básica, leite e ainda há má distribuição pois às vezes tem gente que não precisa e pega leite”.

“Porque tem muita briga. Mas seria importante para saber mais sobre o bairro. Às vezes a comunidade não aceita estar envolvida na associação, seja por um motivo, seja por outro. Você não sabe se nada do que falam é verdade. Então eu prefiro ficar de fora, ou analisando, ou não me envolvendo muito ou estar ajudando de outra forma. Hoje não tem mais reuniões. A associação está com o trabalho desarticulado. Faz um trabalho fora da associação”.

“Ela não fica batendo em portas. Ela vai diretamente nas pessoas competentes e fala se tem possibilidade de fazer as coisas”.

“[A liderança] age de acordo com as conveniências”.

Essa experiência, embora incipiente, pode ter colaborado para que, nesse grupo, se observe uma defesa dos valores e méritos individuais, bem como das responsabilidades estatais na resolução dos problemas sociais. Não se deixa de considerar, porém, que a sociedade civil tem seu papel na questão da oferta de empregos.

A percepção do *contrato social* vivido pelos solidários-frágeis começa pela sua autoclassificação social (como os outros dois grupos) como pobres (mais) e de classe baixa, sinalizando sua internalização da condição de subalternidade. Algumas das declarações abaixo sintetizam uma explicação dessa autoclassificação social e o que significa ser pobre para esse grupo:

“porque tenho dificuldade em tudo”.

“porque não tenho o padrão de vida em que posso comprar tudo o que desejo.”

*“Sou pobre não só em termos de bairro mas em termos de conforto propriamente dito.
Ter um salário que me permitisse adquirir coisas sem ter que ficar devendo; não
passar necessidades básicas”.*

“Sou pobre porque não tenho dinheiro”.

*Ser pobre é não ter personalidade, capacidade de lutar, isso se não for só considerada
a parte material.*

*Uma vez nascida em família pobre, não há oportunidades para melhorar as condições
de vida.*

A sensação de pertencimento à sociedade desse grupo, apesar de, em alguns casos, apresentar um certo desconforto, apresenta, na sua maioria, uma reação de filiação, revelando um vínculo afetivo com a nacionalidade brasileira. Conforme abaixo:

“Sinto-me deslocada”.

“Pertence à sociedade pela honestidade. Paga as contas”.

“A origem faz com que se sinta parte, por causa da cultura”.

“Se sente muito excluído, abandonado, quando se precisa do governo”.

“Sente-se parte da sociedade porque pode votar”.

*“Sente-se brasileira, alagoana. Vive em São Paulo por necessidade, mas é muito
violento. Sente-se feliz por ser brasileira, tem orgulho”.*

“Sente-se parte de São Paulo porque tudo o que tem conseguiu aqui”.

“Orgulho de ser brasileiro, mas queria que a situação do país fosse melhor”.

Os solidários-frágeis, ao que tudo indica, por terem enfrentado as dificuldades iniciais tanto da ocupação, como do contexto conflituoso mais geral da nova institucionalização democrática no Brasil, vivenciaram, ainda que com limites e desencantos, um (re)aprendizado cidadão. É por isso que, nesse grupo, embora a maioria não acredite que a democracia tenha favorecido a luta pelos direitos e pela cidadania, encontra-se uma pequena parcela que se mostrou mais favorável à expectativa de que o regime democrático possa vir a favorecer os direitos, se sofrer mudanças qualitativas.

“O regime teria que ser reformulado por inteiro. Não confia nos políticos, são um bando de pilantras. Só se vê eles na hora de se eleger, depois somem e não aparecem mais”.

“Os políticos começam a vir, prometem tudo e não fazem nada. Vamos ver qual é agora. O povo já está desacreditado.”

“Foi importante mas ainda não resolveu tudo, principalmente na questão da terra, reforma agrária e moradia. Depende agora do governo do PT, do Lula”.

“Antes não se podia fazer manifestações e agora a gente estava fazendo direto”.

Os *solidários-frágeis* declaram saber que têm os direitos assegurados pela Lei, como por exemplo, os direitos políticos de votar e ser votado e de participação nas decisões de governo (único grupo a considerar esse direito)³⁵. Por outro lado, ainda não estão completamente convictos de que haja total liberdade de organização partidária no país. Com relação aos direitos sociais, preocupam-se principalmente com os direitos básicos: moradia, saúde, educação e trabalho e, no caso dos direitos civis, consideram a todos igualmente importantes. Não vêem uma hierarquia entre os tipos de direitos, mas afirmam que eles não são se realizam plenamente no Brasil.

³⁵ A participação em associações de moradores e as conquistas dos benefícios urbanos, foi analisada como o grande diferencial das ocupações da zona leste. V. (Mori, 2000)

Nessa tipologia estão as poucas pessoas que declararam ter alguma aproximação com um partido político, o que não quer dizer militância. A menção ao PT – Partido dos Trabalhadores – que se sobressaiu sobre os outros – PPB/PPS/PSDB – por esse grupo, onde estão inclusas as pessoas que já tiveram alguma experiência associativa, não deixa de intrigar quando se sabe que esta foi marcada pela ação clientelista com relação aos partidos e aos políticos. O PT desde as eleições de 2000 e, principalmente a partir de 2002 com as eleições presidenciais deixa de ter sua atuação política hegemonicamente vinculada a movimentações de cunho ideológico e de esquerda. A maioria desse grupo, no entanto, não tem participação associativa no bairro e afirma sua concepção de cidadania como circunscritas à conquista de atendimento das necessidades básicas. O direito político do voto deixariam de ser exercido se não fosse obrigatório votar.

Em síntese, o grupo de pessoas que desenvolvem uma *sociabilidade solidária-frágil* é o maior e mais significativo dos moradores do Jardim Felicidade, embora não represente a maioria. São os moradores pardos (e negros) que estão mais imersos na zona de vulnerabilidade, tanto em termos econômicos como de estado de ânimo, correndo mais risco de desfiliação. No entanto, tem esse risco amenizado por uma *rede de solidariedade primária* mais fortalecida do que a dos outros dois grupos; possui vínculos mais fortes com o território, pois considera-se proprietário, o mesmo não acontecendo proporcionalmente em relação à cidade, porque há a insegurança da irresolução da questão da regularização fundiária. Há, também, uma recusa à ordem hierárquica subjacente à negação ou declaração de desconhecimento da validade da frase “*você sabe com quem está falando?*”

O ambiente democrático vivido desde os anos 80, permitiu ao sujeito solidário-frágil construir a noção de que **tem direitos**, mesmo reconhecendo que eles não se realizam. São tantas as debilidades e vulnerabilidades sofridas que, aqueles que despontaram para a liderança ou trabalho comunitário, não conseguiram dar sustentabilidade (objetiva e subjetiva) à incipiente experiência associativa, marcada pelo assistencialismo e clientelismo. É como se estivesse

se dando uma ruptura com o coletivo, até no sentido político mais estrito, que o levaria a deixar de votar, caso não fosse obrigatório.

O desenraizamento encontra alguma resistência porque se sente pertencendo à sociedade, principalmente pela nacionalidade. Ser brasileiro(a) ainda é motivo de orgulho. Sua vivência cotidiana do contrato social parece estar ancorada no tripé: ter casa (abrigo), ter o apoio da família e amigos, e ser cidadão de um Estado que não dá atendimento aos seus direitos básicos, assegurados por lei. A realidade da manutenção dos privilégios e da injustiça no regime democrático, juntamente com a falta de ânimo para o associativismo e participação, acabam por enfeixar mais ainda sua fragilidade.

3.2 - A Sociabilidade vicinal-religiosa (tipologia 2)

Os sujeitos que desenvolvem uma sociabilidade *vicinal-religiosa*, representam 25,1% dos entrevistados (grupo **vermelho**). São pardos e negros, havendo uma presença expressiva desses últimos nesse grupo, o que colocou, de forma inusitada, a questão racial na investigação, uma vez que ela não se colocou como problema substantivo para os entrevistados quando foi captada de modo tradicional³⁶. Sua composição etária está majoritariamente na faixa de 36 a 45 anos. Tem uma renda familiar melhor que a do grupo 1, entre 4 e 8 salários mínimos, e uma situação ocupacional também ligeiramente melhor: além dos inativos, há forte presença de trabalhadores regulares, porém, *sem* registro. No entanto, avalia sua situação financeira familiar como apertada, difícil.

A família (ampliada), os amigos e a vizinhança com quem tem ótimas relações, constituem sua “rede informal de solidariedade”. Sua situação ocupacional e as relações familiares e vicinais são indícios dos motivos pelos quais sua “auto-estima” está mais sob controle que a verificada no primeiro grupo. No entanto, não dispensa um certo esforço para passar segurança à

³⁶ Ver no anexo do capítulo a tabela de frequência da pergunta : você já enfrentou alguma vez discriminação ou racismo? (Tabela 1)

família, pois o desemprego é o principal problema vivido por ela. Para esse grupo, o significado do trabalho está expresso no termo “satisfação”.

Os sujeitos que desenvolvem a *sociabilidade vicinal-religiosa* estão estabelecidos no bairro no período entre 3 e 6 anos. Na infância e adolescência, em sua maioria, enfrentaram piores condições de vida que a atual e, em alguns casos, enfrentaram condições iguais à atual. Porém, com relação à moradia, a maioria dos sujeitos desse grupo (onde estão concentrados os negros) declarou ter vivido piores condições que as atuais.

Os sujeitos desse grupo elaboraram algumas relações e vínculos sociais que não os colocam em situação de vulnerabilidade tanto quanto os solidários-frágeis. Neste grupo, estão os sujeitos que declaram que, apesar de perceberem que o bairro é mal visto pelos outros, não se sentem muito afetados por isso. É o grupo que também declara perceber que o bairro está integrado à cidade. Não desejam mudar, no entanto, porque têm consciência de não haver condições de morar num bairro melhor. É neste bairro que é possível sentirem-se proprietários. Suas ligações com o território, podem explicar seus razoáveis níveis de informação sobre o Programa Lote Legal.

“As casas estão em construção, o que torna o visual do bairro feio. As pessoas preferem arrumar a casa por dentro depois por fora”.

“Quem nunca veio, acha que aqui é uma favela”.

“Não sei explicar porque acho que pertence à cidade”.

“O bairro é novo. Pertence à cidade porque tem transporte coletivo e a prefeitura está presente na região”.

Sua experiência associativa está, basicamente, no nível religioso. Dos três grupos identificados, é o único que tem *prática regular* (maioria católica e parte evangélica). Porém, é interessante notar que, tanto para os sujeitos deste grupo, como para os do tipo solidário-frágil, a religião responde mais a

problemas familiares e morais, do que espirituais. Não participa e não conhece espaços de discussões dos problemas do bairro.

“Tem interesse, mas nunca teve coragem de ir, por medo de ser chamada de criança, porque é muito jovem”.

“Não gosto de me envolver com associações”.

“Não gosta de confusão. Acho que participar de associação não acrescenta em nada”.

“Não gosto de me meter em política”.

Um indicador significativo da questão racial para o tipo de sociabilidade vicinal-religiosa verificou-se na afirmação mais assertiva do que os outros dois grupos *da vigência* da famosa frase: *“Você sabe com quem está falando?”*. A resposta afirmativa a essa questão expressa bem a vivência da subalternidade e do preconceito aliado à hierarquia social, que afeta mais os negros, entre as classes trabalhadoras. Neste grupo, apesar de se defender o reconhecimento dos méritos e esforços individuais em oposição ao “igualitarismo”, desconfia-se da competição entre as pessoas, considerando-a perigosa, estimulando o que há de pior nas pessoas. Essa afirmação pode sugerir que competição, para quem é negro ou pardo – mesmo que inconscientemente – , pode conferir uma certa desigualdade nas suas condições.

“As pessoas que tem um cargo superior, sempre se acham”.

“Quem tem mais dinheiro, sempre se acha superior”.

“As pessoas só por terem um pouco mais de estudo se acham superior”.

“Muitas vezes tive que abaixar a cabeça para continuar no emprego”.

‘Sempre tem alguém superior’.

“Essa frase é usada pelos poderosos”.

Para este grupo também, a filiação relacionada à nacionalidade é a maior expressão do sentimento de pertencer à sociedade³⁷:

“Sou uma cidadã. Tenho casa embora não seja legítima. Não é só o rico que pertence à sociedade e sim todos os brasileiros que pagam impostos, trabalham e estudam”.

“Moro em São Paulo, já se sente paulistana e é brasileira”.

“Moro em São Paulo, nasci no Brasil e por isso pertenço à sociedade”.

Todo esse esforço de manutenção de uma vida modesta, de qualquer forma, faz com que o sujeito de sociabilidade vicinal-religiosa se autoclassifique como pertencendo à **classe baixa** (mais) e pobre, conforme abaixo:

“O dinheiro da casa só dá para a comida e para pagar as contas”.

“Não tem dinheiro para luxo”.

“Está dando para viver”.

Para esses sujeitos, a vivência subalterna de um contrato social desigual não colocou o regime democrático no Brasil como facilitador da luta pelos direitos e pela cidadania, pois, segundo eles, as leis só têm validade para alguns.

“Os ricos tem sempre mais direitos que os pobres”.

³⁷ (...) “Grande pátria desimportante/ em nenhum instante eu vou te trair.”, trecho da música *Brasil*, (Cazuza, N.Romero, G. Israel) de 1988

“A última palavra sempre é dos governantes”.

‘As diferenças entre classes continuam”.

Além de todas essas elaborações *anti-desfiliação* do grupo de sociabilidade vicinal-religiosa, ele é o único dos três para o qual cidadania significa “ter consciência de ter direitos”, com mais ênfase do que à noção mais freqüente de ter as necessidades básicas atendidas. Os direitos não se realizam porque há desigualdade, corrupção e privilégio para os ricos, mesmo assim, todos são considerados importantes. Esse grupo, mesmo não informado ou descrente sobre o favorecimento da democracia, é o único que manifestou que votaria, mesmo que o voto não fosse obrigatório, sinalizando neste um recurso para expressar sua “fala”.

Esse grupo reconhece que deve haver um equilíbrio na responsabilidade do indivíduo e do Estado no atendimento das necessidades básicas, mas considera que o poder público deve ter um papel mais ativo na resolução dos problemas sociais, como o desemprego.

A noção de cidadania desse grupo inclui a posse de todos os direitos políticos, *exceto* o de participação nas decisões de governo. Essa cidadania com pouco poder de deliberação pública efetiva, sentida por um grupo em que os negros se sobressaem, deixa mais contundente a maior valorização dada pelos sujeitos de sociabilidade vicinal-religiosa do que pelos outros, acerca dos direitos civis, principalmente em relação à justiça e igualdade, mesmo considerando todos os outros direitos importantes. Fica destacada a preocupação com a aposentadoria, como direito social mais importante que os outros, talvez explicada por uma maior sensação de vulnerabilidade na velhice por esse grupo.

Assim, os sujeitos da sociabilidade vicinal-religiosa elaboram, através dessa rede familiar-vicinal e de sua prática religiosa, um forte esteio anímico, moral e disciplinador. É o grupo que sinaliza, em vários momentos, um

sentimento da persistência do padrão de sociabilidade hierárquica e autoritária ainda vigente na sociedade, mesmo que sem uma referência explícita à questão racial. Sua percepção de que tem direitos de cidadania, no entanto, não o tem conduzido para uma ação mais coletiva. A sensação de pertencimento ao território (mesmo que pelo motivo de não ter outra alternativa), à cidade (mesmo que ainda não oficializada) e à nação brasileira sustentam sua inserção no sistema.

3.3 - A Sociabilidade familiar ocupacional-reclusa (Tipologia 3)

Os sujeitos que foram agregados nesse tipo de sociabilidade constituem 28,6% dos entrevistados (grupo azul). Ressalte-se que é o grupo onde está a maioria expressivamente branca e que aparece no gráfico de pontos sintomaticamente mais afastado dos outros dois tipos. Nesse grupo estão também personificadas algumas manifestações de um processo (que parece quase imperceptível) de hierarquização e racialização no nível micro-sócio-espacial, que atravessa as classes trabalhadoras. Os sujeitos de sociabilidade *ocupacional-reclusa* são mais jovens do que os outros dois tipos, situando-se na faixa etária entre 26 e 35 anos e, na sua maioria, ocupados como trabalhador por conta-própria. De outro lado, em minoria, estão os desempregados e, em menor número ainda, os trabalhadores registrados. O significado do trabalho para este grupo está expresso no termo “relação comercial”.

São os moradores mais recentes do bairro (até 3 anos), mas a vivência de situações em territórios precários não é novidade, porque suas condições de vida e moradia na infância e adolescência foram piores ou iguais às de hoje. Participa da mesma faixa de renda da tipologia 2, que está entre 4 e 8 salários mínimos, mas, diferentemente daquela, avalia que tem atualmente uma situação financeira regular.

Sua *família* não passa por problemas graves, ao contrário dos outros grupos. Não tem precisado pedir ajuda a ninguém, pois procura resolver seus problemas sozinho. Sua solidariedade é exercida através de *sua* ajuda à família, ou a quem pedir. Mantém relações apenas regulares com seus vizinhos e não considera que haja qualquer rede de ajuda entre eles.

“Os vizinhos não são legais”.

“Os vizinhos são legais”.

“Tem pessoas legais e tem pessoas que não são legais”.

“Os vizinhos não são muito bons”.

Mesmo que lhe cause sofrimento ver a família passando necessidades, é o único dos três grupos que não coloca a família em primeiro lugar como fonte de satisfação, lugar ocupado pela saúde, seguida do trabalho.

A situação ocupacional e de renda mais favorável e independente permite-lhe uma sensação anímica mais confiante que os outros, com relação à capacidade de superar seus problemas, mas não deixa de se esforçar para passar segurança para a família.

Os sujeitos de *sociabilidade ocupacional-reclusa*, talvez por morarem a menos tempo no bairro do que os outros, não se consideram ainda proprietários e sim, ocupantes. Sabem que sua situação de moradia é ilegal, mas estão conformados de que “não há outro jeito”. O pouco tempo de moradia no bairro pode indicar a avaliação mais negativa deste grupo sobre o bairro, comparando-se os três tipos, acentuando mais gravemente sua insatisfação com os problemas de drogas e violência. Esses sujeitos acham que o bairro é mal visto pelos outros e sentem-se bastante incomodados com isso; declaram-se afetados em sua auto-estima.³⁸ Declararam, no entanto, que

³⁸ “Esta situação está criando um tipo de isolamento social, de “ensimesmismo”, pois as pessoas tem medo de sair de casa. No dizer de Roberto da Matta, a rua, o espaço público, passa a ser o espaço da violência e a casa, o espaço da segurança. Daí o que chamo de

não desejam mudar, porque fizeram muito sacrifício para erguer suas casas. Os sujeitos de *sociabilidade ocupacional-reclusa* são os que menos consideram que o bairro faça parte da cidade e não tem qualquer informação sobre o programa Lote Legal.

“Por causa da violência e da precariedade”.

“Tem muito morro, muita pobreza, acho que isso causa má impressão nas pessoas”.

“Por causa da inferioridade e da criminalidade”.

“Muitos não conhecem o bairro”.

“Está integrado à cidade porque São Paulo é uma cidade muito grande”.

“O bairro é muito escondido, fora de mão para muitos lugares”.

Sua experiência associativa é praticamente nula. A maioria não participa ou conhece locais de discussão dos problemas do bairro. Como está no bairro mais recentemente, não conhece o processo de formação do mesmo. Mesmo no nível religioso, manifesta ter apenas uma sensação de pertencimento ao catolicismo, que, para ele, responde mais a problemas morais que espirituais.

“Não tenho tempo [de participar]”.

“Não tenho interesse [em participar]”.

“Não tenho interesse [em participar] mas, se participasse lutaria pela implantação de um posto de saúde”.

cidadão-privado, pois, perante essa violência cotidiana, as pessoas estão cada vez mais retraídas, reclusas e isoladas. (Kowarick, 1999:140)

“Não tenho tempo [de participar] mas, se participasse tentaria trazer melhorias para o bairro”.

Esse grupo se autoclassificou, também, por **classe baixa** (mais) e pobre confirmando, também, uma percepção de *Contrato social* de posição subalterna:

“Atualmente não passo necessidades”.

“Pela minha condição financeira”.

“Não passo necessidades, mas também não tenho o que quero”.

“Quem não tem saúde não pode ter nada e conseguir nada”.

“O pobre não tem oportunidade de nada na vida. É sempre humilhado, sempre foi e será esquecido”.

“Nascer numa família pobre fica muito mais difícil conseguir alguma coisa na vida”.

Os sujeitos de sociabilidade ocupacional-reclusa são os que *menos sabem ou consideram* que a democracia tem favorecido a luta pelos direitos de cidadania em relação aos outros dois tipos e, categoricamente, responderam que as leis *não* valem para todos.

“O país está igual. Nunca melhora no sentido de moradia, educação e o desemprego só aumenta”.

“Por estarmos num país democrático, não temos o direito de exercê-lo, porque sofremos limitações de nossos direitos”.

“O país ao invés de progredir, só está regredindo”.

O grupo de sociabilidade *ocupacional-reclusa* esboça uma reação à subalternidade e à ordem hierárquica, declarando que a frase “Você sabe

com quem está falando?” *não* está valendo. Como todos os outros, se sente pertencendo à sociedade porque “é brasileiro”.

Somos todos iguais.

As autoridades devem respeitar a todos.

Quando a pessoa tem um poder mínimo que seja, já quer levar vantagem sobre a outra.

Independente da minha condição social, não deixo de ser brasileira.

Sou brasileiro, portanto me sinto pertencente [à sociedade].

Não sou diferente de ninguém e adoro a minha pátria.

Para este grupo, cidadania compreende ter as necessidades básicas atendidas, ter os direitos sociais e civis assegurados por lei, mas não os direitos políticos (votar e ser votado, participação nas decisões do governo). Embora também considere que todos os direitos são assegurados por lei, acha todos importantes. Reforça a percepção de que deve haver um certo equilíbrio na responsabilidade entre Estado e indivíduo no atendimento das necessidades básicas, mas é o grupo que mais avalia que o Estado deve ter um papel mais ativo – mas não único - na resolução do problema do desemprego

Os sujeitos que desenvolvem a *sociabilidade ocupacional-reclusa*, são mais expressivamente, os moradores brancos e mais jovens, trabalhadores por conta própria, na sua maioria. Suas experiências de solidariedade estão restritas ao núcleo familiar. Não tiveram qualquer experiência associativa, nem mesmo religiosa e não demonstraram qualquer interesse em desenvolvê-la. Ainda não constituíram vínculos com o bairro e sentem-se bastante afetados por sua má reputação. Esses sujeitos não consideram o bairro integrado à cidade e atribuem a situação de ilegalidade como solução para quem não tem

outra solução. É o grupo mais descrente dos três em relação à democracia e à validade das leis para todos. É o grupo que mais dá sinais de viver amedrontado pela violência e pela idéia dela que cerca o local de moradia. A sua reclusão fica, assim, caracterizada pela ausência de perspectiva de ação coletiva e pelo medo do ambiente público. À medida que mais se integra precariamente ao sistema, mais se desfilou-se dos problemas coletivos, ficando preso à sociedade pela nacionalidade.³⁹

Os três tipos de sociabilidades elaborados - solidário-frágil, vicinal-religioso e ocupacional-recluso - demonstraram a complexidade quase invisível da qualidade das relações e interações sociais vividas no cotidiano dos cidadãos-moradores do Jardim Felicidade. A partir dessas tipologias, a discussão sempre presente nas análises sociológicas sobre a dicotomia entre a impessoalidade e racionalidade urbanas e a intimidade e liberdade do mundo privado, mostra sinais de sua insustentabilidade, pois é na relação dialética daqueles níveis que se constroem e se vivenciam as sociabilidades.

A construção teórica desses três tipos de sociabilidades, verificados no cotidiano de moradores da (hiper)periferia paulistana contemporânea, permitiu uma aproximação concreta com a idéia sugerida por Sawaia, conforme abaixo:

“Um território pode ser excludente e, ao mesmo tempo, lugar de identificação entre pares, onde se gestam novas formas de sociabilidade alimentadoras da “potência de ação” (Espinoza, s.d.) e de “calor humano”(Heller, 1977). Sob os códigos da superfície aparential, pulsam vidas e relações íntimas tão perversas quanto redentoras, derrubando a idéia mistificadora da racionalidade

³⁹ “(...) É certo que Pierucci fala de um segmento específico – mas nem por isso pouco importante – da sociedade. Porém, nas suas idiossincrasias, esses setores em que Pierucci identifica “as bases da nova direita” fazem ver que preconceitos e intolerância se determinam na ótica moral da vida privada, num modo de marcar diferenças e distanciamentos afirmadores de identidades ameaçadas por proximidades e convivências perturbadoras. Sobretudo, mostra em torno das intolerâncias e preconceitos uma noção de ordem inteiramente construída na ótica da moral privada e que se projeta, sem mediações, como modelo da ordem pública a ser garantida pela força e autoridade do Estado. Quando essa autoridade é percebida como falha, o campo está aberto para a justiça privada dos esquadrões da morte, dos grupos de extermínio e dos linchamentos.” (Telles, 2001:72)

e impessoalidade citadinas como vilãs da modernidade e da intimidade como *lócus* da libertação,(2) para apresentar a cidade, especialmente as metrópoles como São Paulo, enquanto processo simultâneo de esmagamento uniformizante e de liberação da subjetividade individual e coletiva, com possibilidades infinitas de entrelaçamento heterogêneo entre espaço e subjetividade. Com isto supera-se a dicotomia comunidade/cidade, seja como comunidade e cidade, ou comunidade na cidade, como solução para os males da modernidade.” (Sawaia,1995:23),

Nossas observações assinalam que, o que se chamou, nos termos de Caldeira (2002), de ‘enclaves fortificados’, com relação à evitação social entre ricos e pobres, leva ao risco de criação de territórios de evitação social entre os próprios moradores da periferia-hiperperiferizada. A base para a construção desses territórios de evitação social está se consolidando muito mais significativamente pela forma de inserção precária no mercado de trabalho, pela questão racial, e pela vivência de aspectos do contrato social vigente, que frustra a realização dos direitos, do que pela diferenciação de renda. Pudemos verificar sociabilidades diferenciadas, que, apesar de próximas territorialmente e socialmente, se distanciam nas formas de interações objetivas e subjetivas.

Assim, cada tipologia e as três conjuntamente nos oferecem especificidades e possibilidades tentadoras de reflexão e debate sobre os seus prováveis desdobramentos na contemporaneidade. Não é, no entanto, esse o nosso propósito. Salientamos que, se as entendemos como *sociabilidades em curso - transitórias, históricas, e espacial-temporais*—, elas poderão ser reproduzidas, reelaboradas, transformadas, aprofundadas ou atenuadas, apontando para diversas direções, conforme o movimento das intrasubjetividades, das relações locais-territoriais, e dessas relações com a cidade e com o contexto mais global.

O fato de não se exercitar hipóteses de desenvolvimento dessa dialética das relações e interações no território segregado não dispensa a reflexão nos desdobramentos sobre algumas dimensões que atravessaram fortemente

todas as tipologias de sociabilidades apreendidas que permitam, ao mesmo tempo, apanhar alguns nexos da complexidade que envolvem as sociabilidades urbanas em curso, e os impasses para a emergência de uma (nova) sociabilidade urbana.

As dimensões que consideramos significativas para uma problematização das sociabilidades em curso observadas no Jardim Felicidade são:

- 1) *Dimensão da Família;*
- 2) *Dimensão do Associativismo político, participativo;*
- 3) *Dimensões subjetivas da participação cidadã.*

4. Dimensões das sociabilidades urbanas

a) família

Como pudemos observar em cada um dos três tipos de sociabilidades elaborados, a família destaca-se em todos, com diferentes graus, sendo mais fundamental quanto mais vulnerável e precária é a situação ocupacional. A família ampliada, os vizinhos e amigos formam uma “rede *informal* de solidariedade” mútua, ligados pela necessidade pontual de amparo em situações de dificuldade de sobrevivência ou debilidade emergencial, mas nada que seja constante ou necessariamente recíproco. Assim, essas relações estão longe de se caracterizarem como “resquícios de sociabilidade primária”, típicas das sociedades tradicionais, rurais ou, ainda, da inata solidariedade entre os pobres, conforme abordamos anteriormente a propósito da participação da família e vizinhos na autoconstrução.⁴⁰ No entanto, a questão da sociabilidade primária, também discutida nos anos 70, é retomada pelo debate da questão da *exclusão social*, nos anos 90. Novamente, retomaremos seletivamente, as contribuições de R.Castel e S. Paugam.

⁴⁰ ver cap. II.

Conforme Castel, a sociabilidade primária se caracteriza por ser um sistema de regras, que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seus sentimentos de pertencer à família e à vizinhança além dos vínculos com o trabalho, tecendo redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas. Essa concepção da sociabilidade primária marcou as sociedades feudais européias, que tiveram sua estabilidade garantida por dois vetores principais de interdependência: “as relações horizontais no seio da comunidade rural e as relações verticais da sujeição senhorial”. A sociabilidade primária entra em ação para dar conta de uma ameaça de desfiliação, através da família e da comunidade territorial, pela inexistência de instituições especializadas, tendo o papel de cuidar para que os membros mais necessitados não abalem a coesão do grupo.(Castel, 1998, 48-50)

Dessa forma, na sociabilidade primária estava implicada uma “generosidade necessária”, como coloca Castel, como consequência de um lugar ocupado num sistema de interdependência horizontal e vertical. Com o processo de modernização burguesa, os laços de sociabilidade primária tornaram-se mais frouxos e a estrutura social mais complexa, o que foi impossibilitando esse tipo de resposta aos “carentes” . Assim, surgem as práticas especializadas de atendimento social, as instituições como o orfanato, o hospital e a benemerência. No entanto, mesmo com a modernidade, algumas comunidades rurais mantinham essa “quase autonomia” não só econômica, mas relacional, como verdadeiros enclaves. (idem, 53 e 57)

A sociabilidade secundária, característica das sociedades modernas segundo Castel, desenvolve um conjunto de práticas, em estruturas cada vez mais complexas, que dão origem ao atendimento social-assistencial. É um trabalho de intervenção da sociedade sobre ela mesma, com função protetora, integradora e, depois, mais preventiva. A prática da atenção territorializada vem nesse sentido de combater o risco de (outra) desfiliação (agora moderna), que se tornou a tônica dos serviços de proteção social.

Na sociabilidade secundária ocorre também o processo de desterritorialização ou reterritorialização, quando a intervenção desloca o sujeito para instituições isoladas, o que, por muito tempo marcou a assistência social. Os critérios técnicos seletivos (principalmente quanto aos incapazes de trabalhar) realizam uma profunda especialização e profissionalização no trato da questão. O Estado do Bem-Estar social é o modelo mais acabado desse desenvolvimento da Questão Social, que, ao sofrer um processo de desmanche na Europa, vem provocando, por sua vez, outras desfiliações e fazendo emergir várias zonas de vulnerabilidade.

Para Serge Paugam (1999), o Brasil se incluiria no que ele classificou como “pobreza integrada”, pois configura uma pobreza “tradicional”, que abrange grande parte da população e está intimamente ligada às questões históricas do seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Dessa forma, segundo ele, a pobreza brasileira não está ligada à problemática da reestruturação produtiva, não apresentando, portanto, o processo de desqualificação social propriamente dita (como ele define a nova pobreza), que afetam as sociedades avançadas. O autor leva em conta, no entanto, as questões das desigualdades sociais ligadas ao nosso território. A pobreza, por ser muito “corriqueira” entre nós, não implica num status desvalorizado dos pobres e *entre* os pobres, contando, para as situações difíceis, com bastante ajuda da família, vizinhança ou da comunidade. O desemprego é compensado pelo setor informal, que empreende trocas funcionais. (Paugam, 1999:96 e 109).

O marco lógico e histórico da crise do Estado do Bem Estar Social se constitui num grande divisor de águas para a análise da questão social mundial e brasileira, apontando-nos transformações profundas nas sociabilidades, nos vínculos e rupturas sociais que emergem do novo patamar do sistema capitalista mundial.

A síntese das colocações desses dois autores nos estimula à reflexão sobre o significado das sociabilidades primárias em nossa sociedade de

desenvolvimento econômico periférico, no espaço-tempo do globalismo, principalmente entre as classes trabalhadoras.

Muitas análises, principalmente das duas últimas décadas, acerca das periferias e favelas, têm recuperado o esforço de reação e organização frente às desigualdades e, por outro lado, corroborado com essa interpretação da “solidariedade inerente” às classes subalternas. Já mencionamos anteriormente, que, em alguns casos, parece que as análises refletem os desejos dos analistas e pesquisadores e não verdadeiramente as manifestações populares reais. (Demo, 2001:4)

Alguns até, como Maria Adélia Souza, animados pelas lutas sociais que se intensificaram nos anos 80, exaltam essa questão, mesmo reconhecendo os efeitos nocivos da globalização sobre a população pobre das cidades. Essa autora convida a se conhecer de perto a realidade solidária dos pobres, dizendo: “*Mas reparem, atentamente, a solidariedade entre os pobres, que são a maioria. E negam nela e nos sorrisos dos seus sujeitos o fermento da nossa esperança.*” (Souza, 1999:41)

A fenomenologia oferecida pelo estudo empírico no Jardim Felicidade nos coloca uma outra dimensão dessa questão, sem, no entanto, criticá-la ou desqualificá-la. Nosso objetivo é permitir um outro olhar sobre a periferia paulistana contemporânea e as sociabilidades entre as classes populares, sob alguns aspectos, a saber: em *primeiro lugar*, procurando-se deslocar a compreensão da pobreza do “estado de natureza” para a questão da negação (violenta) dos direitos, que não confere a condição de sujeito para os pobres. Em *segundo lugar*, suas grandes dimensões populacionais e territoriais, transformadas em “*paisagens*”, que suscitam e reelaboram, constante, histórica e territorialmente, discriminações, preconceitos e sofrimentos de inferioridade, que não só se manifestam nos “outros” (os não pobres) em relação aos pobres, mas também entre eles. Em *terceiro lugar*, a esfera privada, que sempre foi a mais presente na resolução de conflitos e problemas de sobrevivência da maioria da população brasileira, mais por “unidade na miséria” e troca de favores, que se reproduz e se reelabora, em diversos níveis,

pela inexistência ou pela insuficiência da esfera pública em se tornar a arena privilegiada de discussão e resolução da Questão Social. Em *quarto lugar*, nossa análise vincula as *sociabilidades em curso* no Jardim Felicidade, ao momento histórico em que se fortalecem as instituições democráticas no Brasil, ao mesmo tempo em que sofremos as injunções relativas às transformações no sistema social global, que afeta o papel do Estado de Bem-Estar social – nunca vivido plenamente por nossa sociedade – como realidade institucional e como utopia viável (desenhada na Constituição). É assim que velhas sociabilidades se articulam a novos ingredientes espaço-temporais, recriando, reelaborando e reterritorializando novas relações e interações sociais que afetam a vida cotidiana dos cidadãos e cidadãs da nossa cidade na contemporaneidade.

Analogamente às análises sobre a existência da solidariedade nas favelas, feitas por Bader Sawaia (1990), no loteamento periférico precário estudado, percebemos que a rede de auxílio é bastante restrita e está nucleada na família para a maioria e, em alguns casos, em vizinhos e amigos próximos. A “unidade pela necessidade de sobrevivência” ou alguma emergência pontual é um modo de vida, diz a autora, que não se consubstancia numa “solidariedade entre iguais”. “E a unidade – neste caso – é a contrafacção da igualdade e sua marca é a indiferença”⁴¹.

No caso do Jardim Felicidade, as redes de ajuda familiares não avançaram para uma ação comunitária ou coletiva, a não ser nos primeiros anos, nos momentos de extrema precariedade, que as levaram a procurar e agir juntas por alguma solução para a conquista de serviços básicos essenciais, mas que, após sua conquista, se dissolveram, por vários motivos. Completamos esse raciocínio com Sawaia:

“Desse modo, a ajuda mútua seria a resposta animal, não consciente do querer viver social. Espécie de ritualismo que sabe, através do saber

⁴¹ (4) SAWAIA, Bader – Morar em Favela – A arte de viver como gente em condições negadoras da humanidade. In Revista São Paulo em Perspectiva, abr/jun, 1990, vol.4, nº 2 (4) citação de E.Boétie (O discurso da servidão voluntária).

incorporado, que a “unicidade é a melhor resposta ao domínio da morte, que é de alguma forma um desafio a esta”. (Sawaia, 1990:47)⁴²

Nossa pesquisa permitiu uma visibilidade da forma como a inclusão perversa (dialética de inclusão/exclusão) dos cidadãos moradores das periferias a uma sociabilidade urbana que não só os confina e segrega a condições avultantes de precariedade sócio-espacial, como dificulta, cada vez mais, os movimentos associativos, reforçando o descrédito para com a política e dissolvendo as possibilidades de regulamentação e implantação dos avanços institucionais da “Constituição Cidadã”⁴³. O “velho” sistema restrito de proteção social de base previdenciária vem perdendo sua força diante do desemprego estrutural e, junto com vários outros direitos sociais, toma a forma de “custo Brasil”⁴⁴. Assim, simultaneamente à reestruturação do trabalho, pela precarização e flexibilização, aprofunda-se a reelaboração do papel do Estado e dos direitos de cidadania, fragilizando o sentido do ‘público’ e as relações associativas.

Na nossa pesquisa, por exemplo, foi praticamente inexpressivo o registro, entre nossos entrevistados, de que tivessem recebido qualquer auxílio assistencial público nos últimos 12 meses. (v.tabela 5.1,5.2, 5.3). Diferentemente da família, que esteve presente em vários momentos nas respostas dos entrevistados, como sua rede de auxílio, como motivo de sua satisfação e sofrimento, o poder público esteve ausente ou insuficientemente presente. Portanto, no caso apresentado, podemos falar de fortes vínculos familiares, mas *não* comunitários.

A família, assim, pode ser vista sob dois aspectos fundamentais: por um lado, como alertou, desde a década de 30 do século passado, Sérgio Buarque de Hollanda (1969), como a persistência da ordem privada - da família patriarcal, do patrimonialismo da elite -, hoje desenvolvida nos interesses de

⁴² Idem (nota 5), referência à Maffesoli, M. O tempo das tribos, RJ, Florence Universitária, 1987 p.37

⁴³ a implantação da gestão plena da assistência social, preconizada pela LOAS – Lei Orgânica da assistência social de 1993, regulamentada em São Paulo, em 2000, ainda está inconclusa.

⁴⁴ Na expressão de Francisco de Oliveira (1995)

empresas nacionais e transnacionais, reelaborando dificuldades para o amadurecimento das relações institucionais modernas e impessoais, de uma esfera pública democrática.

Por outro lado, a família tem se reestruturado como a afirmação das individualidades e transformado as suas relações hierárquicas internas e, mesmo sofrendo sérios golpes desestabilizadores externos a ela, tem se mantido como valor social fundamental e como um elo associativo possível em contraponto à ausência de um espírito público ou coletivo mais desenvolvido.

O que nos sugere essa reafirmação da família (e seus vários tipos) em pleno século XXI, como instância de sociabilidade privilegiada no estudo das classes subalternas? Pode representar o elogio da esfera privada, o isolamento e proteção da esfera pública inóspita ou da qual se sente afastado ou rejeitado? Pode representar uma reação ao individualismo e à fragmentação? Pode proporcionar uma ruptura maior ainda das relações entre seus membros e entre estes e a sociedade? Ou ainda mais ousadamente, pode indicar um caminho que não pode ser desconsiderado para se pensar emancipação?⁴⁵

A investigação não pretendia ter e não tem respostas a essas perguntas, mas são instigantes o suficiente para que se possa procurar novos ingredientes para seu debate e reflexão. A abordagem antropológica, mais uma vez, traz uma contribuição muito interessante nessa discussão. E é com Cynthia Sarti que vamos nos apoiar para movimentar essa discussão. A autora, em primeiro lugar, define o lugar da família na esfera da cultura e não na da biologia, sustentando-se no trabalho clássico de Lèvi-Strauss [As estruturas elementares do parentesco]. A definição de família que ela apresenta, a coloca na dimensão das relações sociais, determinadas pela sociedade e o tempo em questão.

⁴⁵ Esta reflexão foi sugerida por Bader Sawaia, no exame de qualificação: (março/2004) “Será que nós não podemos pensar que ela [a família] também não poderá ser uma possibilidade de pensar, trabalhar a emancipação, a felicidade, trabalhar com e não abandoná-la ou então desconsiderar, porque tudo aqui [no Jardim Felicidade] volta para a família! É a grande questão!”

“A família, então, constitui-se dialeticamente. Ela não é apenas o “nós” que a constitui necessariamente, mas é também o “outro”, condição de existência do “nós”. Sem deixar entrar o mundo externo, confinando-se em si mesmo, a família condena a si própria, num caminho circular, reiterativo e, nessa medida, mortífero.”

(...)

A família, portanto, não pode ser desvinculada de seu contexto social, nem pensada isoladamente.” (Sarti, 1999:101-104)

Sarti elenca vários dispositivos externos que ordenam de fora as relações familiares (internas). A família, “esfera da intimidade, “refúgio num mundo sem coração”, vive, diz a autora, sob permanente intervenção.

As mudanças familiares mais importantes que alteraram a ordem familiar tradicional foram: o questionamento da autoridade patriarcal e a divisão interna de papéis, modificando substancialmente as relações entre homem e mulher e entre pais e filhos no interior da família. A questão dos direitos na família é formulada nos termos de uma nova ética de negociações, em que se deve levar em conta os direitos individuais de cada um, a partir de seu lugar na família e no mundo social. Por isso há instrumentos institucionais que estabelecem limites claros à ação familiar, que quebram a incontestabilidade do pátrio poder, como o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente - ⁴⁶, por exemplo.

Sarti coloca que as transformações por que passa a família contemporânea estão diretamente relacionadas aos recursos sociais, econômicos e culturais de que ela dispõe.

“O processo de emancipação do mundo contemporâneo – no sentido da afirmação do sujeito como singularidade e como portador de uma condição social específica a que correspondem direitos específicos (mulheres, homossexuais, crianças, consumidores, idosos, etc...) (6), tem a implacável

⁴⁶ Lei nº 8069m de 13 de junho de 1990

marca de classe e as oportunidades não são iguais para todos. Assim, a condição da família, seus limites e suas possibilidades correspondem à condição social de seus membros. A vulnerabilidade da família diz respeito, então, à sua localização como classe social.” (Sarti, 1999:104)

Sylvia L. de Mello reforça essa idéia:

“Seria ingenuidade supor que as violentas transformações sofridas pela sociedade brasileira nos últimos trinta anos e, mais ainda, os processos de mudança nas condições de vida de um imenso contingente de pessoas, que se deslocou do campo para as cidades, houvessem causado apenas modificações de caráter socioeconômico, ou político, sem afetar o delicado equilíbrio das relações entre os membros dos grupos familiares. Mais claramente ainda, essas mudanças ocorrem nas concepções que os sujeitos fazem de si mesmos, em como representam o lugar que ocupam no mundo social, como um todo, e não apenas no interior da família. Com certeza, as mudanças no nível da subjetividade não são inócuas. Elas acarretam percepções diferentes dos papéis respectivos, ocasionam reavaliações de expectativas e redefinem as situações segundo regras que têm origem no modo como os sujeitos percebem a realidade”. (Melo, 1999: 51)

Tanto Sarti como Melo chamam a atenção para a inexistência de uma “família universal”. Existem vários tipos de família, que estão relacionados à formação social, às classes sociais, e ao espaço-tempo a que se referem. Essas autoras também questionam a existência de um modelo ideal de família, estável e isolada de conflitos internos e externos, que, freqüentemente, é confrontado por comparação com as famílias que saem desse modelo, principalmente quando se trata das famílias das camadas populares. Essas famílias são chamadas de desestruturadas ou desorganizadas.

Mello coloca que suas pesquisas, na direção de várias outras com as quais teve contato, reforçam a importância dos **laços familiares**. Na empiria periférica que foi referência para o texto “Família: perspectiva teórica e observação factual”, o núcleo que concentra e dá ordem à sociabilidade é a família.” A família nuclear acaba sempre ampliada por outros : irmãos, irmãs,

filhos que se casam e ficam por perto, e assim por diante, nas mais variadas conformações. (cf. Mello, 1995:53).

Mello, desse ponto de vista, colabora com nossa observação no caso do Jardim Felicidade, principalmente quanto às tipologias solidária-frágil e vicinal-religiosa, quando se questiona:

“Não sei se é solidariedade o sentimento que predomina, creio, porém, que ele está mais próximo do *conhecimento da verdadeira dimensão da carência*, ou seja, esses sentimentos, quaisquer que sejam os seus nomes, são frutos de uma *experiência real de ajuda*. É importante levar em conta a *prática da ajuda mútua* para não cairmos na armadilha da solidariedade abstrata que idealizamos ou negamos que as classes populares possuam. Aquela que existe não é de fácil descrição ou fixação conceitual. É nascida da experiência comum de necessidades vitais minimamente supridas. Não é sentimental, mas dura como a vida que levam. Não se manifesta com alarde, mas é calada, apegada à sobrevivência. É feita de contradições, pois é calculista e impulsiva, quase instintiva e essencialmente humana. (2)⁴⁷(Melo, 1995:54)

Jerusa V. Gomes aborda uma questão importante que, ao mesmo tempo se torna explicativa de uma certa universalidade dessas relações de ajuda mútua familiar: a experiência da migração de primeira e de segunda geração. A autora confirma, pelos seus estudos, que os bairros periféricos foram construídos, na sua maioria, por migrantes, o que assemelha, em diversos bairros da cidade, a luta cotidiana pela sobrevivência, desde o ponto de origem rural. (Gomes, 1995:65-66). Na nossa investigação, os sujeitos com sociabilidades solidária-frágil e vicinal-religiosa tinham forte relações familiares e a presença de outros parentes morando no bairro.

⁴⁷ (2) A melhor definição que encontrei para dificuldade de definir ações observadas, na Vila, está no artigo de Tilman Evers, “Identidade – a face oculta dos novos movimentos sociais”, In: *Novos Estudos Cebrap*, 2 (4). São Paulo, abril, 1984. Ele propõe algumas teses, o que ele denomina “novos movimentos sociais”, sugerindo que eles dizem menos respeito ao Poder do que “à renovação dos padrões socioculturais e sociopsíquicos do cotidiano, penetrando a microestrutura da sociedade”. E acrescenta: “o caminho deste processo criativo é necessariamente aberto, embrionário, descontínuo e permeado de contradições, portanto, difícil de captar. São passos iniciais na direção de uma sociedade alternativa, representando algo como a “parte dos fundos”, não organizada, da esfera social, cuja parte da frente – a dos reforços mútuos, sistêmicos e bem estabelecidos – é ocupada pela sociedade dominante” (apud Mello, 1995:12, nota 2).

No entanto, Gomes confirma nossa afirmação anterior de que a adaptação à cidade é sempre cheia de percalços e conflitos, e que, pode trazer a sensação de melhoria de vida, pois tem meios menos duros (que em relação ao trabalho rural) de alcançar a sobrevivência. Salienta, de outro lado, que a segunda geração já apresenta maior adaptação aos “padrões de vida urbano”, inclusive ocupacionais. (Gomes, 1995:69) No caso do Jardim Felicidade, é interessante notar que todos os sujeitos das tipologias de sociabilidades construídas apresentaram proporcionalmente o perfil de migrante⁴⁸, sendo que os sujeitos de sociabilidade frágil-solidária e vicinal-religiosa podem estar ainda mais suscetíveis aos valores e padrões de relações primárias do que os sujeitos (mais jovens) de sociabilidade ocupacional-reclusa, mais adaptados aos valores e modos de vida urbano.

Gomes ainda coloca outra situação exemplar da vivência da metamorfose do valor de uso em valor de troca nas relações familiares e de vizinhança nas classes subalternas. No tempos do início da migração para S.Paulo, os laços de família e vizinhança sempre foram fortes nas camadas populares. No entanto, hoje, o que era impensável no início da migração, é perfeitamente normal que um parente ou vizinho receba pagamento para cuidar das crianças, por exemplo, porque não há atendimento público (creches) para que se possa trabalhar (Gomes, 1995:69) A partir desse exemplo, podemos refletir como esse tipo de relação, que se estabelece na esfera do cotidiano, afeta ou reelabora sociabilidades num modo de vida regido pelo valor de troca, pelo consumo e pelo individualismo. Talvez aqui esteja mais uma pista para compreender respostas como as do sujeito de sociabilidade ocupacional-reclusa, na definição de trabalho como “relação comercial” e na sua inserção mais profunda ao sistema.

Sarti chama a atenção para o discurso construído sobre as famílias, principalmente quando relacionados às formas de intervenção nas famílias pobres. A autora coloca duas principais vertentes discursivas ainda muito presentes :

⁴⁸ V. p. 43, neste capítulo

1ª.) Uma *Visão instrumental da família*, que a reduz a um grupo articulador de “estratégias de sobrevivência”, pensando-a como unidade de consumo e geração de renda. “Esta visão desconsidera que, mesmo quando se vive em condições materiais muito precárias, não se é movido apenas por exigências de sobrevivência, mas por um desejo, que é de todos os homens e mulheres, de compreender e dar sentido ao mundo em que se vive. Qualquer comunidade humana traz consigo, à sua maneira, a indagação sobre sua própria existência” (Sarti, 1999:106);

2ª.) *Concebe a família como fonte de problemas sociais*, ou seja, as consideradas “desestruturadas”, “incapazes de dar continência” a seus membros”, o que justificaria a necessidade de intervenção pública. “Pode ser chamada de visão culpabilizante da família. Sobre ela recai toda a responsabilidade pela dificuldades que enfrenta. Neste discurso, além de se ignorar os determinantes sociais, exteriores à família, nega-se a possibilidade de que a família tenha recursos próprios e potencialidade para mudar suas condições fazendo também tabula rasa de toda a sua experiência cultural.” (idem, idem)⁴⁹

O território segregado e hiperperiférico estudado trouxe o tema da sociabilidade familiar como elemento para a discussão de possibilidades e limites seja da fragilidade, vulnerabilidade e reclusão ao nível privado, seja do resgate, do cuidado, da socialização e da emancipação. Isso nos leva a reconhecer a dimensão social da família e a problematizar a questão da responsabilidade ou privada ou pública sobre ela. Compreendendo a família como a relação dialética entre o “discurso social e sua tradução individual e

⁴⁹ Rosely Sayão, psicóloga, colunista do Jornal Folha de S.Paulo, comenta essa onda que invade a educação de forma geral, de responsabilizar os pais e a família pela ausência ou falha na educação de seus filhos, que por sua vez, trazem os problemas para a escola. O discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 20 de julho de 2004, diz ela, reforça o argumento dos educadores e instituições escolares. Em contraposição a essa “onda”, na sua opinião, é tarefa quase impossível para a família ensinar a conviver com o espaço público, buscar o bem comum. Mas, ao contrário, é tarefa perfeitamente possível para a escola e o Estado. “*Por fim, para se tornar um adulto livre, um cidadão responsável, é preciso livrar-se da família – tornar-se independente dela e saber transformar a herança que dela recebeu. Quando realizamos um chamamento geral pela família, apostamos na infantilização da sociedade*”. S.O.S. Família IN Folha Equilíbrio, dia 29/07/2004, p.9 – Caderno do Jornal Folha de São Paulo

singular”, impõe-se analisar aquela polarização, a partir dos discursos das famílias sobre si mesmas.

O reconhecimento – interno e externo – de que os membros da família são sujeitos de direitos e também sujeitos de desejo imprimi-lhes uma potencialidade de mudar sua própria situação, o que, ressaltamos, pressupõe a existência de condições que lhes sejam favoráveis. (Sarti,1999:107). Em outras palavras:

“as famílias falam de si a partir de como delas se fala. Devolvem a imagem que delas se constrói, a partir de um discurso que é social. A introjeção de uma inferioridade naturalizada está entre os danos mais graves da desigualdade social. Acreditar-se menos. Ser vítima de uma situação que escapa ao controle dos sujeitos é o problema a ser tratado. Como produto da eficiência da ideologia que sustenta uma sociedade dividida em classes sociais, a dificuldade se agrava quando o lugar da vítima é introjetado, o que tem como corolário a auto-desqualificação: sentir-se inferiorizado, desfavorecido, “sem sorte” e, assim, subjetivamente impossibilitado de contribuir para encontrar saídas para os próprios problemas, ainda que dentro de condições objetivamente dadas.” (Sarti:1999:107)

Segundo Sarti, essa noção de família – ao mesmo tempo, individual e social – permite, então, pensar num universo simultaneamente de afetos e de direitos. Nas relações da família está necessariamente inclusa a noção do *outro* . Em outros termos, é na família que ocorrem as elaborações iniciais da construção da noção do outro, estabelecendo-se aí uma estreita relação entre a família e a construção da noção de cidadania, o reconhecimento no plano social da existência do outro.

Essa formulação coloca a construção da noção de cidadania a partir da subjetividade. A possibilidade do reconhecimento dos direitos, como reivindicação de si e do(s) outros(s), não é uma questão exterior ao sujeito, mas as condições de uma sociedade em levar adiante um projeto democrático de relações sociais estão estreitamente vinculadas às possibilidades subjetivas

de seus cidadãos. “A cidadania é, então, uma questão que diz respeito à construção de afetos.”(idem:108)

Sarti coloca que quanto mais cedo se estruturar nas crianças a noção de si, partindo-se do cuidado baseado na responsabilidade dos adultos sobre elas, mais possibilidades terão essas crianças, que virão a se tornar jovens e adultos, de devolver à sociedade o que receberam, sob a forma de responsabilidade pelo outro, ou responsabilidade social.

“Sendo assim, num mundo privado de cuidados serão precárias as condições de se interiorizar a noção de responsabilidade pelos outros, base do exercício da cidadania. O problema, portanto, não se reduz à pobreza material, mas à ausência de cuidados que permitem aos sujeitos desenvolverem a capacidade de receber e, assim, de dar. São condições de desenvolver, mesmo em parcas condições materiais, recursos simbólicos para superação de dificuldades de várias ordens”. **“Como cuidar do outro, e por ele se responsabilizar, quando não se sabe o que é ser cuidado?”**(grifo meu)(...) As crianças e jovens, futuros cidadãos, devolvem à sociedade o que lhes foi dado”. (Sarti, 1999:108)

Dessa forma, essa idéia da família contemporânea sugerida por Sarti consegue tirá-la da noção de “isolamento privado” para tornar-se elemento importante na constituição de sujeitos abertos ao outro, ao social, sujeitos que elaboraram uma noção de si, que se solidificaram sobre bases de atenção e cuidado, pressupostos do afeto e do direito. (Sarti, 1999:108)

É claro que essa oportunidade de desenvolver a individualidade e a autonomia é possível e realizável para as famílias das classes médias, mas são muito difíceis para as famílias das camadas populares. (Cíntia Sarti, 1995:47) Como vimos, no Jardim Felicidade, a família ainda é resguardada e valorizada como espaço de sociabilidade e solidariedade, principalmente para os sujeitos das sociabilidades solidária-frágil e vicinal-religiosa. Os sujeitos do tipo ocupacional-recluso, mesmo com menos preocupações materiais, também não deixaram de valorizá-la. A preocupação com os filhos, com as crianças e

jovens é muito presente, tanto que raramente encontrei famílias que se utilizam do trabalho infantil como auxílio para a sobrevivência.(tabelas 5, 6 e 7)

No entanto, a grande maioria dos moradores têm bastante introjetado um sentimento de inferioridade e de subalternidade. São noções que são cuidadosamente reiteradas no cotidiano, no seio da convivência primária, já que não há momentos de sociabilidade comunitária expressivos. Dessa forma, apresenta-se uma abordagem da família que a coloca como elemento fundamental da imbricação das noções de **afeto** e **de direitos**, onde valores como o individual e o coletivo, a autoridade e a democracia, o privado e o público podem ser fatores de ganhos cada vez mais consistentes na construção do sujeito de direitos. É no cotidiano familiar que se proporcionará a saída da sua invisibilidade e a oportunidade de se adentrar num palco privilegiado - a passos seguros - para formar novos sujeitos, abertos ao cuidado com o outro e com o coletivo.

Não se trata aqui de um “elogio” da esfera cotidiana, mas de reconhecê-la como espaço importante para a construção e a transformação de novas sociabilidades que adubem terrenos favoráveis à emergência de sujeitos individuais e coletivos, bem como de projetos **locais e coletivos**, alternativos e emancipatórios . Aqui me apóio em Boaventura de Sousa Santos:

“Porque os movimentos são “locais” de tempo e de espaço, a fixação momentânea da globalidade da luta é também uma fixação localizada e é por isso que o quotidiano deixa de ser uma fase menor ou um hábito descartável para passar a ser o campo privilegiado de luta por um mundo e uma vida melhores. Perante a transformação do cotidiano numa rede de sínteses momentâneas e localizadas de determinações globais e maximalistas, o senso comum e o dia-a-dia vulgar, tanto público como privado, tanto produtivo como reprodutivo, desvulgarizam-se e passam a ser oportunidades únicas de investimento e protagonismo pessoal e grupal. Daí a nova relação entre subjetividade e cidadania”. (1997:261)

b) O associativismo e a participação cidadã

O processo de redemocratização, em curso desde a década de 80, vem consolidando a institucionalização da participação política, com vistas à representatividade junto ao poder estatal, como também vem proporcionando a emergência de um protagonismo social em processos de deliberação pública.

Caldeira, em seu trabalho “A política dos outros” (1984), elaborado num território periférico da Zona Leste da cidade, sob o regime autoritário, verificou que haviam diferenças entre os pesquisados, quanto às noções sobre política e cidadania. Uma diferença importante se manifestou no grupo (de homens) que tinha tido uma participação política no período democrático entre 1945 e 1964, em relação aos demais. Aquele grupo tinha experimentado o aprendizado de cidadania política e isso o diferenciava bastante dos outros por suas posições mais críticas acerca da representatividade dos políticos e da legitimidade do poder dos militares.

No caso do Jardim Felicidade, como pudemos perceber pelas tipologias de sociabilidades em curso, a experiência da transição do regime autoritário para o regime democrático nos anos 90, de forma geral, representou, mesmo que com diferentes nuances em cada uma, uma apropriação da democracia política para a maioria - com menos intensidade para o tipo ocupacional-recluso, os mais jovens - e de uma concepção, mesmo que abstrata, de ter direitos assegurados por lei, principalmente no que tange aos direitos sociais e civis.

A democracia, no entanto, para os moradores do Jardim Felicidade, não tem cumprido a sua promessa porque, segundo eles, os direitos não são cumpridos devido à *“desigualdade, à corrupção e ao privilégio para os ricos”*, que não têm nada de abstrato, pois são vivenciados no dia-a-dia. Todos os três grupos de *sociabilidades em curso* observados ainda não sentem a presença do poder público no seu território e não acreditam que a democracia tenha favorecido a luta pelos direitos no Brasil. A participação nas decisões de

governo e a liberdade de organização partidária ainda não se instalaram como direitos na nossa cultura política.

A conjuntura política de descrédito com a democracia, porém, não é um fenômeno local, nem mesmo da cidade. É um processo muito mais amplo que *ronda* toda a América Latina. Uma pesquisa realizada por uma organização chilena – Latinobarometro – detecta o declínio na satisfação dos latinoamericanos com o sistema democrático. Entre 1996 e 2003, o apoio à democracia caiu de 61% para 53%. Nessa pesquisa, o Brasil se destaca em segundo lugar, como o país onde 55% dos pesquisados se declara “não democrata”, atrás somente do Paraguai, com 60,5%. Outra questão perturbadora foi a resposta afirmativa de 65% dos pesquisados com relação à pergunta se aceitariam um governo não-democrático que resolvesse os problemas econômicos. Apenas 33% dos brasileiros disseram apoiar o modelo democrático, uma média bem abaixo da região, que é de 53%.⁵⁰

Nesse sentido que se fazem importantes as discussões em torno do tema da democracia contemporânea. Há vários trabalhos que tem apontado as limitações da democracia representativa⁵¹. O direito ao voto, a eleição dos representantes ao executivo e ao legislativo, apesar de continuarem fundamentais, têm conferido pouco poder político aos cidadãos. O congelamento do movimento dialético da democracia no momento do *consenso*, destituindo a legitimidade e a força positiva da crítica ou do *dissenso*, bem como a autonomização das instâncias decisórias da política econômica, têm reforçado os padrões de sociabilidade autoritários e conservadores e estrangulado e dificultado a capacidade de organização associativa e de controle democrático das classes populares⁵². Oliveira (1995; 2003)

⁵⁰ v. Folha de S.Paulo, 1º. de novembro de 2003, A-14 (Mundo). Ou consultar site: www.latinobarometro.org

⁵¹ Algumas referências: Avritzer e Navarro (orgs). *A inovação democrática no Brasil*, S.Paulo, Cortez, 2002, 333p, e Santos, B.S. (org.). *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002 – Reinventar a emancipação social para novos manifestos 1 676p.

⁵² referências (Oliveira, 1995 e 2003)

A ausência de uma sociabilidade associativa inicial no Jardim Felicidade e, mais ainda a dificuldade de empreender e sustentar uma organização popular após a deflagração do processo de “ocupação”, confrontada com a conjuntura política que se desenha desde os anos 90, nos colocam a necessidade de abordar, mesmo que brevemente, como um desdobramento das sociabilidades em curso no território estudado, um aspecto da cultura política brasileira e paulistana: o associativismo .

No caso do Jardim Felicidade, conforme colocamos anteriormente, a ocupação foi marcada pela espontaneidade e pelo imediatismo do “movimento”, que ficaram evidenciados na própria fala dos sujeitos, quando se referiram ao processo como “invasão”⁵³. Não havia lideranças iniciais fortes, elas foram se constituindo por força da necessidade de buscar benefícios junto ao Estado, para a construção da parte do bairro que eles não conseguiriam por si só. A experiência da associação foi bastante conflituosa, e continua sendo até hoje, como se pode confirmar pelos depoimentos que expressam um grande descompasso entre a direção da associação atual e os moradores.

Embora recentemente (em 2004), com a retomada do trabalho do Resolo Social na área, tenha se conseguido uma maior aproximação com a presidente da associação, além de reunir os moradores para discussão de problemas bastante pontuais, não é possível afirmar que os moradores estejam mobilizados.⁵⁴ No entanto, é preciso considerar as dificuldades e debilidades associativas, no *contexto* da experiência de vida e moradia desses trabalhadores numa zona de vulnerabilidade, como foi aqui exposto, e no *texto* da cultura associativa paulistana, pelo menos.

À parte a riqueza dos estudos sobre a luta da classe operária, os estudos sobre o associativismo paulistano ainda carecem de melhores instrumentais e maior envergadura analítica, conforme já foi colocado por

⁵³ Temos utilizado ao longo do trabalho os dois termos conjuntamente, mas cada um carrega um significado: A invasão diz respeito aos movimentos não organizados, a ocupação a movimentos organizados.

⁵⁴ Ver depoimentos da diretora geral do Resolo e das Técnicas do Resolo Social, colocados no cap. IV (colhidos em setembro de 2004)

Pedro Demo (2001).⁵⁵ O dinamismo econômico da cidade contrasta com a força de sua cidadania.

Uma abordagem desse tema, associada à um levantamento empírico, realizado sob a coordenação de Leonardo Avritzer (2003), começa a resgatar essa temática para o debate político. Para Avritzer et al, no primeiro período democrático compreendido entre 1945 e 1964, uma literatura incipiente aponta a existência de reduzido número de associações no Rio de Janeiro (mais de caráter recreativo), a das SAB's em São Paulo, com grande impulso na primeira gestão de Jânio Quadros (1954). A experiência em associativismo comunitário mais expressivo do período é a de Porto Alegre. (Avritzer, 2003:2)

Em meados dos anos 70, a sociedade civil começa a reagir e, ao mesmo tempo em que empreende a luta pela democracia, faz emergir um grande número de associações civis, que começam com a defesa e o exercício da idéia de autonomia organizativa em relação ao Estado, mas mais majoritariamente para apresentar-lhe e negociar demandas.

Avritzer et al (2003) constata que o associativismo em geral na cidade de São Paulo está em torno de 19% da população⁵⁶. Por outro lado, 81% da população não tem qualquer participação associativa, de qualquer tipo. Dos 19% que participam, 10% correspondem ao associativismo religioso e 9% ao associativismo civil.

Nessa pesquisa, a força do associativismo religioso (51% de quem participa) está além dos benefícios espirituais, pois através dele podem ser também obtidos benefícios para sua comunidade. No associativismo religioso também, a grande maioria (94%) é voluntário e tem baixa capacidade de decisão nas associações a que pertencem (Avritzer et al:2003:8-9). A ascensão das igrejas evangélicas nos territórios periféricos têm sido bastante investigada, aliada ao seu envolvimento com a questão social local. Os sujeitos de

⁵⁵ conforme colocamos na introdução.

⁵⁶ Os autores apontam diferenças metodológicas da sua pesquisa com a PNAD do IBGe (1996), quanto ao apontamento de freqüência e regularidade da participação dos que se declararam associados, pois em vez de cadastramento, consideram a freqüência regular e informal. (cf. Avritzer, Recamán, Venturi, 2003:5)

sociabilidade vicinal-religiosa que identificamos são exemplares dessa explicação de uma prática religiosa regular mais associada aos problemas sociais que espirituais.

Dos 49% restantes que declararam participar de associações na cidade de São Paulo, apenas 5% compõem o que os autores denominaram de “associativismo popular”, ou seja, associações comunitárias ou ligadas à saúde, educação e moradia. Além desse sinal claro de fragilidade de organização comunitária e política, Avritzer identifica, na cidade de São Paulo, que o associativismo paulistano apresenta uma dinâmica do tipo “sanfona”: ele se expande (abre) mais nas gestões mais democráticas e se contrai (fecha) nas gestões mais autoritárias ou conservadoras. A gestão petista de 1989-92 seria um exemplo ilustrativo do momento de expansão dos movimentos populares e, contrariamente, as gestões de Paulo Maluf (1993-96) e de Celso Pitta (1997-2000), de contração dos mesmos.⁵⁷

O período de contração participativa dos anos 90, assistiu, por outro lado, a um fortalecimento da via política institucional, de fóruns de negociação e a uma revitalização dos esquemas populistas e clientelistas (de direita e de esquerda)⁵⁸.

É interessante observar que a ocupação desordenada do Jardim Felicidade, seu deu no momento de contração dos movimentos sociais e das práticas comunitárias participativas, e de expansão, por outro lado, da via política institucional e tradicional. A proximidade no tempo e no espaço de outras experiências recentes dentro e fora da região não pôde ser alcançada pelos moradores, desesperados demais com o problema do abrigo de sua família. Como coloca Kowarick:

“Não há uma relação direta entre a precariedade de vida nas cidades e o tipo de luta levada adiante pelos moradores que são por ela afetados. “Situações de extrema exclusão não levam necessariamente a lutas pela terra, habitação

⁵⁷ Uma avaliação dessa questão na gestão petista de 1989-92 foi feita em Kowarick e Singer, 1994: 280-91

⁵⁸ v. Kowarick, Singer, 1994:302-306

ou bens de consumo coletivo”. Por outro lado, o mais das vezes não se transformam em *movimentos sociais*, no sentido de haver uma potencialização de reivindicações que se articulam em formas organizativas capazes de abrir espaços sociopolíticos sólidos e coletivos.” (Kowarick, 2000:57)

A boa vontade dos líderes comunitários pioneiros, embora valiosíssima no processo inicial, não conseguiu avançar politicamente nas suas tentativas organizativas e associativas. O que pudemos recuperar foi que as lideranças comunitárias não conseguiram exercer outro papel que não estivesse restrito à representação populista. Ao não vislumbrarem outra atuação que não as reivindicações de caráter clientelista junto ao poder público, acabaram subsumidas pelas conflitos intestinos pela demarcação dos lotes, pelas precariedades da situação de trabalho e pela vulnerabilidade do lugar de viver, além das disputas entre políticos pelo controle eleitoral do território.

As formas políticas conhecidas e exercidas não conseguiram responder à complexidade envolvida na ocupação daquele território acidentado e inóspito, às problemáticas condições – objetivas e subjetivas - com que cada um tinha chegado ao lugar, às novas e difíceis relações e interações que teriam de estabelecer, exigindo um aporte de trabalho coletivo raramente vivido anteriormente, tudo isso, azeitado e aprofundado pelas mudanças políticas locais e globais em curso, já apontadas anteriormente.

As *sociabilidades em curso* no Jardim Felicidade evidenciaram obstáculos objetivos e subjetivos, macro e micro-estruturais que colaboram para um desestímulo às ações associativas, coletivas e participativas sustentáveis⁵⁹. Pedro Demo já nos apresentou, através de seus estudos sobre o associativismo, o quanto é mais fácil termos uma população mobilizável do que mobilizada, evidenciando que o que conta politicamente, é a qualidade da participação (Demo, 2001:8). Dessa forma, o debate da democracia,

⁵⁹ Houve uma grande frequência às assembléias do OP, mobilizados pelo tema da habitação e 2002. dados. Muitos moradores participam de reuniões pontuais sobre as questões das obras do loteamento bem como de trabalhos pontuais que tem sido executados recentemente pelas Técnicas de Resolo social, no sentido de uma conscientização sobre a questão ambiental. (cof. Depoimento feito em setembro/2004)

atualmente, não somente coloca em questão as estruturas do regime político e os problemas de representatividade local, nacional e global, mas chega ao nível micro-social, ao nível interno das associações. Em todas essas instâncias e níveis de poder, há uma percepção clara da falta de controle democrático e de participação na tomada de decisões.⁶⁰

“Entendemos controle democrático a capacidade da população de manter sob seu controle o estado e o mercado, de tal sorte que prevaleça o bem comum. Como regra, o controle democrático é visto com respeito ao estado e significa a capacidade de colocar o estado a serviço da sociedade, mantendo-o como genuíno “serviço público”. Mas é importante que este controle também atinja o mercado, ainda que o capitalismo tenha espargido a idéia, sobretudo nesta retomada neoliberal, de que suas “leis” seriam intocáveis. Na verdade, Estado e Mercado são instrumentos da sociedade. Esta é fim.” (Demo, 2001:13)

O controle democrático vem surgindo no debate político como um instrumento absolutamente imprescindível para fazer frente às concentrações de poder que geram corrupção e privilégios.

“A sociedade aqui é concebida como aquela maioria que sustenta os privilégios da minoria. Não são mais os trabalhadores do marxismo clássico, porque a “exclusão” se dá por muitas formas e porque a sociedade hoje se segmentou profundamente: há diferenças entre trabalhadores de alta renda e micro-empresários miseráveis, desigualdades de gênero e cultura, mais visíveis nos excluídos. Este todo não é marcado por ser “civil”, mas porque vive a condição de subalternidade perante o Estado e o mercado.” (...) A correlação de forças tornou-se bem mais complexa e ambígua, restando a imagem estrutural de que uma grande parte sustenta os privilégios de uma pequena parte. Esta pequena parte, para simplificar, ocupa estrategicamente o Estado e o mercado.” (...) (Demo:2001:17-18)

O controle democrático como possibilidade de exercício político de controle do poder, necessita da democracia, mesmo que seus princípios de igualdade e liberdade não estejam em perfeito funcionamento. Esse controle

⁶⁰ Na pesquisa de Avritzer et alli, dos 5% que participam de associações comunitárias, apenas 25% deles participam da tomada de decisões.

democrático para ser efetivo, também necessita de um associativismo forte e organizado. É por isso que, como coloca Demo, as minorias cultivam a maioria como “massa de manobra”, persistindo e sustentando assistencialismos, clientelismos e outras táticas que empobrecem a cultura política. A pobreza política, diz ele, talvez seja mais drástica que a pobreza material.

Avritzer et al colocam que participação em associações civis ajuda os participantes a entrar em contato com a democracia, a praticá-la no âmbito micro-social, levando ao aprendizado de relações com o poder público e, dessa forma, ao aprendizado de como defender seus interesses.(idem, ibidem, 16) A população em geral e a população associada atribuem importância diferenciada à política. Geralmente, quem é associado considera, mais que os outros, que a política, influi em sua vida. No entanto, os associados não se diferenciam da população em geral na percepção de que não têm capacidade de influenciar a política. Uma questão que se coloca, então, a ser objeto de outras investigações, diz respeito à qualidade desse aprendizado político ou associativo.

Nessa pesquisa ainda, estão elencados alguns motivos da não participação pelos 81% da população paulistana:

- 48% alegam falta de tempo (associada também à falta de recursos);
- 21% alegam incompatibilidade com a dinâmica das reuniões;
- 12% alegam que as associações não têm credibilidade (que é atribuída à presença de políticos ou “política” nas reuniões);
- 4% alegam não ter necessidade de benefícios (opção consciente).

Por fim, a pesquisa sobre o associativismo paulistano revela que desses 81% que não participam, 38% gostariam de participar de alguma forma, conferindo um potencial associativo latente, do tipo popular, que poderá ser trabalhado ou explorado na cidade, e provocar alterações no ritmo irregular de expansão associativa. A variável territorial da participação - negativa ou

positiva – deve ser levada em conta, pois esta se encontra desigualmente distribuída na cidade.

A dimensão do associativismo, assim problematizada, sugere desdobramentos teóricos e práticos através de experimentações políticas que façam emergir alternativas a esse estado geral de refluxo do exercício dos direitos de cidadania e, principalmente, da participação cidadã.

Nesse sentido, têm sido fundamentais tanto o resgate do debate sobre a democracia semi-direta, participativa ou deliberativa, bem como as várias experiências inovadoras de organizações da sociedade civil voltadas para o controle social em vários níveis, a implantação de vários Conselhos de Políticas Públicas Setoriais e os programas de participação popular nas deliberações públicas, entre os quais destaco a experiência do Orçamento Participativo.⁶¹

c) Subjetividades da (não) participação

Nos três tipos de sociabilidades construídas, a despeito de que todos tenham uma percepção geral de que seja papel do Estado o atendimento das necessidades básicas, sobressai-se a dimensão privada e, principalmente, a ajuda familiar na resolução dos problemas. A percepção da vivência da dimensão pública no nível local é ainda incipiente no caso dos grupos solidário-frágil e vicinal-religioso, mas de completa ausência para os que se incluem na tipologia ocupacional-reclusa.

Diferentes formas de sofrimento que têm origem na dimensão pública, se manifestam e se desenvolvem na dimensão privada, cotidiana, mas têm suas determinações embaralhadas, confusas, fragmentadas e, portanto, de difícil apreensão de suas determinações pelas subjetividades. Quanto mais

⁶¹ Algumas referências: Sánchez, Félix. *OP: trajetória paulistana de uma invenção democrática (2001/2003)*, tese de doutoramento, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais PUC-SP; Fedozzi, Luciano. *Orçamento Participativo. Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*, 2ª. Ed, Porto Alegre, Tomo Editorial, 1999

o sofrimento da condição de “pobreza” se cristaliza no nível privado, mais complicada se torna a ultrapassagem da barreira para levá-la ao debate público. Conforme coloca Vera Telles:

“A indignação moral só pode existir se houver uma medida comum de equivalência, tendo na lei a referência simbólica a partir da qual os indivíduos, na irredutível singularidade de cada um, podem se reconhecer como semelhantes. Transformada em paisagem, a pobreza é trivializada e banalizada como dado com o qual se convive – com um certo desconforto, é verdade – mas que não interpela responsabilidades individuais e coletivas. Como se sabe, a trivialização é sinal de uma incapacidade de discernimento e julgamento – é a isso que Hanna Arendt (1966) se refere quando fala da banalidade do mal”. (Telles, 2001:32)

A indignação com o que é imoral, injusto está diretamente relacionada à uma perspectiva coletiva sobre determinado problema social. A indignação, nesses termos, é uma construção social e histórica. (Kowarick, 1999:138)

O contrário da trajetória para a “exclusão social”, desfiliação, desenraizamento ou desqualificação é a consolidação dos direitos de cidadania. A partir de subjetividades construídas e consolidadas de modo frágil, constantemente vulnerabilizadas, subalternizadas, pressionadas ideologicamente fica difícil a elaboração de atitudes de indignação que se dirijam à ação coletiva. Nesse sentido, as três *sociabilidades em curso* no Jardim Felicidade apresentam vivências cotidianas de sofrimentos que, com certeza, tem comprometido a capacidade reativa dos cidadãos e moradores, resignando-se à impotência do poder do seu voto, à reação passiva de descontentamento com o status-quo que ainda não eliminou por completo o sentimento de pertencimento à sociedade, caracterizado seja pelo consumo, seja pela nacionalidade.

A análise da dialética de *exclusão/inclusão* no campo dos direitos individuais e coletivos, aliada a diversas outras em que sociabilidades em curso dos cidadãos- moradores se situam em determinadas zonas de

vulnerabilidades, além de estarem estreitamente vinculada às dimensões econômica e política, faz emergir com força a dimensão ética e subjetiva.

As três tipologias de sociabilidades construídas, constituem-se em momentos diferenciados e transitórios, divididos entre a potência de sofrimento ético-político, pela negação das necessidades básicas do ser humano e, a potência de liberdade e felicidade. Conforme Sawaia:

“O sofrimento ético-político é gerado por práticas econômicas, políticas e sociais que variam de acordo com as variáveis dominantes (uma ou mais de uma) no processo de exclusão social: raça, gênero, idade e classe. A força do sofrimento pode ser tão intensa que chega ao limite da recusa da vida ou morte em vida” (...).

“Na base da exclusão está o poder e a desigualdade social que o acompanha. Porém, para a manutenção desta ordem legitimada nas sociedades modernas (neoliberalismo), a desigualdade precisa ser administrada. Ou seja, os excluídos devem, de alguma forma, ser incluídos e sentir-se incluídos. Inclusão e exclusão configuram, assim, duas faces de uma mesma moeda, já que muitas vezes a inclusão não passa de uma estratégia de adaptação à ordem social excludente. Administrar a desigualdade significa, portanto, incluir perversamente e tratar apenas de seus efeitos superficiais, deixando de lado as causas mais profundas da exclusão, reproduzindo novas formas de sofrimento ético-político.” (Sawaia, 2003:56).

É com esse olhar que apresentamos, no quadro das sociabilidades em curso, os vários sofrimentos ético-políticos vivenciados pelos moradores do Jardim Felicidade, que, de forma geral, conduzem todos na direção da inclusão perversa, mesmo que apresentando trajetórias diferenciadas de desvinculação, desfiliação ou desenraizamento.

Ao se autotransformarem, por exemplo, de forma quase unânime, na categoria “classe pobre e baixa”, deixam entrever a ponta de um iceberg de subalternidade introjetada geracional e historicamente, que os confirmam como parte da “paisagem”. Assim, o processo de “naturalização” da pobreza, fica,

não só reforçada pelos “outros” (os não-pobres), mas pelas próprias vítimas. Nas palavras de Telles:

“Se os que estão fora lutam, resistem, protestam, se têm vontades e constroem suas próprias razões, nada disso pode emergir como algo pertinente à vida em sociedade. No mundo público, são apenas “os pobres”, expressão que sugere mais do que uma simples descrição sociológica da realidade porque expressa uma indiferenciação que é a forma mais radical da destituição: os pobres são aqueles que não tem nome, não tem rosto, não têm identidade, não tem interioridade, não tem vontade e são desprovidos de razão. Nessa (des) figuração, é definido também o seu lugar na ordem natural das coisas: são as classes baixas, as classes inferiores, os ignorantes, que só podem esperar a proteção benevolente dos superiores ou então a caridade da filantropia privada” (Telles, 2001:42).

A inclusão perversa vem a ressignificar ainda mais essa (des)figuração dos pobres na sociedade, pois *ser cidadão* já foi sinônimo de *ser trabalhador*. A experiência do trabalho formal é vivida, cada vez mais, por uma minoria, que, em descenso, faz aumentar quantitativa e qualitativamente as dificuldades para a reação política às velhas e novas desigualdades. Vai desaparecendo dos depoimentos, a figura do “patrão”, do “dono da empresa ou fábrica”, como nos estudos dos anos 70.

Com a perda desse símbolo social, fruto da relação contratual, o que resta ou aparece hoje como efeito de demonstração dessa dignidade e honestidade do trabalhador pobre? No caso do Jardim Felicidade, parece estar localizada na conquista da casa própria, mesmo que, num primeiro momento, pela forma *ilegal*, que protege a família da desestruturação e degradação social. Confirmando nossas observações e colocações anteriores, estão situados na liminaridade real ou virtual, entre a ordem e a desordem, o “pobre trabalhador honesto” da casa de alvenaria versus o “pobre marginal”, morador da favela ou das ruas. Completo com Vera Telles:

“É uma experiência feita no jogo ambivalente de identificações e diferenciações, elaborada entre a percepção de uma condição comum de privação que dilui perigosamente as fronteiras entre uns e outros e a construção de um universo moral no qual homens e mulheres se reconhecem como sujeitos capazes de lidar

com os azares da vida e de se distanciar, se diferenciar, dos que foram pegos pela maldição da pobreza.” (...)

Reconhecer-se como sujeito moral dotado de discernimento nas escolhas feitas em uma trajetória de vida ordenada entre o trabalho e a família parece se determinar entre a percepção das fatalidades da pobreza e a crença em uma esfera de autonomia em que os indivíduos podem fazer frente às condições adversas que levam gente tão próxima e igual para o caminho do “ganho fácil” do crime. Essa mesma lógica de diferenciação de identidades se coloca diante dos “pobres-de-tudo” (favelados, população de rua e outros deserdados da sorte) (Telles, 2001:83)

A concepção de cidadania que ocupa hoje o lugar da carteira de trabalho fica assim *territorializada* na casa, no endereço completo e num (possível) ambiente construído com o mínimo de qualidade, que passa a representar a dignidade, a honestidade e a civilidade dos moradores-trabalhadores ocupantes daquele território.

Ser “honesto”, apesar da pobreza, requer destacar a qualidade das suas relações familiares, ter uma casa digna como moradia, em oposição a viver na *rua*, no espaço da desordem moral, da sujeira, da violência e do crime, da desfiliação profunda. Essa reação é que impulsiona e justifica o esforço da autoconstrução no loteamento periférico desurbanizado e da luta pela propriedade que, por outro lado, não faz emergir a indignação pela superexploração através do trabalho. Para Vera Telles, essas relações se explicam, conforme segue:

“É nesse modo de se perceber nas virtualidades de um sujeito moral que a experiência da pobreza se abre à percepção de uma injustiça instalada no mundo. Mas é uma injustiça percebida do ponto de vista da moralidade pessoal. Aparece como ruptura das reciprocidades morais que se esperam numa vida em sociedade, ruptura vivida no esforço não recompensado, no trabalho que não é valorizado, na remuneração que não corresponde à dignidade de um Chefe de família, nas autoridades que tratam o trabalhador honesto como marginal, no desrespeito e descaso que recebem em troca do “dever cumprido”, na polícia que confunde o trabalhador com o bandido, na lei

que penaliza os fracos e protege os poderosos, na justiça que não funciona, que condena os desgraçados da sorte e deixa impunes os criminosos. Essa quebra das reciprocidades esperadas é vivida como **sofrimento moral (grifo meu)** por aqueles que não encontram nas múltiplas interações da vida social a validação e reconhecimento de suas pessoas, de suas virtudes, de suas qualidades e de seus esforços de pertencimento legítimo na sociedade.” (Telles, 85)

“Assim, a experiência da ordem legal, além de repressão e insegurança é vivida como “desordem”. “Desordem que desestrutura estratégias de vida através dos quais os “pobres honestos” buscam conferir dignidade a suas vidas. Desordem também, e sobretudo, que rompe os equilíbrios morais projetados da vida privada e por onde imaginam uma ordem social justa que retribua a cada um conforme o seu valor e o seu esforço. O problema aqui não é a existência de uma noção de justiça pensada nos termos das reciprocidades morais, mesmo porque esse é o substrato de toda reivindicação por igualdade e justiça. O problema está na dificuldade de investir a esperança de justiça na esfera mundana das leis e traduzi-las na linguagem pública dos direitos, enquanto exigência coletiva que cobra da sociedade suas responsabilidades nas circunstâncias que afetam suas vidas.” Não é a toa a força no imaginário popular da idéia de um governo forte, que olhe para os pobres e fracos contra os ricos e poderosos. (Telles, 2001:85)

Essa moralidade presente no discurso dos pobres está confirmada pela valorização do mérito e desempenhos pessoais, em confronto com um igualitarismo homogeneizador, que está presente nos três tipos de sociabilidade: *a cada um o merecido pelo seu esforço pessoal*. Por outro lado, desconfia dos benefícios da competição entre as pessoas.

O discurso da moralidade, da honestidade versus marginalidade se complica quando atravessado pela questão racial. Nas tipologias observadas, pardos e negros são mais vulneráveis e frágeis que os brancos, não só materialmente. O primeiros estão mais abatidos pelo sofrimento ético-político que os brancos, apesar de esses também serem, de outra forma, atingidos. Nas interações cotidianas no lugar de viver, negros e pardos sentem-se mais frágeis e inseguros com relação ao seu estado de ânimo que os brancos, até

da mesma faixa de renda. Esses últimos se percebem mais confiantes para resolver seus problemas, na mesma intensidade com que se encontram mais inseridos nos valores que consagram o individualismo, o valor de troca, o preconceito e a apatia política ⁶².

A posição dos sujeitos de cada tipo de sociabilidade na divisão social do trabalho apresentou uma articulação direta com a situação ocupacional no mercado de trabalho e uma hierarquização racial sublimada. No Jardim Felicidade, a esmagadora maioria dos cidadãos-moradores estão imersos no mercado informal de trabalho, mas as relações mais precarizadas e vulneráveis estão mais presentes entre os pardos e negros (tipos 1 e 2) do que entre brancos (tipo 3).

Essa relação fenomenologicamente evidente reforça as teses conservadoras sobre a pobreza e a marginalidade, não só do território para fora, mas do território para dentro, ou seja, dos moradores entre si. Dessa forma, fica assim reforçada no cotidiano a naturalização da pobreza entre “os incapazes”, “os inferiores”. A subjetivação da subalternidade é vivida diferentemente entre eles ou em outras palavras, dessa forma entrelaçadas situação ocupacional, questão racial e segregação territorial, configuram diferentes formas de morar, viver e sofrer.

Vários sofrimentos foram captados entre os moradores e as formas diferenciadas com que se manifestaram em cada tipologia ou grupo construído: preocupações com a família, a situação financeira atual, o bairro, a irregularidade da moradia, a não integração do bairro à cidade e o descumprimento da promessa democrática. Essas são questões que ilustram pontos a serem considerados na reflexão da construção de uma nova ética participativa, que não pode deixar de passar pelas relações subjetivas e intra-subjetivas, para que se possa vislumbrar a passagem da passividade à

⁶² O filme “O homem que copiava”, de Jorge Furtado (2003), faz uma referência, entre outras, a transgressões do dia-a-dia (crimes e contravenções), que são praticadas pelo protagonista, rapaz negro (Lázaro Ramos), trabalhador que chega a conclusão que não vai conseguir conquistar o seu amor, trabalhando honestamente. Esmerou-se na cópia de cédulas de dinheiro, através de máquina xerox de última geração. Embora enfrente muitas adversidades e perigos, consegue escapar a tudo. No fim, tudo acaba bem.

atividade cidadã⁶³. Essa concepção eleva as exigências do alcance da práxis participativa, ultrapassando, embora não descartando, as ações estimuladoras à participação e à mobilização populares no debate público. Sawaia estimula essa reflexão no debate acerca de sociabilidades participativas, a partir das sugestões de Espinosa. Segundo a autora:

“Potência de ação é a capacidade de ser afetado pelo outro, num processo de possibilidades, infinitas na criação e de entrelaçamento nos bons e maus encontros. É quando me torno causa de meus afetos e senhor da minha percepção. A potência de padecer, ao contrário, é viver ao acaso dos encontros, joguete dos acontecimentos, pondo nos outros o sentido de minha potência de ação.”

“Eleger a potência de ação como alvo da práxis participativa equivale a adotar como objetivo o fortalecimento do sujeito em perseverar na luta contra a escravidão e não, apenas, o aprimoramento de sua eficácia de negociador, defensor de seus direitos e de militância como alvo da participação, mesmo porque esses últimos dependem do primeiro.”

(...)

“ Participamos quando, em nós ou fora de nós, algo se faz do qual somos causa adequada, que podemos conhecer clara e distintamente. Quando isso não acontece, submetemo-nos à participação” (Sawaia, 2001:125-126).

Ao visarmos esse alto padrão de ética participativa, somos remetidos à necessidade de rompimento, desde o cotidiano, com a *potência de padecer* e com a *desmesura do poder*. Para isso, é preciso engendrar a utopia da construção da *potência de ação*.

“Potência de ação é da ordem do encontro, pois remete ao outro, incondicionalmente. O objetivo de cada um é rentabilizar maximamente sua potência, diz Espinosa, ao mesmo tempo que afirma que só o conseguimos quando nos unimos a outros, alargando o nosso campo de ação. Os homens realizam-se com os outros e não sozinhos, portanto, os benefícios de uma coletividade organizada são relevantes para todos, e a vontade comum a todos

⁶³ Referência aos termos “cidadania passiva” e “cidadania ativa” de Benevides.M.V. A cidadania ativa. Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular, 3ª. Ed., São Paulo, Ática, 1998

é mais poderosa do que o *conatus* individual, e o coletivo é produto do consentimento e não do pacto ou do contrato.”

“Bons encontros só são possíveis com justiça e sem miséria, quando não há dominação instituída e excesso desproporcional de poder. Segundo Espinosa, a existência precária exposta aos terríveis caprichos sociais aumenta a superstição, diminui o autocontrole, aumenta a virulência da paixão (especialmente o medo) e a sobrecarga do lado passivo da imaginação” (Sawaia, 2001:126).

A luta urbana de qualquer grupo, movimento, classe social e espacialmente, os segregados, com objetivos pontuais ou gerais, tem como interlocutor privilegiado o Estado, que está estruturado para, conforme coloca Kowarick, “servir de colchão, de amortecedor às reivindicações, instrumentalizando-as para dar-lhe mais legitimidade política”. As políticas públicas, dessa forma, dependendo de seu caráter, podem ao invés de dar concretude às reivindicações e lutas urbanas, capitalizar a conquista do poder de Estado, cooptando e diluindo os conflitos sociais. As massas urbanas, dessa forma, são colocadas num estado ilusório de participação da cidadania, constantemente prometida e escamoteada. (Kowarick, 2000:64).

Essa reflexão nos desafia, segundo Sawaia, a não pensar em participação ou sua reforma sem a questão da reforma da subjetividade e intersubjetividade, bem como a não pensar em reformá-las sem reformar as instituições. (Sawaia, 2001:126)

As sociabilidades em curso no Jardim Felicidade desafiam a luta política ao pensar alternativas para a saída da passividade e do sofrimento ético-político, transitando para práticas participativas que almejem muito mais que eficácia – uma participação de resultados e possam elaborar uma nova categoria de sentimentos que saltem da piedade à paixão da compaixão. Dessa forma, segundo Sawaia, eficácia e princípios, razão e emoção não são excludentes:

“A paixão da com-paixão é a mais poderosa e devastadora das paixões que arrebatam os revolucionários e militantes de qualquer coloração ideológica, em

seu duplo sentido: de intenso sofrimento e de intenso arrebatamento. Paixão é a capacidade de ser afetado pelo outro e a compaixão, de ser afetado pela paixão do outro”.

[Bader alerta com Hannah Arendt (1988) que] “a história mostra que o espetáculo da pobreza e do sofrimento do outro não move os homens à piedade na esfera pública. A compaixão manifesta-se fora do domínio político enquanto a indiferença pelo sofrimento do outro aparece e reaparece na história. A emoção não é suficiente para desencadear a revolução. Dificilmente inicia a modificação das condições materiais para aliviar o sofrimento, mas quando o faz elimina demorados processos de negociação de forma explosiva e virulenta”. (idem, idem 130)

O cenário apresentado pelas três diferentes tipologias de sociabilidades possíveis no território hiper(periférico) estudado oferece uma imagem da dificuldade de emergência dessa esfera pública, principalmente porque, na atualidade, esta está sendo continuamente desconstruída. As características dos sujeitos de cada tipologia de sociabilidade construída permitiram visualizar diversos “pontos de estrangulamento” objetivos e subjetivos, que impedem o desenvolvimento de uma sociabilidade associativa e participativa.

A manutenção do *status-quo* dessas sociabilidades vivenciadas cotidianamente – na sua dinâmica de inclusão perversa - dão sustentabilidade ao contrato social desigual vigente, reelaborando as diversidades, as desigualdades e segregações, principalmente intra-classes sociais. A cultura política tradicional e seu *aggiornamento* pela ideologia neoliberal, centrada no padrão de consumo e de valores individualistas das elites, fica, assim, bem ajustada ao ordenamento jurídico-político contemporâneo, que, ao mesmo tempo em que contém o discurso dos direitos, realimenta a impunidade e a sensação de anomia. Nesse ambiente onde legalidade e ilegalidade, justiça e injustiça, e legitimidade e ilegitimidade convivem e se confrontam, há, simultaneamente, positivities e negatividades que repercutem nas ações na esfera pública com diversos significados que variam em profundidade, artificialidade, parcialidade e imparcialidade.

A movimentação analítico-política aqui sugerida pelas três dimensões com que analisamos possíveis desdobramentos das sociabilidades construídas, quais sejam, as redes de solidariedade e família, o associativismo cidadão e a ético-subjetiva, pode afetar o campo de lutas pelos direitos e as formas de organização associativa, bem como as formas subjetivas e anímicas que atravessam e transbordam as sociabilidades cotidianas, influenciando-se reciprocamente.

Boaventura de Sousa Santos identifica no movimento do neoliberalismo, da globalização e da crise da capacidade regulatória do Estado um “fascismo societal”. Seu anúncio da crise do paradigma do “contrato social” da modernidade, sustentáculo do que se chamou de sociedade civil – o campo social de expressão da tensão dialética entre regulação e emancipação, particular e o geral, individual e coletivo –, acaba sendo mais dramático no Brasil, porque *“fala-se de pactos sociais e de compromissos anteriormente assumidos que agora se torna impossível continuar a honrar quando, de fato, a situação anterior nunca passou de contratos-promessas e de pré-compromissos que em verdade nunca se realizaram. Passa-se assim do pré-contratualismo a pós-contratualismo sem nunca se ter passado pelo contratualismo”*.(Santos, 2000:96)

A movimentação dessas dimensões acima mencionadas podem sugerir elementos para a construção de uma nova sociabilidade urbana que poderá estabelecer um novo patamar político para a conquista do direito à cidade. Essa nova sociabilidade urbana se configura numa construção possível de articulação entre dimensões objetivas e subjetivas, que, visando preferencialmente o resgate ou transformação dos vínculos sociais dos que habitam as zonas de vulnerabilidade, dos “desfiliaados”, das “classes subalternas”, possam atingir também aqueles que de alguma forma estão inclusos nas zonas de coesão ou integração ⁶⁴, pois estes estão sendo

⁶⁴ O setor inorgânico avulta em fins do século XVIII e início do XIX (período síntese do sistema colonial) e acaba por constituir-se nas bases do que será a construção da sociedade nacional. O avultamento a que Caio Prado Jr. se refere diz respeito à **pobreza de vínculos sociais** e até de nexos morais que dificultam um certo nível de coesão social. Estas condições facilitaram, diz ele, “o progresso da obra da colonização”. (1987, p. 345). Da mesma maneira que com a

empurrados para um campo ideológico da indiferença e da intolerância para com aqueles que estão entre os “inempregáveis”, “inúteis”, “desnecessários”. O que está em causa, na contemporaneidade, além da ausência de condições de renda, do acesso a bens e serviços públicos, é, em especial, a ausência de poder.

A sociabilidade urbana como é vivida hoje, na cidade de São Paulo, propicia, de qualquer maneira, um aprendizado da cidade e dos desafios da cidadania, bem como a emergência de contradições e ambigüidades que sinalizam, ao mesmo tempo, dificuldades e potencialidades, para a compreensão dos desafios e lutas que os próprios cidadãos combatem ante a inclusão perversa, seja no território de trabalhar, seja no de viver.

O confronto entre as perspectivas conservadoras ou emancipatórias parece exigir o desafio da elaboração de uma (nova) sociabilidade urbana. Esse desafio pode estar na “reinvenção democrática”, na proposição de um novo contrato social baseado na desnacionalização da cidadania ou no assentamento de um espaço público global, mas tem de ser necessariamente animado por “sociabilidades alternativas” de enfrentamento da inclusão perversa, que incluem instrumentos de democracia participativa, vigiados crítica e teoricamente, como sugere Boaventura de Sousa Santos.

A inspiração para a imaginação sociológica e política para a elaboração de uma nova sociabilidade urbana está no que Lefèbvre concebeu sobre a qualidade de vida no “urbano”, a cultura cívica⁶⁵ e no resgate da concepção de habitar (morar e governar). A (nova) *sociabilidade urbana* que propomos (re)constituir reforça a necessidade de fazer emergir a perspectiva da totalidade, em vários espaços e territórios da cidade. Reforça também a

escravidão, na década de 80 conseguiu-se abalar as bases morais do autoritarismo, mas não as suas bases sociais e económicas.

⁶⁵ “Numa democracia verdadeira, é o modelo cívico que subordina o económico. Deve-se partir do cidadão para a economia, e não da economia para o cidadão.” (...) “O modelo cívico forma-se a partir de dois elementos: a cultura e o território.” (Rodrigues, 1999:41)

necessidade de propiciar diálogos e encontros entre vários grupos, classes e interesses, e de conjugar simultaneamente os vários níveis de sociabilidades (familiar, vicinal, profissional, associativa, política), fazendo delas a efetiva vivência de uma sociabilidade urbana participativa, que, contrapondo-se aos monólogos, desencontros e fragmentações da realidade, possam estimular o exercício de uma cidadania ativa, essencial para a conquista do direito à cidade.

É a visão e perseguição de um novo homem, com interações sociais mais solidárias e democráticas, que pode nos levar a uma nova relação com a cidade e com a sociedade. Milton Santos nos sugere que, na contemporaneidade, diferentemente do que ocorre no campo, a cidade permite a resistência.

“O que às vezes falta é um pequeno empurrão....(...)

Na agricultura, e em função do mercado global, a prática é científica. E porque é científica há uma determinação de datas, formas de fazer, uma produção inteiramente programada. E, na cidade, não. Acho que na cidade há surpresas....E a surpresa é a mãe da novidade.” (Santos, 2000:55)]

A conquista de uma feliz-cidade precisa do *empurrão* da nova sociabilidade urbana para que possam emergir tanto a resistência como a novidade.

Direito a uma feliz-cidade: (novas) perspectivas utópicas

(...)
*Mas sob a tortura
o que há de melhor no homem.
jamais se manifesta. Quando muito
podeis catar pelo chão
o pouco que dele resta.
Mas soltai-o em festa, ao sol
e vereis que a verdade
de seus gestos se irradia.
Livre
vestindo a pele do dia,
o torturado caminha
com seu corpo tatuado
de violência e poesia.
Mas ele não marcha só.
Apenas segue na frente
na direção da utopia.*

Operário da Utopia
Affonso Romano de Sant'Ana

O alcance do direito à cidade, conforme a concepção que apresentamos ao longo deste trabalho, passa pela conquista de um (novo) habitat que inclui moradia digna, ambiente construído de qualidade e capacidade de governar. Inclui também o direito a raízes, à elaboração de uma identidade territorial que envolva o pertencimento do sujeito ao seu “lugar”, e a toda a cidade. Inclui a construção de uma (nova) sociabilidade urbana, democrática e participativa, que valorize, além das relações objetivas, as subjetividades e intersubjetividades, diferenças e alteridades. O alcance do direito à cidade passa, ainda, pela capacidade dos sujeitos individuais, mas múltiplos, em realizar a travessia do sofrimento ético-político à potência da participação com alegria, que o transforma em sujeito coletivo. Sob essas bases, os cidadãos e cidadãs podem conduzir um processo em direção a um novo urbano: *lugar* do encontro, do pertencimento, do usufruto, do respeito à diversidade, da criação e da convivência cidadã.

Todos esses aspectos, no entanto, não poderão movimentar-se em sua plenitude no jogo de forças sociais da nossa sociedade e da cidade, sobretudo, sem que se possa conferir relevância ao direito ao sonho, ao desejo, enfim, à utopia. A noção ou idéia de utopia sempre esteve presente nos atos humanos ao longo da história. Recentemente, no entanto, em meio a várias crises, a própria idéia de utopia entrou em crise.

A utopia, ou melhor dizendo, as utopias, ganharam contornos especiais sob a modernidade, quando ganharam força as idéias de progresso e de emancipação, em contraposição às de estagnação e dominação. No entanto, apesar da promessa das primeiras, são as segundas que têm vencido historicamente. A modernidade, nos anos 80, com o avanço do neoliberalismo, chegou mesmo até a colocar o próprio fim das utopias.¹

A própria utopia liberal clássica, porém, não consegue se realizar plenamente porque a realização do indivíduo está vinculada ao exercício da cidadania e de uma esfera pública, capazes de garantir o controle democrático do poder. As utopias socialistas também não se realizam, ou sua realização prática acabou por desestruturá-las e enfraquecê-las. Dessa forma, é possível perceber, na contemporaneidade, uma clara crise de utopias, mas não a sua inexistência.

Pensar a utopia significa continuar perseguindo a emancipação, que no limite, significa continuar questionando a desigualdade instaurada pelo modo de produção capitalista, ainda hegemônico, e as diversas faces de desenvolvimento que tem tomado nos diversos espaços-tempos.

A crise das utopias da modernidade tem sua origem na crise das duas importantes instituições criadas pelo processo de racionalização do mundo por

¹ O artigo de Fukuyama, com o título "The end of history" apareceu em 1989, na revista norte-americana *The national interest*. Em 1992, Fukuyama lançou o livro *The end of history and the last man*, editado no Brasil com o título "O fim da história e o último homem", trad. Aulyde Soares Rodrigues, Rocco, Rio de Janeiro, 1992. O esforço desse autor norte-americano foi no sentido de revigorar a tese de que o capitalismo e a democracia burguesa constituem o coroamento da história da humanidade, ou seja, de que a humanidade teria atingido, no final

ela desencadeado: o modo de produção capitalista e/ou a formação econômico-social capitalista e o Estado-Nação, a formação política da sociedade. Essas duas instituições entraram em crise principalmente em fins dos anos 70 do século XX, seja pela redução do dinamismo da economia capitalista, o que forçou uma reestruturação produtiva, potencializando sua internacionalização, seja pela desqualificação de instâncias públicas e sujeitos coletivos que possam representar interesses universais.

A *crítica pós-moderna* defende a saída de cena do Estado como mediador das relações das forças sociais e de uma superioridade conferida ao domínio do mercado e das relações de produção despersonalizadas e fragmentadas. A crítica *pós-moderna* reforça, também, a supremacia da esfera privada sobre a pública, promovendo um desvinculo da perspectiva social com a coletividade, com o todo. Assiste-se à condenação das macro-determinações econômicas e políticas das relações sociais e emerge, como elemento de poder privilegiado, a dimensão cultural, reforçando o elogio ao individual, à subjetividade, à diferença, aos particularismos.

Compartilho com David Harvey (1999) a idéia de que o “*pós-modernismo*” configura, na verdade, uma nova etapa do capitalismo avançado. Mas, mais que uma conjuntura, conforme ele coloca, trata-se de uma nova fase da Revolução burguesa mundial, a era do globalismo. Nessa nova fase, a esfera superestrutural toma formas excepcionais, o que faz com que muitos autores, como Manuel Castells (1999) e Alain Touraine (1998), enxerguem a emergência de outra formação social não capitalista – uma *Sociedade em Rede* ou uma *Sociedade Programada*, respectivamente – que estejam assentadas não mais nas relações de produção, mas sim no conhecimento, na informação, ou seja, na esfera da cultura.

Se há sinais de mudança nas idéias e na cultura, é possível verificar também mudanças nas bases materiais da sociedade. Apesar das mudanças extraordinárias que movimentam o mundo da produção e da cultura

do século XX, o ponto culminante de sua evolução com o triunfo da democracia liberal ocidental sobre todos os demais sistemas e ideologias concorrentes.

contemporânea, como diz David Harvey, as bases do capitalismo estão intocadas: a propriedade privada dos meios de produção, a apropriação da mais valia continuam em atividade; o que mudou foi a forma de produzir e de apropriar.

As mudanças radicais na esfera da produção e da cultura, da década de 80 para cá, têm a ver com a crise da centralidade do trabalho na produção social e, por conseguinte, a crise do papel articulador e totalizador na disputa política geral dos movimentos dos trabalhadores de inspiração socialista, ou ainda, a crise da idéia do proletariado como força revolucionária. J.C. Leite expõe essa questão:

“De fato, a ausência ou a fragilidade das referências de sujeito revolucionário global e de horizonte utópico totalizador tem contribuído para fragilizar e esvaziar o potencial de contestação e emancipação das lutas dos novos sujeitos que emergiram desde os anos 60 – em geral propiciando sua integração à institucionalidade estabelecida.” (Leite, 1998: 77-79)

Dessa forma, conforme coloca Harvey, ao contrário da pregação pós-moderna (ou neoliberal), as mudanças no mercado de trabalho não trouxeram “paridade” aos chamados “excluídos” – negros, mulheres, minorias étnicas -, com o trabalhador branco do sexo masculino, exceto quando este cai também na marginalidade. Pelo contrário, assiste-se cotidianamente ao aprofundamento das vulnerabilidades de cada um desses segmentos sociais.

O desemprego estrutural juntou-se ao conjuntural e recriou os pequenos negócios (domésticos, familiares, do mercado informal etc.) não mais como apêndices do sistema produtivo, mas como peças chave dele. Daí o florescimento do mercado informal, as transformações no modo de controle do trabalho e do emprego e, conseqüentemente, a extrema dificuldade de organização sindical da classe trabalhadora. Essas mudanças, diz Harvey, transformam a base objetiva da luta de classes.

Assim, o capitalismo se (re)organiza, cada vez mais, através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho e nos mercados de consumo, bem acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, tanto no nível da produção como no nível institucional (privado e público). O capital, para se reproduzir, precisa da expansão geográfica, espacial. Sua nova articulação com o tempo (tecnologia, velocidade) possibilitou-lhe um desenvolvimento global espetacular.

O capital financeiro assume, na acumulação flexível, o papel de coordenador do sistema, ganhando maior supremacia ainda sobre o capital industrial. O papel do Estado-Nação na regulamentação da movimentação de capitais no seu território perde cada vez mais força. Conforme já tratamos em outros momentos, os benefícios da acumulação flexível, no entanto, são para uma minoria. Essa fenomenologia, que ficou conhecida como processo de “exclusão social” de grandes parcelas da população, como vimos, não os exclui propriamente do sistema, mas sim promove uma “inclusão precária” no sistema, como bem coloca José de Souza Martins entre outros.

A perspectiva pós-moderna instala, a nosso ver, um desconforto geral porque compromete a visão do todo, do coletivo e descarta a necessidade e a possibilidade de elaboração de um (novo) projeto sócio-político global. Conforme coloca Ianni:

Todos os grupos e classes sociais estão sendo desafiados pelas transformações mais ou menos profundas dos quadros sociais e mentais de referência. (...) assim se desenvolve a globalização pelo alto. Principalmente os setores populares ou os grupos e classes sociais subalternos. A questão social adquire dimensões globais. (...)” A questão social se enriquece ou se complica, com as intolerâncias e os preconceitos raciais, de gênero, religiosos, relativos a línguas e outros. A Questão social revela-se complexa e emaranhada em implicações diversas, dentre as quais se destacam as econômicas, políticas e culturais. Uma parte importante dessa realidade revela-se com as tensões e os conflitos que se multiplicam com os movimentos migratórios transnacionais e transcontinentais.” (FÓRUM ON LINE,2001:2)

Nesse sentido, é preciso um grande esforço coletivo para recuperar a capacidade de pensar, formular, propor projetos que se coloquem como alternativas às transformações neoliberais e globalizantes pelo alto, e interferiram na produção da vida na cidade e da cidade. Nessa proposição, sujeitos coletivos e utopia estão necessária e simultaneamente imbricados:

“A constituição de sujeitos coletivos parte do social mas se realiza no político. Essa passagem é resultado de diversos agenciamentos. Um deles é o discursivo (discurso político), sem o qual não se estabelece a identidade. Outro é o agenciamento organizativo da participação. Um terceiro, é o agenciamento utópico (a referência a um futuro imaginário, mas concebido como possível). “O agenciamento utópico dá forma e potencializa, na modernidade, o “princípio esperança” (Bloch, 1977)”. (Leite:1998:79)

A questão da utopia nos faz pensar, no mínimo, em uma certa postura diante da vida. Postura esta que se manifesta em esferas muito diversas: do trabalho, do cotidiano, da cidade e sociedade, da consciência e do pensamento social. A utopia existe para todos como possibilidade de pensamento e de ação.

Jerzi Szachi (1972), numa abordagem marxista que guarda muita atualidade, coloca no utopismo a força propulsora da história e delimita bem sua posição, em três pontos:

- 1) Sem a prática humana não existe projeto. É preciso reconhecer os riscos da prática pois, sem isso, a derrota e a decepção empurram as pessoas à resignação. Quem sabe que a vitória não é fácil está sempre disposto a começar novamente;
- 2) A fé nas verdades absolutas é uma ameaça à consciência do indivíduo ativo, pois limita as possibilidades de escolha e elimina a necessidade de se fazer novas escolhas no futuro;
- 3) Projetos muito detalhados esforçam-se por prever o imprevisível (a *“doença infantil do utopismo”*). A verdadeira arte não consiste em inventar detalhes sem fim da sociedade futura, mas em encontrar o

caminho que leva a ela e em tomar a decisão de trilhá-lo. Há de se combinar imaginação com conhecimento e técnica. (SZACHI, 1972:xxxvi-xl)

Compartilho com Szachi (1972) a idéia de utopia não como quimera, fantasia, algo impossível de ser realizado. Para ele, também é insatisfatória a idéia de utopia em que se vislumbra um mundo melhor, sem se levar em conta as possibilidades reais de sua realização. Para Szachi, as várias concepções de utopia revelam sua grande complexidade:

“Permitimo-nos propor uma concepção um tanto diferente que, por sinal, também não é original. Ficamos de acordo com a etimologia: a utopia é o lugar que não existe. Ficamos também em acordo parcial com todas as interpretações apresentadas acima: há sempre uma profunda dissonância entre a utopia e a realidade. O utopista não aceita o mundo que encontra, não se satisfaz com as possibilidades atualmente existentes: sonha, antecipa, projeta, experimenta. É justamente este ato de desacordo que dá vida à utopia. Ela nasce quando na consciência surge uma ruptura entre o que é, e o que deveria ser; entre o mundo que é, e o mundo que pode ser pensado”. (Szachi, 1972:12-13)

A utopia, para Szachi, é uma elaboração mental que responde a um momento de crise social. Seja ela reformista ou revolucionária, a utopia é uma categoria histórica que leva a marca do *tempo* e do *lugar* de nascimento. A utopia também tem correspondência com as lutas das classes sociais fundamentais de cada período histórico.

“(...) O significado histórico das utopias depende da medida em que são capazes de contribuir para que a consciência social se convença do caráter problemático da ordem existente e da necessidade de realização de escolha entre ela e alguma outra”.“(...) **Sem utopia não há progresso, movimento, ação**” (grifo meu) (Szachi, 1972:129-30)

Michel Löwy aborda as dificuldades contemporâneas de se enunciar a necessidade de ruptura com a nova ordem mundial. Segundo ele, há uma falta de explicitação e de debate de projetos emancipatórios e totalizadores – socialistas – que se distingam do que representou o socialismo real. Para que a proposta socialista possa ganhar mais credibilidade é preciso recuperar aspectos e valores pré-capitalistas dos utopistas e não os princípios do socialismo científico. Por fim, afirma que “sem utopia revolucionária não haverá prática revolucionária”.(Löwy:2000:246)

Assim, afirmamos com Szachi, a necessidade de se recuperar, em certa medida, a contribuição do pensamento utópico para o desenvolvimento do conhecimento da sociedade. A utopia é, para ele, “um tipo particular de conhecimento social”, que contribui plenamente para o seu desenvolvimento em certas épocas (Szachi, 1972: 132). As utopias, portanto, tiveram e ainda têm um papel importante na formação da atitude científica, estimulando a crítica e ampliando os limites da imaginação e da ação política.

No mundo contemporâneo, porém, os ideólogos neoliberais insistem na tese do fim das utopias, embaralhando e confundindo a compreensão da *anti-utopia* que preconizam. A posição de Franz Hinkelammert é emblemática sobre essa questão, pois procura desnudar essa anti-utopia, qual seja, a do mercado como *societas perfecta*. Diz ele:

“Do ponto de vista neoliberal, eles atestam unicamente o fato de que o mercado não tem sido respeitado o suficiente. Logo, a razão do desemprego é a política de pleno emprego; a razão da miséria é a existência dos sindicatos e do salário mínimo; a razão da destruição da natureza é a insuficiência de sua privatização. Esta inversão do mundo, onde uma instituição que se pretende perfeita substitui por completo a realidade concreta para devorá-la, explica a mística neoliberal da negação de qualquer alternativa, seja esta procurada dentro dos limites do capitalismo em geral, ou não.” (Hinkelammert:1999:183)

O mercado total, assim concebido como ***societas perfecta***, como instituição perfeita, é uma utopia. Porém, não é assim percebido pelos

neoliberais, que o identificam com a própria realidade. O neoliberal se diz realista e, com este realismo aparente, enfrenta todas as utopias, ou seja, todas as aspirações de liberdade ou solidariedade que questionam o mercado e parecem ser “utopias”. É dessa forma que a ideologia do mercado total se coloca como “*anti-utópica*”.

A *anti-utopia neoliberal* almeja a destruição de quaisquer projetos, movimentos e imagens utópicas na busca da paz e da solidariedade porque entende que “a luta é o princípio da vida da sociedade”. Franz J. Hinkelammert radicaliza esse pensamento anti-utópico: “*destruir a utopia para que o homem possa ser verdadeiramente humano, abolir o humanismo para que se recupere o humano, esse é o caminho para oferecer uma utopia na anti-utopia*”. (Hinkelammert, 1995:185)

A utopia anti-utópica, porém, não se limita ao que existe, ao presente. A ideologia do mercado total tem uma dimensão de futuro que, de certa forma, expropria e manipula elementos da utopia socialista tradicional, pretendendo o esforço de sacralizar as relações capitalistas de produção. A missão ideológica da *societas perfecta* é, diz o autor, diabolizar a solidariedade, operando uma poderosa inversão de valores: *todos unidos combatem aos que querem se unir!* (idem, idem, 188)

A promessa utópica do mercado total não está só no campo político. Seu campo privilegiado é hoje o ideológico, tendo na propaganda comercial seu principal baluarte. Assiste-se diariamente ao bombardeio nos meios de comunicação de uma utopia anti-humana. A propaganda comercial torna-se algo muito além de informação aos consumidores, torna-se veículo de mitos utópicos, fazendo da mercadoria porta-voz desses mitos, da conquista da felicidade. Atualmente, por exemplo, com a compra de um produto, pode-se ter a perfeita sensação de ter exercido a solidariedade humana, participando – indiretamente – de uma campanha beneficente promovida pelo fabricante, ou através de um *click* no mouse.

F. Hinkelammert alerta sobre o fato da utopia do mercado total se constituir, visivelmente, na inversão de todas as utopias de liberação de todos os tempos.

“Promete tudo o que a esperança dos povos oprimidos tem elaborado como seu horizonte de resistência. O expropria e o faz seu. A esperança da liberação é transformada pela utopia do mercado na esperança a partir da renúncia a qualquer liberação. Se trata de um futuro infinito prometido como resultado do submetimento infinito aos poderes do sistema.” (idem, idem, 193)

Na expressão utilizada pelo autor, esse “cativeiro da utopia” engendrado pelas burocracias e pelas grandes administrações das empresas multinacionais, padece, como no socialismo soviético, de uma crença em um progresso inexorável. E, por isso, adverte ele, está fadado a fracassar.

O socialismo fracassou menos porque o capitalismo tenha vencido, mas mais porque apostou tudo na “utopia do progresso automático até a plenitude”. Nessa perspectiva, pode-se vislumbrar possibilidades do ressurgimento da utopia, enquanto esperança de liberação, de emancipação.

“O que se vislumbra são novos espaços utópicos que poderiam liberar o caminho para um enfrentamento com as utopias conservadoras do poder e para a busca tão necessária de alternativas, sem as quais a humanidade não terá futuro.” (idem, idem:194)

Assim, F.Hinkelammert chama a atenção para a necessidade urgente da busca de alternativas para a liberação das utopias críticas do seu “cativeiro neoliberal” e do desmonte da crença do fim da utopia. “Da essência da utopia” como a “crítica das condições presentes e a esperança de um mundo melhor” se passa à utopia como afirmação e celebração cega das condições presentes, sendo esta afirmação a garantia de um mundo melhor. Isso significa a passagem da *utopia crítica* à *utopia conservadora*. E toda utopia conservadora considera a utopia crítica como a origem de algum ‘reino do mal’ (idem, idem, 203)

A utopia conservadora se manifesta em nome do realismo. A promessa de um mundo melhor não é fruto de “sonhos” e “delírios”, mas algo “realista”, “cujo acesso se ganha pela “renúncia a qualquer crítica à única alternativa para a qual não existe nenhuma outra. A utopia conservadora é o unipartidarismo num mundo das alternativas.” (idem, idem, 204)

Por fim, o autor nos propõe os seguintes pontos de reflexão para que possamos movimentar alternativas utópicas: a defesa do pluralismo dos modos de viver e de culturas; a defesa da democracia e dos direitos humanos; o pensar a divisão social do trabalho e natureza como uma totalidade (ecologia); a questão do socialismo como síntese da mudança das relações de produção, com esses ingredientes.

A reação à idéia da *anti-utopia* difundida pelo neoliberalismo e pela globalização pelo alto é saída do confinamento, do “cativeiro da utopia”. Essa reação crítica, no espaço-tempo da contemporaneidade, abrange uma dimensão de escolha pela proposição, realização e superação dessa ordem existente em outro patamar. E isso, deve ser construído, conforme sugere Leite:

“A utopia da plena emancipação humana tem de ser estabelecida hoje à luz das experiências históricas do século XX, mas também à luz das aspirações utópicas vividas por pessoas das mais diferentes convicções políticas. ”Nesse sentido, tanto o iluminismo como o Romantismo apreendem dimensões essenciais da modernidade, que têm de ser integradas em um mesmo projeto de sociedade, em uma mesma utopia: as promessas da ciência gerando afluência para todos e um mundo onde exista uma comunhão com a natureza; as conquistas da autonomia, dos direitos individuais e o do respeito às diferenças e o sentido de comunidade; o cosmopolitismo e a diversidade cultural; o dinamismo social e o cuidado, a solidariedade e a ética nas relações humanas. (Leite, 1998:86)

A partir das experiências históricas, então, não mais se pode sustentar que apenas na classe operária esteja depositada a capacidade de ação revolucionária. Esse equívoco analítico Kowarick (2000) chamou de visão

genético-finalista, para quem os conflitos populares têm, *a priori*, metas históricas a serem atingidas, potencialidades transformadoras. Por essa visão,

“o movimento operário teria, por um destino histórico de antemão pré-configurado, as potencialidades que, mais cedo ou tarde, levariam às lutas de maior envergadura social e política. A falácia desse esquema reside no fato de o fluxo e refluxo das lutas sociais, ao ganharem sinais positivos e negativos em função do papel que deveriam desempenhar com vistas a um horizonte de redenção pré-configurado, adquirirem um colorido interpretativo eminentemente voluntarista e dicotômico: o Estado passa a ser encarado como agente perverso do drama social, enquanto o movimento social é tido como homogêneo na sua composição e finalidades, em busca de uma autonomia organizatória e reivindicativa sempre incompleta ou simplesmente negada pela dinâmica concreta dos acontecimentos.

(...)

Ao contrário, é a partir de uma análise de dentro dos movimentos que se deve entender seus fluxos e refluxos, sua capacidade de invenção e articulação com outras forças sociais, em face de acontecimentos que se desenrolam no caminhar da luta, cujos resultados não estão, de antemão, estipulados por categorias analíticas que amarram os diversos agentes a uma trama histórica previamente estabelecida”. (Kowarick, 2000:72).

O potencial revolucionário está, então, em todos os sujeitos “cuja capacidade criativa é incorporada para gerar mais lucros e daqueles que vêm sendo permanentemente marginalizados pelo sistema”. (Leite, 1998:86) Se por um lado, a formação de um sujeito revolucionário se dá pelo diálogo, organização e ação conjunta de múltiplos sujeitos, por outro, a atual multiplicação de sujeitos, representa um grande enriquecimento do potencial de emancipação humana (Leite: 1998:87) Para que efetivamente concorra para isso, é preciso que toda a experiência efetiva de constituição de sujeitos políticos, se dê pela participação e envolvimento direto das pessoas. José Correa Leite completa:

“Seja um movimento de bairro, em uma organização feminista, em um sindicato ou em um partido comprometido com a transformação social, o que

determina sua força são o engajamento e a militância (em sentido cada vez mais distinto daquele dado pela raiz comum com a palavra militar). As grandes transformações sociais sustentam-se na participação e na mobilização populares. Só existe emancipação efetiva como auto-emancipação.” (Leite:1998:87)

As concepções de que lançamos mão para abordar sinteticamente a questão da utopia, vêm no sentido de afirmar que são absolutamente imprescindíveis para a conquista do direito à cidade, o direito à utopia. O direito à utopia nos remete, num primeiro momento, aos espaços públicos e políticos privilegiados que possam dar expressão às perspectivas utópicas em luta. Esse debate mais elaborado pode também assumir aspectos mais pragmáticos da luta política, através de canais institucionais que permitam que o cidadão possa manifestar seus sonhos, suas lutas, suas necessidades.

Num segundo momento, somos provocados a refletir como, dentro das dificuldades de efetiva participação política principalmente da classe trabalhadora e moradora dos territórios hiperperiféricos da cidade, podem alcançar voz e visibilidade para não somente suas demandas de sobrevivência digna, mas também para seus desejos.

É preciso, dessa forma, reconhecer a dialética das dimensões objetiva e subjetiva das necessidades, que estão sempre presentes na sua expressão, e evitar a consideração de que os pobres são incapazes de sentimentos e desejos sofisticados, o que acaba por lhes retirar sua humanidade. Conforme coloca Sawaia:

“A alegria, a felicidade e a liberdade são necessidades tão fundamentais quanto aquelas, classicamente, conhecidas como básicas: alimentação, abrigo, reprodução” (Sawaia, 2003:55). (....)

“É preciso cuidado para não banalizar o sofrimento do pobre e do excluído gerado pelo bloqueio de sua capacidade de expandir a vida. Eles são vistos como pessoas sem necessidades “elevadas”, presos apenas à sobrevivência

biológica, sem direito a “sutilezas emocionais” nem à cultura e ao lazer, considerados supérfluos” (Sawaia, 2003:57).

É assim que, ao identificarmos as condições de produção do seu território segregado, as sociabilidades em curso, e os diversos aspectos que influenciam a capacidade de se associar e participar dos moradores do Jardim Felicidade, a análise dos seus desejos individuais e coletivos teria de levar em conta não somente a dimensão econômico-política atual, mas, principalmente, a análise da dimensão ético-subjetiva desses desejos. É a partir de uma maior abertura para a compreensão dos desejos, sonhos e utopias das classes trabalhadoras que se pode criar melhores condições para seu confronto ou encontro teórico e político com outros e diferentes níveis de desejos, sonhos e utopias, que estão em causa, simultaneamente, de forma hegemônica ou subalterna. Nessa perspectiva, podemos vislumbrar o alcance de uma totalidade do pensar, propor e realizar transformações no modo de viver a cidade e na cidade.

O direito à utopia como constitutivo do direito à cidade será aqui abordado a partir do *sonho ou desejo individual* dos moradores do Jardim Felicidade, que classificamos e apresentamos abaixo, segundo uma ordem de importância, com relação a um campo temático:

Desejos relativos à casa (26,1%):

Terminar a casa; ter uma casa melhor (13,8)

Comprar (ter) uma casa própria (8,8)

Comprar uma casa em outro bairro [melhor] (1,9)

Casar e ter filhos, casa própria (ter um lar) (1,9)

Construir a casa do filho/o filho ter casa (1,4)

O documento de regularização da posse (0,4)

Desejos relativos à família, emprego, renda (25,6%):

Um emprego [para si, para os filhos] (7,9)

Dar uma vida melhor; uma faculdade para os filhos (5,4)

Ter o próprio negócio: [Salão de cabeleireiro, loja] (3,9)

Um emprego melhor [para si, para o marido, para os filhos] (2,4)

Ver os filhos casados e bem de vida (1,4%)

Que os filhos e/ou ele(a) continuem empregados (1,4)

Ter um trabalho registrado (0,4)

Ter uma renda (0,4)

Ter mais dinheiro (0,4)

Emprego no setor público (0,4)

Poder aposenta. (0,4)

Ver o filho na aeronáutica (0,4)

Desejos de consumo (12,8%)

Ter Carro (5,4%)

Ganhar na loteria/ficar rico (2,4%)

Ter uma casa na praia (2,4%)

Uma casa no meio do mato; fazenda (no campo) (1,4%)

Comprar as coisas necessárias à vida (0,4%)

Comprar uma caminhonete (0,4%)

Desejos pessoais, relativos à saúde e estado de ânimo (11,8%)

Saúde [para si e para os filhos]; continuar tendo saúde[para trabalhar] (4,4%)

Viver em paz (3,4%)

Ser feliz (1,9%)

Curar-se do alcoolismo primeiro, depois terminar a casa (0,4%)

Que a saúde melhore (0,4%)

Ver os filhos na Igreja (0,4%)

Ter os filhos junto (0,4%)

Desejos de status/qualificação pessoal (11,3%)

Fazer faculdade (4,9%)

Ter uma vida melhor (3,9%)

Vencer na vida (1,4%)

Fazer uma cirurgia estética (0,4%)

Fazer curso de inglês e computação. (0,4%)

Desejos de solidariedade (4,9%)

Ajudar as pessoas mais necessitadas (0,9%)

Montar uma escola (0,9%)

Melhorar a situação do bairro (0,4)

Ajudar a mãe no Nordeste (0,4%)

Ser um político, para representar o povo (0,4%)

Fazer um grande natal para as crianças do bairro (0,4%)

Ser uma grande pregadora da palavra de Deus (0,4%)

Resolver os problemas familiares (0,4%)

Desejos relativos ao bairro / cidade (2,4%):

Sair de São Paulo (0,9%)

Melhoria do bairro (0,4%)

Segurança (0,4%)

Asfaltar a rua (0,4%)

Desejos mais gerais/outros (3%)

Não tem desejo próprio, deseja melhores condições de vida para todos (0,98%)

Um país melhor. (0,4%)

Mudar de país (0,4%)

Não tem (0,4%)

As manifestações de sonho ou desejo individual colocadas acima pelos moradores do Jardim Felicidade, na sua grande maioria, não são estritamente individuais, revelando uma grande preocupação em alcançar um bem-estar que atinja, no mínimo, sua família e, no máximo, de forma genérica, a todos em geral. Fica, assim, claramente explícita, uma articulação das dimensões objetiva e subjetiva.

Nas declarações acima, pudemos perceber que ocupam as primeiras posições os desejos que dizem respeito ao abrigo (casa própria) e à sobrevivência da família, que, por sua vez depende da resolução geral dos problemas de emprego e renda. A instabilidade das condições de moradia e trabalho apontam claramente uma preocupação com o futuro da família, dos filhos principalmente com sua segurança e dignidade. Ocupam o terceiro lugar os desejos de consumo material, seguidos de perto pela preocupação com a saúde, como um bem essencial ao trabalhador. Esses desejos e os outros manifestados, de status, de qualificação, de solidariedade e de identidade e integração à cidade, com raríssimas exceções, não têm nada que possa

caracterizá-los como “específicos dos pobres”, podendo se referir, portanto, a qualquer classe social.

É interessante observar que, perguntados sobre qual seria seu *desejo coletivo*, um que seria válido para todos, as respostas, por um lado, se assemelharam muito às dadas para o desejo individual, acentuando uma importância dada à questão do alcance dos direitos sociais básicos. Por outro lado, uma parte significativa dos moradores (29%) manifestou uma certa dificuldade de pensar *de pronto* num desejo coletivo. Conforme abaixo:

Dificuldade de expressão do sonho ou desejo para o coletivo (29,0%)

Não tem (19,2%)

Não sei (9,8%)

Desejos coletivos relativos aos direitos sociais (26,1%)

Segurança. (6,9%)

Moradia/casa própria (6,4%)

Saúde para todos (5,4%)

Educação para todos (4,9%)

Lazer/prça para jovens e crianças (2,4%)

Desejo coletivo relativo à questão do trabalho e renda (21,2%)

Emprego para todos (11,3%)

Melhoria de vida geral para todos; um Brasil melhor. (7,9%)

Salário bom para todos (1,9%)

Desejos coletivos de solidariedade (8,8%)

Ter uma entidade filantrópica (6,4%)

Acabar com a fome e a miséria. (2,4%)

Desejos coletivos de cunho espiritual ou cívico (5,9%)

Paz e tranquilidade para todos (3,4%)

Construir uma Igreja (1,4%)

Igualdade para todos (0,98)

Outros (8,8%)

As declarações acima colocam a grande maioria de seus desejos coletivos no campo dos direitos sociais e econômicos. É dessa maneira que conseguem elaborar, no momento, respostas aos seus sofrimentos vivenciados. Numa primeira análise, esses desejos podem ser transformados em “diagnóstico socioeconômico”, que, por sua vez, pode ser traduzido em indicador(es) socioeconômico(s) e administrado pela inclusão ou não em políticas públicas. Numa segunda análise, podem abranger uma dimensão ético-política, apontar os sofrimentos vivenciados e indicar as necessidades afetivas e emocionais dos cidadãos, que devem ser levadas em conta nos projetos emancipatórios.

O que os moradores desse território segregado e zona de vulnerabilidades sobrepostas nos apresentam é o desejo de estarem incluídos social e economicamente, mas com qualidade de vida, paz e solidariedade. As manifestações individuais e coletivas se completam no desejo da inclusão efetiva no sistema, pela conquista dos direitos de cidadania consagrados e prometidos. Por outro lado, percebe-se também que não está manifesta a contradição da colocação desse desejo na sociedade capitalista, bem como ainda não está expressamente desejada sua inclusão na esfera do poder, ou seja, não manifesta o desejo de estar incluído politicamente, de forma ativa no espaço público.

A captação dos desejos e sonhos apresentados acima pelos moradores do Jardim Felicidade se deu através de perguntas feitas de forma aberta e objetiva. Mas propusemos também outras questões capazes de nos indicar pistas para uma melhor apreensão desses seus sonhos e desejos, para a reflexão sobre a presença de possíveis aspectos de mudança ou não da

situação atual de desigualdade vivida no território. Vera Telles, nos estimula a esse aprofundamento, quando coloca que:

“É investigando a pobreza que poderemos “identificar a tensão entre a cultura hierárquica plasmada na normatividade da vida social e a experiência das opressões, discriminações e exclusões. Seria necessário interrogar sobre o modo como essa experiência é elaborada e transfigurada na percepção que os indivíduos constroem das possibilidades e impossibilidades, virtualidades e limites contidos em seus horizontes de vida. É no modo como o mundo social é percebido e construído como horizonte plausível de suas vidas que talvez se tenha uma via de acesso para compreender essa relação feita em negativo entre a ordem da lei, a da sociabilidade e a da subjetividade.” (Telles, 2001:78-80)

O procedimento que nos possibilitou oferecer um novo olhar sobre as perspectivas utópicas dos nossos entrevistados foi a articulação e análise de todas as variáveis disponíveis que consideramos indicativas das suas condições objetivas, de aspectos do seu sofrimento ético-político, de suas considerações sobre as perspectivas de mudanças da situação existente, com as três tipologias de *sociabilidades em curso* construídas no Jardim Felicidade. Conforme abaixo:

Quadro Comparativo Tipologias – Perspectivas Utópicas

Variável	GRUPO 1 (46,3%) Sociabilidade solidária-frágil	GRUPO 2 (25,1%) Sociabilidade vicinal- religiosa	GRUPO 3 (28,3%) Sociabilidade ocupacional-reclusa
Cor	parda e negra	parda e negra(>)	branca
Idade	36-45 e mais velhos	36-45	26-35
Situação Ocupacional	inativos e desempregados com bico	inativos e trabalhadores regulares sem registro	Ocupados (maioria), por conta-própria e desempregados
Vizinhos	relações boas	relações ótimas	relações regulares
Solidariedade A quem ajuda	família (ampliada) amigos	família (ampliada) amigos	família (ampliada) a quem pede
Recebe ou procura ajuda	família/vizinhos/ami-	família, amigos	não faz nada/família

	gos/Igreja		amigos
Tempo no Bairro	mais antigos	estabelecidos	mais recentes
Identidade territorial (bairro)	bom para morar	bom para morar, mas com desemprego	o bairro tem problemas de violência e drogas
Integração à cidade	razoavelmente integrado	bem integrado	não integrado
Estado de Ânimo	frágil, desanimado deprimido	sob controle; esforça-se para passar segurança à família	Confiante; esforça-se para passar segurança à família
Satisfação	família	família	saúde
Experiência associativa	Minoria, que participou da ocupação inicial	Religiosa	nenhuma
Cidadania e Direitos	atendimento às necessidades básicas; não votaria se não fosse obrigatório	consciência de ter direitos; votaria mesmo que não fosse obrigatório	atendimento às necessidades básicas; não votaria se não fosse obrigatório
Democracia	não facilitou a luta pelos direitos; poucos acham que sim	não facilitou a luta pelos direitos	<i>não sabe</i> se facilitou a luta pelos direitos
<i>É possível mudar a questão dos direitos no Brasil?</i> Sim, mas pode levar muito tempo	não concorda (>)	concorda	não concorda
Sim, estamos lutando mesmo com dificuldades	não concorda	não concorda	não concorda (>)
Sim, mas não sabemos o que fazer para mudar	não concorda (>)	concorda	metade concorda metade discorda
Sim, elegendo políticos honestos	Não concorda	Concorda	Concorda (>)
Não, nada há a fazer; sempre foi e será assim	Não concorda	Não concorda (>)	Metade concorda Metade discorda
<i>O que falta para o bairro ser reconhecido pela cidade?</i> a) Educação	não concorda	não concorda >	não concorda
b) Saúde	não concorda	não concorda >	<i>concorda</i>
c) Segurança	não concorda	não concorda > não concorda	<i>concorda</i>

d) Bom comércio	não concorda		não concorda
e) Regularização	<i>concorda</i>	<i>concorda</i> >	não concorda
Você acha possível torná-la realidade? (o item acima)	sim	sim (>)	sim
Sonho coletivo (3 mais importantes)	não <i>tem</i> (>); não sabe; emprego para todos	não <i>sabe</i> (>); não tem; Brasil Melhor	entidade filant.(>); emprego para todos; segurança
Futuro para os filhos	bem melhor que o seu	bem melhor que o seu (>) ; sem grandes mudanças	bem melhor que o seu (>)

A apreciação dessas afirmações nesse conjunto mais amplo de variáveis, denota uma sensação geral de *descrédito* e de *impotência* nas alternativas de mudança nesse momento, que, de certa forma, deixa-se aprisionar no “cativeiro neoliberal”. Esse *descrédito* e *impotência* de ação dão sustentação à reprodução da *exclusão integrativa* ou da *inclusão perversa* ao sistema. (Sawaia, 2003:58)

As indicações recolhidas nos sugerem que os desejos dos moradores se dirigem à consecução de um *Estado de Bem-Estar Social*, a partir, principalmente, da implementação efetiva de políticas sociais. A promessa do Estado Providência, embora não cumprida e cada vez mais inalcançável, ainda sobrevive difusamente no âmbito do sonho coletivo. Esse sonho, porém, também vai sofrendo nuances entre as tipologias construídas, apontando diferenças significativas no entrelaçamento desses desejos, dos valores de troca imperantes no mundo do consumo, poderosa instância reguladora, tanto das relações econômicas como das sociabilidades em geral.

O processo de desmonte vivido pelo Estado Providência em todo o mundo ocidental, acaba por “naturalizar” o esgotamento das suas “energias utópicas”, principalmente por dois fenômenos, conforme nos indica Oliveira: em primeiro lugar, pelo esforço de se levar à frente “uma intensa subjetivação da acumulação do capital, da concentração e centralização, cujo emblema paradigma é a globalização, que expressa a privatização do público ou,

ideologicamente, uma experiência subjetiva da desnecessidade, aparente, do público”, quando aborda as relações das empresas multi e transnacionais com o Estado Nacional (Oliveira, 1995:57)

Em segundo lugar, ao lado das transformações no mundo do trabalho que afetam a classe trabalhadora, tanto interna (composição, especialização, gênero, composição etária, características das ocupações, etc) quanto externamente (suas relações com o capital, com a tecnologia, a posição na estrutura de classes,) cada vez mais se tem menor conteúdo de trabalho vivo em cada átomo de valor agregado, o que diminui a sua visibilidade e prejudica a sua auto-identificação. O Estado do Bem-Estar Social, de modelo europeu, produziu uma “naturalização” administrativa das conquistas e dos direitos que, ao tornarem-se praticamente universais, desvincularam-se de seu processo de produção conceitual e histórico, que tem sua base material nas próprias classes trabalhadoras. É isso que explica o abandono ou declínio da militância sindical ou a sindicalização, como exemplo de esgotamento das energias utópicas. (idem, idem: 57)

O declínio do projeto político do Estado Providência, as transformações no mundo da produção e do trabalho e a crescente subjetividade anti-pública, transpostos à realidade brasileira, interferem na nossa sociabilidade política, desconstruindo uma noção de coletivo que nunca conseguimos atingir plenamente.

Esses movimentos do sistema global e essa subjetivação anti-pública estão presentes nos dois lados, burguesia e classe trabalhadora, porque há uma ruptura da relação de conflito com a prevalência da necessidade de produção do *consenso*, o que significa a “anulação da política”.(Oliveira, 1995:58) Não se trata de falta de vontade política ou falta de diretriz ou de ordenamento jurídico: trata-se de impotência do Estado e da sociedade civil. (Oliveira, 2002: 50)

Assim, é importante assinalar que, tendo em conta esse processo de “destituição de fala”, de “imposição de consenso”, de desvalorização do que é

público, coletivo, que permeia o jogo de forças atual, é importante e interessante analisar as perspectivas utópicas construídas pelos sujeitos dos três tipos de sociabilidades em curso no Jardim Felicidade.

As perspectivas utópicas dos sujeitos de sociabilidade solidária-frágil

Os sujeitos de sociabilidade solidária-frágil, conforme caracterização já apresentada, compreendem quase metade dos moradores do bairro e são, em sua maioria, pardos, pessoas inativas ou desempregadas. Entre eles estão os moradores mais antigos no bairro e que têm uma rede familiar de solidariedade mais ampliada. Por outro lado, são os que têm um estado de ânimo mais fragilizado e os que têm problemas mais graves na família (doença, desemprego, alcoolismo).

Desses sujeitos, uma minoria teve ou tem uma experiência associativa frágil que, em raros casos, continua em exercício na comunidade, apesar de ainda serem referências significativas para alguns moradores. Manifestam uma noção de direitos e cidadania restrita às necessidades básicas, alegando que abandonariam de sua condição cidadã caso o direito político de votar não fosse obrigatório. Apenas uma minoria dentre esses sujeitos acredita na contribuição da democracia para a luta pelos direitos. Em outras palavras, a maioria não acredita no seu poder de influenciar a política.

Diante dessas vulnerabilidades e sofrimentos ético-políticos, as possibilidades sugeridas para mudar essa situação revelam um sentimento contraditório e impotente, quando declaram que acreditam na mudança, que sabem como fazê-la, mas também que não estão lutando para isso. A mudança via eleitoral está desqualificada, mas isso não esgota de todo sua energia utópica, pois acreditam que essa situação poderá mudar.

O horizonte utópico dos sujeitos *solidários-frágeis* está na conquista da regularização fundiária, no que acredita que será bem sucedido. As outras necessidades, sabidas como compondo um núcleo de direitos essenciais, estão absolutamente secundarizadas em relação a qualquer documento que

oficialize a posse ou propriedade definitiva. O reconhecimento da cidade passa pela posse ou propriedade do terreno ou casa; por um documento que passa a ter o significado de um novo “cartão da cidadania”.

O *solidário-frágil* não manifestou ter ou saber um sonho coletivo para todos. De forma secundária, o emprego para todos é seu desejo coletivo mais expressivo. A sensação de pertencer à cidade, no entanto, pela concretização da regularização, indiretamente cumpre esse patamar de desejo coletivo, pois é sabido que não será um benefício individual e que cumprirá um patamar importante de segurança e melhoria de vida para a maioria dos moradores do bairro.

Diante das vulnerabilidades hereditárias e adquiridas na sua própria vivência, tendo os direitos básicos conquistados, mesmo sem admitir não saber como, e a regularização da posse que considera certa, o *solidário-frágil* acredita que seus filhos terão um futuro melhor que o seu.

As perspectivas utópicas dos sujeitos de sociabilidade vicinal-religiosa

Os sujeitos de sociabilidade *vicinal-religiosa*, com expressiva participação dos negros, inativos e trabalhadores informais, estão estabelecidos no bairro, sofrendo com o desemprego generalizado que afeta o território, mas se sentem bem integrados à cidade. Seu estado de ânimo está sob controle mas, esforçam-se para passar segurança à família, com a ajuda de uma rede familiar e vicinal de muito boas relações.

A sua experiência associativa é do tipo religioso, que tem por tradição ter mais autonomia em relação ao Estado. Sem ser vista como uma relação de causa e efeito, é interessante pensar, porém, que esse grupo desenvolveu uma noção de cidadania um pouco diferente da dos dois outros grupos, compreendendo-a pela noção da consciência de ter direitos, bem como do dever do cidadão em escolher os seus representantes democraticamente.

Porém, para o sujeito do tipo vicinal-religioso, a democracia também não tem cumprido sua promessa, não facilitando a luta pelos direitos.

A experiência de vida desse grupo indicou a elaboração de uma perspectiva *utópica e coletiva* das mais interessantes dos três tipos construídos, pois concorda que é possível mudar a situação dos direitos no Brasil, mas acha que levará muito tempo. Usa de franqueza quando afirma que não está lutando para isso e, embora desacreditado, aposta na democracia representativa quando defende a eleição de políticos honestos como uma saída para uma situação que, embora complicada, considera não ser imutável.

É interessante observar que, mesmo assim, a maioria dos sujeitos de sociabilidade vicinal-religiosa não sabe indicar diretamente qual seria seu desejo ou utopia que contemplaria o coletivo. Outros manifestam não ter esse sonho coletivo. Só muito poucos mencionaram um Brasil melhor para todos.

Daí a utopia imediata ser o reconhecimento da cidade pela regularização fundiária, a porta de entrada da cidadania e das outras necessidades não só para eles, mas para todos do bairro.

A maioria dos sujeitos de sociabilidade vicinal-religiosa acredita que será possível conseguir essa regularização e consegue vislumbrar um futuro bem melhor que o seu para os filhos. Por outro lado, é interessante ressaltar que – em sendo negros e pardos - uma parte deles (um quarto) considera que o futuro lhes reserva grandes mudanças.

As perspectivas utópicas dos sujeitos de sociabilidade ocupacional-reclusa

Os sujeitos de *sociabilidade ocupacional-reclusa* são os brancos, adultos mais jovens e os ocupados, na sua maioria, por conta-própria. Estão inclusos também alguns desempregados. São os moradores mais recentes e os que

mais apontam os problemas de violência e drogas no bairro. Esses indicadores explicam, parcialmente, porque não se sentem integrados à cidade. É o grupo que menos declarou sofrimento com problemas familiares, mas, de qualquer modo, também se esforça em demonstrar segurança para a família.

Esse desenraizamento territorial, que passa por relações vicinais regulares e por relações de solidariedade mais incipientes que as dos outros dois tipos, ao se somar à completa ausência de experiência associativa, reforça sua reclusão atual. Sua socialização até o momento não lhe permitiu formar opinião sobre se a democracia facilitou a luta pelos direitos, mas lhe conformou uma noção de cidadania restrita ao atendimento das necessidades básicas, agravada, como para os pertencentes ao tipo solidário-frágil, pelo fato de que não exerceriam o direito ao voto, se este não fosse obrigatório. Esse sujeito é o que mais se aproxima do tipo individualista e integrado ao sistema perversamente, com mais dificuldade que os outros de elaboração de uma visão da esfera pública.

Para esse tipo, a perspectiva utópica da mudança é a mais comprometida e ambígua das três que apresentamos: o tipo ocupacional-recluso acha que é possível mudar, mas não concorda que levará muito tempo, mesmo afirmando, porém, que não está lutando para isso. Apresentou-se dividido ao declarar saber o que fazer para mudar, mas concorda que uma representação política (mais honesta) poderia ser um dos meios de mudança da questão dos direitos no Brasil. O ceticismo bate forte também quando se divide entre a concordância e a discordância sobre a opinião de que não há nada a fazer, pois essa situação não irá mudar.

Diferentemente dos dois outros tipos, o sujeito ocupacional-recluso é o mais imediatista ou pragmático, pois não está tão preocupado tanto quanto os outros com a regularização fundiária e sim, com uma melhoria na condição de vida através da saúde e da segurança, conferindo ao acesso a esses serviços, o reconhecimento do bairro pela cidade.

Por fim, com esse patamar de experiência e de condição de vida e trabalho, os sujeitos de sociabilidade ocupacional-reclusa não deixam de revelar uma preocupação solidária com um coletivo, quando um dos seus desejos coletivos mais expressivos seria o de ter uma entidade assistencial, seguido de emprego e segurança para todos. Apresenta também bastante confiança, o maior percentual dos três tipos, de que o futuro dos seus filhos será melhor que o próprio.

Se num primeiro momento, conhecemos de forma geral os desejos individuais e coletivos dos moradores, num segundo momento, vimos que à medida que pudemos examinar essa questão do ponto de vista dos três tipos de sociabilidades encontradas nesse território hiperperiférico, encontramos nuances de perspectivas utópicas diferenciadas.

A perspectiva utópica do sujeito de solidariedade de tipo **solidário-frágil**, que caracteriza a maioria dos moradores (46,3%) – pardos -, não se manifestou no nível consciente imediato, pois respondeu não ter um desejo válido para todos. Esse sujeito se encontra confuso quanto à possibilidade de elaboração coletiva de uma alternativa para mudar a situação dos direitos no Brasil, mas consegue acreditar na sua integração na cidade pela resolução da questão da regularização fundiária e ter esperança no futuro para os filhos.

O sujeito de sociabilidade de tipo **vicinal-religioso**, que corresponde a um quarto dos moradores (25,1%) – negros -, no nível imediato, declarou não saber o que poderia ser um desejo válido para todos. De qualquer forma, vislumbra a possibilidade dessa mudança, mesmo reconhecendo não saber como, ou, no máximo, através da eleição de políticos honestos. A questão de integração à cidade pela regularização fundiária é também, para ele, a utopia possível. Acredita num futuro melhor, com reservas.

O sujeito de sociabilidade tipo **ocupacional-recluso** (28,3%) - os brancos -, coloca como seu desejo válido para todos a possibilidade de exercer sua solidariedade de modo organizado e, por que não dizer, profissional: a entidade filantrópica. Está indeciso sobre a possibilidade de

existência de outras alternativas que efetivamente mudem a situação dos direitos no Brasil, mas a mudança pode se dar pela eleição de políticos honestos. Seu pragmatismo o faz querer a integração à cidade, pelo acesso aos direitos sociais essenciais que melhorariam de imediato a sua “qualidade de vida”, destoando dos outros quanto à preocupação com a regularização da posse do terreno.

A posição do tipo de sociabilidade ocupacional-reclusa levanta uma problemática instigante, pois sua não preocupação imediata com a propriedade privada da casa não está implicada na elaboração de uma perspectiva de propriedade coletiva, muito pelo contrário. O alcance dos direitos essenciais compensaria a ilegalidade da situação da moradia, que fica como problema secundário. O plano jurídico-institucional da relação cidadã com a sociedade ou com a cidade tem importância menor que o usufruto imediato de benefícios sociais e urbanos. Aparentemente, para esse sujeito, as duas ordens não guardam relação intrínseca uma com a outra.

A experiência de vida dos moradores do Jardim Felicidade, sua origem migrante, suas dificuldades na infância e adolescência, a instabilidade experimentada na sua condição de trabalhador e as inúmeras fragilidades e sofrimentos decorrentes das privações materiais e subjetivas, não lhes proporcionaram uma participação ou possibilidade de inclusão ou “fala” mais efetiva na esfera pública de decisão. No entanto, essa mesma experiência, sob a ambientação democrática recente, permitiu-lhes o alcance de uma noção abstrata de cidadania, qual seja, a que se consubstancia no acesso aos *direitos sociais básicos*, mesmo que estes lhe sejam negados na realidade. A impossibilidade de vivência dessa noção de cidadania, porém, reforça sua impotência diante das desigualdades sociais e dos sofrimentos ético-políticos.

A impotência diante das desigualdades sociais e dos sofrimentos ético-políticos se manifesta seja porque nossa democracia tem convivido com a persistência da lógica dos privilégios, de hierarquias de difícil superação, que conformam posições de casta e confirmam estigmas subalternamente cristalizados sobre as relações sociais estabelecidas entre a cidade e o

território de viver; seja pela distorção constante que sofrem os valores como igualdade e legalidade, valores estes que conferem poder político e que não conseguem emergir com força no espaço público como elementos construtores do “coletivo”; seja ainda porque o Estado brasileiro nunca realizou algo que se aproximasse do Estado Providência e, pelas redefinições que vem operando em seu papel desde os anos 90, vem se afastando cada vez mais ou cumprindo cada vez menos a promessa que se desenhava com a nova ordem jurídico-institucional, nesse mesmo período, como conquista coletiva.

Se por um lado pode parecer preocupante que a noção de cidadania clássica seja o horizonte utópico dos moradores do Jardim Felicidade, estando esta prisioneira do “cativeiro da democracia representativa e do neoliberalismo”, por outro, temos recolocado um dilema que, a um só tempo, reforça as dificuldades do desenvolvimento, mesmo da cidadania, civilidade e civismo entre nós, como indica que a luta no campo dos direitos, e principalmente no campo do direito à igualdade, torna-se uma pista fundamental para o esboço de alternativas. Conforme coloca Telles:

“Certamente, isso tem a ver com uma experiência histórica que se fez ao revés da tradição liberal da equivalência jurídica formal e que construiu a figura do indivíduo, base da moderna concepção de direitos. Porém, talvez o mais importante, é uma experiência da legalidade que se faz como experiência do arbítrio, nos usos autoritários da lei, que, ao invés de igualar e garantir direitos, é utilizada freqüentemente como instrumento de sujeição, repondo hierarquias onde deveriam prevalecer os valores modernos da igualdade e da justiça. Numa sociedade que instituiu a experiência insólita do arbítrio legal (Chauí), é obstruída a construção da lei como referência – referência real, referência simbólica – de uma igualdade prometida para todos, alimentando a crença na capacidade da legalidade em dirimir conflitos, impor limites ao arbítrio do poder e garantir as reciprocidades que a noção de igualdade supõe. Sem isso, é difícil imaginar o surgimento de uma cultura cívica e de movimentos de defesa de direitos civis, não se realiza, se aloja boa parte das dificuldades para o enraizamento da democracia nas práticas sociais e generalização de uma consciência de direitos”. (....)

“Cidadania, civilidade e civismo: três modos de dizer o lugar dos direitos, como lei e cultura pública, como regra da sociabilidade e como modo de subjetivação e construção de identidades. Evocam três dimensões da vida social que se articulam na experiência que os indivíduos fazem da sociedade, circunscrevendo o modo como circunstâncias, constrangimentos e fatos que afetam suas vidas são problematizados e julgados nas suas exigências de igualdade e justiça, nas responsabilidades envolvidas e nas reciprocidades esperadas na trama das relações sociais. Três termos que, na sociedade brasileira, se realizam com sinais negativos”. (Telles, 2001:78)

Dessa forma, a formulação de projetos políticos e participativos, a abertura de canais de participação e discussão dos problemas da cidade que convidem à experimentação de situações concretas de cidadania, civilidade e civismo podem se alternativas importantes na transformação de uma cultura política que favoreça a luta no campo dos direitos.

A realização dos desejos para o coletivo – *para todos* - tem claramente o Estado como a instituição que tem o poder realizador dos direitos básicos elencados, através das políticas sociais. Isso não quer dizer que o Estado tenha sido colocado como a instituição de “representação do coletivo de cidadãos”. O poder político estatal é reconhecido como o que tem a atribuição de execução de políticas públicas que possam ou não favorecer a maioria, reforçar ou não as hierarquias, através do uso discriminatório da lei, conforme os interesses.

O papel do Poder Público próximo, a esfera municipal, teria para os moradores uma importância crucial na realização de um desejo da grande maioria: regularizar, oficializar, legalizar a propriedade do terreno. O papel do poder público municipal na questão dos loteamentos para os moradores é, conforme abaixo:

Regularização/ legalização / dar escritura (rápido, para dar segurança, poder pagar IPTU, financiamento): **163** (80,3%)

Dar apoio aos moradores/doar áreas/ avisar onde não se pode construir, organizar/olhar pelos pobres: **10** (4,9%)

Ter mais vontade de solucionar esse problema/ dar mais importância/ estar mais presente/acompanhar/ se empenhar mais: **8** (3,9%)

Melhorar o acabamento do bairro e regularizar: **6** (3,0%)

Regularizar e cessar o número de ocupantes clandestinos: **3** (1,5%)

Ter escolas, posto de saúde e outros serviços de direito: **3** (1,5%)

Forçar o loteador a regularizar: **1** (0,5%)

A prefeitura não tem culpa, o desemprego é grande; **1**(0,5%)

Não sabe: **7** (3,4%)

Não respondeu: **1**(0,5%)

O papel do poder público é dar garantias de que não sairão de lá, expectativa que boa parte dos moradores tem em relação aos resultados do Programa Lote Legal. Através da regularização, acham que se sentirão plenamente incluídos num território que já está “valorizado” pelo seu uso como moradia. A entrada no marco oficial cidade, através da resolução definitiva da questão da propriedade do terreno e da casa, precisa ser concretizada por um *documento* e pelo pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

Qualquer outra atribuição do poder público ficou bastante secundária, como, por exemplo, o trabalho de informação e orientação sobre essa questão aos cidadãos, a realização de melhorias urbanas no bairro e a obtenção de acesso aos serviços públicos essenciais.

No intuito de exercitar uma rápida apreciação sobre as reais condições de realização do maior desejo dos moradores, procuramos informações e dados, junto ao poder público municipal, que tem a competência formal para o tratamento e resolução da questão fundiária.

O poder público municipal e a regularização fundiária

O poder público municipal, na gestão de Marta Suplicy (2001-2004) procurou atuar sobre a questão dos loteamentos irregulares de forma mais integral. Além do Programa Lote Legal, já mencionado, a regulamentação de novos instrumentos de política urbana, a promulgação do Plano Diretor, a proposição da nova lei do Zoneamento favoreceram a elaboração de um Plano de Ação de Regularização de Loteamentos para o biênio 2003-2004 ².

O Plano de Ação de Regularização do biênio 2003-2004 incluiu a reestruturação organizacional e administrativa do Departamento de Regularização do Solo (Resolo), para que pudesse melhor gerir essa questão, com a criação de novos corpos técnicos, contando com assistente sociais, engenheiros ou arquitetos, advogados; informatização dos processos, acompanhamento e fiscalização, agora descentralizados para as subprefeituras, mapas geo-referenciados e indicadores sociais. Desse trabalho resultou uma redução quantitativa dos processos de loteamentos irregulares: passou-se de 3069 para aproximadamente 2000. A cidade ilegal, conforme nos relata a então diretora do Resolo, Ana Lúcia dos Anjos³, foi bem mapeada nessa gestão:

“Em 2002 nós concluímos esse mapa dos loteamentos de São Paulo. O que nós chegamos então, é de 1241 incluindo os 254 implantados em áreas de Mananciais e o 3000 é número de Processos Administrativos e não de loteamento. Mas de qualquer maneira, aquele porcentual, quando a gente falava que quase 1/5 da cidade está na irregularidade, considerando favelas ainda se mantém. A extensão territorial, vai ter dentro desse plano, ele já consta o tamanho de cada gleba, isso não muda, é raro o caso que muda, então, em termos de metragem, metro quadrado irregular, a cidade está bem próxima desse 1/5 de irregularidade. (...) Nós teríamos, eu acho que cortiço 1

² Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sehab). Departamento de Regularização do Parcelamento do Solo – Resolo. Plano de Ação para Regularização de Loteamentos .2003/2004

³ entrevista concedida à pesquisadora em 3 de setembro de 2004, na sede de Resolo (localizada Edifício Martinelli, onde está a Sehab)

milhão de pessoas, favela em torno de 1 milhão e loteamentos em torno de 2 milhões. É um 1/3 da [população da] cidade.”

O Plano de Ação do Resolo estabeleceu a meta de trabalhar nesse biênio com 250 loteamentos. Com exceção dos 69 loteamentos que já estavam no Lote Legal, os quais já têm um processo bem apurado, o Resolo tem, atualmente, 41 lotes com laudo de regularização. O avanço representado pelo decreto 13.428 de 10/09/2002, em relação à Lei 11.775 de 29 de maio de 1995, permitiu a entrada de vários loteamentos que tinham se constituído até abril de 2000 para regularização, confirmados por foto aérea. Quanto aos outros loteamentos, alguns se encontram em análise e outros já estão sendo encaminhados para laudo de regularização. No entanto, uma grande parte ainda não tem condições de ser regularizada porque Resolo tem procurado esgotar a responsabilidade do proprietário. Só em último caso, conforme depoimento da diretora, se tem procedido à regularização “*ex-officio*”, ou seja, a Prefeitura chamando para si a responsabilidade da regularização.

Para a Diretora do Resolo, o balanço era positivo, pois estariam próximos de alcançar a meta de 48.500 lotes a serem regularizados até o fim de 2004.

O trabalho do Resolo hoje [referência setembro de 2004], engloba um “leque” variado de programas, como o que segue:

- ✓ **Programa Lote Legal I** –, 69 loteamentos com financiamento do BID, que compreendem a realização dos serviços básicos de infra-estrutura (saneamento básico, drenagem, luz e pavimentação) e a regularização fundiária, que, segundo o órgão, estão concluídos. Conforme depoimento da Diretora:

“Atendemos 41.371 famílias. Do Lote Legal I a gente concluiu tudo em termos de obras, de infra-estrutura. Foi um programa grande, sendo que 35% das famílias foram atendidas nesses 4 anos, com obra nova que a gente conseguiu implementar com a otimização do recurso e com a desvalorização cambial, aquele

contrato do BID, que era inicialmente pra 67, a gente fez 69 [loteamentos]. Então, praticamente 20 milhões e meio de reais, a gente conseguiu através do câmbio, a gente recebe em dólar do BID e o câmbio subiu para nós no caso, a gente recebe em dólar e gasta em real. Quando houve a desvalorização, esse câmbio favoreceu um pouco. Mais a coisa dos ajustes de obras, realmente uma fiscalização eficiente com as construtoras, enfim, a gente conseguiu otimizar bastante e atender um número bem maior de famílias, porque inicialmente seriam 28 mil famílias. A gente vai atender 41.371.” (...) Depois da obra, ainda tem todo o processo documental até chegar no registro de cartório, registro de imóveis e a escritura. Isso é uma coisa que a gente decidiu perseguir até o final, não deixar na mão dos moradores.”

- ✓ **Programa Lote Legal II** – priorizando 85 loteamentos que exigem um trabalho de infra-estrutura mais complexo, encontrando-se metade em andamento.
- ✓ **Programa Bem Legal** – abrange atualmente 96 lotes, também com metade em andamento, direcionado aos loteamentos com pequenos problemas físicos-ambientais, exigindo intervenções mais simples e graduais.

Para a realização do trabalho referido acima, porém, seria necessária, segundo a Diretora do Resolo, a provisão de seis milhões de reais em 2004. Porém, o orçamento atingiu cerca de meio milhão. Segundo ela:

Então, a gente só vai neste momento conseguir atingir 20 loteamentos com ordem de início do projeto. [Alguns] Já estão sendo feitos, alguns já terminando, outros começando. Esses 5 milhões nos fez muita falta ,porque a nossa idéia era concluir a gestão com os projetos em mãos para pleitear licitação de obras para o ano que vem. A gente ficou um pouco, ou melhor, bastante reduzido, por conta [da restrição] orçamentária. A gente sabe da Lei de Responsabilidade Fiscal que segura muito os empréstimos, as nossas obras são muito caras e dependem de empréstimo. O BID até, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, queria emprestar pra cidade, pro projeto, pro programa, melhor dizendo, de regularização. Porém, a cidade foi impedida de receber esse empréstimo, só foi possível empréstimo do BNDS e aí nós

ficamos na mão. Em termos de projeto só 20 loteamentos [além dos já financiados pelo BID]. O que não é pouco comparado com outras gestões. “

O plano de ação para 2003-2004 incluía, além do trabalho com a questão fundiária e urbanística, segundo Ana Lúcia dos Anjos,“(....) *trabalhar um pouco com cruzamento de programas sociais da prefeitura, através de gestão compartilhada, fazer funcionar um fórum de loteamentos e o trabalho intenso de prevenção de novas áreas ocupadas.*”

O Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, aportou bons instrumentos para a ação pública com relação à política urbana, porém, sem ainda adquirir a efetividade desejada para a complexidade dos problemas. Segundo Ana Lúcia dos Anjos:

“Eu acredito que a gente está com instrumentos bons, eu acredito que o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor, o nosso Plano Municipal de Habitação, enfim, eu acho que nós temos o respaldo legal. O que a gente precisa é efetivar isso. Muitas vezes, principalmente nessa área da ocupação urbana, são muitas as variáveis, não é só nós, poder público [municipal], que vamos conseguir mexer na coisa, tem muita coisa estadual, do governo do Estado, que muitas vezes é omissa(...). A gente encontrou finalmente uma saída junto à Vara de Registro Público, e agora a gente esquece o Graprohab [conjunto de órgãos do governo do Estado para a aprovação fundiária] e passamos direto para a Vara e ali nós temos conseguido regularizar alguns loteamentos. Porque se fossemos depender dos órgãos do Governo do Estado, eles ainda estão trabalhando numa mentalidade da Lei 6766, lá para trás. (...)Também nós tivemos muitas batalhas e muitas vitórias para essa lei. Nós implantamos 15 leis no governo Marta de regulamentar essa coisa do território. Eu acredito que foi fenomenal. É um salto muito grande.

[O que falta em termos de instrumento] *Eu acho que na verdade seria a autonomia ao município. Porque é o município que conhece, que está bem de frente para as questões territoriais e a avaliação melhor cabe ao município. Eu acho que São Paulo está com esse problema de estar atrelado ao Graprohab. Esse escape, que a gente conseguiu agora, por outro lado, nós também estamos prejudicados com a greve, porque aí passa pelo judiciário. A greve do*

judiciário está nos atrasando e acho que é isso mesmo, para se efetivar a lei, a gente tem que ter essa gestão preocupada em descobrir caminhos e a transparência discutida desses caminhos com a população. Aí eu acredito que a gente consegue mobilizá-los, pra ver se tem que ir para a Vara do Registro Público ou [outro] determinado lugar. Estarem bem cientes do que está faltando para regularizar seu loteamento e poder correr atrás do prejuízo. Eu acho o que estaria faltando, você fala, por exemplo, a questão do direito urbanístico, eu não sou advogada, sou assistente social você sabe, a coisa da regularização está intimamente ligada com a questão jurídica. Nós temos sorte de ter um grupo técnico do direito urbanístico que se preparou no caminho. Nós também batemos muito a cabeça. Alguns já vieram com uma escola, um preparo, mas a maioria batendo a cabeça junto, para acertar o modelo. (...)

Você ainda encontra um grupo muito seletivo que consegue lidar com essas questões (direito urbanístico) e também porque a legislação é muito nova, nós mesmos a criamos, nós mesmos estamos criando.” (...)

“O usucapião coletivo é uma coisa que não se conseguiu implementar ainda, em lugar nenhum do Brasil. Então eu acho que as dificuldades tem a ver também que, a gente constrói as leis, a gente sabe traduzir bem o que a população está precisando. A gente consegue fazer um diagnóstico legal, estamos descobrindo a melhor maneira de estar efetivando essa legislação. Mas eu acredito que é um percurso grande”.

Um outro exemplo das dificuldades cotidianas enfrentadas no poder público para efetivar alguns serviços qualitativos junto à população é o de assessoria jurídica. Conforme coloca Ana Lúcia dos Anjos,

“ Através também de um convênio com a OAB que a gente fez, mas que ainda não está vingando porque a diretoria da OAB mudou e resolveu rever todos os contratos feitos na gestão anterior, então deu uma parada no nosso convênio. Mas ele está assinado e também seria um ganho imenso para a população ter essa assessoria gratuita.”

O Programa Lote Legal previa que fosse realizada, desde o projeto, a execução das obras de infra-estrutura, um processo de regularização fundiária

até a pós-urbanização e um trabalho social junto aos moradores, de orientação e acompanhamento, feito pela equipe multidisciplinar do Resolo, através da participação de lideranças comunitárias já constituídas, ou novos representantes tirados das comissões das ruas. Esse trabalho, entretanto, não pode ser realizado em todos os loteamentos que estão sendo trabalhados, por conta do número reduzido de trabalhadores no Resolo : 35 pessoas para todo o trabalho, com exceção, segundo Ana Lúcia, da direção, pessoal administrativo e operacional.

A Diretora do Resolo fala com orgulho dos dois últimos loteamentos que entraram no Programa Lote Legal I, com recursos do BID, que foram o Jardim da Conquista e o Jardim Maia. Nesses dois loteamentos, o processo desde o início procurou executar ao máximo a proposta do Plano de Ação traçado. Conforme depoimento de Ana Lúcia dos Anjos:

“Nós tentamos um trabalho integrado, por exemplo: o Conquista e o Maia, que se fosse loteamento objeto seu, você já ia ver uma diferença muito grande. Eu te mostro as fotos deles, nós fizemos mais de 14 mil metros de praça, arborização, plantio de árvores, novas ruas. (...)

No Jd. Maia e o Conquista , ainda que com dificuldades no projeto executivo que já estava pronto e o limite orçamentário já deu para fazer muito diferente. Buscamos não só democratizar as informações junto à população para que pudessem fazer o acompanhamento das obras bem como procuramos trabalhar de forma integrada com outras Instituições. Ali já tem Banco do Povo, Secretaria do Trabalho com Renda Mínima, depois chegou o CEU, o Telecentro. Agora vai o Posto de Saúde – Unidade Básica, o UBS de Saúde. Nós conseguimos com que aquela malha urbana toda fosse beneficiada, com os serviços públicos chegando junto com a urbanização. Aí sim a qualidade que a gente vê no trabalho e não só aquelas comissões de controle de obra. Efetivamente um curso de formação, com conteúdo, com oficinas iguais aquela que você foi, várias oficinas e um treinamento de um ano, quinzenalmente, sistematicamente, acho que houve raríssimos cancelamentos e fizemos a formatura deles.”

“(....)Eu acho que isso foi um salto grande no trabalho social. Além da transparência de informar, vai gastar isso, a obra é essa, a empreiteira é essa, a construtora é aquela. (...) [A população participou do próprio projeto urbanístico] E vai fazer o que? Ali é praça? Que tipo de praça? Que tipo de árvore? Como é que vai ser?”

“Que nem o Jd. Maia... nós pedimos 1000 mudas, o pessoal lá da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente ficou doido de saber. Estamos fazendo plantio por mutirão, está super bonitinho o bairro. No Conquista também, apesar de ser um bairro com mais característica de favela, ele mudou bastante; iluminação pública, correio. A urbanização mesmo, o estar na cidade como oficial, no guia de São Paulo.”

A proposta do trabalho social contida no Plano de Ação não se resumia a concluir o projeto urbanístico e a regularização, mas também consistia em levar qualidade de vida à população. Esse é o objetivo principal do Programa de Pós-Urbanização, do qual o Jardim maia e Jardim da Conquista são exemplares, principalmente pelo trabalho intersetorial. Ana Lúcia dos Anjos destaca essa experiência:

“O que acontecia, acabando as obras, na verdade, você mantinha contato com as comissões de uma certa maneira, de tempo em tempo, para ver como estava a parte documental. A idéia do Pós-Urbanização, é o que – a gente viu que o tempo da obra é insuficiente, mesmo que seja de um ano, como são os maiores e os mais longos. Um ano é insuficiente para você ter um trabalho bem consolidado em termos de conservação, de preservação, porque nesse período aparecem outros “n” mil problemas. Por exemplo: um que a gente está atacando é o analfabetismo em adolescentes e jovens. A gente identificou na nossa pesquisa, no nosso trabalho e que a gente foi buscar parceiros com ONG’s, com a coordenadoria da educação da prefeitura de São Miguel e tal e apresentamos, fizemos um seminário para todos os técnicos que trabalharam na região, nessa área da educação para jovens e adultos. E o que foi legal, que assim eles não tinham esses números, eles tinham quarenta jovens no Maia que é um loteamento de cinco mil famílias que estavam fora da escola, analfabetos. (...)

Praticamente todas as secretarias priorizavam esses bairros também, o que facilitou você tendo uma obra. O recurso é importante, a quantidade também é importante. Essa coisa de dizer nós só vamos no qualitativo não, a quantidade também. Você tem um bairro de dez mil famílias, que você consegue atingir da maneira que nós conseguimos atingimos. O Banco do Povo emprestou um milhão e meio de reais, 0,1 inadimplência. Brilhante. Grupo de trabalho de costureiras da venda de isso, daquilo. A secretaria do trabalho com o programa do Renda Mínima e a Bolsa do trabalho. Nós com o programa de infra-estrutura e regularização. A saúde, com o Médico de Família, aquele saúde de Família e depois a UBS. A subprefeitura também sempre no suporte. Removemos os riscos iminentes, levamos a zero o risco iminente nos dois. Até tem situação não edificável, mas de risco não tem mais.

(...)

Quando nós sabíamos que iríamos para lá, a gente fez uma reunião com as sub-prefeituras, com todas as secretarias antes nem era coordenadoria ainda. As secretarias em separado chamamos todas, a SPTRANS todo mundo, apresentamos o projeto e falamos olhe para o ano que vem e coloquem em seus orçamentos que só vai sair pedido daqui. E dito e feito. Nós estamos trabalhando e identificando as necessidades, as carências e tal e no ano seguinte, que foi o ano passado, de 2003 e ainda tem esse ano muita coisa. São bairros... você vê o Jd. Maia tinha 49 anos de existência nunca entrou nada lá de infra-estrutura. O conquista tinha 12 anos. Então efetivamente só podia ter coisas para fazer, [em mais] dez anos nós vamos ter coisa pra fazer.”

Jardim Felicidade: à espera do urbano

No caso do Loteamento “Jova Rural 2⁴”, o poder público conseguiu dar conta da proposta básica de urbanização. Quando a gestão Marta Suplicy teve início em 2001, o projeto urbanístico já estava pronto e os trabalhos se desenrolaram da seguinte maneira, segundo Ana Lúcia dos Anjos:

“O trabalho do social no Loteamento Jova Rural iniciou a partir da apresentação do projeto e da empresa Blokos que faria as obras. Nesta gestão demos continuidade às obras, com a metodologia de acompanhamento dos

⁴ Como colocamos no início, o processo de regularização na Prefeitura tem essa nomenclatura.

trabalhos através dos representantes de rua. Para os novos loteamentos que estão sendo elaborados os projetos, a metodologia utilizada é de levantar com a população os principais pontos de dificuldades do loteamento seja do ponto de vista da trafegabilidade, transportes, falta de infra-estrutura, bem como pontos de alagamento, falta de equipamentos sociais, área de lazer etc. Essa metodologia pressupõe a realização de oficinas diagnósticas, elaboração dos projetos e devolutiva do projeto elaborado para apreciação dos moradores”.

O projeto de urbanização do Jova Rural 2, no entanto, ainda não está totalmente concluído. Segundo a então diretora do Resolo:

“Não concluiu as praças e a rua Arley, que é uma rua estrutural no bairro. Ficou faltando recurso o ano passado para terminar, então ele atrasou muito. Nós fizemos uma outra licitação. Dia 14 agora [de setembro de 2004] abre o envelope, nós já temos recurso e vamos fazer a rua, até o final do ano a gente termina. A obra vai começar provavelmente entre o dia 14; dia 20 a gente vai dar essa conclusão. E as praças a gente vai começar por uma e estamos recolocando no orçamento do ano que vem, porque efetivamente a gente acha que o Jova, ele precisa dessa coisa de praças, arborização, para ele pegar uma característica um pouco melhor, que efetivamente o projeto não conseguiu dar para ele. Então, este ano, nosso compromisso com eles é terminar a rua Arley e uma praça”.

Um dos complicadores no processo de urbanização do Jova Rural 2 foi a existência de muitas áreas de risco. Segundo a diretora do Resolo, foram removidas mais de 100 famílias de áreas de risco, o que se tornou um dos grandes trabalhos desenvolvidos nesse loteamento.

“Naquele estudo do Fernando Nogueira (Unesp), era uma das regiões com maior índice de casos de risco, inclusive faltou dinheiro para a rua Arley por conta disso. A gente priorizou efetivamente tirar as famílias porque os laudos davam risco 1; mesmo risco 0, era coisa grave. Então, tem também o número de remoções que foi muito alto. Em uma das áreas que a gente fez a remoção, a idéia é fazer um projeto urbanístico-paisagístico, um cuidado ali com aquela área para que não seja reocupada, com espaço para lazer ou plantio minimamente e a praça lá de baixo. Se a gente tiver que desapropriar, tirar

alguém de lá e tal, isso não está muito no horizonte, não teve e acho que não vai estar. Por que? A gente só faria um acerto de área se fosse para equipamento público, o resto a gente entende que dá para suprir com mudas, com plantio de árvore em calçada. Todo o plano de pós-urbanização no Jova vai estar voltado um pouco para essa coisa. A gente conseguiu até 200 mudas, já estão destinadas, a gente vai roubar um pouco, todo mundo achou mega o negócio do Maia e do Conquista, 2000 mudas, 1000 para uma e 1000 para outra, pegamos 200 pro Jova...”

O processo de urbanização se completaria, após reunião com os moradores, com a reforma da Praça Felicidade e a implantação de uma outra, próxima a uma área de risco:

“A assembléia decidiu optar pela igreja. A gente faria um projeto que depois não teve dinheiro para fazer, que era uma fachada de arcos, meio deixando a igreja escondida, atrás de uma coisa, um biombo escultural, arborização geral e um retorno apenas para moradores. Como no final da conta não deu o dinheiro para paisagismo, porque nós gastamos os tubos com a remoção, aí optamos por fazer as praças num segundo momento, tem duas, essa e a da rua Benjamim. Duas pracinhas mínimas. O metro quadrado ficaria inferior ao que é o ideal pro meio ambiente, mas em São Paulo grande parte está assim. Uma situação ideal de equilíbrio de metro quadrado por verde, a gente não atinge mesmo.”

“A prioridade deles é moradia mesmo. Entre falar vamos remover 4 para fazer, plantar 10 árvores, e ficar as famílias que estão lá, eles querem as famílias que estão lá. E aí a gente acha que dá para fazer um equilíbrio com plantio de árvore nas calçadas. Se essa praça a gente conseguir transformá-la, por que hoje efetivamente ela é um estacionamento de ônibus, que a gente não conseguiu tirar de lá ainda, porque é assim “vende mais porque é tostines, ou é tostines porque vende mais”. Eles falam: quando vocês fizerem a gente sai daqui.”

Quanto à regularização fundiária, conforme informação do Resolo, outros loteamentos do Programa Lote Legal na zona norte já tem auto de regularização emitido, como:

“Condomínio Recanto Verde, Jd. Fontalis-Área lindeira Klekin, Vila Airosa quadras 8/9/11. Sobradinho está aguardando a emissão dos autos. O Sorriso Negro que não é Lote Legal, Campo Limpo entrou pra projeto, o Recanto Verde, o Estrela Dalva. (...) Fontalis, Airosa, Recanto Verde, Joana D’arc está quase para sair, está dependendo de uma mínima coisa. Estrela da Manhã, Santa Casa, etc. Os outros todos estão dentro do grupo gestor já com análise. Estão dentro daquele primeiro lote que eu já te falei. (...)A zona norte vai pegar Perus, local um pouco pra exclusão, vai ser o Anhanguera, Morada do Sol, Carambeú e Sítio Rosinha”.

O Jova Rural 2 não está em processo mais avançado de regularização fundiária porque, ainda, além de não estarem terminadas as obras de urbanização, a análise topográfica, em confronto com o título da propriedade do processo original, tem apresentado algumas inconsistências que estão sendo averiguadas pela Cohab⁵. Em alguns depoimentos ou reencontros no trabalho de campo, alguns moradores colocaram que souberam que uma parte do bairro estava fora da regularização. A diretora do Resolo responde a essa questão:

“Então, quando o pessoal lá em 97 fez esta selagem, houve muito erro. (...)No Maia quase houve também, porque o pessoal que era do Pantanal achava que tinha que entrar na nossa obra, porque é grudada, é uma rua de diferença. Aí a gente foi acertando até concluir. Lá [no Jova] como já estava o projeto pronto e já tinha selagem e não fomos nós que fizemos, nós fomos tomar contato com aquilo. E essa identificação, efetivamente a gente não consegue romper isso, porque a gente tem que trabalhar pelo título inicial. O que a gente pode fazer é o que a gente fez, é colocar o restante daqueles outros títulos nas áreas lindeiras, para expandir aquela malha de urbanização. Nós estamos incluindo o Felicidade, que é a parte de baixo, aquela coisa feinha que é lá embaixo na Uchikichi Kamia e estamos pondo mais um loteamento do outro lado para fechar um pouco esses confrontantes, esses problemas. Agora, é duro explicar porquê, até pra gente, sabe. A gente até esticou algumas ruas. No caso do

⁵ Entrevista técnicos da Cohab: Maria Cecília Cominato (arquiteta e coordenadora de aprovação e cadastro) e Francineide e Flávio (arquitetos que estavam encarregados do processo dessa área).

Jova não, mas em alguns lugares por exemplo, no Alto do Jaraguá, praticamente a rua principal, que dava acesso ao loteamento era tão isolado, que a rua principal era fora. Falava, gente não dá, tem que fazer essa rua para dar acesso ao bairro. Vamos dizer, aqui estava o bairro, e a rua era área lindeira à Anhanguera e essa rua era fora do projeto. Então nós fomos, pedimos para a AutoBan, até fazendo o maior trabalho agora na hora da regularização, porque a AutoBan na época foi super solícita, autorizou. Nós fizemos quase 1km de via asfaltada para dar acesso ao bairro. A AutoBan agora tem que fazer autorizações, aquela coisa toda formalmente. E para a população é muito difícil entender mesmo, “Por que eu tô fora se eu estou aqui? Eu chamo Felicidade também.” Essa foi uma divisão do governo anterior, eu diria que não por sacanagem. Eu diria que muitas das situações, acho que foi que realmente não sabiam, ou incompetência ou não sabiam, alguma coisa por aí. Por que efetivamente selou-se para se ter a obra em todo lugar ali, mas não aconteceu.”

A proposta que se apresenta, tanto na COHAB como para o RESOLO para a resolução da questão fundiária no Jova Rural 2, é o usucapião para cada morador, porque a Klekin, empresa que reivindicou a reintegração de posse, não conseguiu, até agora, comprovar a propriedade.

O programa de pós-urbanização para o Jova Rural 2 fica, de alguma forma, comprometido em seus encaminhamentos e resultados, apesar dos esforços da equipe técnica inclusive com relação à participação dos moradores nessa etapa do processo. Conforme colocou a diretora do Resolo:

‘Lá nós estamos em dívida com eles, e uma das dívidas nós vamos pagar agora dia 14, que é a abertura dos envelopes para saber qual a empresa que vai fazer a rua. Que também foi prioridade deles começar pela rua. (...)

Nós fizemos na época das remoções um trabalho intenso com comissão, porque as famílias mudaram de lá. Talvez aí, pudesse ter sido uma coisa nossa, envolver uma coisa mais mesclada. (...) Nós temos muita coisa para fazer ainda lá no Jova, não só da parte de infra-estrutura e da regularização, como dessa parte da gestão, porque o que eu acho que avançou lá, ainda é pouco.

A diretora fala dos avanços e limites do trabalho social lá desenvolvido:

Houve uma identificação dela com o PT [da C., presidente das duas associações que respondem pelo loteamento] e isso agora falando, administrativamente, tem a ver? Tem a ver porque foi bom, porque agora ela aceita melhor as discussões, dialoga melhor, por exemplo: a rua Arley eles falam, nós vamos lá, vamos fazer uma manifestação e eles agem diferente agora, eles falam: se precisar ir nas finanças fazer uma manifestação a gente vai, se precisar ir na porta do secretário, a gente vai. Mas tem uma conversa anterior, não é a coisa de surpresa, o por pneu na rua e botar fogo, igual ela verbalizou: “ antigamente a gente botava , tacava fogo e deixava, agora a gente sabe aonde tem que conversar primeiro. Vocês estão aqui com a gente, não precisa ir atrás. (...). Eles acompanharam muito o processo e eles estão sabendo direito. Eu acho que esse salto qualitativo, que não é o total, está longe de ser, está longe dela estar dentro dos princípios ou associação. O grupo foi de muito pouquinho.”

A participação dos moradores em todo o processo concentrou-se bastante na atuação da presidente das duas associações de moradores, C.R., que apresenta, tanto na avaliação da equipe do Resolo, como pelos depoimentos de alguns moradores, características bastante centralizadoras. Conforme coloca Ana Lucia dos Anjos:

“Ela tem um pouco daquela coisa que as nossas lideranças tem de também jogar culpa na população, porque eles não querem lutar, porque isso, porque aquilo...Os mecanismos que eu acho por exemplo, se nós conseguíssemos realizar o curso de agentes comunitários de habitação lá, onde você amplia as lideranças lá, aparecem os talentos, aparecem as lideranças, aparecem as pessoas que vão ajudá-la nisso e não só cobrá-la. Porque uma parte da população do Jova também é isso. Tirando esse povo que ficou, o povo da remoção, que sabia que tinha que sair, também nós demoramos quase uma ano para tirar todo mundo, arranjar local, alternativas, fazer como xadrez, tirar gente para conjunto habitacional. Enfim, fizemos todas as alternativas que eles visaram. Tirando locação social, eles usaram tudo – conjunto habitacional, compra de casa nova, compra de casa velha, compra-trocam, tudo isso aconteceu lá. Agora, ainda muito na coisa de me chamar pra conversar, por

exemplo, na rua Arley já tem uma comissão. O nosso trabalho sempre foi na seguinte direção: ampliar. A comissão pós-urbanização que ainda não está com posse, voz, porque não acabamos a obra lá, mas por exemplo, a praça da rua Benjamin que é por mutirão com a subprefeitura, com outros órgãos, é uma comissão que nem está participando. Lá na rua Arley também, ela está participando, ela vai nas reuniões principais, mas a comissão que está em contato aqui, que vai lá na subprefeitura, vê se vai ter, vem aqui com o George. Apareceram algumas pessoas, eu não diria que estão organizadas porque a gente não consegue uma sistemática lá. A nossa prioridade não estava lá para fazer essa formação.”

A questão da formação é tida pelo Resolo como fundamental para que se obtenha um salto qualitativo na participação dos moradores. Ainda hoje, eles se mobilizam quantitativamente quando são chamados para reuniões, mas é preciso um trabalho mais contínuo no bairro para que possa se ampliar a visão do processo e, conforme coloca Ana Lúcia dos Anjos, ainda está muito na ordem da reivindicação. Ela completa:

“Não tem uma continuidade, agora eu acho assim, desmobilização eu acho que não, porque a desmobilização bem, para a rua Arley faz um ano que a gente parou, não passa duas semanas sem eles passarem por aqui ou a gente tem que ir lá. Das praças, idem. Então eu acho que no geral deu e pode ter dado uma queda mesmo, porque demorou esse processo todo, que nem você falou. E quando uma coisa concluiu da obra, também o significado já estava muito desgastado. Agora já faz um tempo, faz dois anos que acabou a obra lá, aliás um ano e meio, e que precisa terminar. E a cara de bairro mesmo que o projeto tinha que dar lá, efetivamente não foi conseguido; pelas características de terreno, pelas características de ocupação, é muito feinho o bairro, muito degradado, muita área de risco. É difícil mudar a cara dele também. Agora é inegável a segurança lá, a iluminação pública e o acesso de asfalto, é inegável que melhorou lá, tem o Vai e Volta, o ônibus, o acesso a serviços que trouxe de qualquer maneira para as famílias ali. A iluminação pública, por exemplo, em termos de asfalto, eu não sei agora o índice, mas na época ele estava muito abaixo do que antes da obra” (...)

As razões da não participação são, na opinião da diretora:

“Várias características de entendimento, eu acho que tem as econômicas, cada hora que ele tem um horário vago ele está querendo batalhar por um bico pra sobreviver, aquele que não tem está desanimado, tá largado na cama e não quer saber de nada e tem aquele que quer participar, está trabalhando e a gente faz a reunião durante o dia, porque a noite ninguém vai [questão de segurança]. Até o mais mobilizado, organizado ele vai, mas fica pequena a reunião, que não vale a pena você contar com aqueles ali. Então você marca reunião de sábado, de domingo, pra tentar garantir, marca reuniões à tarde durante a semana. Eu acho que pode ser uma coisa que limita a participação.”

Ao ser questionada a diretora do Resolo acerca quanto tempo ela estima que demoraria para que o Jova chegasse a bom termo, caso tudo ocorresse como se previa, ela respondeu:

“Eu acho que se a gente tivesse recurso para acabar a obra e o convênio da OAB resolvesse e a gente fizesse um curso, precisaria de mais uns 3 anos para investir. São grandes desafios, porque, por exemplo, o Jova era uma prioridade a rigor, mas mesmo com intenção política de se fazer, você tem limitações, você tem que explicar à população. Ora, leva ao desânimo, se eu for no Conquista em compensação, fazer uma pesquisa, eles estão à mil por hora. Se for na Juta, que nós domingo fomos lá entregar, depois de 30 anos, eles foram regularizados, estavam nas nuvens, uma participação intensa”.

Na avaliação do órgão responsável por esse trabalho, então, para que o Jardim Felicidade pudesse alcançar o mínimo de urbanização e ter, ainda que mais restritamente do que na proposta original, a regularização fundiária, seria necessário, no mínimo, mais o tempo de uma gestão, sem contar com mais qualquer outra intercorrência interna ou externa. Ou seja, seriam necessários, otimisticamente, dez anos, entre o início do projeto de urbanização básica e a sua conclusão com a regularização fundiária.

Propusemos essa mesma questão para os 250 lotes priorizados pelo Plano até 2004, no intuito de saber se é possível fazer um prognóstico sobre

um ritmo de reversão da “ilegalidade da cidade”. Ana Lúcia coloca sua posição:

“Não conseguiria dar um prazo. É muito difícil, são muitas as variáveis. Você tem a questão dos recursos, você não sabe como as questões macro vão se dar, como vai ser. Por exemplo, tem uma previsão da ONU no Habitat, que em 2015⁶ nós vamos ter milhões de favelados. E o que nós estamos fazendo para regularizar? Esses já são passos, algumas ações para... Mas mesmo assim a gente sabe que nós não temos a pobreza da África, mas nós temos pobreza, nós temos irregularidade. Como tem muita questão que envolve o desemprego, são muitas interfaces para se atingir a questão econômica, rebate na questão do recurso municipal, que rebate, rebate...”

[O recurso municipal não dá conta?]. (...) “Não dá conta, de forma nenhuma. Tanto estrangeiros, como federais, como estaduais. A gente vê que com ações conjuntas, com acordos internacionais, onde entra uma questão nova que é o público e o privado, as parcerias com o privado, que no meu entender, eu sempre tive o princípio de que o Estado deveria estar abarcando tudo, e de uns anos pra cá uma revisão me diz que não. Onde houver parceria, logicamente discutido com a população, o orçamento municipal não dá para abarcar.... Você quer esperar ou você quer entrar em um financiamento com um banco, com a Caixa Econômica Federal, com o Banco do Brasil, com o Bradesco, conseguir financiamento e fazer sua urbanização. E deixarem os movimentos optarem. Por que? Tem loteamento que optou e tem movimento que não quer isso. Tem movimento que fala não, que vão esperar ter dinheiro público para poder entrar. O PPUC (Programa de Pavimentação Urbana Comunitária) já demonstrou que a população quer pagar também. Onde quer pagar, não quer esperar pelo nosso serviço, tudo bem, acho que eles podem entrar, fazer, a gente vai regulariza, trás, você vai eliminando os problemas. Eu acho que só o Estado não dá conta, eu acredito que precisa também do financiamento e da parceria. As parcerias já avançam pra gente conseguir as coisas mais rapidamente.”

O poder público tem feito, segundo o Resolo, seu esforço no sentido de estancar ocupações de grandes ou pequenas áreas na cidade nesta gestão. O

⁶ Metas do Milênio. Organização das Nações Unidas. Resolução A/Res/55/2, de 8 de setembro de 2000, com a redução dos assentamentos precários em 2015, entre várias outras, assumidas pelos 191 países-membros, além de: “Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados. (consultar site: www.pnud.org.br/odm/index/php)

que não quer dizer que seja fácil o diálogo com os grupos e movimentos sociais envolvidos com a questão da moradia. Estes, de alguma forma, estão imersos num círculo vicioso das ocupações de terra com poucas preocupações urbanísticas, e consideram que a regularização, mesmo demorando, vai acontecer. Romper com essa dinâmica não tem sido fácil. Ana Lúcia complementa:

“Então eu acho que os movimentos sociais eles também tem que ter uma reflexão, uma auto-crítica também, porque muitas dessas ocupações também tiveram símbolos de lideranças importantes, você entendeu, que fizeram ocupações irreversíveis em termos urbanísticos, sociais. Então hoje as leis até dão um respaldo, mas aquilo fica com cara de Jova, por exemplo, não querer falar mal do Jova, adoro o pessoal do Jova. Fica com aquela cara de que você investe, investe, até foram gastos 7 milhões de reais, e não adianta, não fica com cara de bairro, ele vai precisar de muita plástica para ficar melhorado.

Os projetos urbanísticos são caros, a regularização por lote, relativamente é cara também. A gente fez um estudo, logo que o Lula ganhou, fomos lá para Brasília, sobre a regularização por lote, até 2002 a gente não tinha o valor de quanto era a regularização documental, estabelecer por lote quanto gastava para infra-estrutura e tal, é mil e trezentos dólares. Agora todo o processo, ou só a parte documental a gente não tinha. Fomos atrás, tirávamos uma projeção de 500 dólares, mas não é muito confiável ainda, porque é tão complexo Márcia. Você acha que acabou, aparece um monstro na frente muito maior, não esse loteamento não é isso, esse proprietário ele era o cara que comprou de uma associação, depois vendeu. Então até você chegar direitinho, aí você chega, o título é assim: A macieira que foi plantada no toco número 10 e vai até a casa do sr. Manuel Pereira, sabe assim, a macieira de 50 anos atrás nem existe mais, para tirar o perímetro dali fica quase que impossível. Aí você vai, negocia com o juiz, o juiz fala que não dá para aceitar e se depois o outro quando vier para regularizar, o comprovante não bate. Você acha que resolveu um pepino, aparece outro. Então, regularização é complicado, eu aprendi, to aprendendo até hoje a gente se surpreende com essa...”

Diante de toda essa experiência à frente da questão pela Gestão Marta Suplicy (2001-2004), perguntei à diretora do Resolo como ela vê, atualmente, a pauta ou metas dos movimentos sociais de moradia: se a questão da

“qualidade de vida”, de um habitat digno e do meio ambiente sustentável estava se fortalecendo, ou ainda se a grande frente de luta era pela moradia - o abrigo -, de forma restrita. Segundo ela:

“Eu acho que ainda é o grande eixo, porque é a segurança. A segurança na posse, acho que foi uma coisa que a gente trouxe desde o final da década de 80, com a Constituinte, quando foi para pensar o Estatuto da Cidade, eu acredito. É uma elite do movimento que tem essa discussão, chamaria de elite mesmo, porque é o pessoal mais informado, mais debatedor, que vai em congresso aqui, congresso ali, conferência aqui, conferência ali, e é conselheiro e lê, estuda e vai e faz. Então esse sim, eu acho que até entendem essa consciência maior, só que dos próprios grupos que eles trabalham não, porque no discurso, se for fazer discurso, ele perde a base dele, porque a grande maioria ainda está querendo a sua casa, seu barraco na favela”.

Para os moradores, conforme verificamos na pesquisa empírica, um dos documentos mais eloqüentes que lhe confere a certificação da propriedade privada da casa e o pertencimento à cidade é o carnê do IPTU. O Resolo confirma esse significado e as contradições a ele inerentes.

“Existe uma contradição. O IPTU é muito símbolo de posse da propriedade pra eles, ao mesmo tempo em que eles querem muito, ao mesmo tempo eles falam: nós vamos ter que pagar o IPTU. Agora, vamos dizer, dentro de uma política de como está a nossa, eles seriam isentos, vamos supor se a gente conseguisse, é que a gente efetivamente não conseguiu individualizar os IPTUs ainda. O IPTU por diversas questões, ele ainda está a gleba inteira, mesmo dos que estão com auto de regularização. Não vai uma crítica à secretaria de finanças, mas efetivamente eles não conseguiram viabilizar, porque foi burocrática, por falta de pessoal, por concepção, a gente não conseguiu entender. Nós tivemos já várias conversas dizendo que eles vão....Enfim, a população quer isso. Agora, mas a gente vê a dificuldade daquele que por exemplo, minimamente com a questão da rede de água e esgoto. Aqueles que já tinham água pagavam R\$ 10,00 suponhamos, vindo o esgoto é o dobro, é sempre o valor que gasta com água. Então o esgoto ficou R\$ 10,00, então a conta vem R\$ 20,00. Aí você vê o quê, o cara não liga no tronco da Sabesp, fica só com o da água e o esgoto fica a mesma merreca, porque no caso ele não está querendo mais esse ônus. Aí tem todo esse

trabalho de explicar a questão do que reflete em doença, o que reflete nisso, etc., no córrego, nos rios. Então, é tentado essa conscientização. (...)”

Só na água e na luz, não precisa nem falar de IPTU, já dá uma coisa no orçamento, uma mexidinha no orçamento bem legal e para essa população, qualquer R\$ 20,00 já faz uma diferença bem grande. Mas a gente tenta fazer a discussão do que é a segurança, a melhoria, a insalubridade, a questão do risco de incêndio, da segurança com iluminação, as crianças chegam da escola mais tranqüilas, mais seguras. Tem todo um esclarecimento, uma reflexão em cima disso, mas não se atinge a totalidade, a gente tem uma média de 70% de participantes, 54%, 60%. Quando você fala participação, você vai ver nos relatórios do social, chamou 1000, vem 200. Quando é loteamento muito grande, então dificulta mais ainda, chamou tanto, vão 100. Fez a média geral do ano, deu 54% de nível de participação.”

O Estado, por outro lado, apesar de investir na questão das parcerias com a sociedade civil, demonstra não ter condições de dar conta de um fator indispensável, que em grande parte, está na sua responsabilidade direta: o orçamento. Nas palavras de Ana Lúcia dos Anjos:

“O orçamento municipal, por exemplo, os movimentos reivindicam carimbar 15% pra habitação. Eu pessoalmente acho que não dá para ser assim, porque e as outras áreas que envolvem a qualidade do direito à cidade, o verde, cultura, ficaria com 0%. Se a gente tivesse 5%, nenhuma outra secretaria teria dinheiro para trabalhar em São Paulo. Eles encasquetaram que eles vão reivindicar isso, 5% de dinheiro carimbado para habitação. Hoje nós temos 2%, também é pouco, 2,5%, 2,7% daria para operacionalizar o que a gente faz e o que a gente precisa, mais os acordos com o governo federal, com o governo estadual, mais o que vier de fora, conforme abaixar o negócio da dívida, equacionaria bem o que a gente tem para fazer, uma projeção de atendimento, da capacidade operacional. Não adianta botar, não sei 5% se daria com o nível que nós temos de estrutura hoje, com equipe técnica, número de carro, material, se daria para a gente operacionalizar 5% do orçamento. Precisa de um estudo, não sei.”

O depoimento da diretora doe Resolo foi encerrado com a questão sobre o que ela achava fundamental para a conquista do direito à cidade.

“É uma questão bem difícil. (...) É essa população que a gente trabalha, os movimentos que a gente trabalha, conseguirem apreender os significados de São Paulo, da magnitude que é uma metrópole, das dificuldades que são macro para se atender aqueles serviços que eles precisam, que são as necessidades principais ali, escola, saúde, o meio-ambiente, a casa dele, a moradia dele. Por que? Fica muito desesperançoso se você fizer por um etapismo – primeiro você consegue isso, depois nós vamos conseguir aquilo, e depois nós vamos conseguir aquilo outro. Eu acredito que se a gente conseguir um atendimento integral, mesmo que seja em um, mais a gente consegue fazer integralmente um projeto que garanta as melhores possibilidades para aquele lugar, ampliando essa malha urbana com os futuros projetos, do que você fragmentar ações em vários, vários, e nenhum ficar atendido. A gente tem que tentar começar pelos maiores. Quando a gente fez a divisão dos planos de ação, entre o que era Lote Legal, então era uma complexidade de obra muito maior e o Bem Legal, que eram pequenas obras, algumas coisas para serem realizadas, a gente pensou um pouco por aí, aquilo que já está consolidado, que a gente vai ter um nível de interferência muito pequeno, então vamos deixar caminhar.

Escolher loteamentos como Conquista e o Maia que efetivamente a gente teve uma ação governamental ali, eu diria foi muito boa, quase integral. A gente conseguiu pegar vários aspectos de vida da população. A gente estava indo para um salto maior, que seria um trabalho de renda, uma coisa mais articulada, mais que ainda faltou fôlego para continuar nessa ação. Entrou mais nessa coisa dos distributivos do que dos emancipatórios, mas eu acho que já foi uma coisa que visivelmente a população reconhece, entendem. As árvores que foram plantadas nesses bairros, elas são cuidadas, são mantidas.”

[A participação da população] *“é um fator motivador também. A participação é uma coisa quase que nem a ginástica, quanto mais você faz, mais você quer fazer. E aí num loteamento que a coisa é mais devagar, ela continua devagar, até ela pegar um ritmo, vamos dizer, uma sistemática, conseguir dar essa sistemática que a gente deu nos loteamentos lá e infelizmente não no Jova, então não ser uma coisa pontual, ser uma coisa com sistemática, com*

planejamento, com recurso. Também não dá para fazer na coisa do trabalho do grupo com sucata, não dá. A população pobre precisa do sofisticado, ela precisa do áudio-visual, ela precisa do folder bonito para ela guardar para ela: Ah! Tirei minha dúvida, aquela coisa da regularização que você falou, fui lá no papelzinho que vocês me deram, eu achei lá, que veio e foi escrito, não joga fora. Você precisa de bons recursos, de bons materiais, equipe técnica preparada para dar esse suporte, fazer o link dos movimentos, não deixar eles naqueles territórios mundinhos, eles passarão a ter uma visão da região que eles moram.”

“Com certeza os fóruns ajudaram para sair daquela coisa dos guetos, do loteamento, da associação, da região pra cidade. Ele viu que tem 1000 loteamentos iguais à ele, que não é assim também, que ele tem que esperar, que tem que ver o outro, como está, como não está. Nós vamos ter um fórum agora dia 22 .Nós fazemos dois por ano, um foi em abril e o outro agora em setembro [de 2004]. Há um crescimento mínimo, a gente quer ser meio otimista sim, porque tem umas coisas boas para falar. Claro que é um passo...”

O Estado, o poder público municipal, na gestão 2001-2004, conforme os dados e depoimento acima, se mostra sensível às reivindicações e desejos da população trabalhadora, moradora da cidade ilegal, ansiosa para galgar um novo patamar de cidadania na cidade. A política urbana para a questão dos loteamentos irregulares, aqui brevemente exposta pelo próprio agente público, mostra que suas diretrizes têm total consonância com as expectativas dos moradores, mesmo daquelas que ainda não se tornaram hegemônicas entre eles.

Toda essa nossa passagem pelos sonhos dos moradores – a casa própria, a segurança da propriedade e os direitos sociais essenciais -, tem no Estado – na esfera municipal, no caso - sua esperança de realização. Ao buscar a “palavra do Estado” no sentido de verificar o quanto as políticas públicas em vigor podem ir ao encontro dos sonhos evocados, verificou-se que, pelo menos na gestão atual, não se trata de não ter vontade política ou instrumentos de gestão urbana adequados para agir, mas de uma série de debilidades e interesses perfilados tanto do lado da gestão (tempo para

reestruturação do trabalho, recursos orçamentários necessários, especificidades de cada caso, estabelecimento de prioridades; condições macro-estruturais), como do lado dos moradores e das condições da ocupação e organização do território (histórico da ocupação, nível de organização associativa, vulnerabilidades e precariedades acumuladas). Estão aí explicitadas, em tempos de globalização pelo alto, tanto a impotência do Estado como da sociedade civil, conforme nos colocou Oliveira (1995).

Em outros termos, o poder público, mesmo não tendo concluído a urbanização, coloca em andamento o processo de regularização e pós-urbanização, que, por sua vez, também apresenta problemas e conflitos que influenciam na qualidade da relação com os moradores. Do lado da população, há uma lenta retomada da participação nas atividades propostas, restrita às ruas onde faltam as obras prometidas como problema ainda incompreensível para muitos: o motivo pelo qual sua casa está “fora do processo”. O diálogo poder público e população se estabelece, mas enfrenta dificuldades de efetivação. As lideranças e atores em ação podem até ter, em certas ocasiões, grandes audiências, mas essas quantidades ainda têm se mostrado insuficientes para constituir um coletivo e, menos ainda, um espaço público de debate do direito à cidade.

O trabalho de pós-urbanização no Jova Rural 2 tem sido realizado pelas técnicas Terezimar Alves Souza e Cleide Giron do Resolo Social. A seguir, destaco alguns trechos de seus depoimentos sobre o desenvolvimento das atividades educativas por elas realizadas na área.

“A gente trabalha com equipamento publico e equipamento por fazer, a gente quer rever numa melhoria da qualidade de vida e trabalho com jovens, tem que se trabalhar a questão da violência, a questão do lazer e também não nos jovens especificamente (...), mas só que lá nós não temos área de lazer. (...) Porque a planta ainda não esta pronta e estamos tentando trabalhar com eles esses espaços, onde tem algum espaço que possa ser trabalhado que é a questão da educação ambiental. A educação ambiental foi [um tema] tirado com eles, foi um projeto participativo (...), pra [discutir], como a gente utiliza essa área que teve remoção, que é uma área de risco. Eles levantaram que

não tem um espaço de lazer para as crianças, então a gente está trabalhando a questão ambiental”. (Terezimar)

“Dentro do lote legal além das obras também existe no nosso plano de ação, a mobilização da população, estimular a participação, que acaba sendo o mais difícil. Para a população, quando vamos fazer obras ela se mobiliza, mas quando você começa fazer um trabalho mais de cidadania, de mobilização e participação, de outra realização, já é mais trabalhoso. (...)O trabalho que nós estamos fazendo ao longo do lote legal (...) [é] trabalhar o meio ambiente, melhoria da qualidade de vida. Isto é muito complicado para eles.

[Fale um pouco do que você vem tentando fazer para a organização do bairro?]

“É a melhoria da qualidade de vida realmente da população, e também a preservação dos equipamentos, e da melhoria da qualidade vida dessas áreas de risco, [de] que as famílias foram removidas e não podem ser ocupadas. A gente dá uma nova direção para elas, tem lugar da encosta que foram removidas famílias, que se plantar arvores não dá. Foi geólogo, já foi engenheiro, tão complicado, que nem [dá para] plantar árvore! Ali na [rua] Benjamim tem muita criança, muita criança mesmo, e fazer ali tipo uma pracinha com flores a população junto com a gente, e fazer a população se apropriarem, nessa fase, é que está o projeto. Na Arley tem um bico que não dá para fazer nada, então fazendo o asfalto, terminando aquele trecho de 150 metros, plantar umas arvores ali, floreiras, mas a coisa emperra quando você depende de outro órgão. Outra coisa, você vai faz cronograma, você bola uma estratégia, ai depende disso, quando resolve depende do outro, fica aquele processo bem demorado.” (Cleide Giron)

Um levantamento encomendado pelo Resolo Social na área ilustra bem essa problemática: as reuniões mais freqüentadas são as que têm por pauta o andamento das obras (62.2%) e a regularização fundiária (45,2%). Mesmo assim, somente 23,6% declarou participar dessas e outras atividades educativas. (v.tabela 1 e 2 , anexo)

O “coletivo” que esse quantitativo cria, porém, é fugaz, efêmero, não se desprende de um “desânimo e subordinação em participar”, pois com “as

explicações do porquê da demora das obras”, do “porquê não pode ser atendido” ou porque a regularização fundiária não tem logrado avanços, reinstala-se a impotência de ação, realimentando o sofrimento ético-político. O caso do Jardim Felicidade [Jova Rural 2] parece desafiar as estratégias pensadas pelo poder público para incentivar a participação:

[a comunidade São José [a igreja católica] participação nas reuniões?]

“A igreja a gente nem contatou para fazer reuniões porque fica longe do nosso foco de trabalho, fica longe para a população subir, e quem está ali no entorno não se vê como parte do nosso foco lá em baixo. Então você vê que tem que mesclar as reuniões. Mas é meio complicado o trecho da Arley que está sem obras, você chama para uma reunião eles querem só discutir o trecho da Arley, mais se você diz que a região não é só aquele trecho, vai regularizar que tem outras coisas, é difícil as pessoas assimilarem, como você falou a necessidade e a precariedade é tanta porque cada um só está preocupado com seu problema. Infelizmente, a organização e participação acho que é a coisa mais difícil de conseguir, o pior quando uma pessoa não se vê como parte do meio ambiente, que é o caso do Jova. “ (Cleide Giron)]

A assistente social Cleide Giron ressalta da pesquisa realizada no loteamento, o dado que somente 10,4% dos moradores consideram que o homem (ser humano) faz parte do meio ambiente. Contrastou com essa opinião, a esmagadora maioria que declarou que as flores (60,27%) e a água (36,83%) são os elementos mais perceptíveis do meio ambiente.

O maior problema “do meio ambiente”, conforme o levantamento realizado no bairro, foi a “ausência de lazer” para 50,89% e, em segundo lugar, o “acúmulo de lixo”, para 38,17% . O imaginário e o real se cruzam nessas percepções do meio ambiente: as idílicas flores e a água de um lado, e a ausência de espaços de encontro e o lixo acumulado nas ruas, de outro. A ausência da consideração da ação humana nesse ambiente, seja do próprio morador, seja do agente público, mais uma vez revela a impotência emanada por esse território.

As técnicas do Resolo Social têm realizado contato com “parcerias” inescapáveis, como as Subprefeituras e outros órgãos públicos, e também atraído entidades do bairro e do entorno para juntar esforços para os projetos no bairro.

[Como é a relação de vocês com a Subprefeitura, tem algum trabalho integrado?] *“Olha está numa difícil construção. É claro [que] o trabalho é integrado, estamos tendo algumas dificuldade, batalhando, correndo atrás, mas é assim complicado, [tem] muita demanda. O nosso trabalho tem que a parceria também entre subprefeitura e a população, tem que ter”.*
(Terezimar)

[você conta com alguém da população moradora, tem uma outra entidade, que colabora com o trabalho que ajuda nesse trabalho social?] *“É a nossa proposta, de outras entidades [virem aqui]. Porque (...) na hora de remover o entulho deu problema no esgoto, ficamos dependendo da SABESP. Se [quando] o espaço estiver pronto para nós desenvolvermos a área de lazer, aí temos a proposta, temos os moradores (...) que se propôs, comerciante de lá dentro, nós, a Subprefeitura com parceria com a Eletropaulo. Resolvendo os problemas técnicos, a nossa intenção é buscar outras parcerias. Não vamos buscar outras parcerias agora porque não vamos chamar atenção, mas o Ronaldo visitou duas Fundações uma da Votorantin e a outra não me lembro, buscando parceria. Isso depende da viabilização do projeto, aí eles pediram para estar retornando para ver se é possível, hoje falamos de uma área que não é adequada para trabalhar, primeiro [precisamos] resolver o problema do local e depois buscar parcerias efetivas”.*

[Fora a associação tem mais alguma outra entidade ajuda nesse trabalho?]
Como já te falei a ajuda das igrejas, que são muito participativas, além da associação, mas assim, é claro, buscando recursos fora, mas não nesse momento como já te falei. O nosso objetivo é a população sim, porque inclusive depois de tudo final tem que fazer plantio diário de mudas que nós já temos, os moradores sugeriram jardinagem e no início tinha se pensado horta comunitária, mas não dá por causa da contaminação do solo por causa do esgoto, não é possível horta comunitária ali. Mas o nosso objetivo é a população sim, não adianta a Subprefeitura fazer bonitinho e deixa lá, por isso é um planejamento participativo. Por isso foi feito essa enquête de estudo do meio. A partir deles há um estudo o que é preciso fazer aquilo que eles acham

que é importante, eles falaram que é área de lazer. Nos estamos buscando fazer, tem questões que a prefeitura acha interessante fazer que a população não acha, então a proposta certa é essa mesma, buscar recursos. Mas é assim, tudo voltado para população que ela esteja envolvida na construção dos brinquedos, porque não temos recursos. A proposta é isso mesmo: juntar os moradores e trabalhar com eles em forma de assessoria e que eles sejam a tônica disso tudo. (Terezimar)

[Como vocês conseguem esse movimento?] “Olha não é fácil, nós estamos dependendo da retirada do entulho, isso tentamos com a Subprefeitura inclusive já começaram a retirada desse entulho da demolição, onde foi feita a remoção, demolia as casas e deixava o entulho lá para dificultar as ocupações. Enquanto nós não tivéssemos uma proposta concreta nós não iríamos retirar. Como já temos uma proposta concreta, começamos a retirada do entulho e já está bem adiantado esse monitoramento. Eles estão acompanhando, estão já providenciando os ramais que se arrebentarão com a entrada da maquina na retirada do entulho, não só a questão dos ramais mas também o esgoto que desce pela encosta. Enquanto essas coisas não acontecem, a retirada do entulho, estamos trabalhando com a população para que ela não se desmotive, que não se perca esse contato. Já fizemos dois encontros. Estamos programando oficinas, no ultimo encontro foi uma Ong que trabalha com reciclagem, já introduziram não somente área de lazer, mas questão da educação ambiental o que é mais gritante é o lixo. Essa Ong foi passando para eles que no futuro, pode ser uma [uma atividade de] geração de renda essa coisa toda, nesse momento enquanto não se dá para fazer o concreto ali, vamos trabalhando com a educação ambiental mesmo.(Terezimar)

[quais outros parceiros que vocês têm lá na comunidade para trabalhar?] “A Ong Planeta Verde, mas que é de meio ambiente. Com a população a gente tem colaboradores, não todos, mas pelo menos assim pegando do lado do Felicidade, da Benjamim, tem uma comissão de moradores, a igreja católica. No do Portal 2, a igreja Batista. O Jova é tão grande, que a gente fez uma grande mobilização para explicar que a reocupação das áreas removidas vai implicar na regularização. Quando você fala da travessa Benjamim o pessoal daqui de cima da [rua] André Luiz e [da rua] André Garcia Ribeiro, da [avenida] Arley, que fica quase no limite com o CDHU, eles não se conhecem, pela geografia do loteamento. Então a gente está fazendo este trabalho (.....) nós

removemos quinze famílias de lá, então tem uma área que está desocupada, esta com entulho ainda da demolição que a gente está tentando um trabalho, a gente está trabalhando mais com população de lá de baixo do entorno, porque é eles que tem que tomar conta. Porque outro que está do outro lado não sabe nem onde fica, então a gente tem feito mais contato com esse pessoal. (...) Na enquête fizemos uma amostragem, lá do entorno da Benjamim fizemos cem por cento: (av) Nossa Senhora da Aparecida, Benjamim, São Jerônimo, Monte Negro, no Jova. Não foi em todos os loteamentos que foi feito, mas temos pilotos na leste 1 e na leste 2. [No Jova], a população não se vê como parte do meio ambiente. Então a gente articula, com igreja Batista, faz reunião lá, faz na associação assim para [o pessoal] ir.

Enfim, um dos maiores sonhos e desejos dos moradores do Jardim Felicidade, a propriedade privada oficial da sua casa, apesar dos esforços do Resolo e da Cohab no esgotamento dos meios para solução das partes contíguas que estão fora dos limites dos registros cartoriais, antes de iniciar um longo e complexo processo de concessão de usucapião coletivo, está cada vez mais incompreensível e distante.

Os outros desejos de inclusão à cidade, que seriam o acesso aos equipamentos públicos no bairro, padecem de um problema estrutural: a total ausência de áreas preservadas para equipamentos públicos no loteamento. Desde 2002, por exemplo, está em discussão uma área para a construção de um posto de saúde, demandada pelos moradores no Programa do Orçamento Participativo., mas, segundo Cleide Giron:

“ [Por exemplo] , o posto de saúde, procurar um lugar para construir. (...) A secretaria da saúde mandou um ofício para nós, perguntando daquele terreno onde era o canteiro de obras [em fins de 2002 e começo de 2003]. Nós respondemos tudo e tal, procuramos saber quem era o proprietário, mas é fora do Jova. Dentro do Jova mesmo, eu acho que não tem”.

Cleide Giron confirma, pela sua experiência nesse trabalho, a preocupação obsessiva dos moradores com relação à regularização, deixando outras questões da “qualidade de vida” em segundo plano.

“Eu estava falando na minha opinião, no tempo que eu estou lá no Jova Rural existe sim essa preocupação. Andando com a Andréa que é arquiteta, ela falava, [precisava] uma janela ali e etc e tal. Nem isso! [Eles pensam assim] é a minha casa, o meu teto, a prioridade é isso. Tanto que você vai chamar uma reunião de meio ambiente ali do entorno e [o que eles respondem é], não, eu quero saber da escritura, eu quero regularizar, quero o meu papel, o papel é a propriedade deles. Isso deve ser cultural, a propriedade, a posse”.

[Além disso] Então, assim por mais que você fale que para ter regularização tem que ter requisitos básicos pela lei, para eles é muito difícil assimilar, por a preocupação deles é “hoje eu tenho- amanhã eu posso não ter - é muito mais forte”. (...) O lado mais complicado da gente trabalhar que é você tentar essa consciência, eu ter uma propriedade, ter uma melhor qualidade de vida, ter um posto de saúde e escola isso vai ser o segundo. A partir do momento que você chega lá e você ter a devolutiva, metodologia nossa usada para regularização, a planta AU pronta, o jurídico fala olha, é usucapião, vocês vão seguir esse caminho; olha, dá registro em cartório vocês vão seguir esse caminho; a partir do momento que eles tiverem essa decisão, essa resposta, a caminho de ter o documento na mão, aí sim vão vir as outras preocupações. [Por exemplo], já começam a questionar: o posto de saúde não atende por causa do distrito. São tão próximos do Jaçanã, mas não podem ser atendidos porque são do Tremembé e, é difícil para eles entender isso; é problema político[administrativo] e não geográfico. (...) Mas não é uma coisa que eles brigam. A partir do momento que tiver o quadro de legalização do loteamento, aí sim eles vão se preocupar com outros questionamentos”.

Pela experiência de trabalho com a questão da moradia em outros territórios e instituições, perguntei à Cleide Giron se, em outros lugares, com movimentos populares mais organizados, a demanda por moradia ainda persistia concentrada na questão da propriedade da casa. Sua resposta foi:

“Existem outros lugares, mas isso dá até para contar nos dedos. (...) São poucas as associações, no movimento organizado que lutam por outra coisa. A prioridade ainda é a posse, é ter um documento assinado, mesmo que seja uma PPU, que é um termo provisório de uso, mesmo que seja uma concessão de uso na prefeitura.

Pagar IPTU, eu não sei se isso é a cidadania. É o que eles acham que é a cidadania, por outro lado, eles brigam para o IPTU, mas numa reunião eles perguntam quando a prefeitura vai fazer a calçada da casa deles. Ai você tem que explicar que a obrigação da calçada é do morador. O IPTU tem o nome, eu acho que sou o proprietário, que é a propriedade. Eu estava com a equipe na COHAB, o morador me perguntou quando a prefeitura vai fazer a minha calçada, [eu respondi] vocês brigaram para fazer a regularização vocês quiseram ser legais, dentro da cidade legal tem direitos e deveres, vocês tem direito da prefeitura em vir arrumar a rua e o de fazer muro e calçada é de vocês, depois que tiver dentro do legal, legal da cidade legal a prefeitura pode multar quem não fez muro e calçada, porque é lei. A população não tem noção, e também porque a maioria das lideranças não explica o dever, porque quando se formam os movimento sociais são os seus direitos, isso é assim desde a minha época da faculdade, isso é assim peca [somente na defesa] nos nossos direitos acabam esquecendo dos nossos deveres, se informar.

Você vê no OP, [na assembléia] do Clube do Bergamini, “eu vim aqui hoje porque quem não vir não vai ter escritura, não sabe o porque estavam lá. Então é assim, é um pouco da nossa colonização, da nossa ditadura, você queira ou não, participar dá trabalho, é complicado é difícil, , tem reunião. Essa forma de participar, é complicado, já vem de liderança de movimento. E isso não é só de moradia, mas de todas as ações.

Na opinião de Cleide Giron, para conseguir uma nova apropriação da luta pelo Direito à Cidade, é preciso que se faça, tanto pelo poder público como pelos movimentos sociais, ações no sentido mais qualitativo que quantitativo.

“(.....) As pessoas se preocupam muito com o número, tudo é dez mil famílias, cem mil famílias....Se você conseguir trabalhar com dez pessoas e assim nem todos são iguais, simples, uma vida dura, ter a visão ‘do eu sou um ser’, se você consegue trabalhar com essas dez pessoas,você não vai ter o resultado esse ano nem o ano que vem, mas daqui dois anos essas dez essas pessoas se transformaram em cem, e assim em multiplicadores. Assim,(.....) tem que continuar o governo, tem que dar suporte e a sociedade civil também”.

O contexto acima descrito nos fornece uma medida da dificuldade de realização dos sonhos ou desejos para si e para a coletividade dos moradores do Jardim Felicidade. O sonho da conquista da propriedade oficial da casa autoconstruída ou do acesso aos direitos sociais básicos não terá condições favoráveis de se realizar nos limites da cidadania clássica ou passiva.

O percurso realizado nessa investigação identifica, no território do Jardim Felicidade, um processo de espoliação urbana, que, a partir dos anos 90, conforme coloca Kowarick, precisa ser analisado simultaneamente pela perspectiva dos processos excludentes e no campo dos direitos, seja pela suas conquistas (políticas), seja pela sua intensa destituição (em termos sociais e civis):

“Nesse sentido, a espoliação urbana só pode ser entendida como produção histórica que, ao se alimentar de um sentimento coletivo de exclusão, produz uma percepção de que algo – um bem material ou cultural – está faltando e é socialmente necessário. Dessa forma, a noção contém a idéia de que o processo espoliativo resulta de uma somatória de extorsões, isto é, retirar ou deixar de fornecer a um grupo, categoria ou classe o que estes consideram como direitos seus. Não na acepção da legislação positiva, mas no sentido de uma percepção coletiva segundo a qual existe legitimidade na reivindicação por um benefício e que sua negação constitui *injustiça, indignidade, carecimento ou imoralidade*: o legítimo pode institucionalizar-se e até transformar-se em norma jurídica. Mas igualmente vital é o lento, oscilante e contraditório processo de desnaturalização da violência que impregna a banalidade do cotidiano nas *metrópoles do subdesenvolvimento industrializado*. Colocada dessa forma, penso que a problemática das lutas urbanas pode enfrentar de modo teoricamente mais calibrado os vários aspectos das exclusões que desabam sobre os trabalhadores de nossas cidades, bem como o lento e oscilante processo de institucionalização de direitos, o que abre a discussão para os embates e debates ligados à extensão da cidadania.”(kowarick, 2000:107)

Podemos afirmar que a partir dos anos 90, seguindo as indicações de Kowarick, reforça-se uma sensação generalizada de derrota das mobilizações sociais e de uma vontade política que não persegue mais transformações mais

profundas. O cenário pós-anos 90, segundo Kowarick teria a imagem “cinzento-esverdeado, mistura de pobreza-violência-desesperança”.(Kowarick, 2000:108-120) A espoliação urbana, dessa perspectiva, a partir dos anos 90, é ampliada pelas limitações cada vez maiores na emergência das lutas urbanas.

O complexo cenário urbano do início do século XXI, aqui recortado, nos provoca a análise do território estudado e dos sujeitos que nele moram, a partir da noção de *hiperperiferia*, ou seja, um território com sobreposição de precariedades e vulnerabilidades físicas, ambientais e socioeconômicas, que se aprofundam, pelas sociabilidades fragilizadas, incluídas perversamente no sistema e caracterizadas pela impotência de ação cidadã. Nesse sentido, podemos analisar esse território como fruto, também, de um processo de *hiperperiferização ampliada*.

A noção de uma *hiperperiferia ampliada* se aplica ao caso do Jardim Felicidade, porque, constitui-se em um território periférico, fruto de uma ocupação desordenada e desorganizada de uma área desurbanizada e inóspita para fins de abrigo, incluindo, para esse fim, mesmo as áreas de risco. Inclui-se nessa noção também porque apresenta um ambiente construído sem qualidade habitacional (autoconstrução) e ambiental, sobre o qual se sobrepõem, ainda, as dificuldades objetivas e subjetivas de seus moradores diante da sua situação ocupacional precária, na elaboração de uma identidade sócio-territorial que constitua vínculos capazes de fazer emergir sujeitos coletivos. O Jardim Felicidade pode ser descrito ainda – e aí é que se caracteriza mais como *hiperperiferia ampliada* - por sujeitos que desenvolvem diferentes tipos de *sociabilidades*, matizadas por diferentes vulnerabilidades e sofrimentos ético-políticos vivenciados no cotidiano. Esses sujeitos, desta forma, aprofundam a sua inclusão perversa no sistema capitalista, mesmo sob o ambiente democrático e apresentam, de diversas maneiras, a destituição das possibilidades de realização das perspectivas de acesso à cidadania clássica ou passiva.

Há evidências suficientes de clara de impotência no ar, seja da sociedade civil, dos moradores-cidadãos em se organizarem e constituírem

como sujeitos coletivos para a disputa política, seja do Estado, pelo processo de redefinição e enfraquecimento do peso na Questão Social na esfera pública na era do globalismo. Este é o tom de algumas falas de moradores representativos do bairro na última visita realizada ⁷: impotência e resignação.

“Não acredito em mais nada. As ruas estão inacabadas. É tudo muito demorado.”

“Não adianta participar ou não participar. O resultado é o mesmo. Dá um desânimo, porque não se consegue nada que anime as pessoas a participar. Dá vontade de só cuidar da minha vida, da família.”

‘Eu agora só estou cuidando da minha saúde e do meu filho. Não tenho me envolvido com mais nada da comunidade. ’

‘Estou confiante e tranqüilo porque não tem mais volta da gente sair daqui. Para mim felicidade é ter minha casa, não pagar mais aluguel.’

Mas, o “pulso que ainda pulsa”, originário do direito inalienável de ao menos imaginar a emancipação e o empoderamento, esboça reações já bastante conhecidas, com as quais os moradores imaginam poder libertar a utopia do cativo e realizar sua saída da zona de vulnerabilidade.

Os meios pelos quais os moradores imaginaram no momento da pesquisa recorrer para alcançar sua utopia foram (em ordem de importância):

“Tudo isso mediante manifestações dos moradores.”

“Para conseguirmos, somente com reivindicações dos moradores junto ao órgão competente. “

“A prefeitura deveria regularizar com urgência os loteamentos.”

⁷ dia 1º. De Maio de 2004, quando realizei a sessão de fotos. (todos são de ex-lideranças ou moradores tidos como lideranças, que nos deram depoimentos anteriores.)

“Depende da vontade do governo.”

“Mediante abaixo-assinado dos moradores.”

“Os moradores devem se unir para lutar.”

“Combinação de política e moradores, porque tudo envolve política.”

“Não sei.”

A sabedoria popular acumulada sabe que seria preciso estabelecer uma relação de pressão da sociedade civil junto ao Estado, ou junto aos políticos, para que seus direitos - mesmo que legalmente instituídos - tenham *possibilidades* de serem atendidos. Isso não quer dizer que tenham clareza de como e com que força política podem fazê-lo. Os canais representativos existentes ou são desconhecidos ou não têm respondido com efetividade ao que se espera deles.

Os moradores do Jardim Felicidade, como demonstramos, encontram-se, de diversas maneiras, incluídos precária e perversamente ao sistema. A sua expectativa de “inclusão” no contrato social, na cidadania clássica, denota, por outro lado, seu desejo de adesão a esse valor fundamental da modernidade. Há um desejo latente, silencioso, de viver um ambiente de cumprimento de leis, de existência de regras claras de funcionamento da sociedade, de vigência do princípio da igualdade. Esse desejo, mesmo que subsumido, não deve ser desprezado. O indivíduo, no entanto, pode desejar e imaginar ser cidadão. Porém, ele só o será, *plenamente*, no encontro ou confronto, em determinadas situações, na esfera pública, ao lado de outros cidadãos e de outras utopias.

As imaginações da (nova) esfera pública: o espaço da utopia

O percurso analítico feito até aqui, consolidado na força dramática dessa “imagem conceitual” de um território periférico, expressão da *espoliação urbana* e da *hiperperiferia ampliada*, recoloca à reflexão acadêmica e às forças políticas que lutam pela emancipação, a importância do o espaço público como locus privilegiado da ação política transformadora.

As propostas de reação dos moradores às dificuldades impostas socialmente ao alcance dos sonhos não conseguem expressar real vitalidade organizativa, pois já partem de um acúmulo de experiências de impotência, que os empurram, cada vez mais profundamente, para uma zona de vulnerabilidade. A falta de vivências de experiências associativas e universalizantes em termos de direitos se constitui num déficit político crucial.

Dessa forma, cabe recolocar que estão em causa, nesse território, além das privações materiais e ambientais, os valores culturais, a pressão pelo consumo e o controle do imaginário, como forças poderosas de sustentação do contrato social excludente pelas classes subalternas. A compreensão desse processo como “exclusão” do sistema tem colaborado para uma práxis política que só tem reforçado uma guinada à direita e ao autoritarismo e não para a democracia e a participação, como advertiu Martins. É preciso combater a troca da igualdade pelo seu mimetismo. (1997:22-23)⁸ Ou, ainda, o abandono do princípio da igualdade pela resignação com a injustiça da existência de leis que garantem privilégios. Assim, a resolução de algumas privações materiais não conduz, necessariamente, à condição de cidadania. (Kowarick (2000:57;69); Silva (1996:6)

⁸ “Estamos em face de uma nova mentalidade, a mentalidade do moderno colonizado, do homem que já não sabe querer ser um verdadeiro igual, mas que se sente suficientemente feliz porque pode imitar, mimetizar, os ricos e poderosos, confundindo, portanto, o falso com o verdadeiro. E pensa que nisso está a igualdade. Ele se torna, assim, um poderoso agente da falsamente nova sociedade, a sociedade da imitação, do falso novo, da reprodutibilidade e da vulgarização, no lugar da invenção, da criação, da revolução”. (Martins, 1997-22-23)

As zonas de vulnerabilidades em que se encontra a maioria da classe trabalhadora têm aprofundado um *hiato político* entre a impotência das sociabilidades em curso para a participação, o sofrimento ético-político e a emancipação, a auto-gestão, a felicidade. Nesse hiato político, dá-se a luta simultânea pela construção e desconstrução do espaço público, com uma miríade de questões, problemas e dilemas que vêm sendo colocados pela sociedade contemporânea. Uma sociedade cada vez mais diversa, múltipla e complexa mas, “de qualquer maneira o sujeito da história concreta e desigual em andamento.” (Demo, 2001:16)

A sociedade constrói espaços mais econômicos ou mais políticos, que se sobrepõem e se mesclam, como o mercado e o Estado, instâncias que lhe são instrumentais. Sendo assim, inspirado em Habermas, Demo aponta que:

“Cada sociedade, em sua história própria, define, pelo menos até certo ponto, que tipo de Estado e mercado lhe cabe. Esta não é a discussão central, porque na prática é adjetiva. Substantiva é a necessidade de controlar tais instâncias instrumentais.” (Demo, 2001:16)

O espaço público em construção/desconstrução atualmente sofre a hegemonia de uma cultura política que esfuma o princípio da igualdade juridicamente conquistada, impossibilitando a realização do contrato social. A cultura política democrática e cidadã se confronta, nesse espaço, com o medo, a insegurança (física e social pelo desemprego), o desrespeito civil, o sentimento de derrota acumulado, bem como com os valores tradicionais da clientela, favor, privilégios e cooptação, que, em determinados momentos, não consegue resistir aos fortes apelos messiânicos e populistas. (Kowarick, 2000:114 e Silva, 1996:6)

Segundo Kowarick, o espaço público no Brasil continua sendo regido pelos princípios da cordialidade, nos termos buarqueanos, pois não se estrutura por regras explícitas e universais, mas por critérios de exclusão ou inclusão dos direitos, por regras pessoais, de privilégios, arbítrio e violência. Assim, o autor assinala a existência de um *cidadão privado*, assim

compreendido por não ter acesso aos benefícios sociais e por estar separado, isolado ou excluído. Essas forças agem no sentido de afastar, cada vez mais, o indivíduo do seu encontro – conflituoso ou não - com a cidadania no espaço público:

“Ou seja, em face da estreiteza de canais institucionais para manutenção e conquista dos direitos sociais, em face da inexistência de proteção quanto aos direitos civis mais elementares e em consequência da incivilidade que marca as relações sociais nos espaços públicos, onde prevalece arrogância e privilégio, muitos se refugiam na sociabilidade primária da família, amigos, parentes ou conterrâneos: estruturada em torno da casa e da vizinhança, desses pedaços reconhecidos como solidários, de proteção e ajuda mútua, muitos organizam formas defensivas para enfrentar as múltiplas violências que marcam o dia-a-dia na Metrópole e elaboram projetos para usufruir de suas oportunidades.” (Kowarick, 2000:115)

No caso dos moradores do Jardim Felicidade, pudemos perceber que essas forças centrípetas para o espaço privado atinge a todos de qualquer maneira, mas se apresentam de formas diferenciadas entre eles. Os sujeitos de *sociabilidade solidária-frágil* e *vicinal-religiosa* têm maior suporte da família nos dois casos, e, no segundo, também da prática religiosa. No caso dos sujeitos de sociabilidade *ocupacional-reclusa*, as forças privadoras têm favorecido um aprofundamento do isolamento, da separação, da reclusão exclusiva no núcleo familiar, também em relação aos seus pares.

Cidadania privada, subcidadania, cidadania restrita e mutilada, são várias expressões e concepções para compreender a desigualdade também como não acesso à justiça. (Kowarick, 2000 e Silva, 1996) Variados e múltiplos são também os obstáculos que se interpõem no espaço público em curso, para o desenvolvimento das contradições urbanas, não simplesmente em reivindicações urbanas, mas em conflitos que coloquem coletivamente uma alternativa de poder. (Kowarick, 2000:67) O autor aponta para a falta de direção política da multiplicidade de reivindicações populares, o que as conduzem ao esfacelamento. No entanto, salienta que ‘(...) Não há fórmulas

que, *a priori*, permitam realizar o salto entre as exclusões socioeconômicas e sua politização”. (Kowarick, 2000:66)

O espaço público contraditoriamente em curso, com suas fragilidades e virtualidades, vem experimentando espaços de manifestação política da “consciência de ter direitos”, de “fazer falar novos direitos” e até de conquistas de direitos, através de mobilizações populares, organizações da sociedade civil, movimentos organizados e mecanismos institucionais de participação popular nas deliberações públicas. Exemplos dessas manifestações são: a mobilização popular pelo *impeachment*, ou a Campanha do Betinho, o MST, além das inovações democráticas que vem sendo institucionalizadas como os Conselhos de Políticas Públicas e o Programa de Orçamento Participativo, aplicado em várias cidades brasileiras. Esses exemplos sinalizam a importância e a necessidade de criação de novos lugares, novos fóruns, novos canais de comunicação entre o cidadão e o poder público, ou seja, entre o cidadão e seus representantes, além dos momentos eleitorais.

A gestão democrática das cidades tem colocado, cada vez mais, como exigência a implantação de mecanismos participativos e de novos canais institucionais de participação. Há várias experiências desse tipo em desenvolvimento no Brasil, e mesmo na cidade de São Paulo⁹, que necessitariam, entretanto, de outro espaço para serem avaliadas. Os canais institucionais de participação abertos pelo poder público são importantes e fundamentais para a o exercício da cidadania, para o seu aprofundamento, principalmente quando propicia tanto a co-gestão ou compartilhamento de decisões de políticas públicas, quanto instrumentos efetivos de controle social e democrático. Essas experiências contribuem para o fortalecimento do espaço público onde os interesses comuns e os particulares, as especificidades, diferenças e diversidades sociais e territoriais podem adquirir visibilidade e expressão pública. Além disso, tais experiências têm apresentado

⁹ A Gestão Marta Suplicy criou, em 2001, a Coordenadoria de Participação Popular que tem como objetivos principais a revitalização dos Conselhos Setoriais de Políticas Públicas e a Coordenadoria do Orçamento Participativo. Sobre a experiência do Orçamento Participativo em São Paulo, consultar Sánchez, Félix. *OP: trajetória paulistana de uma invenção democrática (2001/2003)*, tese de doutoramento, PUC-SP, 2004

um conteúdo pedagógico importante, constituindo verdadeiras “escolas de cidadania”.¹⁰

A sustentabilidade desses e de outros mecanismos e canais participativos que contribuem na direção da conquista do direito à cidade, depende, mais uma vez, de uma esfera pública vigorosa, de uma participação intensa e de uma vigilância crítica da sociedade civil. Ao chegarmos, analítica e reiteradamente nesse ponto, nos perguntamos: como os moradores do Jardim Felicidade poderão conhecer, experimentar e apoiar as virtualidades e potencialidades participativas que se desenham no espaço público?

Em outros termos, a questão pode ser assim formulada: como pode se dar a transição, em um território *espoliado e hiperperiférico* da cidade, da *potência de padecer* à *potência de agir*? Essa problematização final deste trabalho pretende apenas apontar algumas contribuições teóricas desse debate, tão importante e complexo, que, sem dúvida, ultrapassa em muito o Jardim Felicidade e pode ser posta em vários outros territórios da cidade e da sociedade.

A elaboração da (*nova*) *sociabilidade urbana*, conforme colocamos anteriormente, depende da construção de bons encontros ou encontros *éticos* e carregados de *afetividade*, entendidos como poderosas ferramentas da ação sócioeducativa. Mais uma vez, nos deparamos com a dimensão subjetiva como fundamental para pensar possibilidades de estímulo à participação cidadã.

Bader Sawaia coloca que as emoções constituem a base da ética, da sabedoria e da potência de ação contra a servidão, a tirania, a ignorância e a

¹⁰ Algumas referências para as experiências de formação experiências para Conselheiros do OP e de outros Conselhos: Denise Vitale; Maria do Carmo Albuquerque; Viviane N.C.de Oliveira (orgs). *Capacitação de Conselheiros: papel do Estado na construção democrática*, Instituto Polis e Secretaria Municipal da Assistência Social, São Paulo, dezembro de 2004; Victoriano, Márcia. *Capacitando para a Democracia Participativa* in Revista de Educação e Cultura, Araçatuba, vol.1, n. 1, junho 2003, p.79-97 da Fundação Educacional Araçatuba

superstição, combate que é condição da ação coletiva democrática. (2003:55).

A concepção de ética aqui empregada é, segundo a autora:

“Ética é a capacidade do corpo e do pensamento em selecionar, nos encontros, o que permite ultrapassar as condições de existência na direção à liberdade e felicidade, como um aprendizado contínuo”.

Dessa concepção decorre um princípio pedagógico: não controlar as emoções para educar, mas desbloquear a capacidade de afetar e ser afetado e restabelecer o nexo entre ação e razão, rompido pela exclusão e pela disciplinarização. Como os afetos são gerados nos encontros com o outro, o caminho da recuperação da afetividade não está na força interior e no auto-esforço, e sim na coletividade, nas relações face à face que singularizam as relações sociais dominantes, definindo como cada um é afetado nos encontros como outro.”

A incapacidade de reagir, “por não se bastar”, gera ainda mais sofrimento e culpa (Sawaia,2003:60), que só serão aliviados quando o indivíduo decidir, livremente, ir ao encontro do *outro* e considerar, nesse ato, o encontro com o desconhecido, o diferente, o imponderável.

A fim de contribuir para minimizar a confusão que se pode estabelecer entre os termos moral e ética, Sueli Rolnik sugere que o “homem da moral” anuncia, no plano visível das formas e normas vigentes, a necessidade de se cumprir as regras do jogo, de se seguir o que está tradicionalmente estabelecido. O que, se analisado no plano dos direitos, não deixa de ser progressista, politicamente correto no plano macropolítico. No entanto, no plano micropolítico, no plano invisível da produção das diferenças, a atuação única do homem moral pode ser conservadora, porque não permite ver outras formas e imaginar novas saídas. O “homem da ética” promove a abertura na subjetividade para a alteridade, para o encontro com o outro, possibilitando a criação de uma nova subjetividade, um novo modo de existência e até de uma nova sociedade. (Rolnik,S., 162-163).

Essa reflexão nos sugere pensar que o desejo dos moradores do Jardim Felicidade em alcançar a cidadania clássica guarda toda a pertinência,

pois, enfim, estão assegurados por lei, ainda mais porque são *cidadãos privados* dela. No entanto, as formas de luta imaginadas não conseguem a conquista ou transformação da ordem vigente. Daí pensar a possibilidade de que, “o homem da moral” seja abalado e motivado pelo “homem da ética” ao se questionar sobre sua identidade, alteridade e subjetivação. Trata-se de uma dimensão invisível de um devir-outro de subjetividades que elaboram novas sociabilidades. A aceitação ou permissão pela passagem a estados de transitoriedade e destruição (caos) nessa elaboração, que não está associada ao perigo da desintegração, pode proporcionar aberturas do *eu*. Em outros termos, permitir-se novos pensamentos, novos encontros e novas formas de ação e reação. (Rolnik, S., 1995)

A ruptura com as amarras da moral – ou à prisão das regras vigentes -, da concepção da cidadania clássica, sem descartá-la, pode contribuir, pela via da ética, para o encontro provocativo, que pode, a um só tempo, recuperar seu sentido original e inovador e conferir-lhe um significado novo, capaz de (re)colocá-la num novo campo de disputa, pelo seu novo significado: o desconhecido, o inusitado, a incerteza criadora.

É preciso detonar processos relacionais e sociais que ultrapassem a esperança, em direção à liberdade. Esta será o motor da capacidade de decidir, agir, escolher a favor das diferenças que disparam processualidades. Essa é a travessia dolorosa, sem dúvida, de vencer as resistências contra a experimentação do devir e descobrir que ela não implica – necessariamente - em desintegração. (Rolnik, S., 1969) É aí que se reinventa a democracia e podem florescer as idéias de nova cidadania, nova sociabilidade urbana e novas utopias.

Na oferta de bons encontros *éticos e afetivos* pode estar a chave para uma ressignificação de identidades, alteridades e subjetividades que permitam a entrada no espaço público de forma mais fortalecida para enfrentar o medo, a insegurança, a impotência de participar. Dessa forma, pode-se recuperar a noção de sujeito que o racionalismo modificou. Conforme Olgária Matos:

“Cindindo-se razão vigilante e imaginação sonhadora, o mundo das idéias e a realidade empírica, chega-se ao Sujeito abstrato – sem corpo, mãos e sangue, Sujeito carente de todos os sentidos.(...) Ao ficcionar um Sujeito abstrato, o racionalismo não o constrói – dissolve-o.”(Matos, 17)

Segundo Olgária Matos, a consciência abriga a dialética entre a mesmidade e a excepcionalidade, tendo, neste segundo termo, melhor designado por *kairós*, a característica por excelência de seu funcionamento. Referindo-se ao sentido empregado por Aristóteles, Olgária reafirma a importância das quebras, dos momentos críticos, do que desafia a repetição, do que enfrenta risco, ou, em outras palavras,

“que é possível aproveitar o *kairós* ou deixá-lo fugir, o que pode ter consequências nefastas, pois não captá-lo equivaleria a cedê-lo voluntariamente ao adversário, cujo uso seria grave como o são as “ocasiões perdidas” (*Rhrétorique* à Alex. 6, 1927b 20 et 26). É preciso, ao contrário, velar pela melhor utilização desses “trunfos”. Essa potencialidade fugidia se transforma em atualidade, o homem se torna “mestre para decidir por si mesmo”. Podemos dizer que a vida consciente é uma eterna busca de *kairós*. Se soubermos reconhecer, tanto na história individual, quanto na coletiva o momento certo da ação, seremos “profetas que prevêem o presente”. Captar a fortuna é fazer-se senhor do *metron*, é engajar-se na dimensão do possível, é romper com a história unidimensional do vencedor”. (Matos, 1995:26)

Esses questionamentos finais vêm no sentido de provocar a reflexão e práxis dos atores e sujeitos sociais e coletivos envolvidos com o enigma da emancipação e que sugerem, estimulam, elaboram e praticam políticas e projetos que pretendem movimentar a potência de padecer a subalternidade para a potência de agir pela emancipação.

Essas pistas da dimensão subjetiva, que se encontram no plano invisível ou na esfera cotidiana, têm possibilidades de operar a ruptura com as objetividades e quantidades – injustas, preconceituosas, violentas, desiguais -, colocando “desagregações” nas imaginações e vivências presentes. Essas pistas podem estimular a emergência da vontade consciente do fazer coletivo,

de se “filiar” associativamente, de exercer efetivamente a cidadania e de imaginar um futuro melhor. A ameaça de entrar em “zona desconhecida” pode se tornar em encontro auspicioso, realizando promessas passadas ou , quem sabe, projetando potência para a pressão efetiva a fim de conquistar uma nova forma de viver e governar a cidade.

O *hiato político* do espaço público, entre o aprisionamento das utopias no “cativeiro neoliberal”, sustentadas por aparente “consenso”, e a emancipação, instigado pelas multidimensionalidades do real, pode experimentar movimentações no laboratório fantástico de alternativas e de experiências em que se constituem as grandes cidades. São Paulo, apesar de tudo, ainda oferece “teimosamente” essa oportunidade.



Figura 43 - crianças: Everton, Peterson, Jamile e Emily

“Se podes imaginar, podes conseguir”

Albert Einstein

Há cidadãos felizes na cidade global?

Em vários momentos deste trabalho foi colocado o conceito direito à cidade realçado pelo termo “feliz-cidade”, ou seja, a conquista não de qualquer cidade, mas de uma cidade com felicidade. Mas o que é felicidade? De que felicidade se trata? Essas são perguntas que a humanidade se faz desde sempre, independente do espaço-tempo, do sistema social e político e da existência das classes sociais.

É extremamente difícil definir o que seja a felicidade. Suas referências podem ser tão particulares e subjetivas, quanto influenciadas pelas relações universais e objetivas. Pode aparecer como uma elaboração única de cada indivíduo, mas logo se descobre o social que nela está subjacente, através da relação e convivência com outros indivíduos, grupos, classes, sociedades inteiras, revelando-se em pequenas e grandes idéias, objetos e projetos, razões e emoções de como chegar à emancipação e à liberdade. Sem dúvida, é um grande debate¹.

Na contemporaneidade, o tema da felicidade tem conquistado o debate público, incluindo o acadêmico, tirando-o da dimensão exclusivamente subjetiva. Neste trabalho, em vários momentos, temos destacado a noção de felicidade como emancipação, categoria que se contrapõe ao sofrimento ético-político apresentado como necessário à compreensão dos processos excludentes.

¹ Em livro intitulado “Felicidade”, Eduardo Giannetti da Fonseca debate esse tema através de um grupo de ex-amigos de faculdade, que decidem se encontrar semanalmente para a realização de seminários que o explique. Sob vários matizes e referências teóricas, científicas, filosóficas e políticas, o grupo acaba logrando mais a efetivação de seu próprio encontro e respeito com a diversidade, com os consensos e dissensos, dos seus medos e sonhos do que uma definição do que seja a felicidade. A felicidade, assim, foi esse encontro.

Através da abordagem de Sawaia, colocamos a dimensão ética e subjetiva como elemento constitutivo da questão da análise da “exclusão social”, para a qual a autora sugere a perspectiva da dialética entre sofrimento e felicidade. O enfrentamento do sofrimento ético-político, a superação de um estado de “escravidão instalado” se dá através de uma práxis psicossocial voltada para a emancipação, que exala “alegria”, ou seja, aquela que surge do ato de pensar sem submissão, medo ou tristeza. Segundo Sawaia, essa é a práxis psicossocial que potencializa a ação coletiva que deve, também, simultaneamente, combater a miséria e a banalização do mal do outro. A felicidade como critério de cidadania e do papel da esfera pública é contraponto importante no combate ao individualismo, ao narcisismo e à prisão na esfera privada. (Sawaia,2003:36)

Em outras abordagens acerca da questão da exclusão social, a felicidade também tem sido sugerida como seu contraponto, ampliando muito mais a noção de inclusão social nas políticas públicas. Aldaíza Sposati, no Mapa da Exclusão/Inclusão Social, atualizado em 2000, define felicidade como sendo: *“a capacidade de viver a capacidade humana da alegria, da plenitude, do prazer, do riso, do lúdico, do descanso, do arrebatamento, do sonho, da esperança, de estar em harmonia com o todo, do prazer de pertencer ao lugar, etc”*².

Este trabalho apresentou, a partir de alguns aspectos recortados de um território periférico, que o alcance da feliz-cidade para as classes subalternas está bem distante ou bastante restrito. No entanto, é preciso reconhecer, há cidadãos felizes na cidade global. Para muitos cidadãos paulistanos e paulistas, a cidade de São Paulo é (ainda) um lugar feliz de se viver ou com o qual se sonha viver. No microcosmo de nossa pesquisa, ao perguntarmos sobre o que significa São Paulo, encontramos muito mais referências positivas – concretas ou imaginadas - sobre o viver na cidade de São Paulo, do que

² Sposati, Aldaíza (coord.). Mapa da Exclusão/Inclusão Social 2000. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Núcleo de Estudos de Seguridade Social da PUC-SP, versão em CD, publicizada em novembro de 2002.

críticas negativas, o que confirma a sua persistente atratividade, apesar do desafio diário de sobrevivência material e ético-política.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que, ao longo desse trabalho, discutimos a existência da *espoliação urbana* e *hiperperiferia ampliada*, ou seja, um território marcado por precariedades ambientais e arquitetônicas de um ambiente construído sem qualidade, por vulnerabilidades e fragilidades socioeconômicas, vividas por sujeitos que apresentam sociabilidades e perspectivas utópicas que têm assegurado a inserção precária e perversa da classe trabalhadora ao sistema capitalista avançado, não podemos ignorar que existam “espaços” na cidade de São Paulo ou no seu território – mesmo que poucos - que podem ser considerados como um “lugar” para os moradores. Por dentre diversos “não-lugares” transitórios, mas marcantes, como os transportes coletivos, as ruas e os lugares de passagem, pode haver alguns “lugares de encontro ou de identificação fugidios” que podem ser até mesmo o supermercado, o ponto de ônibus, o “boteco”, algumas ruas do bairro etc.



Figura 44 – Bar “dos amigos” (2004)

Essa noção de “lugar” trabalhada por Marc Augé³ pondera sobre possíveis espaços na cidade ainda não destituídos de sentido e de vida. Inspirada nessa e em outras contribuições, recuperamos a idéia de que na esfera do cotidiano dos territórios segregados e hiperperiféricos podem existir lugares de “encontros” e de identificação, mesmo que, num primeiro momento se mobilize características e atributos externos, do outro, do dominador. As questões como familiaridade e segurança nos referenciais são importantes pontos de partida para a gestação de novas sociabilidades que estimulem a ação coletiva. Não é por acaso, portanto, que a “casa própria” é um “lugar com sentido” para a classe trabalhadora e que a família seja um grupo social valorizado.

São poucos os espaços que na vida cotidiana e urbana que ainda podem ser nomeados como “lugares com sentido” pois sofrem diariamente um bombardeio de novas referências, deslocando-os para outros espaços, mercadorias e idéias que oferecem, alhures, a felicidade. A grande cidade é o palco privilegiado dessa constante turbulência dos sentidos e significados que podem comprometer os “encontros” nos “lugares”, ameaçando-os. Conforme nos adverte Ianni:

“Em boa parte dos casos, o indivíduo situa-se na cidade como em um caleidoscópio em contínuo movimento, veloz e errático. Como ela se organiza, funciona e transforma de acordo com processos dos quais o indivíduo pouco sabe, este se perde ou assusta-se, defende-se ou isola-se. Diante do vasto bombardeio de signos, significados e conotações, difíceis de codificar, o indivíduo pode levar o anonimato a fórmulas inimagináveis, a extremos de paroxismo. Muitos cidadãos defendem-se dos incessantes assaltos do meio isolando-se e protegendo os seus sentidos, obscurecendo as vidraças dos seus automóveis, levando continuamente aos ouvidos os *walkmen* a todo volume, evitando a comunicação face a face, anestesiando com drogas e álcool suas emoções ou fixando-se na pequena tela no transistor dia e noite, para evitar a visão da realidade, conscientizar-se. Como resultado, as vivências

³ Augé, M. *Os não lugares: uma introdução à antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994. Foi referência nos trabalhos de Vêras (1996, 1999), Sawaia (1995) e Koga (2003).

reais tornam-se ilusórias e remotas, cria-se um mundo no qual a essência humana de carne e osso torna-se menos real que as histórias que se apresentam no vídeo, filme, fita megafônica ou o papel do diário. Incapazes de alcançar uma vida pessoal gratificante, esses homens e mulheres optam por uma existência imaginária, sucedânea, de segunda mão, como espectadores, ouvintes ou leitores passivos dos meios de comunicação. *“Diante do contínuo e intolerável bombardeio de seus receptores físicos e mentais, o indivíduo perde pouco a pouco sua capacidade de responder e adota uma atitude defensiva de recuo e desinteresse, sofre de embotamento afetivo e perde a capacidade de discriminar entre os múltiplos estímulos do meio, de discernir o essencial do supérfluo, a realidade da ficção. Os cidadãos movem-se como em transe, em um estado de despersonalização que se manifesta em indiferença. O fim desses processos anômicos de isolamento, apatia e inércia é o autismo social, a alienação do indivíduo e o seu estranhamento de si próprio e dos outros”*. (14)⁴ (Ianni: 1997:64)

A visão de uma “cidade global em transe”, seja por caminhos concretos, seja por aqueles imperceptíveis a olho nu, instiga não só as forças sociais que lutam pela emancipação mas, também, aquelas que defendem a posição privilegiada do “mercado” como o produtor e o depositário do sentido da vida [pós] moderna. No ‘mercado global’, fica cada vez mais diluída as diferenças entre cidadania e consumo, ou melhor, entre cidadão e consumidor. Na cidade global, é muito mais fácil a identificação com o segundo que com o primeiro.

Para nossos entrevistados, a definição do que é pobreza ou ser pobre, estava na razão direta de sua capacidade de consumo, ou seja, ser ou não ser pobre é estar situado abaixo ou acima do que é considerado básico para sobreviver. Nesse sentido, o consumo ou a falta de condições para exercê-lo em determinados padrões na cidade global, muitas vezes é considerado como indicador de inclusão ou exclusão social, ou, em outros termos, da felicidade ou infelicidade.

⁴ (14) a parte destacada é citação de Luis Rojas Marcos, *La Ciudad y sus desafíos (Héroes y víctimas)*, Madri, Espasa Calpe, 1992, p. 109-10. (apud Ianni)

A realidade e vitalidade da dinâmica do mercado consumidor do Estado e da cidade de São Paulo, referências máximas para o país, têm estimulado estudos e pesquisas de mercado que lançam mão de conceitos como “territorialidade”, “subjetividade” e “diversidade”, indo além dos recortes analíticos tradicionais de origem, ocupação, idade, classe social e avançando no sentido da construção de “indicadores de felicidade”.

Destacaremos, aqui, um exemplo de esforços que têm sido empreendidos por vários profissionais - sociólogos, estatísticos e analistas de marketing - para a elaboração e aperfeiçoamento de referenciais e de tecnologias que possam orientar uma melhor captação não somente do que confere satisfação às necessidades das pessoas enquanto consumidores, mas de valores e significados que envolvem o alcance da felicidade, pelo consumo.

A seguir, apresentamos dados extraídos do *Painel de Marcas e Consumo*, no qual está incluso o “Mapa da Felicidade” do Estado e da capital, intitulado: “*Felicidade: a base para o trabalho profissional de Marketing*,” divulgado em agosto de 2004⁵.

“A primeira edição do Painel de Consumo e Marcas do Estado de São Paulo consiste num levantamento feito em março passado [2004] com 5.952 entrevistados distribuídos por todas as regiões do Estado.(...). Dois fatores foram essenciais para a escolha do Estado de São Paulo como foco do levantamento: primeiro, o Estado de São Paulo detém as duas regiões de maior potencial de consumo do Brasil, o mercado da Grande São Paulo e o Interior de São Paulo, que, juntos, somam um terço de todo o potencial de consumo do País. Outro ponto importante para a escolha do Estado de São Paulo foi à ausência de informações confiáveis e detalhadas por regiões específicas.” (Wenzel e Rodrigues, 2004:1-2)

⁵ “Mapa da Felicidade”. Relatório: Felicidade: a base para o trabalho profissional de marketing IN Painel de Consumo e Marcas de São Paulo, agosto de 2004 elaborados por Sampling – Consultoria Estatística e Pesquisa de Mercado e Limite Consultoria Estatística (*dados disponíveis em release para o Estado de São Paulo e capital*) (consultar site www.consumoemarcas.com.br)

A pesquisa elaborou um **índice médio de felicidade** no Estado de São Paulo, a partir de uma *expressão matemática* baseada na relação entre número de pessoas entrevistadas, percentuais e pesos que variam de 0 a 10, que ficou estabelecido em **6,63**. Quanto mais próximo de 10 os índices estiverem, mais feliz podemos considerar que é a população do território em questão. (v. figura 2, adiante)

Segundo essa pesquisa, entre as 11 regiões mapeadas, a cidade de São Paulo foi onde a população se declarou **mais feliz, com 7,25% de IF** (índice de felicidade⁶). O IF de São Paulo foi maior que o da região do ABCD e também maior que o das cidades pequenas.

Um das explicações desse alto índice de felicidade, para os organizadores da pesquisa, é que São Paulo apresenta um “cinturão de felicidade”, na área compreendida entre seu centro expandido (região cercada pelas marginais). Nessa área há uma população que tem acesso à educação, saúde, lazer, emprego e relativa sensação de segurança. O problema, segundo eles, é que o que está “ao redor deste cinturão”: as famílias de mais baixo poder aquisitivo, as favelas, os altos índices de violência. No documento divulgado sobre a pesquisa não consta esclarecimento, porém, se a área do “cinturão” para eles reflete a cidade de São Paulo ou se, os números dessa área tiveram bastante influência sobre o índice de felicidade.

⁶ É importante notar que não houve uma definição prévia de felicidade, e sim, a auto-declaração do indivíduo como muito feliz, feliz, nem feliz nem infeliz, infeliz, muito infeliz, não sabe/não respondeu. Na cidade de São Paulo foram realizadas 1000 entrevistas, em todas as regiões da cidade.

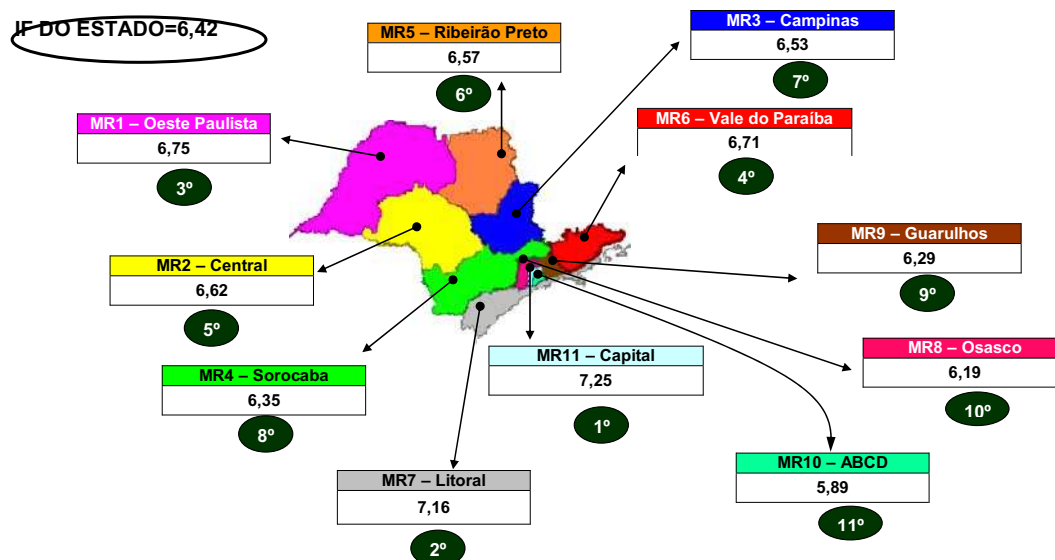


Figura 2 – Mapa da Felicidade do Estado de São Paulo (Sampling & Limite, 2004)

O “Mapa da Felicidade” também aponta que uma das causas da sua felicidade mais citadas pelos entrevistados - ou, de quem se considera muito feliz - é a família. Para quem se considera feliz, a saúde vem em primeiro lugar. De outro lado, para os que não se consideram felizes, problemas com a família foi considerada o principal motivo da infelicidade, seguido do desemprego e das condições financeiras. É interessante notar que, mesmo numa outra abordagem, a família persiste como fator importante de felicidade ou como fator de sofrimento, independentemente da classe social.

O índice de felicidade *paulistano*, segundo essa pesquisa, está relacionado a algumas categorias e variáveis captadas na população entrevistada:

- ✓ *Os homens são mais felizes que a mulheres na cidade de São Paulo.*
- ✓ *Os jovens (16 a 24 anos) são os mais felizes na capital paulista.*
- ✓ *Cursar pós-graduação é sinal de felicidade.*
- ✓ *Os solteiros são mais felizes da cidade de São Paulo.*

- ✓ ***Os trabalhadores da indústria são mais felizes que os outros.***
- ✓ ***Pagantes do financiamento da casa própria são mais felizes.***
- ✓ ***Dinheiro (alta renda) traz felicidade para os moradores de São Paulo***⁷

Esses dados nos sugerem a hipótese de que o paulistano feliz é homem, jovem, cursa pós-graduação, é solteiro, tem bom emprego (estável) e está pagando o financiamento de seu imóvel próprio.

Por fim, a pesquisa apresenta o dado de que, para 48% dos paulistanos **o povo brasileiro é feliz**. Para 28% dos entrevistados o povo brasileiro é *nem feliz, nem infeliz*, e para apenas 13%, o povo brasileiro *não é feliz*. A pesquisa não explorou o porquê dessa percepção, ou seja, em relação a quê o povo brasileiro pode ser considerado feliz ou infeliz.

A pesquisa abrange alguns valores e percepções da vida cotidiana que atravessam de forma similar todas as classes e grupos sociais bem como arrisca perfis e desejos específicos de alguns segmentos. Para os organizadores, porém, apanhar essas especificidades, diversidades e subjetividades constitui-se em pistas preciosas para transformar os paulistanos em consumidores mais felizes. Mas, esses paulistanos felizes seriam cidadãos felizes?

Da felicidade do consumo para a felicidade pública

Em outros momentos deste trabalho, apontamos reflexões sobre a pós-modernidade e a globalização, nas quais expusemos concepções que confundem o “mercado” com toda a sociedade civil. Com certeza, o mercado não a reflete por inteiro, mas em parte, apesar de quase conseguir, por vezes,

⁷ No relatório consta uma nota sobre a retirada do dado dos que recebem de 0 a 262,00, que resultou em um IF = 10(!) Não explicaram porquê.

ser visto como a sua personificação, esmerando-se cada vez mais em captar suas particularidades, diversidades, heterogeneidade e desejos.

Assim, abre-se um campo de lutas, interno também à sociedade civil, que exige a ação criativa, vibrante e coletiva de indivíduos, grupos, classes, organizações e redes, partidos, universidades, intelectuais orgânicos e intelectuais públicos⁸. É preciso continuar a avançar na formulação e desenvolvimento de novos instrumentos analíticos e de projetos políticos que contaminem corações e mentes, identidades, sociabilidades e utopias para a emergência do desejo de habitar dignamente e governar a cidade com amor, conhecimento e participação cidadã.

Os dados trazidos pelo “Mapa da felicidade”, como que um “exemplo em negativo”, reforçam a idéia de que as cidades globais, como São Paulo, são um laboratório privilegiado tanto para as experiências dominadoras como para as experiências emancipatórias de uma globalização alternativa. Entretanto, apesar de poderosa, a força destrutiva da capacidade de propiciar encontros e (re)construir lugares da sociedade global, ainda não foi completamente vitoriosa. Há espaços do cotidiano, como o da família e das redes de solidariedade, entre outros, conforme sugerimos, que podem abrigar fermentos de resistência ou detonar incursões sobre áreas desconhecidas e inusitadas do espaço público. Na cidade global, o local da máxima evidência das desigualdades e iniquidades é também o lócus da gestação de outras utopias. Ianni coloca bem essa idéia:

⁸ Marco Aurélio Nogueira coloca a questão do lugar do intelectual público. “Como é deixar de fora a questão do intelectual que se dedica a reunir (dialeticamente, se se quiser) o ideólogo e o *expert*, o técnico e o humanista, o pesquisador positivo e o filósofo normativo, o protagonista da *societas hominum* e o protagonista da *societas rerum*, caminhando em direção àquela figura que Gramsci nos apresentou em seus *Cadernos do Cárcere*: um agente de atividades gerais que é portador de conhecimentos específicos, um especialista que também é político e que sabe não só superar a divisão intelectual do trabalho como também reunir em si “o pessimismo da inteligência e o otimismo da vontade.” (...)

“Isso significa que o intelectual só se realiza na política e a partir da perspectiva da política. Afinal, política não é sinônimo de poder, nem de mundo dos profissionais da política, podendo muito bem ser entendida como um campo onde se disputam as idéias a respeito do viver coletivo. Uma aposta nas possibilidades de construir o social, de planejar o futuro, de tornar virtuosa e justa a convivência entre as pessoas e os grupos. O intelectual que não se ponha desta perspectiva e se recuse a pensar o todo – que se feche em sua torre de marfim, em sua especialização, e seu corporativismo – mantém-se numa função subalterna”. (Nogueira, 2004:364-365)

“Mas são muitos os que reagem criticamente. Agem, pensam, sentem e imaginam mobilizando a matéria da criação oferecida pela cidade. Recriam os elementos materiais e espirituais, as adversidades e os impasses, as condições e as possibilidades, trabalhando criticamente a sua situação, as suas convicções e reivindicações, as possibilidades disponíveis e emergentes. Esse é o caso do indivíduo, do grupo, da classe ou da coletividade que se conscientiza, organiza, reage criticamente, questiona o *status quo*, incute ilusões em suas práticas, imagina outra cidade. Esse é o momento em que a cidade pode ser um vasto cenário, palco, praça, campo de controvérsia, território de greves, *riots*, batalhas, revoltas, revoluções. (...)”

O mesmo ambiente em que o indivíduo pode sentir-se solto e atado, local e global, anônimo e nominado, desconhecido e celebrado é o ambiente em que florescem a liberdade e a opressão, a racionalidade e a alienação. **Na cidade é que floresce a humanidade** (grifo meu). É o lugar em que o indivíduo pode levar a sua individualidade ao extremo, como exorcismo e paroxismo, tanto assim que aí se inventam a modernidade e a pós-modernidade”. (.....)

“Na cidade global está todo o mundo, os que estão e os que não, visíveis e invisíveis, reais e presumíveis. São diversas ou muitas as formas de sociabilidade, culturais, religiosas e lingüísticas, juntamente com as caras e fisionomias, raças e etnias, classes e categorias. Vêm e vão pelo mundo, localizando-se longa ou episodicamente ali. Criam um modo de ser, agir, pensar, sentir e fabular de cunho cosmopolita, descolado da nação, província ou região. Nesse sentido é que a cidade é simultaneamente real e imaginária, vivida e sonhada, desconhecida e fabulada.” (Ianni:73)

Saskia Sassen (2003) reforça a posição central das cidades nos processos de globalização econômica e nos oferece uma contribuição analítica a partir das cidades globais dos países avançados, que pode ser sugestiva para pensar a nossa cidade global do terceiro mundo. Segundo Sassen:

“Se o lugar, quer dizer, um certo tipo de lugar, é central na economia global, podemos afirmar uma abertura econômica e política transnacional para a formação de novas demandas e portanto, para a constituição de direitos, em

especial os direitos a um lugar, e mais especificamente, para a constituição da “cidadania”. A cidade, por certo, tem emergido como um local para novas demandas: por parte do capital global, que usa a cidade como uma “mercadoria organizativa”, mas também por parte dos setores desfavorecidos da população urbana, os quais possuem nas grandes cidades uma presença tão internacionalizada quanto a do capital. A desnacionalização do espaço urbano e a formação de novas demandas produzidas por atores transnacionais e que envolvem conflitos suscitam a seguinte pergunta: **de quem é a cidade?** (grifo meu) (Sassen, 2003:16)⁹

Sassen observa que o capital global e a mão de obra imigrante são duas instâncias fundamentais de categorias/atores transnacionais que têm unificado características através das fronteiras e que se encontram em mútua competição dentro das cidades globais. Os setores do capital corporativo são globais em sua organização e operações, enquanto que os trabalhadores dos setores desfavorecidos das cidades globais são as mulheres, os imigrantes e as pessoas de cor, cujo sentido político de pertencimento e cujas identidades não estão necessariamente incorporadas à nação ou à comunidade nacional. Porém, ambos encontram na cidade global o lugar estratégico para suas operações políticas e econômicas. (Sassen, 2003:16-17)

A cidade global é um lugar estratégico, contraditório e concreto onde os atores em desvantagem ganham presença e visibilidade para poder emergir como sujeitos, ainda que, segundo Sassen, não ganhem poder de maneira direta¹⁰. Sassen confirma a perda da soberania do Estado-Nação nos últimos 15 anos, mas afirma que ainda é uma instância política não totalmente descartada, tanto da parte do capital como dos trabalhadores. Ao lado do capital global, ele é a instância pela qual há a legalização e legitimação de suas demandas, através de legislações e normas e da criação de instituições que lhe conferem direitos.¹¹ Sassen coloca que:

⁹ Tradução livre do espanhol (para fins acadêmicos)

¹⁰ Essa temática tem sido preocupação de Vêras.M. In *DiverCidade: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*, São Paulo, Educ, 2003, 305p.

¹¹ Essa questão tem uma abordagem próxima em Oliveira (2003): *Redemocratização e Republicanização do Estado*, (mimeo)

“A nova geografia da centralidade deve ser produzida tanto em termos das práticas dos atores corporativos como em termos do trabalho do Estado em produzir novos regimes legais. As representações que caracterizam o Estado Nacional como simplesmente perdendo importância falham ante esta relevante dimensão, e reduzem o que está acontecendo a uma função da dualidade global-nacional, donde quando um ganha o outro perde.” (24) Depreende-se daí que o Estado Nacional não perde tanta importância assim. A formação de regimes legais transnacionais, centrados nos conceitos econômicos ocidentais de contrato e propriedade, preconizados pelas agências multilaterais FMI, BIRD, OMC , tem se difundido para os países em desenvolvimento. (Sassen, 2004:25)

O discurso crítico contemporâneo tem ressaltado, segundo Sassen, o caráter transnacional e hipermóvel do capital como um dos grandes responsáveis pelo sentimento de impotência entre os atores locais, um sentimento de futilidade da resistência. No entanto, ao enfatizar a cidade como lugar estratégico, sugere que a nova luta global nela situada é um terreno para a política e o compromisso. Na elaboração de um novo sistema urbano transnacional em cidades desconectadas da região e da nação, estão os germes, acredita a autora, de uma cidadania global (Sassen, 2004:23)

As demandas do capital e de quem os personifica tem se realizado na cidade global. Esses são os seus usuários por excelência. No outro extremo estão aqueles que, muitas vezes, lançam mão da violência política urbana para ter algumas demandas realizadas, mas muitas vezes não legitimadas, como as do capital global. Assim tem se dado a *luta pelo direito à cidade*, nos termos de Sassen:

“As disparidades, tanto vistas como vividas, entre as zonas urbanas glamurosas e as zonas urbanas de guerra se tornaram enormes. A extrema visibilidade da diferença é provável que contribua a um posterior endurecimento do conflito: a indiferença e a *codícia* (sic) das novas elites versus a desesperança e a ira dos pobres.” (...)

“A globalização é um processo que gera espaços contraditórios, caracterizados pelos conflitos, a diferenciação interna e os contínuos cruzamentos de limites. A cidade global é emblemática dessa condição. As cidades globais concentram uma parte desproporcionada do poder corporativo global e são um dos lugares chave para sua valorização. Mas também concentram uma parte desproporcionada dos desfavorecidos e são um dos lugares chave para sua desvalorização. Esta presença conjunta acontece em um contexto onde a globalização da economia tem crescido marcadamente e as cidades se tornaram estratégicas para o capital global; e as pessoas marginalizadas tem encontrado sua voz e realizam demandas sobre a cidade. Esta presença conjunta, portanto, é traída pelas crescentes disparidades entre elas. O centro agora concentra uma imensa quantidade de poder político e econômico, um poder que descansa na capacidade de controle global e na capacidade de produzir superlucros. E os atores com pouco poder econômico e com um poder político tradicional se tornaram uma forte presença através das novas políticas de cultura e identidade, e uma política transnacional emergente incorporada a nova geografia da globalização econômica. Ambos atores, cada vez mais transnacionais e em conflitos, encontram na cidade o terreno estratégico para suas operações. Mas dificilmente seja o terreno de um campo de jogo balanceado.” (Sassen, 2004:32)

Essas considerações acerca das possibilidades atuais no campo político das cidades globais dos países avançados estimulam a considerar a cidade como locus estratégico tanto do capital global quanto dos trabalhadores cada vez mais transnacionalizados. Esses atores têm na cidade global mais possibilidades de ganhar visibilidade e oportunidades de encontro que propiciem a elaboração de novas identidades, alteridades e subjetividades coletivas, de características globais. No entanto, destaca-se a idéia de que nenhuma das duas forças pode prescindir totalmente do Estado Nacional.

Vários autores têm apostado na emergência da sociedade e da cidadania globais (Ianni, Oliveira, Santos). Francisco de Oliveira está entre os que reconhecem que a elaboração de uma consciência mundial anticapitalista é um salto enorme, mas que no nosso caso ainda é uma elaboração de nível

extremamente alto. Oliveira ressalta também que o papel do Estado nacional ainda não está totalmente esgotado. Diz ele:

“Na hora da luta temos que encarar o problema do Estado Nacional, porque ele é o casulo que aprisiona esse movimento. Fica utópico, no sentido de inalcançável, pedir que se elabore agora uma estratégia internacional que passe por cima disso tudo, quando o espaço do Estado Nacional é aquele que está ao alcance dos recursos que cada setor tem. (...) O que está ao alcance deles [os setores subalternos] é o conflito com o Estado Nacional. Neste plano, podemos encontrar formas de obrigar o patrão a fazer isso ou aquilo, de obrigar a não discriminar sexualmente, mas não dá para passar por cima do Estado nacional.” (Oliveira, 2002:104)

A institucionalidade jurídica-política da democracia ainda pode, pelo conflito entre seus organismos em aberto, refletir algum comprometimento com os direitos dos cidadãos. Da própria luta política, dentro das regras do jogo vigentes, pode emergir um urbanismo democrático, no nível do poder local, que favoreça a movimentação de novas perspectivas utópicas dos cidadãos. Esse urbanismo democrático é sugerido por Vêras:

“Nesse contexto, buscando garantir um urbanismo democrático que dê conta das questões mais usuais do planejamento e gestão urbanos: o uso do solo, a legislação normativa e o zoneamento, planos de transporte e habitação, também se deve pensar em efeitos que diminuam a polarização social acentuada pelo aumento do desemprego, pela exclusão, pela crise fiscal e pelo declínio da noção do Estado do Bem-Estar Social; que se respeitem os espaços da memória, a alteridade, o direito ao território. Para tal, consideram-se importantes os mecanismos da *descentralização* e da *participação*.” (...)

“A noção-chave é a de poder local, permitindo a participação das lideranças locais e organizando a população em relação aos seus interesses. Interesses que não são só locais. Justamente aqui reside o núcleo das preocupações: ser competitivo internacionalmente sem abandonar os interesses locais, ou seja, conseguir fazer a gestão da metrópole global sem exclusão social” (Vêras, 1999:216-217).

Embora, a força diretiva no sentido do urbanismo democrático e da emancipação esteja nas “mãos” da sociedade”, tanto a sociedade civil como o Estado podem, *em determinadas circunstâncias*, elaborar, propor e efetivar mecanismos de participação. Sawaia sugere como ação necessária do poder público, quando o que está em causa é a emancipação, a preocupação em apanhar a “cartografia de desejos” manifesta na cidade - que é diversa nos seus vários territórios -, que seja levada em conta para o mapeamento da distribuição dos bens e serviços coletivos, sinalizando uma compreensão da condição excludente e segregada como um processo simultaneamente objetivo e subjetivo. Por outro lado, essa sugestão cabe também como instrumento político da sociedade civil no debate da esfera pública¹². O importante, de todo modo, segundo a autora é que

“Para compreender a cidade, “é preciso olhar através de seus fluxos vitais, isto é, da intimidade dos territórios tal como é vivida por seus moradores” (Sawaia: 1995:22)

A investigação urbana aqui realizada – mesmo que não deliberadamente - ensaiou uma aproximação com a “cartografia de desejos” do Jardim Felicidade, tendo como “norte” a questão do direito à cidade. A investigação procurou articular a construção desse território *periférico-hiperperiférico* tanto em relação às reminiscências de um padrão de crescimento periférico da cidade como em relação à “nova ordem mundial”, no contexto da globalização da economia, da era do globalismo, que, conforme expomos, ressignificou as relações entre Estado e Sociedade, local e global, público e privado, espaço e tempo, cotidiano e extraordinário. O objeto empírico demandou uma investitura teórica complexa e exigente, não exauridas neste trabalho, e que, por sua vez, demanda práticas políticas tanto quanto.

O uso da lente teórica multidimensional no percurso empírico e analítico proporcionado pelo objeto de estudos revelou uma dinâmica complexa e contraditória, cheia de ambigüidades e desafios apresentados a “cada esquina”

¹² A idéia de uma “cartografia dos desejos” tem uma referência importante em Sueli Rolnik. Cartografia Sentimental, transformações contemporâneas do desejo, S.Paulo, Estação Liberdade, 1989.

de apenas um território precário, segregado e excludente da cidade de São Paulo.

A análise exigiu a busca de uma categoria analítica que correspondesse ao desafio imposto pela empiria, o que resultou no encontro com o conceito de direito à *cidade*, que, por sua vez, se deparou com as noções de *espoliação urbana* e *hiperperiferia* como o seu contrário: território de múltiplas precariedades acumuladas e sobrepostas e que foram *ampliadas* e aprofundadas pela dificuldade de construção identitária, por *sociabilidades* fragilizadas e vulnerabilizadas, por *perspectivas utópicas* passivas e pela impotência da ação, caracterizando faces do viver na cidade global. Em contraponto, na senda investigativa, encontramos sugestões de (re)elaboração da nova cidadania ou cidadania ativa, em especial na dimensão subjetiva, que podem revelar o verso da subalternidade, através da emergência de uma nova cultura política, da possibilidade não só de ter direitos, mas de criá-los, inventá-los, alargando os caminhos em direção à radicalização democrática e participativa.

O Jardim Felicidade está à *espera do urbano*, daquilo que ele compreende imediatamente como o sendo – a posse do terreno, a urbanização, os serviços básicos; daquilo que ele promete ser através das políticas e intervenções mais abrangentes implementadas pelo poder público – um bairro integrado à cidade com mínima qualidade de vida –; daquilo que está subordinado no imaginário, nos desejos e sonhos, dos próprios moradores – o alcance efetivo da cidadania consagrada institucionalmente – e, por que não, do que está no imaginário coletivo em vários outros *lugares* da cidade, que pensam e constroem, por meio de “grandes” e “pequenas” experiências democráticas e solidárias, tanto a nova cidadania como o (novo) urbano como totalidade.

O embate das utopias de cidade está na espera do resgate e fortalecimento de uma esfera pública mais vigorosa, que forneça o lócus privilegiado para a tensão política conflitiva, mas democrática e participativa, das forças sociais, para dizer o mínimo de uma sociedade civil forte, que

possa, dessa forma reelaborar as feições da sociedade política. A investigação científica pode e deve contribuir muito para esse embate.

E aí, retornamos ao ponto de partida deste trabalho que, inspirado em Lefèbvre, tem no *urbano*, muito mais que um lugar determinado na divisão social do trabalho, mas fundamentalmente, o lugar do encontro, da diversidade, do conhecimento científico, da técnica, da obra de arte e da sua fruição, da festa, da participação no poder político, enfeixando uma realização utópica, com forte significado qualitativo.

Dessa forma, o habitar pode recuperar a plenitude do significado de morar e governar, em que se troca e se pratica a sociabilidade urbana, desde o cotidiano, recuperando-se, dialeticamente, a perspectiva da totalidade da cidade: a base-prático sensível (morfologia) e o (novo) modo de vida urbano. A cidade se realiza, assim, como lugar da práxis social.

O alcance do direito a uma feliz-cidade que percorremos neste trabalho, está banhada pela conquista do (novo) urbano, como caminho e não só como chegada. Um caminho que deve ter como um dos seus guias, o conhecimento dos matizes da anti-utopia e a vigilância do trabalho competente dos *capatazes do cativo* das utopias emancipatórias. Já nos advertia Gramsci da importância da compreensão da missão do adversário para o traçar da estratégia política da hegemonia emancipadora.

O direito a uma feliz-cidade, foi assim nomeado, por fim, para que, ao se vislumbrar a enormidade do caminho à frente, com utopias mais ou menos realizáveis, mais ou menos abrangentes, seja através de acesso à direitos já consagrados ou através de novos direitos conquistados pela (nova) cidadania, não se negligencie a indispensável articulação da multidimensionalidade espaço-temporal, como exigência de leitura da cidade e sociedade global contemporânea. O direito a uma feliz cidade foi assim nomeado para sugerir àqueles que sonham, desejam, sofrem, pensam e constroem, dia-após-dia a cidade mais justa, igualitária, democrática, solidária e *urbana*, - para não se esquecerem da alegria, do prazer, da beleza – contraditórias - das

experiências vividas ao longo desse processo construtivo, usufruídas *durante* e não só como recompensa final. Não há como não emergir dessa *práxis*, a felicidade pública.

ANEXO

CAP . II – Direito à uma Feliz-cidade: Habitat e Identidade Territorial

Tabela 1

Onde morava antes de vir para cá? Zona

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1 Norte	124	61,1	61,1	61,1
2 Noroeste	9	4,4	4,4	65,5
3 Centro	3	1,5	1,5	67,0
4 Oeste	2	1,0	1,0	68,0
5 Leste	11	5,4	5,4	73,4
6 Sul	5	2,5	2,5	75,9
7 Sudeste	1	,5	,5	76,4
8 Outras cidades e Estados	48	23,6	23,6	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Tabela 2

Onde morava antes de vir para cá? Distrito

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1 Jaçanã	28	13,8	13,8	13,8
2 Tremembé	41	20,2	20,2	34,0
3 Freguesia do Ó	4	2,0	2,0	36,0
4 São Miguel Paulista	2	1,0	1,0	36,9
5 Santana	8	3,9	3,9	40,9
6 Ipiranga	1	,5	,5	41,4
7 Tucuruvi	13	6,4	6,4	47,8
8 Vila Medeiros	22	10,8	10,8	58,6
9 Cidade Dutra	1	,5	,5	59,1
10 Brasilândia	3	1,5	1,5	60,6
11 Santo Amaro	2	1,0	1,0	61,6
12 Mandaqui	1	,5	,5	62,1
13 Ipiranga	1	,5	,5	62,6
14 Casa Verde	2	1,0	1,0	63,5
15 Capão Redondo	2	1,0	1,0	64,5
16 Bom Retiro	1	,5	,5	65,0
17 Cachoeirinha	2	1,0	1,0	66,0
18 Vila Maria	7	3,4	3,4	69,5
19 Itaquera	1	,5	,5	70,0
20 Parí	1	,5	,5	70,4
21 Vila Matilde	3	1,5	1,5	71,9
22 Cidade Tiradentes	1	,5	,5	72,4
23 Jaraguá	1	,5	,5	72,9
24 Jardim Paulista	1	,5	,5	73,4
25 Pirituba	1	,5	,5	73,9
26 Santa Cecília	1	,5	,5	74,4
27 Aricanduva	1	,5	,5	74,9
28 Tatuapé	1	,5	,5	75,4
29 Outras cidades e Estados	50	24,6	24,6	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Tabela 3

Por que saiu de lá?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	porque não consegui mais pagar aluguel	87	42,9	43,7	43,7
	porque surgiu a oportunidade de comprar a casa própria	61	30,0	30,7	74,4
	Para trabalhar/Procurar emprego	5	2,5	2,5	76,9
	Trocou a casa e pôs mais dinheiro	1	,5	,5	77,4
	Acompanhar o marido/Família	9	4,4	4,5	81,9
	Procurava local para invadir/Ficou sabendo da invasão	6	3,0	3,0	84,9
	Porque casou/Juntou-se	10	4,9	5,0	89,9
	Por problemas com a família (Marginalidade, doença, morte..)	11	5,4	5,5	95,5
	Morava longe de tudo/Queria mudar de bairro/Cidade	3	1,5	1,5	97,0
	Porque aqui o aluguel é mais barato	2	1,0	1,0	98,0
	Casa foi desapropriada/Vendida pelos donos	2	1,0	1,0	99,0
	Queria morar sozinho	1	,5	,5	99,5
	Comprou terreno para investir mas não mora no bairro	1	,5	,5	100,0
	Total	199	98,0	100,0	
Missing	0	4	2,0		
Total		203	100,0		

Tabela 4**Há quanto tempo mora aqui?**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 0 a 12 meses (0 a 1 ano)	14	6,9	6,9	6,9
13 a 36 meses (1,1 a 3 anos)	35	17,2	17,2	24,1
37 a 72 meses (3,1 a 6 anos)	71	35,0	35,0	59,1
73 a 108 meses (6,1 a 9 anos)	63	31,0	31,0	90,1
109 meses a 240 meses (9,1 anos e mais)	20	9,9	9,9	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Tabela 5**Quem construiu a casa?**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Ajuda da família/parentes/amigos	97	47,8	49,2	49,2
Contratando mão de obra	61	30,0	31,0	80,2
Antigo proprietário	14	6,9	7,1	87,3
Não sabe	12	5,9	6,1	93,4
O dono	5	2,5	2,5	95,9
O marido/A própria família/Eu mesmo	7	3,4	3,6	99,5
não se aplica	1	,5	,5	100,0
Total	197	97,0	100,0	
Missing 0	6	3,0		
Total	203	100,0		

Tabela 6**O que você acha ou sabe alguma coisa sobre a ocupação de moradias que atinge a Serra da Cantareira?**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 0	3	1,5	1,7	1,7
1 sim	1	,5	,6	2,2
2 não sei	176	86,7	97,8	100,0
Total	180	88,7	100,0	
Missing 99	1	,5		
System	22	10,8		
Total	23	11,3		
Total	203	100,0		

Tabela 7**com relação à sua moradia, você é:**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Proprietário (com contrato particular)	111	54,7	54,7	54,7
	Proprietário (pq. comprou mas sem contrato)	22	10,8	10,8	65,5
	ocupante/invasão	52	25,6	25,6	91,1
	locatário	14	6,9	6,9	98,0
	outros	4	2,0	2,0	100,0
	Total	203	100,0	100,0	

Tabela 8**A laje é para:**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	para futura moradia (para a família ou para alugar)	69	34,0	34,0	34,0
	para fazer mais cômodos	66	32,5	32,5	66,5
	para lazer	11	5,4	5,4	71,9
	é mais seguro; porque roubam as telhas	9	4,4	4,4	76,4
	não sabe; comprou assim	3	1,5	1,5	77,8
	outros	4	2,0	2,0	79,8
	não se aplica	41	20,2	20,2	100,0
	Total	203	100,0	100,0	

Tabela 9**Os Recursos Financeiros para comprar vieram de:**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sacrifício da família/economia	93	45,8	45,8	45,8
	Empréstimos de parentes/amigos	6	3,0	3,0	48,8
	Uso de indenização de trabalho	10	4,9	4,9	53,7
	Invasão/não comprou	9	4,4	4,4	58,1
	outros	26	12,8	12,8	70,9
	Não se aplica	59	29,1	29,1	100,0
	Total	203	100,0	100,0	

Tabela 10.1

Group \$Q491 Principais Despesas Orçam. (1)
(Value tabulated = 1)

Dichotomy label	Name	Count	Pct of Responses	Pct of Cases
Principais despesas do orçamento familia	Q49_1	195	51,6	97,0
Principais despesas do orçamento familia	Q49_2	8	2,1	4,0
Principais despesas do orçamento familia	Q49_3	81	21,4	40,3
Principais despesas do orçamento familia	Q49_4	18	4,8	9,0
Principais despesas do orçamento familia	Q49_5	28	7,4	13,9
Principais despesas do orçamento familia	Q49_6	7	1,9	3,5
Principais despesas do orçamento familia	Q49_7	2	,5	1,0
Principais despesas do orçamento familia	Q49_8	11	2,9	5,5
Principais despesas do orçamento familia	Q49_9	2	,5	1,0
Principais despesas do orçamento familia	Q49_10	1	,3	,5
Principais despesas do orçamento familia	Q49_11	18	4,8	9,0
Principais despesas do orçamento familia	Q49_12	4	1,1	2,0
Principais despesas do orçamento familia	Q49_13	3	,8	1,5
Total responses		378	100,0	188,1

2 missing cases; 201 valid cases

Tabela 10.2

Group \$Q492 Principais Despesas Orçam. (2)
(Value tabulated = 2)

Dichotomy label	Name	Count	Pct of Responses	Pct of Cases
Principais despesas do orçamento familia	Q49_1	5	,5	2,6
Principais despesas do orçamento familia	Q49_2	95	9,2	49,5
Principais despesas do orçamento familia	Q49_3	87	8,4	45,3
Principais despesas do orçamento familia	Q49_4	78	7,5	40,6
Principais despesas do orçamento familia	Q49_5	69	6,7	35,9
Principais despesas do orçamento familia	Q49_6	86	8,3	44,8
Principais despesas do orçamento familia	Q49_7	91	8,8	47,4
Principais despesas do orçamento familia	Q49_8	83	8,0	43,2
Principais despesas do orçamento familia	Q49_9	92	8,9	47,9
Principais despesas do orçamento familia	Q49_10	92	8,9	47,9
Principais despesas do orçamento familia	Q49_11	78	7,5	40,6
Principais despesas do orçamento familia	Q49_12	87	8,4	45,3
Principais despesas do orçamento familia	Q49_13	91	8,8	47,4
Total responses		1034	100,0	538,5

11 missing cases; 192 valid cases

Tabela 10.3

Group \$Q493 Principais Despesas Orçam. (3)
(Value tabulated = 3)

Dichotomy label	Name	Count	Pct of Responses	Pct of Cases
Principais despesas do orçamento familia	Q49_3	14	19,7	19,7
Principais despesas do orçamento familia	Q49_4	8	11,3	11,3
Principais despesas do orçamento familia	Q49_5	22	31,0	31,0
Principais despesas do orçamento familia	Q49_6	7	9,9	9,9
Principais despesas do orçamento familia	Q49_8	12	16,9	16,9
Principais despesas do orçamento familia	Q49_10	1	1,4	1,4
Principais despesas do orçamento familia	Q49_11	7	9,9	9,9
Total responses		71	100,0	100,0

132 missing cases; 71 valid cases

Tabela 11

Sentimento em relação à irregularidade da sua moradia:

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
Sinto insegurança por não ter a propriedade definitiva	101	49,8	58,0	58,0
Está ilegal, por que é difícil cumprir a lei	44	21,7	25,3	83,3
Fomos enganados e temos que lutar pelo que é nosso	2	1,0	1,1	84,5
é nosso direito, pois não temos onde morar	9	4,4	5,2	89,7
Sente-se bem porque a Prefeitura já vai regularizar	14	6,9	8,0	97,7
Não sou o dono	2	1,0	1,1	98,9
Sente-se segura porque tem fé em Deus	2	1,0	1,1	100,0
Total	174	85,7	100,0	
Missing				
System	29	14,3		
Total	203	100,0		

Tabelas 12

Compare sua Condição de Vida na Infância/Adolescência com a atual

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	melhor que hoje	55	27,1	27,2	27,2
	igual	42	20,7	20,8	48,0
	pior que hoje	105	51,7	52,0	100,0
	Total	202	99,5	100,0	
Missing	0	1	,5		
Total		203	100,0		

Tabela 13

Compare seu Local de Moradia na Infância/Adolescência com o atual

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	melhor que hoje	55	27,1	27,2	27,2
	igual	44	21,7	21,8	49,0
	pior que hoje	103	50,7	51,0	100,0
	Total	202	99,5	100,0	
Missing	0	1	,5		
Total		203	100,0		

Tabela 14

Qual é a situação atual do Loteamento?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não está em processo de regularização fundiária (Lote Legal)	3	1,5	1,5	1,5
	está em processo de urbanização/regularização (Lote Legal)	95	46,8	46,8	48,3
	não sei	105	51,7	51,7	100,0
Total		203	100,0	100,0	

Tabela 15**Como você caracteriza o seu bairro?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	bom para morar	147	72,4	73,1	73,1
	é muito distante de tudo	11	5,4	5,5	78,6
	é inseguro, violento	40	19,7	19,9	98,5
	Não tem opção; é por necessidade	1	,5	,5	99,0
	Regular	2	1,0	1,0	100,0
	Total	201	99,0	100,0	
Missing	0	2	1,0		
Total		203	100,0		

Tabela 16**Porque não deseja mudar de bairro?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	comprou com sacrifício; está bem onde mora	94	46,3	46,3	46,3
	foi aqui que foi possível comprar/morar	45	22,2	22,2	68,5
	Acho que o bairro vai melhorar	16	7,9	7,9	76,4
	outros	7	3,4	3,4	79,8
	não se aplica	41	20,2	20,2	100,0
	Total	203	100,0	100,0	

Tabela 17**Como você acha que seu bairro é visto pelos outros?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 Bem visto	15	7,4	7,4	7,4
	2 Mal visto	95	46,8	46,8	54,2
	3 Nem mal nem bem visto	33	16,3	16,3	70,4
	4 não sabe	60	29,6	29,6	100,0
	Total	203	100,0	100,0	

Tabela 18

Você acha que seu bairro está bem integrado na região do Tremembé/Jaçanã?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	145	71,4	72,5	72,5
	não	37	18,2	18,5	91,0
	mais ou menos	18	8,9	9,0	100,0
	Total	200	98,5	100,0	
Missing	0	3	1,5		
Total		203	100,0		

Tabela 19

Que lugar da região é mais central?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Jaçanã	161	79,3	80,5	80,5
	Tremembé	15	7,4	7,5	88,0
	Santana	14	6,9	7,0	95,0
	Tucuruvi	10	4,9	5,0	100,0
	Total	200	98,5	100,0	
Missing	System	3	1,5		
Total		203	100,0		

Tabela 20

Você acha que seu bairro faz parte da cidade, está bem integrado à cidade de São Paulo?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	91	44,8	44,8	44,8
	não	41	20,2	20,2	65,0
	em parte	31	15,3	15,3	80,3
	não sei	40	19,7	19,7	100,0
	Total	203	100,0	100,0	

Tabela 21**Qual é o seu prejuízo por seu bairro ser mal visto?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	No relacionamento com os familiares, amigos e colegas	31	15,3	15,3	15,3
	Na procura de trabalho	7	3,4	3,4	18,7
	Afeta sua dignidade, sua auto-estima	31	15,3	15,3	34,0
	Não afeta ou prejudica em nada	9	4,4	4,4	38,4
	Afeta os adolescentes e filhos, por vergonha/preconceito	4	2,0	2,0	40,4
	Outros	7	3,4	3,4	43,8
	Não se aplica	114	56,2	56,2	100,0
	Total	203	100,0	100,0	

Tabela 22**Você teve uma preocupação em saber como ficaria o bairro antes de construir a sua casa?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	72	35,5	36,5	36,5
	Não	110	54,2	55,8	92,4
	Um pouco	10	4,9	5,1	97,5
	99	5	2,5	2,5	100,0
	Total	197	97,0	100,0	
Missing	0	6	3,0		
Total		203	100,0		

Tabela 23**Se sim, qual foi ela, em primeiro lugar?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	com o lugar, que era bastante precário	39	19,2	19,9	19,9
	planta do loteamento	7	3,4	3,6	23,5
	previsões de equipamentos coletivos	2	1,0	1,0	24,5
	medo da violência	17	8,4	8,7	33,2
	Medo de perder a casa pela não regularização ou reintegração	14	6,9	7,1	40,3
	Ter o teto para morar	1	,5	,5	40,8
	não se aplica	116	57,1	59,2	100,0
	Total	196	96,6	100,0	
Missing	0	7	3,4		
Total		203	100,0		

Tabela 24**A entrada do bairro no Lote Legal, O que significa?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ter domicílio regulamentado (nome de rua, cep)	28	13,8	13,9	13,9
	Ter IPTU, garantia da minha propriedade	50	24,6	24,8	38,6
	Ter garantia de que os serviços públicos virão	5	2,5	2,5	41,1
	Ter reconhecimento da cidade	2	1,0	1,0	42,1
	não sei	18	8,9	8,9	51,0
	Depende do local do lote, se tem dono; pode ser positivo ...	1	,5	,5	51,5
	não se aplica	98	48,3	48,5	100,0
	Total	202	99,5	100,0	
Missing	System	1	,5		
Total		203	100,0		

Tabela 25

Para quem acha que é mal visto: Você acha que isto lhe prejudica em alguma coisa?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	1	,5	1,0	1,0
	sim	74	36,5	71,8	72,8
	não	28	13,8	27,2	100,0
	Total	103	50,7	100,0	
Missing	99	100	49,3		
Total		203	100,0		

Anexo

Capítulo III - Direito a uma feliz-cidade: uma (nova) sociabilidade urbana

Tabela 1

Já enfrentou alguma situação de discriminação ou racismo?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid pela aparência (altura), peso,etc.	5	2,5	2,5	2,5
Não	165	81,3	81,3	83,7
por ser negro(a) e nordestino(a)	4	2,0	2,0	85,7
por ser mulher (casamento, filhos, gravidez,etc)	8	3,9	3,9	89,7
por ser pardo(a) ou negro(a)	7	3,4	3,4	93,1
por ter baixa escolaridade	3	1,5	1,5	94,6
pela condição de empregada doméstica	3	1,5	1,5	96,1
outros	5	2,5	2,5	98,5
Não se aplica	3	1,5	1,5	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Tabela 2

Trabalho de filho: menos de 14 anos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Não se aplica	202	99,5	100,0	100,0
Missing System	1	,5		
Total	203	100,0		

-

Tabela 3

Trabalho de filho: menos de 16 anos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ajudante de pintor	1	,5	,5	,5
	Entregador de pães a domicilio	1	,5	,5	1,0
	Balconista de loja	1	,5	,5	1,5
	Não se aplica	200	98,5	98,5	100,0
	Total	203	100,0	100,0	

Tabela 4

Interfere nos estudos dele?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	2	1,0	1,0	1,0
	Não	2	1,0	1,0	2,0
	Não se aplica	198	97,5	98,0	100,0
	Total	202	99,5	100,0	
Missing	0	1	,5		
	Total	203	100,0		

Tabela 5. 1

Q112_2 No último ano você recebeu alguma ajuda de: Serviço Social (PMSP)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 sim	15	7,4	7,4	7,4
	2 não	187	92,1	92,6	100,0
	Total	202	99,5	100,0	
Missing	0	1	,5		
	Total	203	100,0		

Tabela 5.2

Q120 Se mencionou a Assistência Social da PMSP (na 112 ou 115), você teve alguma orientação que possibilite a saída da situação atual?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 sim	2	1,0	1,0	1,0
	2 não	3	1,5	1,5	2,5
	9	1	,5	,5	3,0
	99 não se aplica	194	95,6	97,0	100,0
	Total	200	98,5	100,0	
Missing	0	3	1,5		
Total		203	100,0		

Tabela 5.3

Q121 Se mencionou a Assistência Social da PMSP (na 112 ou 115), o que significou para você este auxílio?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	2 é uma grande ajuda para quem precisa	4	2,0	2,0	2,0
	3 é muito pouco	1	,5	,5	2,5
	99 não se aplica	195	96,1	97,5	100,0
	Total	200	98,5	100,0	
Missing	0	3	1,5		
Total		203	100,0		

ESTUDO QUALITATIVO SOCIOAMBIENTAL - Anexo - Cap.IV - Tabela 1
PÓS-URBANIZAÇÃO - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

LOTEAMENTO: JOVA RURAL

AMOSTRA QUALITATIVA

IDOSO	ADULTO	ADOLESCENTE	FORM. OPINIÃO	TOTAL
43	295	104	6	448

Conceito e Percepção sobre Meio Ambiente

População	Água	Animais	Lixo	Cidade	Flores	Polição	Não Sabe	Ser humano	Outros
Idoso	12	4	9	2	24	6	4	5	0
Adulto	109	42	60	34	180	46	22	28	0
Adolescente	39	22	16	9	60	16	6	15	0
Formador de opinião	5	2	0	0	6	0	0	3	0
Total	165	70	85	45	270	68	32	51	0
Porcentagem total	36,83	15,63	18,97	10,04	60,27	15,18	7,14	11,38	0,00

Problemas Ambientais do seu bairro

Desmatamento	Alagamento	Boca de lobo entupida	Polição ar	Acúmulo lixo	Córrego	Polição sonora	Esgoto	Ausência lazer	Ausência verde	Não Sabe	Outros
1	5	12	5	9	4	4	5	15	5	4	0
18	12	79	49	120	35	15	48	161	42	11	0
13	4	27	24	37	12	7	24	47	8	6	0
2	2	4	3	5	0	0	3	5	3	0	0
34	23	122	81	171	51	26	80	228	58	21	0
7,59	5,13	27,23	18,08	38,17	11,38	5,80	17,86	50,89	12,95	4,69	0,00

Diminuição dos problemas ambientais do seu bairro

Fiscalização pelos moradores	Campanhas educativas	Colocação lixeiras	Ação prefeitura	Campanhas escolas	Coleta seletiva	Arborização	Cuidados Individuais	Mutirão	Não Sabe
12	4	1	19	2	5	2	3	9	5
86	54	34	142	35	37	33	46	60	22
22	23	17	42	16	15	15	21	20	8
3	5	1	1	5	4	2	3	1	0
123	86	53	204	58	61	52	73	90	35
27,46	19,20	11,83	45,54	12,95	13,62	11,61	16,29	20,09	7,81

Obras e melhorias implantadas no seu bairro pelo Programa Lote Legal

Pavimentação	Praças parquinhos	Rede elétrica	Rede esgoto	Rede drenagem	Arborização jardins	Canalização	Outros	Não Sabe
27	1	30	25	18	1	3	0	4
227	2	224	220	88	1	14	0	12
71	0	64	61	29	0	2	0	15
6	0	6	6	6	0	3	0	0
331	3	324	312	141	2	22	0	31
73,88	0,67	72,32	69,64	31,47	0,45	4,91	0,00	6,92

ESTUDO QUALITATIVO SOCIOAMBIENTAL - Anexo - Cap.IV - Tabela 1
PÓS-URBANIZAÇÃO - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

LOTEAMENTO: JOVA RURAL

Participou de atividades educativas com a equipe do Programa Lote Legal

Sim	Não	Reunião de entrada de classe	Reuniões regfundária	Distribuição	Reuniões educativas	Reuniões projetos	Orientações serviços	Recebimento materiais
12	29	4	5	3	1	4	2	2
87	202	55	37	0	14	14	10	3
3	101	3	2	0	0	0	0	1
4	2	4	4	0	0	0	1	2
106	334	66	48	3	15	18	13	8
23,66	74,55	62,26	45,28	2,83	14,15	16,98	12,26	7,55

Compromisso e Participação

População	Sim	Não	Participando de eventos	Falando com o vizinho	Cuidando do meu próprio espaço	Não Sabe	Campanhas sobre lixo	Participando de associação de moradores	Sendo representante de rua	Participando de reuniões comunitárias, palestras, oficinas	Distribuindo material educativo/panfletos	Outros
Idoso	18	25	1	0	2	0	2	6	0	8	1	0
Adulto	168	120	33	16	26	5	26	39	9	52	11	0
Adolescente	56	48	17	12	15	1	9	4	2	10	7	0
Formador de opinião	3	3	3	1	1	0	2	0	0	2	1	0
Total	245	196	54	29	44	6	39	49	11	72	20	0
Porcentagem total	54,69	43,75	22,04	11,84	17,96	2,45	15,92	20,00	4,49	29,39	8,16	0,00

Em seu bairro ocorreram construções em áreas de risco e impróprias?

Sim	Não	Encostas	Beira de Córrego	Áreas verdes	Próximo às faixas de alta tensão	Não Sabe	Outros
33	9	27	3	2	1	1	0
230	57	207	20	18	0	6	0
73	31	58	5	11	0	2	0
5	1	5	0	3	0	1	0
341	98	297	28	34	1	10	0
76,12	21,88	87,10	8,21	9,97	0,29	2,93	0,00

Você identifica alguma ação implantada no bairro para resolver estes problemas?

Sim	Não	Remoção de Famílias	Plantio de árvores	Jardim	Sinalização e placas	Praças	Parquinho	Orientações	Não Sabe	Outros
20	22	13	1	0	2	1	1	5	2	0
157	126	124	2	0	15	1	1	33	16	0
40	61	27	1	0	4	0	0	5	4	0
5	1	5	2	0	2	0	1	1	1	0
222	210	169	6	0	23	2	3	44	23	0
49,55	46,88	76,13	2,70	0,00	10,36	0,90	1,35	19,82	10,36	0,00

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo (org.) (2004). *A participação em São Paulo*, São Paulo, Ed. Unesp, 470p

AVRITZER, RECAMÁN, VENTURI (2003) *O associativismo na cidade de São Paulo*, Belo Horizonte, in <http://www.democraciaparticipativa.org/index.htm>, relatório de pesquisa.

BENEVIDES, Maria Victoria de M. (1994) *Cidadania e Democracia*, In Lua Nova, Revista de Cultura e Política, no. 32, p. 5-16

BENEVIDES, Maria Victoria de M. (1998) *A Cidadania Ativa – Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular*, São Paulo, 3ª. Edição, Ática, ensaios 136

BONDUKI, N. & ROLNIK, R. 1979) *Periferia da Grande São Paulo: Reprodução do Espaço como expediente de reprodução da força de trabalho*, In: ROLNIK E MARICATO - A produção da casa e da Cidade no Capitalismo, S.Paulo, Alfa-Ômega, 1979

BONDUKI, Nabil. (2001) *Depoimento [periferia]-* Revista espaço & debates, no.42, 2001, p. 96-116

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio Caldeira. (1984) *A política dos outros - O cotidiano dos Moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*, São Paulo, brasiliense, 300p.

CARLOS, Ana Fani A. (1999). *São Paulo: a anti-cidade?* In Souza e al (orgs) *Metrópole e Globalização – Conhecendo a cidade de São Paulo*, São Paulo, Cedesp, P. 80-92

CARLOS, Ana Fani Alessandri (2004). *O Direito à Cidade e a construção de uma metageografia* IN: *O Espaço Urbano. Novos Escritos sobre a Cidade*, São Paulo, Contexto

CARVALHO, Mônica de. (2000) *Cidade Global : anotações críticas de um conceito*. In *São Paulo em Perspectiva*, Revista da Fundação Seade, volume 14, nº4/out-dez/2000 (Tema: Metrópole & Globalização)

CASTEL, Robert (1999). *As metamorfoses da Questão Social – Uma crônica do salário*, 2ª. Ed, Petrópoles, Vozes (1998)

CASTELLS, Manuel. (1999) *A Sociedade em Rede*. Rio de Janeiro, Paz e Terra

CRITELLI, Dulce – (2003) *Morar é mais que ocupar um espaço* – entrevista do boletim eletrônico *Livrariaculturanews*, , n. 110, agosto de 2003.

CRITELLI, Dulce – (2003) *Morar, cuidar, ser* In: Folha de São Paulo, Caderno Equilíbrio, 29 de maio de 2003, espaço “Outras idéias”, p. 12

DAGNINO, Evelina (1994) (org.) *Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1994

DEMO, Pedro (2001) *Cidadania pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil*, Campinas, Autores Associados, Coleção Polêmicas do nosso tempo, p. 118

ENGELS, F. (1979) *Contribuição para o problema da moradia* In MARX, Karl & ENGELS, Friedrich, Textos 2, Edições sociais, 1979

EUFRÁSIO, Mário (1999) *Estrutura Urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)*, São Paulo, Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, Editora 34

FERNANDES, Florestan (1987). *A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*, 3ª. Ed, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 413p.

FERRARA, Lucrécia . (1999) *São Paulo, Brasil: da imagem local à identidade global*, IN I Souza et alli. *Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*, Ed. Cedesp, São Paulo, pp. 42-56

FIX, Mariana. (2001) *Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*, São Paulo, Boitempo

GIANETTI, Eduardo (2002) *Felicidade: diálogos sobre o bem-estar na civilização*, São Paulo, Companhia das Letras.

GOMES, Jerusa V.(1995) *Família: cotidiano e luta pela sobrevivência* In Carvalho, M.Carmo (org.) *A Família contemporânea em debate*, São Paulo, Cortez e Educ, p.61-72

HARVEY, David. (1999) *A condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. trad. Adail U.Sobral e Maria Stela Gonçalves, 8ªed, S.Paulo, Loyola, 349p.

HINKELAMMERT, Franz J. (1995) *El cautiverio de la utopía: las utopías conservadoras del capitalismo actual, el neoliberalismo y el espacio para alternativas in: Cultura de la Esperanza y Sociedad sin Exclusion*. San José-Costa Rica, Dei, 1995, p.179-209 (tradução livre para fins acadêmicos)

IANNI, Octavio. (1999). *A Era do Globalismo*, 2ª. Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, (1ª. Ed. 1996)

IANNI, Octavio. (1992). *A idéia de Brasil Moderno* (mimeo).

KOGA, Dirce H. (2003) *Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*, São Paulo, Cortez

KOWARICK, Lúcio. (1994), *As lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo* (introd.) IN Kowarick (org), *AS LUTAS SOCIAIS E A CIDADE* , passado e presente, , 2ª. Ed, ver e atualizada, Rio de Janeiro, Paz e Terra

KOWARICK, Lúcio (1993) – *A Espoliação Urbana*, 2ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993

KOWARICK, Lúcio (2000) – *Escritos Urbanos*, ed. 34, fotografias de Tomás Rezende, 144p.

KOWARICK, Lúcio (2002) - *Viver em Risco: Sobre a vulnerabilidade no Brasil Urbano* IN Novos Estudos Cebrap , no. 63, julho de 2002, p.9 – 30

KOWARICK, Lúcio e BONDUKI, Nabil – *Espaço Urbano e Espaço Político: do populismo à redemocratização* IN *Lutas Sociais e a cidade*, São Paulo – Passado e Presente, 2ª. Edição revista e ampliada, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994

LEFÈBVRE, Henri Lefebvre. (1969). *O Direito à Cidade*, Ed. Documentos, Sp, 1969, tradução de T.C. Neto

LEITE, José Corrêa.(1998). *Sujeitos e Utopias no Capitalismo Tardio* in Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 12, nº 2, abril-junho de 1998, p. 77-91

LÖWY, Michel (2000) *Marxismo e Utopia* IN Löwy, Bensaïd (orgs) *Marxismo, Modernidade, Utopia*, São Paulo, Xamã

LÖWY, Michel (2004) *Por uma cultura da solidariedade e da esperança*. IN Moraes, Denis (org.) *Combates e Utopias – Os intelectuais num mundo em crise*, Rio de Janeiro, Ed. Record, p. 373-376

MACEDO, Carmem Cinira (1979). *A Reprodução da Desigualdade*, São Paulo, Hucitec, 1979

MARICATO, Ermínia. (2000). *Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado – Metrôpoles Brasileiras*, Revista São Paulo em Perspectiva, Vol. 14/no. 4/out-dez 2000

MARICATO, Ermínia (1979). *A autoconstrução na Periferia*, in: *A produção da Casa e da Cidade sob o capitalismo*, SP, Alfa-ômega, 1979,

MARICATO, Ermínia. (1999). *Metrópole de São Paulo, entre o arcaico e a pós-modernidade*, in : Souza et al (orgs) *Metrópole e Globalização: Conhecendo a Cidade de São Paulo*, São Paulo: Editora CEDESP, 1999, p. 140-150

MARTINS, José de Souza. (1997) – *Exclusão Social e a nova desigualdade*. São Paulo, Paulus, (introdução)

MARTINS, José de Souza (2001). *Depoimento*. Revista Espaço & Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, Ano XVII, no. 42 P. 75-84

MATOS, OLGÁRIA (1995) *Amor e cidade, amor na cidade: Walter Benjamin* IN Magalhães, M.C. (org). Na sombra da cidade, São Paulo, ed. Escuta, coleção ensaios, p. 13-32

MAUTER, Ana Verônica. *A sombra das cidades ou vivendo dos excessos* IN Magalhães, M.C. (org). Na sombra da cidade, São Paulo, ed. Escuta, coleção ensaios, p. 45-62

MELLO, Sylvia L.(1995) *Família, perspectiva teórica e observação factual* IN Carvalho, M.Carmo (org.) A Família contemporânea em debate, São Paulo, Cortez e Educ, p.51-60

MORI, Gisela M. (2000). *Organização Popular e Políticas Públicas: A luta da Associação Unificadora de Loteamentos da Zona Leste de São Paulo por regularização fundiária e saneamento básico – 1992/1999*, Dissertação de Mestrado, Serviço Social, PUC-SP, 2000

NOGUEIRA, Marco A. (2004) *Os intelectuais, a política e a vida* IN Denis (org.) Combates e Utopias – Os intelectuais num mundo em crise, Rio de Janeiro, Ed. Record, p. 357-372

OLIVEIRA, Francisco. (1995). *A questão do Estado: Vulnerabilidade e carência social*, cadernos abong, no.8, junho de 1995

OLIVEIRA, Francisco de. (1999) . *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal*, In: Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global, Petrópolis, Vozes, 2ª. Edição, 1999 p. 55-82

OLIVEIRA, Francisco (2003) O Estado e a Exceção – ou o Estado de Exceção? –In Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 5, no.1, p. 9-14

OLIVEIRA, Francisco (2002) *O trabalho abstrato e as novas formas de conflito* (entrevista), IN LOUREIRO, LEITE, CEVASCO (orgs.) O Espírito de Porto Alegre, São Paulo, Paz e Terra, p.91-108

PAUGAM, Serge (1999) Abordagem Sociológica da Exclusão IN Vêras, M. (ed) Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam, São Paulo, educ, 1999, p. 49-125

OSÓRIO, Letícia. (2002) . *Relatório da Sociedade Civil sobre o Direito à Moradia*. FNRU – Fórum Nacional de Reforma Urbana.

PRADO JR, Caio. (1987) *Formação do Brasil Contemporâneo* - Colônia, 20^a.ed, Brasiliense, 1987, 390p.

RATTNER, Henrique (2005). *Pelo resgate da Utopia*. Revista Espaço Acadêmico , nº 46, março de 2005, mensal ISSN 15, (conforme site: www.espacoacademico.com.br/046/46rattner.htm)

RODRIGUES, Arlete Moysés (1999). *As novas articulações e formas de pressão da sociedade civil na metrópole* in: Souza et all (orgs) *Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*, Ed. Cedesp, São Paulo, pp. 130-139

ROLNIK, Raquel. (1997). *A Cidade e a Lei – Legislação, Política Urbana e Territórios na cidade de São Paulo*, 2^a. ed., São Paulo, Citódio no, 1997

ROLNIK, Raquel. (2000). *São Paulo*, Publifolha, São Paulo.

ROLNIK, Sueli (1995) *À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia*, Magalhães, M.C. (org). Na sombra da cidade, São Paulo, ed. Escuta, coleção ensaios, p. 141-170

SADER, Eder (1995) *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*, 2^a. Edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra (1^a. Edição 1988)

SARTI, Cynthia A. (1995). *Família e individualidade: um problema moderno* In Carvalho, M.Carmo (org.) *A Família contemporânea em debate*, São Paulo, Cortez e Educ, p 39-50

SARTI, Cynthia A. (1999). *Família e Jovens no horizonte das ações* IN : Revista Brasileira de Educação, São Paulo, no. 11, maio-agosto de 1999, p. 99-109

SÁNCHEZ, Félix. (2004) *OP: trajetória paulistana de uma invenção democrática (2001/2003)*, tese de doutoramento, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais PUC-SP

SANTOS, Boaventura de Sousa . (1995) *Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*, São Paulo, Cortez editora

SANTOS, Boaventura de Souza (2000) *Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo* In Oliveira e Paoli (orgs) *Os Sentidos da democracia – Políticas do dissenso e hegemonia global*, 2^a. Ed, Vozes/Fapesp/cenedic ,p.83-111

SASSEN, Saskia. (2003). *Los espectros de la Globalización* 1^a. Edição em espanhol, Buenos Aires, Fondo de Cultura Economica, trad. Irene Merzari

SAWAIA, Bader B.(1990) *Morar em Favela – A arte de viver como gente em condições negadoras da humanidade*. In Revista São Paulo em Perspectiva, abr/jun, 1990, vol.4, nº 2

SAWAIA, Bader B. (1995). *O calor do lugar: segregação urbana e identidade* In Revista São Paulo em Perspectiva, (Fundação Seade), vol. 9, nº 2, 1995 p. 20-24

SAWAIA, Bader B. (1996) . *A temporalidade do “agora cotidiano” na análise da identidade territorial* In Revista Margem/Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica – N.5, São Paulo, Educ, p.81-95

SAWAIA, Bader B. (1999). *O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão* In Sawaia, B.B. (org) *As artimanhas da exclusão – uma análise ético-psicossocial*. São Paulo, Vozes

SAWAIA, Bader B. (2001). *Participação social e subjetividade* In *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*, São Paulo, Educ-Fapesp, 2001, p.115-134

SAWAIA, Bader B. (2003) *Fome de Felicidade e Liberdade* IN *Muitos Lugares para aprender*/Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, cultura e ação comunitária – CENPEC, São Paulo, Fundação Itaú Social/Unicef p. 53-64

SILVA, Ana Amélia. (1996). *Cidadania, conflitos e agendas sociais: das favelas urbanizadas aos fóruns internacionais*. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor., São Paulo.

SINGER, Paul (1999) *Uma utopia militante – repensando o socialismo*, 2ª. Ed, Petrópolis, Vozes, 182p.

SOUZA, Maria Adélia A. (1999) *A metrópole global? Refletindo sobre São Paulo*, In *Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*, Ed. Cedesp, São Paulo, pp. 33-41

SPOSATI, Aldaíza. (1996) (coord.) *Mapa da Exclusão/inclusão social da Cidade de São Paulo*, São Paulo, Educ

SPOSATI, Aldaíza. (2001). *Cidade aos Pedacos*, S.Paulo, Brasiliense, 173p.

SZACHI, Jerzi.(1972) *As utopias ou a felicidade imaginada*,Rio de Janeiro, Paz e Terra, série Interpretações da História do Homem, vol.1, trad. Rubem César Fernandes, 132p.

TELLES, Vera . (2001). *Pobreza e Cidadania*. São Paulo, Ed. 34, 168p.

TORRES, H.G. e MARQUES, E.C. (2001). *Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano*. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, no. 4.

TOURAINÉ, Alain. (1998) *Crítica da Modernidade*. 5ª ed., Trad. Elia Ferreira Edel., Petrópolis, Vozes.

VÉRAS, Maura P. Bicudo (1987). *Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou Os Nômades urbanos no limiar do século XXI*, in: Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 1, nº1, p. 40-58

VÉRAS, Maura P. Bicudo. (1991) *O bairro do Brás em São Paulo: Um século de transformações no espaço urbano ou diferentes versões da segregação social*, Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP

VÉRAS, Maura P. Bicudo (1996) – *O Bairro do Brás em São Paulo: um século de transformações no espaço urbano ou diferentes versões da segregação social* – Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PUC São Paulo, S. Paulo

VÉRAS, Maura P. Bicudo (1999). *Enigmas da gestão da cidade mundial de São Paulo: políticas urbanas entre o local e o global* IN Souza et alli. *Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*, Ed. Cedesp, São Paulo, pp.197-220

VÉRAS, Maura P. Bicudo (1999) *Notas ainda preliminares sobre exclusão social, um problema brasileiro de 500 anos*, In Vêras, M. (ed) *Por uma Sociologia da Exclusão: O debate com Serge Paugam*, São Paulo, Educ, p. 13-48

VÉRAS, Maura P. Bicudo (1999), ed. *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*, São Paulo, educ, 142p.

VÉRAS, Maura P. Bicudo. (1999) *Uma questão brasileira de 500 anos: Exclusão Social*, Revista Margem nº 10 – dez/99, p. 87-106

VÉRAS, Maura P. Bicudo (2000) *Trocando Olhares*. Uma introdução à construção sociológica da cidade, S. Paulo, Educ-Nobel.

VÉRAS, Maura P. Bicudo (2001) *Tempo e espaço na metrópole: breves reflexões sobre assincronias urbanas* In São Paulo em perspectiva, Revista da Fundação Seade, volume 15, no.1, jan-mar-2001

VÉRAS, Maura P. Bicudo (2003) *DiverCidade: Territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*, São Paulo , Educ. (apresentação)

VICTORIANO, Márcia (2001) *A questão nacional no pensamento de Caio Prado Jr: uma interpretação original do Brasil*, São Paulo, edições pulsar, 142p.

VILLAÇA, Flávio (1986). *Tudo que todo cidadão precisa saber sobre habitação*, São Paulo, Cadernos de Educação Política, série sociedade e estado, global editora, 123p.